DocuSign Envelope ID: 02ED7B38-9754-44BE-8E3C-2F4C30CAD5A3

GAZETA DE S.PAULO

A VERDADE NAS BANCAS

Quinta-feira
29 DE ABRIL DE 2021

FUNDADO EM 1.999 - ANO 21 - Nº 5.686

R$ 2,00
DF e outros Estados - R$ 3,00
gazetasp.com.br

PEDRO FRANÇA/AGÊNCIA SENADO

Vetos na Lei de Licitações: Lideranças veem ameaça à transparência

O veto do presidente Jair Bolsonaro a dois artigos da nova Lei de Licitações determina que prefeitos e gestores fiquem desobrigados a publicar valores e contratações públicas pela imprensa oficial do município e de outros jornais. Deputados e entidades do setor veem ameaça à transparência do uso do dinheiro público em licitações e pedem que o Congresso derrube o veto. Para o deputado federal Nilto Tatto (PT), a decisão presidencial é um retrocesso. "É fundamental dar máxima divulgação de editais e licitações, tornando públicos valores e contratações, especialmente de estados e municípios", afirmou. Outro ponto abordado é a divulgação somente em portal único do governo. "Se mantido o veto, a nova lei de licitações colocará os licitantes e cidadãos em franca insegurança jurídica, tendo em vista a incerteza da precisão das informações unilateralmente inseridas nos portais digitais pelos órgãos licitantes", alerta Bruno Camargo da Silva, advogado da ALEGAL - Associação das Agências de Publicidade Legal. Veja a repercussão entre outros deputados. BRASIL/A5

Grande SP mantém ocupação de UTI abaixo de 80%

»Nesta quarta-feira, índice era de 78,1%; valor não era alcançado desde o começo de março, quando sistema de saúde colapsou

A Grande São Paulo completou na segunda-feira (26) uma semana com taxa de ocupação de leitos de Unidades de Terapia Intensiva (UTI) para pacientes com coronavírus abaixo de 80%. Na tarde desta quarta-feira (28), o governo estadual apontava que a taxa seguia em 78,1%. O índice menor que 80% não era atingido na Grande SP desde o começo do mês passado, quando o sistema de saúde de todo o estado de São Paulo enfrentava um colapso generalizado, com taxas acima de 90%. ESTADO/A3

Ministro do STF manda governo realizar o Censo

O ministro Marco Aurélio, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou ao governo federal "a adoção de medidas voltadas à realização do Censo". Na semana passada, o Ministério da Economia informou que o Censo seria suspenso devido aos cortes de verba. BRASIL/A5

Prefeitura entrega quinta miniusina de oxigênio

Uma miniusina de oxigênio foi entregue na terça-feira (27) pela Secretaria Municipal da Saúde (SMS) para aumentar a produção do insumo e abastecer leitos hospitalares na Capital. A unidade foi implantada no Hospital Dia Flávio Gianotti, no Ipiranga. ESTADO/A3

CORONAVÍRUS

Nova variante é detectada em Itapecerica ESTADO/A3

GRANDE SP

Homem mata a ex a facadas e comete suicídio ESTADO/A3

Butanvac

Butantan anuncia início da produção de vacina 100% brasileira

O presidente do Butantan, Dimas Covas, anunciou nesta quarta-feira (28) o início da produção da Butanvac. O anúncio aconteceu durante entrevista coletiva, com presença do governador João Doria (PSDB). A Butanvac é a primeira vacina contra Covid-19 produzida integralmente no Brasil, sem depender de insumos de outros países. Nas redes sociais, o Instituto Butantan comemorou o anúncio e afirmou ser um dia histórico para a ciência brasileira e para o combate à pandemia. ESTADO/A3

DIVULGAÇÃO/GOVERNO DO ESTADO

ISSN 2177-0824

DocuSigned by:
Jornal Gazeta SP Ltda. - EPP
Assinado por: JORNAL GAZETA SP LTDA:04735364000170
CPF: 29513948889
Data/Hora da Assinatura: 28/04/2021 | 17:50:06 PDT
ICP Brasil
5146939EFE414F8FAB3A7733135E2CCF

PÁGINA CERTIFICADA. O JORNAL GAZETA SP LTDA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.gazetasp.com.br

DocuSign Envelope ID: 02ED7B38-9754-44BE-8E3C-2F4C30CAD5A3

NOTAS

DIVULGAÇÃO/USP IMAGENS

Negócio próprio. A Secretaria Municipal de Trabalho e Renda de Campinas, por meio da Escola do Trabalhador - Campinas, em parceria com o Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), está com inscrições abertas para vários cursos on-line, com início em maio. Os cursos, todos gratuitos, são voltados a quem procura criar o próprio negócio, apoiar os que já existem e desenvolver habilidades para o comércio eletrônico. As vagas são limitadas e todos os cursos oferecem certificados. Mais informações na página do CPAT (Centro Público de Apoio ao Trabalhador) do Facebook: facebook.com/cpatcampinas. **(AB)**

Dev Day. Estudantes interessados em programação, desenvolvimento de softwares e outras tecnologias já podem se inscrever para a quarta edição do Dev Day, realizado pela Faculdade de Tecnologia do Estado (Fatec) Mogi Mirim. O evento ocorre no dia 22 de maio, com transmissão on-line, e tem como objetivo atualizar os participantes sobre as demandas do setor para profissionais da região. Para mais informações, acesse even3.com.br/devday. **(AB)**

Pró-Sangue. De forma a agilizar o atendimento dos candidatos, a Fundação Pró-Sangue atualizou o sistema de agendamento on-line que, a partir de agora, conta com a funcionalidade de geração de QRCode. A Hubglobe, empresa responsável pelo desenvolvimento da plataforma de agendamento on-line, implementou a emissão do QRCode para os candidatos que fizerem a opção pelo posto Clínicas.A ferramenta permite que o código converse com o sistema de catracas do Prédio dos Ambulatórios do Hospital das Clínicas, garantindo aos candidatos agendados o acesso direto nas entradas do térreo e do 4º andar do edifício. **(GSP)**

Resíduos orgânicos. Entre janeiro e março deste ano, os pátios de compostagem da Prefeitura de SP já receberam cerca de 2.8 mil toneladas de resíduos orgânicos, que estão em processo de produção para se tornarem composto orgânico, por meio do projeto Feiras e Jardins Sustentáveis, executado pela Autoridade Municipal de Limpeza Urbana (AMLURB). A iniciativa oferece tratamento ambientalmente correto para restos de resíduos orgânicos de cerca de 180 feiras livres, aproximadamente 17% da quantidade de feiras livres do município. O composto gerado nos pátios é utilizado como insumo em jardins e praças públicas. **(GSP)**

EMPREENDEDORISMO. Ação visa apresentar os benefícios de ser MEI, como também divulgar as linhas de crédito oferecidas por meio do programa Banco do Povo

Secretaria capacita MEIs em encontro on-line

Abrir uma empresa é um desafio, já que demanda um grande investimento e traz diversas responsabilidades. Para auxiliar, a Prefeitura de São Paulo realizará um encontro de networking, nesta quinta-feira, às 16h. A ação ocorre por meio da Ade Sampa, agência vinculada à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo (SMDET).

Para explicar as vantagens de se tornar um MEI (Microempreendedor Individual) e os métodos de formalização, o Teia Centro convidou os palestrantes Everton Cândido, Luís de Paula e Ximene Martins, agentes de desenvolvimento da Ade Sampa. A mediação será feita por Ramony Dias, do CIEDS (Centro Integrado de Estudos e Programas de Desenvolvimento Sustentável).

Os convidados falarão sobre o Circuito de Orientação Individual (COI), um novo serviço de mentorias da Ade Sampa para donos de pequenos negócios e a importância dessa orientação para as empresas.

Para se inscrever, acesse o link bit.ly/inscrição-empreendedores-mei.

RAFAEL RONCATO/FOLHAPRESS

Nos canais Ade Sampa, os empreendedores podem tirar dúvidas sobre formalização e abertura de empresas, entre outros temas

Atendimento

Nos canais do Ade Sampa, os empreendedores podem tirar dúvidas sobre formalização, abertura de empresa, emissão de documentos, além de conhecer as linhas de crédito oferecidas em parceria com o Banco do Povo, do Governo do Estado de São Paulo.

Os empreendedores podem ser atendidos pelos telefones (11) 4210-2668, (11) 99708-5130 e (11) 99449-1311 ou pelo e-mail atendimento@adesampa.com.br

As linhas de crédito oferecidas são:

- Para informais: até R$ 15 mil, taxa de juros de 0,8% ao mês, com prazo até 24 meses e carência até 90 dias.
- Para MEIs, MEs, EPPs que não possuam restrições no CNPJ e dívida no CADIN: até R$ 21 mil, taxas de juros de 0,35% a 0,55% ao mês, com prazo até 36 meses e carência até 90 dias.
- Para mulheres: até R$ 50 milhões a serem destinados para o estado de São Paulo. As linhas para mulheres têm as mesmas condições de valores e juros, mas com prazos mais vantajosos e carência de 90 a 150 dias.
- Linhas emergenciais para setores vulneráveis: somente formais (bares e restaurantes, academias e setor de beleza, artesanato, cultura e economia criativa, entre outros): Até R$ 10 mil, taxas de juros variam de 0% a 0,35% ao mês, com prazo até 36 meses e carência até 180 dias.
- Para ter acesso às linhas de crédito é necessário ter realizado um dos cursos do programa Empreenda Rápido, que oferece qualificação técnica e empreendedora em parceria com o Sebrae e Centro Paula Souza. **(GSP)**

> **Os convidados falarão sobre o Circuito de Orientação Individual (COI), um novo serviço de mentorias da Ade Sampa para donos de pequenos negócios**

GAZETA DE S.PAULO

"Um jornal independente é um jornal que tem a missão de levar à tona as informações que lhe são conferidas, não se vendendo aos interesses partidários e políticos, sempre focado em um único objetivo: informar corretamente os seus leitores. O Leitor em primeiro lugar".

SERGIO SOUZA
Fundador

DANIEL SOUZA
Diretor Presidente

PAULO SOUZA
Diretor Gráfico

MARCELO BARROS
Diretor - Vale do Ribeira

NELY ROSSANY
Editora Responsável

ALEXANDRE BUENO
Diretor - Litoral e Vale do Paraíba

Jornal Gazeta de S. Paulo é uma publicação da empresa **Jornal Gazeta SP Ltda** - CNPJ: 04.735.364/0001-70 • **Fundado em 29/06/1999** • **Circulação:** Nacional e no Estado de São Paulo • **Periodicidade:** Diária • **Preço/Exemplar:** R$ 2,00 / Balcão: R$ 2,00 / DF e outros Estados: R$ 3,00 • **São Paulo:** Rua Tuim 101, A - Moema, São Paulo - SP - CEP 04514-100 - Fone/Fax: (11) 3729-6600 • **Representantes em Brasília:** (61) 3321-3440 • **Tiragem por edição:** 40.850 exemplares • **Agências de Notícias:** Agência Brasil (AB), Estadão Conteúdo (EC), Folhapress (FP). Matérias assinadas e opiniões emitidas em artigos são de responsabilidade de seus autores.

FALE COM A GAZETA

Edição - Nely Rossany
editor@gazetasp.com.br
Capital
redacao@gazetasp.com.br
Comercial
comercial@gazetasp.com.br
Administrativo
joana@gazetasp.com.br

Faturamento
faturamento@gazetasp.com.br
Cobrança
financeiro@gazetasp.com.br
Distribuição
daniel@gazetasp.com.br
Gráfica
alexandre@gazetasp.com.br

Telefone - 11. 3729-6600
Site - www.gazetasp.com.br

GRUPO GAZETA DE S. PAULO

Edição digital certificada: DocuSign

Jornal Associado: ANJ Associação Nacional de Jornais

*** Tenente Coimbra** é natural de Santos/SP. Foi eleito deputado estadual com 24.109 votos pelo PSL.

Tenente Coimbra conquista **vacina a guardas portuários**

A Guarda Portuária, assim como as demais instituições que compõem a Segurança Pública, é essencial para garantir a soberania da nossa Nação. Esses profissionais são responsáveis pela segurança, vigilância e policiamento ostensivo de portos públicos, terminais e vias navegáveis em um dos setores mais importantes para o desenvolvimento econômico e social da nossa sociedade.

Sua atuação acontece nas principais portas de entrada e saída de mercadorias do Brasil e exige contato direto com o público, inclusive de outros países, durante ações de controle de acesso (pessoas, veículos e carga), trânsito interno, prevenção e repressão a ilícitos, combate ao narcotráfico, crime organizado, contrabando, além da repressão a roubos e furtos de cargas.

O Estado de São Paulo abriga o maior complexo portuário da América Latina e possui aproximadamente 346 guardas portuários, que trabalham nas cidades de Santos e São Sebastião. São trabalhadores que estão diariamente expostos ao risco de contaminação pelo novo coronavírus. Vale ressaltar que o setor não parou durante a pandemia e ainda registrou aumento na eficiência de serviços em 2020, segundo o governo federal.

A importância dos guardas portuários para o bom funcionamento dos portos é inegável e, por esse motivo, a categoria é integrante operacional do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), mas ainda assim foram deixados de lado pelo governo de São Paulo na vacinação contra a covid-19.

No início deste mês, o governo estadual divulgou o Plano de Imunização dos Agentes de Segurança Pública, mas em mais um ato falho excluiu os guardas portuários. Diante dessa decisão, um grupo de trabalhadores realizou uma manifestação em frente à Autoridade Portuária de Santos para reivindicar o seu direito à vacinação. Na mesma data, após sermos procurados por representantes da categoria, enviamos um ofício à Secretaria de Segurança Pública (SSP/SP) cobrando a inclusão.

Na semana passada recebemos a resposta positiva. A imunização deve acontecer ainda esta semana, em dois dias seguidos, segundo informado durante reunião em que estivemos presentes na última sexta-feira (23/4), com representantes da categoria e o comandante do Comando de Policiamento do Interior 6 (CPI-6), responsável pela Baixada Santista e Vale do Ribeira, o coronel Cássio Araújo de Freitas.

Estamos muito felizes por mais essa conquista. A vacina é a forma mais eficaz até o momento contra o vírus e mais do que nunca precisamos proteger aqueles que ajudam a manter a ordem e o desenvolvimento do nosso Estado.

Contudo, lamentamos a falta de cuidado e responsabilidade do governo e São Paulo que demorou para reconhecer a importância desses profissionais e só realizou a inclusão após ser pressionado.

O trabalho da nossa equipe e de todos aqueles que contribuíram de alguma forma nesse processo foi essencial para que, em menos, de um mês, saíssemos vitoriosos.

Reafirmo meu compromisso de continuar lutando para combater com efetividade injustiças e falhas que prejudicam não só os servidores, mas toda a população. Contem conosco.

> **A importância dos guardas portuários para o bom funcionamento dos portos é inegável, mas ainda assim foram deixados de lado pelo governo de São Paulo na vacinação contra a Covid-19**

DocuSigned by:
Jornal Gazeta SP Ltda. - EPP
Assinado por: JORNAL GAZETA SP LTDA:04735364000170
CPF: 29513948889
Data/Hora da Assinatura: 28/04/2021 | 17:50:37 PDT
ICP Brasil
5146939EFE414F8FAB3A7733135E2CCF

PÁGINA CERTIFICADA. O JORNAL GAZETA SP LTDA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.gazetasp.com.br

DocuSign Envelope ID: 02ED7B38-9754-44BE-8E3C-2F4C30CAD5A3

COVID-19. O índice menor que 80% não era atingido na região metropolitana de SP desde o começo do mês passado

Grande São Paulo tem 78% dos leitos de UTI ocupados

A região metropolitana de São Paulo completou na segunda-feira (26) uma semana com taxa de ocupação de leitos de Unidades de Terapia Intensiva (UTI) para pacientes contaminados pelo coronavírus abaixo de 80%. Na tarde desta quarta-feira (28), o governo estadual apontava que a taxa seguia em 78,1%.

O índice menor que 80% não era atingido na Grande SP desde o começo do mês passado, quando o sistema de saúde de todo o estado de São Paulo enfrentava um colapso generalizado, com taxas que superavam os 90%. No dia 31 de março, por exemplo, a região metropolitana registrava 92,2% dos leitos de UTI ocupados. Mais de 500 pessoas morreram na fila à espera de uma vaga por leito no Estado.

Na última segunda-feira, a *Gazeta* divulgou que a taxa de ocupação de leitos de unidade de tratamento intensivo destinados ao atendimento da Covid-19 no ABC Paulista também recuou para menos de 90% pela primeira vez em quase um mês.

A ocupação de leitos de UTI no ABC caiu para 88,6% na última quarta-feira (21), após 24 dias acima de 90%, segundo dados da Fundação Seade, que podem ser acessados no site (www.seade.gov.br/coronavirus). Entre 24 de março e a última quarta-feira, a média móvel de casos recuou 15%, de 873 para 742, e a média móvel de internações diárias diminuiu 30%, de 340 para 240.

Em Taboão da Serra, na região sudoeste da Grande São Paulo, que chegou a registrar 100% dos leitos ocupados, a taxa caiu para cerca de 60%.

Segundo a Administração, até terça-feira (27), a UPA Akira Atada, referência no atendimento para casos de Covid, registrava 38 internações, sendo 28 pacientes em leitos de enfermaria e 10 pacientes em leitos de emergência. A taxa representava cerca de 54% de ocupação. **(Matheus Herbert)**

ROVENA ROSA/AGÊNCIA BRASIL

No dia 31 de março, por exemplo, a região metropolitana registrava 92,2% dos leitos de UTI ocupados

DIA HISTÓRICO

Butantan anuncia produção da Butanvac

O presidente do Butantan, Dimas Covas, anunciou nesta quarta-feira (28) o início da produção da Butanvac. O anúncio aconteceu durante entrevista coletiva, que teve a presença do governador João Doria (PSDB).

A Butanvac é a primeira vacina contra Covid-19 produzida integralmente no Brasil, sem depender de insumos de outros países. Nas redes sociais, o Instituto Butantan comemorou o anúncio e afirmou ser um dia histórico para a ciência brasileira e para o combate à pandemia.

O governador de São Paulo celebrou o anúncio. "A novidade de hoje é uma notícia significativa para a ciência brasileira e, por que não, mundial: São Paulo começa hoje a produzir a vacina Butanvac", disse João Doria.

Na última sexta-feira (26), o Butantan protocolou na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) o pedido para iniciar os teste clínicos em humanos de fase 1 e 2 do imunizante. **(Nely Rossany)**

Doria aumenta horário de funcionamento do comércio

Governador anunciou que o Estado terá uma nova etapa da fase transição do Plano SP do próximo sábado (1º) até o dia 9 de maio

O governador João Doria (PSDB) anunciou em entrevista coletiva nesta quarta-feira que o Estado terá uma nova etapa da fase transição do Plano São Paulo do próximo sábado (1º) até o dia 9 de maio. A principal novidade é a ampliação do funcionamento do comércio, do setor de serviços e de atividades religiosas das 6h às 20h. Neste momento, a permissão é para que esses setores funcionem das 11h às 19h.

O limite de ocupação dos estabelecimentos, de 25%, continua o mesmo, assim como a vigência do toque de recolher entre 20h e 5h, com o objetivo de diminuir a circulação de pessoas à noite.

O limite de ocupação dos estabelecimentos, de 25%, continua o mesmo, assim como a vigência do toque de recolher entre 20h e 5h

De acordo com anúncio do governo desta quarta, os parques estaduais e municipais também permanecerão com o horário de funcionamento já vigente, das 6h às 18h. O governo paulista segue recomendando ainda a manutenção do teletrabalho e o escalonamento do horário de entrada e saída para o comércio, serviços e a indústria.

"Damos a continuidade, gradual e segura, da abertura da economia do estado de SP, para recuperar empregos e dar oportunidades para os brasileiros do nosso estado de terem acesso à renda, ao salário e à dignidade em suas vidas", disse Doria.

"Nós estamos novamente dando de novo um voto de confiança para todos os setores econômicos e contando com todos os prefeitos neste processo. A expansão do horário é significativa", afirmou a secretária de Desenvolvimento Econômico do Estado, Patrícia Ellen.

A nova etapa da fase de transição é muito semelhante à fase laranja do Plano São Paulo, que prevê ocupação de leitos de UTI (unidade de terapia intensiva) inferior a 80%. **(Bruno Hoffmann)**

KAREN FONTES/ISHOOT/FOLHAPRESS

Movimentação na região central da idade de Campinas, no Interior

FACADAS EM CAJAMAR

Homem mata a ex e comete suicídio

Um homem de 34 anos matou a ex-companheira, de 28 anos, a facadas e depois cometeu suicídio em Cajamar. O crime foi realizado na noite de terça-feira, na rua Tietê, e segue em investigação.

A Guarda Civil Municipal da cidade foi acionada para a ocorrência. No local, os agentes encontraram Ana Carolina de Almeida caída com diversos ferimentos de faca, próximo ao portão da casa.

Quando os agentes conseguiram entrar no imóvel, o suspeito desferiu um golpe de faca contra o próprio pescoço. O nome dele não foi divulgado. O texto conta com informações do portal "R7".

Os dois foram socorridos e encaminhados ao Hospital Municipal de Cajamar após perderem muito sangue, mas não resistiram e morreram.

Segundo a GCM, um menino de 5 anos, filho do casal, estava na residência quando tudo aconteceu. Ele foi resgatado ileso e deixado com uma vizinha.

Ainda de acordo com a GCM, o homem não aceitava o término do relacionamento. Ele foi à casa da mulher na última segunda-feira (26) pedir para voltar e, como ela não aceitou, retornou para matá-la na noite desta terça.

Duas facas utilizadas no crime foram apreendidas. O caso foi registrado na delegacia de Cajamar como feminicídio, violência doméstica e suicídio.

O corpo de Ana Carolina foi encaminhado ao IML (Instituto Médico Legal) de Franco da Rocha e ainda não havia passado pelos exames necroscópicos na manhã desta quarta-feira (28). **(MH)**

Nova variante do coronavírus é detectada em Itapecerica

Os pesquisadores do Butantan detectaram recentemente a existência de três novas variantes do vírus SARS-Cov-2, causador da Covid-19, entre os testes diagnósticos realizados no Instituto. Um dos casos foi registrado em Itapecerica da Serra, na região sudoeste da Grande São Paulo.

Em Itapecerica, a variante B.1.318, encontrada na Suécia e também no Reino Unido, foi detectada em um morador do município. De acordo com o Instituto, ainda é cedo para dizer, porém, se ela é mais transmissível ou mais agressiva do que as variantes brasileiras já amplamente descritas, a P1 e a P2.

Além da variante encontrada em Itapecerica da Serra, duas outras novas cepas foram encontradas, uma delas na Baixada Santista (B.1.351, variante sul-africana, já identificada em Sorocaba) e outra em Jardinópolis (N9, uma mutação da P1, a variante amazônica, já encontrada em vários outros estados). O texto conta com informações do "Portal O Taboanense".

EFICÁCIA DA CORONAVAC. Conforme estudo divulgado pela Sinovac, farmacêutica chinesa parceira do Butantan na produção da CoronaVac, a vacina é eficaz contra a mutação D614G do vírus SARS-CoV-2, que predomina atualmente no mundo e é comum às linhagens B.1.1.28 (da qual derivam as variantes P.1, amazônica, e P.2, surgida no Rio de Janeiro) e B.1.1.33 (da qual deriva a variante N9).

Além disso, dados iniciais de um estudo preliminar realizado em parceria com o Instituto de Ciências Biomédicas da Universidade de São Paulo apontam que a vacina do Butantan é capaz de combater as variantes P.1 (também conhecida como amazônica) e P.2 (do Rio de Janeiro).

VACINAÇÃO EM ITAPECERICA. A Prefeitura de Itapecerica da Serra iniciou a vacinação contra a Covid-19 para os idosos de 64 anos ou mais. A imunização é realizada em todas as Unidades Básicas de Saúde e nas Unidades de Saúde da Família de Itapecerica da Serra, de segunda a sexta-feira, das 7h às 15h.

Para se vacinar é preciso estar portando RG, cartão SUS, comprovante de residência e carteira de vacinação, caso possua. **(MH)**

SP entrega quinta miniusina de oxigênio

Uma miniusina de oxigênio foi entregue nesta terça-feira (27) pela Secretaria Municipal da Saúde (SMS) para aumentar a produção do insumo e abastecer leitos hospitalares da cidade de São Paulo. A unidade foi implantada no Hospital Dia Flávio Gianotti, no Ipiranga, zona sul da capital paulista.

A miniusina é capaz de produzir 20 metros cúbicos por hora de oxigênio, sendo 480 metros cúbicos por dia. Com essa produção, consegue manter 20 leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI), produzindo 15 litros de oxigênio por minuto por paciente. Ela capta o oxigênio do ambiente natural, fazendo um processo de filtragem - que realiza a purificação – separando os gases ruins e deixando somente o oxigênio puro (pureza em 93%).

De acordo com a gestão municipal, essa é a quinta usina entregue nas últimas três semanas. Dois desses equipamentos foram entregues à rede municipal de saúde, um no Hospital Dia M'Boi Mirim II, e outro no Hospital Central Sorocabana. Outras duas usinas já estão em funcionamento: uma no Hospital Municipal Capela do Socorro, e outra na Unidade de Pronto Atendimento (UPA) Jabaquara, que foi inaugurada no dia 20 de abril já com o equipamento gerador de oxigênio.

Até o dia 30 de abril, segundo a prefeitura, outras quatro serão instaladas nos seguintes Hospitais Dia: no Tito Lopes (zona leste), n Campo Limpo, no M'Boi Mirim I e em Cidade Ademar (as três na zona sul). Ao todo, a cidade de São Paulo contará com 19 miniusinas produtoras de oxigênio. **(BH)**

DocuSigned by:
Jornal Gazeta SP Ltda. - EPP
Assinado por: JORNAL GAZETA SP LTDA:04735364000170
CPF: 29513948889
Data/Hora da Assinatura: 28/04/2021 | 17:50:41 PDT
ICP Brasil
5146939EFE414F8FAB3A7733135E2CCF

PÁGINA CERTIFICADA. O JORNAL GAZETA SP LTDA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.gazetasp.com.br

DocuSign Envelope ID: 02ED7B38-9754-44BE-8E3C-2F4C30CAD5A3

Prefeitura de Castilho

Termo de Adjudicação. Processo Licitatório 22/2021. Pregão 06/2021. Objeto: Registro de preços para aquisição de materiais (CBUQ e emulsão) para operação tapa buracos, necessários para conservação das vias públicas no perímetro urbano do Município de Castilho. Consubstanciado aos termos da Ata da Sessão de Julgamento, considerando a regularidade do procedimento, Resolve, por bem, nos termos da Lei 10.520/02, Adjudicar, os itens do objeto licitado, à empresa abaixo delineada: Pavimenta Asfaltos Ltda – EPP. Via de Acesso Alcides Monteiro, s/nº, KM2 + 300 metros – Zona Rural. Murutinga do Sul – SP. CNPJ (MF): 28.845.370/0001-49. Item: 01, valor unitário: R$ 455,00, valor total: R$ 182.000,00; e Item: 02, valor unitário: R$ 1.600,00, valor total: R$ 48.000,00. Castilho – SP, 23 de abril de 2021. Hélio Prates Brandão. Pregoeiro.

Prefeitura de Castilho

Termo de Homologação. Processo Licitatório 22/2021. Pregão 06/2021. Objeto: Registro de preços para aquisição de materiais (CBUQ e emulsão) para operação tapa buracos, necessários para conservação das vias públicas no perímetro urbano do Município de Castilho. Considerando a adjudicação constante da ata dos trabalhos da sessão pública de julgamento, lavrada pelo Sr. Pregoeiro, designada pela Portaria nº. 150, de 27/01/2021; e a regularidade do procedimento, hei por bem, com base na Lei Federal nº. 10520, de 17 de julho de 2002, Homologar, os itens do objeto licitado, à empresa abaixo delineada e determinar que sejam tomadas as providências ulteriores. Pavimenta Asfaltos Ltda – EPP. Via de Acesso Alcides Monteiro, s/nº, KM2 + 300 metros – Zona Rural. Murutinga do Sul – SP. CNPJ (MF): 28.845.370/0001-49. Item: 01, valor unitário: R$ 455,00, valor total: R$ 182.000,00; e Item: 02, valor unitário: R$ 1.600,00, valor total: R$ 48.000,00. Castilho – SP, 23 de abril de 2021. Paulo Duarte Boaventura. Prefeito.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITATIBA

Pregão Presencial Nº 25/2021, Edital Nº 27/2021, Tipo Menor Preço por Item. Objeto: Registro de preços, pelo prazo de 12 meses, para eventual contratação de serviços de som. O credenciamento e os envelopes de Preços e Habilitação serão recebidos no **dia 12/05/2021**, das 13h30 às 14h, na S. de Licitações, Av. Luciano Consoline, n.º 600, Jd. de Lucca. O edital fica disponível no endereço acima das 9h às 17 horas ou no site www.itatiba.sp.gov.br. Informações: tel.11-3183-0655. Adriana Stocco – Pregoeira.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITATIBA

Pregão Presencial Nº 26/2021, Edital Nº 28/2021, Tipo Menor Preço Global. Objeto: Contratação de empresa especializada na administração, gerenciamento e fornecimento de sistema de combustíveis em veículo por postos credenciados. O credenciamento e os envelopes de Preços e Habilitação serão recebidos no dia **13/05/2021**, das 09hs às 09h30, na S. de Licitações, Av. Luciano Consoline, 600, Jd de Lucca. O edital fica disponível no endereço acima das 9h às 17h ou no site www.itatiba.sp.gov.br. Informações: tel.11-3183-0655. Thais A. Constantino - Pregoeira.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITATIBA

Pregão Presencial Nº 27/2021, Edital Nº 29/2021, Tipo Menor Preço por Item. Objeto: Registro de preços, pelo prazo de 12 (doze) meses, para eventual aquisição de agregado reciclado – Classe A Misto (ARM). O credenciamento e os envelopes de Preços e Habilitação serão recebidos no dia **13/05/2021**, das 13h30 às 14hs, na S. de Licitações, Av. Luciano Consoline, 600, Jd de Lucca. O edital fica disponível no endereço acima das 9h às 17h ou no site www.itatiba.sp.gov.br. Informações: tel.11-3183-0655. Maria Ângela C. C. de Lima - Pregoeira.

MUNICÍPIO DE DOIS CÓRREGOS

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E CONVÊNIOS
Aviso de Licitação - Pregão Eletrônico
Processo: 68-2021 - Pregão Eletrônico nº 37/2021

Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de concreto usinado, de acordo com as necessidades do Município, pelo período de 12 (doze) meses. **Início do Cadastro das Propostas: 30/04/2021, às 09:00 horas. Início da Disputa de Preços: 12/05/2021, às 09:00 horas. Local: www.bll.org.br. Edital na Íntegra:** À disposição dos interessados no site **www.doiscorregos.sp.gov.br.** Informações pelo e-mail **licitacao@doiscorregos.sp.gov.br** em dias de expediente.

Ruy Diomedes Favaro - Prefeito Municipal

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO FELIZ

ESTADO DE SÃO PAULO
Rua Adhemar de Barros, 340 - Centro - Porto Feliz - SP / Tel/Fax. (15) 3261- 9000
Site: www.portofeliz.sp.gov.br

CONCORRÊNCIA PÚBLICA 02/2021

Processo 1630/2021

Encontra-se aberta a presente Concorrência Pública que tem por objetivo a contratação de empresa especializada para construção do Pronto Socorro Municipal.

O edital e seus anexos estão disponíveis na Aba Compras e Licitações, no site: www.portofeliz.sp.gov.br.

A Visita Técnica deverá ser agendada através do telefone: (15) 3262-3666 ou 3262-1625, de segunda à sexta-feira, das 08h00min às 14h00min, com Lígia de Souza, em até 02 (dois) dias úteis anteriores à data do certame.

A abertura será no dia 14 de junho de 2021 às 09h00min, na Rua Adhemar de Barros, 340 – Centro. Outras informações poderão ser solicitadas através dos e-mails licitacao02@portofeliz.sp.gov.br, licitacao03@portofeliz.sp.gov.br ou licitacao07@portofeliz.sp.gov.br.

Antônio Cássio Habice Prado
Prefeito Municipal

PREFEITURA DE QUEIROZ

EXTRATO DE CONTRATO N.º 013/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIROZ-SP
CONTRATADA: SIDNEI ALBREGARD - ME
CNPJ N.º: 19.947.477/0001 - 07
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2021
OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços médicos na área de ginecologia com realização de pequenos procedimentos e exames de ultrassonografia, para atendimento no Centro de Saúde de Queiróz, por 06 horas semanais, pelo período de 12 (doze) meses.
VALOR: R$ 82.800,00 (Oitenta e Dois Mil, Oitocentos Reais).
VIGÊNCIA: 12 (Doze) Meses

MUNICÍPIO DE NOVA ODESSA

AVISO DE EDITAL DE LICITAÇÃO

O **MUNICÍPIO DE NOVA ODESSA,** torna público que se acha aberto Pregão Presencial nº. 04/PP/2021, que será realizada na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Nova Odessa, situada a Avenida João Pessoa, 777, Centro, Nova Odessa/SP, CEP: 13380-017, iniciando-se a sessão no dia 11/05/2020, às 14h00min, e tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de fornecimento e administração de cartões-alimentação destinados as famílias contempladas com o auxílio emergencial e temporário para o enfrentamento da pandemia do COVID-19, instituído por meio da Lei Municipal nº 3.389/2021, conforme descrito no presente Edital e em seu Anexo I – Termo de Referência. O edital estará disponível para download no seguinte link de acesso: http://smarportal.novaodessa.sp.gov.br:3001/?cod=11.

Nova Odessa, 28 de abril de 2021.
Diretoria de Suprimentos

Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo
Secretaria da Administração

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico SRP nº 113/2021
Processo Digital nº 101265/2021

LICITAÇÃO DIFERENCIADA COM LOTES PARA AMPLA PARTICIPAÇÃO E LOTES PARA PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL.

OBJETO: Registro de preços para aquisição de copo plástico descartável, conforme edital e seus anexos.
Valor Estimativo: R$ 262.800,00 (duzentos e sessenta e dois mil e oitocentos reais).
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: até às 14 horas do dia 12 de maio de 2021.
ABERTURA DAS PROPOSTAS: Dia 12 de maio de 2021 às 14 horas.
INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS: Dia 12 de maio de 2021 a partir das 14 horas e 30 minutos.
• Retirada do Edital: Diretamente no site **www.licitacoes-e.com.br** ou gratuitamente na íntegra somente para consulta através do site **www.ribeiraopreto.sp.gov.br.**

Ribeirão Preto, 19 de abril de 2021.
André Almeida Morais
Secretário Municipal da Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAVIÃO PEIXOTO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2021

A Prefeitura Municipal de Gaviao Peixoto, Estado de São Paulo, por intermédio de seu pregoeiro oficial, torna público para o conhecimento de quem possa interessar que no dia 12 de Maio de 2021, às 08h30min, na sala de Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Alameda Fratuci, nº 100, Centro, será realizada licitação aberta através do Processo nº 64/2021, Pregão Presencial nº 14/2021, do tipo menor preço, tendo como objeto o REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE LEITE EM PÓ, DIETAS ESPECIAIS E SUPLEMENTOS ALIMENTARES PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAVIÃO PEIXOTO/SP, conforme especificações contidas no Termo de Referência – Anexo I. O instrumento convocatório e seus anexos poderão ser retirados ou consultados no horário normal de expediente na sede deste órgão licitante de segunda a sexta feira das 08h00min às 11h00min e das 13h00min às 16h00min, ou no site www.gaviaopeixoto.sp.gov.br. Informações podem ser obtidas através do telefone PABX (16) 3338-9999 ou ainda através do email: compras@gaviaopeixoto.sp.gov.br.

Gaviao Peixoto, em 28 de Abril de 2021.
ARLEY FAGNANI - Pregoeiro Municipal

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

INSTITUTO DE INFECTOLOGIA EMILIO RIBAS

Acha-se aberto no INSTITUTO DE INFECTOLOGIA "EMILIO RIBAS", a licitação modalidade **Pregão Eletrônico nº 140/21**, referente ao Processo nº **SES-PRC-2021/02039,** cujo objeto é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LIMPEZA HOSPITALAR.** A visita técnica de que trata o subitem 4.1.5.2 à 4.1.5.4., ocorrerá durante o período de publicidade do edital, **no horário compreendido entre as 9h às 16h, de segunda à sexta feira**, acompanhada por servidor da Unidade, que atestarão a sua realização, do primeiro até o último dia útil que antecede a data de encerramento da licitação. O agendamento deverá ser feito por **e-mail rita.rocha@emilioribas.sp.gov.br ou pelo telefone 113896-1299**. A data da abertura para a Oferta de Compra OC nº **090183000012021OC00169** será no dia **12/05/2021,** a partir das **9h00min**, através do sistema BEC. O edital na integra está disponível para consulta e no site www.e-negociospublicos.com.br e www.bec.sp.gov.br.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO - UGE 180220 - CENTRO MÉDICO

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N° PR-220/0018/21
PROCESSO 2021220045 - OFERTA DE COMPRA Nº 180220000012021OC00363

Encontra-se aberto no CENTRO MÉDICO, PREGÃO ELETRÔNICO, destinado à CONSTITUIÇÃO DE SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA AQUISIÇÃO DE PRODUTOS PARA SAÚDE (LUVA PARA PROCEDIMENTO), A SEREM UTILIZADAS NO CENTRO MÉDICO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO, conforme especificações técnicas contidas no Memorial Descritivo, anexo I do Edital, por um prazo de 12 (doze) meses, do tipo MENOR PREÇO.

Início do recebimento das propostas dar-se-á em 30/04/2021 e a realização da sessão às 09:00 horas do dia 12/05/2021, no endereço eletrônico: www.bec.sp.gov.br ou www.fazenda.bec.sp.gov.br.

O Edital e seus anexos estarão disponíveis nos seguintes sítios eletrônicos: www.imprensaoficial.com.br (opção "e-negociospublicos"), www.bec.sp.gov.br e www.pregao.sp.gov.br.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

DIRETORIA DE ENSINO LESTE 4

Encontra-se aberto na DIRETORIA DE ENSINO LESTE 4 PREGÃO ELETRÔNICO número 03/2021, destinado A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE PREPARO E DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTAÇÃO BALANCEADA E EM CONDIÇÕES HIGIÊNICO-SANITÁRIAS ADEQUADAS, AOS ALUNOS REGULARMENTE MATRICULADOS NA REDE PÚBLICA ESTADUAL, CONTRATADOS SOB O REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO – PARTICIPAÇÃO AMPLA – 080267000012021OC00006. A realização da sessão será na data de 11/05/2021, às 10:00 horas, no endereço eletrônico www.bec.sp.gov.br ou www.bec.fazenda.sp.gov.br.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SANTA GERTRUDES

Concorrência Pública 01/2021 - RETIFICADO

A Prefeitura do Município de Santa Gertrudes, com Paço Municipal à Rua 01A, 332, Centro, Santa Gertrudes/SP, torna público, para conhecimento de interessados, que acha-se aberta a Concorrência Pública 01/2021, que objetiva o Registro De Preços Para Execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva, conservação e reformas nos prédios públicos municipais, Por Empreitada, Com Fornecimento De Materiais, Mão De Obra E Equipamentos Necessários, sob demanda, pelo período de 12 meses. O edital completo com os elementos técnicos poderá ser retirado das 09:00 às 17:00 horas, de segunda a sexta-feira, mediante o recolhimento da taxa de R$ 50,00 (cinqüenta reais) ou ser retirado pelo site www.santagertrudes.sp.gov.br. Os envelopes com a documentação e a proposta deverão ser protocolados no Paço Municipal até às 08:30 horas do dia 01/06/2021 sendo que a abertura dos mesmos será neste mesmo dia às 09:00 horas. **SERÁ EXIGIDO O USO DE MÁSCARAS E QUE CADA REPRESENTANTE TRAGA SEUS OBJETOS PESSOAIS (EX. CANETA) PARA A PARTICIPAÇÃO NA SESSÃO. SERÁ RESPEITADO O DISTANCIAMENTO RECOMENDADO PELA OMS**. Santa Gertrudes/SP, 28/04/2021. Danielle Zanardi Leão Silva – Comissão de Licitações.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão nº 098/2021 - Eletrônico - Processo Administrativo: PMC.2020.00062576-77 **-Interessado:**Secretaria Municipal de Saúde**- Objeto:** Registro de Preços de materiais de laboratório **-Recebimento das Propostas dos itens 01 a 07:** das 08h do dia 14/05/21 às 09h do dia 17/05/21 **-Abertura das Propostas dos itens 01 a 07:** a partir das 09h do dia 17/05/21 **-Início da Disputa de Preços:**a partir das 10h do dia 17/05/21 **-Disponibilidade do Edital:** a partir de 30/04/21, no portal eletrônico **www.licitacoes-e.com.br**. Esclarecimentos adicionais com a Pre goeira Ana Paula Guedes Gorsin pelo telefone (19) 2116-0136.

Campinas, 28 de abril de 2021
MARCELO GONÇALVES DE SOUZA
Diretor do Departamento Central de Compras

PREFEITURA MUNICIPAL DE OLÍMPIA

AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº. 01/2021

Objeto: Contratação, sob demanda, de serviços de publicidade e atividades complementares (serviços especializados de que trata o Art. 2º, § 1º e seus Incisos I, II e III, da Lei Federal nº 12.232/2.010), a serem prestados por intermédio de agência de propaganda, para atendimento das necessidades de comunicação do município da Estância Turística de Olímpia/SP. **Entrega dos Envelopes:** 31/5/2021 às 09h30. **Abertura dos Envelopes:** 31/5/2021 às 10h. Tel.: (17) 3279-3274. Site **www.olimpia.sp.gov.br**. Olímpia, 28/4/2021.

João Luiz Alves Ferreira - Diretor da Divisão de Suprimentos

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANALÂNDIA

PREGAO PRESENCIAL Nº 05/2021 – EDITAL Nº 07/2021

O **MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA CLIMÁTICA DE ANALÂNDIA**, Estado de São Paulo, torna público para o conhecimento de quem possa interessar, que no **dia 10 de maio de 2021, às 14h00min**, na sala de Licitações da Prefeitura Municipal, sita à Avenida 04, 381 – Centro, será realizada Licitação, aberta através do Edital nº 07/2021 na modalidade Pregão Presencial do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, tendo como objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS PARA VEÍCULOS E MÁQUINAS DA FROTA MUNICIPAL**, conforme especificações técnicas contidas no Termo de Referência – Anexo I. O instrumento convocatório e seus anexos poderão ser retirados ou consultados no Paço Municipal, à Avenida 04, 381, Centro, de segunda à sexta-feira das 09:00 às 11:00 e das 13:00 às 17:00 horas ou no site oficial da Prefeitura Municipal de da Estância Climática de Analândia – www.analandia.sp.gov.br. Informações podem ser obtidas através do telefone (19) 3566.9090 ou ainda através do e-mail: licitacoes@analandia.sp.gov.br. Analândia, aos 28 de abril de 2021. **PAULO HENRIQUE FRANCESCHINI - Prefeito Municipal**

GOVERNO DO MUNICÍPIO DE BURITAMA

"Processo Licitatório do Pregão Presencial para Registro de Preços N.° 11/2021"
HOMOLOGAÇÃO

No uso das atribuições legais a mim conferidas e em conformidade com o disposto na Lei Federal n.º 10.520, de 17.07.2002 e subsidiariamente com o Inciso VI do Artigo 43 da Lei Federal n.º 8.666, de 21.06.1993 e suas alterações, com a Lei Complementar Federal n.º 123, de 14-12-2006 e suas alterações e com os Decretos Municipais n.º 1.805, de 01.04.2008, 1.852, de 07.07.2008 e 4.013 de 27.04.2018, **HOMOLOGO** o procedimento licitatório referente ao Pregão Presencial para Registro de Preços nº 11/2021, que tem por objeto **"AQUISIÇÃO / FORNECIMENTO DE DIVERSOS TIPOS DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA",** em face da Adjudicação da Pregoeira com as empresas: **RILL QUÍMICA LTDA EPP, inscrita no CNPJ n.º 67.421.040/0001-88, no valor de R$ 146.528,80 (cento e quarenta e seis mil, quinhentos e vinte e oito reais e oitenta centavos); G.S. JORGE JUNIOR ME, inscrita no CNPJ n.º 18.037.745/0001-90, no valor de R$ 263.164,50 (duzentos e sessenta e três mil, cento e sessenta e quatro reais e cinquenta centavos); SPA INDÚSTRIA QUÍMICA LTDA EPP, inscrita no CNPJ n.º 08.675.264/0001-57, no valor de R$ 136.946,00 (cento e trinta e seis mil, novecentos e quarenta e seis reais); MULTLIMP COMÉRCIO DE EMBALAGENS EIRELI ME, inscrita no CNPJ n.º 34.309.395/0001-20, no valor de R$ 236.704,00 (duzentos e trinta e seis mil, setecentos e quatro reais); JOSÉ SILVANEI FACCA FILHO 38983020830, inscrita no CNPJ n.º 40.948.046/0001-51, no valor de R$ 44.832,50 (quarenta e quatro mil, oitocentos e trinta e dois reais e cinquenta centavos).** Ante as competências a mim conferidas, AUTORIZO à assinatura do Contrato e despesas decorrentes, observadas as normas legais e regulamentadas, bem como a emissão das Autorizações de Fornecimentos/Ordens de Serviços e das respectivas Notas de Empenho e/ou Sub-Empenhos conforme Artigo 61 da Lei Federal n.° 4.320, de 17-03-1964. Ao responsável do setor competente para as devidas providências sequenciais necessárias.

Ciência aos interessados, observadas as prescrições legais pertinentes.

Ficam as empresas acima devidamente convocadas para em até 03 (três) dias úteis assinarem seus respectivos contratos, nos termos do Edital de Licitação do Pregão Presencial para Registro de Preços n.º 11/2021.

Publica-se.

Buritama – SP, 28 de abril de 2021.
RODRIGO ZACARIAS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

COMUNICADO DE ALTERAÇÃO DA CONCORRÊNCIA Nº02/2021

Processo Administrativo: PMC.2020.00038417-42
Interessado: Secretaria Municipal de Serviços Públicos
Modalidade: Concorrência nº 02/2021
Objeto: Execução de serviços de engenharia e arquitetura para projeto executivo de conservação, recuperação e acessibilidade do conjunto arquitetônico da Fazenda Mato Dentro (casa sede, casa anexa, tulha, capela e remanescentes arquitetônicos), localizado no Parque Ecológico Monsenhor Emílio José Salim, na cidade de Campinas/SP.
O Município de Campinas, por intermédio da Comissão Permanente de Licit ação, em virtude de questionamentos apresentados por interessados, que afetam a formulação das propostas, comunica que **ALTEROU** o edital e seus anexos. Ficam redesignadas as seguintes datas e horários para os procedimentos que seguem: **Entrega dos envelopes:** até 09/06/21 às 14:30h. **Sessão Pública de abertura:** 09/06/21 às 14:30h. **Disponibilidade do Edital Alterado:** a partir de 04/05/2021, no portal eletrônico **licitacoes.campinas.sp.gov.br**. Esclarecimentos adicionais pelos telefones (19) 2116-0303, 2116-0678 e 2116-8401.

Campinas, 28 de abril de 2021
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo
Secretaria da Administração

Aviso de Alteração de Data
Concorrência nº 002/2020.
Processo nº 054/2020.

Objeto: Alienação Ad Corpus de 15 áreas de propriedade da Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto, situada nesta cidade, correspondentes ao MEMORIAL DESCRITIVO E IMAGENS DE LOCALIZAÇÃO.
André Almeida Morais, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe são inerentes, torna público para conhecimento dos interessados a ALTERAÇÃO DA DATA DE RECEBIMENTO E DE ABERTURA DAS PROPOSTAS, nos termos do art. 21 § 4º da Lei 8.666/93, fica marcada nova data, conforme segue:
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: até às 08:30 horas do dia 16 de junho de 2021.
ABERTURA DAS PROPOSTAS: Dia 16 de junho de 2021 às 09:00 horas.
Fica mantido na íntegra o Edital da Concorrência nº 002/2020 em tudo o mais que aqui não foi expressamente retificado, razão pela qual é ratificado.

Ribeirão Preto, 28 de abril de 2021.
André Almeida Morais
Secretário Municipal da Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE LOUVEIRA

AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Louveira informa que realizará o **Pregão Eletrônico nº 019/2021**, objetivando o registro de preço de dieta especial, no dia 11 de maio de 2021, às 10:00 horas. O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na internet, nos endereços eletrônicos **www.bbmnetlicitacoes.com.br** e **www.louveira.sp.gov.br**. Outras informações pelo telefone (19) 3878-9700. Louveira, 28 de abril de 2021. **MARCELO SILVA SOUZA** - Secretário de Administração.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI

EDITAL Nº 50/2.021
PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2.021.

OBJETO: Registro de preços para aquisição de gêneros alimentícios tipos hortifrutigranjeiros, destinados ao Restaurante Popular de Birigui – Secretaria de Assistência Social, pelo período de 12 (doze) meses. Data da abertura - 12/05/2021, às 13:30 horas. Melhores informações poderão ser obtidas junto a Divisão de Compras, Licitações e Gestão de Contratos, na Rua Anhanguera nº 1155, Jardim Morumbi, ou pelo e-mail: licitacoes@birigui.sp.gov.br / andreia.pregoeira@birigui.sp.gov.br O Edital poderá ser retirado gratuitamente no site www.birigui.sp.gov.br. Leandro Maffeis Milani – Prefeito Municipal. Birigui - SP, 28/04/2021.

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 45/2021
EDITAL Nº 48 /2021 - PROCESSO Nº 53 /2021

OBJETO: Contratação de empresa especializada em fornecimento de marmitex, pelo período de 12 meses, conforme descritivo constante no **ANEXO I**. O Edital está disponível gratuitamente através dos sites: www.bbmnetlicitacoes.com.br e www.saae.sp.gov.br. Este Pregão será realizado de forma **ELETRÔNICA**, através da **BBM – Bolsa Brasileira de Mercadoria**, na data de **14** de **maio** de **2021**, às 09h00. Maiores informações, na Gerência de Compras, Licitações e Contratos do **SAAE**, através do telefone: (19) 3834-9430. Indaiatuba, 28 de abril de 2021. **Engº Sandro de A. Lopes Coral - Superintendente**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO-SP

DIRETORIA DE COMPRAS E CONTRATOS
AVISO
RETIFICAÇÃO DE EDITAL E PRORROGAÇÃO DE DATA

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO N.° 85/2021, PROCESSO 1810/2021
Objeto: Contratação de postos para prestação de serviços gerais por um período de 12 (doze) meses - Secretaria Municipal de Administração.
Fica RETIFICADO o Termo de Referência, elaborado pela Sec. Mun. De Administração, item 3.1.3 do Anexo I.A, do Edital Licitatório. O edital está disponibilizado na nova versão no sistema "Portal de Compras" link "Edital Completo e Anexos" à disposição dos interessados. Fica redesignada a data de processamento do pregão da seguinte forma: O recebimento das propostas dar-se-á até o dia 12/05/2021, às 08h30min e abertura a partir das 08h32min. Adriana Tápparo – Pregoeira.

Serviço de Água, Esgoto Meio Ambiente do Município de Araras

Aviso de Licitação
Pregão Presencial nº 008/2021

Objeto: Contratação de empresa especializada para realizar manutenção com troca de peças em 5 unidades de Turbo Aerador Oxigenador (Aeradores) na ETE – Estação de Tratamento de Esgoto, no município de Araras, de acordo com as especificações do Termo de Referência, anexo I do Edital. **Valor Total Estimado:** R$ 52.256,22. **Prazo de Execução:** 45 (quarenta e cinco) dias. **Sessão Pública:** 11/05/2021 às 08h30min. **Aviso Importante aos Licitantes:** O SAEMA - Serviço de Água e Esgoto do Município de Araras, torna público para conhecimento aos interessados, devido a pandemia do novo coronavírus (COVID-19), o qual atualmente estamos enfrentando, sugerimos que as empresas interessadas em participar dos nossos certames, enviem apenas um representante para as sessões, para que possamos cumprir as orientações dos órgãos de saúde, e preservar a proteção tanto dos colaboradores das empresas, quanto dos colaboradores da Autarquia. **Retirada do Edital:** O Edital com condições de participação, especificações e demais informações estará à disposição dos interessados para conhecimento e retirada na Rua Ciro Lagazzi, nº 155, Jd. Cândida - Araras-SP, das 8h00min às 12h00min e das 14h00min às 17h00min. Também poderá ser solicitado através do e-mail: compras5@saema.com.br. Informações: (19) 3543-5517. Araras, 28 de abril de 2021. *Alexandre Faggion Castagna - Presidente Executivo; Tathiana de F. Gil Privatti - Chefe da Divisão de Compras e Licitações*

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

DIRETORIA DE ENSINO LESTE 4
Processo nº SEDUC-PRC-2020/49730 - Pregão Eletrônico nº 01/2021
Oferta de Compra 080267000012021OC00003

A Diretoria de Ensino Região Leste 4 comunica os Srs. licitantes que será retomada etapa do pregão eletrônico em epígrafe, em razão da determinação da Sra. Chefe de Gabinete da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, publicada no D.O.E em 13/04/2021. A realização da sessão será no dia 05/05/2021 às 10 h e 30 min., no site www.bec.sp.gov.br ou www.bec.fazenda.sp.gov.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE LOUVEIRA

AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Louveira informa que realizará o **Pregão Presencial nº 023/2021**, objetivando a contratação de empresa especializada para prestação de serviço de carro de som e gravação de áudio, no dia 11 de maio de 2021, às 09:30 horas. O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na internet, no endereço eletrônico **www.louveira.sp.gov.br**. Outras informações pelo telefone (19) 3878-9700. Louveira, 28 de abril de 2021. **MARCELO SILVA SOUZA** - Secretário de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUCATU

TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2021
PROCESSO ADM. Nº 07.140/2021
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE GALERIAS DE ÁGUAS PLUVIAIS NOS BAIRROS: SANTO ANTÔNIO DA CASCATINHA – DISTRITO DE RUBIÃO JÚNIOR E NO JARDIM FLORA RICA, NESTA CIDADE DE BOTUCATU/SP.
DATA DE RETIRADA / ENCERRAMENTO E ABERTURA:
PRAZO DE RECEBIMENTO DOS ENVELOPES Nº 01 E 02 – DOCUMENTAÇÃO / PROPOSTA
DIA 18 DE MAIO 2021 – ATÉ ÀS 08:30 HORAS-PROTOCOLO, ABERTURA MESMA DATA ÀS 09:00 HORAS
LOCAL ABERTURA: Sala de reuniões da COPEL no prédio da Prefeitura Municipal de Botucatu sito à Praça Prof. Pedro Torres, nº 100 centro Botucatu/SP.
O EDITAL PODERÁ SER RETIRADO PELO site: www.botucatu.sp.gov.br. e maiores esclarecimentos poderão ser obtidos na Comissão Permanente de Licitações – COPEL, pelo tel. (14) 3811-1442 nos horários das 08:00 às às 16:30 horas, ou por e-mail: andrea.amaral@botucatu.sp.gov.br.

ANDREA CRISTINA PANHIN AMARAL NOGUEIRA
DIRETORA DE COMPRAS E LICITAÇÕES
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

PREFEITURA MUNICIPAL DE HERCULÂNDIA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 007/2021 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 013/2021 (RESUMIDO). Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE KITS DE MERENDA ESCOLAR PARA SEREM DISTRIBUIDOS A TODOS OS ALUNOS MATRICULADOS NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE HERCULANDIA, PELO PERÍODO DE 06 (SEIS) MESES. Abertura: 12/05/2021 às 09h30min. TIPO DE LICITAÇÃO: Menor preço global. O edital e seus anexos encontram-se disponíveis no Depto de Licitação, no Paço Municipal, Rua Euclides da Cunha, nº 308 (centro), nesta cidade de Herculândia (SP), ou através do telefone (0XX14) 3486-9090, de segunda a sexta-feira, das 07h30min às 11h30min e dàs 13h às 16h, no site www.herculandia.sp.gov.br
HERCULANDIA/SP, 28 de abril de 2021.
PAULO SERGIO DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo
Secretaria da Administração

Aviso de Alteração de Data
Concorrência nº 027/2019.
Processo nº 871/2019.

Objeto: Alienação Ad Corpus de 41 áreas de propriedade da Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto, situada nesta cidade, correspondentes ao MEMORIAL DESCRITIVO E IMAGENS DE LOCALIZAÇÃO.
André Almeida Morais, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe são inerentes, torna público para conhecimento dos interessados a ALTERAÇÃO DA DATA DE RECEBIMENTO E DE ABERTURA DAS PROPOSTAS, nos termos do art. 21 § 4º da Lei 8.666/93, fica marcada nova data, conforme segue:
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: até às 08:30 horas do dia 22 de junho de 2021.
ABERTURA DAS PROPOSTAS: Dia 22 de junho de 2021 às 09:00 horas.
Fica mantido na íntegra o Edital da Concorrência nº 027/2019 em tudo o mais que aqui não foi expressamente retificado, razão pela qual é ratificado.

Ribeirão Preto, 28 de abril de 2021.
André Almeida Morais
Secretário Municipal da Administração

Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo
Secretaria da Administração

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico SRP nº 53/2021
Processo de Compras nº 84/2021

OBJETO: Registro de preços para aquisição de material escolar, conforme edital e seus anexos.
LICITAÇÃO DIFERENCIADA COM LOTES PARA AMPLA PARTICIPAÇÃO E LOTES PARA PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL.
Valor Estimativo: R$ 2.602.581,00 (dois milhões, seiscentos e dois mil, quinhentos e oitenta e um reais).
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: até às 8 horas 30 minutos do dia 12 de maio de 2021.
ABERTURA DAS PROPOSTAS: Dia 12 de maio de 2021 às 8 horas 30 minutos.
INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS: Dia 12 de maio de 2021 a partir das 9 horas.
• Retirada do Edital: Diretamente no site **www.licitacoes-e.com.br** ou gratuitamente na íntegra somente para consulta através do site **www.ribeiraopreto.sp.gov.br.**

Ribeirão Preto 28 de abril de 2021.
André Almeida Morais
Secretário Municipal da Administração

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS, expedido nos autos da Ação de Usucapião, PROCESSO Nº 1092515-09.2015.8.26.0100 (u - 1162). A Doutora Ana Claudia Dabus Guimarães e Souza, MM. Juiza de Direito da 1ª Vara de Registros Públicos, do Foro Central Cível, da Comarca de SÃO PAULO, do Estado de São PAULO, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a Espólio de Nicola Janucci; Espólio de Catarina Janucci; Espólio de Luiz Janucci; Espólio de Maria Sposito Janucci; Espólio de José Janucci; Espólio de Rosa Tornelli Janucci; Espólio de Rosa Scaglioni Janucci; Espólio de Raphael Scaglioni; Espólio de Magdalena Januzzi; Espólio de Francisco Tassitano; Espólio de Theresa Janucci Manfra; Espólio de Miguel Manfra, réus ausentes, incertos, desconhecidos, eventuais interessados, bem como seus cônjuges, se casados forem, herdeiros e/ou sucessores, que **Adriana Fernandes de Almeida Moura, Ivone Fernandes Moura, Juliana Fernandes Almeida Moura e Marcus Vinicius Fernandes de Almeida Moura** ajuizou(ram) **ação de USUCAPIÃO**, visando a declaração de domínio do imóvel localizado na Rua Particular B, s/nº, lote 13, bairro do Tremembé, no 22º Subdistrito Tucuruvi - São Paulo - SP., com a área de 2.626,82 ms2., alegando posse mansa e pacífica no prazo legal. Estando em termos, expede-se o presente edital para citação dos supramencionados para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a fluir após o prazo de 20 dias úteis, contestem o feito. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei.

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS - PROCESSO Nº 1087957-52.2019.8.26.0100 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). MARCELO BARBOSA SACRAMONE, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) **PPCAR BRASIL LOCACOES EMPRESARIAIS LTDA**, CNPJ 06.178.219/0001-61, com endereço à Rua Gomes de Carvalho, 1507, Cjs 31/32 81/82, Vila Olimpia, CEP 04547- 005, São Paulo - SP, que lhe foi proposta uma **ação de Pedido de Falência** por parte de **Maestro Locadora de Veículos S.a**., com fundamento no artigo 94, I, da Lei 11.101/2005, por impontualidade no pagamento da(s) duplicata(s) vencidas de n.º 92680, 91966, que totalizam o valor de R$ 623.363,12, devidamente protestada(s). Estando a ré em lugar ignorado, foi deferida a citação por edital, para que em 10 dias, a fluir após os 20 dias supra, apresente defesa, podendo, nos termos do art. 98, parágrafo único da Lei 11.101/2005, depositar a quantia correspondente ao total do crédito reclamado, que deverá ser atualizado até a data do depósito com juros e correção monetária, acrescida de custas, despesas processuais e honorários advocatícios fixados em 10% do valor do débito, sob pena de decretação da falência. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. E para que produza seus efeitos de direito, será o presente Edital afixado e publicado na forma da Lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 11 de março de 2021.

DocuSigned by:
Jornal Gazeta SP Ltda. - EPP
Assinado por: JORNAL GAZETA SP LTDA:04735364000170
CPF: 29513948889
Data/Hora da Assinatura: 28/04/2021 | 17:50:47 PDT
ICP Brasil
5146939EFE414F8FAB3A7733135E2CCF

PÁGINA CERTIFICADA. O JORNAL GAZETA SP LTDA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.gazetasp.com.br

DocuSign Envelope ID: 02ED7B38-9754-44BE-8E3C-2F4C30CAD5A3

LEI DE LICITAÇÕES. Lideranças e entidades veem ameaça à transparência em veto do presidente Jair Bolsonaro a artigos da nova lei

Vetos ameaçam transparência em licitações, dizem lideranças

O veto do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) a dois artigos da nova Lei de Licitações determina que prefeitos e gestores fiquem desobrigados a publicar valores e contratações públicas pela imprensa oficial do município e de outros jornais. Lideranças políticas e entidades do setor veem ameaça à transparência do uso do dinheiro público em licitações e pedem que o Congresso derrube os vetos presidenciais.

A lei foi sancionada em 1º de abril com 28 vetos. Os vetos presidenciais Nº 13.21.016 e Nº 13.21.027 são vistos como retrocessos na transparência dos gastos públicos. Um deles desobriga "a publicação de extrato do edital no Diário Oficial da União, do Estado e dos municípios ou, no caso de consórcio público, do ente de maior nível entre eles, bem como em jornal diário de grande circulação".

Outro veto desobriga, até 31 de dezembro de 2023, os municípios a realizarem "divulgação complementar de suas contratações mediante publicação de extrato em jornal diário de grande circulação local".

O deputado federal Baleia Rossi (MDB) disse esperar que o Congresso derrube ambos os vetos presidenciais em nome da transparência das licitações. "Não resta a menor dúvida que processos de licitação divulgados em jornais impressos dão mais transparência e correição. Espero que o Congresso reverta essa decisão", disse o deputado à *Gazeta*.

Para o deputado Afonso Florence (PT), a decisão de Bolsonaro tem caráter político, e não técnico. "Os vetos têm motivação política. Como é notório, Bolsonaro move uma guerra contra os veículos de comunicação impressos e tenta impingir- lhes uma perda de arrecadação. Há municípios em que há empene dificuldade de acesso a sinal de internet, e o veículo impresso é indispensável", explicou o parlamentar.

Para o também deputado federal NiltoTatto (PT), a decisão presidencial é um retrocesso e "parece uma tentativa de ocultar informações de interesse coletivo."

"É fundamental dar máxima divulgação de editais e licitações, tornando públicos valores e contratações, especialmente de estados e municípios, pela imprensa oficial e de terceiros, inclusive pelo aspecto da publicidade ampla e possibilidade de fiscalização maior por parte da sociedade", afirmou.

VISÃO DAS ENTIDADES. Para o diretor-executivo da Associação Nacional de Jornais (ANJ), Ricardo Pedreira, os vetos presenciais "são um grande equívoco". Segundo ele, a Câmara e o Senado aprovaram de forma conjunta a obrigatoriedade das publicações de processos licitatórios em jornais impressos porque entenderam a importância da transparência das ações.

"É importante que o maior número de pessoas tenha acesso às informações, sobretudo nas comunidades locais, nos jornais locais", disse ele, que afirmou que espera a derrubada de ambos os vetos pelo Congresso.

"A ANJ e diversas outras entidades que representam jornais regionais estão buscando mostrar aos parlamentares a importância da continuação da transparência nos editais de licitação. São recursos dos contribuintes e é importante que haja o máximo de transparência", completou Ricardo Pedreira.

MARCELO CAMARGO/AGÊNCIA BRASIL

Baleia Rossi (MDB): 'Não resta a menor dúvida que processos de licitação divulgados em jornais impressos dão mais transparência'

DIVULGAÇÃO/AGÊNCIA CÂMARA

Afonso Florence (PT): 'Há municípios em que há empene dificuldade de acesso a sinal de internet, e o veículo impresso é indispensável'

DIVULGAÇÃO

Nilto Tatto (PT): 'É fundamental dar máxima divulgação de editais e licitações, tornando públicos valores e contratações'

GERALDO MAGELA/AGÊNCIA SENADO

Ricardo Pedreira, diretor da ANJ: 'São recursos dos contribuintes e é importante que haja o máximo de transparência'

DIVULGAÇÃO

Bruno Camargo da Silva, advogado da ALEGAL: 'Se mantido o veto, a nova lei de licitações colocará os licitantes em franca insegurança jurídica'

LEI DE LICITAÇÕES

Veja abaixo os textos vetados:

VETO – 13.021.016
§ 1º DO ART. 54 -
§ 1º Sem prejuízo do disposto no caput, é obrigatória a publicação de extrato do edital no Diário Oficial da União, do Estado, do Distrito Federal ou do Município, ou, no caso de consórcio público, do ente de maior nível entre eles, bem como em jornal diário de grande circulação.

VETO – 13.021.027
§ 2º DO ART. 175
§ 2º Até 31 de dezembro de 2022 os Municípios deverão realizar divulgação complementar de suas contratações mediante publicação de extrato de edital de licitação em jornal diário de grande circulação local.

De acordo com Bruno Camargo da Silva, advogado da ALEGAL - Associação das Agências de Publicidade Legal e professor de Direito Processual e Administrativo, os vetos, caso mantidos, vão restringir os atos exclusivamente ao ambiente digital, "limitando o acesso à informações", e não permitirá nenhum controle paralelo, sendo realizado a critério do próprio órgão.

"Tal panorama facilitará o direcionamento de editais, ao passo que dificultará a fiscalização pelos organismos competentes, porquanto os órgãos poderão inserir e retirar conteúdo dos portais digitais a qualquer tempo", disse.

Segundo ele, se mantido o veto, a nova lei de licitações colocará os licitantes e cidadãos "em franca insegurança jurídica, tendo em vista a incerteza da precisão das informações unilateralmente inseridas nos portais digitais pelos órgãos licitantes".

Além disso, completou o advogado, a restrita divulgação dos editais de licitações certamente limitará o universo de concorrentes, ao contrário da máxima de a propaganda ser a alma do negócio. "Em verdade é a ampla publicidade faz com que o número de licitantes seja cada vez maior. O veto caminha em sentido oposto".

ANÁLISE DOS VETOS. Termina em 5 de maio, na próxima quinta-feira, o prazo para senadores e deputados, em sessão conjunta, deliberarem sobre os vetos do presidente Jair Bolsonaro à nova Lei de Licitações. Caso os vetos não sejam apreciados pelo Congresso até 5 de maio, irá travar a pauta, tendo que ser analisado com prioridade nas sessões seguintes. **(Bruno Hoffmann)**

Ministro Marco Aurélio manda governo realizar o Censo

O ministro Marco Aurélio Mello, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou ao governo federal "a adoção de medidas voltadas à realização do Censo". Ele atendeu um pedido feito pelo governo do Maranhão. Na semana passada, o Ministério da Economia informou que a realização do Censo em 2021 estava cancelada devido aos cortes de verba.

"Defiro a liminar, para determinar a adoção de medidas voltadas à realização do censo, observados os parâmetros preconizados pelo IBGE, no âmbito da própria discricionariedade técnica", decidiu Marco Aurélio.

Na aprovação do Orçamento de 2021, a pesquisa perdeu 96% de sua verba, que foi reduzida de R$ 2 bilhões para R$ 71 milhões.

Em sua decisão, Marco Aurélio avaliou que deixar de fazer o censo representa descumprir um trecho da Constituição. "A União e o IBGE, ao deixarem de realizar o estudo no corrente ano, em razão de corte de verbas, descumpriram o dever específico de organizar e manter os serviços oficiais de estatística e geografia de alcance nacional – artigo 21, inciso XV, da Constituição de 1988. Ameaçam, alfim, a própria força normativa da Lei Maior."

O ministro afirmou assim que, nesse caso, cabe ao STF "impor a adoção de providências a viabilizarem a pesquisa demográfica", segundo informações do jornal "O Globo".

O Censo é a mais ampla pesquisa sobre a população brasileira e é feita mediante visita ou coleta de informações em todos os domicílios do país. É uma base de dados fundamental para a distribuição de recursos a estados e municípios, através do repasse do dinheiro arrecadado em impostos de acordo com a população de cada região. É com base nas informações do Censo, também, que é calculada a distribuição de vacinas por municípios. **(GSP)**

ARQUIVO/IBGE

O Censo é a mais ampla pesquisa sobre a população brasileira

Bolsonaro relança programa

O presidente Jair Bolsonaro assinou na terça-feira (27) a medida provisória (MP) que viabiliza a retomada do Programa Emergencial de Manutenção do Emprego (BEm), que permite a empresas a realização de acordos para redução de jornada e salário de funcionários ou a suspensão dos contratos de trabalho. O programa entra em vigor de forma imediata e terá duração inicial de 120 dias.

De acordo com o governo, no ano passado o programa preservou o emprego e a renda de cerca de 10,2 milhões de trabalhadores em acordos que tiveram a adesão de mais 1,5 milhão de empresas. O benefício foi pago com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). A retomada do BEm era uma demanda de empresários por causa do agravamento da crise econômica em decorrência da pandemia.

A redução de salários ou a suspensão dos contratos serão feitas nos mesmos moldes de 2020, segundo o governo. **(GSP e AB)**

EUA autorizam viagem de brasileiros

Brasileiros com visto de estudante válido e matriculados em instituições de ensino dos Estados Unidos poderão embarcar para o país norte-americano nos próximos meses. A ampliação das Exceções de Interesse Nacional (NIE, na sigla em inglês) foi assinada na última segunda-feira (26) pelo secretário de Estado norte-americano, Antony Blinken.

De acordo com as regras anunciadas, cidadãos brasileiros que tiverem visto de estudante válido, nas categorias F e M, e iniciarão os estudos nos EUA a partir de 1º de agosto deste ano, poderão viajar ao país sem consultar a embaixada ou os consulados no Brasil. No entanto, eles estão proibidos de chegar ao país mais de 30 dias antes do início das aulas.

Aqueles que necessitam obter um visto de estudante devem consultar o site da embaixada ou dos consulados mais próximos. As entrevistas de visto para as categorias dessa exceção devem ser retomadas em meados de maio de 2021 "se as condições permitirem", diz o comunicado oficial do governo norte-americano.

Acadêmicos, jornalistas e outros também poderão se qualificar para uma Exceção de Interesse Nacional, incluindo aqueles com vistos válidos ou com a Autorização de Viagem (Esta). Tendo a NIE aprovada, os indivíduos podem viajar com um visto válido ou a autorização Esta, informou a embaixada norte-americana. **(AB)**

THIAGO NEME/GAZETA DE S.PAULO

Brasileiros que tiverem visto de estudante válido e iniciarão os estudos nos EUA a partir de 1º de agosto poderão viajar ao país

DocuSigned by:
Jornal Gazeta SP Ltda. - EPP
Assinado por: JORNAL GAZETA SP LTDA:04735364000170
CPF: 29513948889
Data/Hora da Assinatura: 28/04/2021 | 17:50:52 PDT
ICP Brasil
5146939EFE414F8FAB3A7733135E2CCF

PÁGINA CERTIFICADA. O JORNAL GAZETA SP LTDA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.gazetasp.com.br

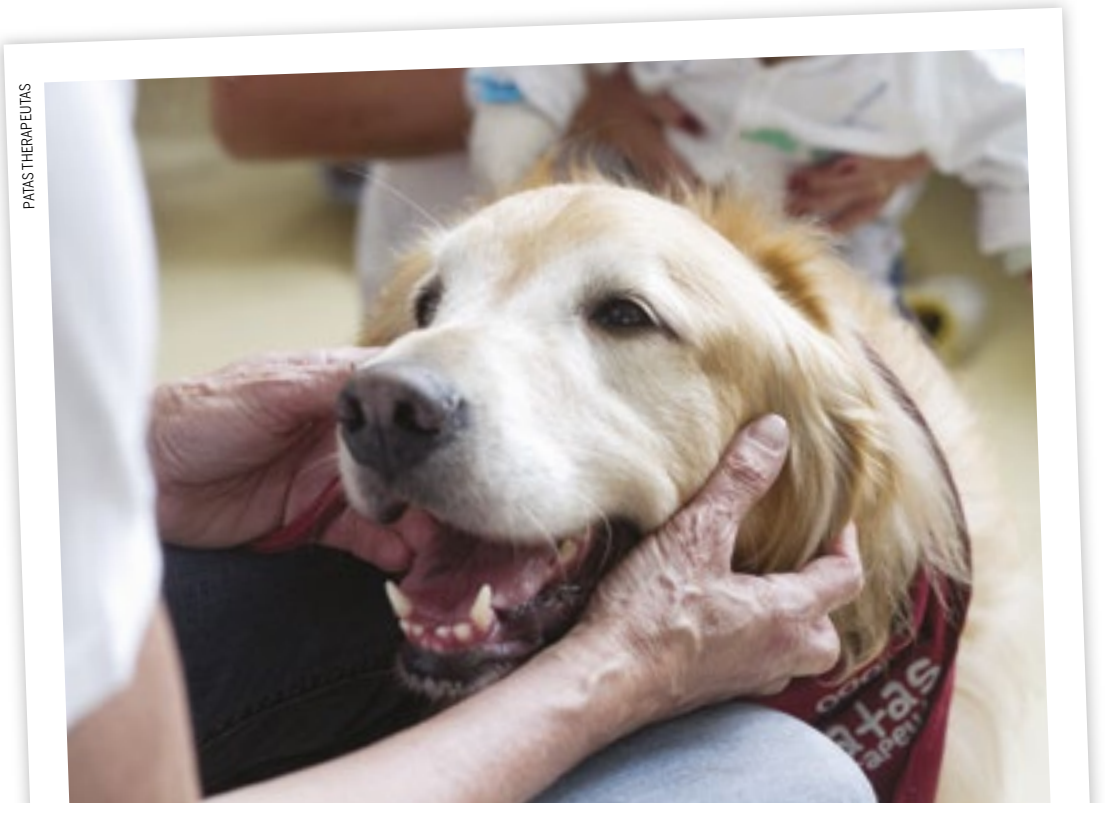
DocuSign Envelope ID: 02ED7B38-9754-44BE-8E3C-2F4C30CAD5A3

Por Edgard M. Brito
Médico veterinário
embrito@terra.com.br

Conheça o trabalho da ONG Patas terapeutas

A ONG "Patas Therapeutas" leva terapias assistidas por animais a instituições de São Paulo como hospitais, residenciais de idosos, abrigos de crianças entre outras repartições, para melhorar a qualidade de vida dos pacientes, além de realizar atividades em empresas e eventos.

Sem fins lucrativos, atua com intervenções assistidas por animais nas áreas de atividade, terapia e educação assistida por animais. Tem como missão oferecer os benefícios dos efeitos da convivência com animais, trazendo resultados cientificamente comprovados para a saúde física, emocional, mental e social das pessoas com diversas patologias ou mesmo sadias. É um trabalho voluntário.


PATAS THERAPEUTAS

Os animais terapeutas são cães, gatos, bichos de estimação silvestres e exóticos. Todos passam por rígidos protocolos internacionais de saúde e de comportamento. A expectativa é de voltar às atividades a partir de maio deste ano, com uma missão redobrada de assistir as pessoas que necessitam deste apoio, particularmente neste momento de extrema necessidade de atenção que o ser humano requer.

Veja abaixo os locais de atuação:

•Centro Dia de Idosos – AFAI - Idosos com Alzheimer
•Hospital Albert Einstein – Pediatria
•Hospital AC Camargo – Pediatria Oncológica
• Hospital Infantil Darcy Vargas
• Hospital Municipal Infantil Menino Jesus
•Hospital Rede D'OR São Luís – várias unidades
•Hospital Sírio Libanês
•Hospital SEPACO
•Instituto Central do Hospital das Clínicas
• Instituto Solid Rock Brasil - Abrigo de crianças e adolescentes vitimados
• Policia Militar do Estado de São Paulo
•Residencial Israelita Albert Einstein
•Saica Alencar Gomes Ferreira
•Surf Special

Colaborador: Mário Eiras Garcia

HORÓSCOPO

ÁRIES. Hoje você vai sentir um clima de amadurecimento e isso deve te estimular a ter contato com pessoas com que tenha sintonia. Estará mais disciplinado (a) nas tarefas da faculdade ou do trabalho.

TOURO. Os astros formam um aspecto sensacional e avisam que deve ter ganhos profissionais. Podem surgir boas oportunidades de negócios. Com a imaginação muito fértil, a sua criatividade vai rolar solta.

GÊMEOS. Seus relacionamentos e parcerias profissionais vão receber ótimas energias. Se precisar fazer alguma viagem a trabalho, fique sabendo que pode render bons negócios. No amor, boa fase para o diálogo.

CÂNCER. Hoje você terá mais responsabilidade e senso de dever nos negócios. Como estará com as emoções em equilíbrio vai sentir bem-estar e o corpo fortalecido. Amizades vão estar em boa sintonia.

LEÃO. Seus relacionamentos, parcerias profissionais e intimidade estão favorecidos neste momento. Tudo indica que terá sucesso nas suas parcerias. Os astros também devem te deixar mais sociável e sábio.

VIRGEM. Seu jeito organizado deve se destacar ainda mais hoje. Vai trabalhar bastante para deixar suas tarefas em dia. No amor, vai querer um romance perfeito, porém deve ser sincero com o seu par.

LIBRA. Você terá ótimas ideias, conseguirá se expressar bem e tudo isso vai favorecer seus contatos, trabalho e ambições. Na intimidade, aposte nas fantasias para deixar as coisas mais animadas com o crush.

ESCORPIÃO. Os astros aconselham agir com muita responsabilidade e severidade ao lidar com o seu dinheiro. No amor, vai contar com mais romantismo, criatividade e inspiração.

SAGITÁRIO. Hoje você deve ter facilidade para falar e escrever, mas tende a se expressar com responsabilidade. Sua mente estará séria, concentrada e irá levar os estudos a sério. Clima de intimidade e romantismo em casal.

CAPRICÓRNIO. Suas finanças estão no foco, por isso deve priorizar investimentos seguros e confiáveis. Os assuntos do coração estão favorecidos. Se está solteiro (a) tudo indica que deve aparecer um crush especial.

AQUÁRIO. Suas amizades e vida social vão receber ótimas vibrações. Pessoas do passado podem voltar, mas também deve conhecer muita gente nova. Os astros vão estimular sua mente.

PEIXES. Vai conseguir se livrar dos medos e assumir mais responsabilidades na vida profissional. Podem acontecer mudanças positivas na sua vida. Se expressar será muito mais fácil hoje.

RESUMO DAS NOVELAS

MALHAÇÃO – SONHOS
17h45, na Rede Globo

Duca e Cobra se enfrentam no campeonato. Roberta se enfurece com a desistência de Marcelo. Delma e Marcelo namoram. Nat se aproxima de Dalva, e Duca acaba se distraindo com a movimentação da lutadora. Nando questiona René sobre sua relação com Ana, e João ouve. Nat pergunta a Dalva se Alan pode estar vivo. Cobra aproveita a distração de Duca e vence a luta. Lobão e Heideguer comemoram a vitória da Academia Khan. Bianca tenta falar com Duca, que pede para ficar sozinho. João conclui que pode ser irmão de Karina. Sol tenta se reconciliar com Wallace. Duca procura Nat, que revela que traiu Lobão com Alan. Gael se irrita ao encontrar Pedro em sua casa. Lobão chega à casa de Nat.

A VIDA DA GENTE
18h20, na Rede Globo

Manuela consegue se comunicar com Ana. Manuela conta para Rodrigo que Ana está se recuperando. Marcos e Dora fazem planos para um novo encontro entre eles e as filhas. Manuela vela o sono de Júlia. Alice conta para Manuela sobre sua desconfiança em relação a Renato. Rodrigo se aconselha com Lourenço. Rodrigo fica sensibilizado ao ver Ana.

SALVE-SE QUEM PUDER
19h30, na Rede Globo

Alexia briga com Zezinho por achar que ele tem uma amante. Luna diz a Kyra que vai conversar com Téo. Ermelinda briga com Kyra por ter aceitado ir ao Rio com Alan. Luna/Fiona diz que não pode ser envolver com Téo, mas os dois acabam se beijando. Úrsula afirma a Micaela que Téo é tudo em sua vida. Vicky orienta Gael e Bruno, e se queixa da falta de interesse deste. Verônica fala com um dos irmãos sobre acabar com a vida de Micaela. Gabi pede para conversar com Juan. Bel percebe que Edgar está interessado em Ermelinda. Renatinha pede a Rafael para demitir Alexia/Josimara. Dominique ameaça Lúcia sobre Renzo. Téo termina o namoro com Úrsula.

CHIQUITITAS
20h50, no SBT

Mili tenta afastar Miguel de Maria e o acusa de ter batido em Marian. Miguel se defende e afirma que jamais agrediria uma criança e pede a confiança de Mili. Os meninos passam por mais um treinamento com o mestre Chen. É a primeira vez que pai e filha conversam e ficam frente a frente, embora ela não saiba disso. Miguel pede para Mili guardar segredo e diz que foi muito amigo de Sofia, antiga diretora do orfanato.

GÊNESIS
21h00, na RecordTV

Michal se entrega a Manre. Lúcifer consegue a confiança de Abrão. O exército do rei Bera batalha contra os homens do rei Quedorlaomer. Manre cai na provocação de Gyasi. O exército de Quedorlaomer leva vantagem na batalha. O rei Bera precisa se humilhar para se manter vivo. Sarai força uma aproximação entre Abrão e Agar. Enciumado, Manre tem um ataque contra Gate e Eliézer. Ló se apavora com a notícia dada por Sitri.

IMPÉRIO
21h00, na Rede Globo

Magnólia inventa uma desculpa para José Alfredo, mas é expulsa da casa de Maria Ísis. José Pedro pede que Marisa lhe dê a folha de pagamento da empresa. José Alfredo fala para Maria Ísis que a mulher que estava com ele é sua filha. João Lucas garante a Du e Helena que vai descobrir quem é a amante de seu pai. Maria Marta vai para uma delegacia e faz uma denúncia dizendo que está sendo chantageada. Silviano e Brigel ameaçam Ismael e Lorraine. Cora reclama dos gastos de Cristina. Fernando elogia Cristina. José Alfredo pergunta para Helena onde está Maria Marta e fica desconfiado com a resposta.

CRUZADAS

PASSATEMPO www.recreativa.com.br EDITORA A RECREATIVA

HORIZONTAIS
1. (Gregório de) Poeta baiano (1623-1696) / O Deus único do Islã
2. O eu da psicanálise / Serve de suporte à xícara ou copo
3. Cidade suíça, capital do cantão homônimo
4. Sufixo feminino de ão / Uma inscrição na capa de um livro
5. Fazer perder as forças
6. Impedimento
7. O ator Jean, de "Imensidão Azul" e "O Profissional" / Mamífero roedor semelhante ao porquinho-da-índia
8. O começo de... outubro / Microempreendedor Individual
9. Colocar etiqueta em
10. (Rel.) Canto litúrgico de exultação / (Rád.) Ondas Médias
11. Falta de transparência
12. A mim / Colocar açúcar, mel etc.
13. Nem este nem aquele / Aproveitamento de algo para determinada finalidade.

VERTICAIS
1. Planta de frutos arredondados, saborosos / Elemento de composição: igual
2. Estância hidromineral, termas / Nascido em Bruxelas ou Milão
3. Som de uma batida à porta / Órgão de fixação de animais como o polvo
4. Um gás que queima com fraca chama luminosa / Jogar para longe, com ímpeto e força
5. (Ingl.) Momento final de uma corrida, com a maior velocidade possível / Abastecido, guarnecido do que é necessário para a realização de algo
6. Que lhe foram pedidos esclarecimentos ou pareceres
7. Pinheiro típico do Paraná / (Tupi-guar.) Grande
8. O fim do... balé / Diz-se de sono que se interrompe facilmente / (Quatro) Famosa publicação sobre automóveis
9. Obstruir rios, canais etc. com areia / Puro e simples.

SUDOKU RECREATIVA.COM.BR

			3	6				
3	4			2		6		
		9					5	8
	3	4			7			5
		2				9		
6			2			7	3	
5	9					8		
		6		5			4	2
				8	1			

Passatempos de lógica.
Complete cada tabuleiro de nove quadrados preenchendo os espaços vazios com números de 1 a 9, de modo que eles não se repitam em nenhuma fileira vertical nem horizontal nem em cada grupo de quadrados.

solução

1	8	5	3	6	9	4	2	7
3	4	7	5	2	8	6	1	9
2	6	9	1	7	4	3	5	8
9	3	4	8	1	7	2	6	5
7	5	2	4	3	6	9	8	1
6	1	8	2	9	5	7	3	4
5	9	1	6	4	2	8	7	3
8	7	6	9	5	3	1	4	2
4	2	3	7	8	1	5	9	6

Direitos exclusivos da Editora A Recreativa Ltda. Proibida a reprodução sem autorização.

DocuSigned by:
Jornal Gazeta SP Ltda. - EPP
Assinado por: JORNAL GAZETA SP LTDA:04735364000170
CPF: 29513948889
Data/Hora da Assinatura: 28/04/2021 | 17:50:57 PDT
ICP Brasil
5146939EFE414F8FAB3A7733135E2CCF

PÁGINA CERTIFICADA. O JORNAL GAZETA SP LTDA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.gazetasp.com.br

DocuSign Envelope ID: 02ED7B38-9754-44BE-8E3C-2F4C30CAD5A3

MONTE HILAIRE EMPREENDIMENTOS HOTELEIROS SA

CNPJ 19.201.659/0001-34

Demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro - Em milhares de reais (R$)

Ativo	2020	2019
Circulante	**7.001**	**16.284**
Caixa e equivalentes de caixa	6.767	14.824
Impostos a recuperar	13	10
Adiantamentos a fornecedores	199	1.398
Despesas antecipadas	22	52
Não circulante	**81.575**	**60.118**
Imobilizado	81.575	60.118
Total do ativo	**88.576**	**76.402**

Passivo e patrimônio líquido	2020	2019
Circulante	**2.986**	**3.451**
Fornecedores	2.243	3.391
Obrigações sociais e trabalhistas	222	8
Obrigações fiscais	73	52
Arrendamentos a pagar	172	-
Adiantamentos recebidos	259	-
Outras contas a pagar	17	-
Não circulante	**58.350**	**43.187**
Arrendamentos a pagar	453	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	9.128	4.233
Debêntures	45.143	38.954
Adiantamentos recebidos	3.626	-
Patrimônio líquido	**27.240**	**29.764**
Capital social	31.500	31.500
Prejuízos acumulados	(4.260)	(1.736)
Total do patrimônio líquido e passivo	**88.576**	**76.402**

Demonstrações dos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais (R$)

	2020	2019
Despesas operacionais		
Comerciais	(149)	(24)
Pessoal	(1.340)	(15)
Gerais e administrativas	(686)	(83)
Despesas tributárias	(235)	(258)
Prejuízo antes do resultado financeiro e dos impostos	**(2.410)**	**(380)**
Resultado financeiro líquido	(114)	256
Prejuízo antes dos impostos	**(2.524)**	**(124)**
Imposto de renda e contribuição social – correntes	-	(13)
Prejuízo do exercício	**(2.524)**	**(137)**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Em milhares de reais (R$)

	Capital social	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	**31.500**	**(1.599)**	**29.901**
Prejuízo do exercício	-	(137)	(137)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**31.500**	**(1.736)**	**26.764**
Prejuízo do exercício	-	(2.524)	(2.524)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**31.500**	**(4.260)**	**(27.240)**

Demonstrações do fluxo de caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais (R$)

	2020	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(2.524)	(137)
Variação em ativos e passivos operacionais		
Redução (aumento) em adiantamentos a fornecedores	1.199	(1.388)
Redução (aumento) em impostos a recuperar	(3)	(7)
Redução (aumento) em despesas antecipadas	30	(51)
(Redução) aumento em fornecedores	(1.148)	2.555
(Redução) aumento em obrigações fiscais, trabalhistas e sociais	235	49
(Redução) aumento em adiantamentos recebidos	3.885	-
(Redução) aumento em arrendamentos a pagar	625	-
(Redução) aumento em outras contas a pagar	17	-
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades operacionais	**2.316**	**1.021**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado e intangível	(21.457)	(19.550)
Caixa consumido nas atividades de investimentos	**(21.457)**	**(19.550)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Empréstimos e financiamentos	-	(7.685)
Debêntures - True Securitizadora	6.189	38.954
Adiantamento para futuro do aumento do capital (AFAC)	4.895	137
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	**11.084**	**31.406**
Acréscimo líquido de caixa e equivalentes de caixa	**8.057**	**12.877**
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	14.824	1.947
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	6.767	14.824
Acréscimo líquido de caixa e equivalentes de caixa	**8.057**	**12.877**

ARNALDO GOLDSTEIN - Presidente- CPF 000.620.568-24

JORGE PESSOA ALVES - Contador - CRC 1SP143414/O-2

“As demonstrações financeiras completas, incluindo as notas explicativas e o relatório sem ressalvas emitido pelos auditores da Crowe Macro Auditores Independentes S.S. encontram-se disponíveis na sede da Companhia”

SOBRASIL COMERCIAL S.A. | CNPJ/MF nº 19.257.882/0001-01

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Valores expressos em milhares de reais)*

Balanços Patrimonias - Ativos	2020	2019
Ativos circulantes	**23.563**	**4.252**
Caixa e equivalentes de caixa	313	1.018
Duplicatas a receber	23.249	3.231
Impostos a recuperar	1	3
Ativos não circulantes	**537.125**	**459.817**
Imobilizado	536.929	459.621
Intangível	196	196
Total dos ativos	**560.688**	**464.069**
Balanços Patrimonias Passivos		
Passivos circulantes	**11.220**	**29.500**
Obrigações fiscais a recolher	985	285
Outras contas a pagar	10.198	29.161
Partes relacionadas	37	54
Patrimônio líquido	**549.468**	**434.569**
Capital social	173.819	173.819
Reserva legal	6.320	4.300
Reserva especial	37.827	27.149
Reserva de capital	34.459	34.459
Ajuste de avaliação patrimonial	297.043	194.842
Total dos passivos e patrimônio líquido	**560.688**	**464.069**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital social	Reserva Legal	Reserva Especial	Reserva de capital	Resultado do Exercício	Ajuste acumulado de conversão	Total
Saldos em 31/12/2018	**173.819**	**3.302**	**32.607**	**34.459**	**-**	**169.027**	**355.039**
Ajuste de conversão	-	-	-	-	-	25.815	25.815
Lucro do exercicio	-	-	-	-	19.969	-	19.969
Resgate de ações	-	-		-		-	-
Pagamento de dividendos	-	-	(24.429)	-	-	-	(24.429)
Destinações							
Constituição de reserva legal	-	998	-	-	(998)	-	-
Constituição de reserva especial (art. 202 lei sa)	-	-	14.228	-	(14.228)	-	-
Dividendos a pagar	-	-	4.743	-	(4.743)	-	-
Saldos em 31/12/2019	**173.819**	**4.300**	**27.149**	**34.459**	**-**	**194.842**	**434.569**
Ajuste de conversão	-	-	-	-	-	102.201	102.201
Lucro do exercicio	-	-	-	-	40.398	-	40.398
Resgate de ações	-	-		-		-	-
Pagamento de dividendos	-	-	(27.700)	-	-	-	(27.700)
Destinações							
Constituição de reserva legal	-	2.020	-	-	(2.020)	-	-
Constituição de reserva especial (art. 202 lei sa)	-	-	28.783	-	(28.783)	-	-
Dividendos a pagar	-	-	9.595	-	(9.595)	-	-
Saldos em 31/12/2020	**173.819**	**6.320**	**37.827**	**34.459**	**-**	**297.043**	**549.468**

Demonstração do Resultado	2020	2019
Receita operacional líquida	**68.563**	**8.852**
Lucro bruto	**68.563**	**8.852**
Receitas (despesas) operacionais		
Despesas gerais e administrativas	(758)	(702)
Ajuste a valor presente	(24.893)	12.008
Resultado operacional antes das Receitas (despesas) financeiras	**42.912**	**20.158**
Receitas financeiras	431	214
Despesas financeiras	(48)	(46)
Resultado antes dos impostos	**43.295**	**20.326**
Imposto de renda e contribuição social		
Corrente	(2.897)	(357)
Lucro do exercício	**40.398**	**19.969**

Demonstração do Resultado Abrangente	2020	2019
Lucro líquido do exercício	**40.398**	**19.969**
Resultado abrangente total do exercício	**40.398**	**19.969**

Demonstração do Fluxo de Caixa

	2020	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	40.398	19.969
Ajustes para reconciliar o lucro líquido (prejuízo) do exercício		
Ajuste a valor presente	24.893	(12.008)
(Aumento) redução nos ativos operacionais:		
Duplicatas a receber	(20.018)	(2.056)
Impostos a recuperar	2	4
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	-	(3)
Obrigações fiscais a recolher	700	231
Outras contas a pagar	(18.963)	18.184
Partes Relacionadas	(17)	6
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	**26.995**	**24.327**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamento de dividendos	(27.700)	(24.429)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos	**(27.700)**	**(24.429)**
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	**(705)**	**(102)**
Caixa e equivalentes de caixa		
Saldos no início do exercício	1.018	1.120
Saldos ao final do exercício	313	1.018
Aumento no saldo do caixa e equivalentes de caixa	**(705)**	**(102)**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações Gerais: A Sobrasil Comercial S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na Av. das Nações Unidas, 14.261 - Cond. TW Torre Morumbi, 20º andar, Pavimento 2001B, sub condomínio Ala B, Bairro Vila Gertrudes, São Paulo, SP, que tem como principal atividade a administração de projetos de florestamento e reflorestamento. Seu exercício social encerra-se em 31 de dezembro. A Companhia, constituída em 19 de novembro de 2015, tem como atual acionista controladora a Parkia Participações S.A. (“Parkia”) detentora de 99,999% do capital da empresa. A Parkia assinou com a Fíbria Celulose S.A., pessoa jurídica de direito privado, contratos de Parceria Florestal e de Fornecimento de Madeira em Pé, ambos com prazo de 24 anos, durante o qual a Fíbria continuará a operar suas florestas localizadas nas áreas da Companhia. **COVID-19:** A Companhia vem monitorando os impactos decorrentes da pandemia do Covid-19 tomando todas as medidas preventivas em linha com os direcionamentos estabelecidos pelas autoridades de saúde no que se refere à segurança de seus colaboradores e continuidade de suas operações. Entre as medidas adotadas pela Companhia destacam-se: (i) monitoramento diário dos casos de Covid-19 em regiões próximas as nossas unidades; (ii) adoção da prática de trabalho remoto (home office) para todos os colaboradores administrativos; (iii) restrição de viagens nacionais; (iv) desenvolvimento de protocolos de segurança no transporte, alimentação e dormitórios. **2. Principais Práticas Contábeis: 2.1. Base de elaboração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil - BRGAAP. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovadas pela Conselho Federal de Contabilidade - CFC. A Companhia preparou essas demonstrações financeiras com base no pressuposto de que continuará em operação futura. A Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvida significativa sobre a continuidade operacional da Sociedade. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto pelos ativos biológicos que estão mensurados pelo seu valor justo, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia na elaboração das suas demonstrações financeiras são as seguintes: **a) Moeda funcional:** as demonstrações financeiras são apresentadas em reais - R$, a moeda funcional e de apresentação da Companhia. **b) Caixa e equivalentes de caixa:** compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e operações compromissadas. As operações compromissadas são ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos exercícios, e possuem vencimentos inferiores há 90 dias ou sem prazos fixados para resgate, com liquidez imediata, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. **c) Instrumentos financeiros:** os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. **Classificação dos ativos e passivos financeiros:** Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros. Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado: • O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais. • Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Em geral, todos os outros ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado. Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for (i) uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, (ii) mantido para negociação, ou (iii) designado ao valor justo por meio do resultado. Em geral, todos os outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva. **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:** A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas (“PCE”) sobre valores a receber de clientes. O valor das perdas de crédito esperadas é atualizado em cada data de relatório para refletir as mudanças no risco de crédito desde o reconhecimento inicial do respectivo instrumento financeiro. A Companhia sempre reconhece a PCE durante a vida útil para contas a receber. A perda de crédito esperada sobre esse ativo financeiro é estimada com base em fatores específicos aos devedores, nas condições econômicas gerais e na avaliação das condições atuais e projetadas na data do relatório, incluindo o valor da moeda no tempo, quando aplicável. Para todos os outros instrumentos financeiros, a Companhia reconhece a PCE durante a vida útil quando há um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial. Porém, se o risco de crédito sobre o instrumento financeiro não tiver aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial, a Companhia mensura a provisão para perdas para aquele instrumento financeiro em um valor correspondente à PCE do período de 12 meses. A PCE durante a vida útil representa as perdas de crédito esperadas decorrentes de qualquer evento de inadimplência possível durante a vida estimada de um instrumento financeiro. Por outro lado, a PCE do período de 12 meses representa a parcela da PCE durante a vida útil que deve resultar dos eventos de inadimplência de um instrumento financeiro que sejam possíveis em um período de 12 meses após a data de relatório. **Baixa de ativos e passivos financeiros:** A Companhia baixa um ativo financeiro apenas quando a Companhia transfere o ativo financeiro e substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo para outra entidade. Se a Companhia não transfere ou retém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade e continua a controlar o ativo transferido, a Companhia reconhece sua parcela retida no ativo e um correspondente passivo em relação aos valores que a Companhia pode ter que pagar. Se a Companhia retém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade de um ativo transferido, a Companhia continua a reconhecer o ativo financeiro e reconhece ainda um empréstimo garantido em relação aos recursos recebidos. A Companhia baixa um passivo financeiro se, e apenas se, suas obrigações são retiradas, canceladas ou quando elas vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contraprestação paga e a pagar é reconhecida no resultado. A Companhia contabiliza a modificação substancial dos termos e as condições de um passivo existente, ou parte dele, como liquidação do passivo financeiro original e baixa do novo passivo. **d) Ativos e passivos sujeitos à atualização monetária:** os ativos e passivos sujeitos à indexação são atualizados monetariamente com base nos índices aplicáveis vigentes na data do balanço. As variações monetárias são reconhecidas no resultado pelo regime de competência. **e) Contas a receber de clientes:** são registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos decorrentes das vendas de produtos florestais. As contas a receber de clientes referem-se na sua totalidade a operações de curto prazo e assim não são trazidas a valor presente por não representar ajustes relevantes nas demonstrações financeiras. A PCE é constituída com base na perda esperada para os valores a receber com base em informações disponíveis no mercado sobre seus clientes. **f) Ativos biológicos:** os ativos biológicos da Companhia são representados, principalmente, por florestas de pinus e eucaliptos que são utilizadas para comercialização com terceiros. As florestas estão localizadas no estado de São Paulo. O processo de colheita é estimado em um ciclo, aproximado, de 7 anos para Eucalipto e 18 anos para Pinus, variável com base na cultura e material genético a que se refere. Os ativos biológicos são mensurados ao valor justo, deduzidos dos custos estimados de venda quando da realização da colheita. As premissas significativas na determinação do valor justo dos ativos biológicos estão demonstradas na nota explicativa nº 9. A avaliação dos ativos biológicos a valor justo é feita anualmente pela Companhia e/ou por uma empresa terceirizada especializada em avaliações, sendo o ganho ou perda na variação do valor justo dos ativos biológicos reconhecidos no resultado no período em que ocorrem em linha específica da demonstração do resultado, denominada “Variação do valor justo dos ativos biológicos não vendidos”. O aumento ou diminuição no valor justo é determinado pela diferença entre os valores justos dos ativos biológicos no início do período e ao final do período avaliado. **g) Ativo imobilizado:** os ativos imobilizados são representados, principalmente, por propriedades rurais utilizadas para reflorestamento. Os demais bens do ativo imobilizado são representados por benfeitorias realizadas nas propriedades rurais, veículos, máquinas e equipamentos e estão demonstrados pelo custo de aquisição e estão reduzidas por provisão para perda por redução do valor recuperável, quando aplicável. A Companhia utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final da data de balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Os gastos com manutenção dos ativos da Companhia são alocados diretamente ao resultado do exercício conforme são efetivamente realizadas. **h) Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis:** no fim de cada exercício, a Administração revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Administração calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada. Ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ainda não disponíveis para uso são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável, pelo menos, uma vez ao ano e sempre que houver qualquer indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução ao valor recuperável. O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo ao qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. **i) Provisões para riscos:** as provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. **j) Reconhecimento de receita:** a receita é mensurada com base na contraprestação que a Companhia espera receber em um contrato com o cliente e exclui valores cobrados em nome de terceiros. A Companhia reconhece receitas quando transfere o controle do produto ou serviço ao cliente, isto é, quando os produtos florestais são entregues para o cliente. A entrega ocorre quando os produtos florestais são enviados para o local determinado pelo cliente. A principal fonte de receita da Companhia é decorrente da venda de produtos florestais, madeira em pé. **k) Imposto de renda e contribuição social:** o resultado com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos. **Impostos correntes:** a provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada com base nas alíquotas vigentes do regime fiscal do lucro real no final do exercício. **Impostos diferidos:** o imposto de renda e contribuição social diferidos é reconhecido sobre as diferenças temporárias no final do exercício de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais. A recuperação do saldo do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos é revisada no final do exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado. **l) Resultado do exercício:** o resultado do exercício é apurado em obediência ao regime de competência. **m) Normas e interpretações novas e revisadas:** a. IFRS 17 – Contrato de seguro: vigora para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023. **b. Alterações ao IAS 1:** Classificação de passivos como circulante ou não circulante: vigora para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023. **n) Novas normas ou revisadas pela primeira vez em 2020: a. Alterações no CPC 15 (R1):** Definição de negócios. **b. Alterações no CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48:** Reforma da Taxa de Juros de Referência. **c. Alterações no CPC 26 (R1) e CPC 23:** Definição de material. **d. Revisão no CPC 00 (R2):** Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro. **e. Alterações no CPC 06 (R2):** Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento A Sociedade realizou uma análise dos impactos que poderão advir com a adoção das normas e das novas interpretações revisadas em suas demonstrações financeiras. Contudo, com base nas análises realizadas até o momento, a Administração da Companhia não espera impactos relevantes sobre as demonstrações financeiras em decorrência da adoção dessas normas e das novas interpretações revisadas emitidas e ainda não aplicáveis. **o) Estimativas contábeis:** as estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, de acordo com o julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor justo dos ativos biológicos, vida útil do ativo imobilizado, análise de “impairment” dos ativos e realização de Imposto de Renda e Contribuição Social diferido ativo. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente distintos devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas, no mínimo, anualmente. **3. Caixa e Equivalentes de Caixa:** Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são compostos como segue:

	2020	2019
Bancos	72	31
Aplicação financeira	241	987
Total	313	1.018

As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, não possuem quaisquer carências ou penalidades para o seu resgate antecipado. Essas aplicações financeiras referem-se a Fundo de investimento, com os rendimentos a uma taxa média de 117,04% do CDI - Certificados de Depósito Interbancário.

4. Contas a Receber de Clientes	2020	2019
Contas a receber de clientes por venda de produtos florestais	23.249	3.231
Total	23.249	3.231

O saldo de contas a receber de clientes tem a seguinte composição por idade de vencimento:

	2020	2019
A vencer	23.249	3.231
Total	23.249	3.231

Devido á parceria agrícola, a Companhia tem apenas a Fíbria Celulose S.A. como cliente, detendo assim 100% do saldo de clientes em 31 de dezembro de 2020. Durante os exercícios de 2020 e 2019, não houve necessidade de registros de perdas com créditos de liquidação duvidosa. **5. Propriedade para Investimento:** Os principais saldos em 31 de dezembro de 2020 da Companhia estão demonstrados abaixo:

	2020	2019
Propriedades rurais	239.069	263.962
Benfeitorias em propriedades rurais	817	817
Efeito de conversão	297.043	194.842
Total	536.929	459.621

Imobilizado

Custo	Propriedades rurais	Benfeitorias	Efeito de conversão	Total
31/12/2018	251.954	817	169.027	421.798
Adições	12.008	-	25.815	37.824
31/12/2019	263.962	817	194.842	459.621
Adições	(24.893)	-	102.201	77.308
31/12/2019	239.069	817	297.043	536.929

Não há depreciação das benfeitorias em propriedades rurais que consiste em estradas, aceiros, poços artesianos e demais benfeitorias, devido ao contrato entre a Companhia e a Fíbria que determina que após o término do contrato de fornecimento de madeira todas as benfeitorias devem ser entregues em plena condição de uso, as propriedades rurais não são depreciadas. **Análise do valor recuperável:** No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. A Companhia não identificou a necessidade de reconhecer uma provisão para perda por redução do valor recuperável durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019. As propriedades para investimento são registradas a valor justo com base na avaliação realizada por um avaliador independente no dia 31 de dezembro de 2020, conforme a regras da Norma Brasileira 14.653 e Tópicos 1 e 3 da Associação Brasileira de Normas Técnicas. Esta empresa possui qualificações requeridas e experiência na avaliação de propriedades similares.

6. Obrigações Fiscais A Recolher	2020	2019
Imposto de renda	658	64
Contribuição social	327	36
PIS	-	21
COFINS	-	98
INSS S/ Faturamento	-	66
Total	985	285

7. Patrimônio Líquido: 7.1. Capital Social: O capital social, totalmente subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2020, é de R$ 173.819.396,00 dividido em 305.337.792 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. **7.2. Reserva de capital:** O saldo de reserva de capital em 31 de dezembro de 2020 é de R$ 34.459 (R$ 34.459 em 2019). A Reserva de capital tem sido utilizada para o resgate de ações preferenciais, oriundas da transformação de ações ordinárias, com rigorosa obediência às disposições estatutárias. No exercício de 2020 não foram resgatadas ações preferenciais. **7.3. Reservas de lucros:** Reserva legal - o estatuto social determina que 5% do lucro líquido do exercício será aplicado na constituição da reserva legal, antes de qualquer outra destinação, conforme trata o Art. 193 da Lei n. 6.404/76 das Sociedades por Ações, até o limite de 20% do capital social integralizado, **Reserva especial –** constituída de acordo com o §5º, do artigo 202 da lei nº 6.404/76, segundo o qual os lucros que deixarem de ser distribuídos nos termos do §4º do mesmo artigo, serão registrados como reserva especial e, se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendo assim que o permitir a situação financeira da Companhia, sendo o saldo de reserva especial, em 31 de dezembro de 2020 de R$ 37.827 (R$ 27.149 em 2019). **7.4. Dividendos:** A Companhia calcula a proposição de dividendos com base no estatuto social, sendo o dividendo mínimo obrigatório fixado em 25% do lucro líquido remanescente do exercício, após constituições das reservas previstas em lei. Durante o ano de 2020, foi constituído R$ 9.595 (R$ 4.743 em 2019) referente a dividendos mínimos obrigatórios. **7.5. Ajustes acumulados de conversão:** A Administração, após análise das operações e negócios da Companhia, em relação principalmente aos fatores para determinação de sua moeda funcional, concluiu que o dólar (US$ dólar) é sua moeda funcional. Esta conclusão baseia-se na análise da premissa de que as investidas da companhia possuem a moeda funcional definida como dólar, pois o contrato que rege o negócio da Companhia com a Fibria foi definido em dólar e representa 100% da receita das mesmas. Em atendimento à legislação brasileira, esta demonstração financeira está sendo apresentada em reais, convertendo-se as demonstrações financeiras preparadas na moeda funcional da Companhia para reais, utilizando os seguintes critérios: **a)** Ativo e passivo pela taxa de câmbio de fechamento do período; **b)** Contas do resultado, do resultado abrangente, demonstração dos fluxos de caixa pela taxa média mensal; **c)** Patrimônio líquido ao valor histórico de formação. As variações cambiais resultantes da conversão acima referidas são reconhecidas em conta específica no patrimônio líquido, denominada “Ajustes acumulados de conversão”. O saldo efeito desse ajuste ao final do ano de 2020 foi de R$ 297.043 (R$ 194.482 em 2019). **8. Receitas:** Segue abaixo a conciliação entre a receita bruta e a receita apresentada na demonstração de resultado do exercício:

	2020	2019
Receita operacional bruta da venda de produtos florestais	72.681	9.387
(-) Deduções - impostos e devoluções:		
Impostos sobre vendas	(4.118)	(535)
Total	68.563	8.852

9. Informação sobre a Natureza das Despesas Reconhecidas na Demonstração do Resultado: A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas e custos baseados em suas funções. As informações sobre a natureza desses custos e despesas reconhecidos na demonstração do resultado é apresentada a seguir:

	2020	2019
Despesas administrativas compartilhadas	(262)	(245)
Despesas com consultoria	(211)	(64)
Licença de software	(24)	(54)
Publicações	(22)	(10)
Despesas tributárias	(20)	(16)
Outras despesas	(219)	(313)
Despesas gerais e administrativas	(758)	(702)

10. Resultado Financeiro	2020	2019
Receitas		
Receita de aplicação financeira	41	81
Variação cambial	386	133
Recuperação diversas	4	-
Total	431	214
Despesas		
Descontos concedidos	(11)	(23)
Despesa com empréstimos	(26)	(23)
Multas	(11)	-
Total	(48)	(46)

11. Gerenciamento de Riscos: Os valores justos dos ativos e passivos financeiros foram determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas. A Administração entende que o valor contábil dos instrumentos financeiros equivale, aproximadamente, a seu valor justo. Em 31 de dezembro de 2020, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir: • Caixa e equivalentes a caixa - Os saldos de caixa e equivalentes a caixa, em face de sua liquidez imediata e do risco insignificante de mudança de valor, têm valores justos que aproximam aos saldos contábeis. A Companhia revisou os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31 de dezembro de 2020, quanto à sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir: **a) Risco de liquidez:** A Administração da Companhia gerencia suas necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. **Categoria dos instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo após o reconhecimento inicial são agrupados em categorias específicas (nível 1, nível 2 e nível 3) de acordo com o correspondente grau observável do valor justo: • Mensurações do valor justo de nível 1 são obtidas a partir de preços cotados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos. • Mensurações de valor justo de nível 2 são obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços). • Mensurações de valor justo de nível 3 a partir de outras variáveis de mercado. Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, os instrumentos contabilizados a valor justo foram todos classificados no nível 3. Os demais ativos e passivos financeiros são avaliados ao custo amortizado. **12. Aprovação das Demonstrações Financeiras:** As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para divulgação pelos Administradores em 30/04/2021.

Fabiano Lirancos Sanchez - Diretor
Luiz Ildefonso Simões Lopes - Diretor
Paulo Cesar Carvalho Garcia - Diretor
Maycon Anderson Gazda - Contador
CRC - SC-033498/0-0 T-MS

Lote 5 Desenvolvimento Urbano LTDA. - CNPJ nº 17.118.230/0001-52 - NIRE 35.227.070.282

Ata de Reunião de Sócios Quotistas e Instrumento de Transformação em S.A. Realizada em 01/09/2014

Data/Hora/Local: 01/09/2014 às 10hs, sede social, Rua Amauri, nº 286, unidade E 4, São Paulo/SP. **Convocação:** Dispensada. **Presença:** Totalidade. **Mesa:** Arthur Matarazzo Braga – Presidente, Ricardo Setton - Secretário. **Ordem do dia e deliberações Aprovadas Por Unanimidade: 1.** A Consignação da integralização da totalidade do capital social da Sociedade. **2.** Transformação do tipo jurídico da Sociedade, passando de Ltda para S.A., com renúncia do direito de retirada prevista no artigo 1.114 do Código Civil. Em decorrência da transformação, os sócios quotistas aprovaram ainda as seguintes matérias: **2.1.** Cada quota social, no valor nominal unitário de R$ 1,00, em que se divide o capital social da Sociedade, o qual se encontra totalmente subscrito e integralizado na presente data, será convertida em 1 ação ordinária, nominativa e sem valor nominal, de modo que o capital da sociedade, representado por 1.000.000 de quotas, no montante total de R$ 1.000.000,00, passará a ser representado por 1.000.000 de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, sendo distribuídas entre os acionistas da seguinte forma: **Acionistas:** Arthur Matarazzo Braga. **Nº de ações:** 200.000. **Total (%):** 20. **Acionistas:** Astério Vaz Safatle. **Nº de ações:** 200.000. **Total (%):** 20. **Acionistas:** Luiz Roberto Horst Silveira Pinto. **Nº de ações:** 200.000. **Total (%):** 20. **Acionistas:** Fernando Bruno de Alburquerque. **Nº de ações:** 200.000. **Total (%):** 20. **Acionistas:** Ricardo Setton. **Nº de ações:** 200.000. **Total (%):** 20. **Total - Nº de ações:** 1.000.000. **Total (%):** 100%. **2.2.** A sociedade passará a operar com a seguinte denominação **Lote 5 Desenvolvimento Urbano S.A. 3.** Eleição das seguintes pessoas para ocuparem o cargo de diretores, com mandato de 2 anos a contar da presente data e remuneração global de 5 salários mínimos mensais: **a. Arthur Matarazzo Braga**, RG 5.887.766, CPF 765.993.378-72; **b. Astério Vaz Safatle**, RG 12.113.383-7, CPF 087.493.368-43;. **c. Fernando Bruno de Albuquerque,** RG 4.689.002-6, CPF 010.549.728-26; **d. Luiz Roberto Horst Silveira Pinto**, RG 15.187.306, CPF 064.006.118-43; **e. Ricardo Setton**, RG 10.557.715, CPF 089.560.948-70. **3.1.** Os diretores eleitos declaram sob as penas da lei, não estarem impedidos de exercer a administração da companhia. **3.2.** Os diretores eleitos tomam posse de seus respectivos cargos. **4.** Aumento de capital de R$ 1.000.000,00 para R$ 6.195.000,00 mediante a emissão de 5.195.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, sendo distribuídas entre os acionistas da seguinte forma: **Acionistas:** Arthur Matarazzo Braga. **Nº de ações:** 1.239.000. **Total (%):** 20. **Acionistas:** Astério Vaz Safatle. **Nº de ações:** 1.239.000. **Total (%):** 20. **Acionistas:** Luiz Roberto Horst Silveira Pinto. **Nº de ações:** 1.239.000. **Total (%):** 20. **Acionistas:** Fernando Bruno de Alburquerque. **Nº de ações:** 1.239.000. **Total (%):** 20. **Acionistas:** Ricardo Setton. **Nº de ações:** 1.239.000. **Total (%):** 20. **Total - Nº de ações:** 6.195.000. **Total (%):** 100%. **5.** Aprovado os jornais DOESP e Diário do Comércio. **6.** Aprovada empresa especializada de auditoria **Pemom Auditoria e Consultoria S/S - EPP**, CNPJ 16.454.554/0001-07 **9.** Estatuto Social da Companhia. **Encerramento:** Nada mais. **Sócios Acionistas:** Arthur Matarazzo Braga, Astério Vaz Safatle, Fernando Bruno de Albuquerque, Luiz Roberto Horst Silveira Pinto, Ricardo Setton, RG P, 01/09/2014. Advogado responsável: Byung Soo Hong - OAB nº 128.464. **JUCESP/NIRE S.A.** nº 3530047066-4, e nº 391.770/14-7 em 25/09/2014. Flávia Regina Britto Gonçalves - Secretária Geral. **Estatuto Social. Capítulo I - Denominação, Duração, Sede, Filiais e Objeto. Artigo 1º:** A **Lote 5 Desenvolvimento Urbano S.A.** é uma S.A. de prazo indeterminado, regida pelo presente estatuto social, pela lei de S.A. e pela legislação aplicável. **Artigo 2º:** A Companhia tem sede e foro na Rua Amauri, nº 286, unidade E 4, localizada no 6º pavimento ou 4º, Edifício JB, Jardim Europa/SP, CEP 01448-000, podendo abrir filiais, escritórios e estabelecimentos em qualquer parte do território nacional ou no exterior, por deliberação da assembleia geral. **Artigo 3º:** A Companhia tem por objeto social: (a) administração de bens e negócios próprios, organização e urbanização de loteamento e incorporação imobiliária de qualquer espécie; (b) participação em outras empresas como acionista ou quotista; (c) prestação de serviços correlatos e afins ao objeto social, exceto aqueles de profissão regulamentada ou que requeiram inscrição em órgãos ou conselhos de classe. **Capítulo II - Capital Social e Ações. Artigo 4º:** O capital social da Companhia é de R$ 6.195.000,00, dividido em 6.195.000 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. **Artigo 5º:** As ações ordinárias são de 1 única classe e possuem direito de voto, sendo que a cada uma dessas ações caberá 1 voto nas deliberações da assembleia geral da Companhia. **Artigo 6º:** As ações são indivisíveis em relação à Companhia, a qual reconhecerá um só proprietário para cada ação. **Artigo 7º:** A Companhia, mediante deliberação da assembleia geral de acionistas e independentemente de reforma estatutária, está autorizada a aumentar o capital social até o total de R$ 25.000.000,00. **Artigo 8º:** A emissão de ações da Companhia para integralização em dinheiro, bens e/ou créditos, far-se-á por deliberação da assembleia geral aplicando-se, quando couber, o disposto no artigo 8º da Lei 6.404/76. **Artigo 9º:** As ações não serão representadas por cautelas, presumindo-se a titularidade destas pela inscrição do nome do acionista no livro de registro de ações nominativas da Companhia. **Artigo 10º:** A Companhia poderá, mediante aprovação dos acionistas representando 60% das ações ordinárias que compõem o capital da Companhia, em assembleia geral extraordinária, através de alteração estatutária, quando se fizer necessário, autorizar a criação e emissão de ações de outras espécies, bem como a emissão de bônus de subscrição e debêntures, nos condições e termos discutidos e aprovados na referida Assembleia. Contudo, é expressamente vedada a emissão de partes beneficiárias de qualquer natureza. **Capítulo III - Assembleia Geral. Artigo 11º.** A assembleia geral reunir-se-á (i) AGO, nos 4 primeiros meses após o término de cada exercício social, para deliberar sobre as matérias constantes do artigo 132 da Lei 6.404/76, e (ii) AGE, sempre que os interesses sociais ou a lei assim exigir. **Artigo 12º:** Sem prejuízo do disposto no §Único do artigo 123 da Lei 6.404/76, a assembleia geral será convocada por qualquer diretor, através de carta de convocação com aviso de recebimento, com antecedência mínima de 8 dias, destinada a todos os acionistas, a qual deverá ser encaminhada ao endereço por estes indicados à Companhia e deverá constar, além do local, data e hora da assembleia, a ordem do dia e, no caso de reforma do estatuto, a indicação dos dispositivos a serem reformados. §1º. A convocação por meio de carta de convocação não dispensa as formalidades previstas no §1º do artigo 124 da Lei 6.404/76. Será, contudo, considerada regular e eficaz, independentemente das formalidades de convocação, a assembleia geral a que comparecerem todos os acionistas. §2º. A assembleia geral será presidida por 1 dos diretores, ou, na ausência destes, por 1 acionista escolhido entre os presentes, o qual convidará outro diretor ou acionista para exercer a função de secretário. §3º. Os acionistas poderão fazer-se representar na assembleia geral por procurador constituído há menos de 1 ano, que seja acionista ou advogado. **Artigo 13º:** Compete à assembleia geral ordinária, na forma do artigo 132 da Lei nº 6.404/76: a. tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras e relatório da administração da Companhia; b. deliberar sobre a proposta de destinação do resultado da Companhia, incluindo eventual retenção dos lucros para constituição de reserva de qualquer natureza; e c. eleger ou destituir, a qualquer tempo, os membros da diretoria e do conselho fiscal, sem prejuízo do disposto no artigo 161 da Lei nº 6.404/76, bem como fixar ou alterar suas atribuições e/ou remuneração e o rateio desta, quando fixada em verba global. **Artigo 14º:** A instalação da assembleia geral dar-se-á, em 1ª convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 3/4 do capital social com direito de voto e, em 2ª convocação, com qualquer número. **Artigo 15º:** Nas assembleias gerais da Companhia, os acionistas obrigam-se a comparecer e a votar conforme as disposições de eventual acordo de acionistas. As matérias cuja competência para deliberação seja da assembleia geral da Companhia, ressalvadas as hipóteses especiais previstas em lei, serão tomadas por maioria absoluta (50% + 1) dos votos dos acionistas. **Artigo 16º:** As matérias abaixo elencadas dependerão de aprovação, em assembleia geral, de votos que representem 60% das ações ordinárias que compõem o capital da Companhia: a. eleger e destituir, nos termos do Artigo 19, os diretores da Companhia, bem como alterar a composição da diretoria e fixar-lhe as atribuições, observado o que a respeito dispuser o estatuto social da Companhia e eventual acordo de acionistas; b. criar, aprovar e regulamentar os termos e condições da política de participação nos lucros e/ou de planos de opção de compra de ações da Companhia por seus administradores e/ou demais empregados; c. nomear os membros do conselho fiscal quando em exercício; d. nomear os membros do conselho consultivo; e. aprovar o relatório da administração e as contas da diretoria; f. aprovar aumento ou redução de capital, incorporação, fusão, cisão, transformação, incorporação de ações ou reorganização societária envolvendo a Companhia; g. aprovar emissão ou distribuição, pública ou privada, de quaisquer valores mobiliários da Companhia, conversíveis ou não em ações, inclusive, mas sem limitação, a criação e emissão de debêntures, bônus de subscrição, ou opções de compra ou de subscrição de ações, bem como obtenção ou cancelamento de registro de companhia aberta pela mesma, sendo expressamente vedada a emissão de qualquer parte beneficiária pela Companhia; h. fixar o nível de endividamento da Companhia; i. alterar o estatuto social da Companhia; j. alterar o objeto social da Companhia; k. distribuir dividendos e definir a política; e l. aprovar quaisquer matérias que possam afetar os direitos assegurados aos acionista. **Artigo 17º:** A distribuição desproporcional de lucros, resultados ou remuneração sobre capital próprio dependerá de aprovação, em assembleia geral, de votos que representem 100% das ações ordinárias que compõem o capital da Companhia, observadas as determinações pactuadas em acordos de acionistas, se celebrados. **Artigo 18º:** As assembleias gerais da Companhia serão convocadas por qualquer diretor, ressalvados os casos previstos em lei. **Artigo 19º:** Cada um dos acionistas obriga-se a exercer os seus direitos de voto nas Assembleias Gerais de acionistas da Companhia, sempre de modo a assegurar o cumprimento de todos os termos e princípios estabelecidos em eventual acordo de acionistas. **Capítulo IV - Administração. Diretoria e Conselho Consultivo. Artigo 20º:** A Companhia terá 1 diretoria composta de no mínimo 2 e no máximo 5 diretores, todos residentes no País e acionistas, sendo simplesmente denominados diretores sem denominação específica. Os diretores serão eleitos pela assembleia geral da Companhia para 1 mandato de 2 anos, sendo permitida a reeleição. Os diretores se reportarão aos acionistas. §1º. Os diretores eleitos tomarão posse de seus cargos mediante assinatura do termo de posse no respectivo livro de atas e permanecerão no exercício dos seus cargos até a eleição e posse dos seus substitutos. **Artigo 21º:** A diretoria reunir-se-á sempre que necessário, por convocação de qualquer de seus membros, observado o disposto no estatuto social da Companhia em eventual acordo de acionistas e nas disposições legais vigentes. §1º. As reuniões extraordinárias da diretoria serão convocadas por qualquer diretor com antecedência mínima de 4 dias, por escrito, inclusive por mensagem eletrônica dirigida ao endereço eletrônico de cada membro, com a indicação do local (se na sede da Companhia ou por teleconferência ou videoconferência), dia e hora da reunião, bem como com uma descrição da ordem do dia, considerando-se regularmente convocado o membro presente à reunião. §2º. As reuniões serão instaladas com a presença de pelo menos 3/5 dos membros da diretoria. § 3º. Independentemente das formalidades relativas à convocação, considerar-se-á regular a reunião a que comparecerem todos os membros. §4º. A cada reunião da diretoria lavrar-se-á ata, em livro especial, assinada pelos diretores presentes. **Artigo 22º:** Compete à diretoria a administração dos negócios sociais em geral, a representação da Companhia e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes, conforme o Artigo 23 abaixo, ressalvados aqueles para os quais, por Lei ou pelo estatuto social ou por eventual acordo de acionistas, seja atribuída a competência da assembleia geral. §1º. Em todos os atos ou instrumentos que criem, modifiquem ou extingam obrigações da Companhia, esta será representada (i) por 2 diretores em conjunto, ou (ii) por 1 procurador, constituído por mandato assinado por 2 diretores, em conjunto com 1 diretor, ou (iii) por 1 procurador com poderes especiais, constituído por mandato assinado por 2 diretores. §2º. Na constituição de procuradores, observar-se-á o seguinte: (a) os instrumentos de mandato não poderão ter prazo superior a 1 ano, salvo aqueles com finalidade “ad judicia”, que poderão ter prazo indeterminado, devendo sempre constar em tais instrumentos o respectivo prazo validade; e (b) na hipótese de o mandato ter por objeto a prática de atos que dependem de autorização societária, o efetivo exercício de tais atos ficará expressamente condicionado à obtenção da pertinente autorização. Na ausência de menção ao prazo do mandato, presumir-se-á que o mesmo foi outorgado pelo prazo inferior de 1 ano. **Artigo 23º:** Compete à diretoria: a) zelar pela observância da lei e do estatuto social da Companhia e de eventual acordo de acionistas ou de Voto, devidamente arquivados na sede da Companhia; b) coordenar a gestão ordinária da Companhia, incluindo a implementação das diretrizes e o cumprimento das deliberações tomadas em assembleias gerais de acionistas e nas suas próprias reuniões; c) administrar, gerir e superintender os negócios sociais da Companhia; d) emitir e aprovar instruções e regulamentos internos úteis ou necessários à boa ordem operacional da Companhia; e) planejar, supervisionar, coordenar, dirigir e administrar todas as atividades da Companhia; f) formular e propor à assembleia geral a realização de aumentos de capital e/ou investimentos pela Companhia não previstos no plano de negócios em vigor da Companhia; e g) praticar os atos que venham a ser determinados pela assembleia geral. **Artigo 24º:** A Companhia terá um conselho consultivo, órgão de assessoramento da diretoria, sem função de fiscalização, composto de no mínimo 2 e no máximo 5 membros eleitos pela assembleia geral de acionistas para um mandato de 2 anos, sendo permitida a reeleição. **Artigo 25º:** Compete ao conselho consultivo: a. apresentar pareceres estratégicos e propostas de novos negócios, analisar e discutir propostas apresentadas pela diretoria ou qualquer outra atribuição consultiva solicitada pela diretoria; e b. comparecer às reuniões da diretoria para prestar esclarecimentos apresentar opiniões e orientações sempre que solicitado pela diretoria. **Artigo 26º:** Os membros do conselho consultivo não terão poder de voto na diretoria da Companhia e, portanto, não responderão solidária ou subsidiariamente por obrigações da administração da Companhia. **Capítulo V - Conselho Fiscal. Artigo 27º:** A sociedade terá 1 conselho fiscal com funcionamento não permanente, composto por até 5 membros efetivos e igual número de suplentes, residentes no país, eleitos pelo conselho fiscal, sem prejuízo das disposições do artigo 161 do Lei 6.404/76. O mandato dos membros do conselho fiscal terá início na data de sua eleição e terminará na data da próxima AGO da Companhia que se realizar após a sua eleição, sendo permitida a reeleição. §1º. Os membros do conselho fiscal, quando no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, perceberão a remuneração fixada pela assembleia geral que os eleger, observado os limites legais. §2º. Os membros do conselho fiscal, quando este estiver em funcionamento, terão a competência, os deveres e responsabilidades previstos na lei §3º. Em caso de impedimento, ausência, ou vaga, os membros efetivos serão substituídos pelos membros suplentes na ordem de sua nomeação constante da Ata da assembleia geral que os houver eleito. **Artigo 28º:** O conselho fiscal será instalado pela assembleia geral na forma da lei. A deliberação da assembleia geral que instalar o conselho fiscal elegerá os seus membros com observância das disposições legais, fixará a sua remuneração, bem como determinará seu prazo de duração. **Capítulo VI - Exercício Social e Destinação dos Lucros. Artigo 29º:** O exercício social coincidirá com o ano civil, encerrando-se em 31/12 de cada ano, data em que se levantará o balanço geral e as demais demonstrações financeiras, com observância das prescrições legais. §1º. A Companhia poderá levantar balanços intermediários e, por deliberação da assembleia geral, declarar e distribuir dividendos à conta dos lucros apurados nesses balanços ou à conta dos lucros acumulados ou de reservas de lucros. §2º. O balanço patrimonial anual encerrado em 31/12 de cada ano, o balanço patrimonial semestral levantado em 30/06 de cada ano e as respectivas demonstrações financeiras da Companhia serão colocados à disposição dos diretores e dos membros do, conselho fiscal, se instalado. **Artigo 30º:** Dos resultados apurados, na forma da legislação aplicável, será inicialmente deduzida a provisão para o Imposto de Renda e Tributos sobre o lucro; o lucro remanescente terá a seguinte destinação: (a) 5% para a constituição da Reserva Legal, que não excederá o limite de 20%, conforme a Lei nº 6.404/76; e, (b) 25% para pagamento do dividendo obrigatório de que trata o artigo 202 da Lei nº 6.404/76. O saldo terá a destinação determinada pela assembleia geral, que deverá atender às determinações pactuadas em acordos de acionistas, se celebrados. §Único. O pagamento de dividendos deverá ocorrer no prazo de até 60 dias da deliberação da assembleia geral que aprovar a respectiva distribuição. Os dividendos não reclamados em 3 anos prescrevem em favor da Companhia. **Capítulo VII - Acordos de Acionistas. Artigo 31º:** Nos termos do artigo 118 da Lei 6.404/76, quaisquer acordos de acionistas que estabeleçam condições de compra e venda de suas ações, o direito de preferência a compra das mesmas, o exercício do direito de voto ou outras avenças serão arquivados na sede da Companhia e averbados em seus livros, devendo ser sempre observados pela Companhia e pelos acionistas signatários. §1º. As obrigações e responsabilidades resultantes de tais acordos serão válidas e oponíveis a terceiros tão logo tais acordos tenham sido devidamente averbados nos livros de registro de ações da Companhia. §2º. Para os fins de execução específica contemplada no artigo 118 da Lei 6.404/76, caso qualquer dos acionistas deixem de votar nos termos dos acordos de acionistas, o presidente e o secretário da assembleia geral, conforme o caso, não computarão os votos dados em desacordo com os mesmos. §3º. Na hipótese de não cumprimento de acordos de voto arquivados na sede da Companhia, ou, em desacordo com os termos de referidos acordos de voto, de qualquer 1 dos acionistas quando tal voto for requerido, é assegurado à parte prejudicada o direito de votar, nos estritos termos dos acordos de acionistas, com as ações ou votos pertencentes ao acionista inadimplente. **Capítulo VIII - Da Dissolução e Liquidação. Artigo 32º:** A Companhia se dissolverá nos casos previstos na Lei, competindo à assembleia geral, por deliberação de 75% dos acionistas, determinar o modo de liquidação, nomear o liquidante, fixar sua remuneração e instalar o conselho fiscal, que deverá funcionar durante o período de liquidação. §Único. O liquidante terá os deveres e poderes que a lei lhe confere e, em todos os atos e operações realizadas em nome da Companhia, deverá usar a denominação social da Companhia seguida das palavras **Em Liquidação. Capítulo XI - Disposições Finais e Transitórias. Artigo 33º:** Obedecido o disposto no Artigo 45 da Lei 6.404/76, o valor do reembolso ser pago aos acionistas dissidentes terá por base o valor patrimonial, constante do último balanço aprovado pela assembleia geral. **Artigo 34º:** As publicações ordenadas pela Lei 6.404/76 serão realizadas no DOESP e no jornal Diário do Comércio. **Artigo 35º:** Os casos omissos serão regulados pelas disposições vigentes aplicáveis da Lei 6.404/76, conforme alterada. **Artigo 36º:** Qualquer divergência oriunda deste estatuto social e de eventual acordo de acionistas, inclusive relativa à sua validade, âmbito, interpretação ou aplicação, não resolvida pelos representantes designados pelos Acionistas dentro do prazo de 30 dias após o recebimento de notificação enviada por qualquer Parte às demais sobre a existência e conteúdo da Disputa, será resolvida por arbitragem, respeitados os termos dos demais itens desta Cláusula. §1º. Caso 1 acordo não seja alcançado dentro prazo previsto no item anterior pelos representantes das Partes, qualquer das Partes poderá submeter a Disputa à arbitragem nos termos e condições abaixo, mediante envio de correspondência à outra Parte, com cópia à Câmara de Comércio Brasil Canadá, solicitando a instauração do procedimento arbitral. §2º. O tribunal arbitral será constituído de 3 árbitros, escolhidos de comum acordo pelas Partes. §3º. O Tribunal Arbitral terá sede na cidade de São Paulo/SP, e será administrado por arbitragem de direito pela Câmara de Arbitragem, com observância das disposições da Lei 9.307/96 e do Regulamento da Câmara de Arbitragem. §4º. O regulamento da Câmara de Arbitragem, vigente na data da assinatura do presente estatuto social e na data da Notificação de Arbitragem, conforme alterado ou aditado de tempos em tempos, e as disposições da Lei 9.307/96, aplicam-se ao presente estatuto social no que for cabível, prevalecendo o Regulamento e as disposições da Lei 9.307/96 em caso inconsistência com o disposto nesta Cláusula 14. §5º. As decisões serão adotadas pela maioria dos árbitros do Tribunal Arbitral e proferidas no prazo de até 90 dias contados do envio da notificação de arbitragem, observando-se o previsto na legislação da República Federativa do Brasil e nas disposições deste estatuto social, e renunciam as partes, desde já, o julgamento da disputa por equidade. §6º. A Parte que por qualquer motivo frustrar ou impedir a instauração do Tribunal Arbitral, seja não adotando as providências necessárias no prazo devido, seja forçando a outra Parte a adotar as medidas previstas no artigo 7º da Lei 9.307/96, ou ainda que não cumprir todos os termos da sentença arbitral, arcará com a multa não compensatória equivalente a R$ 10.000,00 por dia de atraso, contado da data da instauração, ou em que deveria ser instaurado, do Tribunal Arbitral ou da data designada para cumprimento das disposições da sentença arbitral, sem prejuízo das determinações e penalidades constantes de tal sentença. §7º. Os custos, despesas e honorários incorridos com o procedimento arbitral serão arcados pela Parte que solicitar a instauração do procedimento, até a decisão final sobre o conflito proferida pela Câmara de Arbitragem. Proferida a decisão final, a Parte vencida deverá ressarcir, se for o caso, todos os custos, despesas e honorários incorridos pela Parte que solicitou instauração do procedimento arbitral, acrescidos de juros de 1% ao mês e atualizados monetariamente com base no IPCA, desde a data do desembolso até a data do efetivo ressarcimento. Caso a vitória seja parcial de uma Parte, ambas arcarão com os custos, despesas e honorários incorridos, na proporção de sua derrota, conforme decidido na sentença arbitral. Os custos, despesas e honorários até a decisão final do procedimento arbitral poderão ser rateados entre as Partes em proporções iguais, caso ambas solicitem a instauração do procedimento arbitral, enviando correspondência conjunta à Câmara de Arbitragem. §8º. Nenhum árbitro designado de acordo com esta Cláusula poderá ser ou ter sido funcionário, representante, consultor ou ex-funcionário de qualquer das Partes ou de qualquer Pessoa a ela ligada, direta ou indiretamente, ou de proprietário de uma das Partes ou de alguma pessoa a ele ligada direta ou indiretamente. §9º. Cada Parte obriga-se neste ato a se vincular por qualquer decisão arbitral final. §10º. As partes elegem o foro da comarca de São Paulo/SP, com exclusão de qualquer outro, como competente para tão somente requerer medidas liminares autorizadas pela Lei 9.307/96, executar as disposições da Cláusula arbitral contemplada nesta Cláusula 14 e as decisões arbitrais finais proferidas pelo Tribunal Arbitral, com a exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que se constitua.

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO - A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CAMPOS DE JORDÃO torna público, e para conhecimento dos interessados, que realizará licitação, sob a modalidade supramencionada, com as seguintes características: - PREGÃO ELETRÔNICO 002/2021. OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA ATENÇÃO BÁSICA REFERENCIADOS EM PROGRAMA DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, PROPOSTA 11980.630000/1190-06, conforme especificações constantes no Anexo I deste Edital. RECEBIMENTO, ABERTURA E INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS DIA: INICIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: DIA 03 DE MAIO DE 2021 ÀS 10h00. FIM DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: DIA 25 DE MAIO DE 2021 ÀS 10h00. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: DIA 26 DE MAIO DE 2021 2021 ÀS 10h00. TEMPO DE DISPUTA: 10 (DEZ) MINUTOS. TIPO: Menor preço do Item. LOCAL: A sessão pública de processamento do Pregão será realizada exclusivamente por meio eletrônico/Internet, mediante condições de segurança – criptografia e autenticação – em todas as suas fases, através do Sistema de Pregão Eletrônico (licitações) da Bolsa Brasileira de Mercadorias, disponível em www.bbmnetlicitacoes.com.br e será conduzida pelo Pregoeiro com o auxílio da Equipe de Apoio designados nos autos do processo licitatório em epígrafe, conforme datas e horários definidos. FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS: licitacoes@camposdojordao.sp.gov.br. Fax: (12) 3662-3030. Fone: (12) 3662-3685. O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados pelo endereço eletrônico www.bbmnetlicitacoes.com.br ; ou www.camposdojordao.sp.gov.br ; “acesso no link – Editais e Licitações”. Campos do Jordão, 28 de abril de 2021. Lucineia Gomes da Silva. Presidente da Comissão Permanente de Licitações - Pregoeira

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 30 DIAS.PROCESSO Nº 0002447-02.2019.8.26.0161 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara Cível, do Foro de Diadema, Estado de São Paulo, Dr(a).ANDRE PASQUALE ROCCO SCAVONE, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a(o) **REGINALDO SANTOS SANTANA**, Brasileiro, RG 340845041BA, CPF 346.820.665-87, natural de São Paulo - SP, com endereço à Rua Doutor Cesario MotaJunior, 512, Apto 121, Vila Buarque, CEP 01221-020, São Paulo - SP, que lhe foi proposta uma ação de **Incidente de Desconsideração de Personalidade Jurídica** por parte de **Cromal Comércio e Representações de Materiais Óticos Ltda**, junto à ação de **Execução** ajuizada por **Cromal Comércio e Representação de Materiais Óticos Ltda** em face de **Ótica Looks Ltda – ME**. Estando o sócio em lugar ignorado, foi determinada a citação por edital, para em 15 dias úteis, a fluir após os 30 dias supra, manifeste-se apresentando provas cabíveis. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS.** Dado e passado nesta cidade de Diadema, aos 20 de abril de 2021.

Edital de Citação. Prazo de 20 Dias. Processo nº1014426-80.2018.8.26.0224. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 9ª Vara Cível, do Foro de Guarulhos,Estado de São Paulo,Dr(a). ANA CAROLINA MIRANDA DE OLIVEIRA, na forma da Lei, etc. Faz Saber a Construtora Krycitan Ltda., CNPJ nº07.233.212/0001-68 na pessoa de seu repr. legal, que Ribpav Engenharia de Pavimentação S/A., ajuizou Ação de Execução de Título Extrajudicial para recebimento de R$176.737,93 (Abril/2018), referente a Fornecimento de Concreto Betuminoso à Quente (CBUQ). Estando o executado em lugar ignorado, expede-se o edital para que em 03dias pague o débito, podendo no prazo de 15dias opor embargos ou reconhecer o crédito e comprovar o depósito de 30%, incluindo custas e honorários e requerer o parcelamento em até 06 parcelas mensais corrigidas, sob pena de penhora, prazos estes a fluir os 20 dias supra, ficando advertido de que no caso de revelia será nomeado curador especial. Será o presente edital publicado na forma da lei. Nada Mais.Dado e passado nesta cidade de Guarulhos,aos 26 de abril de 2021

Edital de Intimação.Prazo de 20 Dias.Processo nº0023876-06.2018.8. 26.0405. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara Cível, do Foro de Osasco/SP., Dr(a). Mário Sergio Leite, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a Edson Melo Santos, RG nº 21.389.315-0 e CPF nº126.620.798-86,que nos autos da ação Cumprimento de Sentença, requerida por USS Soluções Gerenciadas Ltda., foi realizada o bloqueio do valor de R$6.552,70, por meio do sistema Sisbajud. Encontrando-se o executado em lugar ignorado, foi determinada sua INTIMAÇÃO por edital, para que apresente impugnação, caso queira, no prazo de 05 dias, iniciando-se a contagem após o decurso do prazo de 20 dias deste edital. Será o presente edital, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Osasco, 16/04/2021.

Lote 5 Desenvolvimento Urbano S.A.

CNPJ nº 17.118.230/0001-52 - NIRE 35.300.470-66-4

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 07/04/2021

Data/Hora/Local: 07/04/2021, às 10hs, sede social, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.015, 12º, Jardim Paulistano/SP. **Convocação:** Dispensada. **Presença:** Totalidade. **Mesa:** Arthur Matarazzo Braga - Presidente, Astério Vaz Safatle - Secretário. **Ordem do Dia e Deliberações Aprovadas por Unanimidade:** I) Autorizar a Companhia a publicar, no DOESP e em jornal de grande circulação, as atas das AGO, conforme disposto no artigo 134, § 5º da Lei 6.404/76 e das AGE, mencionadas no artigo 135 da Lei 6.404/76, bem como aquelas que tenham relevância perante terceiros, realizadas em datas anteriores à presente AGE, de forma a regularizar as publicações legais; II) Autorizar a publicação em forma de extrato, como dispõe o artigo 130, §3º da Lei 6.404/76, caso a ata não seja lavrada em forma de sumário; e III) Definir o jornal Gazeta de São Paulo para fins de publicação das atas. **Encerramento:** Formalidades Legais. SP, SP, 07/04/2021. Arthur Matarazzo Braga - Presidente, Astério Vaz Safatle - Secretário. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Lote 5 Desenvolvimento Urbano S.A. - CNPJ nº 17.118.230/0001-52 - NIRE 35.300.470-66-4

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 10/08/2020

Data, Hora e Local: 10/08/2020, às 10hs, sede social, Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3015 - 12º, Jardim Paulistano/SP. **Convocação:**Dispensada. **Presença:** Totalidade. **Mesa:** Arthur Matarazzo Braga – Presidente,Astério Vaz Safatle - Secretário. **Ordem do Dia e Deliberações Aprovadas por Unanimidade:** (i) Alterar o artigo 22 do Estatuto Social, para incluir que a Companhia será representada isoladamente, por quaisquer dos Dire- tores, perante quaisquer terceiros, de acordo com os poderes conferi- dos pelo Estatuto Social, prevalecendo o disposto no §1º, do artigo 22, para os atos lá previstos, de modo que o Artigo 22 passa a ter a seguinte redação: **Artigo 22:** Compete à diretoria a administração dos negócios sociais em geral, a representação da Companhia e a prática, para tan- to, de todos os atos necessários ou convenientes, conforme o artigo 23, abaixo, ressalvados aqueles para os quais, por Lei ou pelo estatuto so- cial ou por eventual acordo de acionistas, seja atribuída a competência da assembleia geral. §1º. Em todos os atos ou instrumentos que criem, modifiquem ou extingam obrigações da Companhia, esta considerar-se- á obrigada quando representada: (i) por 2 diretores em conjunto; ou (ii) por 1 procurador, constituído por mandato assinado por 2 diretores, em conjunto com 1 diretor; ou (iii) isoladamente, por qualquer diretor, ou por 1 procurador com poderes especiais, constituído por mandato assinado por 2 diretores conjuntamente, observado o disposto nos §§'s 2º e 3º deste artigo. §2º. A representação da Companhia na forma do item "iii" do §1º da cláusula 22, supra, fica restrita à representação perante repartições públicas, autoridades federais, estaduais ou municipais, bem como au- tarquias, sociedade de economia mista e entidades paraestatais. §3º. Na constituição de procuradores, observar-se-á o seguinte: (a) os instrumen- tos de mandato não poderão ter prazo superior a 1 ano, salvo aqueles com finalidade "ad judicia", que poderão ter prazo indeterminado, devendo sempre constar em tais instrumentos o respectivo prazo de validade; e (b) na hipótese de o mandato ter por objeto a prática de atos que dependem de autorização societária, o efetivo exercício de tais atos ficará expressa- mente condicionado à obtenção da pertinente autorização. Na ausência de menção ao prazo de mandato, presumir-se-á que o mesmo foi outorgado pelo prazo inferior de 1 ano." (ii) Reeleger a Diretoria da Companhia, re- conduzindo a seus cargos de diretores as pessoas a seguir nomeadas e qualificadas, com mandato de 2 anos a contar da presente data: a) **Arthur Matarazzo Braga**, RG 5.887.766 SSP/SP, CPF 765.993.378-72; b) **Asté- rio Vaz Safatle**, RG 12.113.383-7SSP/SP, CPF 087.493.368-43; c) **Luiz Roberto Horst Silveira Pinto**, RG 15.187.306SSP/SP, CPF 064.006.118-43; d) **Fernando Bruno de Albuquerque**, RG 4.689.002-6SSP/SP, CPF 010.549.728-26, e) **Ricardo Setton**, RG 10.557.715 SSP/SP, CPF 089.560.948-70. Os diretores ora eleitos declaram, sob as penas da lei, não estarem impedidos de exercer a administração da Companhia. Os di- retores ora reeleitos tomam posse de seus respectivos cargos mediante termo lavrado no Livro de Atas de Reuniões da Diretoria. (iii) Retificar a numeração do último artigo do Estatuto Social, numerado erroneamente e em duplicidade como artigo 34, mas que seguindo a ordem crescente deve ser numerado como artigo 36 do Estatuto Social. Nestes termos o último artigo do Estatuto Social passa a ter a seguinte numeração: **Arti- go 36:** Qualquer divergência oriunda deste estatuto social e de eventual acordo de acionistas, inclusive relativa à sua validade, âmbito, interpre- tação ou aplicação não resolvida pelos representantes designados pelos Acionistas dentro do prazo de 30 dias após o recebimento de notificação enviada por qualquer parte às demais sobre a existência de conteúdo da disputa, será resolvida por arbitragem, respeitados os termos dos demais itens desta Cláusula. **Encerramento:**Nada mais. **Acionistas Presentes:** Arthur Matarazzo Braga, Ricardo Setton, Astério Vaz Safatle, Luiz Ro- berto Horst Silveira Pinto, Fernando Bruno de Albuquerque. **JUCESP** nº 380.064/20-0 em 17/09/2020. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Lote 5 Desenvolvimento Urbano S.A. - CNPJ nº 17.118.230/0001-52 - NIRE 35.300.470-66-4

Ata da Assembleia Geral Extraordinária em S.A.

Data/Hora/Local: 14/10/2019, às 11hs, sede social, Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3015, 12º. **Presença:** Totalidade do capital social. **Convocação:** Dispensada. **Mesa:** Presidente: Ricardo Setton, Secretário: Astério Vaz Safatle. **Ordem do Dia e Deliberações Aprovadas por Unanimidade: (i)** Redução do capital social, de R$ 24.669.728 para R$ 6.832.485, com fundamento no artigo 173 da Lei 6.404/76 , para absorção dos prejuízos acumulados, no valor de R$ 17.837.243,00, conforme apontado no balancete de 30/06/2019. **(ii)** Os acionistas aprovam a alteração do caput do do artigo 4º do Estatuto Social, que passa a vigorar com a seguinte nova redação: **Artigo 4º:** O capital social, totalmente subscrito e integralizado é de R$ 6.832.485,00, dividido em 6.832.485,00 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. **(iii)** Os acionistas autorizaram a Diretoria a realizar todos os atos e formalidades necessárias à plena e devida formalização das deliberações acima, inclusive nos livros sociais e perante os órgãos competentes. **Encerramento:** Nada Mais. SP, 14/10/2019. Presidente: Ricardo Setton, Secretário: Astério Vaz Safatle. **JUCESP** nº 565.329/19-4 em 24/10/2019. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Lote 5 Desenvolvimento Urbano S.A. - CNPJ nº 17.118.230/0001-52 - NIRE 35.300.470-66-4

Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Data/Hora/Local: 20/07/2018 as 10hs, sede social, Rua Amauri, 286, São Paulo/SP. **Presença:**Totalidade. **Convocação:**Dispensada.**Mesa:** Presidente: Ricardo Setton, Secretário:Astério Vaz Safatle.**Ordem do dia e Deliberações Aprovadas por Unanimidade:(i)** Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras acompanhados do parecer dos Auditores Independentes, relativos ao exercício social findo em 31/12/2017, publicados no DOESP e jornal Folha de São Paulo em 28.04.2018; **(ii)** Tendo em vista que a Companhia apurou lucro no exercício social findo em 31/12/2017, em obediência ao artigo 189 da Lei 6.404/76, destinação da totalidade do lucro para a compensação dos prejuízos contábeis acumulados nos exercícios anteriores, com a transferência de tais recursos para a conta de Prejuízos Acumulados; **(iii)**Remuneração global anual da administração da Companhia em até R$ 2.000.000,00. **(iv)** Alteração da sede da Companhia para a Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3015, 12º, São Paulo/SP, **(v)**Alteração do artigo 2º do Estatuto Social, que passa a vigorar com a seguinte redação: **Artigo 2º:** A Companhia tem sede e foro na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3015, 12º, São Paulo/ SP, podendo abrir filiais, escritórios e estabelecimentos em qualquer parte do território nacional ou exterior, por deliberação da assembleia geral. **(vi)** Aumento do capital autorizado da Companhia para R$ 50.000.000,00. **(vii)**Alteração do artigo 7º do Estatuto Social, que passa a vigorar com a seguinte redação: **Artigo 7º:** A Companhia, mediante deliberação da assembleia geral de acionistas e independentemente de reforma estatutária, está autorizada a aumentar o capital social até o total de R$ 50.000.000,00. **(viii)**Os acionistas autorizaram a Diretoria a realizar todos os atos e formalidades necessárias à plena e devida formalização das deliberações acima, inclusive nos livros sociais e perante os órgãos competentes. **Encerramento:**Nada mais. SP, 20/07/2018. Presidente: Ricardo Setton, Secretário: Astério Vaz Safatle**JUCESP** nº 412.016/18-7 em 28/08/2018. Flávia R. Britto Gonçalves - Secretária Geral.

AGASUS S.A.

CNPJ/ME nº 04.212.396/0001-91 - NIRE 35300415027

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 13/01/2020

1. Data, Hora e Local: aos 13/01/2020, às 10 horas, na sede da **AGASUS S.A.**, localizada em São Paulo/SP, na Avenida Guido Caloi, nº 1985, Galpão 23, Jardim São Luís, CEP 05802-140 (“**Companhia**”). **2. Convocação e Presença**: convocação dispensada em razão da presença da acionista representando a totalidade do capital social da Companhia, nos termos do Artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404, de 15/12/1976, conforme assinatura aposta no Livro de Presença de Acionistas (“**Lei das S.A.**”). **3. Composição da Mesa**: Sr. Rene Vaz de Almeida - Presidente; e Sr. João Luis Pereira Lima Filho - Secretário. **4. Ordem do Dia**: apreciar e deliberar sobre **(i)** a retificação e ratificação do Estatuto Social da Companhia, Anexo I à Ata de Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 3/05/2019 e registrada perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo em sessão de 21/05/2019 sob o nº 268.512/19-0 (“**AGE de 3.5.2019**”); e **(ii)** a alteração e consolidação do Estatuto Social da Companhia, de modo a refletir a retificação decorrente do item (i) acima. **5. Deliberações**: a única acionista da Companhia decidiu, por unanimidade, sem quaisquer ressalvas ou restrições, aprovar as seguintes matérias: **5.1.** A retificação e ratificação do Anexo I à AGE de 3.5.2019, no qual, por um lapso constou no Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia que o capital social era de R$ 14.000.000,00, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, dividido em 14.000.000 de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, quando, na verdade, deveria ter constado como sendo R$ 15.583.891,30, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, dividido em 4.000.000 de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. **5.1.1.** Em decorrência da deliberação tomada no item 5.1 acima, o Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia passa a vigorar com a seguinte nova redação: *“**Artigo 5º** -* O capital social da Companhia é de R$ 15.583.891,30, dividido em 4.000.000 de ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional”. ***Parágrafo Único*** - A cada ação ordinária corresponde um voto nas Assembleias Gerais da Companhia, sem prejuízo dos demais direitos previstos neste Estatuto Social e na legislação aplicável. **5.2.** A consolidação do Estatuto Social da Companhia na forma do **Anexo I** à presente Ata, refletindo as deliberações acima tomadas, com os ajustes consolidados no Artigo 5º do Estatuto Social. **6. Lavratura e Leitura da Ata**: nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, foi suspensa a Assembleia pelo tempo necessário à lavratura da presente Ata, a qual, lida e achada conforme, foi aprovada e por todos os presentes assinada. **7. Assinaturas**: Mesa: Rene Vaz de Almeida - Presidente; e João Luis Pereira Lima Filho - Secretário. Acionista: 220 Capital Investimentos e Participações S.A. (por João Luis Pereira Lima Filho e Rene Vaz de Almeida). Certifico que a presente ata é cópia fiel transcrita em livro próprio. São Paulo, 13/01/2020. Mesa: Rene Vaz de Almeida - Presidente; João Luis Pereira Lima Filho - Secretário. JUCESP nº 34.546/20-0 em 17/01/2021. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

SÃO CAETANO DO SUL 3ª Vara Cível JUIZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL JUIZ(A) DE DIREITO SERGIO NOBORU SAKAGAWA EDITAL DE CITAÇÃO PRAZO DE 30 DIAS, expedido nos autos da Ação de Usucapião, PROCESSO Nº 1001979-36.2020.8.26.0565 O MM.Juiz de Direito da 3ªVara Cível,do Foro de São Caetano do Sul,Estado de São Paulo,Dr. Sérgio Noboru Sakagawa,na forma da Lei,etc.FAZ SABER aos réus ausentes, incertos, desconhecidos, eventuais interessados, bem como seus cônjuges e/ou sucessores,que Vitório Compri Paciulo e outro ajuizaram ação de USUCAPIÃO, visando a posse do imóvel situado à Rua Engenheiro Armando de Arruda Pereira,933,Cerâmica,São Caetano do Sul, SP, alegando posse mansa e pacífica no prazo legal.Estando em termos,expede-se o presente edital para citação dos supramencionados para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a fluir após o prazo de 30 dias. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Caetano do Sul, aos 13 de maio de 2020. **[28,29]**

5ª Vara Cível do Foro da Comarca de Mauá/SP

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1004001-15.2015.8.26.0348. O MM. Juiz de Direito da 5ª Vara Cível, do Foro de Mauá, Estado de São Paulo, Dr. Rodrigo Soares, na forma da Lei, etc. Faz Saber a **Marcelino Gomes da Silva, CPF/MF 102.314.274-09**, expedido nos autos da ação de Execução de Título Extrajudicial (Contratos Bancários), movida por Banco Bradesco S/A, objetivando **a cobrança da quantia de R$ 13.035,81**, que serão atualizados até a data do efetivo pagamento, correspondente a soma do saldo devido pela cédula de Crédito Bancário - Empréstimo Pessoal sob o nº 265.468.711, firmada em 13/08/2014, ocorre que o réu não honrou com os pagamentos, tornando-se inadimplente. Estando em lugar ignorado, foi deferida a citação e intimação por edital, **para que em 03 dias**, a fluir após os 20 dias supra, **pague o valor mencionado**. No caso de pagamento dentro do tríduo ficam os honorários advocatícios reduzidos para 5% sobre o valor do débito atualizado. No prazo para Embargos, reconhecendo o crédito do Exequente e depositando 30% do valor da execução incluindo custas e honorários advocatícios de 10% sobre o débito atualizado, poderão o executado requerer que seja admitido a pagar o restante em até 06 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% ao mês, **sob pena de conversão em penhora do arresto procedido sobre o bloqueio judicial BacenJud no valor de R$ 13.035,81**. Convertido, terá automaticamente independente de outra intimação, ou formalidade, **o prazo de 15 dias, para oferecer Embargos á Execução**, na ausência dos quais prosseguirão o feito em seus ulteriores termos. Fica intimado que poderá apresentar impugnação ao arresto efetuado pelo sistema Bacenjud, nos termos do art. 854, do CPC. Ficando advertido de que será nomeado curador especial no caso de revelia, (art. 257, inciso IV do NCPC). Será o presente edital, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de Mauá, aos 14 de abril de 2021.

COOPENERGIA SOCIEDADE COOPERATIVA - CNPJ/ME nº 35.991.798/0001-65

Edital de Convocação da Assembleia Geral Extraordinária

O Diretor Presidente da CoopEnergia Sociedade Cooperativa, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 35.991.798/0001-65, com sede na Rua Periquito, 264, Vila Uberabinha, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04514-050 (“CoopEnergia”), no uso das atribuições que lhe confere o Estatuto Social, convoca os Cooperados da CoopEnergia Sociedade Cooperativa, para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária que será realizada no dia 10 de maio de 2021, às 14:00 horas na sede social da CoopEnergia Sociedade Cooperativa, que será instalada: (i) em primeira convocação, caso haja a presença de 2/3 (dois terços) dos Cooperados ou Delegados, (ii) após 1:00h, contado da primeira convocação, a título de segunda convocação, caso haja a presença da maioria dos Cooperados ou Delegados ou (iii) após 1:00h, contado da segunda convocação, a título de terceira convocação, caso haja a presença de 10 (dez) Cooperados ou Delegados, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **I - Extraordinária:** 1. Aprovação para Reforma do Estatuto Social, visando a abertura de uma filial da CoopEnergia no seguinte endereço: Sítio Paineiras, Estrada Munhoz - Socorro, s/nº, Km 4,5, Zona Rural, Município de Munhoz, Estado de Minas Gerais, CEP 37.620-000. Por fim, verificamos que existem 21 (vinte e um) Cooperados em pleno gozo dos seus direitos sociais e adimplentes com a CoopEnergia, para efeitos de quórum de instalação. São Paulo/SP, 28 de abril de 2021. **Daniel Ferreira Maia de Freitas -** Acionista.

DocuSigned by:
Jornal Gazeta SP Ltda. - EPP
Assinado por: JORNAL GAZETA SP LTDA:04735364000170
CPF: 29513948889
Data/Hora da Assinatura: 28/04/2021 | 17:51:03 PDT
ICP Brasil
5146939EFE414F8FAB3A7733135E2CCF

PÁGINA CERTIFICADA. O JORNAL GAZETA SP LTDA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.gazetasp.com.br

DocuSign Envelope ID: 02ED7B38-9754-44BE-8E3C-2F4C30CAD5A3

SINDICAL

Greve na Caixa teve adesão de 40%

Cerca de 40% dos funcionários da Caixa em São Paulo aderiram à greve nesta terça-feira (27), afirmou o Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região.

Em nota, a Caixa afirmou que manteve o atendimento à população regularmente nesta terça e que, até às 13h, havia registrado cerca de 400 mil atendimentos em agências físicas, mais de 6 milhões de transações em caixas eletrônicos e 12 milhões de transações na rede lotérica.

O banco também afirmou que realizou normalmente o pagamento dos beneficiários do Bolsa Família e do auxílio emergencial. A entidade declarou greve de 24 horas contra a abertura de capital da Caixa Seguridade -prevista para acontecer hoje (29).

Dentre as demais reivindicações dos funcionários estão contratação dos aprovados no concurso público feito pelo banco em 2014, maior proteção contra a Covid-19 nas agências, inclusão dos empregados que atuam na linha de frente do banco no grupo prioritário da vacina e o pagamento integral da PLR (Participação nos Lucros e Resultados) Social.

Dentre as demais reivindicações dos funcionários estão contratação dos aprovados no concurso público feito pelo banco em 2014

O sindicato dos bancários também chegou a fazer duas denúncias contra a Caixa junto à CVM. As acusações seriam de que o banco estaria cobrando metas de até R$ 1 milhão por agência em vendas de ações da Caixa Seguridade sem separar um grupo especializado e adequado de representantes para oferecer ações aos investidores e sem necessariamente considerar o chamado suitability (adequação dos investimentos a depender do perfil do investidor).

Procurada, a CVM confirmou que recebeu as denúncias e que vai analisá-las para decidir se abre um processo contra o banco ou não. O banco não respondeu o pedido de comentário. **(FP)**

País cria 184 mil vagas com carteira assinada

Foram criadas 184.140 vagas com carteira assinada no País em março, apesar do agravamento da pandemia e implementação de medidas de restrição a algumas atividades econômicas no mês.

Na terça (27), o ministro Paulo Guedes (Economia) já havia informado que o balanço do mercado de trabalho formal em março foi positivo, segundo os dados do Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados) que foram divulgados ontem (28).

Apesar da abertura de vagas no mês, os números mostram um desaquecimento do mercado de trabalho, pois em janeiro foram criados 257,8 mil novos contratos e em fevereiro, 395,2 mil.

No acumulado de janeiro a março, o saldo no mercado de trabalho formal brasileiro é positivo, com a abertura de 837,1 mil vagas num período de crise provocada pela Covid-19.

No mesmo período do ano passado, haviam sido abertas 108,8 mil empregos com carteira assinada, pois, em março de 2020, o impacto da chegada do novo coronavírus resultou no encerramento de quase 276 mil contratos de trabalho formais.

Para tentar evitar demissões em massa diante da crise, o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) assinou nesta terça (27) as medidas provisórias para que regras trabalhistas sejam flexibilizadas novamente diante do agravamento da pandemia. **(FP)**

Publique em jornal de grande circulação.
Ligue já:
11. 3729-6600

DURANTE A PANDEMIA. Segundo a FenaSaúde, os planos têm, atualmente, 48 milhões de beneficiários no Brasil, o maior número desde setembro de 2016

Planos de saúde têm 1 milhão de adesões

Os planos de saúde ganharam a adesão de 1 milhão de beneficiários durante a pandemia do novo coronavírus no Brasil, aponta levantamento divulgado pela Federação Nacional de Saúde Suplementar (FenaSaúde) a partir de dados disponibilizados pela Agência Nacional de Saúde Suplementar.

Segundo a FenaSaúde, os planos têm, atualmente, 48 milhões de beneficiários, o maior número desde setembro de 2016. O aumento foi maior nos planos coletivos empresariais, que cresceram 2,48%. A adesão dos idosos nesses planos foi ainda maior, com uma expansão de 3,8% de pessoas com mais de 59 anos. Na faixa abaixo dessa idade, o aumento ficou em 2,36%.

Os planos individuais e familiares tiveram alta de 0,07% no número de novos beneficiários. Entre os idosos o índice ficou em 2,65%, contra uma queda de 0,9% com menos de 59 anos.

DIVULGAÇÃO/AGÊNCIA BRASIL

Os planos individuais e familiares tiveram alta de 0,07% no número de novos beneficiários

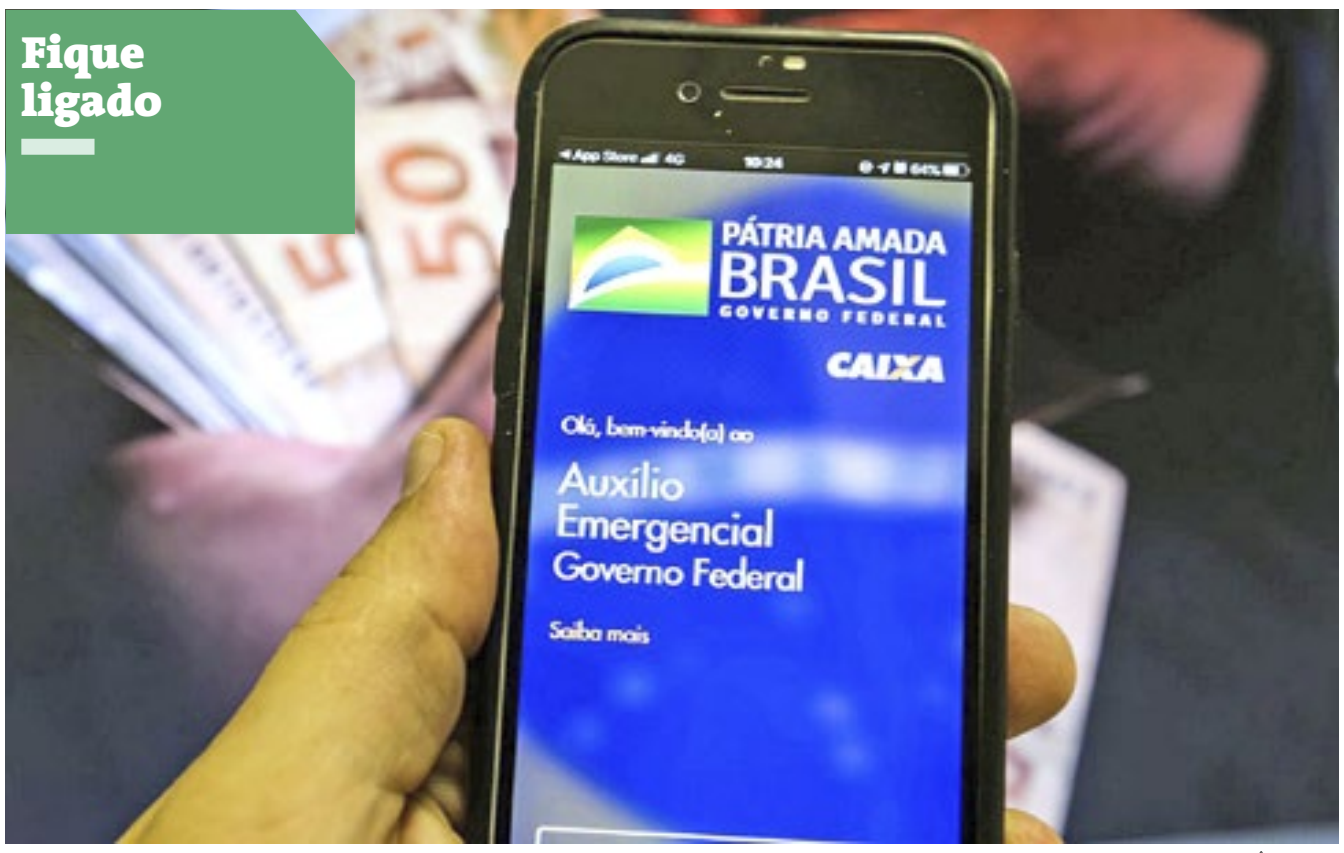
AUMENTO.
Durante a pandemia os planos também tiveram alta na utilização, tanto pelos pacientes com Covid-19, como para outras necessidades. Segundo o levantamento, em março a ocupação de leitos em unidades de terapia intensiva (UTI) de pacientes com o novo coronavírus ficou em 80%. O índice de uso de leitos para outras enfermidades registrou 73% no mês passado.

"As operadoras vão fechar o primeiro trimestre com o maior custo assistencial da história devido ao avanço da pandemia e da manutenção de procedimentos não urgentes em níveis muito altos", destaca a diretora executiva da entidade, Vera Valente.

Ela explica que as internações por Covid-19 são mais dispendiosas do que a média para os sistemas de saúde.

"As internações por covid-19 são mais prolongadas, especialmente em UTIs, que apresentam custos duas a três vezes maiores que os leitos de internação não-covid-19", afirma. **(AB)**

Fique ligado



MARCELLO CASAL JR/AGÊNCIA BRASIL

Os novos aprovados já podem consultar os pagamentos por meio da central telefônica 111 ou pelo site da Caixa

206 mil pessoas entram em novo lote do auxílio emergencial

A Caixa Econômica Federal anunciou na terça-feira (27) que pagará o auxílio emergencial 2021 para 206 mil novos beneficiários que tiveram seus cadastros aprovados.

Os depósitos do benefício para os novos aprovados começam a ser feitos no Caixa Tem em 16 de maio, no caso dos nascidos em janeiro, e vão até 16 de junho, para os aniversariantes de dezembro. Neste período, serão depositadas duas parcelas para o público do novo lote. Os depósitos são feitos primeiro no Caixa Tem, para pagamento de contas e para fazer compras.

Os saques e as transferências bancárias para esse público serão liberados de 8 de junho a 8 de julho, de acordo com o mês de aniversário. As datas são as mesmas do calendário de pagamentos da segunda parcela para beneficiários que já estão recebendo o auxílio desde o início das liberações.

A partir da terceira parcela, todos seguem o calendário normal de repasses.

Os novos aprovados já podem consultar os pagamentos por meio da central telefônica 111 ou pelo site: auxilio.caixa.gov.br. No campo "Acompanhe seu benefício", é possível verificar a situação do pedido e se o pagamento foi liberado. Para fazer a consulta, é preciso informar nome completo, CPF, data de nascimento e nome da mãe. A Caixa informa que não é necessário o cidadão se dirigir às agências do banco para tirar dúvidas.

Vale relembrar que o auxílio emergencial 2021 é limitado a uma pessoa por família e só será pago ao trabalhador que tinha o direito reconhecido em dezembro do ano passado e se encaixa nas regras deste ano. **(FP)**

Os depósitos do benefício para os novos aprovados começam a ser feitos no Caixa Tem em 16 de maio e vão até 16 de junho

DocuSigned by:
Jornal Gazeta SP Ltda. - EPP
Assinado por: JORNAL GAZETA SP LTDA:04735364000170
CPF: 29513948889
Data/Hora da Assinatura: 28/04/2021 | 17:51:07 PDT
ICP Brasil
5146939EFE414F8FAB3A7733135E2CCF

PÁGINA CERTIFICADA. O JORNAL GAZETA SP LTDA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.gazetasp.com.br

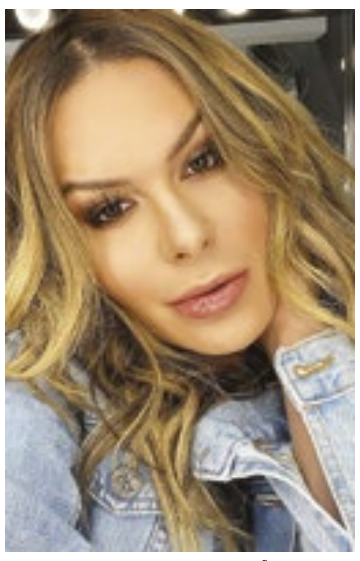
DocuSign Envelope ID: 02ED7B38-9754-44BE-8E3C-2F4C30CAD5A3

Por Aline Fonseca
redacao@gazetasp.com.br

REPRODUÇÃO/TV GLOBO

Brothers se emocionam

Na manhã desta quarta-feira (28), os brothers foram chamados para a despensa e descobriram, no "BBB 21", que a vacinação contra o coronavírus teve início há alguns meses, enquanto eles estavam confinados. Juliette, Camilla de Lucas, Fiuk, Pocah e Gilberto ficaram extremamente emocionados. Assim que Juliette, atual líder, terminou de ler o anúncio, todos comemoraram com palmas, muitas lágrimas e gritos. "Que cachorrada!", exclamava Gil, eufórico.



REPRODUÇÃO/INSTAGRAM

Comeu cocô

A modelo Fernanda Lacerda, que ficou conhecida como a Mendigata do Pânico, afirmou que já comeu cocô de cachorro achando que era brigadeiro. A declaração foi dada por ela em entrevista ao programa Foi Mau, do humorista Maurício Meirelles, na RedeTV!. As informações são do jornal "Folha de S. Paulo".

REPRODUÇÃO/INSTAGRAM

Processo

A apresentadora Luciana Gimenez perdeu a ação judicial que pedia execução de título extrajudicial contra o senador Jorge Kajuru (Cidadania-GO) por danos morais. No processo, Gimenez visava receber R$ 98,5 mil por um crédito judicial, de uma sentença levada a protesto em outra ação, que ela havia ganhado contra Kajuru.

ELIMINADO

Arthur quer procurar Carla

Reprodução/TV Globo

Após ser eliminado do reality show', o instrutor de crossfit participou do 'Mais Você' e avaliou sua participação no programa

Após disputar seis paredões, Arthur foi eliminado do "BBB 21", na noite desta terça, com 61,34% dos votos. Na manhã desta quarta-feira (28), o instrutor de crossfit participou do "Mais Você" e avaliou sua participação no programa. Durante a entrevista com Ana Maria Braga, Arthur disse que vai procurar Carla Diaz, com que teve um atribulado affair na casa, para esclarecer algumas coisas. "Não era a minha ideia me relacionar com ninguém, mas aconteceu. Talvez não tenha mostrado a minha melhor versão com a Carla. A pressão do jogo pode ter prejudicado o relacionamento", disse o ex-brother. O instrutor de crossfit também revelou que se apaixonou pela sister e que teve ciúmes de Carla com Fiuk. "Eu me apaixonei, foi o destino... se eu não soube valorizar o que a Carla me deu, o azar foi meu. Jamais derramaria uma lágrima se não tivesse sentimento, eu não sei fingir e agi com verdade". contou Arthur.

REPRODUÇÃO/INSTAGRAM

Aí, Jesus!

O DJ, Jesus Luz, encantou a web ao compartilhar uma foto no Instagram exibindo seu peitoral bronzeado em uma praia de Cancún, no México. A foto, em que Jesus aparece de boné, óculos escuros em meio a um cenário paradisíaco, recebeu muitos comentários e enxurrada de elogios. No mês passado, o DJ pediu a namorada, a nutricionista e influenciadora digital Carol Ramiro, em casamento. O momento do noivado foi compartilhado pelo casal nas redes sociais.

Malhação pesada

O cantor Zezé Di Camargo, 58 anos, surpreendeu seus seguidores ao postar uma foto em seu Instagram pegando pesado na malhação na academia. A boa forma do cantor sertanejo chamou a atenção e rendeu muitos elogios a Zezé. A foto foi publicada para promover uma novidade, segundo o cantor. "Passando para lembrar vocês que amanhã tem vídeo novo, voz e violão, lá no meu canal no YouTube! O link está na Bio e nos meus stories", escreveu na legenda do post.

REPRODUÇÃO/INSTAGRAM

Curtas

Reprodução/Instagram

VISUAL NOVO. O ex-BBB, João Luiz resolveu mudar o visual e compartilhou a novidade nas suas redes sociais nesta terça- feira (27). O professor agora está usando tranças no lugar do black power e a mudança radical surpreendeu os seus fãs. Dentro da casa do "BBB 21", o black power de João foi alvo de comentários, considerados racistas, do cantor Rodolffo.

COISA DE FILME. O ator Tom Cruise salvou a vida da atriz Elisabeth Shue durante as gravações do filme "Cocktail" (1988), segundo Bill Bennett, que atuou como cinegrafista no longa. O cinegrafista disse que o acidente aconteceu quando eles estavam filmando de um helicóptero, uma cena onde os atores estavam cavalgando em uma praia. Cruise livrou a atriz de ser atingida pela hélice.

REPRODUÇÃO/INSTAGRAM

ESTRATÉGIA. Pabllo Vittar, 27, revelou nesta terça-feira que não está noiva, como anunciou durante participação no "BBB 21". Desde a revelação, feita na madrugada de 22 de abril, fotos da cantora vestida de noiva vinham agitando as redes sociais. Porém, tratava-se de uma estratégia para divulgar a nova fase da carreira da drag queen. As informações são da "Folha".

Frase

REPRODUÇÃO/INSTAGRAM

"Passar por isso me trouxe bênçãos inacreditáveis"

Ator Reinaldo Gianecchini ao falar sobre a cura do câncer.

DocuSigned by:
Jornal Gazeta SP Ltda. - EPP
Assinado por: JORNAL GAZETA SP LTDA:04735364000170
CPF: 29513948889
Data/Hora da Assinatura: 28/04/2021 | 17:51:11 PDT
ICP Brasil
5146939EFE414F8FAB3A7733135E2CCF

PÁGINA CERTIFICADA. O JORNAL GAZETA SP LTDA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.gazetasp.com.br

DocuSign Envelope ID: 02ED7B38-9754-44BE-8E3C-2F4C30CAD5A3

HASTA VIP – Divulgação de Leilões Judiciais | www.hastavip.com.br | 11 3093-5251

EXTRATO DE LEILÃO ELETRÔNICO JUDICIAL

A Dra. Patricia Bueno Schivittaro, MM. Juíza de Direito da 1ª Vara Cível do Foro da Comarca de Indaiatuba/SP, na forma da lei, **FAZ SABER,** que será realizado leilão público pela Gestora **HASTA VIP**, por MEIO ELETRÔNICO, através do Portal **www.hastavip.com.br,** conduzido por seu Leiloeiro Oficial, **Sr. Eduardo Jordão Boyadjian,** matriculado na JUCESP sob o nº 464, do móvel nos autos da ação de – Cumprimento de Sentença, **processo nº: 0000921-98.2017.8.26.0248**, que AUDITEC INDUSTRIA E COMÉRCIO DE MICROFUSÃO E USINAGEM LTDA. move em face de FLUXCON INDÚSTRIA DE CONEXÕES IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA, em **1º LEILÃO** com início no dia **25/05/2021, às 14:00hs,** e encerramento no dia **28/05/2021, a partir das 14:00hs.** VALOR DO LANCE MÍNIMO: R$ R$ 29.900,00 (vinte nove mil e novecentos reais), correspondente ao valor da avaliação. Caso não haja licitantes, seguirá sem interrupção até o **2º LEILÃO** com início no dia **28/05/2021, às 14:01hs,** e encerramento no dia **18/06/2021, a partir das 14:00hs.** VALOR DO LANCE MÍNIMO: R$ 17.940,00 (dezessete mil, novecentos e quarenta reais), correspondente a **60% do valor da avaliação**, tudo conforme o Provimento 1625/2009. **Descrição do bem:** VEÍCULO MARCA CHEVROLET, MODELO MONTANA SPORT, ano de fabricação 2013, ano modelo 2013, cor branca, placa FHE-1528, CHASSI 9BGCS80X0DB277833. O Edital completo e seus anexos estão à disposição dos interessados no website da Gestora **HASTA VIP.** Maiores informações poderão ser obtidas pelo E-mail contato@hastavip.com.br ou (11) 3093-5251. São Paulo, 28 de abril de 2021.

HASTA VIP – Divulgação de Leilões Judiciais | www.hastavip.com.br | 11 3093-5251

EXTRATO DE LEILÃO ELETRÔNICO JUDICIAL

O Dr. Marcelo Barbosa Sacramone, MM. Juiz de Direito da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, na forma da lei, **FAZ SABER,** que será realizado leilão público pela Gestora **HASTA VIP,** por MEIO ELETRÔNICO, através do Portal **www.hastavip.com.br,** conduzido por seu Leiloeiro Oficial, **Sr. Eduardo Jordão Boyadjian,** matriculado na JUCESP sob o nº 464, dos móveis nos autos da ação de Falência de Empresários, Sociedades Empresárias, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, **processo nº: 1036570-37.2015.8.26.0100,** em que é falida Multioleos Óleos e Farelos Ltda. Representada por sua Administradora Judicial KPMG CORPORATE FINANCE LTDA., em **1º LEILÃO** com início no dia **17/05/2021, às 14:00hs,** e encerramento no dia **20/05/2021, a partir das 14:00hs.** VALOR DO LANCE MÍNIMO: **R$ 1.199.907,19 (um milhão, cento e noventa e nove mil, novecentos e sete reais e dezenove centavos).** Caso não haja licitantes, seguirá sem interrupção o **2º LEILÃO** com início no dia **20/05/2021, às 14:01hs,** e encerramento no dia **04/06/2021, a partir das 14:00hs.** VALOR DO LANCE MÍNIMO: **serão admitidos lances não inferiores a 50% da última avaliação atualizada.** Caso não haja licitantes, seguirá sem interrupção o 3º LEILÃO com início no dia 04/06/2021, às 14:01hs, e encerramento no dia 21/06/2021 às 14:00hs. No terceiro pregão serão admitidos lances livres, vencendo o de maior valor ofertado. Tudo conforme o Provimento 1625/2009. **Descrição dos bens: Trata-se de uma AERONAVE, marca: CIRRUS DESIGN, modelo: SR22-GTSX TURBO, versão: PR-FTZ, ano/modelo de fabricação: 2007, número de série: 2754.** O Edital completo e seus anexos estão à disposição dos interessados no website da Gestora **HASTA VIP.** Maiores informações poderão ser obtidas pelo E-mail contato@hastavip.com.br ou (11) 3093-5251. São Paulo, 27 de abril de 2021.

ROSSI LEILÕES 25 anos

33ª VARA CÍVEL DO FORO DA COMARCA CENTRAL

EDITAL DE PRAÇA JUDICIAL ONLINE. Ugo Rossi Filho - Leiloeiro Oficial - JUCESP 394. **33ª VARA CÍVEL DO FORO DA COMARCA CENTRAL - SP.** Processo nº 0027353-79.2018.8.26.0100. Executado: **REP PARK ESTACIONAMENTO LTDA ME, PARKGRILL RESTAURANTE LTDA ME, NORTH BEER RESTAURANTE E CHOPEIRA LTDA, DANIEL NAZARENO INÁCIO ONOGARATTP EPP** e demais interessados. Exequente: FAGNER CAMACHO REIS DE ARAUJO - **LOTE 01 - 03 Aparelhos de TV** - marca LG - 65 polegadas - **AVALIAÇÃO:** (Março - 2021 - conforme cálculo de Atualização Monetário dos Débitos Judiciais do TJSP) - **R$ 6.318,83. LOTE 02 - 01 Aparelhos de TV** - marca LG - com 40 polegadas - **AVALIAÇÃO:** (Março - 2021 - conforme cálculo de Atualização Monetário dos Débitos Judiciais do TJSP) - **R$ 1.035,43. LOTE 03 - 01 Aparelhos de TV** - marca LG - com 55 polegadas - **AVALIAÇÃO:** (Março - 2021 - conforme cálculo de Atualização Monetário dos Débitos Judiciais do TJSP) - **R$ 2.070,85. LOTE 04 - 65 mesas de madeira com quatro cadeiras cada**, com assento em Corino. - **AVALIAÇÃO:** (Março - 2021 - conforme cálculo de Atualização Monetário dos Débitos Judiciais do TJSP) - **R$ 29.708,58. LOTE 05 - 03 mesas de centro, grandes, com rodízios, retangulares em madeira e vidro - AVALIAÇÃO:** (Março - 2021 - conforme cálculo de Atualização Monetário dos Débitos Judiciais do TJSP) - **R$ 1.242,51. LOTE 06 - 03 mesas de centro, pequenas, com rodízios, retangulares em madeira e vidro. AVALIAÇÃO:** (Março - 2021 - conforme cálculo de Atualização Monetário dos Débitos Judiciais do TJSP) - **R$ 931,88. LOTE 07 - 02 estantes, tipo cristaleiras, em madeira e vidro, com prateleiras de vidro, medindo aproximadamente 1,20 x 2,20 m de altura. - AVALIAÇÃO:** (Março - 2021 - conforme cálculo de Atualização Monetário dos Débitos Judiciais do TJSP) - **R$3.106,28. LOTE 08 - 01 estante, tipo cristaleira, em madeira e vidro, com prateleiras de vidro, medindo aproximadamente 2,00 x 2,20 m. de altura. - AVALIAÇÃO:** (Março - 2021 - conforme cálculo de Atualização Monetário dos Débitos Judiciais do TJSP) - **R$ 3.106,28. LOTE 09 - 15 bancos (artesanal) feitos de barril de chope com assento de madeira. - AVALIAÇÃO:** (Março -2021 - conforme cálculo de Atualização Monetário dos Débitos Judiciais do TJSP) - **R$ 776,57. LOTE 10 - 01 mesas em madeira maciça, medindo aproximadamente 1,0 x 2,50 m.- AVALIAÇÃO:** (Março - 2021 - conforme cálculo de Atualização Monetário dos Débitos Judiciais do TJSP) - **R$ 3.106,28. LOTE 11 - 33 cadeiras de plástico e pés de ferro. AVALIAÇÃO:** (Março - 2021 - conforme cálculo de Atualização Monetário dos Débitos Judiciais do TJSP) - **R$ 3.416,90. LOTE 12 - 07 mesas redondas de madeira. AVALIAÇÃO: R$ 1.050,00,** (Março - 2021 - conforme cálculo de Atualização Monetário dos Débitos Judiciais do TJSP) - **R$ 1.087,29. LOTE 13 - lote de 342 garrafas e 18 meia garrafas e 6 minigarrafas de vinhos, sendo: (36 garrafas de vinho italiano; 32 garrafas de vinho argentino; 13 garrafas de vinho chileno; 14 garrafas de vinho uruguaio; 30 garrafas de vinho espanhol; 22 garrafas de vinho português; 07 garrafas de vinho francês; 137 garrafas de espumante francês; 58 garrafas / taças - vinho chileno marca Petirrojo ; 18 meia garrafas - marca Petirrojo; 03 garrafas mini espumante marca Perrê Ventura; 03 garrafas de 375 ml de vinho chileno; 58 garrafas de vinho chileno; AVALIAÇÃO** (Março -2021 - conforme cálculo de Atualização Monetário dos Débitos Judiciais do TJSP) - **R$ 28.091,92. 1ª Praça começa em 11/05/2021 às 11h00min, e termina em 14/05/2021 às 11h00min; 2ª Praça começa em 14/05/2021 às 11h01min, e termina em 07/06/2021 às 16h00min.** Fica os executados **REP PARK ESTACIONAMENTO LTDA ME, PARKGRILL RESTAURANTE LTDA ME, NORTH BEER RESTAURANTE E CHOPEIRA LTDA, DANIEL NAZARENO INÁCIO ONOGARATTP EPP** e demais interessados **INTIMADOS** das designações supra. Será considerado arrematante aquele que der **lance igual ou superior que a avaliação** (1ª Praça) ou aquele que der lance de **valor igual ou superior a 50% do valor da avaliação** (2ª Praça).

MAIORES INFORMAÇÕES ATRAVÉS DO SITE WWW.ROSSILEILOES.COM.BR

Anuncie:

11. 3729-6600

comercial@gazetasp.com.br

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO - CENTRO INTEGRADO DE APOIO PATRIMONIAL

TOMADA DE PREÇOS Nº CIAP-164/0012/21

O Centro Integrado de Apoio Patrimonial da Polícia Militar do Estado de São Paulo - CIAP - torna público que se acha aberta à licitação na modalidade TOMADA DE PREÇOS Nº CIAP-164/0012/21, Processo Nº CIAP-2021164053, contratação de serviços técnicos de engenharia para adaptação e manutenção nas instalações da Diretoria de Policia Comunitária e Direitos Humanos (DPCDH), localizada no 1º andar do Complexo Administrativo "Coronel PM Hélio Guaycuru de Carvalho", Avenida Cruzeiro do Sul, 260, Canindé, São Paulo/SP.

O edital na íntegra e seus anexos deverão ser retirados no CIAP, situado na Avenida Cruzeiro do Sul nº 260, 5º andar, Canindé, São Paulo/SP, de segunda a sexta feira, das 09h às 12h e das 14h às 17h30, mediante a apresentação de CDR ou CDR-W para gravação dos arquivos digitais e consultado no site www.e-negociospublicos.com.br.

A data limite para entrega dos envelopes é o dia 18 de maio de 2021, às 09h, por ocasião da realização da sessão pública.

Quaisquer dúvidas poderão ser esclarecidas pessoalmente no Centro Integrado de Apoio Patrimonial da Polícia Militar do Estado de São Paulo, pelo e-mail ciapuge@policiamilitar.sp.gov.br, ou pelos telefones (11) 3327-7689/7642, com os componentes da Seção de Finanças.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO - CENTRO INTEGRADO DE APOIO PATRIMONIAL

TOMADA DE PREÇOS Nº CIAP-164/0013/21

O Centro Integrado de Apoio Patrimonial da Polícia Militar do Estado de São Paulo - CIAP - torna público que se acha aberta à licitação na modalidade TOMADA DE PREÇOS Nº CIAP-164/0013/21, Processo Nº CIAP-2021164054, contratação de serviços técnicos de engenharia para adaptação, ampliação e reforma das instalações da 2ª Companhia do 43º Batalhão da Policia Militar Metropolitano (2ªCia PM do 43ºBPM/M), situado na Rua São Zeferino, 34, Jardim França, São Paulo/SP. O edital na íntegra e seus anexos deverão ser retirados no CIAP, situado na Avenida Cruzeiro do Sul nº 260, 5º andar, Canindé, São Paulo/SP, de segunda a sexta feira, das 09h às 12h e das 14h às 17h30, mediante a apresentação de CDR ou CDR-W para gravação dos arquivos digitais e consultado no site www.e-negociospublicos.com.br.

A data limite para entrega dos envelopes é o dia 19 de maio de 2021, às 09h, por ocasião da realização da sessão pública.

Quaisquer dúvidas poderão ser esclarecidas pessoalmente no Centro Integrado de Apoio Patrimonial da Polícia Militar do Estado de São Paulo, pelo e-mail ciapuge@policiamilitar.sp.gov.br, ou pelos telefones (11) 3327-7689/7642, com os componentes da Seção de Finanças.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO - CENTRO INTEGRADO DE APOIO PATRIMONIAL

TOMADA DE PREÇOS Nº CIAP-164/0015/21

O Centro Integrado de Apoio Patrimonial da Polícia Militar do Estado de São Paulo - CIAP - torna público que se acha aberta à licitação na modalidade TOMADA DE PREÇOS Nº CIAP-164/0015/21, Processo Nº CIAP-2021164056, contratação de empresa especializada em serviços técnicos de engenharia para construção das instalações da sede da 4ª Companhia do 25º Batalhão da Policia Militar do Interior (4ªCia PM do 25ºBPM/I), obra a ser executada na Avenida Senador Piza, 1071, Centro, Tupi Paulista/SP. O edital na íntegra e seus anexos deverão ser retirados no CIAP, situado na Avenida Cruzeiro do Sul nº 260, 5º andar, Canindé, São Paulo/SP, de segunda a sexta feira, das 09h às 12h e das 14h às 17h30, mediante a apresentação de CDR ou CDR-W para gravação dos arquivos digitais e consultado no site www.e-negociospublicos.com.br.

A data limite para entrega dos envelopes é o dia 21 de maio de 2021, às 09h, por ocasião da realização da sessão pública.

Quaisquer dúvidas poderão ser esclarecidas pessoalmente no Centro Integrado de Apoio Patrimonial da Polícia Militar do Estado de São Paulo, pelo e-mail ciapuge@policiamilitar.sp.gov.br, ou pelos telefones (11) 3327-7689/7642, com os componentes da Seção de Finanças.

megaleilões

2ª Vara Cível do Foro da Comarca de São Bernardo do Campo - SP

EDITAL DE 1º e 2º LEILÃO e de intimação na **FALÊNCIA DE M Z R ROMA COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA DE PEÇAS AUTOMOTIVAS LTDA ME**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.570.137/0001-20, ***na pessoa do Administrador Judicial*** **ALFREDO LUIZ KUGELMAS**, inscrito no CPF/MF sob o nº 001.060.708-00; bem como do **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO *na pessoa do seu Procurador***; e da **PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO *na pessoa do seu Procurador***. **O Dr. Maurício Tini Garcia**, MM. Juiz de Direito da 2ª Vara da Civil do Foro da Comarca de São Bernardo do Campo/SP, na forma da lei, **FAZ SABER**, aos que o presente Edital de 1º e 2º Leilão dos bens móveis, virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa, que por este Juízo processam-se os autos da **Falência de Empresários, Sociedades Empresárias, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte** ajuizado por **CVN COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PEÇAS AUTOMOTIVAS LTDA** contra **M Z R ROMA COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA DE PEÇAS AUTOMOTIVAS LTDA ME - Processo nº 1027474-95.2014.8.26.0564 - Controle nº 2325/2014**, e que foi designada a venda dos bens descritos abaixo, de acordo com as regras expostas a seguir: **DOS BENS MÓVEIS** - Os bens móveis serão vendidos no estado em que se encontram, constituindo ônus da parte interessada verificar suas condições antes das datas designadas para as alienações judiciais eletrônicas, e o arrematante ficará com o encargo de depositário do bem. **DA PUBLICAÇÃO DO EDITAL -** O edital será publicado na rede mundial de computadores, no sítio do gestor www.megaleiloes.com.br, em conformidade com o disposto no art. 887, § 2º, do Código de Processo Civil, inclusive as fotos e a descrição detalhada dos bens a serem apregoados. **DA VISITAÇÃO** - Os interessados em vistoriar o bem deverão enviar solicitação por escrito ao e-mail visitacao@megaleiloes.com.br. Cumpre esclarecer que cabe ao responsável pela guarda dos bens autorizar o ingresso dos interessados, sendo que a visitação nem sempre será possível. Independente da realização da visita, a arrematação será por conta e risco do interessado. **DO LEILÃO** - O Leilão será realizado por **MEIO ELETRÔNICO E PRESENCIAL**, através do Portal www.megaleiloes.com.br, o **1º Leilão** terá início no **dia 14/05/2021 às 11:00h** e se encerrará **dia 24/05/2021 a partir das 11:00h, sucessivamente com intervalo de 30 segundos para cada lote**, onde serão aceitos lances iguais ou superiores ao valor da avaliação; não havendo lance, seguir-se-á sem interrupção o **2º Leilão**, que terá início no **dia 24/05/2021 às 11:01h** e se encerrará no **dia 04/06/2021 a partir das 11:00h, sucessivamente com intervalo de 30 segundos para cada lote**, onde serão aceitos lances com no mínimo 50% (cinquenta por cento) do valor da avaliação. **DO CONDUTOR DO LEILÃO** - O Leilão será conduzido pelo Leiloeiro Oficial Sr. Fernando José Cerello Gonçalves, matriculado na Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP sob o nº 844. **DO VALOR MÍNIMO DE VENDA DO BEM** - No **2º Leilão**, o valor mínimo para a venda do bem corresponderá a **50% (cinquenta por cento)** do valor da avaliação judicial. **DOS LANCES** - Os lances poderão ser ofertados a partir do dia e hora de início do leilão pela rede de internet, através do Portal www.megaleiloes.com.br, ou de viva voz no dia do encerramento do leilão **a partir das 10:00 horas**, no Auditório localizado na Alameda Santos, nº 787, 13º andar, conjunto 132 - Jd. Paulista - São Paulo/SP, em igualdade de condições. **DOS DÉBITOS** - Os bens móveis serão apregoados sem quaisquer ônus, os quais serão de responsabilidade da massa falida, exceto se o arrematante for: I - sócio da sociedade falida, ou sociedade controlada pelo falido; II - parente, em linha reta ou colateral, até o 4º (quarto) grau, consanguíneo ou afim, do falido ou de sócio da sociedade falida; III - identificado como agente do falido com o objetivo de fraudar a sucessão. Parágrafo Único: Correrão por conta do arrematante as despesas e os custos relativos à desmontagem, remoção, transporte e transferência patrimonial dos bens arrematados. **DO PAGAMENTO** - O arrematante deverá efetuar o pagamento do preço do bem arrematado, no prazo de até 24h (vinte e quatro horas) após o deferimento do lance, através de guia de depósito judicial em favor do Juízo responsável, sob pena de se desfazer a arrematação. **DA PROPOSTA** - Os interessados poderão apresentar proposta de pagamento parcelado, encaminhando parecer por escrito para o e-mail: proposta@megaleiloes.com.br (Art. 895, I e II, CPC). **A apresentação de proposta não suspende o leilão (Art. 895, § 6º, CPC) e o pagamento do lance à vista sempre prevalecerá sobre o parcelado, ainda que mais vultoso (Art. 895, § 7º, CPC). PENALIDADES PELO DESCUMPRIMENTO DAS PROPOSTAS -** Em caso de atraso no pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de dez por cento sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas; O inadimplemento autoriza o exequente a pedir a resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução do valor devido, devendo ambos os pedidos serem formulados nos autos da execução em que se deu a arrematação (Art. 895, § 4º e 5º do CPC). **DA COMISSÃO** - O arrematante deverá pagar à MEGALEILÕES GESTOR JUDICIAL, a título de comissão, o valor correspondente a **5% (cinco por cento)** sobre o preço de arrematação do imóvel. A comissão devida à Mega Leilões gestor judicial não está incluída no valor do lance e não será devolvida ao arrematante em nenhuma hipótese, salvo se a arrematação for desfeita por determinação judicial por razões alheias à vontade do arrematante e, deduzidas as despesas incorridas. **DO PAGAMENTO DA COMISSÃO** - O pagamento da comissão da MEGALEILÕES GESTOR JUDICIAL deverá ser realizado em até 24h (vinte e quatro horas) a contar do encerramento do leilão através de guia de depósito que ficará disponível no site do gestor ou será enviada por e-mail. **Todas as regras e condições do Leilão estão disponíveis no Portal www.megaleiloes.com.br.** A publicação deste edital supre eventual insucesso nas notificações pessoais e dos respectivos patronos. As demais condições obedecerão ao que dispõe a Lei 11.101/05 e o Provimento CSM nº 1625/2009, e no que couber, o CPC e o *caput* do artigo 335, do CP. **RELAÇÃO DOS BENS MÓVEIS: LOTE 01:** 01 Mesa L branca. **Valor da Avaliação do Lote 01: R$ 80,00 (oitenta reais) para junho de 2016; LOTE 02:** 01 Mesa quadrada branca. **Valor da Avaliação do Lote 02: R$ 20,00 (vinte reais) para junho de 2016; LOTE 03:** 04 Cadeiras secretária fixa preta. **Valor da Avaliação do Lote 03: R$ 120,00 (cento e vinte reais) para junho de 2016; LOTE 04:** 43 Palhetas marca "Trico". **Valor da Avaliação do Lote 04: R$ 1.290,00 (hum mil, duzentos e noventa reais) para junho de 2016; LOTE 05:** 113 Palhetas marca "Soft". **Valor da Avaliação do Lote 05: R$ 1.130,00 (hum mil, cento e trinta reais) para junho de 2016; LOTE 06:** 40 Jogos de tapete automotivos de PVC marca "Tiger". **Valor da Avaliação do Lote 06: R$ 600,00 (seiscentos reais) para junho de 2016; LOTE 07:** 03 Frisos laterais automotivos, marca "Top Mix". **Valor da Avaliação do Lote 07: R$ 60,00 (sessenta reais) para junho de 2016.** Os lotes de nº 01 ao nº 07 encontram-se na Rua Angelina Ronchi Martin Bianco, nº 112, São Bernardo do Campo – SP. **LOTE 08:** 01 Expositor de Palhetas marca "RODO". **Valor da Avaliação do Lote 08: R$ 20,00 (vinte reais) para junho de 2016.** O lote nº 08 encontra-se na Avenida do Taboão, nº 2425, São Bernardo do Campo – SP. **LOTE 09:** 01 Expositor de Palhetas marca "TRICO". **Valor da Avaliação do Lote 09: R$ 20,00 (vinte reais) para junho de 2016.** O lote nº 09 encontra-se na Avenida Varsóvia, nº 1240, Santo André – SP. **LOTE 10:** 01 Expositor de Palhetas marca "RODO". **Valor da Avaliação do Lote 10: R$ 20,00 (vinte reais) para junho de 2016.** O lote nº 10 encontra-se na Avenida Industrial, nº 600, Santo André – SP. **LOTE 11:** 13 amortecedores, marca Corven Plus, para Fiat Palio. **Valor da Avaliação do Lote 11: R$ 1.950,00 (hum mil, novecentos e cinquenta reais) para abril de 2018.** O lote nº 11 encontra-se na Rua Angelina Ronchi Martin Bianco, nº 112-B, São Bernardo do Campo - SP. São Bernardo do Campo, 14 de abril de 2021. Eu, diretora/escrivã, conferi e subscrevi. **Dr. Maurício Tini Garcia** - **Juiz de Direito**

(11) 3149-4600 www.megaleiloes.com.br

megaleilões

42ª Vara Cível do Foro Central da Capital/SP

ERRATA DO EDITAL DE 1º E 2º LEILÃO DOS BENS IMÓVEIS expedida nos autos da **Ação de Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança** ajuizada por **MAURICIO CHUCAIR** em face de **MAURO ROBERTO BARBOUR - Processo nº 1080170-11.2015.8.26.0100 – Controle nº 1558/2015,** o Leiloeiro Oficial Fernando José Cerello Gonçalves Pereira, vem por meio desta, retificar o edital de leilão publicado no Jornal Gazeta de São Paulo em 16/04/2021, para constar: O bem encontra-se no Pátio sito a Rua Joaquim Fonseca, 35, Santa Maria, Coromandel/MG, cujo valor total das diárias desde a data da apreensão perfazem R$ 37.717,00, valor sujeito a alteração.

(11) 3149-4600 www.megaleiloes.com.br

EDITAL DE 1ª E 2ª PRAÇAS DE LEILÃO JUDICIAL ELETRÔNICO - 2ª VARA CÍVEL DO FORO REGIONAL XI – PINHEIROS – COMARCA DE SÃO PAULO - **EDITAL** de 1ª e 2ª Praças de Leilão Judicial Eletrônico do bem abaixo descrito, bem como para intimação dos Executados LUIZ GONÇALVES VALENCIO, CPF nº 587.143.088-00; MARINA PEREIRA, CPF nº 153.943.658-65, dos interessados JORGE LUIZ ASSAD DE MELLO, CPF nº 587.143.088-00; VICTÓRIA PIETRA FANTINATO VALÊNCIO, RG nº 53.676.621-6 SSP/SP; PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO e demais interessados, extraído dos autos da EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL – DESPESAS CONDOMINIAIS, processo nº 1010834-51.2019.826.0011, que tramita perante a 2ª Vara Cível do Foro Regional XI – Pinheiros – Comarca de São Paulo, requerida por CONDOMÍNIO EDIFÍCIO PINHEIROS NEW TIME, CNPJ nº 62.447.941/0001-25. A **Dra. Andrea Ferraz Musa**, MMa. Juíza de Direito, **faz saber** a todos que virem ou tiverem conhecimento do presente Edital, que, através do sistema de Alienação Eletrônica, **PRÓ-JUD LEILÕES**, hospedado no endereço eletrônico www.projudleiloes.com.br e sob condução e responsabilidade do **Leiloeiro Público, Sr. Carlos Campanhã, inscrito na JUCESP sob nº 1.053**, levará a Leilão os bens a seguir descritos: **Bens: 1) O APARTAMENTO nº 82 de cobertura** localizado nos 8º e 9º andares do EDIFÍCIO PINHEIROS NEW TIME, à Rua FRADIQUE COUTINHO nº 1.443, no 39º subdistrito, Vila Madalena, com a área útil de 127,115 m². **Matrícula nº** 78.855 10º Cartório de Registro de Imóveis de São Paulo – SP. **2) A VAGA simples** na garagem localizada no subsolo do EDIFÍCIO PINHEIROS NEW TIME, à Rua Fradique Coutinho nº 1.443, no 39º subdistrito, Vila Madalena, com a área útil de 10m². **Matrícula nº** 78.886 do 10º Cartório de Registro de Imóveis de São Paulo – SP. **3) A VAGA DUPLA** na garagem localizada no subsolo do EDIFÍCIO PINHEIROS NEW TIME, à Rua Fradique Coutinho nº 1.443, no 39º subdistrito, Vila Madalena, com área útil de 20m². **Matrícula nº** 78.892 do 10º Cartório de Registro de Imóveis de São Paulo – SP. **Avaliação:** R$ 1.297.500,00, em novembro/2020, que atualizado até abril/2021 perfaz a quantia de R$ 1.355.019,00 (um milhão trezentos e cinquenta e cinco mil e dezenove reais), que será atualizada até a data do início do leilão. **Débito da Ação:** R$ 65.942,67, que será atualizado até o término do leilão. **Situação:** Ocupado. **Recursos:** Não constam nos autos recursos pendentes de julgamento. Consta penhora no rosto dos autos, requerida nos autos do processo nº 1010834-51.20198.8.26.0011, por Márcia Andrea Fantinato; consta penhora no rosto dos autos, requerida nos autos do processo nº 0004780-52.2020.8.26.0011, por JORGE LUIZ ASSAD DE MELLO. **Das datas das Praças eletrônicas:** A 1ª praça terá início no dia **24 de maio de 2021, às 11:00hs.** e se estenderá por 03 (três) dias, encerrando-se no dia **27 de maio de 2021, às 11:00hs.** Não havendo oferta de lances, seguir-se-á, sem interrupção, a 2ª praça, que se encerrará no dia **16 de junho de 2021, às 11:00hs. Do Valor Mínimo:** Na 1ª praça, o valor mínimo para a venda do bem praceado será o valor da avaliação judicial que será atualizado pela tabela prática do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo até a data do início da leilão. Na 2ª praça, o valor mínimo para a venda corresponderá a **50% (cinquenta por cento)** do valor da avaliação atualizado. **Informações:** O EDITAL COMPLETO está disponível em www.projudleiloes.com.br e maiores esclarecimentos poderão ser obtidos pessoalmente na sede da **PRÓ-JUD LEILÕES** ou através de e-mail : contato@projudleiloes.com.br ou ainda pelo telefone nº 11-2892-8648 e via whatsApp/ celular nº 98366-4084. **Intimações**: Ficam intimados os Executados e as demais pessoas descritas no início do presente Edital, nos termos do art. 889 do Código de Processo Civil. **Dra. Andrea Ferraz Musa.** Juíza de Direito.

LEILÃO SOMENTE ON-LINE – BIASI leilões

ArcelorMittal

LEILÃO DE SUCATAS !! IMPERDÍVEL!

LOTES! **07/05/2021 às 15h00**

TUNGSTÊNIO | COBRE CABOS | ELÉTRICOS E MAIS...

*Leilão Somente Online. **NÃO PERCA ESSA OPORTUNIDADE!**

PREÇOS IMPERDÍVEIS! CONFIRA E APROVEITE!

LEILOEIRO OFICIAL – **SEDE** - Av Fagundes Filho, 145 - Conj. 22 - Vila Monte Alegre - São Paulo - SP - **Mais Informações: (11) 4083-2575** – EDUARDO CONSENTINO JUCESP 616

JOÃO VICTOR BARROCA GALEAZZI – preposto em exercício

www.biasileiloes.com.br

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE LEILÃO JUDICIAL ONLINE. 10ª Vara Cível da Comarca de Campinas, Estado de São Paulo/SP. Processo nº 4002611-50.2013.8.26.0114. Requerido: **FABIO APARECIDO DA SILVA EVANGELISTA** (CPF 343.594.918-08). Credor(es) e/ou interessado(s): **ESTADO DE SÃO PAULO. 1º Leilão começa em 14/06/2021, às 10hs00min, e termina em 17/06/2021, às 10hs00min e; 2º Leilão começa em 17/06/2021, às 10hs01min, e termina em 07/07/2021, às 10hs00min.** Fiat/Uno Mille EX, 1999/2000 em Campinas/SP. Lance mínimo no 1º Leilão: R$ 3.687,69* – Lance mínimo no 2º Leilão: R$ 1.843,85* – 50% do valor de avaliação. *sujeitos à atualização. **Leiloeira:** Priscila da Silva Jordão – JUCESP 1.081. Fica o requerido **FABIO APARECIDO DA SILVA EVANGELISTA**, sua cônjuge, se casado for, o credor tributário **ESTADO DE SÃO PAULO** e demais interessados **INTIMADOS** das designações supra, bem como da penhora realizada em data de 18/02/2020, caso não seja(m) localizado(s) para a intimação pessoal/postal. O presente edital é publicado em seu formato resumido, nos termos do Art. 887, §3º do CPC. Para acessar o edital completo e demais informações, acesse: www.gaialeiloes.com.br ou ligue (11) 3135-5689. Campinas, 23 de abril de 2021.

(11) 3135-5689 | acesse: gaialeiloes.com.br – GAIA LEILÕES

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE PRAÇA JUDICIAL ONLINE. 3ª Vara Judicial da Comarca de Salto, Estado de São Paulo/SP. Processo nº 1003846-89.2017.8.26.0526. Executado: **DOUGLAS ANTONIO PITTORRI** (CPF 039.000.908-31). Credor(es) e/ou interessado(s): **EDNA GARCIA PITTORRI** (CPF 154.066.408-28), **SOCIEDADE CAMPINEIRA DE EDUCAÇÃO E INSTRUÇÃO** (CNPJ 46.020.301/0001-88), **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF** (CNPJ 00.360.305/0001-04), **MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE SALTO. 1ª Praça começa em 12/07/2021, às 10hs00min, e termina em 15/07/2021, às 10hs00min e; 2ª Praça começa em 15/07/2021, às 10hs01min, e termina em 04/08/2021, às 10hs00min.** Descrição completa nas **Matrículas nºs 17.788 e 11.075 do CRI da Comarca de Salto/SP**. Lance mínimo na 1ª Praça: R$ 455.005,01* – Lance mínimo na 2ª Praça: R$ 341.253,76* – 75% do valor de avaliação. *sujeitos à atualização. **Leiloeira:** Priscila da Silva Jordão – JUCESP 1.081. Fica o executado **DOUGLAS ANTONIO PITTORRI**, sua cônjuge e coproprietária **EDNA GARCIA PITTORRI**, as credoras **SOCIEDADE CAMPINEIRA DE EDUCAÇÃO E INSTRUÇÃO, CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF**, o credor tributário **MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE SALTO** e demais interessados **INTIMADOS** das designações supra, bem como da penhora realizada em data de 05/10/2018, caso não seja(m) localizado(s) para a intimação pessoal/postal. O presente edital é publicado em seu formato resumido, nos termos do Art. 887, §3º do CPC. Para acessar o edital completo e demais informações, acesse: www.gaialeiloes.com.br ou ligue (11) 3135-5689. Salto, 12 de abril de 2021.

(11) 3135-5689 | acesse: gaialeiloes.com.br – GAIA LEILÕES

SATO

EDITAL DE LEILÃO (ID 5417) PROCESSO Nº 0006304-76.2017.8.26.0565 - 1ª Vara Cível da Comarca de São Caetano do Sul do Estado de São Paulo - BEM: OS DIREITOS DO CONTRATO DE COMPRA E VENDA (FLS. 6/11) SOBRE UM APARTAMENTO E BOX DE GARAGEM, na rua Piratininga, 790, Apartamento 71 e box de garagem do Edifício Regina Rossi, com 170,750m² de área útil, com 25.845m² de área de garagem, 196,595 m² de área total. MATRÍCULA: Nº 8.870 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de São Caetano do Sul – SP (Área Maior). CONSTA LAUDO DE AVALIAÇÃO: Em fls. 170/199. AVALIAÇÃO: R$ 679.000,00 (seiscentos e setenta e nove mil reais) em outubro de 2019 (fls.199). LOCALIZAÇÃO: Rua Piratininga, 790 – Apto 71 Bairro Barcelona, São Caetano do Sul – SP. **O leilão ocorrerá através do portal www.satoleiloes.com.br** com data prevista para: 1º LEILÃO em 10/05/2021 a partir das 12:00 com encerramento às 12:00 em 13/05/2021; correspondente à avaliação no valor de R$ 718.438,06 (setecentos e dezoito mil reais, quatrocentos e trinta e oito reais e seis centavos), atualizados de acordo com os índices da Tabela do TJSP-INPC, em dezembro de 2020, valor este que será novamente atualizado na data do leilão, diretamente no sistema gestor. Caso não haja lance, seguirá sem interrupção para o: 2º LEILÃO que se iniciará em 13/05/2021 a partir das 12:00 horas e que se encerrará em 15/06/2021 a partir das 12:00, correspondente à 60% (sessenta por cento) do valor da avaliação atualizado até a data do leilão.

SATO

EDITAL DE LEILÃO (ID 5702) PROCESSO Nº 1004052-92.2019.8.26.0022 - Juizado Especial Cível E Criminal de Amparo do Estado de São Paulo - BEM: HONDA BIZ ES, ANO FABRICAÇÃO 2003, MODELO 2003, placas CTW-9866. RENAVAM: 800635078. AVALIAÇÃO: R$ 3.120,00 em Fevereiro de 2020 (fls. 33). ENDEREÇO DA PENHORA: Avenida Europa, nº 236, Jardim Camanducaia, CEP 13.905-100, no município de Amparo, Estado de São Paulo. **O leilão ocorrerá através do portal www.satoleiloes.com.br** com data prevista para: LEILÃO ÚNICO em 14/05/2021 a partir das 10h30 com encerramento às 10h30 em 01/06/2021; correspondente a 65% (sessenta e cinco por cento) do valor da avaliação atualizada até a data do leilão, diretamente no sistema gestor.

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBATUBA

COMUNICADO PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2021

Comunicamos que fica retificado o item 6.5, alínea "a" do edital. Onde se lê: "a subcontratação total ou parcial do objeto pela contratada a outra empresa", leia-se: "a subcontratação total ou parcial do objeto pela contratada a outra empresa, sem anuência da Administração". Ficam ratificadas as demais cláusulas do Edital, bem como mantida a data da Sessão de Abertura.

Letícia Alves Dionísio
Pregoeira Oficial

DIRETORIA DE ENSINO DA REGIÃO SUL 2

RETIFICAÇÃO

Encontra-se aberto na Diretoria de Ensino Região Sul 2, pregão eletrônico de nº 01/2021, destinado a prestação de serviços contínuos de preparo e distribuição de alimentação balanceada e em condições higiênico-sanitárias adequadas, aos alunos regularmente matriculados na rede pública estadual. A realização da sessão pública será no dia 11/05/2021 às 10:00 h, no endereço eletrônico www.bec.sp.gov.br e www.fazenda.sp.gov.br.

FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO MÉDICO E HOSPITALAR - FAMESP

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2021-FAMESP/HC - REGISTRO DE PREÇOS Nº 012/2021-FAMESP/HC

PROCESSO Nº 005272/2021-FAMESP/HC

Acha-se aberto e à disposição dos interessados de 29 de abril a 11 de maio de 2021, as 8:00 às 11:30 horas e das 13:30 às 18:00 horas, na Seção de Compras da **Fundação para o Desenvolvimento Médico e Hospitalar - FAMESP,** localizada na Rua João Butignolli, s/nº, Distrito de Rubião Junior, Município de Botucatu, Estado de São Paulo, Fone (014) 3881-4811 - FAX (014) 3881-4811 - ramal 110, ou pelo site https://compraeletronica.famesp.org.br o **EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2021-FAMESP/HC, REGISTRO DE PREÇOS Nº 012/2021-FAMESP/HC, PROCESSO Nº 05272/2021-FAMESP/HC, que tem como objetivo o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE USO LABORATORIAL (BEAD MAGNÉTICA, POLIETILENOGLICOL, CLORETO DE SÓDIO, OLIGO DE DNA, ETC.) PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO LABORATÓRIO DE BIOLOGIA MOLECULAR DO HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE BOTUCATU - HCFMB, POR UM PERÍODO DE 06 (SEIS) MESES,** do tipo menor preço por item, em conformidade com o disposto no **ANEXO II.** A abertura da sessão pública será realizada no dia 12 de maio de 2021, com início às 09:00 horas.

SATO

EDITAL DE LEILÃO (ID 5725) PROCESSO Nº 1003314-07.2019.8.26.0022 - Juizado Especial Cível E Criminal de Amparo do Estado de São Paulo - BEM: PEUGEOT/206 SOLEIL 1.6, Ano Fabricação 2003, Modelo 2003, placas DMJ0817, cor preta. Segundo informações do Oficial de Justiça, o veículo não porta documentação. RENAVAM: 812488180. AVALIAÇÃO: R$ 12.000,00 em setembro de 2020 (fls. 78).ENDEREÇO DA PENHORA: Avenida Prefeito Raul de Oliveira Fagundes, 93 – Centro, 13900-560, Amparo – SP. **O leilão ocorrerá através do portal www.satoleiloes.com.br** com data prevista para: LEILÃO ÚNICO em 11/05/2021 a partir das 12h00 com encerramento às 12h00 em 01/06/2021; correspondente a 65% do valor da avaliação atualizada até a data do leilão, diretamente no sistema gestor.

BEVAP PARTICIPAÇÕES S.A. E CONSOLIDADO
CNPJ nº 35.315.310/0001-80 - NIRE 35300544684
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 - (Em milhares de reais)

ATIVO	Controladora 31/12/2020	Controladora 31/12/2019	Consolidado 31/12/2020	Consolidado 31/12/2019
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa			35.017	12.459
Contas a receber de clientes			49.335	27.114
Tributos a recuperar			33.578	20.693
Estoques			140.001	109.646
Instrumentos financeiros derivativos			124	997
Ativos biológicos			147.666	143.669
Despesas antecipadas			1.090	1.033
Adiantamentos a fornecedores			21.076	13.843
Outros créditos	3.936	-	2.398	16.954
Total ativo circulante	3.936	-	430.285	346.408
Não circulante				
Realizável a longo prazo				
Tributos a recuperar			9.045	6.706
Tributos diferidos			360.411	360.411
Partes relacionadas	74.104	70.000	9.430	87
Outros créditos	-	-	660	238
	74.104	70.000	379.546	367.442
Investimentos	483.666	482.281	-	-
Imobilizado			928.807	900.677
Intangível	-	-	1.803	697
	483.666	482.281	930.610	901.374
Total ativo não circulante	557.770	552.281	1.310.156	1.268.816
Total do ativo	561.706	552.281	1.740.441	1.615.224

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Controladora 31/12/2020	Controladora 31/12/2019	Consolidado 31/12/2020	Consolidado 31/12/2019
Circulante				
Empréstimos e financiamentos			268.189	96.433
Instrumentos financeiros derivativos			1.647	-
Fornecedores	-		107.171	128.772
Salários e encargos sociais			22.674	24.369
Obrigações tributárias			11.981	10.101
Adiantamentos de clientes			19.613	37.408
Outras contas a pagar			489	723
Dividendos a pagar	4.468		47.689	85.790
Receitas antecipadas a realizar			5.690	22.044
Passivos de arrendamentos	-	-	23.611	-
Passivo circulante	4.468	-	508.754	405.640
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos			505.526	448.828
Salários e encargos sociais			32.848	39.614
Provisão para contingências			2.750	7.039
Partes relacionadas	18		18	1.643
Obrigações tributárias			1.507	1.732
Passivos de arrendamentos	-	-	131.818	158.447
Total passivo não circulante	18	-	674.467	657.303
Total do passivo	4.486	-	1.183.221	1.062.943
Patrimônio líquido				
Capital social	389.758	389.758	389.758	389.758
Reserva de capital	129.852	129.852	129.852	129.852
Reserva legal	2.104	1.634	2.104	1.634
Resultados acumulados	35.506	31.037	35.506	31.037
Patrimônio líquido	557.220	552.281	557.220	552.281
Total do passivo e patrimônio líquido	561.706	552.281	1.740.441	1.615.224

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Capital	Lucros Acumulados	Total	Participação dos não controladores	Total
Constituição da Companhia em 27 de setembro de 2019	256.507		12.367		268.874	177.612	446.486
Aumento de capital em 27 de novembro de 2019	133.251		117.485		250.736	(180.738)	69.998
Lucro líquido do período				32.671	32.671	3.126	35.797
Constituição de Reserva	-	1.634	-	(1.634)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**389.758**	**1.634**	**129.852**	**31.037**	**552.281**	-	**552.281**
Resultado do exercício	-			9.407	9.407	-	9.407
Constituição de Reserva	-	470		(470)	-	-	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	(4.468)	(4.468)	-	(4.468)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**389.758**	**2.104**	**129.852**	**35.506**	**557.220**	-	**557.220**

Demonstrações do fluxo de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora 01/01 a 31/12/2020	Controladora 27/09 a 31/12/2019	Consolidado 01/01 a 31/12/2020	Consolidado 27/09 a 31/12/2019
Atividades operacionais				
Prejuízo(Lucro) do exercício antes do imposto de renda e da contribuição social	9.407	32.671	10.757	38.480
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais				
Depreciações e amortizações	-		77.490	17.883
Exaustão ativo biológico	-		143.669	33.541
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos	-		70.377	10.893
Encargos financeiros direito de uso	-		9.442	2.724
Contingências para demandas judiciais	-		(4.289)	(1.077)
Imposto de renda e contribuição social	-		(1.350)	(1.299)
Ajuste valor justo - ativo biológico	-		(22.602)	(33.294)
Instrumentos financeiros derivativos			2.521	(997)
Equivalencia patrimonial	(5.321)	(32.671)		
Encargos financeiros sobre partes relacionadas	(4.104)		-	51
Decréscimo (acréscimo) em ativos			-	
Contas a receber de clientes	-		(22.221)	4.041
Tributos a recuperar	-		(15.225)	3.628
Tributos diferidos			-	818
Estoques	-		(30.355)	5.513
Despesas antecipadas	-		(57)	(541)
Adiantamentos a fornecedores	-		(7.233)	5.539
Outros créditos	-		4.793	(16.783)
Acréscimo (decréscimo) em passivos				
Fornecedores	-	-	(21.601)	21.492
Salários e encargos sociais	-		(8.461)	(2.864)
Obrigações tributárias	-		1.655	(797)
Adiantamentos de clientes	-		(17.795)	12.373
Outras contas a pagar	-		(233)	702
Pagamentos de empréstimos e financiamentos - juros	-		(38.281)	(13.541)
Receitas antecipadas a realizar	-		(16.354)	(31.429)
Caixa líquido aplicado nas (gerado pelas) atividades operacionais	(18)	-	114.647	56.053
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Adições do ativo biológico			(125.064)	(28.136)
Adições do imobilizado	-		(120.617)	(13.099)
Adições do intangível	-		(1.106)	-
Baixas do imobilizado	-	-	27.701	-
Caixa líquido aplicado nas (gerado pelas) atividades de investimento	-	-	(219.086)	(41.235)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Captação de empréstimos e financiamentos	-		427.126	5.848
Pagamentos de empréstimos e financiamentos - principal	-		(230.768)	(7.619)
Pagamento de dividendos	-		(42.570)	(6.000)
Partes relacionadas passivo	18		(1.626)	(768)
Pagamento de arrendamento	-	-	(25.165)	(6.937)
Caixa líquido (aplicado pelas) gerado nas atividades de financiamento	18	-	126.997	(15.476)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	-	-	22.558	(658)
Caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício / período	-		12.459	14.114
No fim do exercício / período	19.904	12.450	19.905	12.459
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	-	-	22.558	(658)

Demonstração do resultado para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
Em milhares de reais (exceto lucro/prejuízo por ação)

	Controladora 01/01 a 31/12/2020	Controladora 27/09 a 31/12/2019	Consolidado 01/01 a 31/12/2020	Consolidado 27/09 a 31/12/2019
Receitas líquidas	-	-	577.223	173.193
Variação do valor justo ativo biológico	-	-	22.602	33.294
Custos dos produtos vendidos	-	-	(396.837)	(134.247)
Lucro bruto	-	-	202.988	72.240
Receitas (despesas)				
Despesas comerciais	-	-	(21.674)	(1.667)
Despesas administrativas e gerais	(17)	-	(47.539)	(10.335)
Outras receitas (despesas)	(1)	-	11.346	(2.700)
...Equivalência Patrimonial	5.321	32.671	-	-
Lucro Operacional	5.303	32.671	145.121	57.538
Resultado financeiro líquido	4.104	-	(134.364)	(19.058)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	9.407	32.671	10.757	38.480
Imposto de renda e contribuição social	-	-	(1.350)	(2.683)
Resultado do exercício / período	9.407	32.671	9.407	35.797
Atribuível a				
Acionistas da companhia				32.671
Participação dos não controladores				3.126
				35.797

Demonstrações do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 dezembro 2020 e de 2019
Em milhares de reais (exceto lucro/ prejuízo por ação)

	Controladora 01/01 a 31/12/2020	Controladora 27/09 a 31/12/2019	Consolidado 01/01 a 31/12/2020	Consolidado 27/09 a 31/12/2019
Prejuízo do exercício	9.407	32.671	9.407	35.797
Outros Resultados Abrangentes				
Resultado abrangente do exercício	9.407	32.671	9.407	35.797
Atribuível a				32.671
Acionistas da companhia				3.126
Particpação dos não controladores				35.797

Gabriel Sustaita-CEO - Diretor Presidente. **Marcos Tadeu de Moraes** - Diretor Financeiro. **André Luís Estábile** - Controller. **Ivone Correa** - Contadora.
"As notas explicativas estão arquivadas na sede da Companhia."

Publique em jornal de grande circulação.

Ligue já:
11. 3729-6600

DocuSigned by:
Jornal Gazeta SP Ltda. - EPP
Assinado por: JORNAL GAZETA SP LTDA:04735364000170
CPF: 29513948889
Data/Hora da Assinatura: 28/04/2021 | 17:51:16 PDT
ICP Brasil
5146939EFE414F8FAB3A7733135E2CCF

PÁGINA CERTIFICADA. O JORNAL GAZETA SP LTDA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.gazetasp.com.br

DocuSign Envelope ID: 02ED7B38-9754-44BE-8E3C-2F4C30CAD5A3

Associação Nacional de Educação da Companhia de Maria - ANECOM

CNPJ 33.646.704/0001-95

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro - Em reais (R$)

Ativo	Nota	Atividades Educacionais	Atividades Assist. Social	2020 Total	2019 Total
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	3	5.470.487	109.870	5.580.357	5.919.810
Contas a receber	4	1.743.667	717.609	2.461.277	1.651.390
Outros créditos	5	305.449	2.643	308.092	263.199
Impostos e valores a recuperar		12.919	-	12.919	4.308
Despesas antecipadas		274.517	3.361	277.878	419.705
		7.807.038	**833.484**	**8.640.522**	**8.258.412**
Não Circulante					
Valores a receber - convênio municipal		-	2.511.633	2.511.633	-
Imobilizado	6	5.859.070	1.642.992	7.502.062	7.958.382
Intangível	7	34.679	-	34.679	43.002
		5.893.749	**4.154.626**	**10.048.375**	**8.001.384**
Total do Ativo		**13.700.787**	**4.988.110**	**18.688.897**	**16.259.796**

Passivo	Nota	Atividades Educacionais	Atividades Assist. Social	2020 Total	2019 Total
Circulante					
Fornecedores	9	72.599	2.108	74.707	121.387
Obrigações trabalhistas e tributárias	8	1.582.376	6.878	1.589.253	1.684.801
Anuidades antecipadas	10	976.450	-	976.450	1.396.144
Outras contas a pagar		101.152	-	101.152	115.148
Subvenções e convênios	11	-	792.611	792.611	370.579
		2.732.576	**801.596**	**3.534.172**	**3.688.058**
Não circulante					
Subvenções e convênios	11	-	2.511.633	2.511.633	-
		-	**2.511.633**	**2.511.633**	**-**
Patrimônio Líquido					
Patrimônio Social	13	10.819.131	1.752.607	12.571.738	13.227.617
Superávit / Déficit do exercício		149.080	(77.726)	71.354	(655.879)
		10.968.211	**1.674.880**	**12.643.092**	**12.571.738**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**13.700.787**	**4.988.110**	**18.688.897**	**16.259.796**

Demonstração das mutações do patrimônio líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro - Em reais (R$)

	Patrimônio Social	Ajustes de Exercícios Anteriores	Superávit de Exercícios Anteriores	Déficit de Exercícios Anteriores	Superávit / Déficit do Exercício	Total do Patrimônio Líquido
Em 31 de Dezembro de 2018	**13.215.813**	-	-	-	**11.804**	**13.227.617**
Apropriação do Superávit de 2018	11.804	-	-	-	(11.804)	-
Déficit do Exercício de 2019	-	-	-	-	(655.879)	(655.879)
Em 31 de Dezembro de 2019	**13.227.617**	-	-	-	**(655.879)**	**12.571.738**
Apropriação do Déficit de 2019	(655.879)	-	-	-	655.879	-
Superávit do Exercício de 2020	-	-	-	-	71.354	71.354
Em 31 de Dezembro de 2020	**12.571.738**	-	-	-	**71.354**	**12.643.092**

Demonstração dos Resultados dos Periodos findos em 31 de dezembro - Em reais (R$)

	Nota	Atividades Educacionais	Atividades Assist. Social	2020 Total	2019 Total
Receitas Operacionais (atividades)					
Anuidades de serviços educacionais	14	19.097.072	-	19.097.072	21.270.087
Bolsas integrais - Lei 12.101/2009 (-)	14.2	(1.403.916)	-	(1.403.916)	(1.640.444)
Bolsas parciais - Lei 12.101/2009 (-)	14.2	(210.395)	-	(210.395)	(274.410)
Bolsas - convenção coletiva (-)	14.2	(805.183)	-	(805.183)	(958.504)
Devoluções, cancelamentos, descontos (-)		(2.532.930)	-	(2.532.930)	(2.020.962)
Outras deduções, taxas (-)		(17.272)	-	(17.272)	(17.954)
		14.127.375	**-**	**14.127.375**	**16.357.814**
Outras receitas					
Cursos extracurriculares		547.947	-	547.947	623.610
Receitas com doações		15.305	2.124	17.429	119.547
Subvenção convênio municipal		-	657.969	657.969	675.441
Outras receitas escolares		46.428	-	46.428	98.888
Receitas patrimoniais		10.752	-	10.752	38.700
Trabalho voluntário	22	55.188	-	55.188	52.619
Devoluções, cancelamentos, descontos (-)		(114.741)	-	(114.741)	(113.429)
		560.878	**660.093**	**1.220.970**	**1.495.377**
Receita líquida	14	**14.688.253**	**660.093**	**15.348.346**	**17.853.191**
Custos dos Serviços Prestados	16	(10.898.513)	(381.479)	(11.279.993)	(13.417.023)
Superávit bruto		**3.789.740**	**278.614**	**4.068.353**	**4.436.168**
Despesas Operacionais:					
Serviços de terceiros	17	(1.405.135)	(35.198)	(1.440.333)	(1.845.782)
Despesas tributárias		(9.501)	(106)	(9.607)	(7.805)
Despesas gerais e administrativas	18	(841.437)	(279.872)	(1.121.308)	(1.425.663)
Outras despesas educacionais		(43.155)	-	(43.155)	(150.955)
Trabalho voluntário	22	(55.188)	-	(55.188)	(52.619)
Outras Despesas (receitas)	19	(1.830.152)	(38.221)	(1.868.373)	(1.953.820)
		(4.184.567)	(353.396)	(4.537.963)	(5.436.645)
Superávit /Déficit antes do resultado financeiro		**(394.828)**	**(74.782)**	**(469.610)**	**(1.000.476)**
Resultado financeiro	20	543.908	(2.944)	540.964	344.597
Superávit / Déficit do Exercício		**149.080**	**(77.726)**	**71.354**	**(655.879)**

Demonstrações dos fluxos de caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro - Em reais (R$)

	2020	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit / Déficit do exercício	71.354	(655.879)
Ajustes para reconciliar o superávit / déficit do exercício com os recursos provenientes de atividades operacionais		
Depreciação e amortização	603.832	597.971
	675.186	**(57.908)**
Variação em ativos e passivos		
Contas a receber	(809.887)	414.321
Outros créditos	(44.893)	8.630
Impostos e valores a recuperar	(8.610)	(454)
Despesas antecipadas	141.826	16.609
Valores a receber - Convênio Municipal ANC	(2.511.633)	344.004
Fornecedores	(46.680)	(150.776)
Obrigações trabalhistas e tributárias	(95.548)	183.915
Anuidades antecipadas	(419.694)	27.712
Outras contas a pagar	(13.996)	(7.166)
Subvenção e convênios PC	422.032	(331.437)
Subvenção e convênios PNC	2.511.633	(344.004)
	(875.449)	**161.353**
Fluxo de caixa líquido originado de atividades operacionais	**(200.263)**	**103.445**
Atividades de investimentos		
Adições do ativo imobilizado	(139.190)	(97.890)
Fluxo de caixa líquido aplicado em atividades de investimento	**(139.190)**	**(97.890)**
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(339.453)**	**5.555**
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	**5.919.810**	**5.914.255**
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	**5.580.357**	**5.919.810**
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(339.453)**	**5.555**

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 - Valores apresentados em reais (R$)

1. Contexto Operacional: A Associação Nacional de Educação da Companhia de Maria, C.N.P.J. 33.646.704/0001-95, também designada pela sigla ANECOM é uma “Associação” sem fins lucrativos e econômicos, de cunho filantrópico, de natureza educacional, cultural e assistencial, conforme o Artigo 4º do Estatuto Social. Possui o Título de Utilidade Pública Federal, conforme Decreto nº 64.307 - DOU 09/04/1969, bem como os Certificados: Certificado de Utilidade Pública Estadual, conforme decreto nº 20.118 de 26/03/1994, o Certificado de Utilidade Pública Municipal, conforme Decreto nº 45.471/2004. Inscrita no COMAS sob nº 469/2012, e no Cadastro Único das Entidades Parceiras do Terceiro Setor - CENTS - Decreto 52830 de 01/12/2011. Também possui o CEBAS - Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social vigente conforme processo n º230000.13354-2015/12 deferido pelo Ministério da Educação - MEC em 22/02/2019, como também o protocolo de renovação do certificado sob processo nº 230000.34724-2018-90 que se encontra em análise pelo Ministério da Educação. A ANECOM tem por objeto social: a) Difundir a educação e o ensino, criando e mantendo estabelecimentos de ensino em seus vários graus, oferecendo, inclusive, formação religiosa, educação de jovens e adultos, cursos livres, cursos profissionalizantes e cursos técnicos ou tecnológicos, propagando a educação e o ensino para a cidadania; b) Promover cursos, palestras, congressos, seminários, simpósios e conferências; c) Estimular atividades de pesquisa científico-cultural e o desenvolvimento da cidadania nas áreas da educação e assistência social; d) Promover a socialização de crianças, jovens, adultos e idosos através de atividades esportivas, culturais, de lazer ou voltadas à expressão e arte, para o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários; e) Prestar serviços e executar programas e projetos de proteção social básica na forma da Política Nacional de Assistência Social; f) Prestar serviços de atendimento e assessoramento contidos na Política Nacional de Assistência Social, de forma permanente, planejada e continuada; g) Dedicar-se a obras de promoção humana, visando o aperfeiçoamento humano, espiritual e material da coletividade em geral, principalmente dos mais carentes e necessitados, propiciando-lhes, também, a inclusão social, a inclusão educacional, a inclusão digital e a formação integral da pessoa; h) Criar, dirigir, administrar e manter obras de assistência social, instituições de ensino, centros de educação, de esporte e de cultura e arte, e quaisquer outras obras de assistência social, educação ou cultura; i) Promover a formação de suas associadas para que possam praticar as finalidades estatutárias. A ANECOM é composta pelas seguintes unidades: • Associação Nacional de Educação da Companhia de Maria (CNPJ 33.646.704/0001-95) • Centro Social e Educacional Companhia de Maria (CNPJ 33.646.704/0002-76) • Colégio da Ordem da Companhia de Maria Nossa Senhora (CNPJ 33.646.704/0003-57) • Centro de Educ. Popular Sta. Joana de Lestonnac - CEJOLE (CNPJ 33.646.704/0004-38) • Colégio da Companhia de Maria (CNPJ 33.646.704/0005-19) Para a consecução de suas finalidades, a Entidade obtém recursos financeiros por meio de mensalidades cobradas nos Colégios da Companhia de Maria como sua principal fonte de renda; de convênios; de doações e rendimentos provenientes de suas aplicações financeiras, representadas por fundos de renda variável, CDB’s e poupança, e se referem em grande parte a provisões para a cobertura de encargos trabalhistas, manutenção e ampliação de sua estrutura física. A Entidade, nos termos estabelecidos no artigo 150, inciso VI, alínea “C” da Constituição Federal de 1988, em atendimento ao disposto nos artigos 9º e 14º do Código Tributário Nacional - Lei 5.172/66 é imune de tributação sobre seu patrimônio, renda ou prestação de serviços. Ainda de acordo com a CF/88, através do seu artigo 195, parágrafo 7º; a Entidade é imune de contribuição para a seguridade social. A ANECOM em 2020, conforme determina seus objetivos institucionais e sociais, ofereceu nas suas instituições mantidas 178 bolsas de estudo a alunos na educação básica, que comprovaram perfil socioeconômico previsto na Lei 12.101/2009 e suas modificações com a 12.868/2013 e 13.043/2014, Decreto regulamentador nº 8.242/2014, com também pela Portaria Normativa MEC nº 15 de 11 de agosto de 2017 que regulamentou procedimentos relativos ao processo de Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social com atuação na área da educação. **2. Apresentação das Demonstrações Financeiras: 2.1 Declaração de conformidade com relação às práticas contábeis:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, atendendo às Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade, CFC nº 1.376/2011, que altera a NBC TG 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, a CFC nº 1.152/2009 que aprovou a NBC TG 13 - Adoção Inicial da Lei 11.638/2007 e da Lei 11.941/2009 que alteraram artigos da Lei 6.404/76 e especialmente a Resolução CFC nº.1.409/2012, que aprovou a interpretação técnica ITG 2002 (R1) no qual estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de reconhecimento das transações e variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações contábeis e as informações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas das “Entidades sem finalidade de lucros”. Além dos aspectos da Lei 12.101/2009 - Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social, que regula os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social, e alterada pela Lei 12.868 de 15/10/2013, regulamentada pelo Decreto 8.242 de 23/05/2014. **2.2 Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Associação. Todas as informações financeiras foram apresentadas em reais, exceto quando indicado de outra forma. **2.4 Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas financeiras são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. **2.5 Regime:** a prática contábil adotada está de acordo com a ITG 2002 (R1) aprovada pela Resolução nº 1.409/2012, respeitando os Princípios Fundamentais de Contabilidade, em especial o da Oportunidade e o da Competência. **2.6 Demonstração de resultados abrangentes:** Não houve transações no patrimônio líquido, em todos os aspectos relevantes, que ocasionassem ajustes que pudessem compor a demonstração de resultados abrangentes, assim essa demonstração não está sendo apresentada. **Formalidades da escrituração contábil - Resolução 1.330/11 (ITG 2000):** A Associação mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico. Os registros contábeis contêm o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos. As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, serão transcritas no Livro Diário da Entidade, e posteriormente registrado no Cartório de Registros de Pessoas Jurídicas. A documentação contábil da Associação é composta por todos os documentos fiscais, relatórios gerenciais, papéis, registros e outras peças, que apoiam ou compõem a escrituração contábil. A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos usos e costumes e mantém em boa ordem a documentação contábil. **Resumo das principais práticas contábeis:** As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração dessas demonstrações financeiras são as seguintes: **(a) Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros são reconhecidos a partir do momento em que a entidade se torna parte das exposições contratuais do instrumento. Quando um ativo ou passivo financeiro é inicialmente reconhecido é registrado pelo seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo ou passivo financeiro. Os títulos e valores mobiliários são atualizados pelos juros incorridos até a data de encerramento das demonstrações financeiras, não ultrapassando o valor de mercado. **(b) Caixa e equivalentes de caixa:** São classificados em conformidade com seu prazo de realização, sendo demonstrados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos períodos e deduzidos, quando aplicável, da provisão para ajuste ao seu valor líquido de realização. **(c) Contas a receber:** Refere-se ao montante a receber dos contratantes da prestação de serviços de ensino. A perda estimada por créditos de liquidação duvidosa está constituída no montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos valores a receber. Incluem também neste item os valores a receber de subvenção e convênio firmado com a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social de São Paulo, no montante previsto no termo de parceria assinado entre as partes. **(d) Imobilizado e intangível:** É composto por veículos, computadores, servidores mantidos para gerenciamento das informações e banco de dados, equipamentos, móveis e utensílios para manter as atividades das unidades operacionais, e direito de uso de software. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens, deduzido das respectivas depreciações ou amortizações. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. Os valores contábeis de itens ou peças substituídas são baixados. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. **(e) Anuidades antecipadas:** Refere-se a parcelas de anuidades e/ou mensalidades do exercício seguinte, recebidas antecipadamente. São alocadas ao resultado do exercício mensalmente pelo regime de competência, à medida que as atividades pedagógicas são realizadas. **(f) Fornecedores e outras contas a pagar:** Os fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal das atividades operacionais, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da nota fiscal ou fatura correspondente. **(g) Subvenções e convênios:** O reconhecimento das subvenções de convênios é realizado em conformidade com a resolução 1.305 do Conselho Federal de Contabilidade, que aprovou a NBC TG 07 e suas atualizações, que trata dos critérios da contabilização e divulgação de subvenção governamental. A Associação possui Termo de Convênio em parceria com a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social de São Paulo, que tem como objetivo assegurar direitos socioassistenciais para a população que deles necessitar. Sendo crianças e adolescentes de 6 a 14 anos e 11 meses. **(h) Demais ativos e passivos (circulantes e não circulantes):** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Associação e seu custo ou valor possa ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Associação possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. **(i) Ajustes a valor presente:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados ao seu valor presente. **(j) Apuração do resultado:** O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios. Reconhecimento da receita: A Associação reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para suas atividades. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços educacionais no curso normal das atividades da Associação. A receita é apresentada líquida das gratuidades, devoluções, abatimentos e descontos e são creditadas no resultado quando as atividades pedagógicas são efetivamente prestadas ao aluno. Reconhecimento das despesas: As despesas de qualquer natureza são registradas com base no princípio da competência, o qual leva em conta o fato gerador do evento. **(k) Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações:** Foram aprovadas e emitidas as seguintes novas normas e pronunciamentos técnicos. A administração avalia os impactos de sua adoção conforme mencionado abaixo: NBC TG 47 - “Receita de contratos com os clientes” (vigente a partir de 1ª de janeiro de 2018). A nova norma estabelece critérios para o reconhecimento de receitas com clientes. A administração avaliou a norma e, em sua opinião, não existe efeito relevante em suas demonstrações financeiras, considerando a natureza de suas transações na prestação de serviço, na qual as obrigações de desempenho são claras e a transferência do controle dos serviços não é complexa. NBC TG 48 - “Instrumentos Financeiros” (vigente a partir de 1ª de janeiro de 2018). A norma aborda a classificação, mensuração e reconhecimento de ativos e passivos financeiros e introduz novas regras de contabilização de hedge. A administração avaliou a norma e, considerando as suas transações atuais, não identificou mudanças que pudessem ter impacto relevante sobre as demonstrações financeiras. NBC TG 06 (R3) - “Operações de arrendamento mercantil” (vigente a partir de 1ª de janeiro de 2019), substitui a norma existente sobre arrendamento mercantil, e estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamento mercantil pa ra ambas as partes de um contrato. A administração avaliou a norma e, considerando as suas transações atuais, não identificou mudanças que pudessem ter impacto sobre as demonstrações financeiras.

3. Caixa e Equivalentes de Caixa:

Descrição	Atividades Educacionais	Atividades Assist. Social	2020 Total	2019 Total
Caixa	3.468	238	3.706	10.517
Contas correntes	509.991	23.995	533.986	442.572
Aplicações financeiras	4.957.028	-	4.957.028	5.448.529
Contas poupança	-	85.637	85.637	18.192
Total	**5.470.487**	**109.870**	**5.580.357**	**5.919.810**

As aplicações financeiras são compostas por CDBs remunerados à taxa média de 10% ao ano, mensurados pelo custo amortizado, com prazos de vencimento variáveis, porém resgatáveis a qualquer momento e que estão sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. **4. Contas a Receber:**

Descrição	2020	2019
Anuidades e parcelas a receber	1.767.557	1.638.035
Cheques a receber/depositar/em cobrança	394.972	255.804
Acordos sobre parcelas e anuidades atrasadas	739.003	649.770
Valores a receber convênio municipal	717.609	366.365
Outros valores a receber	73.650	70.239
(-) Perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa	(1.231.514)	(1.328.823)
Total	**2.461.277**	**1.651.390**

AgingList- Anuidades e parcelas a receber	2020	2019
Parcelas a receber 2014	-	218.883
Parcelas a receber 2015	102.021	106.331
Parcelas a receber 2016	162.978	169.920
Parcelas a receber 2017	160.211	163.729
Parcelas a receber 2018	204.441	321.441
Parcelas a receber 2019	172.043	657.731
Parcelas a receber 2020	965.863	-
Total	**1.767.557**	**1.638.035**

Para reduzir o risco de crédito, a administração adota como prática a análise detalhada e acompanhamento permanente do seu saldo devedor. As perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa são avaliadas com base na análise individual das parcelas em aberto, que contempla histórico de perdas e avaliação dos consultores jurídicos.

Movimentação das perdas estimadas

Descrição	2020	2019
Saldo inicial	**(1.328.823)**	**(1.068.479)**
Baixas	274.721	-
Reversões	139.642	61.097
Adições	(317.054)	(321.441)
Saldo final	**(1.231.514)**	**(1.328.823)**

5. Outros Créditos:

Descrição	2020	2019
Adiantamentos a colaboradores	218.014	228.963
Adiantamentos a fornecedores	90.078	34.236
Outros valores	-	-
Total	**308.092**	**263.199**

6. Imobilizado:

Descrição	Taxa Média %	2020 Custo	2020 Depreciação acumulada	2020 Valor Líquido	2019 Valor Líquido
Terrenos	-	10.995	-	10.995	10.995
Instalações	10% a.a.	192.327	(78.978)	113.348	132.581
Máquinas e equipamentos	10% a.a.	630.407	(231.791)	398.616	429.784
Móveis e utensílios	10% a.a.	1.931.614	(774.213)	1.157.401	1.320.941
Veículos	20% a.a.	83.114	(74.462)	8.652	29.932
Equipamentos de informática	20% a.a.	525.365	(396.347)	129.018	192.082
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4% a.a.	6.978.799	(1.294.767)	5.684.032	5.842.067
Total		**10.352.621**	**(2.850.558)**	**7.502.062**	**7.958.382**

Movimentação do exercício de 2020

Descrição	2019	Adições	Baixas	2020
Terrenos	10.995	-	-	10.995
Instalações	192.327	-	-	192.327
Máquinas e equipamentos	598.219	32.188	-	630.407
Móveis e utensílios	1.906.700	36.195	(11.280)	1.931.614
Veículos	95.265	-	(12.152)	83.114
Equipamentos de informática	497.363	28.002	-	525.365
Benfeitorias em imóveis de terceiros	6.926.242	52.557	-	6.978.799
	10.227.111	**148.942**	**(23.432)**	**10.352.621**
Depreciação acumulada	(2.268.729)	(595.509)	13.681	(2.850.558)
Total	**7.958.382**	**(446.567)**	**(9.751)**	**7.502.062**

7. Intangível: O intangível refere-se à aquisição de direito de uso de software, amortizado a taxa de 20% ao ano:

8. Obrigações Trabalhistas e Tributárias:

Descrição	Atividades Educacionais	Atividades Assist. Social	2020 Total	2019 Total
Salários a pagar	491.014	-	491.014	590.339
INSS a recolher	56.571	2.039	58.610	76.823
FGTS a recolher	78.451	1.809	80.260	95.599
IRRF a recolher	157.742	-	157.742	238.335
PIS sobre folha a recolher	10.178	226	10.404	14.324
Prov. de férias e encargos	652.962	2.792	655.754	641.516
Outros valores	135.457	12	135.469	27.865
Total	**1.582.375**	**6.878**	**1.589.253**	**1.684.801**

9. Fornecedores: Os saldos apurados em fornecedores correspondem a obrigações a pagar de bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal das atividades operacionais, cujo montante será pago no decorrer do exercício seguinte;

Descrição	Atividades Educacionais	Atividades Assist. Social	2020 Total	2019 Total
Fornecedores (Serviços)	51.527	2.108	53.635	94.550
Fornecedores (Produtos)	21.072	-	21.072	26.837
Total	**72.599**	**2.108**	**74.707**	**121.387**

10. Anuidades Antecipadas: As anuidades antecipadas referem-se substancialmente à primeira parcela da anuidade do exercício seguinte, recebidas antecipadamente no final do exercício corrente, que serão reconhecidas ao resultado do exercício seguinte de acordo com o regime de competência.

Descrição	2020	2019
1ª Parcela antecipada - anuidades	824.396	1.108.785
Parcelas da anuidade	145.303	233.033
Outras antecipações	6.751	54.326
Total	**976.450**	**1.396.144**

11. Subvenções e Convênios: A ANECOM através de sua mantida denominada Centro de Educação Popular Santa Joana de Lestonnac - CEJOLE, localizada na Rua Edoardo Mascherone, nº 50, Americanópolis, São Paulo/SP, por intermédio do Termo de Convênio nº 136/SMADS/2020, processo SEI nº 6024.2020.0000588-2, com a vigência até 30/06/2025 em parceria com a Prefeitura de São Paulo, atendeu 185 crianças e adolescentes na faixa etária de 06 a 14 anos e 11 meses. O presente projeto visa oferecer proteção social à crianças e adolescentes, em situação de vulnerabilidade social e risco. Por meio das atividades socioeducativas, trabalha o desenvolvimento de suas potencialidades, bem como oferece um ambiente que propicia à convivência, o fortalecimento de vínculos relacionais, a elevação da autoestima, o reconhecimento da identidade, assim, fortalecendo seu protagonismo. Também oferece um espaço físico amplo, inclusivo e protetivo para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade pessoal e social. Abaixo são demonstrados os valores relativos ao termo de convênio com a Prefeitura Municipal de São Paulo, em face às subvenções e realizar, valores a receber conforme contrato, e as movimentações de receitas e despesas incorridas no projeto social.

11.1 Subvenções a realizar - convênio municipal

Descrição	2020	2019
Subvenções a realizar - passivo circulante	792.611	370.579
Subvenções a realizar - passivo não circulante	2.511.633	-
Total	**3.304.244**	**370.579**

11.2 Valores a receber - convênio municipal

Descrição	2020	2019
Valores a receber - ativo circulante	717.610	366.365
Valores a receber - ativo não circulante	2.511.633	-
Total	**3.229.243**	**366.365**

11.3 Movimentações de receitas e despesas - convênio municipal

	2020	2019
(+) Receitas de subvenção prefeitura municipal	657.969	675.441
Despesas incorridas no projeto		
(-) Despesas com pessoal	(241.817)	(310.087)
(-) Despesas com encargos sociais	(110.003)	(57.695)
(-) Despesas com alimentação	(177.258)	(176.626)
(-) Despesas com material pedagógico	(14.382)	(20.400)
(-) Outras despesas	(114.509)	(110.633)
Total	**(657.969)**	**(675.441)**

12. Contingências: A Associação, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores jurídicos e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências e/ou divulgação. Em 31 de dezembro de 2020 existia um único processo com probabilidade de perda possível, passível de divulgação em notas explicativas: Processo nº 0100945-90.2018.5.01.0040 da 40ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro, onde a reclamante pede que seja reconhecida a responsabilidade subsidiária da Associação quanto a débitos da primeira reclamada Monterrey Plus, o valor constante da causa é de R$ 31.687,91 conforme o relatório dos assessores jurídicos. **13. Patrimônio Líquido:** O patrimônio líquido é apresentado em valores atualizados e compreende o patrimônio social inicial, acrescido dos bens recebidos através de doações patrimoniais e dos valores dos superávits, diminuído dos déficits, ocorridos desde a data da fundação da Associação. A Associação não distribui resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio ou de suas rendas, sob qualquer forma ou pretexto, ou seja, a qualquer título, em conformidade com seu estatuto social. O patrimônio, sendo o superávit, destina-se integralmente à manutenção e ao desenvolvimento dos objetivos sociais. **14. Receita Líquida:** As receitas geradas pela ANECOM decorrem fundamentalmente da prestação de serviços de ensino, conforme previsto em seu estatuto social, sendo que os recursos gerados são aplicados, compulsoriamente, nos objetivos sociais da entidade, caracterizando-a como Entidade Beneficente de Assistência Social.

Receita líquida	Atividades Educacionais	Atividades Assist. Social	2020 Total	2019 Total
Receitas de serviço de ensino				
Anuidades de serviços educacionais	19.097.072	-	19.097.072	21.270.087
(-) Bolsas de estudos 100%	(1.403.916)	-	(1.403.916)	(1.640.444)
(-) Bolsas de estudos 50%	(210.395)	-	(210.395)	(274.410)
(-) Bolsas - CLT de professores	(484.857)	-	(484.857)	(562.942)
(-) Bolsas - CLT de funcionários	(320.326)	-	(320.326)	(395.562)
(-) Devoluções e cancelamentos	(93.845)	-	(93.845)	(87.740)
(-) Descontos condicionais	(2.192.417)	-	(2.192.417)	(1.763.227)
(-) Descontos incondicionais	(246.669)	-	(246.669)	(169.995)
(-) Seguro educacional	(17.272)	-	(17.272)	(17.954)
(-) Outros descontos	-	-	-	-
	14.127.375	**-**	**14.127.375**	**16.357.814**
Outras receitas				
Cursos extracurriculares	547.946	-	547.946	623.610
Receitas com doações	15.305	2.124	17.429	119.547
Subvenção convênio municipal	-	657.969	657.969	675.441
Outras receitas escolares	46.428	-	46.428	98.888
Receitas patrimoniais	10.752	-	10.752	38.700
Trabalho voluntário	55.188	-	55.188	52.619
(-) Devol. cancelamentos e descontos	(114.741)	-	(114.741)	(113.428)
	560.878	**660.093**	**1.220.971**	**1.495.377**
Total	**14.688.253**	**660.093**	**15.348.346**	**17.853.191**

14.1. Bolsas de Estudos: A ANECOM em conformidade com o artigo 13º da Lei nº 12.101/2009 e suas modificações com a 12.868/2013 e 13.043/2014, como também seu Decreto regulamentador nº 8.242/2014, bem como em atendimento à Portaria nº 15 de 11/08/2017 concedeu bolsas de estudo integrais (100%) e parciais (50%) a alunos que comprovaram perfil socioeconômico de acordo com as regras da legislação vigente, sendo: • A bolsa de estudo integral foi concedida a aluno cuja renda familiar mensal per capita não exceda o valor de 1.1/2 (um e meio) salário mínimo. • A bolsa de estudo parcial foi concedida a aluno cuja renda familiar mensal per capita não exceda o valor de 3 (três) salários mínimos. Além dos critérios para comprovação do perfil socioeconômico determinados na lei, o programa adotou os seguintes procedimentos e normas: publicação de editais, com informações sobre os critérios; preenchimento de formulário socioeconômico; entrevista social; análise da documentação comprobatória; visita domiciliar e parecer técnico.

14.2. Base para Gratuidades:

Descrição	2020	2019
Receita bruta - educação	19.097.072	21.270.087
(-) Devolução, descontos e cancelamentos	(2.532.930)	(2.020.962)
(=) Base para gratuidades com serviços e educação efetivamente recebidos	**16.564.142**	**19.249.125**
Gratuidades concedidas		
Atividade educacional		
Bolsas de estudos 100% - Lei 12.101/2009	1.403.916	1.640.444
Bolsas de estudos 50% - Lei 12.101/2009	210.395	274.410
Total realizado: bolsas concedidas Lei 12.101/2009	**1.614.311**	**1.914.854**
Outras gratuidades concedidas		
Bolsas convenção coletiva - Prof.º	484.857	562.942
Bolsas convenção coletiva - Adm	320.327	395.562
Total realizado: bolsas concedidas - convenção coletiva	**805.184**	**958.504**

14.3. Demonstrativos de alunos matriculados x bolsas concedidas:

Descrição	2020	2019
Total de alunos matriculados	896	975
Alunos bolsa integral (Lei 12.101/2009)	41	47
Alunos bolsa integral e em tempo integral (Lei 12.101/2009)	130	108
Total de alunos com bolsa integral (Lei 12.101/2009)	**171**	**155**
Alunos bolsa parcial de 50% (Lei 12.101/2009)	14	18
Número total de bolsas integrais equivalentes	**178**	**164**
Outras bolsas concedidas		
Bolsas convenção coletiva CLT (Profº e Adm)	38	47

14.4. Resumo da concessão de bolsas de estudos filantrópicas pela Lei 12.101/2009.

Total de Alunos Matriculados	Total de Alunos Pagantes	Total de Bolsas Filantrópicas 100%, e em Tempo Integral - 93 Bolsas Multiplicado por “1.4”	Total de Bolsas Filantrópicas Integral 100%	Total de Bolsas Filantrópicas Parcial 50%- Convertidas em 100%	Total Geral de Bolsas de Estudo Filantrópicas Concedidas pela ANECOM	Pela Lei nº 12.101/09: Total de Bolsas a Conceder (1/5)	Pela Lei nº 12.101/09: Total de Bolsas a Conceder (1/9)	Total de Bolsas Excedentes
896	724	130	41	7	**178**	145	80	33

15. Imunidade Tributária: A ANECOM encontra-se em pleno gozo da imunidade tributária, assegurada às entidades de educação e assistência social, tanto para impostos federais quanto para contribuições sociais, conforme determinado pela Constituição Federal em seus artigos 150, inciso VI, alínea “c”, parágrafo 4º e artigo 195, parágrafo 7º. A certificação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social-CEBAS, conferido pelo Ministério de Educação e Cultura - MEC faz-se necessário que a entidade evidencie em suas demonstrações financeiras as gratuidades promovidas junto ao público alvo da assistência social a educação. O resumo dessas gratuidades encontra-se evidenciado na Nota Explicativa nº 14.2.

Descrição	2020	2019
Contribuição Social - Cota Patronal	1.881.281	2.267.141
Contribuição Social - Terceiros	423.288	510.107
Contribuição Social - SAT	94.064	113.357
Contribuição Social - COFINS	440.648	514.655
Total	**2.839.281**	**3.405.260**

16. Custos dos Serviços Prestados:

	Atividades Educacionais	Atividades Assist. Social	2020 Total	2019 Total
Salários e ordenados	(6.642.403)	(224.984)	(6.867.387)	(8.403.943)
Encargos sociais e trabalhistas	(1.243.578)	(99.593)	(1.343.171)	(1.854.229)
Férias, 13º. salário e encargos	(2.026.198)	(56.902)	(2.083.100)	(2.091.854)
Outros custos com pessoal	(986.334)	-	(986.334)	(1.119.616)
Total	**(10.898.513)**	**(381.479)**	**(11.279.992)**	**(13.469.642)**

17. Serviços de Terceiros:

	Atividades Educacionais	Atividades Assist. Social	2020 Total	2019 Total
Segurança e vigilância	(376.335)	-	(376.335)	(439.515)
Manutenção/aluguel de software	(219.211)	-	(219.211)	(230.910)
Segurança e medicina do trabalho	(55.700)	(2.542)	(58.242)	(59.129)
Cursos/treinamentos	(27.625)	-	(27.625)	(30.575)
Conservação de equipamentos	(116.583)	(334)	(116.917)	(165.089)
Conservação de imóveis	(134.280)	-	(134.280)	(234.306)
Esportes, teatro e dança	(28.007)	-	(28.007)	(114.549)
Assessoria jurídica	(117.918)	-	(117.918)	(118.994)
Assessoria contábil	(94.633)	(12.126)	(106.759)	(92.168)
Curso integral	(9.983)	-	(9.983)	(40.133)
Assessoria administrativa	(42.058)	-	(42.058)	(51.122)
Demais serviços de terceiros	(182.802)	(20.196)	(202.998)	(269.292)
Total	**(1.405.135)**	**(35.198)**	**(1.440.333)**	**(1.845.782)**

18. Despesas Gerais e Administrativas:

	Atividades Educacionais	Atividades Assist. Social	2020 Total	2019 Total
Energia elétrica	(141.503)	-	(141.503)	(265.326)
Material de conservação de imóveis	(68.886)	-	(68.886)	(148.279)
Material de higienização e limpeza	(94.839)	-	(94.839)	(112.082)
Material de consumo - Curso integral	(3.223)	-	(3.223)	(47.220)
Água e esgoto	(38.416)	-	(38.416)	(104.254)
Mantimentos	(25.930)	(179.641)	(205.571)	(239.609)
Telefones	(35.813)	-	(35.813)	(48.935)
Material didático - pedagógico	(10.922)	(14.382)	(25.304)	(30.191)
Eventos e comemorações	(18.451)	-	(18.451)	(46.220)
Viagens, conduções e passagens	(5.685)	(175)	(5.860)	(35.258)
Material de expediente e escritório	(20.920)	-	(20.920)	(48.586)
Seguros diversos	(14.452)	-	(14.452)	(15.388)
Outras despesas	(362.396)	(85.674)	(448.070)	(284.315)
Total	**(841.436)**	**(279.872)**	**(1.121.308)**	**(1.425.663)**

19. Outras Receitas (Despesas):

	Atividades Educacionais	Atividades Assist. Social	2020 Total	2019 Total
Aluguel de prédios	(1.088.674)	-	(1.088.674)	(1.017.826)
Depreciação e amortização	(565.612)	(38.221)	(603.833)	(597.971)
Outras receitas (despesas)	(175.866)	-	(175.866)	(338.023)
Total	**(1.830.152)**	**(38.221)**	**(1.868.373)**	**(1.953.820)**

20. Resultado Financeiro:

	Atividades Educacionais	Atividades Assist. Social	2020 Total	2019 Total
Receitas financeiras				
Rendimento aplic. financeiras	187.516	703	188.219	333.477
Juros e multas por atraso escolar	134.231	-	134.231	125.029
Acréscimo por atraso escolar	-	-	-	316
Descontos obtidos	368.129	-	368.129	1.350
	689.876	**703**	**690.579**	**460.172**
Despesas financeiras				
Tarifas bancárias	(86.962)	(3.604)	(90.566)	(110.127)
Outras despesas financeiras	(59.006)	(43)	(59.049)	(5.448)
	(145.968)	**(3.647)**	**(149.615)**	**(115.575)**
Total	**543.908**	**(2.944)**	**540.964**	**344.597**

21. Cobertura de Seguros: A Associação mantém cobertura de seguros por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades. **22. Voluntariado:** Em atendimento à resolução nº 2015/ITG2002(R1), que aprovou a interpretação técnica ITG 2002 (R1) “Entidades sem fins de lucros”, que define que o trabalho voluntário deve ser reconhecido pelo valor justo de prestação de serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro, foram levantados os trabalhos voluntários tomados pela Associação, e que no exercício de 2020 representa o montante de R$ 55.188 e em 2019 representou o montante de R$ 52.619. Os trabalhos de voluntariado estão atrelados as horas disponibilizadas pela Direção Geral e Conselheiras em prol da gestão da Entidade. Referem-se principalmente a reuniões de Conselho e das horas decorrentes dos dias que a presidente da Associação disponibiliza para exercer suas funções na Entidade. Foram atribuídas a estas horas remuneração proporcional como se devido fosse, e a Entidade reconheceu contabilmente estes valores em contas de resultado, receitas e despesas de voluntariado e na demonstração de resultados do exercício, não há efeito no resultado. Por definição estatutária a Associação não remunera, a qualquer título, seus membros da diretoria. **23. Gerenciamento de Riscos E Instrumentos Financeiros:** A Associação efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros. Considerações gerais: • Caixa e equivalentes de caixa: são classificadas como mantidas até seu vencimento. São avaliadas pelo custo, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, quando aplicável. • Aplicações financeiras: são classificadas como disponíveis para negociação ou venda e estão avaliadas ao custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, sendo ajustados a valor de mercado. • Contas a receber e anuidades antecipadas: decorrem diretamente das operações da Associação, são classificadas como mantidas até o vencimento, e estão registradas pelos valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável. • Fornecedores, obrigações tributárias e trabalhistas e outras contas a pagar: reconhecidos inicialmente quando do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Posteriormente, são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescido de encargos financeiros e juros proporcionais ao exercício incorrido (“pro rata temporis”), líquidos dos pagamentos efetuados. Os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros da Associação em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 são como segue: **a) Considerações gerais:** Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, a Associação não tinha nenhum contrato de troca de índices (“swaps”) ou que envolvesse operações com instrumentos derivativos. **b) Ativos e passivos em moeda estrangeira:** Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, a Associação não tinha nenhum contrato denominado em moeda estrangeira. **c) Concentração de risco de crédito:** Os instrumentos financeiros que, potencialmente, sujeitam a Associação à concentração de risco de crédito consistem primariamente em aplicações financeiras, contas a receber e anuidades antecipadas. **d) Valor de mercado de instrumentos financeiros:** Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, o valor de mercado dos instrumentos financeiros, representados substancialmente por aplicações financeiras, contas a receber e anuidades antecipadas, equivalem ao valor contábil registrado nas demonstrações financeiras. **24. Eventos Subsequentes:** Em conformidade com as normas brasileiras de contabilidade, a Administração fez suas avaliações e chegou à conclusão de que não ocorreram fatos relevantes a serem divulgados entre a data base do encerramento das demonstrações financeiras e a data da sua respectiva aprovação.

Diretoria

Rosa Alves Miranda
Presidente
RG: 1.633.804
CPF: 491.934.576-34

Maria Izabel Botelho
Diretora Tesoureira
RG: 1.382.667-2
CPF: 127.982.667-34

Carlos Vinícius Alves
Contador
CRC 1SP 280031/O-5
CPF: 335.415.148-09

Parecer do Conselho Fiscal sobre as Demonstrações Contábeis Relativas ao Exercício Encerrado em 31/12/2020

O Conselho Fiscal da Associação Nacional de Educação da Companhia de Maria, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto, tendo procedido à avaliação do material contábil do ano de 2020 (meses de Janeiro a Dezembro), referente à contabilidade desse ano, efetuando a análise do relatório anual da administração inerente às atividades de natureza econômica, elaborou o presente Relatório, com a emissão do PARECER, a ser submetido à Assembleia Geral. **RELATÓRIO: 1 - DA DOCUMENTAÇÃO CONTÁBIL** - A documentação contábil foi apresentada em tempo hábil, composta dos documentos de despesas, receitas, dos respectivos balancetes, diários e extratos bancários. **2 - DA MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA MENSAL** - Os balancetes, analisados e conferidos, foram apresentados de forma cumulativa, tendo este Conselho Fiscal feito a apuração dos lançamentos mensalmente, estando todos em perfeita ordem. **3 - PARECER** - Com base nos documentos examinados, nas análises levadas a efeito e nos esclarecimentos apresentados pela diretoria da Entidade, e tendo em conta, ainda, o Parecer dos auditores independentes, AUDISA AUDITORES ASSOCIADOS, o Conselho para Assuntos Econômicos e Fiscais, por unanimidade de seus membros, é de opinião que os documentos refletem adequadamente a posição patrimonial e financeira da Entidade em 31 de Dezembro de 2020, razão pela qual recomenda a aprovação de tais documentos pela Assembleia Geral.

São Paulo, 23 de abril de 2021

Conselho fiscal:

Nilce Antunes de Freitas - CPF.: 076.342.588-57
Márcia Negrão França - CPF.:592.029.558-91
Maria Del Pilar Panades Rubio - CPF.: 374.614.867-72

Relatório do Auditor Independente Sobre as Demonstrações Contábeis

Opinião sobre as demonstrações contábeis: Examinamos as demonstrações contábeis da **ASSOCIAÇÃO DE EDUCAÇÃO DA COMPANHIA DE MARIA - ANECOM**, que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2020, e as respectivas demonstrações do resultado do período, das mutações do patrimônio líquido, e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade, em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo - SP, 23 de abril de 2021.

Audisa Auditores Associados
CRC/SP 2SP 024298/O-3

Alexandre Chiaratti do Nascimento - Contador
CRC/SP 187.003/ O- 0 - CNAI - SP - 1620

DocuSigned by:
Jornal Gazeta SP Ltda. - EPP
Assinado por: JORNAL GAZETA SP LTDA:04735364000170
CPF: 29513948889
Data/Hora da Assinatura: 28/04/2021 | 17:51:22 PDT
ICP Brasil
5146939EFE414F8FAB3A7733135E2CCF

PÁGINA CERTIFICADA. O JORNAL GAZETA SP LTDA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.gazetasp.com.br

DocuSign Envelope ID: 02ED7B38-9754-44BE-8E3C-2F4C30CAD5A3

21ª VARA CÍVEL DA CAPITAL – SP

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 21ª VARA CÍVEL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA CAPITAL/SP. ERRATA - ADITAMENTO AO EDITAL DE LEILÃO ELETRÔNICO PUBLICADO NO JORNAL A DIARIO DE SÃO PAULO.EXEQUENTE: CONDOMÍNIO EDIFÍCIO IZIDRO EXECUTADO: ESPÓLIO DE ENIO PISTOLOZZI AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL PROCESSO n° 1098049-26.2018.8.26.0100 FAZ SABER, em ERRATA ao edital de Leilão Eletrônico expedido nos autos do processo acima mencionado e publicado no Jornal DIARIO DE SÃO PAULO, na data 23/04/2021, que por um equívoco na cláusula 10 do presente edital constou uma informação incorreta: ONDE SE LÊ: 10 - DÉBITOS e OBRIGAÇÕES DO ARREMATANTE - Eventuais débitos de IPTU/ITR foro e laudêmio, quando for o caso e demais taxas e impostos até a data da praça serão pagos com o produto da venda, mediante apresentação de extrato pelo arrematante ao MM. Juízo da causa (Art. 130, parágrafo único do CTN). O bem será alienado no estado de conservação em que se encontra, sendo a verificação de documental, de gravames/credores e de área de responsabilidade do arrematante, que será responsável por eventual regularização que se faça necessária. Os atos necessários para a expedição de carta de arrematação, registro, ITBI, imissão na posse e demais providências serão de responsabilidade do arrematante (Art. 901, "caput", § 1º e § 2º e Art. 903 do CPC). Os valores de avaliação e débitos serão atualizados até a data da efetiva praça. Em caso de inadimplemento, tal informação será encaminhada ao MM. Juízo competente para a aplicação das medidas legais cabíveis. LEIA-SE: 10 - DÉBITOS e OBRIGAÇÕES DO ARREMATANTE - Em caso de arrematação, o crédito do exequente no processo em epígrafe, por sua natureza "propter rem", acrescido de eventuais débitos de IPTU/ITR foro e laudêmio, quando for o caso (mediante apresentação de extrato pelo arrematante ao MM. Juízo da causa), terão preferência sobre os demais, sendo o débito atualizado, acrescido das parcelas vincendas até a realização da alienação (Art. 323, Art. 908, §§ 1º e 2º do CPC e Art. 130, parágrafo único do CTN). O bem será alienado em caráter ad corpus e no estado de conservação em que se encontra, sendo a verificação de documental, de gravames/credores e de área, sob responsabilidade do arrematante, bem como de eventual regularização que se faça necessária. Os atos necessários para a expedição de carta de arrematação, registro, ITBI, imissão na posse e demais providências serão de responsabilidade do arrematante (Art. 901, "caput", §§ 1º e 2º e Art. 903 do CPC). Os valores de avaliação e débitos serão atualizados até a data da efetiva praça. Em caso de inadimplemento, tal informação será encaminhada ao MM. Juízo competente para a aplicação das medidas legais cabíveis. Será a presente ERRATA, afixada e publicada na forma da lei, prevalecendo todos os demais termos do edital publicado naquela data. São Paulo, 27/04/2021.

PARA MAIS INFORMAÇÕES:
(011) 3003-0677 I www.ZUKERMAN.com.br
ZUKERMAN

29ª VARA CÍVEL DA CAPITAL – SP

EDITAL DE PRAÇA JUDICIAL - VERSÃO RESUMIDA PARA PUBLICAÇÃO Art. 887, § 3º/CPC EDITAL DE PRAÇA JUDICIAL ONLINE. Dora Plat - Leiloeira Oficial - JUCESP 744. 29ª VARA CÍVEL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA CAPITAL. Processo: nº 1110298-43.2017.8.26.0100. Executados: executado(s) PORTAL DE FÊNIX EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIO SPE LTDA, GEOTETO IMOBILIÁRIA PROJETOS E CONSTRULÇIES LTDA - EPP, JOSÉ SENHOR DA SILVA, CLEMÊNCIA RIBEIRO DA SILVA. DIREITOS DO FIDUCIANTE - O LOTE 6-A2, c/ 2.346,97m² de área total em Bertioga/SP. Avenida Deputado Antônio Silvio Cunha Bueno, nº108, Bertioga/SP – Cadastrado na Prefeitura Municipal de Bertioga nº 15.013.013.002. Descrição completa na Matrícula nº 54.082 do 01ª CRI de Santos/SP. Lance mínimo na 1ª praça: R$ 2.715.037,00 - Lance mínimo na 2ª praça: R$ 1.629.022,20 (60% do valor de avaliação) (sujeitos à atualização). DATAS DAS PRAÇAS - 1ª Praça começa em 07/05/2021 às 13h10min, e termina em 11/05/2021 às 13h10min; 2ª Praça começa em 11/05/2021 às 13h11min, e termina em 31/05/2021 às 13h10min. Ficam os executado(s) PORTAL DE FÊNIX EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIO SPE LTDA, GEOTETO IMOBILIÁRIA PROJETOS E CONSTRULÇIES LTDA - EPP, JOSÉ SENHOR DA SILVA, CLEMÊNCIA RIBEIRO DA SILVA, bem como seu cônjuge, se casado(a)(s) for(em), credor(a) fiduciário MASSA FALIDA DO BANCO BVA S.A; e demais interessados, INTIMADOS das designações supra, caso não seja(m) localizado(a)(s) para a intimação pessoal, bem como da Penhora realizada em 25/02/2019 – Conf. Fls. 450 - AUTOS.

PARA MAIS INFORMAÇÕES:
(011) 3003-0677 I www.ZUKERMAN.com.br
ZUKERMAN

LEILÃO DE IMÓVEL
Online
Data do Leilão: 18/05/2021 a partir das 11h00
ZUKERMAN LEILÕES

LOTE 01 - SÃO PAULO/SP - VILA CONGONHAS
Apartamento nº 21, localizado no 2º andar ou 1º pav./mezanino, do Edifício Jardim de Monet, com 04 vagas de garagem indeterminadas e 01 depósito, localizados nos 1º e 2º subsolos, situado na Rua Paiaguás, nº 75. Área útil: 363,25m² (apto) e 111,80m² (vagas), Área total: 613,18m². Matrícula nº 168.537 do 15º RI local.
Lance Inicial: R$ 2.950.000,00 DESOCUPADO
Comissão do leiloeiro: o arrematante pagará ao leiloeiro 5% sobre o valor da arrematação.
Edital completo no site do leiloeiro. Leiloeira Oficial: Dora Plat - Jucesp 744.
MAIS INFORMAÇÕES: 3003.0677 | www.ZUKERMAN.com.br

MILAN LEILÕES
LEILOEIROS OFICIAIS
ROMI
LEILÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS
DIA 29 DE ABRIL 2021 (QUINTA) ÀS 10H. LEILÃO ON LINE - WWW.MILANLEILOES.COM.BR
CHASSI: 9BWCA05Y83T178420
facebook.com/milanleiloes
@ milanleiloes
twitter.com/milanleiloes
Informações:
Tel: **11 3845-5599** ou www.milanleiloes.com.br
Ronaldo Milan - Leiloeiro Oficial - Jucesp 266

SOLD LEILÕES
ALEXANDRE TRAVASSOS - LEILOEIRO OFICIAL - JUCESP 951
• **30/04/2021 a partir das 16h** - Imóveis.
Av. Engenheiro Luís Carlos Berrini, 105 - 4º andar - São Paulo/SP, 04571-010 | Tel.: (11) 3296-7555
WWW.SOLD.COM.BR | *Os bens serão vendidos no estado em que se encontram.*
O arrematante pagará ao leiloeiro 5% sobre o valor da arrematação.

Edital de Leilão nº 237/21

O DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DE SÃO PAULO, nos termos do inciso I, artigo 22 e artigo 328 da Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 e demais alterações, com fulcro na Lei Estadual nº 15.276/2014 e seu Decreto regulamentador, e Resolução do CONTRAN n° 623, de 06 de setembro de 2016, faz saber, que realizará nos dias 06 e 07 de maio de 2021, a partir das 10:00 horas, por intermédio de sistema eletrônico no site www.liderleiloes.com.br, por meio do Servidor Público Designado, o leilão de aproximadamente 845 lotes entre veículos e motocicletas, destinados a sucata, reciclagem e recuperável c/ direito a documento, que acham - se recolhidos e depositados no pátio municipalizado de Caieiras/SP, localizado R Felix Gomes dos Santos, 50 (antiga rua onze), Jd DallOrto – Sumaré/SP Tel.: (19) 2220-0027, que foram relacionados no Edital de notificação n.º 237/21, publicado no DOE de 25 de março de 2021, Caderno I, às fls. 90 a 94. Os veículos não arrematados serão novamente praceados. A visitação ocorrerá nos dias 03 e 04 e 05 de maio 2021, das 9:00h as 16:30h. Demais informações sobre o leilão no site www.der.sp.gov.br/website/Servicos/leilao.aspx ou fone (11) 3311-1644/1561/1562.

O **Banco Santander (Brasil) S/A,** torna público, para conhecimento dos interessados, que os imóveis de sua propriedade e das empresas de mesmo grupo econômico serão vendidos um a um, a quem maior lance oferecer, através de Leilão Online em **30 de abril de 2021 a partir das 16 horas e 00 minutos** pelo site www.sold.com.br, sendo o Leiloeiro responsável: Alexandre Travassos, com escritório na Av. Eng. Luís Carlos Berrini, 105, 4º. Andar - Ed. Berrini One - São Paulo/SP, matrícula JUCESP n° 951. O leilão será online, através do portal www.sold.com.br regido pelas normas e disposições (incluindo condições de pagamento) consignadas no Edital, disponível no site indicado, que os interessados aceitam por adesão sem qualquer restrição ou ressalva e pela legislação aplicável. **Para imóveis ocupados por terceiros, a desocupação e propositura de eventual Ação de Imissão na Posse correrá por conta e risco dos arrematantes.** Listagem de imóveis a serem leiloados: **LOTE 1**: Apto c/ 120,00 m², Rua Engenheiro Andre Falcão, 419, Apto 201, Cond. Res. Karol, Praia Do Flamengo, Salvador/BA, 41603-360. **Lance Inicial:** R$ 160.000,00. **LOTE 2**: Casa c/ 524,52 m², Rua Jorge Carneiro Azevedo, 16, Casa 08, Cond. Res. Siloé, Buraquinho, Lauro De Freitas/BA, 42710-460. **Lance Inicial:** R$ 282.000,00. **LOTE 3**: Apto c/ 100,80 m², Rua Jose Brás Moscow, 978, Apto 2306, Torre B, Conj. Res. Alta Vista Piedade, Candeias, Jaboatão Dos Guararapes/PE, 54430-060. **Lance Inicial:** R$ 210.000,00. **LOTE 4**: Casa c/ 132,56 m², Rua Jovita Maria Da Conceição, 4.570, Lote 12, Quadra D, Conj. Hab. Octavio Cilurzo, Franca/SP, 14412-206. **Lance Inicial:** R$ 73.000,00.

Consulte o Edital completo no site WWW.SOLD.COM.BR
Informações: (11) 3296-7555 - Av. Engenheiro Luís Carlos Berrini, 105 - 4º andar
Brooklin Paulista, São Paulo - SP

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS.PROCESSO Nº 1014137-25.2018.8.26.0006 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 3ª Vara Cível, do Foro Regional VI - Penha de França, Estado de São Paulo, Dr(a). Adaisa Bernardi Isaac Halpern, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a **PRISCILA COSTA DÁRIO RG nº 43.864.274-0 e do CPF/MF nº 369.058.138-93**, que lhe foi proposta uma ação de Procedimento Comum- Cobrança por parte de **SECID - SOCIEDADE EDUCACIONAL CIDADE DE SÃO PAULO LTDA.**, objetivando a quantia de R$2.465,72 (julho/2018), alegando em síntese inadimplência quanto ao pagamento de mensalidade desde **MAIO E JUNHO** ano letivo 2014 do curso **ADMINISTRAÇÃO e recebeu o CA nº 1404365-3**, ministrado sob responsabilidade da requerente. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, a ré será considerada revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 06 de dezembro de 2019

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO – PRAZO DE 15 DIAS - 11º CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA CAPITAL, por seu Oficial PLINIO ANTONIO CHAGAS, conforme dispõe o Artigo nº. 216-A da Lei Federal nº. 6.015/73, FAZ SABER A TODOS QUE VIREM O PRESENTE EDITAL que foi prenotado sob o nº 1.323.333, em 20 de outubro de 2.020, neste Serviço Registral, **REQUERIMENTO DE RECONHECIMENTO EXTRAJUDICIAL DE USUCAPIÃO** (Usucapião Extraordinária – Art. 1.238, parágrafo único, do Código Civil), Ata Notarial e demais documentos elencados no referido dispositivo legal, apresentados por **ADEIR MENDES DE ALMEIDA,** brasileiro, motorista, portador da Cédula de Identidade RG nº 29.711.599-6-SSP-SP**,** inscrito no CPF/MF sob o nº 194.594.978-37, e sua mulher, com quem é casado sob o regime da comunhão parcial de bens, **MARLI APARECIDA ALVES DE QUEIROZ ALMEIDA,** brasileira, auxiliar de limpeza, portadora da Cédula de Identidade RG nº 38.930.702-6-SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 032.897.196-00, residentes e domiciliados nesta Capital, Rua Comendador Antunes dos Santos, nº 1.671, Condomínio Habitacional Village Monte Carlo, Via Interna 1 – bloco E- casa 69, Jardim São Judas Tadeu, os quais alegam deter a posse mansa e pacífica com animus domini, desde 14 de janeiro de 2.005, que adquiriram através de Contrato Particular de Venda e Compra com Reserva de Domínio, de GERALDO JOSÉ DA SILVA, brasileiro, taxista, e sua mulher ANA MARIA DE MELO SILVA, sobre o **SOBRADO** nº 69, com frente para a Via Interna 1 do Bloco E, integrante do Condomínio HABITACIONAL VILLAGE MONTE CARLOS, com entrada pela Rua Comendador Antunes dos Santos, nº 1.671, no 32º. Subdistrito – Capela do Socorro, com área construída de 59,16m2, área de utilização comum de 53,562392m2 nas vias internas de circulação, áreas verdes, áreas institucionais e comunitárias e área reservada para C.1 e SI e a área de terreno de 61,20m2, correspondendo-lhe a fração ideal equivalente a 1/234 no terreno do condomínio, registrado conforme a matricula 139.345, deste 11º. Cartório de Registro de Imóveis; imóvel esse, cadastrado na Municipalidade de São Paulo pelo contribuinte nº 165.045.0213-6. Esta publicação é feita para dar publicidade de todos os termos do presente Procedimento Administrativo de Usucapião Extrajudicial para, querendo, possam eventuais terceiros interessados, ou os notificandos, GILSON BRAZ DA SILVA, GERALDO JOSÉ DA SILVA, ANA MARIA DE MELO SILVA e ITAÚ S/A CRÉDITO IMOBILIÁRIO – oferecerem eventual(is) impugnação(ões), desde que fundamentada(s), em face ao titular de domínio, bem assim aos confrontantes, sob pena de não ser(em) considerada(s) e o procedimento administrativo seguir o curso previsto na referida Lei Federal nº. 6.015/1973, e nas Normas de Serviço editadas pela Corregedoria Geral do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, e ainda e teor do Provimento nº. 65, do Conselho Nacional de Justiça. Decorridos 15 dias da data da publicação deste, e na ausência de qualquer reclamação por escrito de quem se julgar prejudicado, proceder-se-á ao registro de que trata o artigo nº. 216-A da Lei nº. 6.015/73. Dado e passado no 11º. Registro de Imóveis da Comarca da Capital, aos 23 de abril de 2021. O Oficial.

SUPERBID.NET - 11 4950-9400 SUPERBID

ERRATAS: DATA: 31/03/2021. A PARTIR DAS: 11h. Leilão: 94484. LOTE: 1590. LOC.: Loc.: Suzano/SP.DADOS DO LOTE: MARCA E MODELO: HONDA NC 750X (SINISTRADO MÉDIA MONTA). CHASSI: 9C2RC9100JR001215. ANO FAB/MODELO: 2018/2018. PLACA: GFH6F69. **DATA: 31/03/2021. A PARTIR DAS: 11h.** Leilão: 94484. LOTE: 1591. LOC.: Loc.: Suzano/SP.DADOS DO LOTE: MARCA E MODELO: HONDA PCX 150 DLX (SINISTRADO PEQUENA MONTA). CHASSI: 9C2KF2210JR008190. ANO FAB/MODELO: 2018/2018. PLACA: BJO3F36. **DATA: 31/03/2021. A PARTIR DAS: 11h.** Leilão: 94484. LOTE: 1592. LOC.: Loc.: Suzano/SP.DADOS DO LOTE: MARCA E MODELO: HONDA CG 160 FAN (SINISTRADO PEQUENA MONTA). CHASSI: 9C2KC2200JR162704. ANO FAB/MODELO: 2018/2018. PLACA: KZC9E81. **DATA: 31/03/2021. A PARTIR DAS: 11h.** Leilão: 94484. LOTE: 1593. LOC.: Loc.: Suzano/SP.DADOS DO LOTE: MARCA E MODELO: YAMAHA NEO 125 (SINISTRADO PEQUENA MONTA). CHASSI: 9C6SEB510K0019808. ANO FAB/MODELO: 2018/2019. PLACA: RIO5J40. **DATA: 31/03/2021. A PARTIR DAS: 11h.** Leilão: 94484. LOTE: 1594. LOC.: Loc.: Suzano/SP.DADOS DO LOTE: MARCA E MODELO: HONDA NC 750X (SINISTRADO PEQUENA MONTA). CHASSI: 9C2RC9100GR000659. ANO FAB/MODELO: 2016/2016. PLACA: KRT9I50. **DATA: 31/03/2021. A PARTIR DAS: 11h.** Leilão: 94484. LOTE: 1595. LOC.: Loc.: Suzano/SP.DADOS DO LOTE: MARCA E MODELO: JTZ DK150S FI (SINISTRADO PEQUENA MONTA). CHASSI: 99KPCKDSKMM100811. ANO FAB/MODELO: 2020/2021. PLACA: EYM3I94. **DATA: 31/03/2021. A PARTIR DAS: 11h.** Leilão: 94484. LOTE: 1596. LOC.: Loc.: Suzano/SP.DADOS DO LOTE: MARCA E MODELO: DUCATI SCRAMBLER (SINISTRADO PEQUENA MONTA). CHASSI: 95VKC04AALM000089. ANO FAB/MODELO: 2020/2020. PLACA: FGW8D48. **DATA: 31/03/2021. A PARTIR DAS: 11h.** Leilão: 94484. LOTE: 1597. LOC.: Loc.: Suzano/SP.DADOS DO LOTE: MARCA E MODELO: YAMAHA NEO 125 (SINISTRADO MÉDIA MONTA). CHASSI: 9C6SEB510H0004913. ANO FAB/MODELO: 2017/2017. PLACA: FXB9G41. **DATA: 31/03/2021. A PARTIR DAS: 11h.** Leilão: 94484. LOTE: 10768. LOC.: Loc.: Suzano/SP. DADOS DO LOTE: MARCA E MODELO: MERCEDES-BENZ A200FF (SINISTRADO PEQUENA MONTA). CHASSI: WDDBF4DW7GJ426291. ANO FAB/MODELO: 2015/2016. PLACA: FQG1J64. **DATA: 31/03/2021. A PARTIR DAS: 11h.** Leilão: 94484. LOTE: 10790. LOC.: Loc.: Suzano/SP. DADOS DO LOTE: MARCA E MODELO: FIAT STRADA WORKING CD 1.4 (SINISTRADO PEQUENA MONTA). CHASSI: 9BD27804MD7576260. ANO FAB/MODELO: 2012/2013. PLACA: KOY4E16. **DATA: 31/03/2021. A PARTIR DAS: 11h.** Leilão: 94484. LOTE: 10791. LOC.: Loc.: Suzano/SP. DADOS DO LOTE: MARCA E MODELO: HONDA WR-V EX CVT 1.5 (SINISTRADO PEQUENA MONTA). CHASSI: 93HGH8840JZ124002. ANO FAB/MODELO: 2018/2018. PLACA: KZE8B45. **DATA: 31/03/2021. A PARTIR DAS: 11h.** Leilão: 94484. LOTE: 10792. LOC.: Loc.: Suzano/SP. DADOS DO LOTE: MARCA E MODELO: VOLKSWAGEN FOX CONNECT MB 1.6 (SINISTRADO PEQUENA MONTA). CHASSI: 9BWAB45Z3M4002763. ANO FAB/MODELO: 2020/2021. PLACA: RJW1C42. **DATA: 31/03/2021. A PARTIR DAS: 11h.** Leilão: 94484. LOTE: 10793. LOC.: Loc.: Suzano/SP. DADOS DO LOTE: MARCA E MODELO: FIAT PALIO ELX FLEX 1.4 (SINISTRADO PEQUENA MONTA). CHASSI: 9BD17140MA5541635. ANO FAB/MODELO: 2009/2010. PLACA: ENO0E46. **DATA: 31/03/2021. A PARTIR DAS: 11h.** Leilão: 94484. LOTE: 10794. LOC.: Loc.: Suzano/SP. DADOS DO LOTE: MARCA E MODELO: VOLKSWAGEN GOLF 1.6 SPORTLINE 1.6 (SINISTRADO PEQUENA MONTA). CHASSI: 9BWAB01JX94001416. ANO FAB/MODELO: 2008/2009. PLACA: ADS8I98. **DATA: 31/03/2021. A PARTIR DAS: 11h.** Leilão: 94484. LOTE: 10795. LOC.: Loc.: Suzano/SP. DADOS DO LOTE: MARCA E MODELO: FORD ECOSPORT FSL 1.6 1.6 (SINISTRADO PEQUENA MONTA). CHASSI: 9BFZB55P1F8962425. ANO FAB/MODELO: 2014/2015. PLACA: OYK1F07. **DATA: 31/03/2021. A PARTIR DAS: 11h.** Leilão: 94484. LOTE: 10796. LOC.: Loc.: Suzano/SP. DADOS DO LOTE: MARCA E MODELO: HONDA CR-V LX 2.0 (SINISTRADO PEQUENA MONTA). CHASSI: 3CZRE1830BG509398. ANO FAB/MODELO: 2011/2011. PLACA: EWM5E32. **DATA: 31/03/2021. A PARTIR DAS: 11h.** Leilão: 94484. LOTE: 10798. LOC.: Loc.: Suzano/SP. DADOS DO LOTE: MARCA E MODELO: CHEVROLET MONTANA CONQUEST 1.4 (SINISTRADO PEQUENA MONTA). CHASSI: 9BGXL80P0AC246509. ANO FAB/MODELO: 2010/2010. PLACA: EIN3J63. **DATA: 31/03/2021. A PARTIR DAS: 11h.** Leilão: 94484. LOTE: 10799. LOC.: Loc.: Suzano/SP. DADOS DO LOTE: MARCA E MODELO: HYUNDAI VELOSTER 1.6 (SINISTRADO PEQUENA MONTA). CHASSI: KMHTC61CBCU014356. ANO FAB/MODELO: 2011/2012. PLACA: EZG9I85. **DATA: 31/03/2021. A PARTIR DAS: 11h.** Leilão: 94484. LOTE: 10800. LOC.: Loc.: Suzano/SP. DADOS DO LOTE: MARCA E MODELO: CHEVROLET CORSA CLASSIC 1.0 (SINISTRADO PEQUENA MONTA). CHASSI: 9BGSB19E03B105196. ANO FAB/MODELO: 2002/2003. PLACA: DGW6E67. **DATA: 31/03/2021. A PARTIR DAS: 11h.** Leilão: 94484. LOTE: 10801. LOC.: Loc.: Suzano/SP. DADOS DO LOTE: MARCA E MODELO: CHEVROLET S10 LTZ FD2 2.4 (SINISTRADO PEQUENA MONTA). CHASSI: 9BG148LP0DC406372. ANO FAB/MODELO: 2012/2013. PLACA: FAW9G40. **DATA: 31/03/2021. A PARTIR DAS: 11h.** Leilão: 94484. LOTE: 10802. LOC.: Loc.: Suzano/SP. DADOS DO LOTE: MARCA E MODELO: FIAT FIORINO 1.4 FLEX 1.4 (SINISTRADO PEQUENA MONTA). CHASSI: 9BD26512HL9134025. ANO FAB/MODELO: 2019/2020. PLACA: ENW1J52. **DATA: 31/03/2021. A PARTIR DAS: 11h.** Leilão: 94484. LOTE: 10803. LOC.: Loc.: Suzano/SP. DADOS DO LOTE: MARCA E MODELO: FIAT UNO SPORTING 1.4 1.4 (SINISTRADO PEQUENA MONTA). CHASSI: 9BD195A9MF0671842. ANO FAB/MODELO: 2015/2015. PLACA: KQX3C54. **DATA: 31/03/2021. A PARTIR DAS: 11h.** Leilão: 94484. LOTE: 10804. LOC.: Loc.: Suzano/SP. DADOS DO LOTE: MARCA E MODELO: HYUNDAI TUCSON GLSB 2.0 (SINISTRADO PEQUENA MONTA). CHASSI: 95PJN81EPGB097063. ANO FAB/MODELO: 2015/2016. PLACA: GKE1A05. **DATA: 31/03/2021. A PARTIR DAS: 11h.** Leilão: 94484. LOTE: 19412. LOC.: Loc.: Suzano/SP. DADOS DO LOTE: MARCA E MODELO: HONDA FIT PERSONAL 1.5 (SINISTRADO MÉDIA MONTA). CHASSI: 93HGK5830LK109537. ANO FAB/MODELO: 2019/2020. PLACA: ERI4B49. **DATA: 31/03/2021. A PARTIR DAS: 11h.** Leilão: 94484. LOTE: 19651. LOC.: Loc.: Suzano/SP. DADOS DO LOTE: MARCA E MODELO: FIAT DUCATO MAXICARGO 2.3 (SINISTRADO MÉDIA MONTA). CHASSI: 93W245G34D2103022. ANO FAB/MODELO: 2012/2013. PLACA: ITO5J43. **DATA: 31/03/2021. A PARTIR DAS: 11h.** Leilão: 94484. LOTE: 21101. LOC.: Loc.: Suzano/SP. DADOS DO LOTE: MARCA E MODELO: HONDA HR-V EXL CVT 1.8 (SINISTRADO MÉDIA MONTA). CHASSI: 93HRV2870GZ157842. ANO FAB/MODELO: 2016/2016. PLACA: KXA6E33. **DATA: 31/03/2021. A PARTIR DAS: 11h.** Leilão: 94484. LOTE: 21128. LOC.: Loc.: Suzano/SP. DADOS DO LOTE: MARCA E MODELO: RENAULT DUSTER 20 D 4X2A 2.0 (SINISTRADO MÉDIA MONTA). CHASSI: 93YHSR3JAKJ515214. ANO FAB/MODELO: 2018/2019. PLACA: QOT6E70. **DATA: 31/03/2021. A PARTIR DAS: 11h.** Leilão: 94484. LOTE: 21168. LOC.: Loc.: Suzano/SP. DADOS DO LOTE: MARCA E MODELO: PEUGEOT 207HB XR 1.4 (SINISTRADO MÉDIA MONTA). CHASSI: 9362MKFWXBB026843. ANO FAB/MODELO: 2010/2011. PLACA: NUA6G78. **DATA: 31/03/2021. A PARTIR DAS: 11h.** Leilão: 94484. LOTE: 21170. LOC.: Loc.: Suzano/SP. DADOS DO LOTE: MARCA E MODELO: FIAT PALIO FIRE 1.0 (SINISTRADO MÉDIA MONTA). CHASSI: 9BD17146232326717. ANO FAB/MODELO: 2003/2003. PLACA: DKB3A47. **DATA: 31/03/2021. A PARTIR DAS: 11h.** Leilão: 94484. LOTE: 21171. LOC.: Loc.: Suzano/SP. DADOS DO LOTE: MARCA E MODELO: RENAULT CLIO EXP 10 16VS 1.0 (SINISTRADO MÉDIA MONTA). CHASSI: 93YLB06155J532299. ANO FAB/MODELO: 2004/2005. PLACA: DKA4H60. **DATA: 31/03/2021. A PARTIR DAS: 11h.** Leilão: 94484. LOTE: 21172. LOC.: Loc.: Suzano/SP. DADOS DO LOTE: MARCA E MODELO: VOLKSWAGEN POLO HL AD 1.0 (SINISTRADO MÉDIA MONTA). CHASSI: 9BWAH5BZ2LP067481. ANO FAB/MODELO: 2019/2020. PLACA: DUC4I61. **DATA: 31/03/2021. A PARTIR DAS: 11h.** Leilão: 94484. LOTE: 21173. LOC.: Loc.: Suzano/SP. DADOS DO LOTE: MARCA E MODELO: HYUNDAI HB20 1.6A PREM 1.6 (SINISTRADO MÉDIA MONTA). CHASSI: 9BHBH51DBFP398601. ANO FAB/MODELO: 2015/2015. PLACA: FYU6E20. **DATA: 31/03/2021. A PARTIR DAS: 11h.** Leilão: 94484. LOTE: 21174. LOC.: Loc.: Suzano/SP. DADOS DO LOTE: MARCA E MODELO: RENAULT SANDERO STEPWAY 1.6 (SINISTRADO MÉDIA MONTA). CHASSI: 93YBSR29K9J252706. ANO FAB/MODELO: 2009/2009. PLACA: LPJ7F96. **DATA: 31/03/2021. A PARTIR DAS: 11h.** Leilão: 94484. LOTE: 21175. LOC.: Loc.: Suzano/SP. DADOS DO LOTE: MARCA E MODELO: RENAULT SANDERO EXPR 10 1.0 (SINISTRADO MÉDIA MONTA). CHASSI: 93Y5SRF84KJ543243. ANO FAB/MODELO: 2018/2019. PLACA: QPC2J00. **DATA: 31/03/2021. A PARTIR DAS: 11h.** Leilão: 94484. LOTE: 21176. LOC.: Loc.: Suzano/SP. DADOS DO LOTE: MARCA E MODELO: CHEVROLET CLASSIC LS 1.0 (SINISTRADO MÉDIA MONTA). CHASSI: 9BGSU19F0BB265356. ANO FAB/MODELO: 2011/2011. PLACA: EVJ1C62. **DATA: 31/03/2021. A PARTIR DAS: 11h.** Leilão: 94484. LOTE: 21177. LOC.: Loc.: Suzano/SP. DADOS DO LOTE: MARCA E MODELO: FIAT STRADA FIRE FLEX 1.4 (SINISTRADO MÉDIA MONTA). CHASSI: 9BD27803MB7301954. ANO FAB/MODELO: 2010/2011. PLACA: DXW9C32. **DATA: 31/03/2021. A PARTIR DAS: 11h.** Leilão: 94484. LOTE: 21178. LOC.: Loc.: Suzano/SP. DADOS DO LOTE: MARCA E MODELO: FIAT SIENA ATTRACT 1.0 1.0 (SINISTRADO MÉDIA MONTA). CHASSI: 9BD19713NJ3352516. ANO FAB/MODELO: 2017/2018. PLACA: KYW8G36. **DATA: 31/03/2021. A PARTIR DAS: 11h.** Leilão: 94484. LOTE: 21180. LOC.: Loc.: Suzano/SP. DADOS DO LOTE: MARCA E MODELO: FIAT PUNTO ATTRACTIVE 1.4 (SINISTRADO MÉDIA MONTA). CHASSI: 9BD11818LE1296553. ANO FAB/MODELO: 2014/2014. PLACA: FUY5A45. **DATA: 31/03/2021. A PARTIR DAS: 11h.** Leilão: 94484. LOTE: 21181. LOC.: Loc.: Suzano/SP. DADOS DO LOTE: MARCA E MODELO: HONDA CITY EX FLEX 1.5 (SINISTRADO MÉDIA MONTA). CHASSI: 93HGM2640BZ105031. ANO FAB/MODELO: 2010/2011. PLACA: KNX9C57. **DATA: 31/03/2021. A PARTIR DAS: 11h.** Leilão: 94484. LOTE: 21182. LOC.: Loc.: Suzano/SP. DADOS DO LOTE: MARCA E MODELO: NISSAN MARCH 10 FLEX 1.0 (SINISTRADO MÉDIA MONTA). CHASSI: 3N1DK3CD2EL203044. ANO FAB/MODELO: 2013/2014. PLACA: FFF9J41. **DATA: 31/03/2021. A PARTIR DAS: 11h.** Leilão: 94484. LOTE: 21183. LOC.: Loc.: Suzano/SP. DADOS DO LOTE: MARCA E MODELO: FIAT DOBLO CARGO 1.4 1.4 (SINISTRADO MÉDIA MONTA). CHASSI: 9BD223153C2026852. ANO FAB/MODELO: 2012/2012. PLACA: FBN5I34. **DATA: 31/03/2021. A PARTIR DAS: 11h.** Leilão: 94484. LOTE: 21184. LOC.: Loc.: Suzano/SP. DADOS DO LOTE: MARCA E MODELO: KIA SPORTAGE EX2 OFFG4 2.0 (SINISTRADO MÉDIA MONTA). CHASSI: KNAPC817BC7280626. ANO FAB/MODELO: 2012/2012. PLACA: EWQ9I16. **DATA: 31/03/2021. A PARTIR DAS: 11h.** Leilão: 94484. LOTE: 21185. LOC.: Loc.: Suzano/SP. DADOS DO LOTE: MARCA E MODELO: FIAT SIENA FIRE (SINISTRADO MÉDIA MONTA). CHASSI: 9BD17201223007437. ANO FAB/MODELO: 2001/2002. PLACA: DGA6I12. **DATA: 31/03/2021. A PARTIR DAS: 11h.** Leilão: 94484. LOTE: 21186. LOC.: Loc.: Suzano/SP. DADOS DO LOTE: MARCA E MODELO: TOYOTA ETIOS SD XLS 1.5 (SINISTRADO MÉDIA MONTA). CHASSI: 9BRB29BT9G2100362. ANO FAB/MODELO: 2015/2016. PLACA: KRO6B68. **DATA: 31/03/2021. A PARTIR DAS: 11h.** Leilão: 94484. LOTE: 21188. LOC.: Loc.: Suzano/SP. DADOS DO LOTE: MARCA E MODELO: VOLKSWAGEN SAVEIRO 1.6 1.6 (SINISTRADO MÉDIA MONTA). CHASSI: 9BWEB05W97P065823. ANO FAB/MODELO: 2007/2007. PLACA: DQT1B72. **DATA: 31/03/2021. A PARTIR DAS: 11h.** Leilão: 94484. LOTE: 21189. LOC.: Loc.: Suzano/SP. DADOS DO LOTE: MARCA E MODELO: TOYOTA COROLLA XEI20FLEX 2.0 (SINISTRADO MÉDIA MONTA). CHASSI: 9BRBD48EXC2559643. ANO FAB/MODELO: 2011/2012. PLACA: EZS7F15. **DATA: 31/03/2021. A PARTIR DAS: 11h.** Leilão: 94484. LOTE: 21190. LOC.: Loc.: Suzano/SP. DADOS DO LOTE: MARCA E MODELO: CHEVROLET PRISMA 1.4AT LTZ 1.4 (SINISTRADO MÉDIA MONTA). CHASSI: 9BGKT69V0JG129725. ANO FAB/MODELO: 2017/2018. PLACA: FLT7E49. **DATA: 31/03/2021. A PARTIR DAS: 11h.** Leilão: 94484. LOTE: 21191. LOC.: Loc.: Suzano/SP. DADOS DO LOTE: MARCA E MODELO: FIAT PALIO ELX FLEX 1.4 (SINISTRADO MÉDIA MONTA). CHASSI: 9BD17140A82936389. ANO FAB/MODELO: 2007/2008. PLACA: DOL3F00. **DATA: 31/03/2021. A PARTIR DAS: 11h.** Leilão: 94484. LOTE: 21192. LOC.: Loc.: Suzano/SP. DADOS DO LOTE: MARCA E MODELO: HONDA FIT LX 1.4 (SINISTRADO MÉDIA MONTA). CHASSI: 93HGD17405Z123051. ANO FAB/MODELO: 2005/2005. PLACA: DQA6H36. **DATA: 31/03/2021. A PARTIR DAS: 11h.** Leilão: 94484. LOTE: 21193. LOC.: Loc.: Suzano/SP. DADOS DO LOTE: MARCA E MODELO: FIAT TORO VOLCANO AT D4 2.0 (SINISTRADO MÉDIA MONTA). CHASSI: 988226175KKB94116. ANO FAB/MODELO: 2018/2019. PLACA: LTJ9J39. **DATA: 31/03/2021. A PARTIR DAS: 11h.** Leilão: 94484. LOTE: 21194. LOC.: Loc.: Suzano/SP. DADOS DO LOTE: MARCA E MODELO: VOLKSWAGEN VOYAGE 1.6 TREND 1.6 (SINISTRADO MÉDIA MONTA). CHASSI: 9BWDB05U69T202382. ANO FAB/MODELO: 2009/2009. PLACA: HFN3E99. **DATA: 31/03/2021. A PARTIR DAS: 11h.** Leilão: 94484. LOTE: 21195. LOC.: Loc.: Suzano/SP. DADOS DO LOTE: MARCA E MODELO: CHEVROLET CORSA HATCH PREMIUM 1.4 (SINISTRADO MÉDIA MONTA). CHASSI: 9BGXM68809C102461. ANO FAB/MODELO: 2008/2009. PLACA: EAU3I36. **DATA: 31/03/2021. A PARTIR DAS: 11h.** Leilão: 94484. LOTE: 21196. LOC.: Loc.: Suzano/SP. DADOS DO LOTE: MARCA E MODELO: FIAT UNO WAY 1.0 1.0 (SINISTRADO MÉDIA MONTA). CHASSI: 9BD195162C0134482. ANO FAB/MODELO: 2011/2012. PLACA: GCR8F58. **DATA: 31/03/2021. A PARTIR DAS: 11h.** Leilão: 94484. LOTE: 43152. LOC.: Loc.: Suzano/SP. DADOS DO LOTE: MARCA E MODELO: SEMIRREBOQUE RODOTEC 3E CA (SINISTRADO MÉDIA MONTA). CHASSI: 9A9CA312FFSDU8055. ANO FAB/MODELO: 2015/2015. PLACA: FYV6F34. **DATA: 31/03/2021. A PARTIR DAS: 11h.** Leilão: 94484. LOTE: 43153. LOC.: Loc.: Suzano/SP. DADOS DO LOTE: MARCA E MODELO: CAMINHÃO IVECO DAILY 35S14HDCS (SINISTRADO MÉDIA MONTA). CHASSI: 93ZC35B01D8445053. ANO FAB/MODELO: 2012/2013. PLACA: CUC8H78. **DATA: 31/03/2021. A PARTIR DAS: 11h.** Leilão: 94484. LOTE: 43154. LOC.: Loc.: Suzano/SP. DADOS DO LOTE: MARCA E MODELO: CAMINHÃO IVECO DAILY 35S14HDCS (SINISTRADO MÉDIA MONTA). CHASSI: 93ZC35B01F8466727. ANO FAB/MODELO: 2015/2015. PLACA: FYF4H95. **DATA: 31/03/2021. A PARTIR DAS: 11h.** Leilão: 94484. LOTE: 43155. LOC.: Loc.: Suzano/SP. DADOS DO LOTE: MARCA E MODELO: CAVALO MECÂNICO SCANIA R 440 A6X4 (SINISTRADO MÉDIA MONTA). CHASSI: 9BSR6X400J3915182. ANO FAB/MODELO: 2017/2018. PLACA: PRE4G47. **DATA: 07/04/2021. A PARTIR DAS: 11h.** Leilão: 94605. LOTE: 1579. LOC.: Loc.: Suzano/SP. DADOS DO LOTE: MARCA E MODELO: HONDA PCX 150 DLX (SINISTRADO MÉDIA MONTA). CHASSI: 9C2KF2210GR001787. ANO FAB/MODELO: 2016/2016. PLACA: GAF8A87. **DATA: 07/04/2021. A PARTIR DAS: 11h.** Leilão: 94605. LOTE: 1586. LOC.: Loc.: Suzano/SP. DADOS DO LOTE: MARCA E MODELO: HONDA CBR 1000 RR 1.0 (SINISTRADO MÉDIA MONTA). CHASSI: JH2SC5997AK200790. ANO FAB/MODELO: 2010/2010. PLACA: ESW6B05. **DATA: 07/04/2021. A PARTIR DAS: 11h.** Leilão: 94605. LOTE: 1587. LOC.: Loc.: Suzano/SP. DADOS DO LOTE: MARCA E MODELO: HONDA CG 160 START (SINISTRADO PEQUENA MONTA). CHASSI: 9C2KC2500GR027126. ANO FAB/MODELO: 2016/2016. PLACA: GDV4C49. **DATA: 07/04/2021. A PARTIR DAS: 11h.** Leilão: 94605. LOTE: 1598. LOC.: Loc.: Suzano/SP. DADOS DO LOTE: MARCA E MODELO: YAMAHA NMAX (SINISTRADO MÉDIA MONTA). CHASSI: 9C6SG3310L0048631. ANO FAB/MODELO: 2020/2020. PLACA: FEA3J51. **DATA: 07/04/2021. A PARTIR DAS: 11h.** Leilão: 94605. LOTE: 1599. LOC.: Loc.: Suzano/SP. DADOS DO LOTE: MARCA E MODELO: BMW R1200 GS ADVENTURE 1.2 (SINISTRADO MÉDIA MONTA). CHASSI: WB1047008DZY29104. ANO FAB/MODELO: 2012/2013. PLACA: LLX3A08. **DATA: 07/04/2021. A PARTIR DAS: 11h.** Leilão: 94605. LOTE: 1600. LOC.: Loc.: Suzano/SP. DADOS DO LOTE: MARCA E MODELO: HONDA CG 160 TITAN EX (SINISTRADO MÉDIA MONTA). CHASSI: 9C2KC2210GR506097. ANO FAB/MODELO: 2016/2016. PLACA: GIV7D10. **DATA: 07/04/2021. A PARTIR DAS: 11h.** Leilão: 94605. LOTE: 1601. LOC.: Loc.: Suzano/SP. DADOS DO LOTE: MARCA E MODELO: HONDA CG 160 FAN (SINISTRADO MÉDIA MONTA). CHASSI: 9C2KC2200JR174145. ANO FAB/MODELO: 2018/2018. PLACA: GHL8D59. **DATA: 07/04/2021. A PARTIR DAS: 11h.** Leilão: 94605. LOTE: 1602. LOC.: Loc.: Suzano/SP. DADOS DO LOTE: MARCA E MODELO: HONDA CB 300R (SINISTRADO MÉDIA MONTA). CHASSI: 9C2NC4910FR015684. ANO FAB/MODELO: 2015/2015. PLACA: FCE5E30. **DATA: 07/04/2021. A PARTIR DAS: 11h.** Leilão: 94605. LOTE: 10785. LOC.: Loc.: Suzano/SP. DADOS DO LOTE: MARCA E MODELO: CHEVROLET PRISMA JOY 1.4 (SINISTRADO PEQUENA MONTA). CHASSI: 9BGRJ69808G260413. ANO FAB/MODELO: 2008/2008. PLACA: MEL8D23. **DATA: 07/04/2021. A PARTIR DAS: 11h.** Leilão: 94605. LOTE: 10805. LOC.: Loc.: Suzano/SP. DADOS DO LOTE: MARCA E MODELO: HYUNDAI HB20 1.0M COMFOR 1.0 (SINISTRADO PEQUENA MONTA). CHASSI: 9BHBG51CAHP670142. ANO FAB/MODELO: 2016/2017. PLACA: PYI4H35. **DATA: 07/04/2021. A PARTIR DAS: 11h.** Leilão: 94605. LOTE: 10806. LOC.: Loc.: Suzano/SP. DADOS DO LOTE: MARCA E MODELO: FIAT PALIO ATTRACTIV 1.4 1.4 (SINISTRADO PEQUENA MONTA). CHASSI: 9BD17170MB5704276. ANO FAB/MODELO: 2010/2011. PLACA: ERD6H27. **DATA: 07/04/2021. A PARTIR DAS: 11h.** Leilão: 94605. LOTE: 10807. LOC.: Loc.: Suzano/SP. DADOS DO LOTE: MARCA E MODELO: PEUGEOT 207HB XR 1.4 (SINISTRADO PEQUENA MONTA). CHASSI: 8AD2MKFWXCG048383. ANO FAB/MODELO: 2011/2012. PLACA: EXI9A55. **DATA: 07/04/2021. A PARTIR DAS: 11h.** Leilão: 94605. LOTE: 10808. LOC.: Loc.: Suzano/SP. DADOS DO LOTE: MARCA E MODELO: FORD FUSION 2.3 (SINISTRADO PEQUENA MONTA). CHASSI: 3FAHP08Z47R109904. ANO FAB/MODELO: 2006/2007. PLACA: DUK0E22. **DATA: 07/04/2021. A PARTIR DAS: 11h.** Leilão: 94605. LOTE: 10809. LOC.: Loc.: Suzano/SP. DADOS DO LOTE: MARCA E MODELO: SMART FORTWO COUPE 62 (SINISTRADO PEQUENA MONTA). CHASSI: WMEEJ32W79K266186. ANO FAB/MODELO: 2009/2009. PLACA: FUN3B11. **DATA: 07/04/2021. A PARTIR DAS: 11h.** Leilão: 94605. LOTE: 10810. LOC.: Loc.: Suzano/SP. DADOS DO LOTE: MARCA E MODELO: VOLKSWAGEN FOX 1.0 BLUEM. GII 1.0 (SINISTRADO PEQUENA MONTA). CHASSI: 9BWAG45ZXE4167292. ANO FAB/MODELO: 2014/2014. PLACA: LRM6A16. **DATA: 07/04/2021. A PARTIR DAS: 11h.** Leilão: 94605. LOTE: 10811. LOC.: Loc.: Suzano/SP. DADOS DO LOTE: MARCA E MODELO: NISSAN FRONTIER XE 4X4 2.5 (SINISTRADO PEQUENA MONTA). CHASSI: 94DVCUD40DJ567671. ANO FAB/MODELO: 2012/2013. PLACA: FFO6H61. **DATA: 07/04/2021. A PARTIR DAS: 11h.** Leilão: 94605. LOTE: 10812. LOC.: Loc.: Suzano/SP. DADOS DO LOTE: MARCA E MODELO: PEUGEOT 307 16 PR PK 1.6 (SINISTRADO PEQUENA MONTA). CHASSI: 8AD3CN6B49G025671. ANO FAB/MODELO: 2008/2009. PLACA: EFY4J44. **DATA: 07/04/2021. A PARTIR DAS: 11h.** Leilão: 94605. LOTE: 10813. LOC.: Loc.: Suzano/SP. DADOS DO LOTE: MARCA E MODELO: CITROEN C4 20EXCA5P F 2.0 (SINISTRADO PEQUENA MONTA). CHASSI: 8BCLCRFJVCG519725. ANO FAB/MODELO: 2011/2012. PLACA: EYO4F94. **DATA: 07/04/2021. A PARTIR DAS: 11h.** Leilão: 94605. LOTE: 10814. LOC.: Loc.: Suzano/SP. DADOS DO LOTE: MARCA E MODELO: BMW 320I ACTIVE FLEX 2.0 (SINISTRADO PEQUENA MONTA). CHASSI: 98M3B1002F4A17965. ANO FAB/MODELO: 2015/2015. PLACA: GAX8D25. **DATA: 07/04/2021. A PARTIR DAS: 11h.** Leilão: 94605. LOTE: 19416. LOC.: Loc.: Suzano/SP. DADOS DO LOTE: MARCA E MODELO: FIAT STRADA WORKING 1.4 (SINISTRADO MÉDIA MONTA). CHASSI: 9BD57814UF7962657. ANO FAB/MODELO: 2015/2015. PLACA: PPD3A10. **DATA: 07/04/2021. A PARTIR DAS: 11h.** Leilão: 94605. LOTE: 21058. LOC.: Loc.: Suzano/SP. DADOS DO LOTE: MARCA E MODELO: VOLKSWAGEN GOL 1.6 POWER 1.6 (SINISTRADO MÉDIA MONTA). CHASSI: 9BWCB05X65P087307. ANO FAB/MODELO: 2005/2005. PLACA: LBZ6C74. **DATA: 07/04/2021. A PARTIR DAS: 11h.** Leilão: 94605. LOTE: 21069. LOC.: Loc.: Suzano/SP. DADOS DO LOTE: MARCA E MODELO: CITROEN C4 PALLAS20G F 2.0 (SINISTRADO MÉDIA MONTA). CHASSI: 8BCLDRFJYAG509999. ANO FAB/MODELO: 2009/2010. PLACA: EEO5C08. **DATA: 07/04/2021. A PARTIR DAS: 11h.** Leilão: 94605. LOTE: 21187. LOC.: Loc.: Suzano/SP. DADOS DO LOTE: MARCA E MODELO: TOYOTA ETIOS HB XS 15 1.5 (SINISTRADO MÉDIA MONTA). CHASSI: 9BRK29BTXE0021209. ANO FAB/MODELO: 2013/2014. PLACA: EYV9G48. **DATA: 07/04/2021. A PARTIR DAS: 11h.** Leilão: 94605. LOTE: 21197. LOC.: Loc.: Suzano/SP. DADOS DO LOTE: MARCA E MODELO: FIAT SIENA ATTRACTIV 1.4 1.4 (SINISTRADO MÉDIA MONTA). CHASSI: 9BD19713HK3372762. ANO FAB/MODELO: 2019/2019. PLACA: LTQ6I41. **DATA: 07/04/2021. A PARTIR DAS: 11h.** Leilão: 94605. LOTE: 21198. LOC.: Loc.: Suzano/SP. DADOS DO LOTE: MARCA E MODELO: VOLKSWAGEN VIRTUS MF 1.6 (SINISTRADO MÉDIA MONTA). CHASSI: 9BWDL5BZXKP584697. ANO FAB/MODELO: 2019/2019. PLACA: LMW1I60. **DATA: 07/04/2021. A PARTIR DAS: 11h.** Leilão: 94605. LOTE: 21199. LOC.: Loc.: Suzano/SP. DADOS DO LOTE: MARCA E MODELO: FIAT STRADA TREK CE FLEX 1.4 (SINISTRADO MÉDIA MONTA). CHASSI: 9BD27808M97098500. ANO FAB/MODELO: 2008/2009. PLACA: MFI0C65. **DATA: 07/04/2021. A PARTIR DAS: 11h.** Leilão: 94605. LOTE: 21200. LOC.: Loc.: Suzano/SP. DADOS DO LOTE: MARCA E MODELO: FIAT IDEA ADVENTURE 1.8 1.8 (SINISTRADO MÉDIA MONTA). CHASSI: 9BD13531CD2230130. ANO FAB/MODELO: 2012/2013. PLACA: KPA9C18. **DATA: 07/04/2021. A PARTIR DAS: 11h.** Leilão: 94605. LOTE: 21201. LOC.: Loc.: Suzano/SP. DADOS DO LOTE: MARCA E MODELO: CHEVROLET SPIN 1.8L MT LTZ 1.8 (SINISTRADO MÉDIA MONTA). CHASSI: 9BGJC75E0FB200012. ANO FAB/MODELO: 2015/2015. PLACA: KWS9D96. **DATA: 07/04/2021. A PARTIR DAS: 11h.** Leilão: 94605. LOTE: 21202. LOC.: Loc.: Suzano/SP. DADOS DO LOTE: MARCA E MODELO: VOLKSWAGEN GOL 1.0 1.0 (SINISTRADO MÉDIA MONTA). CHASSI: 9BWAA05U49P037706. ANO FAB/MODELO: 2008/2009. PLACA: EIA7C54. **DATA: 07/04/2021. A PARTIR DAS: 11h.** Leilão: 94605. LOTE: 21203. LOC.: Loc.: Suzano/SP. DADOS DO LOTE: MARCA E MODELO: HYUNDAI HB20 1.0M COMFOR 1.0 (SINISTRADO MÉDIA MONTA). CHASSI: 9BHBG51CAJP869204. ANO FAB/MODELO: 2018/2018. PLACA: GDP7H72. **DATA: 07/04/2021. A PARTIR DAS: 11h.** Leilão: 94605. LOTE: 21204. LOC.: Loc.: Suzano/SP. DADOS DO LOTE: MARCA E MODELO: HONDA CITY LX FLEX 1.5 (SINISTRADO MÉDIA MONTA). CHASSI: 93HGM2620DZ116111. ANO FAB/MODELO: 2012/2013. PLACA: ERL1H04. **DATA: 07/04/2021. A PARTIR DAS: 11h.** Leilão: 94605. LOTE: 21205. LOC.: Loc.: Suzano/SP. DADOS DO LOTE: MARCA E MODELO: HONDA CIVIC LXL 1.7 (SINISTRADO MÉDIA MONTA). CHASSI: 93HES16605Z105198. ANO FAB/MODELO: 2004/2005. PLACA: DNK2E59. **DATA: 07/04/2021. A PARTIR DAS: 11h.** Leilão: 94605. LOTE: 21206. LOC.: Loc.: Suzano/SP. DADOS DO LOTE: MARCA E MODELO: CHEVROLET CLASSIC LS 1.0 (SINISTRADO MÉDIA MONTA). CHASSI: 9BGSU19F0CB197319. ANO FAB/MODELO: 2011/2012. PLACA: EQO4E89. **DATA: 07/04/2021. A PARTIR DAS: 11h.** Leilão: 94605. LOTE: 21207. LOC.: Loc.: Suzano/SP. DADOS DO LOTE: MARCA E MODELO: FORD KA SE 1.0 HA B 1.0 (SINISTRADO MÉDIA MONTA). CHASSI: 9BFZH55LXJ8179317. ANO FAB/MODELO: 2018/2018. PLACA: FWA3H76. **DATA: 07/04/2021. A PARTIR DAS: 11h.** Leilão: 94605. LOTE: 21208. LOC.: Loc.: Suzano/SP. DADOS DO LOTE: MARCA E MODELO: FORD ECOSPORT FSL 1.6 1.6 (SINISTRADO MÉDIA MONTA). CHASSI: 9BFZB55P1D8840869. ANO FAB/MODELO: 2013/2013. PLACA: FKA7F20. **DATA: 07/04/2021. A PARTIR DAS: 11h.** Leilão: 94605. LOTE: 21210. LOC.: Loc.: Suzano/SP. DADOS DO LOTE: MARCA E MODELO: HONDA FIT EX CVT 1.5 (SINISTRADO MÉDIA MONTA). CHASSI: 93HGK5860KZ106985. ANO FAB/MODELO: 2018/2019. PLACA: EQM5A86. **DATA: 07/04/2021. A PARTIR DAS: 11h.** Leilão: 94605. LOTE: 21211. LOC.: Loc.: Suzano/SP. DADOS DO LOTE: MARCA E MODELO: HONDA CIVIC LXL FLEX 1.8 (SINISTRADO MÉDIA MONTA). CHASSI: 93HFA6570AZ105425. ANO FAB/MODELO: 2010/2010. PLACA: EPS6D33. **DATA: 07/04/2021. A PARTIR DAS: 11h.** Leilão: 94605. LOTE: 21212. LOC.: Loc.: Suzano/SP. DADOS DO LOTE: MARCA E MODELO: PEUGEOT 207PASSION XR 1.4 (SINISTRADO MÉDIA MONTA). CHASSI: 9362NKFWXBB066013. ANO FAB/MODELO: 2010/2011. PLACA: EVF7A14. **DATA: 07/04/2021. A PARTIR DAS: 11h.** Leilão: 94605. LOTE: 21213. LOC.: Loc.: Suzano/SP. DADOS DO LOTE: MARCA E MODELO: HYUNDAI CRETA 20A PRESTI 2.0 (SINISTRADO MÉDIA MONTA). CHASSI: 9BHGC813BLP138781. ANO FAB/MODELO: 2019/2020. PLACA: LTU8E61. **DATA: 07/04/2021. A PARTIR DAS: 11h.** Leilão: 94605. LOTE: 21214. LOC.: Loc.: Suzano/SP. DADOS DO LOTE: MARCA E MODELO: HONDA FIT EXL CVT 1.5 (SINISTRADO MÉDIA MONTA). CHASSI: 93HGK5880JZ121472. ANO FAB/MODELO: 2018/2018. PLACA: PRR9E40. **DATA: 07/04/2021. A PARTIR DAS: 11h.** Leilão: 94605. LOTE: 21215. LOC.: Loc.: Suzano/SP. DADOS DO LOTE: MARCA E MODELO: CHEVROLET CORSA HATCH MAXX 1.4 (SINISTRADO MÉDIA MONTA). CHASSI: 9BGXH68P0BC107945. ANO FAB/MODELO: 2010/2011. PLACA: EQB7C95. **DATA: 07/04/2021. A PARTIR DAS: 11h.** Leilão: 94605. LOTE: 21216. LOC.: Loc.: Suzano/SP. DADOS DO LOTE: MARCA E MODELO: TOYOTA COROLLA GLI18 CVT 1.8 (SINISTRADO MÉDIA MONTA). CHASSI: 9BRBLWHE0F0019832. ANO FAB/MODELO: 2014/2015. PLACA: FMN0E07. **DATA: 07/04/2021. A PARTIR DAS: 11h.** Leilão: 94605. LOTE: 21217. LOC.: Loc.: Suzano/SP. DADOS DO LOTE: MARCA E MODELO: FORD KA FLEX 1.0 (SINISTRADO MÉDIA MONTA). CHASSI: 9BFZK53A9AB147786. ANO FAB/MODELO: 2009/2010. PLACA: ENX3J05. **DATA: 07/04/2021. A PARTIR DAS: 11h.** Leilão: 94605. LOTE: 21218. LOC.: Loc.: Suzano/SP. DADOS DO LOTE: MARCA E MODELO: FORD ECOSPORT XLS1.6FLEX 1.6 (SINISTRADO MÉDIA MONTA). CHASSI: 9BFZE12P868725578. ANO FAB/MODELO: 2005/2006. PLACA: DSB1B77. **DATA: 07/04/2021. A PARTIR DAS: 11h.** Leilão: 94605. LOTE: 21219. LOC.: Loc.: Suzano/SP. DADOS DO LOTE: MARCA E MODELO: VOLKSWAGEN FOX 1.0 GII 1.0 (SINISTRADO MÉDIA MONTA). CHASSI: 9BWAA05ZXB4078747. ANO FAB/MODELO: 2010/2011. PLACA: EOM8G43. **DATA: 07/04/2021. A PARTIR DAS: 11h.** Leilão: 94605. LOTE: 21220. LOC.: Loc.: Suzano/SP. DADOS DO LOTE: MARCA E MODELO: FIAT STRADA FIRE FLEX 1.4 (SINISTRADO MÉDIA MONTA). CHASSI: 9BD27803A87074356. ANO FAB/MODELO: 2008/2008. PLACA: KYF1C74. **DATA: 07/04/2021. A PARTIR DAS: 11h.** Leilão: 94605. LOTE: 21221. LOC.: Loc.: Suzano/SP. DADOS DO LOTE: MARCA E MODELO: RENAULT SANDERO STEPWAY 1.6 (SINISTRADO MÉDIA MONTA). CHASSI: 93YBSR8VKCJ366797. ANO FAB/MODELO: 2012/2012. PLACA: FEO4J89. **DATA: 07/04/2021. A PARTIR DAS: 11h.** Leilão: 94605. LOTE: 21222. LOC.: Loc.: Suzano/SP. DADOS DO LOTE: MARCA E MODELO: VOLKSWAGEN KOMBI 1.4 (SINISTRADO MÉDIA MONTA). CHASSI: 9BWMF07X5CP027859. ANO FAB/MODELO: 2012/2012. PLACA: KVY4D14. **DATA: 07/04/2021. A PARTIR DAS: 11h.** Leilão: 94605. LOTE: 21223. LOC.: Loc.: Suzano/SP. DADOS DO LOTE: MARCA E MODELO: FORD ECOSPORT XLT2.0FLEX 2.0 (SINISTRADO MÉDIA MONTA). CHASSI: 9BFZE55H098523186. ANO FAB/MODELO: 2009/2009. PLACA: EGP5G55. **DATA: 07/04/2021. A PARTIR DAS: 11h.** Leilão: 94605. LOTE: 21224. LOC.: Loc.: Suzano/SP. DADOS DO LOTE: MARCA E MODELO: IVECO DAILY 35S14HDGFURG (SINISTRADO MÉDIA MONTA). CHASSI: 93ZK35B01J8478382. ANO FAB/MODELO: 2017/2018. PLACA: GEU6H67. **DATA: 07/04/2021. A PARTIR DAS: 11h.** Leilão: 94605. LOTE: 21225. LOC.: Loc.: Suzano/SP. DADOS DO LOTE: MARCA E MODELO: FORD KA SE 1.0 HA C 1.0 (SINISTRADO MÉDIA MONTA). CHASSI: 9BFZH55L6L8440283. ANO FAB/MODELO: 2019/2020. PLACA: RJH0E44. **DATA: 07/04/2021. A PARTIR DAS: 11h.** Leilão: 94605. LOTE: 21227. LOC.: Loc.: Suzano/SP. DADOS DO LOTE: MARCA E MODELO: VOLKSWAGEN PASSAT VAR 2.0T FSI 2.0 (SINISTRADO MÉDIA MONTA). CHASSI: WVWPV83C49E068452. ANO FAB/MODELO: 2008/2009. PLACA: EJD6E74. **DATA: 07/04/2021. A PARTIR DAS: 11h.** Leilão: 94605. LOTE: 21228. LOC.: Loc.: Suzano/SP. DADOS DO LOTE: MARCA E MODELO: VOLKSWAGEN FOX 1.0 1.0 (SINISTRADO MÉDIA MONTA). CHASSI: 9BWKA05Z854015798. ANO FAB/MODELO: 2004/2005. PLACA: DHK6D73. **DATA: 07/04/2021. A PARTIR DAS: 11h.** Leilão: 94605. LOTE: 21229. LOC.: Loc.: Suzano/SP. DADOS DO LOTE: MARCA E MODELO: CHEVROLET S10 LT DD4A 2.8 (SINISTRADO MÉDIA MONTA). CHASSI: 9BG148FK0LC433018. ANO FAB/MODELO: 2019/2020. PLACA: GBD5B17. **DATA: 07/04/2021. A PARTIR DAS: 11h.** Leilão: 94605. LOTE: 21230. LOC.: Loc.: Suzano/SP. DADOS DO LOTE: MARCA E MODELO: FIAT SIENA FIRE FLEX 1.0 (SINISTRADO MÉDIA MONTA). CHASSI: 8AP17206LC2242845. ANO FAB/MODELO: 2011/2012. PLACA: FBB9D15. **DATA: 07/04/2021. A PARTIR DAS: 11h.** Leilão: 94605. LOTE: 21231. LOC.: Loc.: Suzano/SP. DADOS DO LOTE: MARCA E MODELO: VOLKSWAGEN NOVA SAVEIRO TL MBVS 1.6 (SINISTRADO MÉDIA MONTA). CHASSI: 9BWKB45U6JP038773. ANO FAB/MODELO: 2017/2018. PLACA: LML4H35. **DATA: 07/04/2021. A PARTIR DAS: 11h.** Leilão: 94605. LOTE: 21232. LOC.: Loc.: Suzano/SP. DADOS DO LOTE: MARCA E MODELO: PEUGEOT 206 14 PRESEN FX 1.4 (SINISTRADO MÉDIA MONTA). CHASSI: 9362AKFW98B013354. ANO FAB/MODELO: 2007/2008. PLACA: DXR5J34. **DATA: 07/04/2021. A PARTIR DAS: 11h.** Leilão: 94605. LOTE: 21233. LOC.: Loc.: Suzano/SP. DADOS DO LOTE: MARCA E MODELO: FIAT DOBLO ESSENCE 7L E 1.8 (SINISTRADO MÉDIA MONTA). CHASSI: 9BD1196GDJ1144047. ANO FAB/MODELO: 2017/2018. PLACA: QNF8I95. **DATA: 07/04/2021. A PARTIR DAS: 11h.** Leilão: 94605. LOTE: 21234. LOC.: Loc.: Suzano/SP. DADOS DO LOTE: MARCA E MODELO: CHEVROLET ONIX 1.4MT LT 1.4 (SINISTRADO MÉDIA MONTA). CHASSI: 9BGKS48L0DG189264. ANO FAB/MODELO: 2012/2013. PLACA: EWQ5F71. **DATA: 07/04/2021. A PARTIR DAS: 11h.** Leilão: 94605. LOTE: 21235. LOC.: Loc.: Suzano/SP. DADOS DO LOTE: MARCA E MODELO: RENAULT SANDERO EXP1016V 1.0 (SINISTRADO MÉDIA MONTA). CHASSI: 93YBSR7GH9J228268. ANO FAB/MODELO: 2009/2009. PLACA: ELZ0F59. **DATA: 07/04/2021. A PARTIR DAS: 11h.** Leilão: 94605. LOTE: 21236. LOC.: Loc.: Suzano/SP. DADOS DO LOTE: MARCA E MODELO: HONDA HR-V EX CVT 1.8 (SINISTRADO MÉDIA MONTA). CHASSI: 93HRV2850GZ114461. ANO FAB/MODELO: 2015/2016. PLACA: LSA4G33. **DATA: 07/04/2021. A PARTIR DAS: 11h.** Leilão: 94605. LOTE: 21237. LOC.: Loc.: Suzano/SP. DADOS DO LOTE: MARCA E MODELO: CHEVROLET COBALT 18A ELI 1.8 (SINISTRADO MÉDIA MONTA). CHASSI: 9BGJE6920KB115147. ANO FAB/MODELO: 2018/2019. PLACA: KZN9D15. **DATA: 07/04/2021. A PARTIR DAS: 11h.** Leilão: 94605. LOTE: 43157. LOC.: Loc.: Suzano/SP. DADOS DO LOTE: MARCA E MODELO: CAVALO MECÂNICO VOLVO FH 540 6X4T (SINISTRADO MÉDIA MONTA). CHASSI: 9BVAG40D1DE798253. ANO FAB/MODELO: 2013/2013. PLACA: CZC5H20. **DATA: 14/04/2021. A PARTIR DAS: 11h.** Leilão: 94762. LOTE: 4. LOC.: Loc.: Suzano/SP. DADOS DO LOTE: MARCA E MODELO: PORSCHE BOXSTER (SINISTRADO PEQUENA MONTA). CHASSI: WP0CA29828U710648. ANO FAB/MODELO: 2007/2008. PLACA: JAM1H11. **DATA: 14/04/2021. A PARTIR DAS: 11h.** Leilão: 94762. LOTE: 1589. LOC.: Loc.: Suzano/SP. DADOS DO LOTE: MARCA E MODELO: HONDA CG 160 START (SINISTRADO PEQUENA MONTA). CHASSI: 9C2KC2500LR030780. ANO FAB/MODELO: 2019/2020. PLACA: FLV8J08. **DATA: 14/04/2021. A PARTIR DAS: 11h.** Leilão: 94762. LOTE: 1603. LOC.: Loc.: Suzano/SP. DADOS DO LOTE: MARCA E MODELO: YAMAHA XTZ250 TENERE (SINISTRADO PEQUENA MONTA). CHASSI: 9C6DG3410K0001485. ANO FAB/MODELO: 2018/2019. PLACA: GIA9C24. **DATA: 14/04/2021. A PARTIR DAS: 11h.** Leilão: 94762. LOTE: 1605. LOC.: Loc.: Suzano/SP. DADOS DO LOTE: MARCA E MODELO: YAMAHA YS150 FAZER SED (SINISTRADO MÉDIA MONTA). CHASSI: 9C6RG3840L0005186. ANO FAB/MODELO: 2019/2020. PLACA: BNK5E39. **DATA: 14/04/2021. A PARTIR DAS: 11h.** Leilão: 94762. LOTE: 1606. LOC.: Loc.: Suzano/SP. DADOS DO LOTE: MARCA E MODELO: YAMAHA XTZ250 TENERE (SINISTRADO PEQUENA MONTA). CHASSI: 9C6KG0570G0006632. ANO FAB/MODELO: 2016/2016. PLACA: LSN7I38. **DATA: 14/04/2021. A PARTIR DAS: 11h.** Leilão: 94762. LOTE: 1608. LOC.: Loc.: Suzano/SP. DADOS DO LOTE: MARCA E MODELO: HONDA NXR160 BROS ESDD (SINISTRADO MÉDIA MONTA). CHASSI: 9C2KD0810HR420607. ANO FAB/MODELO: 2017/2017. PLACA: PMG1A52. **DATA: 14/04/2021. A PARTIR DAS: 11h.** Leilão: 94762. LOTE: 1609. LOC.: Loc.: Suzano/SP. DADOS DO LOTE: MARCA E MODELO: HONDA CG 160 TITAN (SINISTRADO PEQUENA MONTA). CHASSI: 9C2KC2210LR041183. ANO FAB/MODELO: 2020/2020. PLACA: FQY9E97. **DATA: 14/04/2021. A PARTIR DAS: 11h.** Leilão: 94762. LOTE: 1610. LOC.: Loc.: Suzano/SP. DADOS DO LOTE: MARCA E MODELO: HONDA PCX 150 (SINISTRADO PEQUENA MONTA). CHASSI: 9C2KF3400KR006681. ANO FAB/MODELO: 2019/2019. PLACA: EHE5H49. **DATA: 14/04/2021. A PARTIR DAS: 11h.** Leilão: 94762. LOTE: 1611. LOC.: Loc.: Suzano/SP. DADOS DO LOTE: MARCA E MODELO: HONDA PCX 150 (SINISTRADO MÉDIA MONTA). CHASSI: 9C2KF3400KR001956. ANO FAB/MODELO: 2019/2019. PLACA: EJV4H91. **DATA: 14/04/2021. A PARTIR DAS: 11h.** Leilão: 94762. LOTE: 1612. LOC.: Loc.: Suzano/SP. DADOS DO LOTE: MARCA E MODELO: SUZUKI EN125 YES (SINISTRADO MÉDIA MONTA). CHASSI: 9CDNF41LJ8M207722. ANO FAB/MODELO: 2008/2008. PLACA: BZZ5J85. **DATA: 14/04/2021. A PARTIR DAS: 11h.** Leilão: 94762. LOTE: 1613. LOC.: Loc.: Suzano/SP. DADOS DO LOTE: MARCA E MODELO: YAMAHA XT1200Z STENERE 1.2 (SINISTRADO PEQUENA MONTA). CHASSI: JYADP02B5DA000650. ANO FAB/MODELO: 2012/2013. PLACA: NRV0H85. **DATA: 14/04/2021. A PARTIR DAS: 11h.** Leilão: 94762. LOTE: 1614. LOC.: Loc.: Suzano/SP. DADOS DO LOTE: MARCA E MODELO: TRIUMPH TIGER 800 XRX (SINISTRADO MÉDIA MONTA). CHASSI: 97NE02BF8KM922649. ANO FAB/MODELO: 2019/2019. PLACA: LMU6H68. **DATA: 14/04/2021. A PARTIR DAS: 11h.** Leilão: 94762. LOTE: 10797. LOC.: Loc.: Suzano/SP. DADOS DO LOTE: MARCA E MODELO: MITSUBISHI LANCER 2.0 MT 2.0 (SINISTRADO PEQUENA MONTA). CHASSI: 93XSNCY4AGCF04055. ANO FAB/MODELO: 2015/2016. PLACA: GBR9E84. **DATA: 14/04/2021. A PARTIR DAS: 11h.** Leilão: 94762. LOTE: 10815. LOC.: Loc.: Suzano/SP. DADOS DO LOTE: MARCA E MODELO: VOLKSWAGEN VOYAGE 1.0 1.0 (SINISTRADO PEQUENA MONTA). CHASSI: 9BWDA05U4DT077703. ANO FAB/MODELO: 2012/2013. PLACA: LLR7J86. **DATA: 14/04/2021. A PARTIR DAS: 11h.** Leilão: 94762. LOTE: 10816. LOC.: Loc.: Suzano/SP. DADOS DO LOTE: MARCA E MODELO: MERCEDES-BENZ C180TURBO (SINISTRADO PEQUENA MONTA). CHASSI: WDDGF3BW5DA853192. ANO FAB/MODELO: 2013/2013. PLACA: FMD5F52. **DATA: 14/04/2021. A PARTIR DAS: 11h.** Leilão: 94762. LOTE: 10817. LOC.: Loc.: Suzano/SP. DADOS DO LOTE: MARCA E MODELO: CHEVROLET ONIX 1.4AT LTZ 1.4 (SINISTRADO PEQUENA MONTA). CHASSI: 9BGKT48V0JG274486. ANO FAB/MODELO: 2017/2018. PLACA: GBB1F98. **DATA: 14/04/2021. A PARTIR DAS: 11h.** Leilão: 94762. LOTE: 10818. LOC.: Loc.: Suzano/SP. DADOS DO LOTE: MARCA E MODELO: CHEVROLET PRISMA 1.4AT LT 1.4 (SINISTRADO PEQUENA MONTA). CHASSI: 9BGKS69L0FG158800. ANO FAB/MODELO: 2014/2015. PLACA: FSK0I87. **DATA: 14/04/2021. A PARTIR DAS: 11h.** Leilão: 94762. LOTE: 10819. LOC.: Loc.: Suzano/SP. DADOS DO LOTE: MARCA E MODELO: FIAT BRAVO ESSENCE DUAL 1.8 (SINISTRADO PEQUENA MONTA). CHASSI: 9BD198221B9001272. ANO FAB/MODELO: 2010/2011. PLACA: EUI0G65. **DATA: 14/04/2021. A PARTIR DAS: 11h.** Leilão: 94762. LOTE: 10820. LOC.: Loc.: Suzano/SP. DADOS DO LOTE: MARCA E MODELO: CITROEN PICASSO 16GLXFLX 1.6 (SINISTRADO PEQUENA MONTA). CHASSI: 935CHN6A87B533766. ANO FAB/MODELO: 2007/2007. PLACA: DTU9C77. **DATA: 14/04/2021. A PARTIR DAS: 11h.** Leilão: 94762. LOTE: 10821. LOC.: Loc.: Suzano/SP. DADOS DO LOTE: MARCA E MODELO: HYUNDAI HB20 1.0M COMFOR 1.0 (SINISTRADO PEQUENA MONTA). CHASSI: 9BHBG51CAFP510325. ANO FAB/MODELO: 2015/2015. PLACA: LSE9F26. **DATA: 14/04/2021. A PARTIR DAS: 11h.** Leilão: 94762. LOTE: 10822. LOC.: Loc.: Suzano/SP. DADOS DO LOTE: MARCA E MODELO: CHEVROLET CELTA 4P SPIRIT 1.0 (SINISTRADO PEQUENA MONTA). CHASSI: 9BGRX4810AG221678. ANO FAB/MODELO: 2009/2010. PLACA: EKY8H46. **DATA: 14/04/2021. A PARTIR DAS: 11h.** Leilão: 94762. LOTE: 10823. LOC.: Loc.: Suzano/SP. DADOS DO LOTE: MARCA E MODELO: FORD FOCUS TI AT 2.0 H 1.0 (SINISTRADO PEQUENA MONTA). CHASSI: 8AFSZZFHCFJ258157. ANO FAB/MODELO: 2014/2015. PLACA: KQP6J17. **DATA: 14/04/2021. A PARTIR DAS: 11h.** Leilão: 94762. LOTE: 10824. LOC.: Loc.: Suzano/SP. DADOS DO LOTE: MARCA E MODELO: VOLKSWAGEN FUSCA AA 2.0 (SINISTRADO PEQUENA MONTA). CHASSI: 3VWV96163EM643686. ANO FAB/MODELO: 2014/2014. PLACA: FSP5C62. **DATA: 14/04/2021. A PARTIR DAS: 11h.** Leilão: 94762. LOTE: 19142. LOC.: Loc.: Suzano/SP. DADOS DO LOTE: MARCA E MODELO: VOLKSWAGEN UP MOVE MB 1.0 (SINISTRADO MÉDIA MONTA). CHASSI: 9BWAH4129GT539980. ANO FAB/MODELO: 2015/2016. PLACA: FZP8J64. **DATA: 14/04/2021. A PARTIR DAS: 11h.** Leilão: 94762. LOTE: 21169. LOC.: Loc.: Suzano/SP. DADOS DO LOTE: MARCA E MODELO: CHEVROLET VECTRA SEDAN ELEGANCE 2.0 (SINISTRADO MÉDIA MONTA). CHASSI: 9BGAB69W07B195640. ANO FAB/MODELO: 2006/2007. PLACA: DVM4F48. **DATA: 14/04/2021. A PARTIR DAS: 11h.** Leilão: 94762. LOTE: 21238. LOC.: Loc.: Suzano/SP. DADOS DO LOTE: MARCA E MODELO: HONDA CIVIC LXS FLEX 1.8 (SINISTRADO MÉDIA MONTA). CHASSI: 93HFA66409Z114191. ANO FAB/MODELO: 2009/2009. PLACA: EEZ2H61. **DATA: 14/04/2021. A PARTIR DAS: 11h.** Leilão: 94762. LOTE: 21239. LOC.: Loc.: Suzano/SP. DADOS DO LOTE: MARCA E MODELO: FORD KA SE PLUS 1.0 HA C 1.0 (SINISTRADO MÉDIA MONTA). CHASSI: 9BFZH55L9M8081528. ANO FAB/MODELO: 2020/2021. PLACA: GKI7C21. **DATA: 14/04/2021. A PARTIR DAS: 11h.** Leilão: 94762. LOTE: 21240. LOC.: Loc.: Suzano/SP. DADOS DO LOTE: MARCA E MODELO: HONDA CITY LX CVT 1.5 (SINISTRADO MÉDIA MONTA). CHASSI: 93HGM6650FZ118233. ANO FAB/MODELO: 2015/2015. PLACA: FWX6B98. **DATA: 14/04/2021. A PARTIR DAS: 11h.** Leilão: 94762. LOTE: 21241. LOC.: Loc.: Suzano/SP. DADOS DO LOTE: MARCA E MODELO: HONDA FIT LX 1.4 (SINISTRADO MÉDIA MONTA). CHASSI: 93HGD17407Z101424. ANO FAB/MODELO: 2006/2007. PLACA: DSP8D02. **DATA: 14/04/2021. A PARTIR DAS: 11h.** Leilão: 94762. LOTE: 21242. LOC.: Loc.: Suzano/SP. DADOS DO LOTE: MARCA E MODELO: MITSUBISHI PAJERO TR4 FL 2WD HP 2.0 (SINISTRADO MÉDIA MONTA). CHASSI: 93XFRH72WDCC75820. ANO FAB/MODELO: 2012/2013. PLACA: FGI7J96. **DATA: 14/04/2021. A PARTIR DAS: 11h.** Leilão: 94762. LOTE: 21243. LOC.: Loc.: Suzano/SP. DADOS DO LOTE: MARCA E MODELO: CHEVROLET CELTA 2P SPIRIT 1.0 (SINISTRADO MÉDIA MONTA). CHASSI: 9BGRX08906G106761. ANO FAB/MODELO: 2005/2006. PLACA: DKQ8E17. **DATA: 14/04/2021. A PARTIR DAS: 11h.** Leilão: 94762. LOTE: 21245. LOC.: Loc.: Suzano/SP. DADOS DO LOTE: MARCA E MODELO: HYUNDAI AZERA 3.0 V6 3.0 (SINISTRADO MÉDIA MONTA). CHASSI: KMHFH41HBDA159586. ANO FAB/MODELO: 2012/2013. PLACA: OGI4I19. **DATA: 14/04/2021. A PARTIR DAS: 11h.** Leilão: 94762. LOTE: 21246. LOC.: Loc.: Suzano/SP. DADOS DO LOTE: MARCA E MODELO: RENAULT LOGAN DYNA 16 M 1.6 (SINISTRADO MÉDIA MONTA). CHASSI: 93Y4SRD6EFJ774560. ANO FAB/MODELO: 2015/2015. PLACA: FRE5C14. **DATA: 14/04/2021. A PARTIR DAS: 11h.** Leilão: 94762. LOTE: 21247. LOC.: Loc.: Suzano/SP. DADOS DO LOTE: MARCA E MODELO: VOLKSWAGEN FOX 1.0 GII 1.0 (SINISTRADO MÉDIA MONTA). CHASSI: 9BWAA05Z3D4087163. ANO FAB/MODELO: 2012/2013. PLACA: FGR5C57. **DATA: 14/04/2021. A PARTIR DAS: 11h.** Leilão: 94762. LOTE: 21248. LOC.: Loc.: Suzano/SP. DADOS DO LOTE: MARCA E MODELO: HONDA HR-V EXL CVT 1.8 (SINISTRADO MÉDIA MONTA). CHASSI: 93HRV2870GZ132036. ANO FAB/MODELO: 2015/2016. PLACA: FPQ9G85. **DATA: 14/04/2021. A PARTIR DAS: 11h.** Leilão: 94762. LOTE: 21249. LOC.: Loc.: Suzano/SP. DADOS DO LOTE: MARCA E MODELO: FORD ECOSPORT XLS1.6FLEX 1.6 (SINISTRADO MÉDIA MONTA). CHASSI: 9BFZE55P898559599. ANO FAB/MODELO: 2009/2009. PLACA: EJU5B85. **DATA: 14/04/2021. A PARTIR DAS: 11h.** Leilão: 94762. LOTE: 21250. LOC.: Loc.: Suzano/SP. DADOS DO LOTE: MARCA E MODELO: FORD KA SE 1.0 HA 1.0 (SINISTRADO MÉDIA MONTA). CHASSI: 9BFZH55L6G8334325. ANO FAB/MODELO: 2016/2016. PLACA: GBM6D76. **DATA: 14/04/2021. A PARTIR DAS: 11h.** Leilão: 94762. LOTE: 21252. LOC.: Loc.: Suzano/SP. DADOS DO LOTE: MARCA E MODELO: FIAT STRADA WORKING 1.4 (SINISTRADO MÉDIA MONTA). CHASSI: 9BD57814UGB045695. ANO FAB/MODELO: 2015/2016. PLACA: PWT4B47. **DATA: 14/04/2021. A PARTIR DAS: 11h.** Leilão: 94762. LOTE: 21253. LOC.: Loc.: Suzano/SP. DADOS DO LOTE: MARCA E MODELO: FIAT MOBI EASY 1.0 (SINISTRADO MÉDIA MONTA). CHASSI: 9BD341A4XJY487560. ANO FAB/MODELO: 2017/2018. PLACA: PZU4J79. **DATA: 14/04/2021. A PARTIR DAS: 11h.** Leilão: 94762. LOTE: 21255. LOC.: Loc.: Suzano/SP. DADOS DO LOTE: MARCA E MODELO: FIAT TORO FREEDOM AT 1.8 (SINISTRADO MÉDIA MONTA). CHASSI: 98822611XKKB93528. ANO FAB/MODELO: 2018/2019. PLACA: QON2B28. **DATA: 14/04/2021. A PARTIR DAS: 11h.** Leilão: 94762. LOTE: 21256. LOC.: Loc.: Suzano/SP. DADOS DO LOTE: MARCA E MODELO: HONDA FIT LX 1.4 (SINISTRADO MÉDIA MONTA). CHASSI: 93HGD18404Z103476. ANO FAB/MODELO: 2003/2004. PLACA: DIQ4B97. **DATA: 14/04/2021. A PARTIR DAS: 11h.** Leilão: 94762. LOTE: 21257. LOC.: Loc.: Suzano/SP. DADOS DO LOTE: MARCA E MODELO: VOLKSWAGEN GOL 1.0 GIV 1.0 (SINISTRADO MÉDIA MONTA). CHASSI: 9BWAA05W7CP015885. ANO FAB/MODELO: 2011/2012. PLACA: AUD5B79. **DATA: 14/04/2021. A PARTIR DAS: 11h.** Leilão: 94762. LOTE: 21258. LOC.: Loc.: Suzano/SP. DADOS DO LOTE: MARCA E MODELO: BMW 328I 3A51 2.0 (SINISTRADO MÉDIA MONTA). CHASSI: WBA3A5107EF974615. ANO FAB/MODELO: 2013/2014. PLACA: IVI4F00. **DATA: 14/04/2021. A PARTIR DAS: 11h.** Leilão: 94762. LOTE: 21259. LOC.: Loc.: Suzano/SP. DADOS DO LOTE: MARCA E MODELO: HONDA FIT LX CVT 1.5 (SINISTRADO MÉDIA MONTA). CHASSI: 93HGK5840FZ248355. ANO FAB/MODELO: 2015/2015. PLACA: FSO5H96. **DATA: 14/04/2021. A PARTIR DAS: 11h.** Leilão: 94762. LOTE: 21260. LOC.: Loc.: Suzano/SP. DADOS DO LOTE: MARCA E MODELO: CHEVROLET ONIX 1.4AT LTZ 1.4 (SINISTRADO MÉDIA MONTA). CHASSI: 9BGKT48V0JG248818. ANO FAB/MODELO: 2017/2018. PLACA: GDY0J04. **DATA: 14/04/2021. A PARTIR DAS: 11h.** Leilão: 94762. LOTE: 21261. LOC.: Loc.: Suzano/SP. DADOS DO LOTE: MARCA E MODELO: TOYOTA HILUX CDSRVA4FD 2.8 (SINISTRADO MÉDIA MONTA). CHASSI: 8AJBA3CDXM1644030. ANO FAB/MODELO: 2020/2021. PLACA: GFK6D69. **DATA: 14/04/2021. A PARTIR DAS: 11h.** Leilão: 94762. LOTE: 21262. LOC.: Loc.: Suzano/SP. DADOS DO LOTE: MARCA E MODELO: FORD KA 1.0 (SINISTRADO MÉDIA MONTA). CHASSI: 9BFBLZGDA7B630885. ANO FAB/MODELO: 2007/2007. PLACA: DHW7G82. **DATA: 14/04/2021. A PARTIR DAS: 11h.** Leilão: 94762. LOTE: 21263. LOC.: Loc.: Suzano/SP. DADOS DO LOTE: MARCA E MODELO: FIAT SIENA EL FLEX 1.0 (SINISTRADO MÉDIA MONTA). CHASSI: 9BD17202LA3569387. ANO FAB/MODELO: 2010/2010. PLACA: EPC3B70. **DATA: 14/04/2021. A PARTIR DAS: 11h.** Leilão: 94762. LOTE: 21264. LOC.: Loc.: Suzano/SP. DADOS DO LOTE: MARCA E MODELO: PEUGEOT 208 ALLURE EAT6 1.6 (SINISTRADO MÉDIA MONTA). CHASSI: 936CLNFNVJB034226. ANO FAB/MODELO: 2017/2018. PLACA: FYB4D34. **DATA: 14/04/2021. A PARTIR DAS: 11h.** Leilão: 94762. LOTE: 21265. LOC.: Loc.: Suzano/SP. DADOS DO LOTE: MARCA E MODELO: FORD FOCUS 2L FC FLEX 2.0 (SINISTRADO MÉDIA MONTA). CHASSI: 8AFTZZFFCCJ438855. ANO FAB/MODELO: 2011/2012. PLACA: EVS5C15. **DATA: 14/04/2021. A PARTIR DAS: 11h.** Leilão: 94762. LOTE: 21267. LOC.: Loc.: Suzano/SP. DADOS DO LOTE: MARCA E MODELO: HONDA CIVIC LX 1.7 (SINISTRADO MÉDIA MONTA). CHASSI: 93HES16502Z114127. ANO FAB/MODELO: 2002/2002. PLACA: DFL0J70. **DATA: 14/04/2021. A PARTIR DAS: 11h.** Leilão: 94762. LOTE: 43159. LOC.: Loc.: Suzano/SP. DADOS DO LOTE: MARCA E MODELO: CAMINHÃO MERCEDES-BENZ 715C (SINISTRADO MÉDIA MONTA). CHASSI: 9BM9790133B355764. ANO FAB/MODELO: 2003/2003. PLACA: DJQ4G60.

Tel.: (11) 4950-9400 E-mail: cac@superbid.net - Auditório: Av. Eng. Luís Carlos Berrini, 105, Edifício Berrini One, 4º andar, São Paulo/SP, CEP: 04571-010. LEILOEIRO: Sra. Maria Beatriz de Barros Santoro Vilela Moraes - JUCESP nº 1.126.
Os bens serão vendidos no estado em que se encontram. A descrição detalhada dos lotes e edital do leilão constam no site www.superbid.net ou no catálogo à ser distribuído no local do leilão.

SF 283 Participações Societárias S.A.

(em constituição)

Ata da AGC de Sociedade por Ações

Aos 10/12/2020, às 10h, na sede, SP/SP. **Convocação e Presença:** Totalidade. **Mesa**: Presidente: Sr. **Luis Guilherme de Souza Silva**; Secretário: Sr. **Lawrence Santini Echenique**. **Deliberações:** Deliberaram o quanto segue: **1.** Aprovar a constituição da Companhia, sob a denominação de **SF 283 Participações Societárias S.A. 2.** Aprovar, a subscrição de 400 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, emitidas por R$1,00 cada, totalizando um valor de R$400,00 e a integralização parcial de 10% do valor total dessas ações pelos acionistas fundadores. **3.** Aprovar o Estatuto Social da Companhia. Aprovar a eleição de (i) Sr. **Luis Guilherme de Souza Silva** para a posição de Diretor; (ii) Sr. **Lawrence Santini Echenique** para a posição de Diretor. O jornal para a publicação dos atos da Companhia será o Diário Oficial do Estado de São Paulo ou o Diário Oficial da União e um jornal local de grande circulação. **Encerramento**: Formalidades legais. Extrato da ata. São Paulo, 10/12/2020. Mesa: **Luis Guilherme de Souza Silva -** Presidente; **Lawrence Santini Echenique -** Secretário. Acionistas: Totalidade. **JUCESP/NIRE** nº 3530056391-3 em 29/01/2021. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

SF 284 Participações Societárias S.A.

(em constituição)

Ata da AGC de Sociedade por Ações

Aos 10/12/2020, às 10h, na sede, SP/SP. **Convocação e Presença:** Totalidade. **Mesa**: Presidente: Sr. **Luis Guilherme de Souza Silva**; Secretário: Sr. **Lawrence Santini Echenique**. **Deliberações:** Deliberaram o quanto segue: **1.** Aprovar a constituição da Companhia, sob a denominação de **SF 284 Participações Societárias S.A. 2.** Aprovar, a subscrição de 400 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, emitidas por R$1,00 cada, totalizando um valor de R$400,00 e a integralização parcial de 10% do valor total dessas ações pelos acionistas fundadores. **3.** Aprovar o Estatuto Social da Companhia. Aprovar a eleição de (i) Sr. **Luis Guilherme de Souza Silva** para a posição de Diretor; (ii) Sr. **Lawrence Santini Echenique** para a posição de Diretor. O jornal para a publicação dos atos da Companhia será o Diário Oficial do Estado de São Paulo ou o Diário Oficial da União e um jornal local de grande circulação. **Encerramento**: Formalidades legais. Extrato da ata. São Paulo, 10/12/2020. Mesa: **Luis Guilherme de Souza Silva -** Presidente; **Lawrence Santini Echenique -** Secretário. Acionistas: Totalidade. **JUCESP/NIRE** nº 3530056485-5 em 17/02/2021. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

SF 282 Participações Societárias S.A.

(em constituição)

Ata da AGC de Sociedade por Ações

Aos 10/12/2020, às 10h, na sede, SP/SP. **Convocação e Presença:** Totalidade. **Mesa**: Presidente: Sr. **Luis Guilherme de Souza Silva**; Secretário: Sr. **Lawrence Santini Echenique**. **Deliberações:** Deliberaram o quanto segue: **1.** Aprovar a constituição da Companhia, sob a denominação de **SF 282 Participações Societárias S.A. 2.** Aprovar, a subscrição de 400 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, emitidas por R$1,00 cada, totalizando um valor de R$400,00 e a integralização parcial de 10% do valor total dessas ações pelos acionistas fundadores. **3.** Aprovar o Estatuto Social da Companhia. Aprovar a eleição de (i) Sr. **Luis Guilherme de Souza Silva** para a posição de Diretor; (ii) Sr. **Lawrence Santini Echenique** para a posição de Diretor. O jornal para a publicação dos atos da Companhia será o Diário Oficial do Estado de São Paulo ou o Diário Oficial da União e um jornal local de grande circulação. **Encerramento**: Formalidades legais. Extrato da ata. São Paulo, 10/12/2020. Mesa: **Luis Guilherme de Souza Silva -** Presidente; **Lawrence Santini Echenique -** Secretário. Acionistas: Totalidade. **JUCESP/NIRE** nº 3530056367-1 em 27/01/2021. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

DocuSigned by:
Jornal Gazeta SP Ltda. - EPP
Assinado por: JORNAL GAZETA SP LTDA:04735364000170
CPF: 29513948889
Data/Hora da Assinatura: 28/04/2021 | 17:51:27 PDT
ICP Brasil
5146939EFE414F8FAB3A7733135E2CCF

PÁGINA CERTIFICADA. O JORNAL GAZETA SP LTDA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.gazetasp.com.br

DocuSign Envelope ID: 02ED7B38-9754-44BE-8E3C-2F4C30CAD5A3

AGASUS S.A.

CNPJ nº 04.212.396/0001-91

Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

Relatório da Administração: Em cumprimento das disposições legais, apresentamos as Demonstrações Financeiras, relativas aos exercícios findo em 31/12/2020 e exercício findo em 31/12/2019, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes. **A Administração.**

Balanços patrimoniais

	Nota	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	4	**21.705**	1.744	**22.046**
Contas a receber	5	**10.020**	6.019	**12.131**
Estoque	6	**2.059**	36	**8.070**
Adiantamentos a fornecedores		**1.785**	76	**1.785**
Impostos a recuperar		**341**	25	**343**
Créditos diversos	7	**-**	10	**5**
Despesas antecipadas		**484**	33	**484**
		36.394	7.943	**44.864**
Ativo não circulante				
Depósitos judiciais e cauções		**90**	90	**90**
Créditos diversos	7	**3.973**	3.581	**4.030**
Despesas antecipadas		**1.962**	62	**1.962**
Investimento	8	**518**	-	**-**
Imobilizado	9	**109.777**	61.557	**110.540**
Arrendamento mercantil - Direito de uso	10	**10.270**	6.339	**10.270**
intangível		**-**	546	**2.024**
		126.590	72.175	**128.916**
Total ativo		**162.984**	80.118	**173.780**

	Nota	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020
Passivo circulante				
Empréstimos e financiamentos	14	**30.702**	23.165	**34.667**
Fornecedores	11	**13.403**	2.968	**14.107**
Obrigações tributárias	12	**7.159**	2.813	**7.749**
Obrigações trabalhistas	13	**2.961**	1.185	**3.222**
Mútuo com antigos acionistas		**114**	245	**114**
Arrendamento mercantil-direito de uso	10	**2.427**	2.261	**2.427**
Outras Obrigações a pagar		**183**	206	**183**
		56.949	32.843	**62.469**
Passivo não circulante				
Empréstimos e financiamentos	14	**79.622**	27.076	**85.318**
Mútuo com antigos acionistas		**-**	114	**-**
Arrendamento mercantil-direito de uso	10	**8.276**	4.267	**8.276**
Outras Obrigações a pagar		**2.000**	-	**2.000**
		89.898	31.457	**95.594**
Patrimônio líquido				
Capital social	15.1	**15.584**	15.584	**15.584**
Reserva legal	15.2	**553**	234	**234**
Prejuízos acumulados		**-**	-	**319**
	15	**16.137**	15.818	**16.137**
Participação de acionistas não controladores		**-**	-	**(420)**
Total passivo e patrimônio líquido		**162.984**	80.118	**173.780**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

	Capital Social	Reserva Legal	Lucros acumulados	Total Controladora	Participação de não controladores	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2018	4.000	800	17.343	22.143	-	22.143
Aumento do capital social	11.584	(800)	(10.784)	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	2.495	2.495	-	2.495
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	-
Dividendos distribuídos	-	-	(8.820)	(8.820)	-	(8.820)
Constituição de reserva legal	-	234	(234)	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	15.584	234	-	15.818	-	15.818
Patrimônio Líquido de não controlares. Empresas adquiridas em 2020	**-**	**-**	**-**	**-**	**417**	**417**
Lucro líquido do exercício	**-**	**-**	**6.382**	**6.382**	**(837)**	**5.545**
Reserva legal		**319**	**(319)**	**-**	**-**	**-**
Dividendos distribuídos	**-**	**-**	**(6.063)**	**(6.063)**	**-**	**(6.063)**
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**15.584**	**553**	**-**	**16.137**	**(420)**	**15.717**

Demonstrações dos resultados

	Nota	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020
Receitas líquidas	16	**66.117**	44.540	**72.926**
Custo dos produtos e serviços vendidos	17	**(24.917)**	(21.373)	**(32.499)**
Resultado operacional bruto		**41.200**	23.167	**40.427**
Despesas administrativas e gerais	18	**(12.830)**	(5.810)	**(15.356)**
Despesas comerciais	19	**(3.054)**	(5.392)	**(3.068)**
Despesas tributárias		**(302)**	(216)	**(301)**
Outros resultados operacionais	20	**(4.280)**	835	**(799)**
Resultado operacional		**20.734**	12.584	**20.903**
Receitas financeiras	21	**2.229**	282	**2.275**
Despesas financeiras	21	**(10.934)**	(5.278)	**(11.687)**
Lucro antes da CSLL e IRPJ		**12.029**	7.588	**11.491**
IRPJ e CSLL - corrente	22	**(1.216)**	(5.093)	**(1.515)**
IRPJ e CSLL - diferido	22	**(4.431)**	-	**(4.431)**
Lucro do exercício antes da participação de não controladores		**6.382**	2.495	**5.545**
Lucro / (Prejuízo) do exercício atribuível a não controladores		**-**	-	**(837)**
Lucro / (Prejuízo) do exercício atribuível a controladores		**6.382**	2.495	**6.382**

Demonstrações dos resultados abrangentes

	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020
Resultado líquido do período	**6.382**	2.495	**6.382**
Outros resultados abrangentes	**-**	-	**-**
Resultado abrangente do período	**6.382**	2.495	**6.382**

Demonstrações dos fluxos de caixa

	Nota	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020
Atividades operacionais				
Lucro antes dos IRPJ e CSLL		12.029	7.588	12.328
Ajustes de receitas e despesas que não afetam caixa e equivalentes:				
Depreciação e amortização	9	15.987	15.056	16.029
Amortização de arrendamentos	10	3.524	1.710	3.524
Resultado de equivalência patrimonial	8	3.481	-	-
Resultado na baixa de bens		-	558	-
Provisão perda estimada de liquidação duvidosa	5	74	987	74
Juros sobre empréstimos	14	12.143	4.996	12.589
Apropriação de juros sobre arrendamentos		971	189	971
Outros Movimentações que não afetam caixa		-	259	-
		48.209	31.343	45.515
(Aumento) redução de ativos e aumento (redução) de passivos operacionais				
Contas a receber		(4.075)	(1.833)	(6.186)
Estoques		(2.023)	(14)	(8.034)
Adiantamentos a fornecedores		(1.709)	(62)	(1.709)
Impostos a recuperar		(315)	39	(317)
Créditos diversos		(382)	9	(444)
Despesas antecipadas		(2.351)	(95)	(2.351)
Cauções		-	(90)	-
Fornecedores		10.435	1.497	11.139
Obrigações trabalhista		1.776	-	2.037
Outras contas a pagar		1.977	140	1.977
Impostos e contribuições		(1.214)	-	(924)
Dividendos não pagos		-	2.183	-
Juros e encargos sobre empréstimos e financiamentos pagos	14	(10.884)	(4.528)	(11.221)
IRPJ e CSLL pagos		(88)	(3.790)	(88)
Caixa líquido originado nas atividades operacionais		39.356	24.799	29.394
Atividades de investimento				
Aquisição de investimentos	8	(3.999)	-	-
Aquisições e baixa de itens do ativo imobilizado	9	(63.957)	(42.748)	(64.762)
Aquisições e baixa de itens do ativo intangível		296	(546)	(1.727)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(67.660)	(43.294)	(66.489)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Aquisição de empréstimos com terceiros	14	101.753	21.258	112.000
Pagamento de empréstimos com terceiros	14	(42.929)		(43.624)
Pagamento de empréstimos com antigos acionistas		(245)	-	(245)
Pagamentos de arrendamento mercantil- direito de uso	10	(4.251)	1.710	(4.251)
Dividendos distribuídos	15.3	(6.063)	(8.820)	(6.063)
Capital de minoritário		-	-	(420)
Caixa líquido originado nas atividades de financiamentos		48.265	14.148	57.397
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa		19.961	(4.347)	20.302
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		1.744	6.091	1.744
Caixa e equivalentes de caixa no encerramento do exercício		21.705	1.744	22.046
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa		19.961	(4.347)	20.302

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

1. Contexto operacional: A Agasus S.A. ("Agasus" ou "Companhia"), sociedade anônima de capital fechado, com sede à Avenida Guido Caloi, nº 1985, galpão 23, Jardim São Luís, São Paulo, SP, CEP 05802-140 tem como principais atividades: locação de computadores, máquinas e equipamentos de informática, conserto de computadores; consultoria em tecnologia da informação; suporte técnico; manutenção e outros serviços em tecnologia da informação. Em maio de 2019 os acionistas da Companhia resolveram sem quaisquer restrições ou ressalvas promulgar a venda da Companhia para 220 Capital Investimentos e Participações S.A. ("220 Capital") detentora a partir de então de 100% do capital social da Companhia. Em julho de 2020 a Companhia adquiriu 80% das cotas da JR1 Informática EIRELI ("JR1") e 100% das cotas da Clicktech Informática EIRELI ("Clicktech"). Ambas empresas estão sediadas no município de Guarulhos-SP, atuam no comércio varejista especializado em equipamentos e suprimentos de informática, de eletrodomésticos, equipamentos de áudio e vídeo, equipamentos de telefonia, suporte técnico, manutenção e outros serviços de tecnologia da informação como, instalação de equipamentos, serviços de manutenção (*upgrade* ou *downgrade* dos equipamentos, instalação de software e substituição de packs). Em março de 2020, quando teve início a crise do COVID-19 (coronavírus) no Brasil, a Agasus adotou um plano de contingenciamento, conduzido por uma equipe multidisciplinar que trabalha pela prevenção e contenção da proliferação de forma mais assertiva da doença, bem como para manter a continuidade dos negócios da Companhia. A Companhia informa, ainda, que atendeu às determinações das autoridades competentes e implantou os seguintes processos em suas dependências: (i) Quarentena para os casos de riscos, e home office para quase a totalidade dos colaboradores; (ii) Transporte particular corporativo para os colaboradores de atividades essenciais na operação da Companhia; (iii) Higienização duas vezes ao dia, com cloro nos corredores de maiores movimentações; (iv) Limpeza de maçanetas e pontos de maiores contatos, de hora em hora; (v) Álcool em gel em todos os setores; e (vi) Testagem em massa nas dependências da Companhia para todos colaboradores de atividades essenciais. A Companhia atua na cadeia de fornecimento de tecnologia, o que inclui equipamentos de informática para usuários em home office. Apesar da incerteza econômica, a Companhia aumentou suas receitas, haja vista a grande demanda de mercado por locação de computadores para equipes em corporações que aderiram parcial ou integralmente ao home office. **2. Base de preparação: 2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas utilizando-se o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos instrumentos financeiros ativos e passivos, os quais são mensurados pelo valor justo e estão apresentadas em Real (R$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações apresentadas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo possível, exceto quando indicado de outra forma. As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria da Companhia em 31/03/2021. **2.2. Base de apresentação:** As práticas contábeis foram tratadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas. As demonstrações financeiras consolidadas nos períodos findos em 31/12/2020 e 2019 incluem as seguintes controladas, conforme demonstrado a seguir:

Empresas Controladas	Quantidade de ações detidas pela Agasus (em unidades)	Participação no capital social (%) 2020	2019	Atividades principais
JR1 informática Ltda.	160.000	**80%**	-	Revenda de Produtos de informática
CLICK TECH informática EIRELI	100.000	**100%**	-	Revenda de Produtos de informática

Controladas são todas as entidades, cujas políticas financeiras e operacionais podem ser conduzidas pela Companhia e quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. A existência e o efeito de eventuais potenciais direitos de voto, que sejam exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao avaliar se a Companhia controla outra entidade. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle cessa. **2.3. Uso de estimativas e julgamentos:** As demonstrações financeiras são elaboradas a partir de diversas bases de avaliação utilizadas nas premissas e estimativas contábeis, a partir de fatores objetivos e subjetivos, por meio do julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado. Estão apresentadas em moeda corrente, real, moeda funcional adotada pela Companhia. Os itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a análise de riscos para determinação de provisões, revisão da estimativa de vida útil dos bens do ativo imobilizado e intangível e análise de recuperação dos ativos de longo prazo. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas nas seguintes notas explicativas: • Nota 5 - Composições de clientes; • Nota 6 - Movimentação de ativo imobilizado. **3. Principais práticas contábeis adotadas:** As práticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas pela Companhia de forma consistente para todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. **3.1. Caixa e equivalentes de caixa:** Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, saldos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas das transações e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. **3.2. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços ou revenda no curso normal de suas atividades. A Agasus S/A concedeu prazo médio de pagamento de 58 dias em 2020 e de 59 dias em 2019, sendo esse prazo considerado pela Administração como parte das condições comerciais inerentes às operações, não caracterizando uma operação de financiamento. O contas a receber é apresentado pelo seu valor líquido deduzidos a provisão para devedores duvidosos realizadas no exercício, ao passo que o contas a receber por vencimento onde estão considerados títulos vencidos e a vencer são apresentados pelo faturamento realizado não deduzidos da provisão para perda de devedores duvidosos e não são avaliadas a valor presente no momento inicial do seu registro. A Agasus S/A adota como política contábil para registro de possíveis perdas de seus recebíveis, títulos vencidos acima de 120 dias, período considerado suficiente pela Administração para fazer face há eventuais perdas com clientes inadimplentes. **3.3. Estoques:** Os estoques são apresentados pelo menor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio, incluindo os impostos não recuperáveis, custos de transporte, seguro, manuseio e demais custos necessários para trazer os estoques às suas condições atuais. Para o cálculo do ajuste a valor presente, considera-se o custo médio de captação da Companhia. Quando necessário, os estoques são deduzidos de provisão para perdas, constituída pela Administração, em caso de desvalorização, obsolescência, baixa rotatividade de produtos e perdas de inventario. **3.4. Instrumentos financeiros:** As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado e quando indicado de outra forma. Sua mensuração subsequente, quando aplicável, ocorre a cada data de encerramento dos exercícios, de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros, sendo estes denominados como básicos ou como outros instrumentos e transações financeiras mais complexos. (I) Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desconhecimento: A Agasus reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação. A Agasus desconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Agasus transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Agasus em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado. A Agasus desconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Agasus tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. (II) Ativos financeiros não derivativos - mensuração: Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando método dos juros efetivos. (III) Passivos financeiros não derivativos - mensuração: Passivos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. **3.5. Tributação:** Após análise tributária, a Controladora optou por migrar do regime de lucro premido para Lucro Real em janeiro de 2020. O Imposto de renda e contribuição social são calculados com base nas normas e alíquotas previstas na legislação vigente atribuída a cada modalidade de tributo do Lucro Real para a controladora e lucro presumido para suas controladas. A migração do regime impactou diretamente na redução do pagamento de IRPJ e CSLL no ano corrente comparado a 2019. **3.6. Investimento:** Os investimentos em sociedades controladas são registrados e avaliados pelo método da equivalência patrimonial e são reconhecidas inicialmente pelo custo. Os ganhos ou as perdas são reconhecidos no resultado do exercício como receita ou (despesa) operacional nas demonstrações financeiras individuais. **3.7. Imobilizado:** Reconhecimento e mensuração: Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição. O custo dos ativos imobilizados inclui os gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição dos ativos. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas ou despesas operacionais no resultado. Depreciação: Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso. A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear no resultado do exercício, baseado na vida útil econômica, e leva em conta o tempo de vida útil estimado dos bens, com os respectivos valores residuais. Terrenos não são depreciados. As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Descrição	% - Taxa anual de depreciação
Edifícios	4%
Veículos	20%
Máquinas e Equipamentos	10%
Computadores e periféricos	20%
Moveis, utensílios e instalações	10%
Equipamentos de comunicação	20%
Sobressalente e ferramentas	20%
Benfeitorias imóveis de terceiros	10%

Reconhecidos como mudança de estimativa contábeis. O valor residual é avaliado anualmente pela Administração da Companhia, e são apurados com base na estimativa de recuperabilidade/venda deste ativo no mercado atual. Todo o impacto na estimativa de recuperabilidade terão efeitos prospectivos a sua avaliação. Os bens classificados como "Computadores e Periféricos" e "Equipamentos de Comunicação", estão representados em sua maioria em equipamentos locados aos clientes, lastreados em contratos de prestação de serviços, representando um porcentual de 91,6% sobre o total líquido de depreciação desses bens. **3.8. Intangível:** Os ativos intangíveis são reconhecidos pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável ("*Impairment*"), quando aplicável. A Companhia possui registrado no intangível, custos direito de uso de software.

Descrição	% - Taxa anual de Amortização
Licença de uso de *software*	5%

3.9. Impairment de ativos não financeiros: Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à amortização e ou depreciação, tais como ativos imobilizados e propriedades para investimento, são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Tais como: (i) Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor. (ii) Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento de juros ou principal. (iii) A Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria. (iv) Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira. (v) O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras. A Companhia avalia nas datas de encerramento dos exercícios se há evidência Impairment em seus ativos, e a perda por Impairment é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. **3.10. Empréstimos, financiamentos e debentures:** Os empréstimos e financiamentos e debentures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Apresentam o saldo devedor na data das demonstrações financeiras e contábeis, levando-se em consideração a taxa efetiva de juros. Os encargos são reconhecidos na demonstração de resultado na rubrica despesa financeira. **3.11. Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. **3.12. Benefícios a empregados e diretores:** A Companhia e suas controladas reconhecem um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em uma política que leva em conta o atingimento de metas anuais. Com base na política de remuneração, são avaliados os percentuais de atingimento das metas e então, é calculado e contabilizado o valor do bônus que será pago. **3.13. Arrendamentos IFRS:** O direito de uso dos ativos e o passivo dos arrendamentos são reconhecidos pelo valor futuro das contraprestações assumidas no contrato, trazidos ao valor presente líquido. O direito de uso dos ativos é amortizado em bases lineares pelo prazo vigente do contrato no resultado do exercício na linha competente a sua natureza ("Custo dos produtos vendidos" / "Despesas Administrativas" "Despesas Comerciais"), assim como as despesas de juros, correspondentes à amortização do ajuste ao valor presente líquido dos contratos, são alocadas no "Resultado financeiro". A depreciação do ativo de direito de uso é calculada pelo método linear de acordo com o prazo remanescente de cada contrato. A Companhia reconhece seu Ativo de direito de uso e Passivo de arrendamentos considerando as seguintes premissas: Operações com contratos firmados por mais de 12 meses entram no escopo da norma. A Companhia avaliou os aspectos de renovação em sua metodologia e por não identificar aspectos de renovação optou por não considerar as renovações do contratos, haja visto que os ativos envolvidos em sua operação não são indispensáveis para a condução de seus negócios, podendo ser substituídos ao término do contrato por novos ativos adquiridos ou por outras operações que não as mesmas pactuadas. Contratos que envolvam o uso de ativos subjacentes de baixo valor. Considera-se somente operações que envolvam ativos específicos definidos no contrato ou de uso exclusivo ao longo do período do contrato. Inclusão dos impostos recuperáveis na definição das contraprestações assumidas dos contratos em que seja aplicável. A metodologia utilizada na apuração do valor presente líquido dos contratos corresponde ao fluxo de caixa das contraprestações assumidas descontadas pela taxa de desconto definida para a classe do ativo. A taxa de desconto para o exercício findo em 31/12/2020 foi baseada nas taxas de juros livres de riscos observadas no mercado brasileiro e ajustadas à realidade da Companhia, para as operações de arrendamento de ativo imobilizado foi de 11,24% a 12,71%. As taxas foram obtidas por operações financiamentos para ativos dessas classes por meio de sondagens junto aos bancos que atendem à Companhia, líquidas de inflação. A mensuração para refletir qualquer reavaliação ou modificações do arrendamento será feita no mês de aniversário de um ano de cada contrato (reset), na qual a Companhia avaliará a necessidade de reajustes nos pagamentos mensais e anuais e, caso aplicável, os reajustes serão realizados no ativo contra o passivo de arrendamentos. **3.14. Reconhecimento da Receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela venda de ativos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida de impostos, devoluções, abatimentos e descontos. Geralmente, o montante de receitas brutas é equivalente ao valor das notas fiscais emitidas. O CPC 47 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e por quanto a receita é mensurada. O CPC 47 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) Receitas, CPC 17 (IAS 11) Contratos de Construção e a CPC 30 Interpretação A (IFRIC 13) Programas de Fidelidade com o Cliente. a) Venda de produtos e receitas com ressarcimento: A receita com venda e ressarcimento de produtos (Imobilizado) é reconhecida quando prováveis benefícios econômicos fluirão para entidade. A entrega não ocorre até que o comprador tenha aceitado os produtos de acordo com o contrato de venda; e as disposições de aceitação tenham sido acordadas ou a Companhia e suas controladas tenham evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos. b) Prestação de serviços: A receita é apresentada líquida de impostos incidentes sobre as vendas, sendo que eventual diferimento requerido em função de diferença de base contábil e fiscal do imposto é reconhecido em contrapartida da rubrica "Impostos diferidos". A receita diferida refere-se a contrato de parceria para plantio e está sendo apropriada de acordo com o prazo estipulado em contrato entre as partes. c) Receita financeira: A receita financeira é reconhecida com base no método da taxa de juros efetiva. **3.15. IFRSs novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis:** Não há normas CPC/IFRS ou interpretações ICPC/IFRIC aplicáveis à Companhia que ainda não entraram em vigor e que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

4. Caixa e equivalentes de caixa:

Descrição	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020
Caixa Geral/Contas Correntes - Bancárias	**1.514**	912	**1.586**
Aplicações Financeiras	**20.191**	832	**20.460**
Total	**21.705**	1.744	**22.046**

As aplicações financeiras em fundos DI possuem remuneração média em torno de 91,32% do CDI, liquidez imediata e sem perda quando do resgate. Os investimentos temporários são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

5. Contas a receber de clientes:

Descrição	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020
Clientes - Locação de Equipamentos e Serviços	**11.440**	7.486	**11.439**
Clientes - Vendas de equipamentos	**31**	72	**4.455**
Duplicatas descontadas	**-**	-	**(2.150)**
Conta a receber da JR1 (parte relacionada)	**162**	-	**-**
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	**(1.613)**	(1.539)	**(1.613)**
Total	**10.020**	6.019	**12.131**

6. Estoque:

Descrição	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020
Mercadorias Para Revenda	**127**	36	**6.138**
Almoxarifado	**973**	-	**973**
Estoque de Equipamentos em Poder de Terceiros	**959**	-	**959**
Total	**2.059**	36	**8.070**

7. Créditos diversos:

	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020
Adiantamentos a funcionários	**-**	10	5
Adiantamento de dividendos à 220 Capital Investimentos	**3.893**	3.581	3.893
Saldo a receber DFL Tecnologia Ltda.	**80**	-	80
Outros créditos	**-**	-	57
	3.973	3.591	4.035
Total curto prazo	**-**	10	**5**
Total longo prazo	3.973	3.581	**4.030**

8. Investimento: Em 31/07/2020, a Companhia celebrou contrato de compra e venda por meio do qual adquiriu 80% (oitenta por cento) das Quotas JR1 e 100% (cem por cento) das Quotas Click Tech, sendo o preço de aquisição, da seguinte forma: (i) R$2.000 (dois milhões de reais) na Data de Fechamento ("Parcela à Vista"); (ii) R$2.000 (dois milhões de reais) em 3 (três) parcelas anuais, iguais e sucessivas de R$667 (seiscentos e sessenta e sete mil reais), vencendo a primeira parcela no 1º (primeiro) aniversário da Data de Fechamento, e assim sucessivamente ("Parcelas a Prazo"). As Parcelas a Prazo serão reajustadas desde a Data de Fechamento até a data do efetivo pagamento de cada parcela com base no IPCA/IBGE, ou no índice que o substituir, caso venha a ser extinto. Ambas empresas estão sediadas no município de Guarulhos-SP, atuam no comércio varejista especializado em equipamentos e suprimentos de informática, de eletrodomésticos, equipamentos de áudio e vídeo, equipamentos de telefonia, suporte técnico, manutenção e outros serviços de tecnologia da informação como, instalação de equipamentos, serviços de manutenção (*upgrade* ou *downgrade* dos equipamentos, instalação de software e substituição de packs). Valor Contábil na data de aquisição 31/07/2020:

Empresas Controladas	JR1	CLICK TECH
Ativo	9.197	309
Passivo	7.109	3
Valor contábil do patrimônio líquido em 31.07.2020	2.088	306
Patrimônio Líquido	3.056	435
Resultado até 31.07.2020	1.694	147
Ativos e passivos identificados e não registrados CPC 15	(2.662)	(276)
Participação Agasus %	80%	100%
Participação Agasus R$	1.670	306

O "Goodwill" é registrado na conta de "Investimento" porque para a controladora faz parte do seu investimento na aquisição da controlada e como "ágio" no consolidado por se referir à expectativa de rentabilidade da controlada adquirida, custos ativos e passivos estão consolidados com os da controladora. Sendo assim, na controladora não existe ágio destacado, e no consolidado o ágio é registrado na rubrica de intangível. O ágio é um ativo que possui vida útil indefinida e deve ser testado anualmente ou sempre que existirem indícios de eventual perda de valor. Os ativos e passivos são agrupados em UGCs (Unidades geradoras de caixa) a fins de teste de impairment. Qualquer perda por impairment é registrada de imediato como perda na demonstração dos resultados e não é suscetível de reversão posterior. Quando da alienação de determinado ativo com respectivo ágio alocado, o valor atribuível de ágio é incluído na apuração do lucro ou prejuízo da alienação. Durante o período de mensuração, a controladora também deve reconhecer adicionalmente ativos ou passivos, quando a nova informação for obtida acerca de fatos e circunstâncias existentes na data da aquisição, a qual, se conhecida naquela data, teria resultado no reconhecimento desses ativos e passivos naquela data. O período de mensuração termina assim que o adquirente obtiver as informações que buscava sobre fatos e circunstâncias existentes na data da aquisição, ou quando ele concluir que mais informações não podem ser obtidas. Contudo, o período de mensuração não pode exceder a um ano da data de aquisição. A Companhia está preparando o laudo de PPA dentro do exercício fiscal de 2021, para alocação do ágio por rentabilidade futura, conforme legislação vigente. A Companhia entende que, não há evidência de perdas que justificaria amortização deste ágio no exercício de 2020. Saldo patrimonial das controladas em 31/12/2020:

Empresas Controladas	JR1	CLICK TECH
Ativo	**9.269**	**184**
Passivo	**11.366**	**11**
Patrimônio Líquido	**2.088**	**306**
Resultado de 01.08.2020 à 31/12/2020	**(4.185)**	**(133)**

Movimentação

Mapa de investimento	
Saldo investimento 31/12/2019	-
Registro Inicial JR1 31.07.2020	1.670
Registro Inicial CLICHTECH 31.07.2020	306
Registro Inicial Ágio de rentabilidade futura JR1 e Clicktech 31.07.2020	2.023
Equivalência patrimonial JR1 01.08.2020 até 31/12/2020	**(3.348)**
Equivalência patrimonial Clicktech 01.08.2020 até 31/12/2020	**(133)**
Saldo investimento 31/12/2020	**58**

9. Imobilizado: Durante o exercício de 2020 a Companhia contratou prestador de serviço tecnicamente capacitado, denominado Actius Sistemas e Controle Patrimonial Ltda, para realizar o inventário de 100% de seus Computadores e periféricos e Equipamentos de comunicação, com a finalidade de garantir a integridade e exatidão do custo histórico e saldo residual apresentado em 31/12/2020.

Controladora

Descrição	% - Taxa anual de depreciação	Imobilizado líquido 31/12/2019	Adições	Baixas	Transferência	Depreciação	Imobilizado líquido 31/12/2020
Veículos	20%	42	**-**	**(22)**	**-**	**(14)**	**6**
Máquinas e Equipamentos	10%	69	**9**	**(20)**	**-**	**(11)**	**47**
Computadores e periféricos	20%	52.415	**58.485**	**(493)**	**1.821**	**(11.670)**	**100.558**
Moveis, utensílios e instalações	10%	18	**39**	**-**	**-**	**(6)**	**51**
Equipamentos de comunicação	20%	6.557	**4.744**	**(60)**	**-**	**(4.036)**	**7.205**
Sobressalente e ferramentas	20%	1.821	**-**	**-**	**(1.821)**	**-**	**-**
Benfeitorias imóveis de terceiros	10%	635	**1.275**	**-**	**-**	**-**	**1.910**
Total imobilizado		61.557	**64.552**	**(595)**	**-**	**(15.737)**	**109.777**

Consolidado

Descrição	% - Taxa anual de depreciação	Imobilizado líquido 31/12/2019	Adições	Baixas	Transferência	Depreciação	Imobilizado líquido 31/12/2020
Edifícios	4%	-	**562**	**-**	**-**	**(10)**	**552**
Veículos	20%	42	**170**	**(22)**	**-**	**(40)**	**150**
Máquinas e Equipamentos	10%	69	**66**	**(20)**	**-**	**(15)**	**100**
Computadores e periféricos	20%	52.415	**58.493**	**(493)**	**1.821**	**(11.671)**	**100.565**
Moveis, utensílios e instalações	10%	18	**47**	**-**	**-**	**(7)**	**58**
Equipamentos de comunicação	20%	6.557	**4.744**	**(60)**	**-**	**(4.036)**	**7.205**
Sobressalente e ferramentas	20%	1.821	**-**	**-**	**(1.821)**	**-**	**-**
Benfeitorias imóveis de terceiros	10%	635	**1.275**	**-**		**-**	**1.910**
Total imobilizado		61.557	**65.357**	**(595)**	**-**	**(15.779)**	**110.540**

Os métodos de depreciação, o prazo de vida útil econômica e os valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativa contábeis. O impacto resultante na revisão do saldo residual ativo do imobilizado, foi de R$182 mil positivo no e exercício de 2020. O valor residual é avaliado anualmente pela Administração da Companhia, e são apurados com base na estimativa de recuperabilidade/venda deste ativo no mercado atual. Todo o impacto na estimativa de recuperabilidade terão efeitos prospectivos a sua avaliação. Os bens classificados como "Computadores e Periféricos" e "Equipamentos de Comunicação", estão representados em sua maioria em equipamentos locados aos clientes, lastreados em contratos de prestação de serviços, representando um porcentual de 91,6% sobre o total líquido de depreciação desses bens. No exercício de 2020 a Companhia contratou especialista, denominado Fercien Inovação e Gestão de Ativos Ltda, para apurar os indícios de Impairment, e concluiu com base em suas análises que a geração estimada de caixa é momentaneamente suficiente para remunerar os ativos da empresa, tendo em vista os resultados positivos registrados nos relatórios financeiros. Neste sentido, não foram encontradas evidências conclusivas da necessidade de constituição de Impairment, ou provisão de perdas por desvalorização de ativos operacionais. **10. Direito de uso sobre contratos de arrendamentos a pagar:** A Companhia adotou em 1º/01/2019, data da transição, as diretrizes do IFRS16/CPC06 (R2) - "Operações de Arrendamento Mercantil", que determina o reconhecimento, a partir da data da transição, do direito de uso do ativo arrendado e o passivo dos pagamentos futuros para todos os contratos de arrendamento mercantil ou operações com as mesmas características de um arrendamento, e que inclui o direito de controlar e obter os benefícios sobre o uso de determinado ativo (específicos), a menos que sejam enquadrados por algum tipo de isenção. A administração avaliou os impactos da nova norma e optou pela abordagem retrospectiva simplificada. Essa abordagem não impacta em lucros acumulados (patrimônio líquido) na data da adoção inicial, sendo os efeitos apresentados a partir de 1°/01/2019. Abordagem da transição: Na transição, os passivos de arrendamento serão mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes, descontados à taxa incremental sobre os seus empréstimos. Os ativos de direito de uso serão mensurados pelo valor igual ao passivo de arrendamento, ajustado pelo valor de quaisquer pagamentos de arrendamento antecipados ou acumulados referentes a esse arrendamento que tiver sido reconhecido no balanço patrimonial imediatamente antes da data da aplicação inicial. Procedimentos adotadas pela Companhia: A Companhia aplicou as práticos, como foi apresentado a seguir: (i) Definição de contrato de arrendamento na transição: a Companhia aplicou o CPC 06 (R2)/IFRS 16 a todos os contratos celebrados vigentes de 1º de janeiro de 2019 que foram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06 (R2)/IFRS 16. (ii) Contratos cujo prazo remanescente na data da adoção era igual ou inferior a 12 meses: a Companhia continuou reconhecendo os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como despesa em base linear ao longo do prazo do arrendamento. (iii) Contratos para os quais os ativos subjacentes eram de baixo valor: a Companhia continuou reconhecendo os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como despesa em base linear ao longo do prazo do arrendamento. (iv) Aplicação de uma taxa de desconto única à carteira de arrendamentos com características razoavelmente similares (tais como os arrendamentos com prazo de arrendamento remanescente similar para uma classe similar de ativo subjacente). (v) A Companhia analisou dentro das operações que se enquadram no escopo da norma os efeitos relativos às contingências e riscos de *Impairment* e não identificou impactos. Impactos no balanço patrimonial na adoção inicial. O principal impacto da adoção da nova norma está relacionado às operações de arrendamento, de terras florestais, além do arrendamento de imóvel administrativo e contratos de leasing operacional.

Efeito do IFRS 16 no balanço patrimonial

Ativo	2020	2019	Passivo	2020	2019
Circulante			**Circulante**		
Caixa	**(4.251)**		Passivos de arrendamentos	**2.427**	2.261
Imposto diferido	**213**				
Não circulante			**Não circulante**		
Direito de uso dos ativos	**13.407**	8.049	Passivos de arrendamentos	**8.276**	4.267
Amortização acumulada	**(3.137)**	(1.710)	**Patrimônio líquido**		
			Resultados acumulados	**(4.684)**	(189)
			Imposto diferido	**213**	-
Total	**6.232**	6.339	**Total**	**6.232**	6.339

Os contratos de operações de arrendamento da Companhia em 31/12/2020 e 31/12/2019 não possuem cláusulas de restrições que imponham a manutenção de índices financeiros, assim como não apresentam cláusulas de pagamentos variáveis que devam ser consideradas, ou cláusulas de garantia de valor residual e opções de compra ao final dos contratos.

11. Fornecedores:

	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020
Fornecedores nacionais	**13.403**	2.968	**14.107**
	13.403	2.968	**14.107**

Fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. O prazo médio de pagamento dos fornecedores é de 28 dias, prazo esse considerado como parte das condições comerciais normais e inerentes da Agasus S/A, por esse motivo, não foi aplicado qualquer ajuste a valor presente.

12. Obrigações tributárias:

	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020
Impostos federais: IRPJ & CSLL (nota 22)	**1.216**	2.280	**1.381**
IRPJ & CSLL diferido (nota 22)	**4.207**	-	**4.207**
PIS, COFINS e ICMS	**374**	519	**560**
Tributos federais retidos	**12**	13	**28**
Tributos Municipais retidos	**2**	1	**3**
Parcelamentos Tributos Estaduais	**1.216**	-	**1.216**
Parcelamentos Tributos Federais	**132**	-	**354**
Parcelamentos Tributos Municipais	**-**	-	**-**
	7.159	2.813	**7.749**

13. Obrigações trabalhistas:

	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020
FGTS	**63**	38	**73**
INSS	**192**	136	**225**
IRRF s/ Folha a Pagar	**102**	-	**102**
Férias1/3 constitucional e encargos	**887**	500	**1.053**
13º salário e encargos	**-**		**-**
Participação no resultado	**1.599**	511	**1.600**
Salários a pagar	**117**	-	**168**
Outros saldos a pagar	**1**	-	**1**
	2.961	1.185	**3.222**

A Agasus S/A, reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados para os funcionários, a qual é vinculada ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício. A provisão de férias tem como base, o reconhecimento dos períodos aquisitivos vencidos e proporcionais adquiridos pelos funcionários até a data do encerramento das demonstrações financeiras. O cálculo tem como base a remuneração de cada funcionário na data do encerramento do balanço, acrescido dos encargos sociais pertinentes.

14. Empréstimos, financiamentos e debentures: Controladora

Banco	Modalidade	Taxas	31/12/2019 Curto Prazo	31/12/2019 Longo Prazo	31/12/2019 Total	Contratações	Amortização e juros pagos	Juros acruados pagos	Juros acruados e não pagos	31/12/2020 Curto Prazo	31/12/2020 Longo Prazo	31/12/2020 Total
Aymore	Empréstimo	PRÉ 22,05 %aa	13	-	13	-	(14)	1	-	-	-	-
Daycoval	Leaseback	0,47% a.a	711	1.372	2.083	-	(719)	8	-	714	658	1.372
Daycoval	Leasing	17,54 à 16,70% a.a	716	253	969	-	(1.079)	110	-	-	-	-
BNDES	Empréstimo	8,6% a.a	1.289	967	2.256	-	(727)	82	-	1.611	-	1.611
Banco Do Brasil	Capital De Giro	10,01% à 10,7 % a.a	800	1.267	2.067	5.000	(3.397)	330	-	1.067	2.933	4.000
Banco Do Brasil	Empréstimo	21,7% a.a	375	625	1.000	-	(1.000)	-	-	-	-	-
Banco Do Brasil	Leasing	10,92% à 11,75% a.a	605	1.392	1.997	-	(797)	192	-	703	689	1.392
Banco Abc Do Brasil	Capital De Giro	CDI+12,00% aa	-	-	-	2.000	(2.142)	142	-	-	-	-
Banco Abc Do Brasil	Empréstimo	12,76% a.a	865	505	1.370	-	(1.370)	-	-	-	-	-
Bradesco	Empréstimo	6,31% a.a	1.488	1.488	2.976	9.979	(1.868)	381	-	2.175	9.293	11.468
Bradesco	Leasing	16,53% à 29,4% a.a	318	846	1.164	764	(495)	180	-	831	782	1.613
Hp Financial	Leasing	1,34% a.a	1.401	550	1.951	803	(2.374)	203	-	267	316	583
Itaú	Capital De Giro	12,6% a.a	1.530	881	2.411	4.478	(2.749)	338	-	624	3.854	4.478
Safra	Capital De Giro	17,49% a.a	84	-	84	-	(88)	4	-	-	-	-
Safra	Leasing	19,02% à 25,51% a.a	1.122	305	1.427	-	(1.621)	194	-	-	-	-
Santander	Empréstimo	12,8% a.a	-	-	-	10.000	-	-	-	1.762	8.238	10.000
Santander	Leaseback	12,6% à 15,8% a.a	6.631	11.667	18.298	9.658	(12.958)	2.962	-	8.710	9.250	17.960
Santander	Leasing	12,97% à 15,62% a.a	5.217	4.958	10.175	2.074	(10.404)	1.612	-	1.878	1.579	3.457
Banco Fibra	Empréstimo	12% a.a	-	-	-	3.000	(58)	58	-	250	2.750	3.000
Banco Sofisa	Empréstimo	10,2% a.a	-	-	-	1.500	(1.500)	-	-	-	-	-
Dll	Leasing	10,65% à 12,83% a.a	-	-	-	2.497	(1.001)	206	-	1.539	163	1.702
Debenture	Debenture	8,6% à 8,76% a.a	-	-	-	50.000	(7.452)	3.881	1.259	8.571	39.117	47.688
Total			23.165	27.076	50.241	101.753	(53.813)	10.884	1.259	30.702	79.622	110.324

Fluxo de pagamento

Período	Principal	Juros Previstos
01/01/2021 à 31/12/2021	30.336	10.512
01/01/2022 à 31/12/2022	31.172	7.280
01/01/2023 à 31/12/2023	22.075	4.326
01/01/2024 à 31/12/2024	8.847	2.667
01/01/2025 à 31/12/2025	14.755	1.778
01/01/2026 à 31/12/2026	1.879	357
Total	109.064	26.920

Consolidado

Banco	Modalidade	Taxas	31/12/2019 Curto Prazo	31/12/2019 Longo Prazo	31/12/2019 Total	Contratações	Amortização e juros pagos	Juros acruados pagos	Juros Acruados e não pagos	31/12/2020 Curto Prazo	31/12/2020 Longo Prazo	31/12/2020 Total
Aymore	Empréstimo	PRÉ 22,05 %aa	13	-	13	-	(14)	1	-	-	-	-
Daycoval	Leaseback	0,47% a.a	711	1.372	2.083	-	(719)	8	-	714	658	1.372
Daycoval	Leasing	17,54 à 16,70% a.a	716	253	969	-	(1.079)	110	-	-	-	-
BNDES	Empréstimo	8,6% a.a	1.289	967	2.256	-	(727)	82	-	1.611	-	1.611
Banco Do Brasil	Capital De Giro	10,01% à 10,7 % a.a	800	1.267	2.067	5.000	(3.397)	330	-	1.067	2.933	4.000
Banco Do Brasil	Empréstimo	21,7% a.a	375	625	1.000	-	(1.000)	-	-	-	-	-
Banco Do Brasil	Leasing	10,92% à 11,75% a.a	605	1.392	1.997	-	(797)	192	-	703	689	1.392
Banco Abc Do Brasil	Capital De Giro	CDI+12,00% aa	-	-	-	2.000	(2.142)	142	-	-	-	-
Banco Abc Do Brasil	Empréstimo	12,76% a.a	865	505	1.370	-	(1.370)	-	-	-	-	-
Bradesco	Empréstimo	6,31% a.a	1.488	1.488	2.976	9.979	(1.868)	381	-	2.175	9.293	11.468
Bradesco	Leasing	16,53% à 29,4% a.a	318	846	1.164	764	(495)	180	-	831	782	1.613
Hp Financial	Leasing	1,34% a.a	1.401	550	1.951	803	(2.374)	203	-	267	316	583
Itaú	Capital De Giro	12,6% a.a	1.530	881	2.411	4.478	(2.749)	338	-	624	3.854	4.478
Safra	Capital De Giro	17,49% a.a	84	-	84	-	(88)	4	-	-	-	-
Safra	Leasing	19,02% à 25,51% a.a	1.122	305	1.427	-	(1.621)	194	-	-	-	-
Santander	Empréstimo	12,8% a.a	-	-	-	10.000	-	-	-	1.762	8.238	10.000
Santander	Leaseback	12,6% à 15,8% a.a	6.631	11.667	18.298	9.658	(12.958)	2.962	-	8.710	9.250	17.960
Santander	Leasing	12,97% à 15,62% a.a	5.217	4.958	10.175	2.074	(10.404)	1.612	-	1.878	1.579	3.457
Banco Fibra	Empréstimo	12% a.a	-	-	-	3.000	(58)	58	-	250	2.750	3.000
Banco Sofisa	Empréstimo	10,2% a.a	-	-	-	1.500	(1.500)	-	-	-	-	-
Dll	Leasing	10,65% à 12,83% a.a	-	-	-	2.497	(1.001)	206	-	1.539	163	1.702
Debenture	Debenture	8,6% à 8,76% a.a	-	-	-	50.000	(7.452)	3.881	1.259	8.571	39.117	47.688
Itaú	Empréstimo	9,64% a.a	-	-	-	2.005	-	-	33	2.038	-	2.038
Itaú	Consórcio	16% a.a	-	-	-	26	-	-	-	13	13	26
Daycoval	Empréstimo	12,28% a.a	-	-	-	3.186	(126)	90	53	651	2.552	3.203
Abc Do Brasil	Empréstimo	7,60% a.a	-	-	-	4.000	(62)	62	23	892	3.131	4.023
Banco Do Brasil	Empréstimo	20% a.a	-	-	-	1.030	(844)	185	-	371	-	371
Total			23.165	27.076	50.241	112.000	(54.845)	11.221	1.368	34.667	85.318	119.985

Fluxo de pagamento

Período	Principal	Juros Previstos
01/01/2021 à 31/12/2021	34.196	11.430
01/01/2022 à 31/12/2022	33.424	7.792
01/01/2023 à 31/12/2023	24.389	4.579
01/01/2024 à 31/12/2024	10.009	2.702
01/01/2025 à 31/12/2025	14.756	1.778
01/01/2026 à 31/12/2026	1.879	357
Total	118.653	28.638

Continua...

DocuSigned by:
Jornal Gazeta SP Ltda. - EPP
Assinado por: JORNAL GAZETA SP LTDA:04735364000170
CPF: 29513948889
Data/Hora da Assinatura: 28/04/2021 | 17:51:32 PDT
ICP Brasil
5146939EFE414F8FAB3A7733135E2CCF

PÁGINA CERTIFICADA. O JORNAL GAZETA SP LTDA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.gazetasp.com.br

DocuSign Envelope ID: 02ED7B38-9754-44BE-8E3C-2F4C30CAD5A3

...Continuação

Os contratos de Leasing Financeiro estão garantidos por alienação fiduciária, tendo os bens adquiridos como garantia, e o capital de giro garantido com aval. Os contratos de empréstimos da Companhia e suas controladas não possuem cláusulas de *covenants* que que obriguem uma liquidação antecipada ou outras que precisam ser mencionadas nas demonstrações financeiras, com exceção as debêntures. Em 10/01/2020, a Companhia realizou sua 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em duas séries da Agasus S.A., sendo: • 1ª série 10/01/2020 com prazo de 48 parcelas no valor de R$30.000 (trinta milhões) com a primeira parcela de principal paga em agosto de 2020, sendo uma carência de seis meses; e • 2º série 10/01/2020 com prazo de 72 parcelas no valor de R$20.000 (vinte milhões) com a primeira parcela de principal a pagar em fevereiro de 2023 de 2020, sendo uma carência de 36 meses. O Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das debêntures e exigir de imediato o pagamento do valor tomado caso a Companhia não cumpra com o *covenants* relacionados à seguir: (i) Dívida Financeira Líquida Agasus/EBITDA: (a) Menor ou igual a 3,50 (três inteiros e cinquenta centésimos) nas verificações que ocorrerem entre 31/12/2019 (inclusive) e 30/06/2020 (inclusive); (b) Menor ou igual a 3,25 (três inteiros e vinte e cinco centésimos) nas verificações que ocorrerem entre 1º de julho de 2020 e 30/12/2020; (c) Menor ou igual a 3,00 (três inteiros) nas verificações que correrem entre 31/12/2020 (inclusive) até a Data de Vencimento 2ª Série. (ii) Dívida Financeira Líquida Consolidada/EBITDA: (a) menor ou igual a 4,50 (quatro inteiros e cinquenta centésimos) nas verificações que ocorrerem entre 31/12/2019 (inclusive) e 30/06/2020 (inclusive); (b) menor ou igual a 4,25 (quatro inteiros e vinte e cinco centésimos) nas verificações que ocorrerem entre 1º de julho de 2020 e 30/12/2020; (c) menor ou igual a 4,00 (quatro inteiros) nas verificações que ocorrerem entre 31/12/2020 (inclusive) e 29/06/2021; (d) menor ou igual a 3,75 (três inteiros e setenta e cinco centésimos) nas verificações que ocorrerem entre 30/06/2021 (inclusive) e 30/09/2021 (inclusive); (e) menor ou igual a 3,50 (três inteiros e cinquenta centésimos) nas verificações que ocorrerem entre 1º de outubro de 2021 e 31/12/2021 (inclusive); e (f) menor ou igual a 3,00 (três inteiros) a partir de 1º de janeiro de 2022 até a Data de Vencimento 2ª Série. A dívida consolidada é composta pela dívida da Agasus mais a dívida por conta da aquisição da Agasus que está no balanço da Holding 220 Capital Investimentos e Participações S.A. (iii) Valor total de Equipamentos/Dívida Financeira Líquida: maior ou igual a 1,00 (um inteiro); (iv) Prazo Médio dos Contratos Cedidos: não poderá, por dois trimestres consecutivos, ser inferior a 6 (seis) meses; (v) EBIT/Receita Líquida: deverá ser sempre maior que 22,50% (vinte e dois inteiros e cinquenta centésimos por cento); (vi) Crescimento da Receita Líquida: o somatório da variação da Receita Líquida não poderá, por dois trimestres consecutivos, apresentar crescimento inferior à variação positiva do IPCA no período, sendo que para fins do cálculo da Receita Líquida, serão excluídos os valores obtidos através da venda de ativos da Emissora; (vii) Variação do Backlog de receita contratada: o somatório da variação do Backlog em dois trimestres consecutivos não poderá apresentar redução equivalente ou superior a 10,00% (dez por cento). Para fins de clareza, se o Backlog apresentar variação negativa de 15,00% (quinze por cento) em um determinado trimestre e positiva de 5,00% (cinco por cento) no trimestre subsequente, o presente índice restará descumprido, uma vez que haverá uma variação negativa total de 10,75% (dez inteiros e setenta e cinco centésimos por cento) no período. O acompanhamento dos índices financeiros relacionados acima ocorrerá por todo o período de vigência da emissão, apurados trimestralmente com base na Demonstração Financeira Consolidada, revisões limitadas semestrais e/ou informações gerenciais trimestrais disponibilizadas pela Emissora ao Agente Fiduciário. **15. Patrimônio líquido: 15.1. Capital social:** O Capital Social da Companhia em 31/12/2020 e 31/12/2019 é de R$15.584, dividido em 4 milhões de quotas todas normativas, e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas. Em decorrência da venda da Agasus S/A, foi efetuado ao longo de 2019 novo aumento de capital, no montante de R$11.584, mediante capitalização dos lucros acumulados do exercício encerrado em 2018.

	2020	2019
220 Capital investimentos e participações S/A	100%	100%
	15.584	15.584

15.2. Reserva legal: A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76 até o limite de 20% do capital social. Em 2020 foi constituída a reserva legal no montante de R$319 (trezentos e dezenove) mil, totalizando R$553 (quinhentos e cinquenta e três) mil no exercício de 2020. **15.3. Remuneração aos acionistas:** O Estatuto social da Companhia prevê a distribuição de dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei, aos titulares de suas ações. Os dividendos são calculados de acordo com o Estatuto Social da Companhia e em consonância com a Lei das Sociedades por Ações. Durante o exercício de 2020 foi distribuído a ordem de R$6.063 (seis milhões e sessenta e três mil) aos acionistas.

16. Receita líquida:

	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020
Receita com locação	**69.746**	45.233	**69.749**
Receitas (HaaS)*	**49.303**	35.316	**49.303**
Receitas (CP)**	**20.443**	9.917	**20.446**
Receita com vendas de equipamentos	**2.517**	1.099	**10.264**
Outras Receitas	**539**	-	**539**
Receita com ressarcimento por perda, furto ou extravia	**278**	-	**278**
Receita com ressarcimento por danos - peças e serviços	**261**	-	**261**
(-) Tributos incidentes sobre as vendas	**(6.685)**	(1.773)	**(7.329)**
(-) Devoluções de vendas	**-**	(19)	**(297)**
	66.117	44.540	**72.926**

(*) Hardware as a service (HaaS), são receitas de locação de longo de longo prazo, com contratos acima de doze meses. (**) Curto prazo (CP), são receitas de curto prazo, com contratos menores que doze meses. **17. Custo dos produtos e mercadorias vendidas:**

	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020
Custos com serviços contratados	**3.295**	6.113	**10.836**
Despesas com folha de pagamento e benefícios	**3.888**	859	**3.888**
Depreciação e amortização	**17.734**	14.401	**17.775**
	24.917	21.373	**32.499**

18. Despesas Administrativas e gerais:

	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020
Despesas com serviços contratados	**4.845**	2.435	**6.527**
Despesas com folha de pagamento e benefícios	**8.306**	3.348	**9.150**
Depreciação e amortização	**(321)**	27	**(321)**
	12.830	5.810	**15.356**

19. Despesas comerciais:

	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020
Provisão para devedores duvidosos PDD	**74**	1.168	**74**
Perdas com créditos incobráveis	**452**	110	**452**
Despesas com folha de pagamento e benefícios	**1.472**	2.945	**1.486**
Despesas com vendas marketing e publicidade	**1.056**	1.169	**1.056**
	3.054	5.392	**3.068**

20. Outros resultados operacionais:

	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020
Residual na baixa por perda, furto ou extravio	**1.069**	(582)	**1.069**
Resultado na baixa de imobilizado - sucateamento	**-**	42	**-**
Resultado de equivalência patrimonial	**3.482**	-	**-**
Ganho em compra vantajosa	**-**	-	**-**
Outras receitas	**(271)**	(295)	**(270)**
	4.280	(835)	**799**

21. Resultado financeiro:

	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020
Receitas financeiras			
Juros ativos	**4**	12	**8**
Descontos obtidos	**1.948**	61	**1.990**
Rendimento de aplicação financeira	**277**	155	**277**
Multas contratuais ativas e outras	**-**	54	**-**
	2.229	282	**2.275**
Despesas financeiras			
Tarifas bancárias	**(497)**	(393)	**(511)**
Juros e multas passivas	**(1.692)**	(278)	**(2.424)**
Imposto sobre operações financeiras	**28**	(65)	**22**
Descontos concedidos	**(38)**	(17)	**(39)**
Encargos sobre leasing e arrendamento mercantil	**(1.893)**	(3.636)	**(1.893)**
Encargos sobre empréstimos - capital de giro	**(1.629)**	(604)	**(1.629)**
Encargos sobre financiamento - BNDES	**(82)**	(245)	**(82)**
Variação cambial passiva	**(5)**	(40)	**(5)**
Juros/encargos sobre debentures	**(4.579)**	-	**(4.579)**
Custos incorridos debenture	**(547)**	-	**(547)**
	(10.934)	(5.278)	**(11.687)**
Resultado financeiro	**(8.705)**	(4.996)	**(9.412)**

22. Imposto de renda e contribuição social:

	31/12/2020
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	12.029
Imposto de renda à alíquota nominal - 34%	(4.090)
Ajustes para demonstração da taxa efetiva:	
Arrendamentos Operacionais (CPC 06 (R2)/IFRS 16)	436
Arrendamentos Financeiros	(9.120)
Resultado de equivalência patrimonial	3.482
Diferença depreciação Gerencial x Fiscal	(3.254)
Outras provisões	74
Base de Tributação	**3.647**
Imposto de renda e contribuição social correntes do exercício	(1.216)
Imposto de renda e contribuição social diferido do exercício (a)	(4.431)
Imposto de renda e contribuição social - Controladora	**(5.647)**
Imposto de renda e contribuição social - Controladas	(299)
Imposto de renda e contribuição social - Consolidado	**(5.946)**

(a) O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras e sobre o prejuízo fiscal acumulado e base negativa de contribuição social. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Os ativos de impostos diferidos são reconhecidos na medida em que seja provável avaliação dos lucros tributáveis futuros que poderão ser usados na compensação prejuízo fiscal acumulado e base negativa de contribuição social, baseado em projeções de receita futura e preparadas com premissas internas e cenários econômicos futuros que podem ser alterados. **23. Instrumentos financeiros:** a) Gestão do risco de capital: A Administração da Companhia administra seu capital para assegurar que possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das obrigações e do patrimônio. b) Risco de crédito e de aplicação de recursos: É o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação às contas a receber) e de aplicação de recursos, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais, aplicações financeiras e outros instrumentos financeiros contratados. Em 31/12/2020 e 2019, o valor máximo exposto pela Companhia ao risco de crédito corresponde ao valor contábil das contas a receber de terceiros, demonstrado na nota explicativa nº 5. Quanto ao risco de aplicação de recursos, o valor exposto pela Companhia corresponde substancialmente aos saldos de depósitos bancários à vista, com valores descritos na nota explicativa nº 4. O risco de crédito nas atividades operacionais da Companhia é administrado por normas específicas de aceitação de clientes, análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente, os quais são revisados periodicamente. c) Risco de liquidez: A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos, administrando seu capital por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente, para que haja recursos financeiros disponíveis para o devido cumprimento de suas obrigações. d) Instrumentos financeiros não derivativos: Em 31/12/2020 e 2019, a Companhia possui os seguintes instrumentos financeiros não derivativos: Os instrumentos financeiros incluídos nesse grupo são saldos provenientes de transações comuns, como contas a receber, fornecedores, empréstimos e financiamentos, aplicações financeiras e caixa e equivalentes de caixa mantidos pela Companhia. Todos estão registrados pelos seus valores nominais acrescidos, quando aplicável, de encargos e taxas de juros contratuais, cuja apropriação das despesas e receitas é reconhecida no resultado do exercício. O quadro a seguir demonstra o saldo dos instrumentos financeiros mantidos pela Companhia em 31/12/2020 e 31 de dezembro 2019:

	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Nota
Ativos financeiros:				
Caixa e equivalentes de caixa	**21.705**	1.744	**22.046**	4
Contas a receber - terceiros	**10.020**	6.019	**12.131**	5
Outras contas a receber	**407**	3.591	**469**	7
Passivos financeiros:				
Fornecedores	**13.403**	2.968	**14.107**	11
Arrendamento mercantil - direito de uso	**10.703**	6.528	**10.703**	10
Empréstimos e financiamentos com terceiros	**114**	359	**114**	-
Empréstimos e financiamentos com bancos	**110.324**	50.241	**119.985**	14
Outras contas a pagar	**2.183**	206	**2.183**	-

24. Cobertura de Seguros: A Companhia adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, levando em consideração a natureza de sua atividade e a orientação de seus consultores de seguros. A cobertura dos seguros, em valores de 31/12/2020 e 31/12/2019, é demonstrada, por limite contratado, conforme segue:

	2020	2019
Responsabilidade civil de diretores, conselheiros e administradores	**35.000**	35.000
Seguro patrimonial - limite máximo de indenização (estoques)	**10.000**	4.000
Seguro Fiança	**4.968**	-
Responsabilidade Cibernética e Proteção de Dados	**3.000**	-

25. Partes relacionadas: Em 31.07.2020 a Agasus adquiriu a JR1 e assumiu o controle de suas atividades. Durante o exercício ocorreram apenas transações de compra e venda da Agasus para a JR1, com base nos valores negociados em mercado. Em 31.12.2020 a Agasus apresentava em aberto no contas a receber o saldo de R$ 162 mil reais que foi eliminado na apresentação do consolidado.

Diretoria

João Luis Pereira Lima Filho Diretor Presidente	**Rene Vaz de Almeida** Diretor Vice-Presidente	**Thomas Emmanuel Anduze Acher** Diretor Financeiro	**Karolina Aparecida Reis** Contadora - CRC - 1SP296883/O-6

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos Administradores da **Agasus S.A.** São Paulo - SP.
Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Agasus S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Agasus S.A. em 31/12/2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de março de 2021.

EY — **ERNST & YOUNG**
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6

Alexandre Aléo
Contador
CRC-1SP171687/O-1

A leitura na medida certa.

ANUNCIE:
11. 3729-6600

TDS INFORMÁTICA S.A.

CNPJ nº 02.231.701/0001-67

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: De acordo com as disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. os documentos relativos às Demonstrações Financeiras, compreendendo o período de 01 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2020, permanecendo à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Barueri, abril de 2021.

Balanços patrimoniais - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em Reais)

Ativo	Nota explicativa	2020	2019
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	14.430.203	13.746.447
Contas a receber	-	94.831	13.036
Outros créditos	-	8.362	8.362
		14.533.395	**13.767.845**
Não circulante			
Realizável a longo prazo	4	66.562	14.673
Imobilizado líquido	5	299.000	420.104
Intangível líquido	6	767.792	650.180
		1.133.354	**1.084.957**
Total do ativo		**15.666.750**	**14.852.802**

Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	2020	2019
Circulante			
Fornecedores	-	60.714	41.879
Obrigações tributárias	7	852.411	1.174.020
Obrigações trabalhistas	-	663.858	707.633
Outras Obrigacoes	-	**163.000**	-
		1.739.983	**1.923.532**
Patrimônio líquido			
Capital social	8.1	3.270.000	3.270.000
Reservas legal	8.2	654.000	654.000
Reserva de lucros	8.2	10.002.767	9.005.270
		13.926.767	**12.929.270**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**15.666.750**	**14.852.802**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em Reais)

	Capital social integralizado	Reserva Legal	Reserva De Lucros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	**3.270.000**	**654.000**	**11.550.607**	**15.474.607**
Resultado do exercício	-	-	7.054.663	**7.054.663**
Distribuição de lucros	-	-	(9.600.000)	**(9.600.000)**
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**3.270.000**	**654.000**	**9.005.270**	**12.929.270**
Resultado do exercício	-	-	4.524.828	**4.524.828**
Distribuição de lucros	-	-	(3.527.331)	**(3.527.331)**
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**3.270.000**	**654.000**	**10.002.767**	**13.926.767**

Demonstrações dos fluxos de caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em Reais)

	2020	2019
Lucro líquido antes das provisões tributárias	4.524.828	7.054.663
Itens que não afetam o caixa		
Depreciação e amortização	368.766	350.989
	4.893.594	**7.405.652**
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Contas a receber	(81.795)	(2.543)
Outras contas a receber	-	2.944
Realizável a longo prazo	(51.889)	156
Fornecedores	18.835	(3.581)
Obrigações trabalhistas e tributárias	(365.384)	(14.291)
Outras Obrigações	163.000	-
(=) Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	**(317.233)**	**(17.315)**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Compra de imobilizado	(42.624)	(44.764)
Compra de bens intangíveis	(322.650)	(478.150)
Perda de Investimento	-	1.542.000
(=) Caixa líquido gerado/ (aplicado) nas atividades de investimentos	**(365.274)**	**1.019.086**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamento de lucros distribuídos	(3.527.331)	(9.600.000)
(=) Caixa líquido consumido nas atividades de financiamentos	**(3.527.331)**	**(9.600.000)**
(=) Aumento/Diminuição líquido de caixa e equivalentes de caixa	**683.756**	**(1.192.577)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	13.746.447	14.939.023
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	14.430.203	13.746.447
(=) Aumento/Diminuição líquido de caixa e equivalentes de caixa	**683.756**	**(1.192.577)**

Demonstrações dos resultados abrangentes - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em Reais)

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	4.524.828	7.054.663
Total do resultado abrangente do exercício	**4.524.828**	**7.054.663**
Total do resultado abrangente atribuível a:		
Acionistas da Companhia	4.524.828	7.054.663
	4.524.828	**7.054.663**

Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em Reais)

	Nota	2020	2019
Receita bruta de serviços	9	28.900.854	36.023.060
Locação de equipamentos	9	663.284	529.276
(-) Impostos incidentes	9	(1.657.108)	(2.054.622)
(=) Receita líquida de serviço		**27.907.030**	**34.497.714**
(-) Custo dos serviços prestados	10	(17.632.356)	(17.880.533)
(=) Lucro bruto		**10.274.674**	**16.617.181**
(+/-) Despesas/receitas operacionais			
Despesas comerciais e administrativas	10	(4.522.113)	(4.430.520)
Despesas tributárias	-	(6.859)	(15.086)
(=) Lucro operacional antes do resultado financeiro		**5.745.702**	**12.171.575**
Baixa de Investimentos (CPFL)		-	(1.542.000)
Despesas financeiras	-	(7.779)	(26.247)
Receitas financeiras	-	309.437	612.469
Outras Receitas		1.775.255	
(=)Lucro antes da provisão para o imposto de renda e a contribuição social		**7.822.615**	**11.215.797**
Imposto de Renda e Contribuição social	11	(3.297.787)	(4.161.134)
(=) Lucro do exercício		**4.524.828**	**7.054.663**
Lucro por ação		**1.384**	**2.157**

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em Reais)

1. Contexto operacional: A TDS Informática S/A é uma Sociedade Anônima de Capital Fechado com sede na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, atua na prestação de serviços na Área de Informática, principalmente projeto e desenvolvimento de sistemas e treinamento, administração e operação de rede de captura e processamento de transações financeiras. A Companhia devido à pandemia da COVID-19 passou a operar com 85% do quadro de funcionários em teletrabalho. Além disso, aumentou seus esforços na expansão da base de terminais neste período, resultando em um crescimento de 20%, que viabilizará uma forte retomada pós-pandemia.

2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis: As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Companhias por Ações (LSA), nos pronunciamentos, nas orientações e nas interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Na elaboração das demonstrações contábeis é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes, determinações de provisões para Imposto de Renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo. Conforme definição do CPC 02, essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da TDS Informática S.A. Todas as informações financeiras divulgadas nas demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em Real. Na elaboração das demonstrações contábeis é necessário realizar julgamentos e utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas continuamente. As demonstrações contábeis incluem, portanto, estimativas referentes à provisões necessárias para, seleção de vidas úteis para ativo imobilizado e de sua recuperação nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, determinações de provisões para Imposto de Renda e Contribuição Social e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

Raul Issao Fukunaga
Diretor

Eduardo Ikeno
Contador - CRC/SP: 292387/O-0

Edital de Intimação - Prazo de 30 dias. Processo nº 0023041-19.2020.8.26.0576 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 5ª Vara Cível, do Foro de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo, Dr(a). Lincolin Augusto Casconi, na forma da Lei, etc. Faz saber a(o) Tiago Antonio da Silva, brasileiro, CPF 344.809.828-09, que por este Juízo, tramita de uma ação de Cumprimento de sentença, movida por Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais, CNPJ 61.198.164/0001-60, com sede na Av. Rio Branco, 1489, São Paulo/SP. Em razão de sentença que julgou procedente a ação principal – processo 1028671-15.2015.8.26.0576, foi apresentado pelo exequente planilha do débito de R$ 7.171,82, atualizado até 26/09/2020. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, §2º, IV do CPC, foi determinada a sua Intimação por Edital, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague a quantia de R$ 7.171,82 (sete mil cento e setenta e um reais e oitenta e dois centavos), devidamente atualizada, sob pena de multa de 10% sobre o valor do débito e honorários advocatícios de 10% (artigo 523 e parágrafos, do Código de Processo Civil). Fica ciente, ainda, que nos termos do artigo 525 do Código de Processo Civil, transcorrido o período acima indicado sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias úteis para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São José do Rio Preto, aos 16 de março de 2021.

9º OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE SÃO PAULO - FRANCISCO RAYMUNDO - E D I T A L - FAZ SABER a todos quantos este Edital virem ou dele conhecimento tiverem, que, nos termos do artigo 26, § 4º, da Lei 9.514/97, e por solicitação do credor fiduciário vem com fundamento nos artigos 26 e seguintes da Lei 9.514/97, e a pedido do(a) credor(a) fiduciário(a): **BANCO BRADESCO S.A.**, CNPJ n° 60.746.948/0001-12, com sede no Núcleo Administrativo denominado "Cidade de Deus", Vila Yara, Osasco/SP, **INTIMA** os devedores fiduciantes: **EDVONALDO MATIAS DA SILVA,** brasileiro, empresário, divorciado, RG N° 13.176.384, CPF/MF Nº 014.500.218-75, também na qualidade de representante legal de **HIDROCEM HIDRÁULICA E ELÉTRICA LTDA,** CNPJ N° 01.864.934/0001-34 e **MAIRA LOPES ARAUJO,** brasileira, professora, divorciada, RG N° 42.581.788-X-SSP/SP, CPF/MF Nº 345.985.988-16, para que no prazo de 15 dias, contados a partir da data da última publicação, efetue neste Registro de Imóveis, situado na Rua Augusta, nº 1058 - Cerqueira César-SP, a purgação da mora no valor de **R$ 1.278.500,69,** acrescida dos juros e encargos que vencerem até a data do efetivo pagamento. O não pagamento da quantia reclamada garante o direito de consolidação da propriedade do imóvel matriculado sob nº **60.078** deste Oficio, em favor da credora fiduciária. São Paulo, 28 de abril de 2021. (Protocolo 637.448)

2ª Vara Cível do Foro da Comarca de São Bernardo do Campo/SP
Processo 1017798-89.2015.8.26.0564 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - **BANCO BRADESCO S.A.** - Atlas Cortecero de Carvalho - **Faz Saber a Atlas Cortecero de Carvalho, CPF/MF 140.598.738-37**, expedido nos autos da ação de Execução de Título Extrajudicial (Contratos Bancários), movida por Banco Bradesco S/A, **objetivando a cobrança da quantia de R$ 62.049,94 (julho/2020)**, que será atualizada até a data do efetivo pagamento. Estando o mesmo em lugar ignorado, foi determinada sua **intimação por edit**al da penhora procedida sobre o bloqueio judicial SISBAJUD, no valor de R$ 2.217,84. Estando o executado em local ignorado, foi deferida sua intimação por edital, **para que em 15 dias**, a fluir após os 20 dias supra, **ofereça impugnação à penhora**, na ausência dos quais, prosseguirá nos seus ulteriores termos. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da Lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Bernardo do Campo, aos 13 de abril de 2021

Aviva Ambiental S.A.

CNPJ 28.799.267/0001-00

Demonstrações Contábeis - Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

Balanços patrimoniais	2020	2019
Ativo/Circulante	**2.836**	**4.441**
Caixa e equivalentes de caixa	1.584	3.597
Adiantamentos	180	31
Contas a Receber	23	–
Tributos a Recuperar	108	56
Dividendos a receber	544	544
Outras contas a receber	397	213
Não circulante	**9.169**	**7.628**
Partes relacionadas	3.968	2.867
Investimentos	5.187	4.704
Imobilizado	14	57
Total do ativo	**12.005**	**12.069**
Passivo e patrimônio líquido/Circulante	**220**	**160**
Fornecedores	36	21
Obrigações trabalhistas e sociais	77	79
Obrigações tributárias	11	4
Dividendos a pagar	95	56
Não circulante	**122**	**103**
Obrigações diferidas	122	103
Patrimônio líquido	**11.663**	**11.806**
Capital social	10.888	9.555
Reserva legal e de lucros	775	918
Reserva de capital	–	1.333
Total do passivo e do patrimônio líquido	**12.005**	**12.069**

Demonstrações dos resultados abrangentes	2020	2019
Lucro líquido do exercício	(104)	391
(=) Total do resultado abrangente do exercício	**(104)**	**391**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	Capital social	Reserva legal	Reservas de lucros	Reservas de capital	Lucros acumulados	Total
Saldos em 01/01/2019	**7.036**	**29**	**498**	**2.519**	**–**	**10.082**
Aumento de capital	1.333	–	–	–	–	1.333
Transferência para capital social	1.186	–	–	(1.186)	–	–
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	391	391
Reserva legal	–	20	–	–	(20)	–
Destinação do lucro	–	–	371	–	(371)	–
Saldo em 31/12/2019	**9.555**	**49**	**869**	**1.333**	**–**	**11.806**
Transferência para capital social	1.333	–	–	(1.333)	–	–
Distribuição de dividendos	–	–	(39)	–	–	(39)
Prejuízo do exercício	–	–	–	–	(104)	(104)
Destinação do prejuízo	–	–	(104)	–	–	(104)
Saldo em 31/12/2019	**10.888**	**49**	**726**	**–**	**–**	**11.663**

Demonstrações do resultado	2020	2019
Receita operacional líquida	255	229
Custo dos serviços prestados	(902)	(959)
Prejuízo bruto	**(647)**	**(730)**
Despesas/receitas operacionais: Gerais e administrativas	(377)	(664)
Resultado de equivalência patrimonial	724	1.524
	347	860
Lucro antes do resultado financeiro	**(300)**	**130**
Resultado financeiro líquido	283	360
Lucro antes dos impostos	**(17)**	**490**
Imposto de Renda e Contribuição Social e Diferidos	(87)	(99)
Lucro líquido do exercício	**104**	**391**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos fluxos de caixa	2020	2019
Lucro líquido do exercício	(104)	391
Itens que não afetam o caixa operacional		
Equivalência patrimonial	(724)	(1.524)
Depreciação	43	57
Perdas estimadas na realização de crédito	–	264
Lucro (prejuízo) líquido do exercício ajustado	**(785)**	**(812)**
Aumento/diminuição dos ativos e passivos operacionais		
Outras contas a receber	184	(189)
Adiantamentos	(149)	(31)
Tributos a recuperar	(52)	(56)
Aumento de clientes	(23)	–
Fornecedores	15	12
Obrigações trabalhistas e sociais	(2)	51
Obrigações diferidas	19	27
Obrigações tributárias	8	(31)
Caixa líquido (consumido) proveniente das atividades operacionais	**(785)**	**(1.029)**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Partes relacionadas	(1.267)	(1.468)
Imobilizado	–	(13)
Aportes em investimentos	–	(98)
Aumento de dividendos	39	–
Aumento do capital social	–	1.333
Ajustes no patrimônio de coligadas	–	251
Caixa liquido proveniente (consumido) nas atividades de investimentos	**(1.228)**	**5**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(2.013)**	**(1.024)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	3.597	4.621
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	1.584	3.597
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(2.013)**	**(1.024)**

Diretoria: Alexandre Ferreira Lopes
Luis Fernando de Morais - Contador - CRC 1SP 297593/O-0

DocuSigned by:
Jornal Gazeta SP Ltda. - EPP
Assinado por: JORNAL GAZETA SP LTDA:04735364000170
CPF: 29513948889
Data/Hora da Assinatura: 28/04/2021 | 17:51:37 PDT
ICP Brasil
5146939EFE414F8FAB3A7733135E2CCF

PÁGINA CERTIFICADA. O JORNAL GAZETA SP LTDA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.gazetasp.com.br

DocuSign Envelope ID: 02ED7B38-9754-44BE-8E3C-2F4C30CAD5A3

Instituto das Irmãs da Santa Cruz

CNPJ 57.035.933/0001-31 - Rua Antonio Furlan Junior, 127 - Casa Guadalupe Vila São Pedro, São Paulo, SP CEP 04676-020

Relatório da Administração de 2020

Fundado em 29 de março de 1952, o INSTITUTO DAS IRMÃS DA SANTA CRUZ ("IISC"), pessoa jurídica de direito privado, civil e religiosa, com natureza jurídica de associação, sem fins econômicos ou lucrativos, congrega como membros associados as Irmãs da Santa Cruz e personifica no Brasil a CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS DA SANTA CRUZ, instituição eclesiástica da Igreja Católica na modalidade canônica de Instituto de Vida Consagrada de âmbito internacional. Além de seus fins e atividades religiosos, o IISC também desenvolve fins e atividades educacionais, de ação social, de assistência social, solidariedade social e filantropia. O IISC, durante o ano de 2020, continuou o processo de aprimoramento e reorganização de seus serviços, atividades, programas e projetos socioassistenciais e organizacional. **I - AÇÃO SOCIAL, EDUCAÇÃO, ASSISTÊNCIA SOCIAL, ATIVIDADES E PROJETOS SOCIAIS.** A) EDUCAÇÃO (ASSISTÊNCIA SOCIAL): O COLÉGIO SANTA MARIA, mantido pelo IISC, tem como missão educar para conhecer, fazer, viver e ser, com vistas a formar uma sociedade atenta ao desenvolvimento sustentável, com lugar para todos e todas, aberta às diferenças e onde as pessoas sejam iguais em condições e direitos. O COLÉGIO SANTA MARIA possui 2.897 alunos na educação básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos), tendo concedido, durante o exercício de 2020, 33 bolsas gratuitas a alunos do Ensino Médio e 1.044 bolsas integrais na Educação de Jovens e Adultos (EJA), sendo 509 bolsas integrais no 1º semestre de 2020 e 535 bolsas integrais no 2º semestre de 2020), além de 198 bolsas de 50%, equivalente a R$ 8.444.679 de gratuidades concedidas. B) ASSISTÊNCIA SOCIAL: b.1 No Centro Santa Marta, o IISC mantém o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos ("SCFV"), no ano de 2020 iniciou atendendo 96 crianças e adolescentes, no decorrer do ano muitos usuários foram se desligando do serviço, terminando o ano com 85 matriculados. O serviço tem como objetivo as ofertas de convivência e de participação, além de propiciar o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Com a necessidade do distanciamento social, em razão da pandemia por Coronavírus, as atividades nos meses de abril a novembro, foram realizadas de forma virtual através de diferentes meios e mídias sociais. b.2. INVESTIMENTO SOCIAL: O IISC mantém o Programa de Investimento Social ("PIS"), onde apoia financeiramente organizações da sociedade civil, conforme preconiza a Resolução 27/2011 do Conselho Nacional de Assistência Social ("CNAS"), como forma de fortalecer e colaborar com a gestão, os projetos, os programas e os serviços. Durante o ano de 2020, o programa financiou 20 projetos atendendo a 20 organizações, com um investimento social total de R$ 1.532.060,77. b.3. ASSESSORAMENTO, DEFESA E GARANTIA DE DIREITOS: O programa mantido pelo IISC, tem como missão trabalhar com movimentos e pastorais sociais, grupos de povos tradicionais e organizações da sociedade civil. O objetivo do programa é fortalecer a participação, autonomia e o protagonismos desses públicos. Em 2020 as ações ocorreram de forma remota com atendimentos on-line, realização de webinário, para garantir o atendimento dos públicos prioritários. C) PROMOÇÃO HUMANA c.1. O CENTRO SANTA MARTA também desenvolve várias ações de promoção humana de convivência através da realização de oficinas de artesanato, bordado, pintura em tecidos, entre outras, para mulheres em situação de vulnerabilidade social. O ano de 2020 em virtude da pandemia por Coronavírus com distanciamento social, também alterou a forma do atendimento para realização de oficinas online com a participação de aproximadamente 70 usuárias durante o ano e com o apoio de 35 voluntárias. c.2 VOLUNTARIADO: O IISC conta com um quadro de voluntários que atuam principalmente no Centro Santa Marta e no Colégio. O ano de 2020 com a suspensão das atividades presenciais, a atuação do grupo de voluntários ocorreu prioritariamente de forma remota, através da participação/atendimentos em grupos de whats App com as usuárias do serviço, realizando palestras motivacionais, desafios e oficinas. **II - RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES.** A política de atuação do IISC preserva a independência do auditor, e compreende os seguintes pontos: (a) o auditor não audita seu próprio trabalho; (b) o auditor não exerce funções gerenciais, e (c) o auditor não promove os interesses de seu cliente. Os trabalhos de auditoria externa foram realizados pela Crowe Macro Auditores Independentes empresa devidamente registrada na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), que não prestou ao IISC outro tipo de serviço além da auditoria externa. **IV - AGRADECIMENTOS.** O IISC agradece as associadas, IRMÃS DA SANTA CRUZ, aos voluntários, professores, educadores, colaboradores, fornecedores e parceiros por seu empenho e disponibilidade nas realizações dos projetos, programas e serviços, em prol dos alunos, educandos, famílias, usuários, idosos, crianças e adolescentes.

São Paulo, 14 de abril de 2021.

A Administração

Diane Clay Cundiff, CSC - Presidente da Diretoria Geral do IISC

Balanço patrimonial dos exercícios findos em 31 de dezembro - Valores expressos em milhares de reais - R$

Ativo	Nota	2020	2019	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2020	2019
Circulante				**Circulante**			
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.407	1.646	Fornecedores e prestadores de serviços		1.114	811
Aplicações financeiras	6	197.692	212.152	Obrigações tributárias e trabalhistas	14	4.149	4.504
Contas a receber	7	1.337	503	Anuidades antecipadas	15	3.216	6.730
Estoques	8	1.129	794	Outras contas a pagar		803	898
Outros créditos	9	2.218	2.211			**9.282**	**12.943**
		203.783	**217.306**	**Não circulante**			
Não circulante				Provisões para contingências	16	314	1.693
Aplicações financeiras	6	100.237	86.912			**314**	**1.693**
Contas a receber	7	78	144	**Patrimônio líquido**	17		
Depósitos judiciais	10	11.028	10.480	Patrimônio social		382.336	370.516
Investimentos	11	4.358	4.442	Ajuste de avaliação patrimonial		256.385	256.817
Imobilizado líquido	12	333.071	334.462	Superávit acumulado		4.252	11.820
Intangível líquido	13	14	43				
		448.786	**436.483**			**642.973**	**639.153**
Total do ativo		**652.569**	**653.789**	**Total do passivo e patrimônio líquido**		**652.569**	**653.789**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Valores expressos em milhares de reais - (R$)

Descrição	Patrimônio social	Ajuste avaliação patrimonial	Superávit acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	**355.762**	**257.249**	**14.754**	**627.765**
Transferência resultado 2018	14.754	-	(14.754)	-
Realização do ajuste da avaliação patrimonial	-	(432)	432	-
Superávit do exercício	-	-	11.388	11.388
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**370.516**	**256.817**	**11.820**	**639.153**
Transferência resultado 2019	11.820	-	(11.820)	-
Realização do ajuste da avaliação patrimonial	-	(432)	432	-
Superávit do exercício	-	-	3.820	3.820
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**382.336**	**256.385**	**4.252**	**642.973**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados abrangentes dos exercícios findos em 31 de dezembro - Valores expressos em milhares de reais - (R$)

Descrição	Nota	Mantenedora	Educação	Social	Transferências	Total 2020
Receita operacional						
Educação		-	72.763	-	-	72.763
Venda de mercadorias		13	1.643	-	-	1.656
Outras receitas		13.785	1.986	525	(8.074)	8.222
Serviços voluntários	26	862	5	12	-	879
Isenção de contribuições sociais	18	2.287	11.695	119	-	14.101
Total receita		**16.947**	**88.092**	**656**	**(8.074)**	**97.621**
Deduções da receita						
Bolsas Lei 12.101/09		-	(8.445)	-	-	(8.445)
Bolsas convenção coletiva / institucionais		-	(2.877)	-	-	(2.877)
Serviços voluntários	26	(862)	(5)	(12)	-	(879)
Total deduções		**(862)**	**(11.327)**	**(12)**	**-**	**(12.201)**
Receita líquida		**16.085**	**76.765**	**644**	**(8.074)**	**85.420**
Custos dos serviços / mercadorias						
Custos com pessoal	19	(4.917)	(37.037)	-	-	(41.954)
Custos das mercadorias vendidas		(178)	(1.445)	-	-	(1.623)
Superávit bruto		**10.990**	**38.283**	**644**	**(8.074)**	**41.843**
Despesas operacionais						
Despesas com pessoal	20	(3.987)	(10.147)	(475)	-	(14.609)
Serviços de terceiros		(2.085)	(2.745)	(10)	-	(4.840)
Despesas gerais e administrativas	21	(4.440)	(4.369)	(33)	-	(8.842)
Outras despesas		(6.034)	(2.420)	(4)	8.074	(384)
Despesas tributárias (contribuições usufruídas)	18	(2.287)	(11.695)	(119)	-	(14.101)
Depreciação		(1.551)	(2.425)	(4)	-	(3.980)
Total despesas operacionais		**(20.384)**	**(33.801)**	**(645)**	**8.074**	**(46.756)**
Superávit (déficit) antes do resultado financeiro		**(9.394)**	**4.482**	**(1)**	**-**	**(4.913)**
Resultado financeiro líquido	22	7.251	1.485	(3)	-	8.733
Superávit (déficit) do exercício		**(2.143)**	**5.967**	**(4)**	**-**	**3.820**
Receita operacional	**Nota**	**Mantenedora**	**Educação**	**Social**	**Transferências**	**Total 2019**
Educação		-	74.329	-	-	74.329
Venda de mercadorias		60	2.807	-	-	2.867
Outras receitas		15.371	1.242	607	(10.857)	6.363
Serviços voluntários	26	730	34	33	-	797
Isenção de contribuições sociais	18	2.213	12.129	123	-	14.465
Total receita		**18.374**	**90.541**	**763**	**(10.857)**	**98.821**
Deduções da receita						
Bolsas Lei 12.101/09		-	(6.639)	-	-	(6.639)
Bolsas convenção coletiva / institucionais		-	(2.722)	-	-	(2.722)
Serviços voluntários	26	(730)	(34)	(33)	-	(797)
Total deduções		**(730)**	**(9.395)**	**(33)**	**-**	**(10.158)**
Receita líquida		**17.644**	**81.146**	**730**	**(10.857)**	**88.663**
Custos dos serviços / mercadorias						
Custos com pessoal	19	(4.235)	(36.635)	-	-	(40.870)
Custos das mercadorias vendidas		(178)	(2.401)	-	-	(2.579)
Superávit bruto		**13.231**	**42.110**	**730**	**(10.857)**	**45.214**
Despesas operacionais						
Despesas com pessoal	20	(4.357)	(10.431)	(481)	-	(15.269)
Serviços de terceiros		(3.398)	(3.357)	(35)	-	(6.790)
Despesas gerais e administrativas	21	(5.441)	(6.338)	(87)	-	(11.866)
Outras despesas		(8.661)	(2.896)	(17)	10.857	(717)
Despesas tributárias (contribuições usufruídas)	18	(2.213)	(12.129)	(123)	-	(14.465)
Depreciação		(1.544)	(2.373)	(4)	-	(3.921)
Total despesas operacionais		**(25.614)**	**(37.524)**	**(747)**	**10.857**	**(53.028)**
Superávit (déficit) antes do resultado financeiro		**(12.383)**	**4.586**	**(17)**	**-**	**(7.814)**
Resultado financeiro líquido	22	11.824	7.381	(3)	-	19.202
Superávit (déficit) do exercício		**(559)**	**11.967**	**(20)**	**-**	**11.388**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados abrangentes dos exercícios findos em 31 de dezembro - Valores expressos em milhares de reais - (R$)

	2020	2019
Superávit do exercício	**3.820**	**11.388**
Realização dos ajustes da avaliação patrimonial		
Propriedade para investimentos	50	50
Imobilizado	382	382
Total dos resultados abrangentes	**4.252**	**11.820**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro - Valores expressos em milhares de reais (R$)

Das atividades operacionais	2020	2019
Superávit do exercício	3.820	11.388
Ajustes para reconciliar o superávit do exercício com os recursos provenientes nas atividades operacionais		
Depreciações e amortizações	3.980	3.921
Valor residual do ativo imobilizado baixado	63	31
Constituição (reversão) de perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(141)	413
Reversão de provisão para contingência	(1.379)	734
	6.343	**16.487**
Redução/aumento nos ativos e passivos operacionais		
Redução (aumento) em aplicações financeiras	1.135	(9.865)
Redução (aumento) em contas a receber	(627)	207
Redução (aumento) em estoque	(335)	97
Redução (aumento) em outros créditos	(7)	(199)
Redução (aumento) em depósitos judiciais	(548)	(1.798)
(Redução) aumento em fornecedores e prestadores de serviços	303	(206)
(Redução) aumento em obrigações tributárias e trabalhistas	(355)	311
(Redução) aumento em anuidades antecipadas	(3.514)	(626)
(Redução) aumento em outras contas a pagar	(95)	(57)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	**2.300**	**4.351**
Das atividades de investimento		
Aquisições de ativo imobilizado	(2.539)	(3.899)
Investimentos em participações societárias	-	(1)
Caixa consumido nas atividades de investimento	**(2.539)**	**(3.900)**
Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	**(239)**	**451**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.646	1.195
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.407	1.646
Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	**(239)**	**451**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Valores expressos em milhares de reais (R$), exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto operacional: O Instituto das Irmãs da Santa Cruz ("IISC" ou "Instituto") pessoa jurídica de direito privado civil e religiosa, com natureza jurídica de associação, sem fins econômicos ou lucrativos, beneficente de assistência social, desenvolve fins e atividades educacionais, de assistência, filantrópicas e de solidariedade social, especialmente no campo da educação e da assistência social. O IISC, além de seus fins e atividades religiosas, tem as seguintes finalidades e objetivos sociais: a) Difundir a educação e o ensino, prestando serviços na área da educação por meio de estabelecimentos de ensino e congêneres em seus vários níveis escolares, que contribuam para uma formação cidadã e inclusiva e para a promoção e o desenvolvimento humano integral, oferecendo, inclusive, cursos livres, profissionalizantes e universitários e difundindo a educação para a cidadania; b) Dedicar-se à promoção humana, fornecendo proteção à família, à infância, à maternidade, à adolescência e à velhice, especialmente por meio de ações, serviços, projetos, programas e benefícios sócio assistenciais, no campo do atendimento, dirigido às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade ou risco pessoal e social, e nos campos do assessoramento e da defesa e garantia de direitos, dirigidos ao público da política de assistência social, inclusive por meio do assessoramento político, técnico, administrativo e financeiro a grupos, movimentos sociais e entidades ou organizações; c) Dedicar-se a atividades culturais e de comunicação social, como também desenvolver outras atividades de solidariedade social e filantrópicas, podendo inclusive atuar na prestação de serviços de assistência à saúde; d) Dedicar-se a atividades religiosas, envolvendo a congregação, a formação, a qualificação e a manutenção das associadas Irmãs da Santa Cruz, inclusive das que ainda não são associadas e que estão percorrendo as etapas de formação (postulantado e noviciado) para fazer a profissão religiosa (votos públicos) e das Irmãs da Santa Cruz que perderam sua capacidade civil, assim como dedicar-se ao desenvolvimento de atividades pastorais, de evangelização e apostolado. O IISC é constituído exclusivamente por pessoas físicas, em número ilimitado, é administrado e fiscalizado por uma Assembleia Geral, um Conselho Deliberativo e um Conselho Fiscal. O patrimônio social do IISC é constituído pelos bens móveis, imóveis e semoventes, corpóreos e incorpóreos, pelos legítimos direitos que possua ou venha possuir, pelos donativos e legados e pelos recursos auferidos pela entidade. O IISC não distribui seus recursos, resultados e patrimônio, aplicando-os no território nacional para a manutenção e desenvolvimento de suas finalidades e atividades inclusive para a concessão de gratuidades aos beneficiários e/ou usuários das políticas públicas de educação e assistência social. Em caso de dissolução ou extinção o eventual patrimônio remanescente será destinado à outra entidade sem fins lucrativos congênere ou a entidade pública. O IISC é declarado de Utilidade Pública Estadual, conforme Decreto nº 39.179, de 5 de outubro de 1961, retificada pelo Decreto nº 17.376, de 23 de julho de 1981; de Utilidade Pública Municipal (São Paulo), conforme Decreto nº 16.012, de 11 de julho de 1979, reconhecido pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) como Entidade Beneficente de Assistência Social conforme Processo nº 71010.004759/2006-94 e registros devidamente regularizados no COMAS SP - Inscrição nº 818/2012 e CMDCA SP - Registro nº 1834/2014. O IISC, na condição de Entidade Beneficente de Assistência Social, goza de imunidade tributária, prevista na Constituição Federal, no que se refere ao seu patrimônio, renda, serviços e contribuições sociais, para o desenvolvimento de seus objetivos, atendendo aos requisitos legais que asseguram esta imunidade. Possíveis impactos da pandemia: A pandemia COVID-19 começou no país de forma significativa desde meados de março, e com a implantação do isolamento social. A ausência das atividades presenciais gerou impactos no resultado operacional do Colégio, com o cancelamento dos cursos extracurriculares e integral, e cessão das vendas relacionadas a Cantina e Refeitório. **2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis: 2.1 Declaração de conformidade com relação às práticas contábeis:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo as disposições da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº. 2015/ITG2002(R1), que aprovou a interpretação técnica ITG 2002 (R1) "Entidades sem fins de lucros". As demonstrações financeiras foram aprovadas pela administração em 14 de abril de 2021. **2.2 Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado e o imobilizado que está mensurado pelo custo atribuído pelo valor justo menos a depreciação acumulada e provisão com desvalorização de ativo. **2.3 Moeda funcional:** Essas demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R$), que é a moeda funcional do IISC. Todas as informações apresentadas em reais foram arredondadas para milhares, exceto quando indicado de outra forma. **2.4 Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas financeiras são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. **3. Formalidades da escrituração contábil - Resolução 1.330/11 (ITG 2000):** O IISC mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico. Os registros contábeis contêm o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos. As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, serão transcritas no Livro "Diário" do Instituto, e posteriormente registrado no Cartório de Registros de Pessoas Jurídicas. A documentação contábil do IISC é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apoiam ou compõem a escrituração contábil. A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos "usos e costumes" e mantêm em boa ordem a documentação contábil. **4. Resumo das principais práticas contábeis:** As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração dessas demonstrações financeiras são: (a) **Instrumentos financeiros:** Conforme o IFRS 9 / NBC TG 48, no reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado em: a custo amortizado; valor justo por meio dos outros resultados abrangentes ("VJORA") - instrumento de dívida; VJORA - instrumento patrimonial; e valor justo por meio de resultado ("VJR"). A classificação dos ativos financeiros segundo o IFRS 9 / NBC TG 48 é substancialmente estabelecida conforme o modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. As novas políticas contábeis significativas estão descritas a seguir: Ativos financeiros a custo amortizado - Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e perdas são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado a VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e • seus termos contratuais geram em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 o Instituto não mantinha transações com derivativos ou com instrumentos de rendimentos variáveis. Os valores mobiliários são atualizados pelos juros incorridos até a data de encerramento das demonstrações financeiras, não ultrapassando o valor de mercado. Os ativos financeiros do Instituto são substancialmente representados por caixa e equivalentes de caixa (Nota 5) e aplicações financeiras com remuneração atrelada à variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (Nota 6), classificadas ao valor justo por meio do resultado, além de anuidades e parcelas a receber (Nota 7), classificados como mensurados subsequentemente ao custo amortizado. A adoção do IFRS 9 / NBC TG 48 não resultou em modificações nas demonstrações financeiras. Conforme o IFRS 9 / NBC TG 48, no reconhecimento inicial, os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. Os passivos financeiros do Instituto estão substancialmente representados por fornecedores e outras contas a pagar, os quais estão classificados como mensurados subsequentemente ao custo amortizado. Em relação aos passivos financeiros, a adoção do IFRS 9 / NBC TG 48 não resultou em modificações nas demonstrações financeiras. **Perda por redução ao valor recuperável (*Impairment*):** Perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito baseados nas perdas históricas e projeções de premissas relacionadas. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos ao Instituto de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Instituto espera receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. Em conformidade com a substituição do modelo de perdas incorridas por perdas esperadas, a Administração concluiu que a metodologia já adotada está aderente ao modelo de perdas esperadas e, portanto, a adoção inicial do IFRS 9 / NBC TG 48 a partir de 1º de janeiro de 2018 não apresentou impactos relevantes na mensuração da provisão para perdas em contas a receber de anuidades e parcelas a receber. **(b) Caixa e equivalente caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor. **(c) Aplicações financeiras:** As aplicações financeiras, são compostas por títulos e valores mobiliários, registrados no ativo circulante e não circulante, são instrumentos financeiros classificados ao valor justo por meio do resultado. **(d) Contas a receber:** Refere-se ao montante a receber dos contratantes da prestação de serviços de ensino e hospedagem. É registrado pelo valor contratado reduzido das gratuidades e descontos concedidos. A perda esperada com créditos de liquidação duvidosa está constituída no montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos valores a receber. **(e) Ajuste a valor presente:** A administração analisa suas contas de ativos e passivos de curto e longo prazo, com relação a valores realizáveis no futuro, prazos de liquidação, vencimento e possíveis taxas de desconto, considerando a relevância dos saldos e transações, para identificação e mensuração de possíveis ajustes a valor presente. Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 não há ajustes desta natureza. **(f) Imobilizado:** É composto por imóveis, veículos, computadores, servidores mantidos para gerenciamento das informações e banco de dados, móveis e utensílios para manter as atividades das unidades operacionais. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens, deduzido das respectivas depreciações, calculadas pelo método linear, de acordo com as vidas úteis estimadas às taxas mencionadas na nota explicativa n° 12. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. Os valores contábeis de itens ou peças substituídas são baixados. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. O valor residual dos itens do imobilizado é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o saldo residual excede o valor recuperável. **(g) Redução ao valor recuperável dos ativos (ativos não financeiros):** Os ativos registrados no imobilizado sofreram as análises internas e externas previstas na NBC TG 01 (R4) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, afim de avaliar a necessidade de serem constituídas eventuais provisões para redução do valor recuperável. **(h) Anuidades antecipadas:** Refere-se a parcelas de anuidades e/ou mensalidades, matrículas recebidas antecipadamente. São alocadas ao resultado do exercício mensalmente pelo regime de competência, à medida que as atividades pedagógicas são realizadas. **(i) Fornecedores e outras contas a pagar:** Os fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, são apresentadas como passivo não circulante. São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. **(j) Provisões para contingências:** As provisões são reconhecidas quando o Instituto tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. **(k) Demais ativos e passivos (circulantes e não circulantes):** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor das operações e seu custo ou valor possa ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. **(l) Apuração do resultado:** O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios. Reconhecimento da receita: O reconhecimento da receita ocorre quando o valor é mensurado com segurança através de contratos de prestação de serviços e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para as atividades. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços educacionais e hospedagem no curso normal das atividades do IISC. A receita é apresentada líquida de devoluções, abatimentos e descontos e são creditadas no resultado quando as atividades pedagógicas são efetivamente prestadas ao aluno. Reconhecimento das despesas: As despesas de qualquer natureza são registradas com base no princípio da competência, o qual leva em conta o fato gerador do evento. As transferências existentes entre outras receitas e despesas, referem-se ao repasse de recursos entre as unidades de negócios, as quais se anulam, não gerando assim impacto no resultado do exercício. **(m) Mensuração das gratuidades:** O benefício concedido como gratuidade educacional, na concessão de bolsas integrais e parciais, por meio da prestação de serviços educacionais, foi praticado em conformidade com a Lei 12.101/09, que trata das entidades beneficentes de assistência social, sem finalidades de lucros. No âmbito da assistência social as gratuidades concedidas referem-se ao custo efetivo para a manutenção do serviço sócio assistencial. **(n) Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações: Alterações das normas que foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2019: • IFRS 16 - Arrendamentos (NBC TG 06 (R3) Arrendamentos):** A nova norma substitui o IAS 17 - "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações e determina que os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. Essa norma entrou em vigor a partir de 1º. de janeiro de 2019. O Instituto avaliou o novo pronunciamento e, considerando as suas transações atuais, não identificou mudanças que pudessem ter impacto relevante sobre as demonstrações financeiras. **5. Caixas e equivalentes de caixa:**

Descrição	2020	2019
Caixa	28	22
Bancos	141	219
Aplicações financeiras	1.238	1.405
Total	**1.407**	**1.646**

As aplicações financeiras incluem certificados de depósitos bancários e títulos emitidos e compromissados de instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"). Estão sendo classificados no caixa e equivalentes caixa por possuírem prazo para resgate não superior a três meses, contados da data da aplicação, e não haver risco de mudança de valor em caso de resgate antecipado. **6. Aplicações financeiras:**

Descrição - Circulante	2020	2019
Fundos de renda fixa	72.495	78.867
Fundos multimercados	38.624	35.285
CCB - China Construction Bank	17.929	6.891
Votorantim	16.313	14.823
Itaú	11.004	21.820
Santander	10.798	8.823
FIDC Multisetorial	9.122	8.726
Caixa Econômica Federal	9.114	8.634
Safra	8.445	20.496
Daycoval	3.236	3.018
Debentures	542	1.110
Bradesco (HSBC)	70	3.659
Circulante	**197.692**	**212.152**

Descrição - Não circulante	2020	2019
Credit Suisse Hedginf-Griffo	38.282	34.293
Safra	35.486	21.116
BVA (Massa falida)	18.232	18.232
Provisão para perda em aplicação - BVA	(18.232)	(18.232)
XP Investimentos	11.731	5.835
CRI - Certificados de Recebíveis Imobiliários	9.601	10.517
Daycoval	3.930	3.500
BMG	1.178	1.091
SICOOB - Sistema de Cooperativas	29	28
CCB - China Construction Bank	-	10.532
Não circulante	**100.237**	**86.912**

Os títulos e valores imobiliários referente as aplicações financeiras são compostas por CDBs, Debentures, Letras Financeiras entre outros. Obteve-se um retorno médio de 4,63% em 2020 e 8,39% em 2019. A parcela do longo prazo refere-se a vencimentos acima de 360 dias. Estes recursos são aplicados integralmente no País, no cumprimento das finalidades institucionais do IISC, nos termos artigo 14 do Código Tributário Nacional. **7. Contas a receber:**

Descrição	2020	2019
Anuidades e parcelas a receber	5.321	4.663
Cheques (devolvidos/apresentar)	230	195
(-) Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(4.214)	(4.355)
Total	**1.337**	**503**
Anuidades e parcelas a receber longo prazo	**78**	**144**

Aging List Anuidades a receber	2020	2019
Parcelas a receber 2015	-	684
Parcelas a receber 2016	389	558
Parcelas a receber 2017	507	697
Parcelas a receber 2018	798	839
Parcelas a receber 2019	750	1.772
Parcelas a receber 2020	2.328	113
Parcelas a receber após 2020	549	-
Total	**5.321**	**4.663**

Para reduzir o risco de crédito, a administração do IISC, adota como prática a análise detalhada e acompanhamento permanente do seu saldo devedor. As perdas esperadas em crédito de liquidação duvidosa são avaliadas com base na análise individual das parcelas em aberto, que contempla histórico de perdas e avaliação dos consultores jurídicos. **Movimentação das perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa:**

Movimentação das perdas:	2020	2019
Saldo inicial	**(4.355)**	**(3.942)**
Baixas	1.087	605
Reversões	378	396
Adições	(1.324)	(1.414)
Saldo final	**(4.214)**	**(4.355)**

8. Estoques:

Descrição	2020	2019
Livros	571	-
Uniformes	240	320
Material escolar	150	298
Material expediente	69	75
Limpeza	49	46
Refeitório	47	42
Cantina	3	3
Outros	-	10
Total	**1.129**	**794**

Os estoques estão representados, substancialmente, por materiais didáticos e uniformes escolares, avaliados pelos custos médios de aquisição. Nenhuma redução ao valor realizável líquido dos estoques foi reconhecida em 2020 e 2019. **9. Outros créditos:**

Descrição	2020	2019
Shopping Lajeado/ CRI Suzano/ CRI Kroton **(i)**	1.533	927
Adiantamento a fornecedores	113	481
RSC Hospedagem	54	38
Cobrança e administradoras de cartões	273	442
Adiantamentos de salários, férias e 13º	178	200
Despesas antecipadas	13	33
Demais créditos	54	90
Total	**2.218**	**2.211**

(i) Valores devidos e não recebidos pelo - CRI Lajeado Certificados de Recebíveis Imobiliários da 86ª Série da 1ª Emissão - CRI Suzano Certificados de Recebíveis Imobiliários da 80ª Série da 1ª Emissão - CRI Kroton Certificados de Recebíveis Imobiliários da 81ª Série da 1ª Emissão. **10. Depósitos judiciais:**

Descrição	2020	2019
Depósito judicial ISS / IPTU (i)	9.878	9.878
Depósito judicial INSS - cota patronal (ii)	342	342
Depósito judicial COFINS (ii)	120	120
Depósito judicial trabalhista	688	140
Total	**11.028**	**10.480**

Os depósitos judiciais referem-se aos depósitos recursais de ações trabalhistas e tributárias registrados pelo valor de origem no ativo do IISC. (i) Depósito para anulação de cobrança de ISS dos anos de 2007 a 2009 mediante reconhecimento da imunidade em razão do preenchimento dos requisitos arrolados pelo art. 14 do CTN e depósito para anulação de cobrança de IPTU por reconhecimento da imunidade. (ii) Valores depositados em juízo em 1999, até obtenção de liminar, afastando essa necessidade àquela época, de ação ajuizada objetivando a declaração de inexistência de relação jurídico-tributária que obrigue ao pagamento da quota patronal da contribuição previdenciária, da COFINS, do PIS e CSSL, a partir de abril/1999, tendo em vista sua imunidade, reconhecendo-se, para tanto, a inconstitucionalidade da Lei 9.732/98, bem como o direito adquirido à situação consolidada sob a égide da Lei 3.577/59. **11. Investimentos:**

Descrição	2020	2019
Imóveis para renda	4.377	4.377
Terrenos (fração ideal)	897	897
Participações societárias	15	14
Depreciação	(931)	(846)
Total	**4.358**	**4.442**

Trata-se de propriedades para investimentos, registradas a valor de custo, localizadas no município de São Paulo, o qual a administração do IISC decidiu manter arrendados, com vida útil estimada de 35 anos. O valor de mercado dos imóveis e fração ideal, conforme constante de laudo de avaliação, é de R$ 7.513. A movimentação dos saldos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, estão assim demonstradas:

Descrição	2018	Adições	2019	Adições	2020
Imóveis para renda	4.377	-	4.377	-	4.377
Terrenos (fração ideal)	897	-	897	-	897
Participações societárias	13	1	14	1	15
Total investimentos	**5.287**	**1**	**5.288**	**1**	**5.289**
Depreciação acumulada	(761)	(85)	(846)	(85)	(931)
Investimentos líquido	**4.526**	**(84)**	**4.442**	**(84)**	**4.358**

12. Ativo imobilizado:

Descrição	Taxa Média %	Custo	Deprec. acumul.	Prov. para desvalorização	Valor Líquido 2020	Valor Líquido 2019
Terrenos	-	252.778	-	-	252.778	252.778
Imóveis	3,86%	90.633	(17.415)	-	73.218	73.460
Móveis e utensílios	10%	9.411	(5.649)	-	3.762	3.630
Veículos	6,20%	1.497	(626)	(55)	816	938
Equip. de informática	20%	3.368	(2.470)	-	898	1.085
Construções em and.		1.599	-	-	1.599	2.571
Total		**359.286**	**(26.160)**	**(55)**	**333.071**	**334.462**

Movimentação do exercício 2020:

Descrição	2019	Adições	Baixas	Transferência	2020
Terrenos	252.778	-	-	-	252.778
Imóveis	88.192	206	-	2.235	90.633
Móveis e utensílios	8.787	868	(243)	-	9.412
Veículos	1.498	-	(1)	-	1.497
Equipamentos de informática	3.227	203	(62)	-	3.368
Construções em andamento	2.571	1.262	-	(2.235)	1.598
(-) Provisão desvalorização	(55)	-	-	-	(55)
	356.998	**2.539**	**(306)**	**-**	**359.231**
Depreciação acumulada	(22.536)	(3.867)	243	-	(26.160)
Total	**334.462**	**(1.328)**	**(63)**	**-**	**333.071**

Movimentação do exercício 2019:

Descrição	2018	Adições	Baixas	Transferência	2019
Terrenos	252.778	-	-	-	252.778
Imóveis	86.588	1.218	-	386	88.192
Móveis e utensílios	8.438	381	(32)	-	8.787
Veículos	1.145	353	-	-	1.498
Equipamentos de informática	2.598	629	-	-	3.227
Construções em andamento	1.639	1.318	-	(386)	2.571
(-) Provisão desvalorização	(55)	-	-	-	(55)
	353.131	**3.899**	**(32)**	**-**	**356.998**
Depreciação acumulada	(18.745)	(3.792)	1	-	(22.536)
Total	**334.386**	**107**	**(31)**	**-**	**334.462**

13. Intangível: Composição e movimentação do exercício 2020:

Descrição	Taxa	2019	Adições	2020
Software		531	-	531
(-) Amortização acumulada	5% a.a.	(488)	(29)	(517)
Total		**43**	**(29)**	**14**

Composição e movimentação do exercício 2019:

Descrição	Taxa	2018	Adições	2019
Software		531	-	531
(-) Amortização acumulada	5% a.a.	(444)	(44)	(488)
Total		**87**	**(44)**	**43**

14. Obrigações tributárias e trabalhistas:

Descrição	2020	2019
Férias e encargos	2.325	2.529
IRRF a recolher	856	894
FGTS a recolher	377	412
Convênio médico funcionários	239	269
INSS a recolher	219	249
PIS sobre folha a recolher	56	57
Outras obrigações	77	94
Total	**4.149**	**4.504**

15. Anuidades antecipadas: As anuidades antecipadas referem-se às matrículas do exercício seguinte, recebidas antecipadamente no final do exercício corrente, que serão reconhecidas ao resultado de acordo com o regime de competência.

Descrição	2020	2019
Matrículas/Anuidades Infantil	123	289
Matrículas/Anuidades E.F Inicial	1.016	2.556
Matrículas/Anuidades E.F Final	1.466	2.859
Matrículas/Anuidades Ensino Médio	611	861
Extracurricular	-	165
Total	**3.216**	**6.730**

16. Provisões para contingências: O IISC, no curso normal de suas atividades, está sujeito a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores jurídicos e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.

Provável	2019	Baixas/Reversões	2020
Trabalhistas	1.693	(1.379)	314
Total	**1.693**	**(1.379)**	**314**

Os valores e detalhamento dos processos que compõem o saldo em 31 de dezembro de 2020 estão abaixo descritos: a) Processo 1002314-44.2016.5.02.0717 - aguardando decisão no Tribunal. Requisição de horas extras e demais verbas trabalhistas, com valor envolvido de R$ 138 sendo que, R$ 111 estão depositados judicialmente, dentro do montante conforme nota explicativa n° 10 - linha Depósito Judicial Trabalhista. b) Processo 1000708-89.2017.5.02.0702 - aguardando julgamento dos recursos de revista interpostos pelas partes, foram homologados os cálculos periciais, sendo que se optou pelo pagamento parcelado (30% e o restante em até 06 parcelas acrescidas de juros e correções monetárias). Requisição de horas extras e demais verbas trabalhistas, com valor envolvido de R$ 834 sendo que, R$ 567 estão depositados judicialmente, dentro do montante conforme nota explicativa n° 10 - linha Depósito Judicial Trabalhista. c) Processo 1001257-92.2019.5.02.0714 - aguardando decisão no Tribunal. Requisição de doença ocupacional, reintegração ao trabalho em função compatível e nulidade da rescisão, com valor envolvido de R$ 30 sendo que, R$ 10 estão depositados judicialmente, dentro do montante conforme nota explicativa n° 10 - linha Depósito Judicial Trabalhista. **Perdas possíveis, não provisionadas no balanço patrimonial:** Em 31 de dezembro de 2020 o IISC possuía ações envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis com base na avaliação de seus consultores jurídicos.

Perdas possíveis - não provisionadas	2020	2019
Tributário	30.713	37.929
Trabalhista	211	-
Total	**30.924**	**37.929**

Os valores e detalhamento dos processos tributários que compõem o valor acima divulgado em 31 de dezembro de 2020 estão abaixo descritos: i. O Município lançou o IPTU para os períodos de 2008 a 2012, o valor importa em R$ 13.231 As notificações fiscais de IPTU foram impugnadas. Sobre o prognóstico quanto à possibilidade de perda no desfecho das questões, considera-se possível a sua ocorrência. ii. Execução fiscal ajuizada pelo município de São Paulo intentando a cobrança de valores supostamente devidos a título de IPTU (ano-base 2007), o valor importa em R$ 1.716. Sobre o prognóstico quanto à possibilidade de perda no desfecho das questões, considera-se possível a sua ocorrência. iii. O Município também realizou lançamentos referente ao ISS para o período de 2007 a 2009 no valor de R$ 3.355. Em 12 de julho de 2012 foi apresentada impugnação, julgada improcedente em 21 de dezembro de 2012. Foi interposto recurso em 21 de janeiro de 2013, que foi indeferido. Em 7 de fevereiro de 2014 efetuamos depósito judicial no valor de R$ 8.146 para suspender a exigibilidade e dar prosseguimento na contestação, em 27 de julho de 2018 o processo foi remetido a divisão de julgamento. Nossos advogados classificaram as chances de perda como possível. iv. Execução fiscal ajuizada pelo município de São Paulo referente Imunidade tributária IPTU - imóvel de propriedade da Executada, o valor importa em R$ 9.046. Nossos advogados classificaram as chances de perda como possível. v. Execução fiscal ajuizada pelo município de São Paulo para a cobrança de IPTU relativo ao exercício de 2013. CDA nº 545.863-3/14-8, nº 545.855-2/14-8 e nº 545.864-1/14-0, o valor importa em R$ 2.375. Nossos advogados classificaram as chances de perda como possível. vi. Execução Fiscal ajuizada pelo município de São Paulo referente IPTU 2010 do imóvel Av. Sarg. Geraldo Santana, 1035. O valor importa em R$ 109. Nossos advogados classificaram as chances de perda como possível. vii. Execução Fiscal ajuizada pela Prefeitura Municipal de São Paulo, visando a cobrança de valores controvertidos de IPTU/ Imposto Predial e Territorial Urbano - CDA nº2420476, o valor importa em R$ 209. Nossos advogados classificaram as chances de perda como possível. viii. Defesa dos ofícios de execuções fiscais relacionadas ao IPTU, CDA n° 567.412-3/13-6, CDA n° 566.666-1/13-2 e CDA n° 566.664-3/13-4, o valor importa em R$ 672. ix. Defesa de processos trabalhistas relacionados a diversas indenizações trabalhistas, o valor importa em R$ 211. **17. Patrimônio líquido:** a) O patrimônio social é apresentado em valores atualizados, compreende o patrimônio social inicial acrescido dos superávits (déficits), ocorridos desde a data da sua constituição. b) O ajuste de avaliação patrimonial (deemed cost), é composto pela avaliação de terrenos, imóveis e veículos a valor justo, conforme laudo técnico, sendo realizado contra superávit/ (déficit) acumulado de acordo com item 26 da ITG 10 (Resolução CFC Nº. 1.263/09), conforme a seguir:

Descrição	2019	Realização	2020
Imóveis para renda	2.060	(50)	2.010
Terreno - fração ideal	418	-	418
Terrenos	245.602	-	245.602
Imóveis	8.617	(382)	8.235
Veículos	120	-	120
Total	**256.817**	**(432)**	**256.385**

c)A Instituição não distribui resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio ou de suas rendas, sob qualquer forma ou pretexto, ou seja, a qualquer título, em conformidade com seu estatuto social. O patrimônio, sendo o superávit, destina-se integralmente à manutenção e ao desenvolvimento dos objetivos sociais. **18. Isenção das contribuições sociais usufruídas:** Os requisitos para que o IISC faça jus a isenção do pagamento das contribuições sociais estão contidos na Lei 12.101, em vigor desde novembro de 2009, e posteriores regulamentações no Decreto 8.242/2014. O IISC, a título de demonstração, vem evidenciando suas contribuições sociais usufruídas do INSS com base na Lei 8.212/91.

Descrição	2020	2019
Contribuição Social - Cota Patronal	9.224	9.343
Contribuição Social - Terceiros	2.076	2.102
Contribuição Social - SAT	461	468
Contribuição Social - COFINS	2.340	2.552
Total	**14.101**	**14.465**

19. Custos com pessoal:

Descrição	2020	2019
Salários e ordenados	(30.866)	(28.378)
Férias e 13º. salário	(6.114)	(6.499)
Encargos sociais e trabalhistas	(3.146)	(3.162)
Outras despesas com pessoal	(1.828)	(2.831)
Total	**(41.954)**	**(40.870)**

20. Despesas com pessoal:

Descrição	2020	2019
Salários e ordenados	(10.431)	(10.361)
Férias e 13º. salário	(2.218)	(2.323)
Encargos sociais e trabalhistas	(1.097)	(1.129)
Outras despesas com pessoal	(863)	(1.456)
Total	**(14.609)**	**(15.269)**

21. Despesas administrativas:

Descrição	2020	2019
Programa de invest. Social	(1.532)	(2.322)
Seguro educacional e vida	(957)	(991)
Energia elétrica	(554)	(715)
Alimentação	(759)	(874)
Perda p/ crédito de liquidação duvidosa	(521)	(812)
Reformas e manutenções	(864)	(819)
Despesas com locação	(257)	(324)
Material utilizado em sala	(89)	(226)
Doações	(127)	(61)
Propaganda e publicidade	(9)	(52)
Outras despesas administrativas	(3.173)	(4.670)
Total	**(8.842)**	**(11.866)**

22. Resultado financeiro líquido:

Descrição	2020	2019
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	13.596	21.890
Juros e multas	2.989	435
Descontos obtidos	4	80
	16.589	**22.405**
Despesas financeiras		
Descontos financeiros	(7.364)	(2.030)
Tarifas bancárias	(63)	(90)
Tarifa cartões	(57)	(98)
Outras despesas financeiras	(372)	(985)
	(7.856)	**(3.203)**
Total	**8.733**	**19.202**

23. Cobertura de seguros: O IISC mantém cobertura de seguros por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades. Por entender que as coberturas seguradas sempre necessitam de avaliação e atualização, em 2019, a Administração contratou os serviços de empresa terceirizada para emissão de laudo dos valores segurados. O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros. **24. Programas e serviços de educação, de assistência e promoção humana:** Em conformidade com os objetivos estatutários e em aderência aos preceitos estabelecidos na Lei nº 12.101/09, alterada pela Lei 12.868/13, e no Decreto Regulamentador 8.242/14, o IISC aplicou uma parcela dos seus recursos em bolsas de estudos integrais e parciais, serviços sócios assistenciais e outras ações de caráter filantrópico. **I - Educação e assistência social: A) Assistência social - educação: área preponderante (obrigações para fins de concessão de CEBAS na educação): 1. Cadastro nos Sistemas de Informação (SISCEBAS):** Conforme determinação do artigo 40 da Lei 12.101/09 e art. 41 do Decreto 8.242/14 o IISC já procedeu o cadastramento no Ministério da Educação, pelo site no SISCEBAS (http://cebas.mec.gov.br/). O IISC possui renovação de Certificado Beneficente de Assistência Social (CEBAS) junto ao Ministério de Educação (MEC), conforme segue:

Número do Processo (MEC)	Período de Validade	Fase
23.000.009.439/2012-45	16/07/2018 a 15/07/2021	Deferido

Conforme previsto no § 4º do Decreto Federal 8.242/14, todas as bolsas de estudos computadas como aplicação em gratuidade pelo IISC estão informadas no Censo da Educação Básica (EDUCACENSO). Caso ainda não estejam, por questões operacionais do INEP (datas de fechamento do censo), o IISC mantém controles internos para que sejam inseridas na próxima abertura do sistema INEP. **2. Plano Nacional de Educação (PNE):** Os serviços de educação desenvolvidos pelo IISC são atividades de inserção ou proteção previstas nas Políticas Públicas de Educação (Plano Nacional de Educação - PNE) e na Lei de Diretrizes e Bases (Lei 9.394/96), no qual está inserido e, como consequência, por elas regulamentadas. Em atendimento no artigo 13 da Lei 12.101/09 e no Decreto 8.242/14, para manutenção do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), o IISC observou as diretrizes e as metas do Plano Nacional de Educação (PNE) vigente na forma do artigo 214 da Constituição Federal. **3. Análise do perfil socioeconômico:** O IISC concedeu bolsas de estudo integrais (100%) e parciais (50%) a alunos que comprovaram perfil socioeconômico de acordo com as regras da legislação vigente, sendo: a) bolsa de estudo integral a aluno cuja renda familiar mensal per capita não exceda o valor de 1 e 1/2 (um e meio) salário mínimo; b) bolsa de estudo parcial a aluno cuja renda familiar mensal per capita não exceda o valor de 3 (três) salários mínimos. Além dos critérios para comprovação do perfil socioeconômico determinados na lei, o Programa de Concessão de Bolsas do IISC adotou os seguintes procedimentos e normas: publicação de editais, com informações sobre os critérios; preenchimento de formulário socioeconômico; análise da documentação comprobatória; entrevista social, visita domiciliar (quando necessário) e parecer técnico. **4. Demonstrativo do cumprimento do mínimo de bolsas integrais concedidas:** Em atendimento ao disposto no artigo 13, Inciso III, da Lei 12.101/09 (Educação Básica), que estabelece a obrigatoriedade de conceder 1 (uma) bolsa integral para cada 5 (cinco) estudantes pagantes, o IISC cumpriu a proporção estabelecida, conforme demonstra o quadro abaixo:

Descrição	2020	2019
Educação Básica (Artigo 13 - Lei 12.101/2009)		
Total de alunos matriculados	**2.897**	**3.019**
(-) Alunos 100% - Convenção Coletiva	(68)	(65)
(-) Alunos Inadimplentes	(100)	(52)
(-) Alunos não pagantes (outros descontos)	(16)	(22)
Subtotal	**2.713**	**2.880**
(-) Alunos bolsas CEBAS integral	(564)	(441)
(-) Alunos PCD bolsa 100% (x 1,2)	-	-
(-) Alunos Turno Integral bolsa 100% (x 1,4)	-	-
(=) Alunos Pagantes (Base de Cálculo)	**2.149**	**2.439**
(+) Alunos bolsas CEBAS parcial 50%	99	106
Quantidade mínima de bolsas 100% - 1/5 exigidas ->	430	488
Quantidade de bolsas 100% praticadas ->	613	494
Gratuidade Excedente	**183**	**6**

Modalidades/Etapas	Bolsas integrais Lei 100%	Custo R$ mil	Bolsas parciais Lei 50%	Custo R$ mil
Educação Jovens Adultos (EJA) 1° Semestre 2020	509	3.224	103	332
Educação Jovens Adultos (EJA) 2° Semestre 2020	535	3.394	95	299
Ensino Médio Anual 2020	29	1.127	4	69
Total de bolsas concedidas no ano de 2020	**1.073**	**7.745**	**202**	**700**

B) Assistência social: área secundária: Além da concessão de bolsas de estudos, o IISC presta os seguintes serviços de assistência social: **1. Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - Centro Santa Marta:** Neste serviço, o foco é a constituição de espaço de convivência, formação para a participação e cidadania, desenvolvimento do protagonismo e da autonomia das crianças e adolescentes, a partir dos interesses, demandas e potencialidades dessa faixa etária. As intervenções são pautadas em experiências lúdicas, culturais e esportivas, como formas de expressão, interação, aprendizagem, sociabilidade e proteção social. No Centro Santa Marta, em 2020, foram atendidas 96 (noventa e seis), crianças e adolescentes, na faixa etária de 6 a 14 anos, cujas atividades contribuem para resinificar vivências de isolamento e/ou de violação de direitos, bem como propiciar experiências favorecedoras do desenvolvimento de sociabilidades e na prevenção de situações de risco social, com a aplicação de recursos próprios no valor de R$ 260. Estes serviços estão devidamente inscritos no Conselho Municipal de Assistência Social de São Paulo (COMAS-SP) sob n° 818/2012, aprovada pela Resolução COMAS-SP nº 981, de 10 de fevereiro de 2015, o que comprova sua regularidade nesta prestação de serviços de atendimento, conforme preconiza o Decreto 6.308/2007, bem como seu registro no CMDCA SP - nº 1834/2014. **2. Programa de Investimento Social (Assessoramento Financeiro):** Em consonância com a Resolução 27/2011 do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), o IISC, por meio do seu Programa de Investimento Social, firmou parceria com 20 (vinte) Organizações de Sociedade Civil (OSC), contemplando 20 (vinte) projetos participando com a cessão de recursos financeiros próprios no valor total de R$ 1.532 **25. Imunidade Tributária:** O IISC encontra-se em pleno gozo da imunidade tributária, assegurada às entidades de educação e assistência social, tanto para impostos quanto para contribuições sociais, conforme determinado pela Constituição Federal (1988). **26. Voluntariado>** Em atendimento à Resolução 2015/ITG2002(R1), do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que determina que o trabalho voluntário, inclusive de membros integrantes dos órgãos da administração, no exercício de suas funções, deve ser reconhecido pelo valor justo da prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro, o IISC reconhece a prestação de serviços voluntários no montante de R$ 879, incluindo os integrantes da Administração, no valor justo de R$ 862, nos exatos termos da referida Resolução e o disposto na Lei 9.608/98. Registre-se que, conforme dispõe o Estatuto Social do IISC, não percebem seus diretores, conselheiros, sócios ou associados, instituidores, benfeitores, remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos; e assim, em conformidade com a presente disposição, o IISC não remunera, por qualquer forma, os cargos de sua diretoria, conselhos fiscais, deliberativos ou consultivos.

Descrição	2020	2019
Administração	862	730
Oficinas, trabalhos manuais	12	33
Profissionais da Educação	5	34
Total	**879**	**797**

27. Gerenciamento de riscos: O Instituto apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: • Risco de crédito; • Risco de liquidez; e • Risco de mercado. Esta nota explicativa apresenta informações sobre a exposição do Instituto para cada um dos riscos acima, os objetivos de políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e capital. A Administração da Instituto tem a responsabilidade global para o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco. As políticas de gerenciamento foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos ao qual está exposto, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites impostos. As políticas de risco e os sistemas são revistos regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades do Instituto. Risco de crédito: Risco de crédito é o risco de o Instituto incorrer em perdas decorrentes de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber. Para o caixa e equivalentes de caixa e as aplicações financeiras o Instituto mitiga o risco se relacionando apenas com as principais instituições financeiras do país, já para as contas a receber, adota como prática a análise detalhada e acompanhamento permanente do seu saldo devedor, envolvendo os assessores jurídicos quando necessário. Risco de liquidez: Risco de liquidez é o risco em que o Instituto poderia encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Administração é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação do Instituto. O Instituto utiliza o monitoramento de exigências de fluxo de caixa e na otimização de seu retorno de caixa em investimentos. Buscando manter o nível de seu caixa e equivalentes de caixa e outros investimentos altamente negociáveis a um montante em excesso as saídas de caixa sobre instrumentos financeiros, monitorando também o nível esperado de entradas por fluxos de caixa sobre contas a receber e outros recebíveis junto com as saídas esperadas por contas a pagar com fornecedores e outras contas a pagar. Risco de mercado: Para a Administração, o risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, influenciados pelas seguintes variáveis: • variação nas taxas de câmbio; • variação nas taxas de juros; e • variação nos preços de ações. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A administração entende que o Instituto não está exposto a nenhuma dessas variações porque em seus ativos e passivos não contêm elementos vinculados a esses parâmetros. **28. Informações por segmento:** As informações por segmento são geradas com base em relatórios internos revisados, regularmente, pela administração do IISC, para fins de avaliação do desempenho de cada área de atuação e alocando recursos para esses segmentos. Evidenciando receitas, os custos e as despesas de cada atividade desempenhada (os resultados por segmento estão apresentados diretamente da demonstração do resultado do exercício). Desta forma, os balanços patrimoniais por área de atuação estão apresentados da seguinte forma: **a) Balanço patrimonial por área de atuação em 31 de dezembro de 2020:**

Ativo	Mantenedora	Educação	Social	Total
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	669	725	13	1.407
Aplicações financeiras	104.536	93.156	-	197.692
Contas a receber	11	1.326	-	1.337
Estoques	78	1.051	-	1.129
Outros créditos	1.454	751	13	2.218
	106.748	**97.009**	**26**	**203.783**
Não circulante				
Aplicações financeiras	57.581	42.656	-	100.237
Contas a receber	-	78	-	78
Depósitos judiciais	-	11.028	-	11.028
Investimentos	12	4.346	-	4.358
Imobilizado líquido	286.302	46.757	12	333.071
Intangível líquido	-	14	-	14
	343.895	**104.879**	**12**	**448.786**
Total do ativo	**450.643**	**201.888**	**38**	**652.569**
Passivo e patrimônio líquido				
Circulante				
Fornecedores	158	956	-	1.114
Obrigações tributárias e trabalhistas	750	3.353	46	4.149
Anuidades antecipadas	-	3.216	-	3.216
Outras contas a pagar	62	727	14	803
	970	**8.252**	**60**	**9.282**
Não circulante				
Provisões para contingências	-	314	-	314
	-	**314**	**-**	**314**
Patrimônio líquido				
Patrimônio social	213.716	168.642	(22)	382.336
Ajuste de avaliação patrimonial	238.101	18.284	-	256.385
Superávit (déficit) acumulado	(2.145)	6.397	4.252	
	449.672	**193.323**	**(22)**	**642.973**
Total do passivo e patrimônio líquido	**450.642**	**201.889**	**38**	**652.569**

b) Balanço patrimonial por área de atuação em 31 de dezembro de 2019:

Ativo	Mantenedora	Educação	Social	Total
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	1.345	298	3	1.646
Aplicações financeiras	126.742	85.410	-	212.152
Contas a receber	-	503	-	503
Estoques	53	741	-	794
Outros créditos	1.056	1.122	33	2.211
	129.196	**88.074**	**36**	**217.306**
Não circulante				
Aplicações financeiras	36.305	50.607	-	86.912
Contas a receber	-	144	-	144
Depósitos judiciais	-	10.480	-	10.480
Investimentos	12	4.430	-	4.442
Imobilizado líquido	287.481	46.965	16	334.462
Intangível líquido	12	31	-	43
	323.810	**112.657**	**16**	**436.483**
Total do ativo	**453.006**	**200.731**	**52**	**653.789**
Passivo e patrimônio líquido				
Circulante				
Fornecedores	186	623	2	811
Obrigações tributárias e trabalhistas	729	3.716	59	4.504
Anuidades antecipadas	-	6.730	-	6.730
Outras contas a pagar	276	611	11	898
	1.191	**11.680**	**72**	**12.943**
Não circulante				
Provisões para contingências	-	1.693	-	1.693
	-	**1.693**	**-**	**1.693**
Patrimônio líquido				
Patrimônio social	214.255	154.960	(2)	369.213
Ajuste de avaliação patrimonial	238.100	18.713	-	256.813
Superávit (déficit) acumulado	(540)	13.685	(18)	13.127
	451.815	**187.358**	**(20)**	**639.153**
Total do passivo e patrimônio líquido	**453.006**	**200.731**	**52**	**653.789**

29. Eventos subsequentes: Em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade, a Administração fez suas avaliações e chegou à conclusão de que não ocorreram fatos relevantes a serem divulgados entre a data base do encerramento das demonstrações financeiras e a data da sua respectiva aprovação.

Diretoria

Diane Clay Cundiff	Juliana Belinello Alves
Presidente	Contador (a)
CPF 904.090.358-15	CRC: 1SP264868

Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Financeiras

Aos diretores e administradores do **Instituto das Irmãs da Santa Cruz** - São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras do Instituto das Irmãs da Santa Cruz ("Instituto"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto das Irmãs da Santa Cruz em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem fins lucrativos. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Instituto, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração do Instituto é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidade da administração e da governança sobre as demonstrações financeiras:** A administração do Instituto é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem fins lucrativos e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Instituto continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Instituto ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança do Instituto são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorções relevantes, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevantes nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Instituto. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Instituto. Se concluirmos que existe incerteza relevante devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Instituto a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos identificarmos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 14 de abril de 2021.

Crowe Macro Auditores Independentes

CRC 2SP033508/O-1

Danilo dos Santos Lopes	Fábio Debiaze Pino
Contador CRC 1SP294551/O-7	Contador- CRC1SP 251154/O-9

DocuSigned by:
Jornal Gazeta SP Ltda. - EPP
Assinado por: JORNAL GAZETA SP LTDA:04735364000170
CPF: 29513948889
Data/Hora da Assinatura: 28/04/2021 | 17:51:42 PDT
ICP Brasil
5146939EFE414F8FAB3A7733135E2CCF

PÁGINA CERTIFICADA. O JORNAL GAZETA SP LTDA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.gazetasp.com.br

DocuSign Envelope ID: 02ED7B38-9754-44BE-8E3C-2F4C30CAD5A3

Mlabs Software S.A.

CNPJ: 23.465.964/0001-00

Demonstrações Financeiras (valores expressos em reais)

Balanço patrimonial de 01/01/2020 a 31/12/2020

Ativo	**14.155.909,40**
Ativo Circulante	**12.273.797,42**
Disponibilidades	**9.823.528,85**
Caixa	**103,75**
Caixa	103,75
Bancos	**3.045,69**
Itau S.A.	3.045,69
Aplicações Financeiras	**9.820.379,41**
Santander S.A.	2.002.034,84
Itau S.A.	3.260.863,20
Titulo de Capitalização	94.721,64
XP Investimentos - Corretora	4.587.062,47
(-) Rend. Projetado s/Aplicações	(138.396,04)
IRRF Projetado s/Aplicações Financeiras	14.093,30
Direitos Realizáveis a Curto Prazo	**2.397.554,83**
Clientes Nacionais	**1.163.493,04**
Clientes Nacionais	1.163.493,04
Contas a Receber	**249,20**
Contas a Receber Diversas	249,20
Contas a Receber	**1.106.383,33**
Contas a Receber Diversas	1.106.383,33
Outros Créditos	**311,75**
Valores em Custodia	311,75
Adiantamentos	**6.052,72**
Adiantamento Férias	6.052,72
Adiantamento a Fornecedores	**34.689,10**
Adiantamento a Fornecedores	34.689,10
Tributos e Contribuições a Compensar	**86.375,69**
IRPJ a compensar	63.705,01
Contribuição Social a compensar	22.670,68
Despesas do Exercício Seguinte	**52.713,74**
Despesas a Apropriar	**52.713,74**
Seguros a Apropriar	52.713,74
Ativo não Circulante	**1.882.111,98**
Imobilizado	**1.232.111,98**
Bens e Direitos em Uso	**1.356.432,47**
Móveis e Utensílios	134.892,09
Aparelhos fotográficos	11.320,15
Computadores e periféricos	649.916,42
Instalações	102.024,45
Benfeitorias em imóveis de terceiros	458.279,36
(-) Depreciação Acumulada	**(124.320,49)**
(-) Móveis e Utensílios	(11.235,14)
(-) Computadores Periféricos	(86.962,19)
(-) Instalações	(6.805,87)
(-) Aparelhos Fotográficos	(565,80)
(-) Deprec. Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	(18.751,49)
Ativo Intangível	**650.000,00**
Bens de Natureza Intangível	**650.000,00**
Direitos de Uso	650.000,00
Passivo	**14.155.909,40**
Passivo Circulante	**1.687.463,74**
Fornecedores	**92.658,97**
Fornecedores	**92.658,97**
Fornecedores	92.658,97
Obrigações Trabalhistas	**996.966,63**
Folha de Pagamento de Empregados	**211.854,11**
Salários a Pagar	208.185,92
Rescisões a Pagar	2.110,00
Pensão Alimentícia	1.558,19
Folha de Pagamento de Dirigentes	**99.284,43**
Pro-Labore a Pagar	99.284,43
Encargos Sociais a Pagar	**184.115,04**
INSS a Pagar	148.095,72
FGTS a Pagar	36.019,32
Provisões da Folha de Pagamento	**501.713,05**
Provisão de Férias	372.218,94
Provisão FGTS Férias	29.740,93
Provisão INSS Férias	99.753,18
Obrigações Tributárias	**328.650,74**
Impostos Retidos a Recolher	**167.144,25**
IRRF a Recolher - Pessoa Jurídica	1.719,33
IRRF Pro-Labore	82.532,04
Pis/Cofins/CSLL Retido a Recolher	6.519,82
IRRF Salários	60.642,58
IRRF s/13º Salário	15.628,33
IRRF s/Férias	102,15
Impostos e Contribuições a Pagar	**161.506,49**
COFINS a Pagar	85.910,62
PIS a Pagar	18.622,61
ISSQN a Pagar	56.973,26
Outras Obrigações	**269.187,40**
Contas a Pagar	**230.000,00**
Contas a Pagar	230.000,00
Demais Contas a Pagar	**39.187,40**
Seguros a Pagar	39.187,40
Patrimônio Líquido	**12.468.445,66**
Capital	**574.571,43**
Capital Social	**574.571,43**
Capital Social	22.198.000,00
(-)Capital a Integralizar	(12.951.428,57)
Baixa de Ações em Tesouraria	(8.672.000,00)
Reservas	**11.472.000,00**
Reservas de Capital	**11.472.000,00**
Reserva de Capital	11.472.000,00
Lucros ou Prejuízos Acumulados	**421.874,23**
Lucros ou Prejuízos Acumulados	**971.874,23**
Lucros Retidos	971.874,23
Distribuição de Lucros	**(550.000,00)**
Distribuição de Lucros	(550.000,00)

Demonstração do Resultado do Exercício Fiscal de 01/01/2020 a 31/12/2020

Receitas	**22.053.517,33**
Receitas Operacionais	**22.053.517,33**
Receita Bruta Operacional	**22.053.517,33**
Receitas com Serviços	**22.053.517,33**
Serviços Prestados	22.053.517,33
Deduções das Receitas	**(1.247.292,07)**
Impostos s/Receitas	**(1.247.292,07)**
(-) PIS sobre Receitas	(143.366,15)
(-) COFINS sobre Receitas	(661.648,48)
(-) ISSQN sobre serviços	(442.277,44)
(=) Receita Liquida	**20.806.225,26**
Custos	**14.729.948,79**
CS-Custo dos Serviços Prestados	**14.729.948,79**
CS-Custo da Mão-de-Obra Direta	**3.961.256,27**
CS-Salários	2.396.852,02
CS-Pro Labore	495.000,00
CS-Aviso Prévio	15.843,91
CS-Férias	80.223,20
CS-Gratificações	3.335,87
CS-Horas Extras	582,57
CS-Indenizações Trabalhistas	866,67
CS-Assist.Medica, Odont.e Hospitalar	261.942,62
CS-Vale Transporte	4.866,40
CS-13.Salário	379.818,87
CS-Provisão para Férias	258.536,32
CS-Estagiarios	23.133,33
CS-Ajuda de Custo	39.708,30
CS-Medicina Ocupacional	546,19
CS-Encargos Sociais	**936.523,41**
CS-INSS	610.977,21
CS-Seg.de Acidente de Trabalho	16.444,82
CS-FGTS	222.430,11
CS-Multa Rescisória FGTS	166,75
CS-INSS s/Provisão para Férias	66.522,23
CS-FGTS s/Provisão para Férias	19.982,29
Outros Custos dos Serviços	**9.832.169,11**
CS-Aluguel	331.070,68
CS-Bens de Natureza Permanente	2.393,09
CS-Energia Elétrica	17.352,38
CS-Serviços de Terceiros - Pessoa Física	6.593,58
CS-Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	2.891.591,12
CS-Hospedagens ,Viagens e Representações	151.552,28
CS-Lanches e Refeições	1.500,00
CS-Programa de Alimentação ao Trabalhador	456.134,84
CS-Premios de Seguros	8.109,80
CS-Bolsa de Estudos	4.837,50
CS-Impressos e Mat.de Escritorio	576,80
CS-Manutençao de Informatica	5.200,00
CS-Internet	25.030,98
CS-Anúncios e Publicações	4.013.955,20
CS-Cursos e Seminários	76,00
CS-Licenca/Sofware	1.638.879,65
CS-Condominio	68.865,12
CS-Comissões	208.450,09
(=) Lucro Bruto	**6.076.276,47**
Despesas Operacionais	**5.497.537,69**
Despesas Gerais Operacionais	**5.497.537,69**
Despesas Administrativas	**5.317.934,40**
Despesas Trabalhistas	**1.548.798,08**
Salários	430.337,72
Pró-Labore	1.055.625,00
Horas extras	15,61
Férias	2.933,33
13.Salário	22.267,11
Gratificações	2.886,81
Provisão para Férias	31.132,50
Ajuda de Custo	3.600,00
Encargos Sociais	**443.539,11**
INSS - Previdencia Social	409.835,70
Seg. de Acidente de Trabalho	2.535,34
FGTS	20.272,93
INSS s/Provisão para Férias	8.514,41
FGTS s/Provisão para Férias	2.380,73
Outras Despesas Operacionais	**3.198.296,88**
Água e esgoto	2.189,62
Impressos e materiais de escritório	41.666,13
Manutenção, conservação e limpeza	170.652,29
Correios e Malotes	9.457,15
Marketing Propaganda e Publicidade	543.458,29
Assist. Medica, Odont. e Hospitalar	8.260,00
Serviços de Terceiros - Pessoa Física	2.011,54
Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	336.112,48
Feiras e eventos	195.236,03
Telefone Móvel e Fixo	5.248,88
Bens de natureza permanente	43.441,58
Transporte e Condução	360,00
Lanches e refeições	19.792,41
Estacionamentos e Pedágios	3.740,18
Despesas com Veículos	4.293,67
Despesas com Informática	474.583,34
Copa e Cozinha	7.119,99
Despesas com Cartório	1.100,94
Locação de Equipamentos	19.008,68
Manutenção de Equipamentos	2.695,00
Assistência Contábil	132.912,54
Assistência Jurídica	258.722,00
Serviços de Consultoria	13.642,65
Treinamentos	38.220,00
Cursos e Seminários	32.875,59
Depreciações	92.569,48
Perdas No Recebimento	58.551,04
Despesas com Cobrança	290.233,77
Licença/Software	390.141,61
Despesas não Dedutiveis	**127.300,33**
Doações não dedutíveis	350,00
Brindes e Decorações	70.879,37
Seguro de Vida/Prev. Privada	16.687,38
Perdas não dedutíveis	235,73
Despesas não dedutíveis	39.147,85
Receitas Financeiras Operacionais	**27.958,48**
Receitas Financeiras	**27.958,48**
Variação Cambial Ativa Realizada	640,75
Juros Ativos	0,70
Descontos Obtidos	60,82
Rendimento de Aplicações Financeiras	27.256,21
Despesas Operacionais Financeiras	**174.939,06**
Despesas Com Atualizações	**6.128,19**
Variação Cambial Passiva - Realizada	6.128,19
Despesas Financeiras	**168.810,87**
Juros Passivos	4.582,36
Despesas Bancárias	12.903,00
Taxas Adm de Cartões	671,64
Acréscimos Legais	90,87
IOF	148.878,28
Perdas em Fundos Aplic. Financeiras	1.684,72
Despesas Operacionais Tributárias	**32.622,71**
Impostos e Taxas	**32.622,71**
PIS s/Receitas Diversas	177,58
Cofins s/Receitas Diveras	1.092,81
Impostos, Taxas e Emolumentos	15.901,31
Contribuição a Associação de Classe	638,11
IPTU	14.812,90
(=) Lucro Operacional	**578.738,78**
Outras Receitas	**7.371,86**
Outras Receitas	**7.371,86**
Outras Receitas	**7.371,86**
Despesas Recuperadas	7.371,86
(=) Resultado Antes do IRPJ E da CSLL	**586.110,64**
Contas de Fechamento de Balanço	**218.559,73**
Provisões p/Impostos s/Lucro	**218.559,73**
Provisões p/Impostos s/Lucros	**154.352,74**
Provisão P/ IRPJ	154.352,74
Provisões p/Contribuições s/Lucros	**64.206,99**
Provisão P/ Contribuição Social	64.206,99
(=) Lucro Líquido do Exercício	**367.550,91**

Demonstrativo das mutações do patrimônio líquido de 01/01/2020 a 31/12/2020

Histórico	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros ou prejuízos acumulados	Total
Saldo em 01/01/2020	**10.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**604.323,32**	**614.323,32**
Capital Social Subscrito	22.188.000,00					22.188.000,00
Baixa de Ações em Tesouraria	(8.672.000,00)					(8672.000,00)
Capital a Integralizar	(12.951.428,57)					(12.951.428,57)
Capital Social Integralizado	0,00					0,00
Reservas de Correção Monetária do Capital		0,00				0,00
Adiantamento para Fut. Aumento de Capital		0,00				0,00
Reserva de Capital		11.472.000,00				11.472.000,00
Reserva de Lucros			0,00			0,00
Reserva de Contingências			0,00			0,00
Reserva Legal			0,00			0,00
Reserva Estatutária			0,00			0,00
Reserva de Lucros para Expansão			0,00			0,00
Reserva de Incentivos Fiscais			0,00			0,00
Reserva Especial de Ágio			0,00			0,00
Normas Internacionais de Contabilidade				0,00		0,00
(-)Normas Internacionais de Contabilidade				0,00		0,00
Avaliação de Instrumentos Financeiros				0,00		0,00
(-) Avaliação de Instrumentos Financeiros				0,00		0,00
Ajustes ao Valor de Mercado				0,00		0,00
(-) Ajustes ao Valor de Mercado				0,00		0,00
Prejuízos Acumulados						0,00
Resultado do Exercício					367.550,91	367.550,91
Ajustes de Exercícios Anteriores					0,00	0,00
Distribuição de Lucros					(550.000,00)	(550.000,00)
Saldo Final em 31/12/2020	**574.571,43**	**11.472.000,00**	**0,00**	**0,00**	**421.874,23**	**12.468.445,66**

Demonstração dos Fluxos de Caixa de 01/01/2020 a 31/12/2020

Atividades Operacionais	
Resultado do Período	367.550,91
Depreciação e Amortização	92.569,48
Contas a Receber	(1.920.150,51)
Adiantamentos	(1.416,11)
Tributos a Compensar	(83.714,54)
Despesas Antecipadas	(52.713,74)
Fornecedores	76.678,73
Contas a Pagar e Provisões	(1.593.368,43)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(103.350,71)
Obrigações Trabalhistas	580.446,64
Caixa Líquido nas Atividades Operacionais	**(2.637.468,28)**
Atividades de Investimento	
Ativo Imobilizado	(879.695,37)
Ativo Intangível	(650.000,00)
Caixa Líquido nas Atividades de Investimento	**(1.529.695,37)**
Atividades de Financiamento	
Pagamento de Lucros e Dividendos	(550.000,00)
Capital Social	564.571,43
Reservas	11.472.000,00
Caixa Liquido nas Atividades de Financiamento	**11.486.571,43**
Aumento/Redução Líquido das Disponibilidades	**7.319.407,78**
Disponibilidades no Início do Período	2.504.121,07
Disponibilidades no Final do Período	9.823.528,85

Diretoria: Caio Rigoldi - Diretor Presidente

Acionistas: Caio Rigoldi; Rafael Kiso; Marcos Vinicius Von Gal dos Santos; Stone Participações S.A.

Almeida, Porto & Associados. - CRC 1SP 189.032/O-0 - Altamiro Coelho - Contador; **Altamiro Coelho -** Contador - CPF: 098.538.288-04 - CRC: 1SP 189.032/O-0; **Caio Rigoldi -** Sócio(a) Pessoa Física Domiciliado no Brasil - CPF: 336.511.908-62.

Notas Explicativas - 1. Contexto Operacional: A Mlabs Software S.A. foi constituída em outubro de 2015, na forma de sociedade empresária limitada e, se tornou uma S.A. em junho de 2020. Com sede na Avenida Cassiano Ricardo, 401, Sala 1309, São José dos Campos/SP, surgiu através da identificação de uma dor de mercado para obter e gerar dados, relatórios e ter mais produtividade na gestão das redes sociais de seus clientes. Tem como objeto a disponibilização de uma ferramenta completa de gerenciamento de redes sociais, onde é possível gerenciar todas os perfis do cliente nas redes sociais com recursos para agendar posts, responder usuários, gerar relatórios personalizados e outros, com um público desde grandes marcas e agências, mas, também, pequenas empresas. A venda ocorre principalmente através do website www.mlabs.com.br, e por meio de uma equipe comercial, oferecendo os planos básico e profissional. No exercício findo em 2020, a companhia realizou receita líquida de R$20.806.225,26 (R$11.832.309,07 em 2019), porém, mesmo com crescimento notório da receita, o lucro líquido no exercício findo de 2020 de R$367.550,91 foi menor que R$680.822,68 em 2019, consequente a um aumento significativo nos custos da cia, principalmente em folha de pagamento, uma vez necessária para cumprimento dos objetivos de evolução da ferramenta a curto, médio e longo prazo. **Impactos do COVID-19:** Em 11/03/2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos nos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. A Administração avalia que no primeiro mês houve uma queda de aproximadamente 30 a 40% da receita, impulsionado pela incerteza em relação ao vírus e ao impacto que o mesmo causaria. A fim de ajudar os negócios diretamente impactados pela pandemia, a companhia desenvolveu uma campanha para liberar acesso gratuito à ferramenta durante 3 meses, para que pequenos negócios pudessem entrar no mercado digital, posicionar sua marca e consequentemente, melhorar suas vendas. Cerca de 16 mil pequenos negócios aderiram à campanha, dentre eles, 5 mil contrataram e continuam clientes da plataforma. Até a data de emissão dessas demonstrações financeiras, as principais medidas tomadas foram: negociação dos pagamentos com os fornecedores até o segundo trimestre de 2020, para mitigar eventuais riscos de liquidez; postergação do pagamento de impostos e encargos sociais conforme datas estipuladas pelo governo, e adoção de regime de home office para todos os funcionários aplicáveis. **2. Base de Preparação:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas por intermédio das leis 11.638/07 e 11.941/09 com aletrações da lei 12.973/14. **3. Resumo das Práticas Contábeis: 3.1 Apuração do resultado:** As receitas e despesas são contabilizadas pelo regime de competência mensal. **3.2 Aplicações financeiras:** As aplicações financeiras em moeda nacional estão registradas pelos valores de aplicação acrescidos de rendimentos incorridos até a data do balanço. **3.3 Impostos a Recuperar/Compensar:** Referem-se a pagamentos realizados, calculados com estimativas legais, bem como retenções sofridas ao logo do exercício que serão compensados com obrigações fiscais futuras. **3.4 Ativos Não Circulantes: Intangível:** Está demonstrado em 2020 o investimento em direitos de propriedade intelectual sobre o software intitulado "TagMood". **Imobilizado:** Está demonstrado ao custo de aquisição e ou formação. As depreciações são calculadas sobre o custo, pelo método linear, levando-se em consideração a estimativa de vida útil. Os demais ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas. **3.4 Passivo Circulante:** O passivo circulante está demonstrado por valores reconhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas, em base pró-rata. **4. Patrimônio Líquido: 4.1 Capital Social:** O Capital Social da companhia, subscrito e a ser integralizado, em moeda corrente nacional, é de R$ 22.198.000,00, com montante a integralizar de R$12.951.428,57, está representado por 672.115 ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal e com direito a voto. As ações ordinárias são integrantes de uma classe única. Cada ação ordinária nominativa dá direito a um voto na Assembleia Geral. **4.2 - Reserva de Capital:** A Reserva de Capital da companhia, em moeda corrente nacional é de R$11.472.000,00.

A leitura na medida certa.

ANUNCIE:
11. 3729-6600

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJATI
ESTADO DE SÃO PAULO

PROCESSO Nº 67592/2021
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2021

OBJETO: Aquisição de soro, soluções de uso medicinal para uso do Departamento de Saúde do Município de Cajati - SP, através de SRP (Sistema de Registro de Preços).

ABERTURA DAS PROPOSTAS: às 09:00 horas do dia 12 de maio de 2021.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: à partir das 10:00 horas do dia 12 de maio de 2021.
LOCAL: bll.org.br, opção Licitações, diretamente em www.bllcompras.org.br ou através de link no site da Prefeitura Municipal de Cajati – SP, em www.cajati.sp.gov.br.
Informações poderão ser obtidas no endereço acima, pelo telefone (13) 3854-8700 ou pelo e-mail compras@cajati.sp.gov.br.

Cajati, 28 de abril de 2021.

SIDINEI APARECIDO RIBEIRO
Prefeito Municipal

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO VALE DO RIBEIRA E LITORAL SUL

CONSAÚDE

AVISO DE CONVOCAÇÃO PARA PROSSEGUIMENTO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/21
PROCESSO Nº 176/20

OBJETO: Registro de preços de materiais de limpeza. A Pregoeira, no uso de suas atribuições legais, diante da desistência da empresa Comercial Panorama Ltda. ME, classificada em 3º lugar no item 33, CONVOCA a licitante remanescente, classificada em 4º lugar, ou seja, Davi da M. Rangel Com. de Prod. de Limpeza ME, para nova sessão pública do pregão, visando a negociação de preços, verificação da habilitação e entrega das amostras. A Sessão Pública de prosseguimento do Pregão será realizada no dia 06/05/2021, às 09:00 horas, no Serviço de Suprimento do CONSAÚDE, à Rua Pedro Bonne, 508, Centro, Pariquera-Açu – SP. Mais informações podem ser obtidas através do e-mail: licitacoes@consaude.org.br ou pelo Tel.: (13) 3856-9733.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANANÉIA
ESTADO DE SÃO PAULO

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 005/2.021
PROCESSO N.º 008/2.021

Ratifico o ato da Assessoria Jurídica, que dispensou a licitação com fundamento no Artigo 24, Inciso VIII da Lei nº 8.666/93, alterada pelas Leis nº 8.883/94 e 9.648/98, em favor da Empresa **TELEFÔNICA BRASIL S.A** referente à "Contratação de serviço técnico especializado em telefonia fixa, com implantação de central telefônica, a ser utilizada entre os diversos órgãos do Paço Municipal", no valor de **R$ 17.400,00** (dezessete mil e quatrocentos reais), conforme consta do **Processo nº 008/2.021, da Dispensa de Licitação nº 005/2.021,** autorizando a efetivação contratação e emissão dos documentos equivalentes, vez que o processo se encontra devidamente instruído.

Publique-se.
Cananéia, 27 de abril de 2.021.

ROBSON DA SILVA LEONEL
Prefeito Municipal

COMARCA DE ITAPECERICA DA SERRA/SP - Rua Major Matheus Rotger Domingues, 155 - Jardim Santa Isabel - CEP 06850-850 - Fone: 4635-5817 /// 5818 - Itapecerica da Serra-SP - E-mail: itapecerica3@tjsp.jus.br - **EDITAL** de **CITAÇÃO**. Prazo: **30 dias.** Proc. nº **1003947-56.2019.8.26.0268**. O **Dr. BRUNO CORTINA CAMPOPIANO,** MM Juiz de Direito da 3ª Vara Cível da Comarca de Itapecerica da Serra, Estado de São Paulo, na forma da lei. **FAZ SABER** que por este Juízo e respectivo Cartório tramitam os autos da ação de **USUCAPIÃO** ajuizada por **RAUL DA SILVA** e **APARECIDA CELARI DA SILV**A, tendo por objeto o imóvel situado na Estrada Nova dos Godois, s/nº, bairro Potuverá, assim descrito e caracterizado: Tem início no ponto 1, localizado na lateral direita da Estrada Nova dos Godois, no sentido de quem da Rod. Régis Bittencourt se dirige para o imóvel e distante 297,65m da confluência formada pelas mesmas; do ponto 1 segue pela lateral da Estrada Nova dos Godois e com ela confrontando, com uma distância de 6,74m e o azimute de 349º22'06", até o ponto 2; deste, deflete à direita e segue pela cerca com uma distância de 10,68m e o azimute de 6º44'41", ainda confrontando com a estrada, até o ponto 3; deste, deflete à direita e segue pela cerca, com uma distância de 4,83m e o azimute de 22º45'48", ainda confrontando com a estrada até o ponto 4; deste, deflete à direita e segue pela cerca com uma distância de 13,53m e o azimute de 29º00'19", ainda confrontando com a estrada até o ponto 5; deste, deflete à direita e segue pela cerca comum a distância de 21,47m e o azimute de 31º13'09", até o ponto 6; deste, deflete à esquerda e segue pela cerca, com uma distância de 11,19m e o azimute de 23º04'14", ainda confrontando com a estrada até o ponto 7; deste, deflete à esquerda e segue pela cerca com uma distância de 10,51m e o azimute de 18º06'53", ainda confrontando com a estrada até o ponto 8; deste, deflete à direita e segue pelo muro, confrontando com a propriedade de Maria de Fátima Godoi, com uma distância de 18,45m e o azimute de 94º49'18", até o ponto 9; deste segue pela cerca no mesmo alinhamento com uma distância de 49,63m e o azimute de 94º49'18", ainda confrontando com a mesma, até o ponto 10; deste, deflete à direita e segue pela linha divisória, confrontando com a propriedade de Manuel Luiz Trindade, com uma distância de 50,44m e o azimute de 180º26'14"até o ponto 11; deste, deflete à direita e segue pela linha divisória, confrontando com a propriedade de Ademir da Silva e s/m Maria José da Silva Guimarães, com uma distância de 38,31m e o azimute de 270º26'13" até o ponto 12; deste, deflete à esquerda e segue pelo muro, ainda confrontando com os mesmos com uma distância de 25,21m e o azimute de 226º33'03" até o ponto 13; deste, deflete à direita e segue pelo muro com uma distância de 32,15m e o azimute de 318º55'38", ainda confrontando com os mesmos até o ponto 14; deste, segue em curva à esquerda pelo muro, com o desenvolvimento de 4,42m e raio de 4,41m, AC 74º06'06", ainda confrontando com os mesmos até o ponto 15; deste, deflete à esquerda e segue pelo muro comuma distância de 26,29m e o azimute de 209º12'40", confrontando com os mesmos até o ponto 1; ponto inicial da descrição, encerrando a área total de 4.622,35m". Alegam os autores possuir o imóvel de forma mansa, pacífica, ininterrupta e sem oposição de quem quer que seja, há mais de 20 anos, por si e seus antecessores. Estando em termos, expede-se o presente para **CITAÇÃO** de **RÉUS AUSENTES, INCERTOS, DESCONHECIDOS** e **EVENTUAIS INTERESSADOS** para que, no prazo de **15 dias, a** fluir após os **30 dias** supra, **CONTESTEM** o feito, sob pena de presumirem-se verdadeiros os fatos alegados e cientes de que não havendo manifestação lhes será nomeado **CURADOR ESPECIAL**. Será o presente afixado e publicado na forma da lei. Nada mais. Dado e passado nesta cidade de Itapecerica da Serra, aos 23 de abril de 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJATI
ESTADO DE SÃO PAULO

PROCESSO Nº 67763/2021
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 043/2021

OBJETO: Aquisição de mantas para a campanha do agasalho 2021 em caráter de distribuição gratuíta.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: às 09:00 horas do dia 12 de maio de 2021.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: à partir das 10:00 horas do dia 12 de maio de 2021.
LOCAL: bll.org.br, opção Licitações, diretamente em www.bllcompras.org.br ou através de link no site da Prefeitura Municipal de Cajati – SP, em www.cajati.sp.gov.br.
Informações poderão ser obtidas no endereço acima, pelo telefone (13) 3854-8700 ou pelo e-mail compras@cajati.sp.gov.br.

Cajati, 28 de abril de 2021.

SIDINEI APARECIDO RIBEIRO
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJATI
ESTADO DE SÃO PAULO

PROCESSO Nº 66794/2021
PREGÃO PRESENCIAL Nº 041/2021

OBJETO: Aquisição de serviços de serralheria em geral, com fornecimento de material e mão de obra para uso de diversos Departamentos da Prefeitura Municipal de Cajati - SP, na modalidade Pregão, por meio de Sistema Presencial, através de SRP (Sistema de Registro de Preços).

Recebimento do Credenciamento: 12/05/2020 das 08 horas e 30 minutos às 09 horas. Recebimento dos envelopes Proposta, Documentação e Declaração de Pleno Atendimento aos requisitos de habilitação: 12/05/2021 às 09 horas. O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados, gratuitamente através do site: www.cajati.sp.gov.br ou na Divisão de Compras/Licitações da Prefeitura do Município de Cajati, de 2ª a 6ª feira das 10:00 às 11:30 e das 13:30 às 14:30 horas, na Praça do Paço Municipal, nº 10 – Centro – Cajati – SP, mediante o pagamento de R$ 15,31 (quinze reais e trinta e um centavos). Informações poderão ser obtidas no endereço acima, pelo telefone (13) 3854-8700 ou pelo e-mail compras@cajati.sp.gov.br.

Cajati, 28 de abril de 2021.

SIDINEI APARECIDO RIBEIRO
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANANÉIA
ESTADO DE SÃO PAULO

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2.021
PROCESSO N.º 004/2.021

Ratifico o ato da Assessoria Jurídica, que dispensou a licitação com fundamento no Artigo 24, Inciso VIII da Lei nº 8.666/93, alterada pelas Leis nº 8.883/94 e 9.648/98, em favor da **IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO S/A - IMESP**, referente à **"prestação de serviços de publicidade legal de todos os atos de interesse da CONTRATANTE, pelo sistema on-line, nos respectivos cadernos do "Diário Oficial do Estado de São Paulo",** no valor de **R$ 40.000,00** (quarenta mil reais) para o período de 12 (doze) meses, conforme consta do **Processo nº 004/2.021, da Dispensa de Licitação nº 002/2.021,** autorizando a efetivação contratação e emissão dos documentos equivalentes, vez que o processo se encontra devidamente instruído.

Publique-se.
Cananéia, 28 de abril de 2.021.

ROBSON DA SILVA LEONEL
Prefeito Municipal

Publique em jornal de grande circulação.

Ligue já:
11. 3729-6600

Publique em jornal de grande circulação.

Ligue já:
11. 3729-6600

DocuSigned by:
Jornal Gazeta SP Ltda. - EPP
Assinado por: JORNAL GAZETA SP LTDA:04735364000170
CPF: 29513948889
Data/Hora da Assinatura: 28/04/2021 | 17:51:47 PDT
ICP Brasil
5146939EFE414F8FAB3A7733135E2CCF

PÁGINA CERTIFICADA. O JORNAL GAZETA SP LTDA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.gazetasp.com.br

DocuSign Envelope ID: 02ED7B38-9754-44BE-8E3C-2F4C30CAD5A3

PREFEITURA MUNICIPAL DE CASA BRANCA

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 02/2021 - PROCESSO nº 128/2021. Objeto: Alienação de 02 (dois) imóveis integrantes do patrimônio público municipal (Quadra A - Lote 08 e Quadra A - Lote 09). Entrega de Envelopes Nº 01 e Nº 02 até às 08:50 horas do dia 31/05/2021. Local Praça Barão de Mogi Guaçu, 51 - Esquina com Rua Altino Arantes, Setor de Protocolo. Abertura: A abertura dos envelopes ocorrerá no mesmo dia indicado às 09hs. Local Praça Barão de Mogi Guaçu, 51 - Esquina com Rua Altino Arantes, Setor de Licitações. Retirada do Edital pelo email: licitacao@casabranca.sp.gov.br ou na Praça Barão de Mogi Guaçu, 51 - Esquina com Rua Altino Arantes, Setor de Protocolo. Esclarecimentos Fone (19) 3671-9720. Casa Branca, 28.04.2021 Marco César de Paiva Aga - Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO PASSA QUATRO

Pregão Eletrônico nº 010/202. Processo Administrativo nº. 6564/2020. Objeto: Registro de Preços para aquisição de material de construção e ferragens, destinados à execução dos serviços de conservação de prédios e logradouros públicos, e de reparos em redes de galerias de águas pluviais.Retirada do Edital: a partir das 09:00 horas do dia 03/05/2021 nos sítios eletrônicos: www.santaritadopassaquatro.sp.gov.br e https://bllcompras.com. Recebimento das Propostas e dos Documentos de Habilitação: a partir das 09:00 horas do dia 03/05/2021 até às 09:00 horas do dia 14/05/2021.Abertura da sessão pública: às 09:01 horas do dia 14/05/2021.Início da disputa: às 13:30 horas do dia 14/05/2021.Realização da sessão pública: https://bllcompras.com. Maiores informações Fone / Fax (19) 3582-9008. Santa Rita do Passa Quatro – SP, 28 de Abril de 2021. Marcelo Simão – Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABOÃO DA SERRA

ESTADO DE SÃO PAULO

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº. E-023/2021. Processo licitatório: 8382/2021. Objeto: Registro de preços para a "Aquisição de gases medicinais e locação de cilindros - PAD". Sessão pública de processamento: dia 17/05/2021 às 14:15 horas. Da sessão pública: O processamento eletrônico será realizado através do endereço eletrônico comprasbr.com.br, no dia e hora mencionados e será conduzida pelo pregoeiro com o auxílio da equipe de apoio. O edital está disponível no site: www.ts.sp.gov.br e comprasbr.com.br. Taboão da Serra, 27 de abril de 2021. Wagner Luiz Eckstein Júnior – Secretário Municipal de Administração.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABOÃO DA SERRA

ESTADO DE SÃO PAULO

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº. E-020/2021. Processo licitatório: 8088/2021. Objeto: Registro de preços para a "Aquisição de paletes de plásticos em polietileno e polipropileno de alta densidade, branco, medindo 170x100x-12cm". Sessão pública de processamento: dia 14/05/2021 às 09:00 horas. Da sessão pública: O processamento eletrônico será realizado através do endereço eletrônico comprasbr.com.br, no dia e hora mencionados e será conduzida pelo pregoeiro com o auxílio da equipe de apoio. O edital está disponível no site: www.ts.sp.gov.br e comprasbr.com.br. Taboão da Serra, 27 de abril de 2021. Wagner Luiz Eckstein Júnior – Secretário Municipal de Administração.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABOÃO DA SERRA

ESTADO DE SÃO PAULO

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº. E-021/2021. Processo licitatório: 28466/2020. Objeto: Registro de preços para a "Aquisição de vedolizumabe e rivaroxabana". Sessão pública de processamento: dia 17/05/2021 às 09:00 horas. Da sessão pública: O processamento eletrônico será realizado através do endereço eletrônico comprasbr.com.br, no dia e hora mencionados e será conduzida pelo pregoeiro com o auxílio da equipe de apoio. O edital está disponível no site: www.ts.sp.gov.br e comprasbr.com.br. Taboão da Serra, 27 de abril de 2021. Wagner Luiz Eckstein Júnior – Secretário Municipal de Administração.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABOÃO DA SERRA

ESTADO DE SÃO PAULO

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº. E-022/2021. Processo licitatório: 9044/2021. Objeto: Registro de preços para a "Aquisição de material médico hospitalar – Grupo luvas de procedimentos". Sessão pública de processamento: dia 14/05/2021 às 14:15 horas. Da sessão pública: O processamento eletrônico será realizado através do endereço eletrônico comprasbr.com.br, no dia e hora mencionados e será conduzida pelo pregoeiro com o auxílio da equipe de apoio. O edital está disponível no site: www.ts.sp.gov.br e comprasbr.com.br. Taboão da Serra, 27 de abril de 2021. Wagner Luiz Eckstein Júnior – Secretário Municipal de Administração.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DO SUL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

"RESUMO: Processo 3760/2021- Modalidade Pregão Presencial nº 28/2021 – Contratação de Empresa para Prestação de Serviço de Avaliação Psicológica para Obtenção de Porte de Arma de Fogo Funcional para o Efetivo da Guarda Civil Municipal. DATA DE ABERTURA: "Fica agendada a licitação em epígrafe para o dia 12 de maio de 2021 às 14:30 horas, no AUDITÓRIO DO ATENDE FÁCIL, sito a Rua Major Carlo Del Prete nº 651 – com entrada pela rua Paraíba s/nº, Centro, em São Caetano do Sul/SP. O edital, anexos e demais informações e esclarecimentos, poderão ser obtidos no endereço eletrônico http://licitacao.saocaetanodosul.sp.gov.br/web, ou no Departamento de Licitações e Contratos, e telefones para contato: 4233-7390." Resp. p/Exp. da Secretaria Municipal de Governo: Silvia de Campos – 26/04/2021. São Caetano do Sul, 28 de abril de 2021. Caio Lessio Previato-Diretor do Departamento de Licitações e Contratos

RESUMO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 40/2021 – PROC. Nº 300.049/2021 - DETENTORA: SUPRYLASER SOLUÇÕES EMPRESARIAIS EIRELI - OBJETO: Registro de Preços para fornecimento de tonner e Kit fotocondutor para impressora - DATA DA ASSINATURA: 27/04/2021 - PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 meses, a contar da data da publicação da respectiva ata – PREÇOS REGISTRADOS Itens e Valores Unitários: Item 5-TONNER PARA IMPRESSORA Lexmark, modelo 51B4H00, capacidade para até 8500 impressões, compatível / original-R$ 105,00 a UN. Item 6-TONNER PARA IMPRESSORA Lexmark, modelo 51B4H00, capacidade para até 8500 impressões, compatível / original. *ITEM DESTINADO EXCLUSIVAMENTE PARA ME/EPP-R$ 105,00 a UN. VALOR TOTAL DA ARP: R$ 52.500,00. Secretaria Municipal de Saúde.

RESUMO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 42/2021 – PROC. Nº 300.051/2021 - DETENTORA: RIO PRETO PRIME NEGOCIOS E SERVIÇOS EIRELI - OBJETO: Registro de Preços para fornecimento de tonner e Kit fotocondutor para impressora - DATA DA ASSINATURA: 27/04/2021 - PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 meses, a contar da data da publicação da respectiva ata – PREÇOS REGISTRADOS Itens e Valores Unitários: Item 9-TONNER PARA IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL Brother, modelo TN2370, capacidade para até 2600 impressões, compatível / original-R$ 22,90 a UN. Item 10- TONNER PARA IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL Brother, modelo TN2370, capacidade para até 2600 impressões, compatível / original. *ITEM DESTINADO EXCLUSIVAMENTE PARA ME/EPP-R$ 22,90 a UN. Item 11-KIT FOTOCONDUTOR Brother, modelo DR2340, compatível / original-R$ 34,80 a UN. Item 12-KIT FOTOCONDUTOR Brother, modelo DR2340, compatível / original. *ITEM DESTINADO EXCLUSIVAMENTE PARA ME/EPP-R$ 34,80 a UN. VALOR TOTAL DA ARP: R$ 8.958,00. Secretaria Municipal de Saúde.

Anuncie:
11. 3729-6600
comercial@gazetasp.com.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAGUATATUBA

ESTADO DE SÃO PAULO

RETIFICAÇÃO DE COMUNICADO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 45/2020

Comunicamos aos interessados do PP 45/2020 de objeto: **Contratação de empresa para operacionalização de equipamentos de fiscalização eletrônica e monitoramento, nas vias de trânsito do município**, que devido a um equívoco no descritivo do comunicado publicado dia 27/04/2021, foram retificados:

Onde se lê: "...após análise **técnica** realizada pela Secretaria Municipal...".

Leia-se: "...após análise realizada pela Secretaria Municipal...".

Fica a empresa SPLICE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇO LTDA ciente do prazo de 3 (três) dias para apresentação de recurso, a saber, até 04/05/2021. Caraguatatuba, 28 de Abril de 2021.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL ARCANJO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 13/2021
PROCESSO N.º 248/2021

A Prefeitura do Município de São Miguel Arcanjo, através do Setor de Compras, faz saber a quantos possa interessar que, se acha aberta licitação na Modalidade Pregão Presencial nº13/2021, do tipo menor preço por item, destinada a seleção de proposta mais vantajosa para REGISTRO DE PREÇOS, pelo período de 12 (doze) meses, para aquisição parcelada de **Gêneros Alimentícios Perecíveis e Estocáveis, nas diversas Unidades Escolares atendidas pela Secretaria Municipal de Educação**, (incluindo-se os serviços de transporte e entrega ponto a ponto), no município de São Miguel Arcanjo, conforme especificações constantes no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA. Edital através de correspondência eletrônica (e-mail), encaminhados para compras1@saomiguelarcanjo.sp.gov.br, compras3@saomiguelarcanjo.sp.gov.br ou através do site www.saomiguelarcanjo.sp.gov.br sem ônus aos interessados solicitantes. Encerramento: às 09:15 horas do dia 11 de maio de 2021. Informações: das 9:00 às 17:00 horas, Endereço: Praça Antonio Ferreira Leme, n.º53, Centro, SMA, Telefax: (15) 3279-8000. São Miguel Arcanjo, 28 de abril de 2021. Paulo Ricardo da Silva – Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABOÃO DA SERRA

ESTADO DE SÃO PAULO

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº. E-009/2021. Processo licitatório: 4050/2021. Objeto: Registro de preços para a "Aquisição de água mineral, galão de 20 litros, copo de 200 ml e água com gás garrafa de 500 ml". Sessão pública de processamento: dia 18/05/2021 às 09:00 horas. Da sessão pública: O processamento eletrônico será realizado através do endereço eletrônico comprasbr.com.br, no dia e hora mencionados e será conduzida pelo pregoeiro com o auxílio da equipe de apoio. O edital está disponível no site: www.ts.sp.gov.br e comprasbr.com.br. Taboão da Serra, 27 de abril de 2021. Wagner Luiz Eckstein Júnior – Secretário Municipal de Administração.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
GERÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

AVISO SUSPENSÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2021
Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE TRANSPORTE DE PACIENTES COM AMBULÂNCIA DE SUPORTE AVANÇADO, pelo período de 12 meses

Para análise dos pedidos de esclarecimento e eventuais alterações no edital **FICA SUSPENSO** o **CREDENCIAMENTO:** 30/04/2021, às 14:30h

Araraquara, 28/04/2021
Eliana Aparecida Mori Honain
Secretária Municipal de Saúde

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO

ESTADO DE SÃO PAULO
Rua Valentim Amaral, 748 - Centro - CEP 13520-000 - São Pedro/SP
www.saopedro.sp.gov.br - Tel.: (19) 3481-9200

AVISO DE LICITAÇÃO

Comunicamos que está aberta a Licitação relacionada abaixo:

Pregão Presencial 23/2021 - Processo: 806/2021

Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de Pá Carregadeira. - **Início da Sessão Pública: 12/05/2021, às 09h00**, na Secretaria Municipal de Turismo, sito a Rua General Osório, n° 846, Centro, São Pedro/SP. O edital completo encontra-se à disposição no Departamento de Compras e Licitações, sito a Rua Valentim Amaral 748, no horário das 08h30 às 17h00. Fone: (19) 3481-9223 ou através do site: https://www.saopedro.sp.gov.br/licitacoes-publicas. São Pedro, 28 de abril de 2021. Thiago Silvério da Silva - Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO

ESTADO DE SÃO PAULO
Rua Valentim Amaral, 748 - Centro - CEP 13520-000 - São Pedro/SP
www.saopedro.sp.gov.br - Tel.: (19) 3481-9200

AVISO DE LICITAÇÃO

Comunicamos que está aberta a Licitação relacionada abaixo:

Pregão Presencial 24/2021 - Processo: 808/2021

Objeto: 01 (uma) VAN TIPO FURGÃO ACIMA de 10 metros cúbicos 0 (ZERO) km, destinado as diversas demandas da Secretária de Educação. - **Início da Sessão Pública: 13/05/2021, às 09h00** na Secretaria Municipal de Turismo, sito a Rua General Osório, n° 846, Centro, São Pedro/SP. O edital completo encontra-se à disposição no Departamento de Compras e Licitações, sito a Rua Valentim Amaral 748, no horário das 08h30 às 17h00. Fone: (19) 3481-9223 ou através do site: https://www.saopedro.sp.gov.br/licitacoes-publicas. São Pedro, 28 de abril de 2021. Thiago Silvério da Silva - Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACATUBA

AVISO DE LICITAÇÃO. CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 01-2021. EDITAL Nº 34-2021. PROCESSO Nº 359-2021. OBJETO: Contratação de serviços técnicos especializados em engenharia para Operação e Manutenção do Sistema de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário, do Sistema Comercial e Prestação de Serviços Especializados, do Município de Macatuba, conforme especificações do edital e seus anexos. ENTREGA E ABERTURA DOS ENVELOPES: dia 16/06/2021 às 08h30min.

TOMADA DE PREÇOS Nº 01-2021. EDITAL Nº 36-2021. PROCESSO Nº 373-2021. OBJETO: contratação de empresa especializada para execução de adequação de estradas rurais no Município de Macatuba-SP, com fornecimento de material, mão de obra e equipamentos necessários, conforme especificações do edital e seus anexos. O recurso financeiro provém do contrato de repasse nº 908708/2020/MAPA/CAIXA, e contrapartida. ENTREGA E ABERTURA DOS ENVELOPES: dia 21/05/2021 às 08h30min. Os editais, na íntegra, poderão ser lidos e obtidos na Divisão de Licitações, Rua 9 de Julho, 15-20, centro, Macatuba, das 08:00h às 16:30h, nos dias úteis, ou pelo site www.macatuba.sp.gov.br. Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone (14) 3298-9854. Macatuba, 28 de abril de 2021. Anderson Ferreira. Prefeito Municipal.

AVISO DE RETIFICAÇÃO Nº 01 DO EDITAL Nº 35-2021. PREGÃO ELETRONICO Nº 22-2021. PROCESSO Nº 366-2021. A DIVISÃO DE LICITAÇÃO da Prefeitura Municipal de Macatuba, leva ao conhecimento dos interessados que o edital do processo em referência, cujo objeto é aquisição de piçarra bruta, para manutenção de estradas vicinais. As entregas serão parceladas, porém a quantidade total licitada deverá ser entregue durante o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da Ordem de Entrega que será emitida pela Secretaria de Infraestrutura, Desenvolvimento Urbano, Serviços e Zeladoria – SEDURB, sofreu ALTERAÇÃO no anexo I – item único. O edital em inteiro teor, com as alterações introduzidas, está à disposição dos interessados, no endereço rua Nove de Julho, 15-20, centro Macatuba-SP, CEP 17290-011 e no site www.macatuba.sp.gov.br para download. Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone (14) 3298-9819. Macatuba, 28 de abril de 2021. ANDERSON FERREIRA. Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 23-2021. EDITAL Nº 37-2021. PROCESSO Nº 385-2021. OBJETO: Aquisição de testes rápidos para detecção de COVID-19, por meio do sistema de registro de preços, que serão solicitados conforme a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde, por um período de 06 (seis) meses. RECEBIMENTO DA PROPOSTA: início as 08h00 do dia 29/04/2021 até às 08h00 do dia 12/05/2021. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DOS LANCES: 12/05/2021 às 09h30min. LOCAL: https://bllcompras.com/Home/Login. O edital, na íntegra, poderá ser lido e obtido na Divisão de Licitação, Rua 09 de Julho, 15-20, Centro, CEP 17.290-011, Macatuba/SP, das 08h00 às 16h30min, nos dias úteis, ou pelo site www.macatuba.sp.gov.br. Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone: (14) 3298-9846. Macatuba, 28 de abril de 2021. Anderson Ferreira. Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BELA

Está aberto no setor de licitações **Processo Administrativo nº 56/2021 – PREGÃO PRESENCIAL 28/2021** - Referente a: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A REALIZAÇÃO DE EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIA. Data de abertura 12/05/2021 às 09:00 HORAS / Local: Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Pedra Bela, Sito à Rua Bernardino de Lima Paes, nº 45, Centro, Pedra Bela - SP. Informações: www.pedrabela.sp.gov.br / (11)4037-1277 - R.119 / pedrabelalicitacoes@gmail.com.
Álvaro Jesiel de Lima - Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BELA

Está aberto no setor de licitações **Processo Administrativo nº 62/2021 – PREGÃO PRESENCIAL 32/2021** - Referente a: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO PARCELADO DE MATERIAIS DE LIMPEZA PARA USO EM TODAS AS DIRETORIAS MUNICIPAIS. Data de abertura 13/05/2021 às 09:00 HORAS / Local: Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Pedra Bela, Sito à Rua Bernardino de Lima Paes, nº 45, Centro, Pedra Bela - SP. Informações: www.pedrabela.sp.gov.br / (11)4037-1277 - R.119 / pedrabelalicitacoes@gmail.com. Álvaro Jesiel de Lima - Prefeito Municipal.

SAESA Sistema de Água, Esgoto e Saneamento Ambiental SÃO CAETANO DO SUL

SISTEMA DE ÁGUA, ESGOTO E SANEAMENTO AMBIENTAL DE SÃO CAETANO DO SUL

EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO À CONTRATAÇÃO

Contrato nº **23/2021** – Processo Administrativo nº **232/2019** – Pregão Presencial **nº 01/2019**

Objeto: Termo aditivo de prorrogação à contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção corretiva e preventiva em elevadores, plataformas elevatórias e monta carga nas instalações do SAESA-SCS. **Prazo:** 12 (doze) meses. **Valor:** R$ 24.400,00 (vinte e quatro mil e quatrocentos reais). **Assinatura:** 14/04/2021. **Contratada:** ALPR Elevadores Ltda. **São Caetano do Sul,** 28 de abril de 2021 – Rodrigo Gonçalves Toscano – Superintendente do SAESA-SCS.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANANÉIA

ESTADO DE SÃO PAULO

EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO N.º 006/2021
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 004/2021

Referente: "Prestação de serviços para a realização de entregas de carnês de IPTU, do ano corrente, de imóveis onde o endereço de correspondência de entrega são em outros municípios".

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CANAÉIA/SP
CONTRATADA: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS
CONTRATO 001/2021 – Valor: R$ 25.028,45 (vinte e cinco mil vinte e oito reais e quarenta e cinco centavos).
Código do Recurso e fonte**:**
01 – PODER EXECUTIVO
02.34.02 – Unidade orçamentária
2113 – Ação
Manutenção das atividades do cadastro e tributação
3.3.90.39.00 - Outros serviços de terceiros pessoa jurídica
01.1.10.00 – Destinação de recurso - Geral
Ficha 95
PRAZO DE VALIDADE: 60 (sessenta) dias a contar da data da sua assinatura.
DATA DA ASSINATURA: 15/03/2021.

Cananéia, 06 de abril de 2021.

Publique-se

ROBSON DA SILVA LEONEL
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANANÉIA

ESTADO DE SÃO PAULO

Saibam todos quanto virem ou dele conhecimento tiverem, que nesta data foi promulgada e sancionada a presente

LEI Nº 2.352/2021 – Em 26 de abril de 2021.

Estabelece o Procedimento para a Doação, a Permuta, o Repasse e o Descarte de Livros da Biblioteca Pública do Município de Cananéia-SP, e dá outras providências.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se

ROBSON DA SILVA LEONEL
Prefeito Municipal

A presente Lei está disponível na íntegra no átrio do Paço Municipal, Câmara Municipal e no endereço eletrônico http://www.cananeia.sp.gov.br de acordo com o art. 100, da Lei Orgânica Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DO SUL

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS

Proc. nº 100368/2015 - CONCURSO PÚBLICO - Tornamos público a quem possa interessar, que os abaixo relacionados, não atenderam ao chamamento, desistiram e/ou não atenderam aos pré-requisitos constantes do Edital, razão pela qual a Srª Secretária Municipal de Planejamento e Gestão - SEPLAG, autorizou a exclusão do quadro de classificados e convocados:

Nome	Classificação	Função
Valesca Santos de Oliveira	2º	Analista de Recursos Humanos
Thais Leandra Safioti Barboza	82º	Assistente Administrativa

São Caetano do Sul, 28 de abril de 2021.

SILVIA DE CAMPOS - Secretária Municipal de Planejamento e Gestão

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANANÉIA

ESTADO DE SÃO PAULO

CONVOCAÇÃO

FICA CONVOCADO (A), para contratação por prazo determinado, o (a) candidato (a) aprovado (a) no Processo Seletivo nº 01/2020.

FUNÇÃO: ENFERMEIRO

CLASSIFICAÇÃO	NOME DO CANDIDATO	IDENTIDADE
19º LUGAR	FABIANA DE ALMEIDA MARTINS	40.705.601-4

O candidato terá o prazo de 03 (três) dias úteis para se apresentarem na Coordenadoria de RH da Prefeitura Municipal, munidos dos documentos constantes na Portaria nº 222 de 28 de abril de 2021, disponível na íntegra no sítio oficial *www.cananeia.sp.gov.br.*

Prefeitura Municipal da Estância de Cananéia, 28 de abril de 2021.

ROBSON DA SILVA LEONEL
Prefeito Municipal

SAESA Sistema de Água, Esgoto e Saneamento Ambiental SÃO CAETANO DO SUL

SISTEMA DE ÁGUA, ESGOTO E SANEAMENTO AMBIENTAL DE SÃO CAETANO DO SUL

ABERTURA DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial Para Registro de Preços nº 05/2021 – **Processo de Compra nº** 999007/2021

OBJETO: Registro de preços para aquisição de materiais de higiene e limpeza em geral.

MODALIDADE: Pregão Presencial

TIPO: Menor preço por lote

DATA DA ABERTURA: 12/05/2021 às 09:30 horas

LOCAL: Sala de Licitações do SAESA-SCS, localizada no pavimento superior do prédio sede do SAESA-SCS, sito a Avenida Fernando Simonsen, nº 303, Bairro Cerâmica, no Município de São Caetano do Sul, Estado de São Paulo. O Edital completo e seus anexos poderão ser obtidos no endereço eletrônico http://www.saesascs.sp.gov.br ou, obtidos mediante a entrega de um CD-R, a título de reposição, ou da disponibilização de mídia removível (pen-drive) no Setor de Licitações do SAESA-SCS situado no endereço supracitado, **no horário das 10:00 às 16:00 horas, excepcionalmente, dada a alteração de horário de atendimento do SAESA, em razão da pandemia**. São Caetano do Sul, 28 de abril de 2021 – Rodrigo Gonçalves Toscano – Superintendente do SAESA-SCS.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJATI

ESTADO DE SÃO PAULO

PROCESSO Nº 66706/2021
PREGÃO PRESENCIAL Nº 042/2021

OBJETO: Aquisição de marmitex para consumo de diversos Departamentos da Municipalidade, na modalidade Pregão, por meio de Sistema Presencial, através de SRP (Sistema de Registro de Preços).

Recebimento do Credenciamento: 13/05/2020 das 08 horas e 30 minutos às 09 horas. Recebimento dos envelopes Proposta, Documentação e Declaração de Pleno Atendimento aos requisitos de habilitação: 13/05/2021 às 09 horas. O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados, gratuitamente através do site: www.cajati.sp.gov.br ou na Divisão de Compras/Licitações da Prefeitura do Município de Cajati, de 2ª a 6ª feira das 10:00 às 11:30 e das 13:30 às 14:30 horas, na Praça do Paço Municipal, nº 10 – Centro – Cajati – SP, mediante o pagamento de R$ 15,31 (quinze reais e trinta e um centavos). Informações poderão ser obtidas no endereço acima, pelo telefone (13) 3854-8700 ou pelo e-mail compras@cajati.sp.gov.br.

Cajati, 28 de abril de 2021.

SIDINEI APARECIDO RIBEIRO
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANANÉIA

ESTADO DE SÃO PAULO

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 006/2.021
PROCESSO N.º 009/2.021

Ratifico o ato da Assessoria Jurídica, que dispensou a licitação com fundamento no Artigo 24, Inciso VIII da Lei nº 8.666/93, alterada pelas Leis nº 8.883/94 e 9.648/98, em favor da Empresa **TELEFÔNICA BRASIL S.A** referente à "Contratação de serviço técnico especializado para fornecimento de internet dedicada, a ser utilizada entre os diversos órgãos do Paço Municipal", no valor de **R$ 14.338,00** (quatorze mil trezentos e trinta e oito reais), conforme consta do **Processo nº 009/2.021, da Dispensa de Licitação nº 006/2.021,** autorizando a efetivação contratação e emissão dos documentos equivalentes, vez que o processo se encontra devidamente instruído.

Publique-se.
Cananéia, 27 de abril de 2.021.

ROBSON DA SILVA LEONEL
Prefeito Municipal

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO VALE DO RIBEIRA E LITORAL SUL

CONSAÚDE

Extrato Trimestral De Ata De Registro De Preços

O Consaúde Torna Público O Extrato Da Ata Registro De Preços Referente Ao: Processo Nº **45/2021** – Pregão Presencial Nº **16/2021**, para fornecimento de Gêneros Alimentícios Estocáveis destinados ao Serviço de Nutrição e Dietética do Hospital Regional Dr. Leopoldo Bevilacqua – **HRLB/**Consaúde, Assinada Em **20/04/2021**, Prazo De Validade De 12 Meses, Com Seu **1º Trimestre** De Vigência, Conforme Segue: (Detentora Da Ata, Nº Do Lote, Descrição, Unidade De Medida, Preço Unitário Em Real), **COMEDER COM. MERC. DERIV. PROD. ALIM. LTDA – EPP**, CNPJ 03347228000140, 04, Adocante Dietetico Em Po Sache, Gr, 0,05 - 05, Adocante Dietetico Liquido, Ml, 0,032 - 15, Biscoito Tipo Agua, Sem Sal, Kg, 11,30 - 16, Cafe Torrado E Moido, Kg, 17,10 - 19, Catchup, Kg, 2,79 – 22, Coco Ralado Seco, Kg, 31,90 - 23, Colorifico Em Po, Kg, 7,80 - 24, Complemento Alimentar A Base De Arroz, Kg, 17,20 – 25, Complemento Alimentar A Base De Milho, Kg, 17,20 – 26, Complemento Alimentar A Base De Trigo, Cevada E Aveia, Kg, 26,00 – 29, Doce De Goiaba De Corte, Kg, 6,60 - 31, Erva Mate, Kg, 14,00 – 32, Ervilha Verde Em Conserva, Kg, 11,70 - 36, Farinha De Mandioca, Kg, 4,53 - 37, Farinha De Milho, Kg, 4,45 – 39, Farinha De Trigo Tipo 1, Kg, 2,96 – 42, Fuba De Milho, Kg, 3,20 - 47, Gelatina, Sabor Abacaxi, Kg, 15,70 - 48, Gelatina, Sabor Limao, Kg, 15,70 - 49, Gelatina, Sabor Morango, Kg, 15,70 – 50, Gelatina, Sabor Uva, Kg, 15,70 - 54, Maionese, Kg, 4,50 – 63, Milho Verde Em Conserva Simples, Inteiro, Lata C/2, Kg, 12,40 - 64, Mostarda, Kg, 3,65 - 66, Oregano Seco, Kg, 36,90 - 71, Polvilho Azedo; Branco, Kg, 9,00 - 73, Sal Refinado, Kg, 1,21 - 74, Shoyu, L, 5,75;**RONIE PETERSON RAMPONI – ME**, CNPJ 01861858000103, 10, Arroz Polido, Agulha, Longo, Fino, Tipo 1, Kg, 4,48 - 34, Extrato De Tomate, Kg, 5,56 – 40, Feijao Carioca, Kg, 7,31 - 55, Margarina Vegetal Com Sal, Kg, 8,03 - 57, Massa Alimenticia Seca, Espaguete, Kg, 4,38; **ANGELA DIAS CARVALHO ME**, CNPJ 17461719000122, 03, Açúcar Refinado, Kg, 2,90 - 12, Biscoito C/Sal Tipo Cream Cracker, Kg, 7,20 - 13, Biscoito C/Sal, Integral, Kg, 7,90 - 14, Biscoito Doce Tipo Maisena, Kg, 7,20 - 30, Erva Doce Seca, Kg, 15,40 – 58, Massa Alimenticia Seca, Padre Nosso, Kg, 5,09 - 59, Massa Alimenticia Seca, Parafuso, Kg, 4,27 - 79, Suco De Nectar Da Fruta Light, Cx, 1,50 - 80, Suco Preparado Pronto Para O Consumo, L, 4,50; **MARIA JOSE DE ALMEIDA SOUZA 19763427835**, Cnpj 14816164000449, 67, Polpa De Fruta Congelada Sabor Goiaba, Kg, 14,75 - 68, Polpa De Fruta Congelada, Sabor Abacaxi, Kg, 15,50 - 69, Polpa De Fruta Congelada, Sabor Acerola, Kg, 17,20 – 70, Polpa De Fruta Congelada, Sabor Maracuja, Kg, 17,21; **MAGMAXX COMERCIAL LTDA**, CNPJ 17517395000105, 01, Achocolatado Em Po, Kg, 6,80 - 06, Agua De Coco, L, 7,18 - 08, Amido De Milho, Kg, 6,84 - 11, Aveia Em Flocos, Kg, 10,98 - 21, Cha De Hortela, Embalagem Sache, Gr, 0,20 - 35, Farinha De Aveia Instantanea, Kg, 15,80 - 38, Farinha De Rosca, Kg, 9,18 - 41, Fermento Quimico Em Po, Kg, 18,10 - 51, Leite Desnatado, Uht, L, 3,82 - 52, Leite Uht/Uat Semi Desnatado Zero % Lactose, L, 4,59 - 56, Margarina Vegetal Sem Sal, Kg, 8,98 - 60, Massa Alimenticia, Ave Maria, Kg, 4,48 - 62, Milho Branco Para Canjica, Kg, 6,14 - 65, Oleo De Soja, L, 9,18 - 75, Suco Concentrado Sabor Abacaxi , L, 8,98 - 76, Suco Concentrado Sabor Caju, L, 4,98 - 77, Suco Concentrado Sabor Maracuja, L, 10,98 - 78, Suco Concentrado Sabor Uva, L, 8,98 - 81, Trigo Integral Para Quibe, Kg, 6,98 - 82, Vinagre De Alcool., Ml, 0,01.

José Antonio Antosczezem
Diretor Superintendente

Publique em jornal de grande circulação.
GAZETA DE S.PAULO
Ligue já:
11. 3729-6600

DocuSigned by:
Jornal Gazeta SP Ltda. - EPP
Assinado por: JORNAL GAZETA SP LTDA:04735364000170
CPF: 29513948889
Data/Hora da Assinatura: 28/04/2021 | 17:51:52 PDT
ICP Brasil
5146939EFE414F8FAB3A7733135E2CCF

PÁGINA CERTIFICADA. O JORNAL GAZETA SP LTDA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.gazetasp.com.br

DocuSign Envelope ID: 02ED7B38-9754-44BE-8E3C-2F4C30CAD5A3

GRANDE LEILÃO ON-LINE BANCO DO BRASIL
Nº 2021/205277V(9101)
IMÓVEIS LOCALIZADOS NOS ESTADOS DO PARANÁ, SANTA CATARINA E SÃO PAULO

Data: 13/05/2021 à partir das 11h00

OPORTUNIDADES EM AGÊNCIAS DESATIVADAS E COMERCIAIS

DÉBITOS DE IPTU, ITR, CCIR, LAUDÊMIO E CONDOMÍNIO, O BANCO DO BRASIL FICARÁ RESPONSÁVEL PELA QUITAÇÃO DOS VALORES DEVIDOS ATÉ A EFETIVAÇÃO DO REGISTRO DA TRANSFERÊNCIA DO IMÓVEL (ITEM 16.7 DO EDITAL)

PAGAMENTO À VISTA OU COM POSSIBILIDADE DE FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO / CARTA DE CRÉDITO CONSÓRCIO IMOBILIÁRIO

Consulte relação completa de lotes e Edital em nosso site.

Informações:

11 2359-7351 ou www.lancenoleilao.com.br

Leiloeiro Oficial Carla S. Umino - Jucesp 826

Lance no Leilão

Parceria

GRANDE LEILÃO ON-LINE BANCO DO BRASIL
Nº 2021/705278V(9101)
IMÓVEIS LOCALIZADOS NOS ESTADOS DO PARANÁ, SANTA CATARINA, SÃO PAULO E RIO DE JANEIRO

Data: 13/05/2021 à partir das 14h00

OPORTUNIDADES EM IMÓVEIS RURAIS

"EXISTINDO VALORES NÃO QUITADOS DE IPTU, ITR, CCIR, LAUDÊMIO E CONDOMÍNIO, O BANCO DO BRASIL S.A. FICARÁ RESPONSÁVEL PELA QUITAÇÃO DOS VALORES DEVIDOS ATÉ A ASSINATURA DO CONTRATO PARTICULAR DE COMPRA E VENDA (ANEXO 08) DO EDITAL, DESDE QUE ESTAS NÃO ESTEJAM MENCIONADAS ESPECIFICAMENTE NO LOTE DO BEM COMO DE RESPONSABILIDADE DO ARREMATANTE. (ITEM 16.7 DO EDITAL)

PAGAMENTO SOMENTE A VISTA

Consulte relação completa de lotes e Edital em nosso site.

Informações:

11 2359-7351 ou www.lancenoleilao.com.br

Leiloeiro Oficial Carla S. Umino - Jucesp 826

Lance no Leilão

Parceria

Lut (11) 3047-9800 | WWW.LUT.COM.BR

Edital de Leilão

CEZAR AUGUSTO BADOLATO SILVA, leiloeiro oficial, matriculado na JUCESP sob o n° 602, torna público que realizará um leilão extrajudicial no dia **05/05/2021 a partir das 11hrs,** pelo site www.lut.com.br, autorizado pela comitente **TRX EXPERIENCE SERVIÇOS EIRELI. CNPJ nº 15.496.784/0001-68.**

Anuncie:

11. **3729-6600**

comercial@gazetasp.com.br

SATO

EDITAL DE 1º e 2º LEILÕES PÚBLICOS EXTRAJUDICIAIS E INTIMAÇÃO DAS DATAS DOS LEILÕES – ONLINE E PRESENCIAL - Local do Leilão - Travessa Comandante Salgado, 75 – Fundação – São Caetano do Sul – SP e online no site **www.satoleiloes.com.br. TATIANA HISA SATO**, Leiloeira Oficial – mat. Jucesp nº 817, autorizada por **DIÁLOGO ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA – CNPJ nº 57.132.417/0001-25,** venderá em 1º e 2º Público Leilão Extrajudicial – art.26, 27 e § da Lei Fed. Nº 9.514/97 e suas alterações, o IMÓVEL: O apartamento tipo B, nº 193, localizado no 19º andar do empreendimento denominado "Residencial Varandas Aclimação", situado na Rua Paulo Orozimbo, nº 34, no 12º Subdistrito – Cambuci, com a área real privativa coberta edificada de 78,630m², a área real comum coberta edificada de 62,338m², a área real total edificada de 140,968m², a área real comum descoberta de 20,368m², a área real total de 161,336m². **Matrícula nº 184.097 – 6º Oficial de Registro de Imóveis de São Paulo/SP. 1º LEILÃO 13/05/2021 às 14h00 - VALOR: R$ 634.983,76. 2º LEILÃO 14/05/2021 às 14h00 - VALOR: R$ 939.813,40.** Encargos do arrematante: pagto. à vista do valor do arremate e 5% de comissão da leiloeira; emissão de matrícula, certidões (inclusive das Credoras) para lavratura e registro da escritura; ITBI e despesas com escritura/registro; despesas a partir da data da arrematação; desocupação do imóvel. Venda ad corpus. Consolidação da Propriedade em 13/04/2021. Os Fiduciantes - DIEGO PEDRO WON KIM CPF 087.102.378-44 (possui indisponibilidade de bens) E CHUNG SOOK WON KIM CPF 090.836.588-80 – comunicados das datas dos leilões, também pelo presente edital, para o exercício da preferência. **Os interessados deverão tomar conhecimento do Edital completo, disponível no portal da Sato Leilões - www.satoleiloes.com.br | (11) 4223-4343.**

---

megaleilões

1ª Vara Cível do Foro da Comarca de Itatiba/SP

EDITAL DE 1º e 2º LEILÃO e de intimação do executado **FERNANDO GOMES DE BRITO,** inscrito no CPF/MF sob o nº 369.012.278-33**; bem como sua mulher FERNANDA APARECIDA BRITO DE GODOY,** inscrita no CPF/MF sob o nº 384.276.008-60. **A Dra. Renata Heloisa da Silva Salles**, MM. Juíza de Direito da 1ª Vara Cível do Foro da Comarca de Itatiba/SP, na forma da lei, **FAZ SABER**, aos que o presente Edital de 1º e 2º Leilão do bem móvel, virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa, que por este Juízo processam-se os autos da **Ação de Execução de Título Extrajudicial** ajuizada por **CONSTRUTORA ZACARIAS LTDA e Outra** em face de **FERNANDO GOMES DE BRITO - Processo nº 1002889-76.2019.8.26.0281 - Controle nº 1354/2019,** e que foi designada a venda do bem descrito abaixo, de acordo com as regras expostas a seguir: **DO BEM MÓVEL** - O bem móvel será vendido no estado em que se encontra, sem garantia, constituindo ônus da parte interessada verificar suas condições antes das datas designadas para as alienações judiciais eletrônicas. **DA PUBLICAÇÃO DO EDITAL** - O edital será publicado na rede mundial de computadores, no sítio do gestor www.megaleiloes.com.br, em conformidade com o disposto no art. 887, § 2º, do Código de Processo Civil, inclusive as fotos e a descrição detalhada do bem a ser apregoado. **DA VISITAÇÃO** - Os interessados em vistoriar o bem deverão enviar solicitação por escrito ao e-mail visitacao@megaleiloes.com.br. Cumpre esclarecer que cabe ao responsável pela guarda dos bens autorizar o ingresso dos interessados, sendo que a visitação nem sempre será possível. Independente da realização da visita, a arrematação será por conta e risco do interessado. **DO LEILÃO** - O Leilão será realizado por **MEIO ELETRÔNICO**, através do Portal www.megaleiloes.com.br, o **1º Leilão** terá início no **dia 11/05/2021 às 10:30h** e se encerrará **dia 14/05/2021 às 10:30h**, onde somente serão aceitos lances iguais ou superiores ao valor da avaliação; não havendo lance igual ou superior ao valor da avaliação, seguir-se-á sem interrupção o **2º Leilão**, que terá início no **dia 14/05/2021 às 10:31h** e se encerrará no **dia 07/06/2021 às 10:30h**, onde serão aceitos lances com no mínimo 100% (cem por cento) do valor da avaliação. **DO CONDUTOR DO LEILÃO** - O Leilão será conduzido pelo Leiloeiro Oficial Sr. Fernando José Cerello Gonçalves Pereira, matriculado na Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP sob o nº 844. **DO VALOR MÍNIMO DE VENDA DO BEM** - No **2º Leilão**, o valor mínimo para a venda do bem corresponderá a **100% (cem por cento)** do valor da avaliação judicial, que será atualizada até a data da alienação judicial. **DOS LANCES** - Os lances poderão ser ofertados pela Internet, através do Portal www.megaleiloes.com.br. **DOS DÉBITOS** - Eventuais débitos de IPVA e demais taxas e impostos serão sub-rogados no valor da arrematação nos termos do art. 130, "caput" e parágrafo único, do CTN. **DO PAGAMENTO** - O arrematante deverá efetuar o pagamento do preço do bem arrematado, no prazo de até 24h (vinte e quatro horas) após o encerramento do leilão através de guia de depósito judicial em favor do Juízo responsável, sob pena de se desfazer a arrematação. **DA COMISSÃO** - O arrematante deverá pagar à MEGALEILÕES GESTOR JUDICIAL, a título de comissão, o valor correspondente a **5% (cinco por cento)** sobre o preço de arrematação do bem. A comissão devida à Mega Leilões gestor judicial não está incluída no valor do lance e não será devolvida ao arrematante em nenhuma hipótese, salvo se a arrematação for desfeita por determinação judicial ou por razões alheias à vontade do arrematante e, deduzidas as despesas incorridas. **DO PAGAMENTO DA COMISSÃO** - O pagamento da comissão da MEGALEILÕES GESTOR JUDICIAL deverá ser realizado em até 24h (vinte e quatro horas) a contar do encerramento do leilão, através de guia de depósito judicial nos autos, que será enviada por e-mail, e deverá ser depositada no processo. Se o credor optar pela não adjudicação (art. 876 CPC) participará das hastas públicas e pregões, na forma da lei e igualdade de condições, dispensando-se a exibição do preço, até o valor atualizado do débito. Deverá depositar o valor excedente, no mesmo prazo. Contudo, deverá o credor pagar o valor da comissão do gestor, na forma antes mencionada, que não será considerada despesa processual para fins de ressarcimento pelo executado. Correrão por conta exclusiva do arrematante eventuais despesas e custos relativos à desmontagem, transporte e transferência patrimonial do bem arrematado. **Todas as regras e condições do Leilão estão disponíveis no Portal www.megaleiloes.com.br.** Por qualquer motivo caso a intimação pessoal do executado não se realizar por meio de seus advogados ou pelo endereço constante dos autos, será intimado através do próprio edital de leilão nos termos do art. 889, I, do CPC. **RELAÇÃO DOS BENS: LOTE Nº 01:** Uma motocicleta da marca/modelo Dafr/TVS Apache RTR 150, ano/modelo 2011/2012, placa FBE 1679, chassi 9SU6F3L2BCM010034, cor verde, Renavam 00471048950. Consta no site da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo débitos vinculados ao veículo no valor total R$ 1.968,88 (15/03/2021). **Valor da Avaliação deste lote: R$ 2.800,00 (Dois mil e oitocentos reais) para Outubro de 2020. LOTE Nº 02:** PARTE IDEAL (50%): veículo da marca/modelo GM/Celta 4P Spirit, ano/modelo 2005, chassi 9B6RX48056207281, cor preta, placa DRC 6063, Renavam 00852971087. Consta no site da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo débitos vinculados ao veículo no valor total R$ 98,91 (15/03/2021). **Valor da Avaliação da parte ideal (50%) deste lote: R$ 2.000,00 (Dois mil reais) para Janeiro de 2021.** Débitos desta ação no valor de R$ 82.332,13 (Setembro/2020). O bem encontra-se à Rua Teresa Maria dos Santos Braida, 164, Jardim Verona, Itatiba/SP, sendo nomeado depositário o executado. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de Itatiba, aos 15 de março de 2021. Eu, diretor/diretora, conferi. **Dra. Renata Heloisa da Silva Salles - Juíza de Direito**

(11) 3149-4600 www.megaleiloes.com.br

---

megaleilões

1ª Vara Cível do Foro Regional do Butantã/SP

EDITAL DE LEILÃO ÚNICO e de intimação do executado **DENILZA VIEIRA RAPOSO**, inscrito no CPF/MF sob o nº 758.665.957-53. **A Dra. Mônica de Cassia Thomaz Perez Reis Lobo**, MM. Juíza de Direito da 1ª Vara Cível do Foro Regional do Butantã/SP, na forma da lei, **FAZ SABER**, aos que o presente Edital de 1º e 2º Leilão do bem móvel, virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa, que por este Juízo processam-se os autos da **Ação de Cumprimento de sentença** ajuizada pelo **ADJARBAS GUERRA TAXI LTDA** em face de **DENILZA VIEIRA RAPOSO - Processo nº 0006214-39.2017.8.26.0704 - Controle nº 664/2016**, e que foi designada a venda do bem descrito abaixo, de acordo com as regras expostas a seguir: **DO BEM** - O bem móvel será vendido no estado em que se encontra e sem garantia, constituindo ônus do interessado verificar suas condições, antes das datas designadas para as alienações judiciais eletrônicas. **DA PUBLICAÇÃO DO EDITAL** - O edital será publicado na rede mundial de computadores, no sítio do gestor www.megaleiloes.com.br, em conformidade com o disposto no art. 887, § 2º, do Código de Processo Civil, inclusive as fotos e a descrição detalhada do bem móvel a ser apregoado. **DA VISITAÇÃO** - Os interessados em vistoriar o bem deverão enviar solicitação por escrito ao e-mail visitacao@megaleiloes.com.br. Cumpre esclarecer que cabe ao responsável pela guarda do bem autorizar o ingresso dos interessados, sendo que a visitação nem sempre será possível. Independente da realização da visita, a arrematação será por conta e risco do interessado. **DO LEILÃO ÚNICO** - O Leilão será realizado por **MEIO ELETRÔNICO**, através do Portal www.megaleiloes.com.br, o **Leilão** terá início no **dia 12/05/2021 às 10:30h** e se encerrará **dia 11/06/2021 às 10:30h**, onde serão aceitos lances com no mínimo 50% (cinquenta por cento) do valor da avaliação. **DO CONDUTOR DO LEILÃO** – O Leilão será conduzido pelo Leiloeiro Oficial Sr. Fernando José Cerello Gonçalves Pereira, matriculado na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP sob o nº 844. **DO VALOR MÍNIMO DE VENDA DO BEM** – No **Leilão**, o valor mínimo para a venda do bem corresponderá a **50% (cinquenta por cento)** do valor da avaliação judicial, que será atualizada até a data da alienação judicial. **DOS LANCES** - Os lances poderão ser ofertados pela Internet, através do Portal www.megaleiloes.com.br. **DOS DÉBITOS** - Eventuais débitos pendentes que recaiam sobre o bem correrão por conta do arrematante, exceto os decorrentes de débitos de IPVA e demais taxas e impostos, que serão sub-rogados no valor da arrematação nos termos do art. 130, "caput" e parágrafo único, do CTN. **DO PAGAMENTO** - O arrematante deverá efetuar o pagamento do preço do bem arrematado, no prazo de até 24h (vinte e quatro horas) após o encerramento do leilão através de guia de depósito judicial em favor do Juízo responsável, sob pena de se desfazer a arrematação. **DA PROPOSTA** - Os interessados poderão apresentar proposta de pagamento parcelado, encaminhando parecer por escrito para o e-mail: proposta@megaleiloes.com.br (Art. 895, I e II, CPC). **A apresentação de proposta não suspende o leilão (Art. 895, § 6º, CPC) e o pagamento do lance à vista sempre prevalecerá sobre o parcelado, ainda que mais vultoso (Art. 895, § 7º, CPC)**. **PENALIDADES PELO DESCUMPRIMENTO DAS PROPOSTAS -** Em caso de atraso no pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de dez por cento sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas; O inadimplemento autoriza o exequente a pedir a resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução do valor devido, devendo ambos os pedidos ser formulados nos autos da execução em que se deu a arrematação; (Art. 895, § 4º e 5º do CPC). **DA COMISSÃO** - O arrematante deverá pagar à MEGALEILOES GESTOR JUDICIAL, a título de comissão, o valor correspondente a **5% (cinco por cento)** sobre o preço de arrematação. A comissão devida à Mega Leilões gestor judicial não está incluída no valor do lance e não será devolvida ao arrematante em nenhuma hipótese, salvo se a arrematação for desfeita por determinação judicial ou por razões alheias à vontade do arrematante e, deduzidas as despesas incorridas. **DO PAGAMENTO DA COMISSÃO** - O pagamento da comissão da MEGALEILÕES GESTOR JUDICIAL deverá ser realizado em até 24h (vinte e quatro horas) a contar do encerramento do leilão, através de guia de depósito, que ficará disponível no site do gestor ou será enviada por e-mail. **Todas as regras e condições do Leilão estão disponíveis no Portal www.megaleiloes.com.br.** Por qualquer motivo caso a intimação pessoal do executado não se realizar por meio de seus advogados ou pelo endereço constante dos autos, será intimado através do próprio edital de leilão nos termos do art. 889, I, do CPC. **RELAÇÃO DO BEM:** Um veículo da marca Mercedez, modelo Benz 313 cdi Sprinterm, placa MRM-8962, ano/modelo 2007/2007, renavam 00932473261, cor prata, diesel. Consta no site da Secretaria da Fazenda do Estado de Espirito Santo/ES débitos vinculados ao veículo no valor de R$ 665,34 (08/04/2021). **Valor da Avaliação: R$ 47.874,00 (quarenta e sete mil reais) para abril de 2021.** O bem encontra-se na Rua Paulino De Freitas, nº 214, Centro, Itaipava, Espirito Santo/ES, Cep: 29338-000, sendo nomeada depositária a executada. Débitos desta ação no valor de R$ 35.392,20 (02/2020). São Paulo, 12 de abril de 2021. Eu, diretor/diretora, conferi. **Dra. Mônica de Cassia Thomaz Perez Reis Lobo - Juíza de Direito**

(11) 3149-4600 www.megaleiloes.com.br

SATO

EDITAL DE LEILÃO BEM IMÓVEL | Comitente vendedor: Cooperativa de Crédito Credinter - Sicoob Credinter - CNPJ sob nº 24.048.910/0001-02. O leilão será realizado dia **11 de Maio de 2021, às 14h00min horas conforme o horário de Brasília,** no site **www.satoleiloes.com.br. Leiloeira Oficial: Tatiana Hisa Sato – Jucesp 817**. EDITAL COMPLETO E CONDIÇOES DE VENDA E PARTICIPAÇÃO DESTE LEILÃO ESTÃO DISPONÍVEIS EM NOSSO SITE **WWW.SATOLEILOES.COM.BR.**

SATO

SATO LEILOES – (11)4223-4343 – www.satoleiloes.com.br- LEILÃO – Comitente vendedor: Grupo CCR S.A - CPF sob nº 129.367.368-46. - Data: 12 de Maio de 2021, às 11:00. O leilão será realizado pela Leiloeira Oficial Sr. Tatiana Hisa Sato - JUCESP nº 817, situado à Travessa Comandante Salgado, 75 – Fundação – São Caetano o Sul – SP, online no site **www.satoleiloes.com.br**. A descrição dos lotes detalhadas serão exibidas no site. Os bens serão vendidos no estado em que se encontram. **RELAÇÃO DOS LOTES: Lote 01:** Aprox.12.440 m³ de material fresado; **Lote 02:** Aprox. 5.423 m³ de material fresado; **Lote 03:** Aprox. 2.430 m³ de material fresado; **Lote 04:** Aprox. 1.225 m³ de material fresado; **Lote 05:** Aprox. 900m³ de material fresado; **Lote 06:** Aprox. 710 m³ de material fresado; **Lote 07:** Aprox. 5.445,00 m³ de material fresado; **Lote 08:** Aprox. 4.102,00 m³ de material fresado; **Lote 09:** Aprox. 7.556,00 m³ de material fresado; **Lote 10:** Aprox. 4.823,00 m³ de material fresado; **Lote 11:** Aprox. 1.476,33 m³ de material fresado; **Lote 12:** Aprox. 1.687,19 m³ de material fresado; **Lote 13:** Aprox. 100,00 m³ de material fresado; EDITAL COMPLETO E CONDIÇOES DE VENDA E PARTICIPAÇÃO DESTE LEILÃO ESTÁ DISPONÍVEL EM NOSSO SITE **www.satoleiloes.com.br.**

SATO

EDITAL DE 1º e 2º LEILÕES PÚBLICOS EXTRAJUDICIAIS E INTIMAÇÃO DAS DATAS DOS LEILÕES – ONLINE E PRESENCIAL - Local do leilão - Travessa Comandante Salgado, 75 – Fundação – São Caetano do Sul – SP e online no site **www.satoleiloes.com.br. 1º leilão público – 10/05/2021 às 13h30 - VALOR: R$ 263.190,40 e 2º leilão público – 11/05/2021 às 13h30 - VALOR: R$ 351.323,13.** TATIANA HISA SATO, leiloeira oficial, Jucesp 817, autorizada pelos credores fiduciários **VILLE-PAR EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LIMITADA – CNPJ 03.817.282/0001-02 E FLECHE PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA – CNPJ 09.074.306/0001-67,** realizará os leilões para a venda do imóvel abaixo descrito, por meio de alienação fiduciária, nos termos da Lei 9.514/97 – Sistema de Financiamento Imobiliário – SFI alterada pelas Leis Federais nº 10.931/04 e nº 13.043/14 e demais disposições aplicáveis pelas condições estabelecidas neste Edital: **IMÓVEL**: Um terreno situado na Rua Oito, constituído pelo Lote nº 16, da Quadra J, do loteamento denominado "Páteo do Colégio", em Itatiba/SP, com a área de 250,00m². **MATRÍCULA: 048.800 – Oficial de Registro de Imóveis e Anexos da Comarca de Itatiba/SP. FIDUCIANTES**: DOMINICIO FERREIRA DIAS CPF 613.955.014-91 E JOSEFA MARIA DA SILVA DIAS CPF 855.994.504-06. **CONSOLIDAÇÃO DA PROPRIEDADE:** 09/04/2021. O arrematante pagará no ato, o valor da arrematação e 5% de comissão da leiloeira e arcará com todas as despesas cartorárias, escritura pública, imposto de transmissão, foro, laudêmio, taxas, alvarás, certidões, emolumentos cartorários, registros, averbações e todas as despesas que vencerem a partir da data da arrematação. A desocupação / reintegração na posse ficará a cargo exclusivo do arrematante se no caso houver. Venda em caráter ad corpus, vendido no estado em que se encontra, não podendo o arrematante alegar desconhecimento das condições, características, estado de conservação ou eventual diferença nas medidas da unidade não dará direito a qualquer reivindicação. Ficam intimados dos leilões os fiduciantes. **Maiores informações no escritório da leiloeira telefone (11) 4223-4343, através do edital completo disponível no site da leiloeira ou pelo e-mail contato@satoleiloes.com.br.**

---

megaleilões

1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central/SP

EDITAL DE 1º, 2º e 3º LEILÃO da **FALÊNCIA DE NEXGENESIS HOLDING LTDA.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.271.186/0001-65; **GENCOMM FINANCIAL SERVICES DO BRASIL LTDA.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.366.799/0001-77; **GENCOMM INTERNET SERVICES DO BRASIL LTDA.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.303.446/0001-58; **e GENCOMM LOGISTICS SERVICES DO BRASIL LTDA.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 28.867.180/0001-22, **na pessoa da Administradora Judicial EXPERTISE-MAIS SERVIÇOS CONTÁBEIS E ADMINISTRATIVOS EIRELI**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.615.744/0001-49, **representada por ELIZA FAZAN**, inscrita no CRC 1SP194878/O-4. O **DR. LEONARDO FERNANDES DOS SANTOS**, MM. Juiz de Direito da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central/SP, na forma da lei, **FAZ SABER**, aos que o presente Edital de 1º, 2º e 3º Leilão dos bens, virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa, que por este Juízo processam-se os autos da **Falência de Empresários, Sociedades Empresárias, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte** ajuizado por **NEXGENESIS HOLDING LTDA - Processo nº 1009063-28.2020.8.26.0100 - Controle nº 464/2020**, e que foi designada a venda dos bens descritos abaixo, de acordo com as regras expostas a seguir: **DOS BENS** - Os bens móveis serão vendidos no estado em que se encontram. E o arrematante ficará com o encargo de depositário dos bens. **DA PUBLICAÇÃO DO EDITAL** - O edital será publicado na rede mundial de computadores, no sítio do gestor www.megaleiloes.com.br, em conformidade com o disposto no art. 887, § 2º, do Código de Processo Civil, inclusive as fotos e a descrição detalhada dos bens a serem apregoados **DA VISITAÇÃO** - Os interessados em vistoriar o bem deverão enviar solicitação por escrito ao e-mail visitacao@megaleiloes.com.br. Cumpre esclarecer que cabe ao responsável pela guarda dos bens autorizar o ingresso dos interessados, sendo que a visitação nem sempre será possível. Independente da realização da visita, a arrematação será por conta e risco do interessado. **DO LEILÃO** - O Leilão será realizado por **MEIO ELETRÔNICO**, através do Portal www.megaleiloes.com.br, o **1º Leilão** terá início no **dia 10/05/2021 às 11:00h** e se encerrará **dia 20/05/2021 às 11:00h, sucessivamente com intervalo de 30 segundos para cada lote**, onde serão aceitos lances iguais ou superiores ao valor da avaliação; não havendo lance, seguir-se-á sem interrupção o **2º Leilão**, que terá início no **dia 20/05/2021 às 11:01h** e se encerrará no **dia 31/05/2021 às 11:00h, sucessivamente com intervalo de 30 segundos para cada lote**, onde serão aceitos lances com no mínimo 50% (cinquenta por cento) do valor da avaliação, não havendo lance, seguir-se-á sem interrupção o **3º Leilão**, que terá início no **dia 31/05/2021 às 11:01h** e se encerrará no **dia 10/06/2021 às 11:00h, sucessivamente com intervalo de 30 segundos para cada lote**, onde serão aceitos maiores lances ofertados, conforme preceitua o §3º-A do art. 142 da Lei 11.101/05. **DO CONDUTOR DO LEILÃO** - O Leilão será conduzido pelo Leiloeiro Oficial Sr. Fernando José Cerello Gonçalves Pereira, matriculado na Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP sob o nº 844. **DOS LANCES** - Os lances poderão ser ofertados a partir do dia e hora de início do leilão pela rede de internet, através do Portal www.megaleiloes.com.br, ou de viva voz no dia do encerramento do leilão **a partir das 10:00 horas** no Auditório localizado na Alameda Santos, nº 787, 13º andar, conjunto 132 - Jd. Paulista - São Paulo/SP, em igualdade de condições. **DOS DÉBITOS** - Os bens móveis serão apregoados sem quaisquer ônus, os quais serão de responsabilidade da massa falida, exceto se o arrematante for: I - sócio da sociedade falida, ou sociedade controlada pelo falido; II - parente, em linha reta ou colateral, até o 4º (quarto) grau, consanguíneo ou afim, do falido ou de sócio da sociedade falida; III - identificado como agente do falido com o objetivo de fraudar a sucessão. Parágrafo Único: Correrão por conta do arrematante as despesas e os custos relativos à desmontagem, remoção, transporte e transferência patrimonial dos bens arrematados. **DO PAGAMENTO** - O arrematante deverá efetuar o pagamento do preço do bem arrematado, no prazo de até 24h (vinte e quatro horas) após o encerramento do leilão, através de guia de depósito judicial em favor do Juízo responsável, sob pena de se desfazer a arrematação. **DA PROPOSTA** - Os interessados poderão apresentar proposta de pagamento parcelado, encaminhando parecer por escrito para o e-mail: proposta@megaleiloes.com.br (Art. 895, I e II, CPC). **A apresentação de proposta não suspende o leilão (Art. 895, § 6º, CPC) e o pagamento do lance à vista sempre prevalecerá sobre o parcelado, ainda que mais vultoso (Art. 895, § 7º, CPC). PENALIDADES PELO DESCUMPRIMENTO DAS PROPOSTAS -** Em caso de atraso no pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de dez por cento sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas. **DA COMISSÃO** - O arrematante deverá pagar à MEGALEILOES GESTOR JUDICIAL, a título de comissão, o valor correspondente a **5% (cinco por cento)** sobre o preço de arrematação do imóvel. A comissão devida à Mega Leilões gestor judicial não está incluída no valor do lance e não será devolvida ao arrematante em nenhuma hipótese, salvo se a arrematação for desfeita por determinação judicial ou por razões alheias à vontade do arrematante, deduzidas as despesas incorridas. **DO PAGAMENTO DA COMISSÃO** - O pagamento da comissão da MEGALEILÕES GESTOR JUDICIAL deverá ser realizado em até 24h (vinte e quatro horas) a contar do encerramento do leilão através de guia de depósito, que ficará disponível no site do gestor ou será enviada por e-mail. **Todas as regras e condições do Leilão estão disponíveis no Portal www.megaleiloes.com.br.** A publicação deste edital supre eventual insucesso nas notificações pessoais e dos respectivos patronos. As demais condições obedecerão ao que dispõe a Lei 11.101/05 e o Provimento CSM nº 1625/2009, e no que couber, o CPC e o caput do artigo 335, do CP. **RELAÇÃO DOS BENS: LOTES Nº 01, 02, 14, 21, 24, 26, 28, 29, 31, 32, 33, 34, 38, 41, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 51, 52, 57, 58, 61, 62, 64, 65, 69, 70, 71, 72, 79, 80, 83, 84, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96 97 99 101 102 104 105 106 108 110 111 115 116 120 121 122 125 133 135 136 140 143 147 148 151 156 158 159 161 169 178 192 193 194 195 196 200 210 216 225 226 232 235 236 237 248 249 250 251 (fração do antigo Lote 03) 252 (fração do antigo Lote 03), 253 (fração do antigo Lote 03) 254 (fração do antigo Lote 03) 255 (fração do antigo Lote 25) 256 (fração do antigo Lote 25) 257 (fração do antigo Lote 30) 258 (fração do antigo Lote 30) 259 (fração do antigo Lote 35) 260 (fração do antigo Lote 35) 261 (fração do antigo Lote 35) 262 (fração do antigo Lote 60) 263 (fração do antigo Lote 60) 264 (fração do antigo Lote 66) 265 (fração do antigo Lote 66) 266 (fração do antigo Lote 67) 267 (fração do antigo Lote 67) 268 (fração do antigo Lote 68) 269 (fração do antigo Lote 68) 270 (fração do antigo Lote 68) 271 (fração do antigo Lote 73) 272 (fração do antigo Lote 73) 273 (fração do antigo Lote 73) 274 (fração do antigo Lote 73) 275 (fração do antigo Lote 73) 276 (fração do antigo Lote 73) 277 (fração do antigo Lote 75) 278 (fração do antigo Lote 75) 279 (fração do antigo Lote 75) 280 (fração do antigo Lote 113) 281 (fração do antigo Lote 113) 282 (fração do antigo Lote 113) 283 (fração do antigo Lote 113) 284 (fração do antigo Lote 113) 285 (fração do antigo Lote 132) 286 (fração do antigo Lote 132) 287 (fração do antigo Lote 132) 288 (fração do antigo Lote 132) 289 (fração do antigo Lote 132) 290 (fração do antigo Lote 134) 291 (fração do antigo Lote 134) 292 (fração do antigo Lote 134) 293 (fração do antigo Lote 134) 294 (fração do antigo Lote 134) 295 (fração do antigo Lote 141) 296 (fração do antigo Lote 141) 297 (fração do antigo Lote 141) 298 (fração do antigo Lote 141) 299 (fração do antigo Lote 142) 300 (fração do antigo Lote 142) 301 (fração do antigo Lote 142) 302 (fração do antigo Lote 144) 303 (fração do antigo Lote 144) 304 (fração do antigo Lote 144) 305 (fração do antigo Lote 144) 306 (fração do antigo Lote 144) 307 (fração do antigo Lote 144) 308 (fração do antigo Lote 144) 309 (fração do antigo Lote 144) 310 (fração do antigo Lote 144) 311 (fração do antigo Lote 144) 312 (fração do antigo Lote 144) 313 (fração do antigo Lote 144) 314 (fração do antigo Lote 144) 315 (fração do antigo Lote 144) 316 (fração do antigo Lote 144) 317 (fração do antigo Lote 144) 318 (fração do antigo Lote 144) 319 (fração do antigo Lote 144) 320 (fração do antigo Lote 144) 321 (fração do antigo Lote 144) 322 (fração do antigo Lote 145) 323 (fração do antigo Lote 145) 324 (fração do antigo Lote 145) 325 (fração do antigo Lote 145) 326 (fração do antigo Lote 145) 327 (fração do antigo Lote 145) 328 (fração do antigo Lote 145) 329 (fração do antigo Lote 145) 330 (fração do antigo Lote 145) 331 (fração do antigo Lote 145) 332 (fração do antigo Lote 145) 333 (fração do antigo Lote 146) 334 (fração do antigo Lote 146) 335 (fração do antigo Lote 146) 336 (fração do antigo Lote 160) 337 (fração do antigo Lote 160) 338 (fração do antigo Lote 160) 339 (fração do antigo Lote 160) 340 (fração do antigo Lote 160) 341 (fração do antigo Lote 160) 342 (fração do antigo Lote 167) 343 (fração do antigo Lote 167) 344 (fração do antigo Lote 167) 345 (fração do antigo Lote 167) 346 (fração do antigo Lote 167) 347 (fração do antigo Lote 167) 348 (fração do antigo Lote 167) 349 (fração do antigo Lote 177) 350 (fração do antigo Lote 177) 351 (fração do antigo Lote 177) 352 (fração do antigo Lote 177) 353 (fração do antigo Lote 177) 354 (fração do antigo Lote 177) 355 (fração do antigo Lote 177) 356 (fração do antigo Lote 177) 357 (fração do antigo Lote 177) 358 (fração do antigo Lote 177) 359 (fração do antigo Lote 177) 360 (fração do antigo Lote 177) 361 (fração do antigo Lote 177) 362 (fração do antigo Lote 180) 363 (fração do antigo Lote 180) 364 (fração do antigo Lote 180) 365 (fração do antigo Lote 180) 366 (fração do antigo Lote 180) 367 (fração do antigo Lote 189) 368 (fração do antigo Lote 189) 369 (fração do antigo Lote 189) 370 (fração do antigo Lote 189) 371 (fração do antigo Lote 189) 372 (fração do antigo Lote 189) 373 (fração do antigo Lote 189) 374 (fração do antigo Lote 189) 375 (fração do antigo Lote 189) 376 (fração do antigo Lote 203) 377 (fração do antigo Lote 203) 378 (fração do antigo Lote 209) 379 (fração do antigo Lote 209) 380 (fração do antigo Lote 209) 381 (fração do antigo Lote 209) 382 (fração do antigo Lote 209) 383 (fração do antigo Lote 209) 384 (fração do antigo Lote 209) 385 (fração do antigo Lote 212) 386 (fração do antigo Lote 212) 387 (fração do antigo Lote 212).** **Será levado à Leilão os lotes acima informados cuja descrição detalhada dos bens, sua localização e os valores dos respectivos lotes está disponível no site www.megaleiloes.com.br.** Os bens encontram-se na Rua Glicério, 389, boxes 3.111 (60m2) e 3.118 (12m2) da Unidade Guarde Aqui - Liberdade, São Paulo/SP. **São Paulo, 07 de abril de 2021. Eu, diretora/escrivã, conferi e subscrevi. DR. LEONARDO FERNANDES DOS SANTOS - Juiz de Direito**

(11) 3149-4600 www.megaleiloes.com.br

HastaPúblicaBR

EDITAL DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

Euclides Maraschi Júnior, leiloeiro oficial inscrito na JUCESP n° 819, com escritório à Avenida Torello Dinucci, 580, Jardim dos Manacás - Araraquara/SP, devidamente autorizado pela **CREDIFORT FACTORING LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob nº 24.218.152/0001-23, com sede à Rua Sete de Setembro nº 98, cobertura 04, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP: 20050-002, nos termos Instrumento Particular de Confissão de Divida com formalização de garantia de Alienação Fiduciária firmado em 23/07/2019, decorrente do inadimplemento do Contrato de Fomento Mercantil nº 170322018, no qual figuram como Fiduciantes: **SÍLVIO JÁCOME DE NORONHA**, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF sob o nº 430.698.197-53 e portador da Carteira de Identidade nº 42050-D, residente e domiciliado na Rua Tenente Arantes Filho, nº 91, casa, Gávea, Rio de Janeiro/RJ, CEP 22.451-270 e **VIRGINIA VAN ERVEN DE NORONHA**, brasileira, casada, fonoaudióloga, inscrita no CPF sob o nº 023.548.097-51 e portadora da Carteira Nacional de Habilitação nº 01207798181, residente e domiciliada na Rua Tenente Arantes Filho, nº 91, casa, Gávea, Rio de Janeiro-RJ, CEP 22.451-270**,** levará a PÚBLICO LEILÃO de modo **On-line**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, no dia **11 de maio de 2021, às 14:00 horas**, pela plataforma www.hastapublica.com.br, em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 884.000,00 (oitocentos e oitenta e quatro mil reais)**, os imóveis abaixo descritos, com a propriedade consolidada em nome do Credor Fiduciário conforme **Av. 08** das matrículas nº 4235 e 4236, assim descritos: IMÓVEL: ÁREA 15 (QUINZE), desmembrada do Sertão de Madeireira – Gleba 02 -, com a área de 42,6851ha. (quarenta e dois hectares, sessenta e oito ares e cinquenta e um centiares) e um perímetro de 3.382,43m, situada na zona rural de município de Bananal, Estado de São Paulo, demais informações descrita na matrícula nº 4235 do Cartório de Registro de Imóveis de Bananal-SP; IMÓVEL: ÁREA 15ª (QUINZE-A), desmembrada do Sertão da Madeireira – Gleba 02 com a área de 04,0240 há. (quatro hectares, dois ares e quarenta centiares) e um perímetro de 850,13m, situado na zona rural do município de Bananal, Estado de São Paulo, demais informações descrita na matrícula nº 4236 do Cartório de Registro de Imóveis de Bananal-SP. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o dia **18 de maio de 2021**, no mesmo horário, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 1.450.352,46 (um milhão, quatrocentos e cinquenta mil, trezentos e cinquenta e dois reais e quarenta e seis centavos).** O leiloeiro fará jus à uma comissão de **5% (cinco por centro)** sobre o valor da arrematação, não se incluindo no valor do lance. O arrematante **terá o prazo de 24 horas** para efetuar o pagamento da totalidade do preço e da comissão do leiloeiro, conforme este edital. **Todos os horários estipulados neste edital, no site do leiloeiro** www.hastapublica.com.br**, em catálogos ou em qualquer outro veículo de comunicação consideram o horário oficial de Brasília-DF.** No caso do não cumprimento da obrigação assumida no prazo estabelecido, estará o arrematante, sujeito a sanções de ordem judicial, a título de perdas e danos. **No 1º Leilão**, o arrematante declara-se ciente e plenamente informado de que sobre o imóvel, podem pender débitos de natureza fiscal (IPTU e outros) e débito de condomínio, se houver. **No 2º Leilão**, **tais débitos gerados até a data da venda, são de responsabilidade do Credor Fiduciário, CREDIFORT FACTORING LTDA.** Correrão por conta do arrematante todas as despesas relativas a arrematação do imóvel, tais como, taxas, alvarás, certidões, emolumentos cartorários, registros etc; e ainda, despesas com regularização e encargos da área construída a maior, junto aos órgãos competentes (se houver), bem como a desocupação, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97. Também são de sua inteira responsabilidade todos os impostos, taxas, despesas de condomínio e outras de quaisquer natureza que incidam ou venham a incidir sobre o imóvel, desde a data da arrematação, passando a responder integralmente por todas as obrigações e regularizações relativas ao imóvel, inclusive adotar as providências, judiciais ou não, necessárias à imissão ou defesa da posse. O arrematante é responsável: a) pelo levantamento de eventual restrição imposta por zoneamento/uso do solo, legislação ambiental, IBAMA, INCRA; b) pela verificação de direitos e deveres constantes das especificações/convenções de condomínio, quando houver; c) por débitos relativos ao INSS dos imóveis com construção em andamento, concluídos, reformados ou demolidos, não averbados no registro de imóveis competente, assumindo a regularização de tais débitos perante a construtora e/ou órgãos públicos, inclusive cartórios de registro de imóveis; d) quando o imóvel for vendido na condição de "fração ideal que corresponderá a unidade condominial" (construção não averbada), por eventual exigência do registro de imóveis competente para registro do instrumento a ser outorgado e pela averbação da construção; e) por todas as providências e custos necessários para regularização da denominação de logradouro e numeração predial do imóvel junto aos órgãos competentes, se for o caso; f) pelo cancelamento dos eventuais ônus do imóvel (abrangendo hipotecas, penhoras, entre outros), se for o caso, inclusive acionando o juízo competente para tal finalidade, se necessário. O interessado deverá certificar-se previamente de todas as providências e respectivos custos para esse(s) cancelamento(s), bem como dos riscos relacionados a taisprocedimentos; g) pelo levantamento de eventuais ações ajuizadas contra o condomínio, para imóveis integrantes de condomínios edilícios; h) por todas as providências e despesas relativas à desocupação dos imóveis ocupados a qualquer título, sejam eles locados, arrendados, dados em comodato ou invadidos. Cabe ao arrematante obter as informações atinentes, bem como adotar a suas expensas as medidas necessárias à expedição de alvarás, licenças, atestados e demais documentos nos competentes órgãos ou autoridades competentes, se necessário for. O credor não responde por eventual contaminação do solo ou subsolo ou por passivos de caráter ambiental, que, se existirem, deverão ser assumidos pelo arrematante. O arrematante deverá manter o credor indene, caso esse seja responsabilizado administrativa, civil ou penalmente em razão de passivos ambientais do imóvel. Caso o credor incorra em despesas que sejam de responsabilidade do arrematante, este deverá, em até 15 (quinze) dias contados do recebimento de solicitação escrita pelo credor, ressarcir o valor despendido, atualizado monetariamente de acordo com a variação do IGPM-FGV, acumulada desde a datado desembolso pelo credor até a do efetivo ressarcimento pelo arrematante, acrescido de multa moratória de 10% (dez por cento) e de juros de 12% (doze por cento) ao ano. **FORMALIZAÇÃO DA VENDA:** Será celebrada pelo arrematante e credor, Escritura Pública de Venda e Compra, no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da realização do Leilão, sendo que o Tabelião de Notas será definido pelo credor, podendo ser prorrogado caso hajam pendências documentais do credor (por exemplo, a ausência provisória da Certidão Negativa do INSS ou Certidão de Quitação de Tributos Federais), até a regularização destas. Vencida a documentação disponibilizada para outorgada Escritura Pública ou para o respectivo registro, por culpa do arrematante, ficará sob a sua responsabilidade a obtenção de novos documentos. Não ocorrendo a assinatura da escritura pública de venda e compra por culpa exclusiva do arrematante, poderá ocorrer, a critério do credor, o cancelamento da arrematação e a devolução dos valores nominais pagos pela compra do imóvel, excluindo-se o valor pago a título de impostos, taxas e a comissão do leiloeiro, independentemente de qualquer notificação ou interpelação judicial, extrajudicial ou formalização do acordo. A devolução dos valores ocorrerá por meio de crédito em conta corrente de titularidade do arrematante. Outorgada a Escritura Pública de Venda e Compra, o arrematante deverá apresentar ao credor, no prazo de até 60 (sessenta) dias a contar da data da assinatura, o instrumento devidamente registrado no Cartório de registro de imóveis, ressalvadas as hipóteses de prorrogações autorizadas ou quando houver pendências documentais do credor, bem como, efetivar a substituição do contribuinte na Prefeitura Municipal e do responsável pelo imóvel junto à administração do correspondente condomínio. **EVICÇÃO DE DIREITO:** Sobrevindo decisão judicial transitada em julgado que decretar a anulação do título aquisitivo do credor, este responderá pela evicção de direito, com exceção dos imóveis em cuja descrição, constante do site do leiloeiro ou de material de divulgação, haja referência a restrição judicial ou outra especificação, hipótese em que o arrematante automaticamente assumirá tais riscos nos termos da lei. A responsabilidade do arrematante pela evicção ficará limitada à devolução, quando aplicável: a) do valor pago pela aquisição do imóvel; b) das despesas relativas à formalização da escritura e registro; c) das despesas condominiais e tributos pagos pelo arrematante relativos ao período posterior à data da arrematação; e d) somente quando o imóvel estiver ocupado, das despesas condominiais e tributos pagos pelo arrematante relativos ao período em que este manteve, apenas, a posse indireta do imóvel. Os valores serão atualizados entre o dia do pagamento e o da restituição, mediante aplicação de percentual igual ao utilizado para atualização dos saldos dos depósitos em Caderneta de Poupança Livre (pessoa física). Não é conferido ao arrematante o direito de pleitear quaisquer outros valores indenizatórios e tampouco indenização por benfeitorias eventualmente introduzidas no imóvel após a data da aquisição, em relação as quais o arrematante não poderá exercer o direito de retenção. Os devedores fiduciantes serão comunicados na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico, podendo os fiduciantes adquirirem sem concorrência de terceiros, o imóvel outrora entregue em garantia, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do mesmo artigo, ainda que, outros interessados já tenham efetuado lances, para o respectivo lote do leilão. Os interessados em participar do leilão, deverão se cadastrar no site www.hastapublica.com.br, **encaminhar a documentação necessária para liberação do cadastro 24 horas do início do leilão** e se habilitar, acessando a página deste leilão, clicando na opção "SOLICITAR HABILITAÇÃO", com antecedência de até 01 (uma) hora, antes do início do leilão. O envio de lances se dará através do site www.hastapublica.com.br, respeitando o lance inicial e o incremento mínimo estabelecido, na disputa pelo lote do leilão, em igualdade de condições com os demais participantes na disputa pelo lote do leilão, com exceção do devedor fiduciante, que poderá adquirir o imóvel preferencialmente em 1º e 2º leilão, caso não ocorra o arremate no primeiro, na forma do parágrafo 2º-B, do artigo 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/17. **A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra.** Outras informações no site do Leiloeiro: www.hastapublica.com.br ou pelos telefones **(16) 3461-5950/(16) 98135-2325.**

HastaPúblicaBR

EDITAL DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS

Edital de Alienação de Ativos na forma do artigo 140 da Lei 11.101/2005, respeitando a ordem preferencial dos incisos I, II, III e IV, bem como outras modalidades. EDITAL PARA CONVOCAÇÃO DE INTERESSADOS, expedido nos autos da Falência de Empresários, Sociedades Empresariais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Inadimplemento, de **Aviccena Assistência Médica Ltda., processo nº 0013530-82.2011.8.26.0100.** O MM. Juiz de Direito da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central Cível da Comarca de São Paulo-SP, Dr. JOAO DE OLIVEIRA RODRIGUES FILHO, na forma da Lei, FAZ SABER a todos quantos o presente Edital virem ou dele tiverem conhecimento, que realizar-se-á a alienação dos bens abaixo descritos, nas seguintes modalidades, nas datas, locais, horários e sob as condições adiante descritas. **O leilão será realizado por MEIO ELETRÔNICO, através do Portal www.hastapublica.com.br. O 1º leilão terá início em 14 de maio de 2021 e encerrar-se-á** às 1**4:00 horas do dia 17 de maio de 2021. Caso os lances ofertados não atinjam o valor de avaliação dos bens, o leilão seguir-se-á sem interrupção até às 14:00 horas do dia 01 de junho de 2021 – 2º leilão. Caso os lances não atinjam 50% do valor de avaliação, o leilão seguir-se-á sem interrupção, por qualquer preço, até às 14:00 horas do dia 16 de junho de 2021 – 3º leilão**. O leilão será conduzido pelo Leiloeiro Oficial Marcelo Valland - JUCESP 408. Do valor mínimo de venda dos bens – No primeiro leilão, o valor mínimo para a venda dos bens apregoados será de 100% do valor de avaliação. No segundo leilão, a alienação dar-se-á pelo maior valor ofertado, desde que não seja inferior a 50% do valor de avaliação, e no terceiro leilão a alienação dar-se-á por qualquer preço, casos em que ficará condicionado à aprovação do Magistrado, Ministério Público e Administrador Judicial. 1 – ALIENAÇÃO EM BLOCO DOS BENS – Artigo 140, III, Lei 11.101/2005 Bens: Os bens objeto desta alienação estão devidamente arrecadados e avaliados, depositados no pátio do leiloeiro, situado na Av. Torello Dinucci, nº 580, Jardim dos Manacás, Araraquara/SP, conforme relação a seguir: 1.1 Da descrição dos bens: **01) Veículo VW/GOL 16V POWER, ano fabr./modelo 2002/2002, placa DGG0307, gasolina, cor prata, Renavam 00780032861, Chassi 9BWCA05XX2P075546.** Avaliado em R$ 5.200,00 (cinco mil e duzentos reais). **02) Veículo VW/GOL 16V POWER, ano fabr./modelo 2002/2002, placa DGG0514, gasolina, cor prata, Renavam 00780034902, Chassi 9BWCA05X52T143744.** Avaliado em R$ 5.200,00 (cinco mil e duzentos reais). **03) Veículo VW/GOL 1.0, ano fabr./modelo 2005/2005, placa DPN3948, álcool/gasolina, cor prata, Renavam 00856871648, Chassi 9BWCA05X05P122507.** Avaliado em R$ 4.900,00 (quatro mil e novecentos reais). **Valor total da avaliação dos bens: R$ 15.300,00 (quinze mil e trezentos reais).** 2 - ALIENAÇÃO DOS BENS INDIVIDUALMENTE CONSIDERADOS – Artigo 140, IV, Lei 11.101/2005 Em caso de ausência de proponentes no item anterior, concomitantemente ao procedimento público de venda dos ativos, na forma dos incisos I, II e III do artigo 140 da Lei 11.101/2005, dar-se-á início ao leilão individualizados dos bens, nos termos do artigo 140, IV da Lei 11.101/2005, nos termos a seguir descritos. 2.1 Dos bens – Bens descritos no item anterior, os quais serão disponibilizados no portal www.hastapublica.com.br, por meio do qual os interessados terão acesso às fotos e à descrição detalhada dos bens a serem apregoados. 2.2 Dos débitos – Os bens serão apregoados sem quaisquer ônus, não havendo sucessão do arrematante nas obrigações do devedor ("aquisição originária"), exceto se o arrematante for: * sócio da sociedade falida, ou sociedade controlada pelo falido; * parente, em linha reta ou colateral, até o 4º (quarto) grau, consanguíneo ou afim, do falido ou de sócio da sociedade falida, ou * identificado como agente do falido com o objetivo de fraudar a sucessão (artigo 141, da Lei nº 11.101/2.005). 2.3 Da visitação - As visitas deverão ser agendadas via e-mail operacional@hastapublica.com.br. 2.4 Dos lances – Os lances poderão ser ofertados pela rede Internet, através do Portal www.hastapublica.com.br, em igualdade de condições. 2.5 Da comissão do Leiloeiro Oficial - O arrematante deverá pagar ao Leiloeiro Oficial, a título de comissão, o valor correspondente a 5% (cinco por cento) do preço de arrematação dos bens. A comissão devida não está inclusa no valor do lance e não será devolvida ao arrematante em nenhuma hipótese, salvo se a arrematação for desfeita por determinação judicial, por razões alheias à vontade do arrematante, deduzidas as despesas incorridas. 2.6 Do pagamento - O arrematante deverá efetuar o pagamento do preço dos bens arrematados, deduzido o valor da caução ofertada, se for o caso, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas após o encerramento do leilão, através de guia de depósito judicial em favor do Juízo responsável, sob pena de se desfazer a arrematação. 2.7 Do pagamento da comissão - O pagamento da comissão do Leiloeiro Oficial deverá ser realizado em até 24 (vinte e quatro) horas a contar do encerramento do leilão, através de deposito junto ao Banco Itaú agência 0150 na conta corrente nº 26.800-1 em nome de HASTAPUBLICABR Promotora de Eventos Ltda. CNPJ nº 16.792.811/0001-02. 2.8 Das demais disposições - Caso o arrematante não efetue o pagamento dentro do prazo de 24 (vinte e quatro) horas da homologação do leilão, a arrematação será cancelada e o proponente pagará multa de 3% (três por cento) sobre o valor do lance, sendo que 2% (dois por cento) da multa será destinado à Massa Falida e 1% (um por cento) será destinado à Leiloeira em razão do serviço prestado, podendo, ainda, o Juiz aprovar a venda do(s) bem(ns) para o segundo colocado, pelo último lance por ele ofertado (Art. 21 do Provimento 1625/2009). As demais condições obedecerão ao que dispõe a Lei nº 11.101/2.005 e, no que couber, o CPC, o Decreto nº 21.981/32, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427/33, que regulamenta a profissão de Leiloeiro Oficial, o caput do artigo 335, do CP, as Normas de Serviços Judiciais da Corregedoria Geral de Justiça – NSJCGJ e a Lei nº 14.112/2020. Todas as regras e condições do Leilão estão disponíveis no portal www.hastapublica.com.br. A publicação deste edital supre eventual insucesso das notificações pessoais e dos respectivos patronos. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 25 de março de 2021. **João de Oliveira Rodrigues Filho -** Juiz de Direito

---

ROSSI LEILÕES 25 anos

1ª VARA CÍVEL DO FORO DA COMARCA DE VARGEM GRANDE DO SUL

EDITAL DE PRAÇA JUDICIAL ONLINE. Ugo Rossi Filho - Leiloeiro Oficial - JUCESP 394. **1ª VARA CÍVEL DO FORO DA COMARCA DE VARGEM GRANDE DO SUL - SP**, Processo nº 0005203-41.2011.8.26.0653. Executado: **JOSÉ CARLOS TAVARES** e demais interessados. Exequente: DU PONT DO BRASIL S.A - DIVISÃO PIONNER SEMENTES, **LOTE 01 - UM TERRENO** - LOTE CINCO (5) da quadra única de um desmembramento situado nesta cidade de Vargem Grande do Sul, aberto e sem benfeitorias, de forma retangular, tendo suas quatro faces as margens e confrontações seguintes: mede 10,00 metros de frente para Rua Delta a 10,00 metros de cruzamento com a Rua Santa Lúcia, Mede 25,00 da frente aos fundos, confrontando com o Lote n. 04; mede 10,00 no fundo, confrontando com o lote nº 3 e 25,00 metros de frente aos fundos, confrontando com o lote nº 6, totalizando uma área de 250,00 m², devidamente cadastrado na Prefeitura municipal local sob o nº 01.02.090.1022.001. **Matrícula nº 12.128 do CRI de Vagem Grande do Sul - SP AVERBAÇÃO / ÔNUS DA MATRÍCULA:** Consta na referida matrícula, **AV.24** de data 22/06/2016 - averbação de distribuição da Ação de Execução de título extrajudicial sob o nº 0005203-41.2011.8.26.0653 - 1ª Vara do Foro da Comarca de Vargem Grande do Sul - **Du Pont do Brasil S.A - Divisão Pioneer Sementes; R.33** - em 20 de abril 2019 - Adjudicação expedida pelo MM. Juízo da Vara do Trabalho de São João da Boa Vista - SP - **Processo nº 0001618-16.2012.5.15.0034** em favor do Reclamante **ANTÔNIO CARLOS BISCAINO**; **AV.34** em19 /11/2019 registro de restabelecimento de sociedade conjugal do casal **ANTÔNIO CARLOS BISCAINO** com **DURCELI CARNAROLI BISCAINO**; **LOTE 02 - UM TERRENO** - LOTE SEIS (6) da quadra única de um desmembramento situado nesta cidade de Vargem Grande do Sul, aberto e sem benfeitorias, de formato retangular, tendo suas quatro faces as margens e confrontações seguintes: mede 10,00 metros de frente para Rua Delta a 20,00 metros de cruzamento com a Rua Santa Lúcia, Mede 25,00 da frente aos fundos, confrontando com o Lote n. 05; mede 10,00 no fundo, confrontando com o lote nº 3 e 25,00 metros de frente aos fundos, confrontando com o lote nº 7, totalizando uma área de 250,00 m², devidamente cadastrado na Prefeitura municipal local sob o nº 01.02.090.0116.001. **Matrícula nº 12.129 do CRI de Vagem Grande do Sul - SP - AVERBAÇÃO / ÔNUS DA MATRÍCULA:** Consta na referida matrícula, **AV.22** de 22/05/2016 - averbação de distribuição da Ação de Execução de título extrajudicial sob o nº 0005203-41.2011.8.26.0653 - 1ª Vara do Foro da Comarca de Vargem Grande do Sul - **Du Pont do Brasil S.A - Divisão Pioneer Sementes; R.31** - em 30 de abril 2019 - Adjudicação expedida pelo MM. Juízo da Vara do Trabalho de São João da Boa Vista - SP - **Processo nº 0001618-16.2012.5.15.0034** em favor do Reclamante ANTÔNIO CARLOS BISCAINO; **AV.32** em18 /11/2019 registro de restabelecimento de sociedade conjugal do casal **ANTÔNIO CARLOS BISCAINO** com **DURCELI CARNAROLI BISCAINO**; **LOTE 03 UM TERRENO** - LOTE SETE (7) da quadra A-1, do desmembramento do imóvel denominado Chácara Fortaleza, situado nesta cidade de Vargem Grande do Sul, aberto e sem benfeitorias, de formato irregular, com área de 525,00 metros quadrados, tendo suas quatro faces as metragens e confrontações seguintes: mede 14,00 metros de frente para Rua Rio Grande do Sul, nos fundos mede 14,00 metros confrontando com Huber Braz Cossi e outros; nos lados 37,00 metros com o lote n. 06 e 38,00 metros com o lote nº 8, devidamente cadastrado na Prefeitura municipal local sob o nº 01.03.136.0070.001. **Matrícula nº 12.481 do CRI de Vagem Grande do Sul - SP - AVERBAÇÃO / ÔNUS DA MATRÍCULA:** Consta na referida matrícula, **R.16** de 21/03/2007 - **HIPOTECA** nº. 20/6151-X, no valor de R$ 111.223,39, vencível em 20/11/2011 a favor do **BANCO DO BRASIL S/A** - registrada em 1º e sem concorrência de terceiros, o imóvel constante da presente matrícula (conjuntamente com três outros imóveis); **R.17** de 22/03/2007 - **HIPOTECA** n.º 20/06152-8, no valor de R$ 32.950,50, vencível em 20/11/2011, em favor do **BANCO DO BRASIL S/A** - registrada em 2º e sem concorrência de terceiros, o imóvel constante da presente matrícula (conjuntamente com três outros imóveis); **R.18** de 21/03/2007 - **HIPOTECA** n.º 20/06156-0, no valor de R$ 50.776,12, vencível em 20/11/2011, em favor do **BANCO DO BRASIL S/A** - registrada em 3º e sem concorrência de terceiros, o imóvel constante da presente matrícula (conjuntamente com três outros imóveis); **AV.19** de 30/12/2010 - **PENHORA** expedida do processo n.º 65301.2006.000641.0/000000.000 ordem 332/06 - autos da Execução movida por **STRAZZA PETRO COMÉRCIO E TRANSPORTES LTDA.** - Valor da Execução R$ 63.534,48 atualizado em 30.09.2008.; **AV.20** de 05/04/2013 - **PENHORA** expedida do processo n.º ordem 1.994/11 - autos da Execução Civil movida por **COOPERATIVA DE CREDITO RURAL DA REGIÃO MOGIANA - CREDISAN.** - Valor da Execução R$ 31.115,57 atualizado em 05.04.2013.; **AV.21** de 12/06/2013 - **PENHORA** expedida do TRT 15ª Região - do processo trabalhista n.º de ordem 1618-16.2012 - autos da ação movida por **ANTÔNIO CARLOS BISCAINO** - Valor devido R$ 141.558,72 valor de 12/06/2013, (conjuntamente com outros cinco imóveis); **AV.22** de 22/05/2015 - averbação de distribuição da Ação de Execução de título extrajudicial sob o nº 0005203-41.2011.8.26.0653 - 1ª Vara do Foro da Comarca de Vargem Grande do Sul - **Du Pont do Brasil S.A. - Divisão Pioneer Sementes; AV.23** de 10/07/2017 - **PENHORA** expedida do processo n.º 0005203 41.2011.8.26.0653 - dos autos da presente ação - proc. 0005203.41.2011.8.26.0653 - valor da dívida R$ 201.604,15 valor de 10/07/2017, (conjuntamente com outros quatro imóveis); **AV.24** de 30/04/2020 - **PENHORA** expedida do processo com n.º de ordem 100087541 - dos autos da ação movida por **INGREDION BRASIL INGREDIENTES INDUSTRIAIS LTDA** - valor da dívida R$ 343.675,13 valor de 30/04/2020; **AV.25** de 21/09/2017 - **PENHORA** expedida do TRT 15ª Região - do processo trabalhista n.º 11563-80.2019.5.15.0034, autos da ação movida por **EVERTON LAURINDO ROSA** - Valor devido R$ 10.250,93 valor de 21/09/2020.; **LOTE 04 - UM TERRENO** - LOTE OITO (8) da quadra A-1, do desmembramento do imóvel denominado Chácara Fortaleza, situado nesta cidade de Vargem Grande do Sul, aberto e sem benfeitorias, de formato irregular, com área de 539,00 metros quadrados, tendo suas quatro faces as metragens e confrontações seguintes: mede 14,00 metros de frente para Rua Rio Grande do Sul, nos fundos mede 14,00 metros confrontando com Huber Braz Cossi e outros; nos lados 38,00 metros com o lote n. 07 e 39,00 metros com o lote nº 9, devidamente cadastrado na Prefeitura municipal local sob o nº 01.03.136.0060.001. **Matrícula nº 12.482 do CRI de Vagem Grande do Sul - SP - AVERBAÇÃO / ÔNUS DA MATRÍCULA:** Consta na referida matrícula, **R.16** de 21/09/2007 - **HIPOTECA** nº 20/06151-X, no valor de R$ 111.223,39, vencível em 20/10/2011 em favor do **BANCO DO BRASIL S/A** - registrada em 1º e sem concorrência de terceiros, o imóvel constante da presente matrícula (conjuntamente com três outros imóveis); **AV.22** de 22/05/2016 - averbação de distribuição da Ação de Execução de título extrajudicial sob o nº 0005203-41.2011.8.26.0653 - 1ª Vara do Foro da Comarca de Vargem Grande do Sul - **Du Pont do Brasil S.A - Divisão Pioneer Sementes; R.31** em 30 de abril 2019 - Adjudicação expedida pelo MM. Juízo da Vara do Trabalho de São João da Boa Vista - SP - **Processo nº 0001618-16.2012.5.15.0034** em favor do Reclamante **ANTÔNIO CARLOS BISCAINO**; **AV.32** em18 /11/2019 registro de restabelecimento de sociedade conjugal do casal **ANTÔNIO CARLOS BISCAINO** com **DURCELI CARNAROLI BISCAINO.**; **LOTE 05 - 50 % DE UM TERRENO** - LOTE TRÊS (3) da quadra A, do desmembramento do Jardim Morumbi, situado nesta cidade de Vargem Grande do Sul, com frente para o prolongamento da Rua Santana, em aberto e sem benfeitorias, de formato irregular, com as seguintes metragens e confrontações seguintes: mede 12,00 metros de frente para o prolongamento da Rua Santana, nos fundos mede 15,50 metros confrontando com Armando Zampar, nos lados 33,00 metros com o lote nº 2 e 33,00 metros com o lote nº 4, tendo uma área de 453,70 metros quadrados, devidamente cadastrados na Prefeitura municipal local sob o nº 01.01.038.0253.001. **Matrícula nº 13.091 do CRI de Vagem Grande do Sul - SP (nota** - Sobre o referido imóvel foi edificado uma casa de morada emplacada com número 1380 (complemento 1376), não averbada da matrícula, conforme informação junto ao Cadastro Municipal local. - **AVERBAÇÃO / ÔNUS DA MATRÍCULA:** Consta na referida matrícula, R.8 de 09/06/2006 - **HIPOTECA** nº 40/00391-4, no valor de R$ 30.000,00 , vencível em 30/11/2006 em favor do **BANCO DO BRASIL S/A** - registrada em 2º e sem concorrência de terceiros; Consta na referida matrícula, R.10 de 30/05/2007 - **HIPOTECA** nº 20/06155-2, no valor de R$ 88.897,65, vencível em 20/10/2011 em favor do **BANCO DO BRASIL S/A** - registrada em 1º e sem concorrência de terceiros; **AV.13** de 30/12/2010 - **PENHORA** expedida do processo nº 65301.2006.000641.0/000000.000 ordem 332/06 - autos da Execução movida por **STRAZZA PETRO COMÉRCIO E TRANSPORTES LTDA.** - Valor da Execução R$ 31.115,57 atualizado em 30.09.2008.; **AV.14** de 05/04/2013 - **PENHORA** expedida do processo n.º ordem 1.994/11 - autos da Execução Civil movida por **COOPERATIVA DE CREDITO RURAL DA REGIÃO MOGIANA - CREDISAN.** - Valor da Execução R$ 63.534,48 , atualizado em 05.04.2013.; **AV.15** de 12/06/2013 - **PENHORA** expedida do TRT 15ª Região - do processo trabalhista n.º de ordem 1618-16.2012 - autos da ação movida por **ANTÔNIO CARLOS BISCAINO** - Valor devido R$ 141.558,72 valor de 12/06/2013, (conjuntamente com outros cinco imóveis); **AV.16** de 22/05/2015 - averbação de distribuição da Ação de Execução de título extrajudicial sob o nº 0005203-41.2011.8.26.0653 - 1ª Vara do Foro da Comarca de Vargem Grande do Sul - **Du Pont do Brasil S.A - Divisão Pioneer Sementes; AV.18** de 10/07/2017 - **PENHORA** expedida do processo n.º 0005203-41.2011.8.26.0653 - dos autos da presente ação - proc. 0005203.41.2011.8.26.0653 - valor da dívida R$ 201.604,15 valor de 10/07/2017, (conjuntamente com outros quatro imóveis); **AV.19** de 30/04/2020 - **PENHORA** expedida do processo com n.º de ordem 100087541 - dos autos da ação movida por **INGREDION BRASIL INGREDIENTES INDUSTRIAIS LTDA** - valor da dívida R$ 343.675,13 valor de 30/04/2020. PRAÇA ÚNICA com início em **05/05/2021, às 15 h00min** e **termina em 05/07/2021, às 16hs.** Fica o requerido JOSÉ CARLOS TAVARES e demais interessados **INTIMADOS** das designações supra. Lance mínimo - valores superiores à 60 % do valor da avaliação.

MAIORES INFORMAÇÕES ATRAVÉS DO SITE WWW.ROSSILEILOES.COM.BR

DocuSigned by:
Jornal Gazeta SP Ltda. - EPP
Assinado por: JORNAL GAZETA SP LTDA:04735364000170
CPF: 29513948889
Data/Hora da Assinatura: 28/04/2021 | 17:51:57 PDT
ICP Brasil
5146939EFE414F8FAB3A7733135E2CCF

PÁGINA CERTIFICADA. O JORNAL GAZETA SP LTDA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.gazetasp.com.br

DocuSign Envelope ID: 02ED7B38-9754-44BE-8E3C-2F4C30CAD5A3

Aba Infra-Estrutura e Logística S.A. - CNPJ nº 55.395.883/0001-78

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 *(Valores expressos em milhares reais) (As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis)*

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas, A Administração da Aba Infra-Estrutura S.A., em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação dos acionistas o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações financeiras, acompanhada do parecer dos Auditores Independentes correspondentes aos exercícios findos em 31/12/2020 e de 2019, elaboradas de acordo com as práticas adotadas no Brasil. Nesta oportunidade a Presidência a Diretoria e a Administração da Aba Infra-Estrutura S.A. expressam os agradecimentos a todos aqueles que de alguma forma contribuíram com a Companhia, possibilitando assim o sucesso da Aba Infra no mercado nacional e em especial reconhecemos as contribuições e confiança de nossos participantes, nossos acionistas, nossos clientes, nossos fornecedores, nossos parceiros, nossos funcionários e nossos colaboradores pelo empenho e dedicação. **A Diretoria.** São Paulo 29 de março de 2021.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

ATIVO	Notas	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Circulante		**9.548**	**19.610**	**62.015**	**33.959**
Caixa e equivalentes de caixa	3	3.625	1.454	53.837	14.567
Contas a receber de clientes	4	112	386	4.451	9.282
Tributos a recuperar		346	354	548	601
Impostos diferido		643	-	643	-
Outros créditos	5	19	4.904	276	6.044
Dividendos a receber	6	4.783	12.362	813	2.206
Despesas antecipadas		19	150	1.447	1.259
Não circulante		**203.551**	**179.699**	**364.742**	**320.766**
Partes relacionadas	7	64.039	63.842	87.393	85.238
Depósitos judiciais	16	-	129	2.171	1.916
Outros créditos		-	-	-	-
Impostos diferidos		1.500	1.211	3.410	5.978
Propriedades para investimentos	11	4.347	4.925	4.347	4.925
Investimentos	8	130.475	107.866	20.760	25.496
Imobilizado	9	2.437	1.703	4.930	3.295
Intangível	10	752	23	241.731	193.918
Total do ativo		**213.098**	**199.309**	**426.757**	**354.725**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Notas	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Circulante		**835**	**4.521**	**27.961**	**76.426**
Empréstimos e financiamentos	12	565	-	5.542	48.671
Fornecedores		36	206	2.750	5.650
Obrigações trabalhistas	13	15	31	1.636	1.539
Obrigações tributárias	13	12	795	5.066	10.125
Dividendos a pagar	6	181	3.483	1.799	3.586
Compromisso com poder concedente	14	-	-	9.717	4.199
Outras contas a pagar	15	26	6	1.451	2.656
Não circulante		**30.691**	**37.333**	**132.881**	**42.716**
Empréstimos e financiamentos	12	1.820	-	61.852	16.683
Partes relacionadas	8	28.850	37.272	250	1.910
Provisão para demandas e contingências	16	21	61	8.431	7.445
Outras contas a pagar	15	-	-	9	24
Obrigações tributárias	13	-	-	12.720	-
Compromisso com poder concedente	14	-	-	49.618	16.654
Patrimônio líquido					
Capital social	17	70.945	70.945	70.945	70.945
Reservas de lucros		110.627	86.510	110.627	89.066
		181.572	**157.455**	**181.572**	**160.011**
Participação de não controladores		-	-	84.342	75.572
		181.572	**157.455**	**265.914**	**235.583**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**213.098**	**199.309**	**426.757**	**354.725**

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

	Notas	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Receita operacional líquida	18	**662**	**13.481**	**113.304**	**138.818**
(-) Custo dos serviços prestados	19	(241)	(2.907)	(51.997)	(47.639)
(=) Lucro bruto		**421**	**10.574**	**61.307**	**91.179**
(+/-) Receitas/(despesas) operacionais					
Despesas administrativas e comerciais	20	(3.496)	(8.853)	(25.426)	(34.585)
Outras receitas/(despesas) operacionais, líquidas	21	(409)	20.851	15.951	20.961
Resultado da equivalência patrimonial		23.651	42.536	2.599	9.443
		19.746	**54.534**	**(6.875)**	**(4.181)**
(=) Lucro antes do resultado financeiro		**20.167**	**65.108**	**54.432**	**86.998**
(+/-) Resultado financeiro	22				
Despesas financeiras		(307)	(17)	(13.277)	(8.314)
Receitas financeiras		1.001	1.246	6.119	2.670
Variações cambiais líquidas		-	-	(260)	15
		694	**1.229**	**(7.417)**	**(5.629)**
(=) Resultado antes das provisões tributárias		**20.860**	**66.337**	**47.015**	**81.369**
IR e CS corrente	23	-	(980)	(12.762)	(12.820)
IR e CS diferidos	23	932	(430)	(1.925)	(1.870)
		932	**(1.411)**	**(14.687)**	**(14.691)**
(=) Lucro líquido do exercício		**21.793**	**64.927**	**32.327**	**66.678**
Participação de não controladores		**-**	**-**	**(10.534)**	**(1.752)**
(=) Lucro líquido do exercício atribuível ao controlador		21.793	64.926	21.793	64.926

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Lucro líquido do exercício	**21.793**	**64.927**	**32.327**	**66.678**
(+-) Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	**21.793**	**64.927**	**32.327**	**66.678**
Resultado abrangente destinado aos não controladores	-	-	(10.534)	(1.752)
	-	**-**	**21.793**	**64.926**

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital social	Reserva legal	Retenção de lucros	Patrimônio líquido do controlador	Participação de não controlador	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	**70.945**	**1.244**	**43.488**	**115.677**	**74.121**	**189.798**
Lucro líquido do exercício	-	-	64.926	64.926	1.752	66.678
Retenção de lucros - Reserva legal	-	3.118	(3.118)	-	-	-
Distribuição de lucros	-	-	(20.593)	(20.593)	(301)	(20.894)
Saldos em 31 de dezembro 2019	**70.945**	**4.363**	**84.702**	**160.010**	**75.572**	**235.583**
Lucro líquido do exercício	-	-	21.793	21.793	10.534	32.327
Retenção de lucros - Reserva legal	-	1.217	(1.217)	-	-	-
Distribuição de lucros	-	-	(231)	(231)	(1.764)	(1.995)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**70.945**	**5.580**	**105.047**	**181.572**	**84.342**	**265.914**

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Das atividades operacionais				
Lucro líquido antes dos impostos sobre a renda	**20.860**	**63.780**	**47.015**	**81.369**
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:				
Depreciações e amortizações	319	96	12.610	10.570
Resultado na realização de investimentos	(17)	-	(17)	-
Custo na venda ou baixa de ativos imobilizados e intangíveis	578	1.617	585	1.617
Resultado da equivalência patrimonial	(23.651)	(39.980)	(2.599)	(9.443)
Juros e variações monetárias líquidas s/mútuos	(444)	(1.206)	(494)	(1.352)
Juros e variações monetárias e cambiais líquidas	102	61	5.687	5.390
Provisão para credores de liquidação duvidosa	(94)	-	(3.507)	560
Provisão (reversão) para demandas administrativas e judiciais	(41)	-	987	5.187
Decréscimo (acréscimo) em ativos				
Contas a receber de clientes	368	(263)	8.369	(9.282)
Tributos a recuperar	8	(352)	51	653
Outros créditos	12.464	(14.136)	9.377	(6.046)
Despesas antecipadas	131	(148)	(188)	(522)
Depósitos judiciais	129	30	(255)	(457)
(Decréscimo)/acréscimo em passivos				
Fornecedores	(170)	185	(4.128)	(2.691)
Obrigações trabalhistas e tributárias	(799)	680	7.758	(3.729)
Outras contas a pagar	20	(10.347)	(1.220)	2.653
Dividendos a pagar	(3.302)	-	(3.305)	-
Compromisso com poder concedente	-	-	(12.422)	293
Caixa gerado nas operações	6.462	18	64.304	74.770
IR e CS pagos	-	(980)	(12.762)	(12.820)
Caixa líquido gerado/(aplicado) nas atividades operacionais	**6.462**	**(963)**	**51.541**	**61.950**
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Venda de Investimentos	1.995	-	1.995	-
Lucros e dividendos recebidos	23.771	35.480	23.771	
Juros sobre o capital próprio recebidos	-	-	-	-
Aquisição de investimentos	(22.150)	(4.622)	-	(4.622)
Aquisição de imobilizados e intangíveis	(1.782)	(37)	(10.072)	(46.128)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimento	**1.834**	**30.821**	**15.694**	**(36.333)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Amortização de empréstimos e financiamentos	(518)	-	(113.602)	(21.637)
Ingressos de empréstimos e financiamentos	2.800	-	109.956	21.173
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamentos	**2.282**	**-**	**(3.647)**	**(464)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos com quotistas				
Integralização de capital	-	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-
Mútuos concedidos ou pagos	(37.247)	(28.244)	(37.144)	(36.284)
Mútuos captados ou recebidos	29.072	16.473	33.930	34.164
Distribuição de lucros	(231)	(17.565)	(21.107)	(26.944)
Juros s/capital próprio pagos	-	-	-	
Caixa líquido utilizado pelas atividades de financiamentos com acionistas	**(8.406)**	**(29.336)**	**(24.321)**	**(29.064)**
Aumento/(redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	**2.172**	**523**	**39.270**	**(3.911)**
Caixa e equivalentes de caixa de início do exercício	1.454	931	14.567	18.478
Caixa e equivalentes de caixa de final do exercício	3.625	1.454	53.837	14.567
Aumento/(redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	**2.172**	**523**	**39.270**	**(3.911)**

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

1. Contexto operacional: A Aba Infra-Estrutura e Logística S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, e tem sua sede e foro na cidade de São Paulo/SP, Rua Gomes de Carvalho, 1306, 10º andar, conjunto 101, Sala 03 - Vila Olímpia, São Paulo, CEP 04547-005, Inscrita no CNPJ sob nº 55.395.883/0001-78. A Empresa foi constituída em 2/1/86, tem por objeto social: **a)** Elaboração, gerenciamento e fiscalização de projetos, orçamentos e administração nas áreas de edificações, infraestrutura, instalações em geral, saneamento, pavimentação, pontes, portos, aeroportos e ferrovias; **b)** A execução de projetos, implantação, operação e administração de aterros sanitários, prestação de serviços de coleta, transporte e disposição final em aterros sanitários de resíduos industriais, residenciais e hospitalares; **c)** O comércio de materiais para construção; **d)** A implantação, operação e administração de estacionamentos, rotativos ou não, públicos ou privados; exploração de outdoors, banners e backligtht's; **e)** A prestação de serviços de conservação, limpeza, manutenção e reparação de bens; **f)** A participação em outras sociedades na qualidade de sócia quotista ou acionista. **1.1.** Informações sobre as principais empresas controladas e controladas em conjunto:

Controladas	Participação (%)	Tipo de participação	Tipo de controle
Adonai Química S.A.	46,91	Direta	Próprio
Concais S.A.	99	Direta	Próprio
Toronto Import. e Export. de Óleos e Comb. Ltda.	99	Direta	Próprio
Adonai East	100	Direta	Próprio
Coligadas			
Contermas SPE S.A.	50	Direta	Compartilhado
PP-NMM Adm. de Bens Ltda.	16,67	Direta	Compartilhado
Pier Mauá S.A.	50	Direta	Compartilhado

a) Adonai Química S.A.: A Adonai Química S.A. ("Adonai" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado e tem sua sede e foro na Cidade de São Paulo/SP, Rua Gomes de Carvalho, 1306, 8º andar, sala 85, Vila Olímpia, CEP 04547-005 e filiais na Cidade de Santos/SP, na margem esquerda do Porto Organizado de Santos, Área de Tanques, s/n - Terminal Adonai, Ilha do Barnabé e na Rua Quinze de Novembro, nº 46/48, térreo, sala 4. A Companhia foi constituída em 29/6/98, com propósito específico para os fins e efeitos de Concorrência nº 27/97 PROAPS nº 24, celebrado pela Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp), mediante contrato de arrendamento regendo a exploração de instalação portuária, com utilização de área sob a administração da Codesp, localizada na Ilha do Barnabé, na margem esquerda do Porto Organizado de Santos. A Companhia iniciou suas atividades operacionais em agosto de 2007. O terminal está capacitado a operar 24 h/dia, com utilização de área de 27.495,80 m² arrendada da Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp), e dois berços de atracação de navios, exclusivos para a movimentação de líquidos, Cais Bocaina e Cais São Paulo. O Contrato de arrendamento com a Codesp teve seu prazo prorrogado, vigendo até 10/7/43. **b)** Concais S.A.: A Concais S.A. ("Concais" ou "Companhia") foi constituída em 4/8/97, com o objetivo de exportação, mediante contrato de arrendamento para exploração de instalação portuária, com utilização de área correspondente a 43.227,03 metros quadrados sob a administração da Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp), situada em Outeirinhos na margem direita do Porto de Santos, e objeto do contrato de arrendamento PRES/022.98 e seus adtivos celebrados entre a Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp) e Concais S.A. A Companhia tem sua sede e foro na Rua Gomes de Carvalho, 1306, 8º andar, sala 83, Vila Olímpia, em São Paulo/SP e filial na Avenida Cândido Gaffreé, s/n, 25 interno, Porto de Santos, Terminal de Passageiros, Santos/SP. O Contrato de arrendamento com a Codesp teve seu prazo prorrogado, vigendo até 10/5/38. **c)** Toronto Importadora e Exportadora de Óleos e Combustíveis Ltda.: A Toronto Importadora e Exportadora de óleos e Combustíveis Ltda. ("Toronto" ou "Companhia"), foi constituída em 23/11/17, com o objetivo de importação, comercialização e exportação de Combustíveis; óleos minerais e produtos de sua destilação; gasolinas; querosenes; óleo diesel; solventes; naftas; metanol; outros óleos combustíveis minerais; óleos lubrificantes; aditivos e graxas. Biodiesel puro ou misturado; etanol combustível para fins automotivos; óleos vegetais. A representação comercial de empresas nacionais e ou estrangeiras. A participação em outras sociedades como sócia, quotista e ou acionista. A Companhia tem sua sede, foro e administração na Rua Quinze de Novembro, 46 sala 12, Setor Toronto, Centro, Santos/SP podendo abrir e extinguir filiais e outros estabelecimentos em qualquer parte do território nacional. **d)** Adonai East: A Adonai East Terminal de Líquidos S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado e tem sua sede e foro na Cidade São Paulo/SP, Rua Gomes de Carvalho, 1306, 8º andar, sala 82, Vila Olímpia, CEP 04547-005 e filiais na Cidade de Santos, Terminal Adonai, Ilha do Barnabé e na Rua Quinze de Novembro, 46/48 - sala 5. A companhia tem como objeto social único e exclusivo o arrendamento da área e infraestrutura públicas localizadas no Porto de Santos, para a movimentação e armazenagem de granéis líquidos, especialmente combustíveis, na área denominada STS13A, nos termos das disposições do Contrato de Arrendamento, objeto de Leilão nº 02/2019, promovido pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ. (Poder Concedente). A companhia detém o direito de Exploração e uso da Instalação Portuária de uso Público, com a utilização da área sob administração Santos Port Authority SPA (Antiga Codesp), conforme contrato nº 03/2020, firmado em 19/5/20, tendo o seu prazo de arrendamento de 25 anos contados da data de Assunção, que foi em 21/8/20, onde a sua vigência vai até 21/8/45, podendo ser prorrogado, respeitado o limite máximo total de 70 anos de exploração. **e)** Contermas SPE S.A.: A Contermas - Arrendatária Novo Terminal Marítimo de Salvador - SPE S.A.("Contermas" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado e propósito específico com sede na Avenida da França, 1.551, no Município de Salvador/BA. A Companhia foi fundada em 3/10/16. O objetivo social da Companhia é exclusivamente o arrendamento e a exploração comercial da área, infraestrutura e instalação portuária pública relativa a implantação, gestão, manutenção e correspondente infraestrutura de apoio, como operador portuário, ao embarque, desembarque e trânsito de passageiros, dentro da área do Porto Organizado na Instalação Portuária de Turismo de Salvador, no Estado da Bahia. **f)** PP-NMM Administração de Bens Ltda.: A PP--NMM Administração de Bens Ltda. ("PP-NMM" ou "Companhia") é uma sociedade de capital limitada. A empresa tem por objeto a aquisição e administração de bens próprios e de terceiros, para uso próprio ou por terceiros, incluindo sem limitacao, aeronaves. **g)** Píer Mauá S.A.: A Píer Mauá S.A. ("Companhia") foi constituída em 13/10/97 com o propósito específico de exploração mediante contrato de arrendamento de instalação portuária, com utilização de área sob a Administração da Companhia Docas do Estado do Rio de Janeiro ("CDRJ") que compreende a construção, implementação, administração, operação e exploração de um complexo comercial, financeiro, de lazer, de turismo, de cultura, de transporte, de operações portuárias localizados dentro da área do Porto do Rio de Janeiro, objeto do contrato de arrendamento C-DEP JUR nº 100/97 entre a Companhia Docas do Rio de Janeiro (CDRJ) e Píer Mauá S.A. A Companhia está sediada na Avenida Rodrigues Alves, 10, Estação Marítima de Passageiros (ESMAPA), na Cidade do Rio de Janeiro/RJ. **2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais praticas contábeis adotadas "individuais e consolidadas": 2.1.** Base de apresentação: **2.1.1.** Declaração de conformidade: As demonstrações contábeis da Companhia e de suas controladas para o exercício findo em 31/12/20 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Aprovação das demonstrações contábeis: As demonstrações contábeis foram aprovadas pela diretoria da Sociedade em 29/3/21, considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data que tiveram efeito sobre as divulgações das referidas demonstrações. **2.1.2.** Moeda funcional: As demonstrações contábeis são apresentadas em reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas. **2.1.2.1.** Conversão de moeda estrangeira: Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional (Real) utilizando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e nos encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado. **2.1.3.** Uso de estimativas e julgamentos: A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Tais estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos à estas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, estimativas para reconhecimento da Perda Esperada com Crédito de Liquidação Duvidosa (PCLD), bem como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para demandas judiciais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis, devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Administração monitora e revisa periódica e tempestivamente essas estimativas e suas premissas. **2.1.4.** Regime de escrituração contábil: As receitas, os custos e as despesas foram registrados pelo regime de competência. Os ativos realizáveis e passivos exigíveis até o prazo de um ano foram classificados no circulante e aqueles com prazos superiores a um ano foram classificados no grupo não circulante. **2.2.** Base de consolidação: As demonstrações contábeis de controladas são incluídas nas demonstrações contábeis a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis das controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Controladora. Para 31/12/20, as demonstrações contábeis consolidadas compreendiam as seguintes empresas:

	Participação (%)	Tipo de participação	Tipo de controle
Aba Infra-Estrutura e Logística S.A.		Controladora	
Adonai Química S.A.	46,91	Direta	Próprio
Concais S.A.	99	Direta	Próprio
Toronto Import. e Export. de Óleos e Comb. Ltda.	99	Direta	Próprio
Adonai East Terminal de Líquidos S.A.	100	Direta	Próprio

Em 2019 com exceção da empresa Adonai East Terminal de Líquidos S.A, as demais empresas citadas acima, integram as demonstrações consolidadas. Nas demonstrações contábeis individuais da controladora, as informações financeiras das controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. **2.3.** Transações eliminadas na consolidação: Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações contábeis consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. **2.4.** Principais práticas contábeis adotadas: **a)** Reconhecimento da receita, custos e despesas: A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. As receitas são apresentadas nos resultados dos exercícios pelo seu valor líquido, ou seja, excluem os impostos incidentes sobre elas e são reconhecidas com base nos serviços prestados, na sua efetiva prestação. O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência sendo os custos compostos por custos portuários, custos de arrendamento, pessoal, encargos sociais, serviços de terceiros, manutenções, amortizações de ativos, entre outros insumos relacionados às operações portuárias, estão demonstradas separadamente das despesas operacionais, e são registradas no exercício em que incorrerem. **b)** Caixa e equivalentes de caixa: Incluem caixa e saldos positivos em contas correntes mantidas junto às instituições financeiras. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e, estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, como por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. As aplicações realizadas em investimentos com vencimento superior a três meses são classificadas como títulos e valores mobiliários, uma vez que possuem uma liquidez diferenciada. **c)** Contas a receber de clientes: As duplicatas a receber de clientes são inicialmente, reconhecidas pelo valor da transação e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a perda estimada com créditos de liquidação duvidosa. A Sociedade adotou a mensuração da perda esperada com créditos de liquidação duvidosa com base em toda a vida dos instrumentos, seguindo orientações do CPC 48 sendo utilizada uma abordagem simplificada, considerando o histórico de movimentações e perdas históricas. Como regra geral, os títulos vencidos a mais de 120 dias representam um relevante indicativo de perda esperada, e são avaliados individualmente por cliente. **d)** Imobilizado líquido: O imobilizado é registrado pelo custo histórico de aquisição e/ou formação. As depreciações são computadas pelo método linear e reconhecidas no resultado do exercício de acordo com as taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 9 e leva em consideração o tempo de vida útil-econômica estimada dos bens e o período de concessão diante a Codesp, dos dois o menor. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. Os gastos incorridos com manutenção e reparo somente serão capitalizados se os benefícios econômicos futuros associados a esses itens forem prováveis e os valores forem mensurados de forma confiável, enquanto os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico-futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. Para as controladas Adonai , Concais e Adonai East somente os bens não reversíveis ao concessionário, sem interferência do poder concedente podem ser classificados como Ativo Imobilizado e contabilizado de acordo com CPC 27 - Ativo Imobilizado. Os bens reversíveis adquiridos pela Companhia e vinculados à concessão são classificados como infraestrutura da concessão como ativo intangível. Os bens recebidos do poder concedente não devem ser contabilizados e classificados no imobilizado, pois são reversíveis ao final da concessão e não podem ser livremente negociados ou retidos pela Companhia. O poder concedente determina, porém, no Contrato de Concessão, que a Companhia deverá manter controle de inventário atualizado destes bens. **e)** Intangível líquido: As controladas Adonai ,Concais e Adonai East atuam como prestadoras de serviços, construindo ou melhorando a infraestrutura usada para prestar um serviço público, bem como operar e manter essa infraestrutura durante determinado prazo. As construções efetuadas durante o prazo de concessão serão entregues ao poder concedente em contrapartida de ativos intangíveis representando o direito de cobrar dos usuários pelo serviço prestado, e a receita será subsequentemente gerada pelos serviços prestados. Considerando as características dos contratos de concessão a base para o registro do direito de concessão e da infraestrutura é o CPC 04 - Ativo intangível. **f)** Direito de concessão (outorga) e infraestrutura: As concessões obtidas pelas controladas Adonai ,Concais e Adonai East, junto ao poder concedente se enquadram como contratos de exploração. Dessa forma, o direito de outorga da concessão foi registrado a valor presente, usando uma taxa de juros estimada por juros compatíveis com a natureza, o prazo e os riscos relacionados ao ônus da outorga, não tendo vinculação com a expectativa de retorno da concessão. A amortização deste direito é calculada com base no benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão. A infraestrutura não é registrada como ativo imobilizado da Companhia porque o contrato de concessão não transfere à concessionária o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente no encerramento do respectivo contrato, sem direito a indenização. O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar dos usuários pela utilização da infraestrutura e explorar receitas comerciais adicionais pela maior disponibilidade da infraestrutura. **g)** Propriedades para investimentos: Baseado nos CPCs 27 e 28, e considerando que os imóveis não estão destinados a venda, os mesmos foram classificados no grupo Propriedade para Investimento, demonstrados ao seu valor de custo. As receitas geradas pela propriedade para investimento caso seja alugada serão reconhecidas no resultado, dentro de cada competência. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item registrado em propriedades para Investimento são determinadas pela diferença entre os valores recebidos de venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos no resultado. **h)** *Impairment* de ativos não financeiros: De acordo com as disposições do CPC 01 - Redução ao Valor recuperável de ativos, ativo imobilizado e ativo intangível são submetidos a testes de perda no valor recuperável sempre que eventos ou alterações em circunstâncias indicarem que seu valor contábil poderá não ser recuperado. Os ativos que têm vida útil definida são revisados para verificação de indicadores de *impairment* em cada data de balanço e sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Caso exista indicador, os ativos são testados para impairment. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo montante em que o custo contábil do ativo excede seu valor recuperável. Em 31/12/20, não foram identificados indicadores de *impairment* sobre esses ativos. **i)** Compromissos com o poder concedente: O poder concedente, estabelece no contrato de concessão que a Companhia pague uma contribuição fixa e outra variável durante todo o período de concessão. A contribuição fixa e variável está registrada sob a denominação "Compromissos com o poder concedente" no passivo circulante e não circulante, considerando os prazos de liquidação inferiores e superiores ao prazo de 1 ano, descontados a valor presente, amortizados pelas liquidações financeiras. **(i)** Outorga - Contribuição Fixa: A contribuição fixa estabelecida no contrato de concessão da Concais é no valor de R$ 105 mil mensais, corrigidas pelo IGP-M anualmente. Esta obrigação foi registrada a valor presente a taxa de 10,00% a.a. A contrapartida da atualização desta obrigação pela recomposição do valor presente e correção monetária, está relacionada diretamente ao direito de concessão, é registrada no resultado do exercício como despesa financeira. A contribuição fixa estabelecida no contrato de concessão da Adonai é no valor de R$ 82 mil mensais, corrigidas pelo IGP-M anualmente. Esta obrigação foi registrada a valor presente a taxa de 10,00% a.a. A contrapartida da atualização desta obrigação pela recomposição do valor presente e correção monetária, está relacionada diretamente ao direito de concessão, é registrada no resultado do exercício como despesa financeira. A Adonai East pagará a União 5 parcelas de R$ 5.250 milhões a título de valor de Outorga referente a oferta do Leilão do presente arrendamento. As parcelas serão pagas anualmente. Além da Outorga a Adonai East pagará uma contribuição fixa estabelecida no contrato de concessão no valor de R$ 158,5 mil mensais, corrigidas pelo IPCA anualmente.Esta obrigação foi registrada a valor presente a taxa de 10,00% a.a. A contrapartida da atualização desta obrigação pela recomposição do valor presente e correção monetária, está relacionada diretamente ao direito de concessão, é registrada no resultado do exercício como despesa financeira. **(ii)** Outorga - Contribuição Variável: O poder concedente determina também à Concais, uma contribuição variável calculada de R$ 26,67/por passageiro efetivamente embarcado; 3,5% pela realização de eventos de natureza culturais, sociais, empresariais e instituicionais na área arrendada, calculados sobre o faturamento bruto, o qual deverá ser informado à Gerência de Faturamento da Codesp; e 4% pelos veículos estacionados em regime de estacionamento fixo, calculados sobre o faturamento bruto. O poder concedente determina também à Adonai, uma contribuição variável calculada pela movimentação mensal por tonelada sobre a tarifa portuária vigente e pelo período de atracação dos navios de berço. **j)** Tributação: Impostos sobre as vendas: As receitas de vendas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições pelas seguintes alíquotas básicas: • Imposto Sobre Serviços (ISS) - alíquota de 2% à 5%; • Programa de Integração Social (PIS) - alíquota 0,65% e 1,65%; • Contribuição para Financiamento de Seguridade Social (Cofins) - alíquota de 3% e 7,6%. Lucro real anual: Para os exercícios de 2020 e de 2019 o regime de tributação da Companhia e suas controladas (Adonai, Adonai East e Toronto) foi o lucro real anual aplicando-se as alíquotas regulares do respectivo imposto e contribuição, observando os critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente, calculados pelas alíquotas regulares de 15%, acrescida de adicional de 10% para o imposto de renda e de 9% para a Contribuição Social. A controlada Concais adota a sistemática do lucro presumido, com presunção de 8% e 12% de base (IR e CSLL respectivamente), aplicando-se as alíquotas de 15% mais adicional de 10% para Imposto de Renda e 9% para Contribuição Social sobe o Lucro Líquido. **k)** Ajuste a valor presente de ativos e passivos: Os ativos e passivos monetários são ajustados pelo seu valor presente no registro inicial da transação, levando em consideração o fluxo de caixa contratuais, a taxa de juros explícita e, em certos casos, implícita, dos respectivos ativos e passivos e as taxas praticadas no mercado para transações semelhantes. Subsequentemente, estes juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado, por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação ao fluxo de caixa contratuais. A Sociedade avalia periodicamente o efeito deste procedimento e nos exercícios findos em 31/12/2020 e 2019 não transacionou operações que se qualificassem a serem ajustadas. **l)** Empréstimos e financiamentos: Os empréstimos e financiamentos estão sujeitos à atualização monetária, segundo os índices contratuais. Os juros incorridos são reconhecidos "pró rata *temporis*". **m)** Fornecedores: Correspondem aos valores devidos aos fornecedores no curso normal do negócio da Companhia. Se o prazo de pagamento é equivalente a um ano ou menos, os fornecedores são classificados no passivo circulante. Caso contrário, o montante correspondente é classificado no passivo não circulante. Quando aplicável, são acrescidos encargos, variações monetárias ou cambiais. **n)** Ativos contingentes e provisão para demandas judiciais: As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos são as seguintes: • Ativos contingentes: são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa; • Passivos: são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis de desembolso de caixa futuro e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos avaliados como sendo de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa, e os passivos avaliados como de perdas remotas não são provisionados e, tampouco, divulgados. **o)** Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes): Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Empresa possue uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **p)** Instrumentos financeiros: Reconhecimento inicial e mensuração: A Companhia classifica ativos e passivos financeiros nas seguintes categorias: ao valor justo por meio do resultado ("FVTPL"), ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("FVOCI") e ao custo amortizado. Ativos e passivos financeiros - reconhecimento e desreconhecimento: A Companhia reconhece os ativos e passivos financeiros quando, e somente quando, se tornar parte das disposições contratuais dos instrumentos. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Ativos financeiros - mensuração: Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir: • O ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; • Os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes somente se satisfizer ambas as condições a seguir: • O ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; • Os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamento de principal e de juros sobre o valor principal em aberto. Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado. Além disso, no reconhecimento inicial, a Companhia pode irrevogavelmente designar um ativo ou passivo financeiro como mensurado ao valor justo por meio do resultado com o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente um possível descasamento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo ou passivo. Passivos financeiros - mensuração: Os instrumentos financeiros classificados no passivo, após seu reconhecimento inicial pelo seu valor justo, são mensurados com base no custo amortizado com base no método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, são reconhecidos no resultado, como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos. Redução ao valor recuperável de instrumentos financeiros: Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui: • Inadimplência ou atrasos do devedor; • Reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais; • Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial; • Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores; • O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento devido a dificuldades financeiras; • Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros. A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada, que inclui as perdas de crédito esperadas. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares. Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado. Uma perda por redução ao valor recuperável referente a uma investida avaliada pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com o seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houve uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. **q)** Novas normas, alterações e interpretações de normas: **1)** IFRS 16/CPC 6 - Arrendamento mercantil: A partir de 1/1/19 entrou em vigor o IFRS 16/CPC 6 - Arrendamento mercantil,porém, a Administração não identificou qualquer efeito em suas demonstrações e de suas controladas devido à natureza das operações das empresas que opera basicamente com ativos de concessão e ativos próprios, sendo as locações existentes baseados em valores variáveis e de curto prazo, para o qual a norma não se aplica. A Companhia não teve impactos reconhecidos em suas demonstrações contábeis. **2)** IFRIC 23/ICPC 22 - Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro: A partir de 1/1/19 entrou em vigor o IFRIC 23/ICPC 22 - Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro que esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração quando há incerteza sobre os tratamentos de tributos sobre o lucro, ou seja, há dúvidas sobre a aceitação dos tratamentos adotados pela autoridade fiscal, aplicando os requisitos do CPC 32. A Companhia não teve impactos reconhecidos em suas demonstrações contábeis. Não há outras normas , interpretações e alterações destas que não estão em vigor que a Companhia espera ter um impacto material decorrente de sua aplicação em suas demonstrações contábeis. **r)** Reapresentação das Demonstrações Financeiras de 31/12/19: As demonstrações do exercício de 2019 estão sendo reapresentadas a fim de refletir nas demonstrações financeiras, os efeitos do reconhecimento de receitas, em de acordo com o CPC 47 R1. Os efeitos desse ajuste nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31/12/19 são como segue:

Controlada CONCAIS	2019 Original	Ajuste	2019 Reapresentado
Ativo			
Contas a receber de clientes	3.844	4.009	7.853
Total do Ativo	**55.809**	**4.009**	**59.818**
Passivo			
Obrigações tributárias	5.379	267	5.646
Outras contas a pagar	532	1.160	1.692
Reservas legal e de lucros	2.260	2.582	4.842
Total do Passivo e patrimônio líquido	**55.809**	**4.009**	**59.818**
Demonstração do resultado			
Receita operacional líquida	70.408	3.742	74.150
Custo de prestação de serviços	(21.064)	(1.160)	(22.224)
Lucros antes do resultado financeiro	40.195	2.582	42.777
Resultado antes das provisões tributária	38.523	2.582	41.105
Lucro do exercício	**30.031**	**2.582**	**32.613**

Consolidado	2019 Original	Ajuste	2019 Reapresentado
Ativo			
Contas a receber de clientes	5.273	4.009	9.282
Total do Ativo	**350.716**	**4.009**	**354.725**
Passivo			
Obrigações tributárias	9.858	267	10.125
Outras contas a pagar	1.496	1.160	2.656
Reservas legal e de lucros	86.510	2.556	89.066
Participação dos não controladores	75.546	26	75.572
Total do Passivo e patrimônio líquido	**350.716**	**4.009**	**354.725**
Demonstração do resultado			
Receita operacional líquida	135.076	3.742	138.818
Custo de prestação de serviços	(46.479)	(1.160)	(47.639)
Lucros antes do resultado financeiro	84.416	2.582	86.998
Resultado antes das provisões tributária	78.787	2.582	81.369
Participação de não controladores	(1.726)	(26)	(1.752
Lucro do exercício	**62.370**	**2.582**	**64.926**

3. Caixa e equivalentes de caixa:

	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Caixa	-	-	6	13
Banco conta movimento	607	1.454	15.014	14.421
Aplicações financeiras	3.018	-	38.710	-
Poupança	-	-	107	133
	3.625	**1.454**	**53.837**	**14.567**

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicação financeira de curto prazo, de alta liquidez, que é prontamente conversível em um montante conhecido de caixa e que está sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. O saldo de aplicações financeiras está representado substancialmente por certificados de depósitos bancários, remunerados com base na variação do CDI (Certificado de Depósito Interbancário). Os certificados de depósitos bancários embora tenham vencimentos de longo prazo, podem ser resgatados a qualquer tempo sem prejuízo da remuneração.

4. Clientes:

	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Clientes	3	355	4.484	12.822
Clientes Coligadas	94	125	-	-
Perdas Estimativas com créditos de liquidação duvidosa	-	(94)	(33)	(3.540)
	112	**386**	**4.451**	**9.282**

A seguir são demonstrados os saldos de contas a receber de cliente por idade de vencimento:

	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
A vencer até 30 dias	112	143	4.411	7.873
Vencidos de 1 à 120 dias	-	243	40	1.409
Vencidos à mais de 120 dias	-	94	33	3.540
	112	**480**	**4.484**	**12.822**

5. Outros créditos:

Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
19	4.904	276	6.044

A Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo S.A. EMTU/SP propôs ação de desapropriação contra a Companhia. Alegou que, por meio do Decreto Estadual 60.277/12, de 21/3/14, foi declarada utilidade pública, destinada à implantação de veículo leve sobre trilhos, uma área de propriedade da Companhia localizada na Avenida Conselheiro Rodrigues Alves nº 137/139 e Avenida Senador Dantas, nº 162 à 190, cadastrados junto à Prefeitura de Santos sob os nºs 57.011.018.000, 57.011.015.000 e 57.011.010.000, os créditos correspondente a este imóvel foram recebidos em 2020.

6. Dividendos:

	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Dividendos a receber				
Concais S.A.	2.563	10.156	-	-
Pier Mauá S.A.	813	2.206	813	2.206
Adonai Química	1.407	-	-	-
	4.783	**12.362**	**813**	**2.206**
Dividendos a pagar				
Carlos César Floriano	181	3.483	638	3.586
Alípio José Gusmão dos Santos	-	-	365	-
Kadosh Participações	-	-	796	-
	181	**3.483**	**1.799**	**3.586**

7. Partes relacionadas: São reputadas transações entre as empresas do Grupo de acordo com características acordadas entre as partes, as quais podem diferir das condições usuais de mercado.

Clientes - Nota 5	Controladora 2020	Controladora 2019
Concais S.A.	47	78
Adonai Química	47	47
	94	**125**

Receitas operacionais - Nota 19	Controladora 2020	Controladora 2019
Aluguel - Concais	270	270
Aluguel - Adonai	270	270
Gerenciamento de Obras - Concais	44	1.078
Gerenciamento de Obras - Adonai	6	13.363
Gerenciamento de Obras - Adonai East	86	-
	676	**14.981**

Outras receitas - Nota 22	Controladora 2020	Controladora 2019
Recuperação de Despesas - Concais	-	874
Recuperação de Despesas - Adonai	-	329
	-	1.203

Mútuos ativos	Prazo	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Alípio José Gusmão Santos[1]	8 anos	4.014	3.906	5.867	3.906
Alplana Adm. e Incorp. Ltda.[1]	8 anos	-	-	3.844	3.740
Argemil Armazéns Gerais Ltda.[2]	Indeterminado	327	327	3.607	3.607
Brazmo Ind. E Com.Ltda.[3]	8 anos	16.305	15.998	16.305	15.998
Bandeirante Química Ltda.[3]	8 anos	1.562	1.533	1.562	1.533
FCA Comércio Exterior e Logística Ltda.[2]	Indeterminado	40.329	40.329	54.706	54.705
			62.537	**62.093**	**85.891**
83.489					
AFAC não integralizado PP-NMM	Indeterminado	1.502	1.749	1.502	1.749
			64.039	**63.842**	**87.393**
85.238					
Mútuos passivos					
Adonai Química S.A.[2]	Indeterminado	11.376	26.362	-	-
Adonai East[2]	2 anos	5.924	-	-	-
Concais[2]	2 anos	3.500	-	-	-
Toronto Import. e Export. de Óleos[2]	Indeterminado	7.800	9.000	-	-
Eudmarco S.A. Serv. e Com. Internacional[2]	Indeterminado	-	1.910	-	1.910
		28.850	**37.272**	**-**	**1.910**

(1) As operações com partes relacionadas, celebradas por contrato de mútuo com pessoas ligadas, com amortizações periódicas, são corrigidas mensalmente à taxa de 100% do CDI; (2) As operações comuns de saldos entre partes relacionadas, em contas correntes de empresas coligadas e entre controladores e suas controladas, sem vencimento predeterminado, não há incidência de encargos financeiros e cobranças de juros; (3) As operações com partes relacionadas, celebradas por contrato de mútuo com pessoas ligadas, com amortizações periódicas, são corrigidas mensalmente à taxa de 90% do CDI.

Partes relacionadas - passivo:	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Contermas 1	250	-	250	-
	250	**-**	**250**	**-**

(1) Referente antecipação de dividendos recebidas no decorrer de 2020. Remuneração da Administração: Em 2020 e 2019, a remuneração da Diretoria e dos Administradores da Empresa é substancialmente composta por pró-labore:

	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Remuneração da Administração	25	24	1.152	1.250
	25	**24**	**1.152**	**1.250**

8. Investimentos: 8.1. Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial: Em 31/12/2020 e 2019, os investimentos em participações societárias permanentes são compostos como segue:

	2020 % Participação	2020 Patrimônio líquido	2020 Resultado do exercício	2019 % Participação	2019 Patrimônio líquido	2019 Resultado do exercício
Concais S.A	99	6.780	14.596	99	6.780	32.613
Pier Mauá S.A	50	37.148	6.508	50	37.855	18.211
Adonai Química S.A.	46,91	158.577	19.578	46,91	141.998	2.693
PP-NMM Adm. de Bens Ltda.	16,66	10.365	(1.770)	33,33%	12.042	(1.770)
Contermas SPE S.A.	50	917	(670)	50	5.109	1.748
Toronto Import e Export de Óleos e Combustíveis Ltda.	99	8.613	(525)	99	9.138	(463)
Adonai East	100	20.088	(2.062)	-	-	-

8.2. Movimentação dos investimentos:

Empresas	Tipo de participação	Saldo 2018	Aporte de capital	Lucros distribuídos	Outros	Equivalência patrimonial	Saldo 2019	Lucros distribuídos	Equivalência patrimonial	Venda	Integralização de capital	Saldo 2020
Concais S.A.	Direta	6.712	-	(29.731)	-	32.287	9.268	(17.006)	14.450	-	-	6.712
Adonai Química S.A.	Direta	65.347	-	-	-	1.263	66.610	(1.407)	9.184	-	-	74.387
Toronto Import e Export	Direta	9.506	-	-	-	(458)	9.048	-	(520)	-	-	8.528
Adonai East	Direta	-	-	-	-	-	-	-	(2.062)	-	22.150	20.088
(1) Total Controladas		**81.565**	**-**	**(29.731)**	**-**	**33.092**	**84.926**	**(18.413)**	**21.052**	**-**	**22.150**	**109.715**
Pier Mauá S.A.	Direta	15.571	-	(5.749)	-	9.105	18.927	(3.607)	3.254	-	-	18.574
PP-NMM Adm de Bens Ltda	Direta	(96)	4.621	-	-	(511)	4.014	-	(309)	(1.961)	-	1.727
Contermas SPE S.A.	Direta	1.705	-	-	-	850	2.555	(1.750)	(346)	-	-	459
(2) Total Coligadas		**17.180**	**4.621**	**(5.749)**	**-**	**9.444**	**25.496**	**(5.357)**	**2.599**	**(1.961)**	**-**	**20.760**
(+) Provisão para perdas em investimentos (a)		96	-	-	(95)	(1)	-	-	-	-	-	-
Total Controladora (1) + (2)		**98.841**	**4.621**	**(35.480)**	**(95)**	**42.536**	**110.422**	**(23.770)**	**23.651**	**(1.961)**	**22.150**	**130.475**
Total Consolidado (2)		**17.276**	**4.621**	**(5.749)**	**(95)**	**9.443**	**25.496**	**(5.357)**	**2.599**	**(1.961)**	**-**	**20.760**

(a) Refere-se à provisão para perdas nas empresas controladas que se encontram com o patrimônio líquido negativo, reclassificados para o "Passivo circulante".

9. Imobilizado:

	Período de depreciação	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Prédios e Edificações	25 anos	2.240	2.240	2.240	2.240
Máquinas e equipamentos	10 anos	239	239	239	239
Móveis e utensílios	10 anos	115	115	1.396	1.330
Computadores e periféricos	5 anos	1.136	201	4.061	2.879
Veículos	5 anos	-	-	500	550
Implantação Terminal		-	-	1.050	-
Subtotal custo do ativo imobilizado	**-**	**3.730**	**2.795**	**9.486**	**7.238**
Depreciação acumulada	-	(1.293)	(1.092)	(4.556)	(3.943)
Ativo imobilizado líquido		**2.437**	**1.703**	**4.930**	**3.295**

Taxas de depreciação: A Empresa efetuou a revisão da amortização pelo prazos de concessões e a revisão da vida útil de seus principais ativos e concluiu que não existem diferenças relevantes na taxa de depreciação utilizadas atualmente. **9.1.** Movimentação do custo do ativo imobilizado - Consolidado:

Custo	2019	Adições	Baixas	2020
Prédios e Edificações	2.240	-	-	2.240
Máquinas e equipamentos	239	-	-	239
Móveis e utensílios	1.330	69	(4)	1.396
Computadores e periféricos	2.879	1.188	(5)	4.061
Veículos	550	-	(50)	500
Projeto Implantação Terminal	-	-	-	1.050
Total Imobilizado	**7.238**	**1.257**	**(59)**	**9.486**

9.2. Movimentação da depreciação do ativo imobilizado - Consolidado:

Depreciação	2019	Adições	Baixas	2020
Prédios e Edificações	(569)	(90)	-	(659)
Máquinas e equipamentos	(223)	(3)	-	(226)
Móveis e utensílios	(860)	(77)	4	(933)
Computadores e periféricos	(1.982)	(389)	3	(2.368)
Veículos	(309)	(98)	37	(370)
	(3.943)	**(657)**	**44**	**(4.556)**

10. Intangível:

	Período de amortização	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Software e Sistemas	5 anos	975	128	1.637	762
Licença de Uso	5 anos	-	-	172	172
Direitos de Exploração		-	-	41.345	20.245
Maquinas e Equipamentos	10 anos	-	-	5.283	5.001
Bens de Concessão		-	-	169.523	217.536
Em Andamento	-	-	-	111.400	55.749
Direito de Outorga		-	-	29.865	-
Benfeitorias e Instalações		-	-	42.505	42.505
Subtotal		**975**	**128**	**401.730**	**341.970**
Amortização Acumulada		(223)	(105)	(159.999)	(148.052)
Ativo intangível líquido		**752**	**23**	**241.731**	**193.918**

Taxas de amortização: A Empresa efetuou a revisão da amortização pelo prazos de concessões e a revisão da vida útil de seus principais ativos e concluiu que não existem diferenças relevantes na taxa de amortização utilizadas atualmente. **10.1.** Movimentação do custo do ativo intangível - Consolidado:

Custo	2019	Adições	Transferências	2020
Software e Sistemas	762	875	-	1.637
Licença de Uso	172	-	-	172
Direitos de Exploração	20.245	21.100	-	41.345
Maquinas e Equipamentos	5.001	287	(5)	5.283
Bens de Concessão	217.536	6.482	(54.495)	169.523
Bens de Concessão em Andamento	55.749	1.156	54.495	111.400
Direito de Outorga	-	29.865	-	29.865
Benfeitorias e instalações	42.505	-	-	42.505
	341.970	**59.765**	**(5)**	**401.730**

10.2. Movimentação da amortização do ativo intangível - Consolidado:

Amortização	2019	Adições	Baixas	2020
Software e Sistemas	(562)	(197)	-	(759)
Licença de Uso	(74)	-	-	(74)
Direito de Exploração	(2.097)	(2.840)	-	(4.937)
Maquinas e Equipamentos	(3.064)	(250)	4	(3.310)
Bens de Concessão	(100.347)	(7.765)	-	(108.112)
Direito de Outorga	-	(865)	-	(865)
Benfeitorias e Instalações	(41.908)	(33)	-	(41.941)
	(148.052)	**(11.951)**	**4**	**(159.999)**

11. Propriedades para Investimentos:

	2020	2019
Terrenos Figueiras -Suzano/SP	-	578
Terreno - Vila Di Firenze Remanescente	2.672	2.672
Aptos Rua Padre Anchieta - Santos	1.256	1.256
Apto Unidade 021 Torre - 3 - Leonardo	36	36
Terreno Sete de Setembro - Suzano	175	175
Prédio Padre Anchieta - Santos	320	320
(-) Amortizações de Imóveis/Prédios	(112)	(112)
	4.347	**4.925**

Baseado na CPC 27, e considerando que os imóveis não estão destinados a venda, os mesmos foram classificados no grupo Propriedade para Investimento, demonstrados ao seu valor de custo. As receitas geradas pela propriedade para investimento caso seja alugada serão reconhecidas no resultado, dentro de cada competência. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item registrado em propriedades para Investimento são determinadas pela diferença entre os valores recebidos de venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos no resultado.

12. Empréstimos e financiamentos:

	Prazo inicial	Companhia	Vencimento final	Taxa de Juros	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Finame	60 meses	Adonai	06 08/2022	13,10% e 11,92% a.a.	-	-	97	156
Santander 4131	60 meses	Concais	07/2025	2,25407% a.a	-	-	18.094	18.231
Finame Stemac	63 meses	Concais	01/2024	6,59% a.a	-	-	50	66
Subtotal - veículos e máquinas					**-**	**-**	**18.241**	**18.453**
BNDES - Finame PSI	60 meses	Adonai	01/2020	7% a.a	-	-	-	9.642
Financiamento FRN Floating)	60 meses	Adonai	01/2020	CDI + 3,83% a.a	-	-	-	34.214
BNDES - Finame Fluxo	60 meses	Adonai	01/2024	3,42% a.a	-	-	284	376
BNDES - Finame GIMI	60 meses	Adonai	02/2024	3,42% a.a	-	-	303	399
BNDES - Finame KBS	60 meses	Adonai	11/2023	3,42% a.a	-	-	342	459
Financiamento OP 4131	24 meses	Adonai	11/2024	2,78326% a.a	-	-	1.610	1.811
Financiamento ROF 4131 - 1030	16 meses	Adonai	07/2025	2,25408% a.a	-	-	44.230	-
Subtotal - construção e desenvolvimento					**-**	**-**	**46.769**	**46.901**
Capital de Giro	20 meses	ABA	02/2025	CDI + 2,61808% a.a	2.385	-	2.385	-
Total					**2.385**	**-**	**67.395**	**65.354**
Circulante					565	-	5.542	48.671
Não circulante					1.820	-	61.853	16.683

A Empresa está em conformidade com os índices obrigatórios exigidos. Cronograma de pagamentos do passivo não circulante:

	2020	2019
2021	-	109
2022	4.646	-
2023	4.496	-
2024	4.387	-
2025	3.201	-
Subtotal - veículos e máquinas	**16.730**	**109**
2020	-	2.638
2021	-	4.957
2022	11.705	4.947
2023	11.696	3.832
2024	11.423	200
2025	8.478	-
Subtotal - construção e desenvolvimento	**43.302**	**16.574**
2022	560	-
2023	560	-
2024	560	-
2025	140	-
Subtotal - Capital de Giro	**1.820**	**-**
	61.852	**16.683**

13. Obrigações tributárias e trabalhistas:

	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Salários a pagar	-	-	-	2
Provisão para férias e encargos	12	22	1.218	1.059
Instituto nacional do Seguro Social - INSS	3	7	306	240
Fundo de garantia por tempo de serviço - FGTS	-	2	84	105
Outros	-	-	28	133
Obrigações trabalhistas	**15**	**31**	**1.636**	**1.539**
Impostos sobre serviço - ISS	-	2	436	1.156
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	10	298	211	945
Programa de integração social - PIS	2	65	46	206
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	-	149	118	348
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	-	-	516	1.733
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	-	-	197	627
Parcelamento de ISS	-	-	2.581	-
Parcelamento de IPTU	-	-	-	4.445
Parcelamento CSLL	-	-	2.656	-
Parcelamento COFINS	-	-	2.018	-
Parcelamento PIS	-	-	403	-
Parcelamento IRPJ	-	-	8.481	-
Outros	-	281	123	665
Obrigações tributárias	**12**	**795**	**17.786**	**10.125**
Circulante	27	826	6.702	11.664
Não Circulante	-	-	12.720	-
Total obrigações trabalhistas e tributárias	**27**	**826**	**19.422**	**11.664**

14. Compromissos com poder concedente:

	Adonai 2020	Adonai 2019	Adonai East 2020	Adonai East 2019	Concais 2020	Concais 2019	Total 2020	Total 2019
CODESP - contribuição variável	1.107	1.030	7.324	-	1.287	3.169	9.717	4.199
Contribuição Fixa - Outorga	19.565	20.475	69.446	-	19.471	20.658	108.482	41.133
(-) Ajuste à valor presente	(12.079)	(12.888)	(36.166)	-	(10.619)	(11.591)	(58.864)	(24.479)
	8.593	8.617	40.604	-	10.139	12.236	59.335	20.853
Circulante	1.107	1.030	7.324	-	1.287	3.169	9.717	4.199
Não Circulante	7.486	7.587	33.280	-	8.852	9.067	49.618	16.654
Total	**8.593**	**8.617**	**40.604**	**-**	**10.139**	**12.236**	**59.335**	**20.853**

15. Outras contas a pagar:

	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Aluguéis a pagar	8	1	48	39
Seguros a pagar	14	1	1.347	1.044
Adiantamento de Clientes	-	-	32	-
Outras contas diversas	4	4	9	1.597
Parcelamento multa Cetesb	-	-	24	-
	26	**6**	**1.460**	**2.680**
Circulante	26	6	1.451	2.656
Não circulante	-	-	9	24

16. Provisão para demandas judiciais: Durante o curso normal de seus negócios, a Empresa fica exposta a certas provisões e riscos, que incluem processos tributários, trabalhistas e cíveis em discussão. As declarações de rendimentos estão sujeitas à revisão e aceitação final pelas autoridades fiscais, por período prescricional de cinco anos. Outros encargos tributários e previdenciários, referentes a períodos variáveis de tempo, também estão sujeitos a exame e aprovação final pelas autoridades fiscais.

	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Tributário	-	1	1.512	970
Trabalhistas	1	-	763	817
Cíveis	19	60	5.917	5.232
Administrativo	1	-	239	426
	21	**61**	**8.431**	**7.445**
Depósitos judiciais	-	(129)	(2.171)	(1.916)
	21	**(68)**	**6.260**	**5.529**

Adicionalmente, existem processos pulverizados, no montante total de R$ 3.275 em 2020 e R$ 3.216 em 2019 cuja probabilidade de perda foi considerada possível pelos advogados da Companhia e para os quais não foi constituída provisão. **16.1.** Movimentação da provisão para demandas judiciais:

Controladora	Tributária	Trabalhistas	Cíveis	Administrativo	Subtotal	Depósitos judiciais	Valor total
Saldo em 31/12/19	**1**	**-**	**60**	**-**	**61**	**(129)**	**(68)**
Adições/reversões	-	1	(41)	(40)	129	89	
Saldo em 31/12/20	**1**	**1**	**19**	**-**	**21**	**-**	**21**

Consolidado	Tributária	Trabalhistas	Cíveis	Administrativo	Subtotal	Depósitos judiciais	Valor total
Saldo em 31/12/19	**970**	**817**	**5.232**	**426**	**7.445**	**(1.916)**	**5.529**
Adições/reversões	544	(55)	684	(187)	986	(255)	731
Saldo em 31/12/20	**1.514**	**762**	**5.916**	**239**	**8.431**	**(2.171)**	**6.260**

17. Patrimônio líquido: 17.1. Capital social: O capital social é de R$ 70.945 composto por 70.945.000 ações, no valor de R$ 1 (expresso em Reais) cada, totalmente integralizadas em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, composto pelos seguintes sócios:

Sócios	Participação (%)	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Carlos César Floriano	99,999999%	70.944	70.944
Luis Antônio Floriano	0,000001%	1	1
		70.945	**70.945**

17.2. Distribuição de lucros: Foram distribuídos lucros aos acionistas durante o exercício social encerrado em 31/12/20 no montante de R$ 1.995 (R$ 20.894 em 2019), conforme quadro a seguir:

Companhia	2020	2019
Aba	231	20.593
Subtotal Controladora	**231**	**20.593**
Adonai	1.592	-
Concais	172	301
Subtotal não controladores	**1.764**	**301**
Total	**1.995**	**20.894**

18. Receitas operacionais liquidas:

	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Receita de armadores	-	-	37.422	57.158
Receitas de armazenagem	-	-	71.523	71.138
Receitas com exportação	-	-	3.429	108
Receita de aluguel e locações	189	192	645	1.369
Receita de aluguel e locações (Adonai)	270	270	-	-
Receita de aluguel e locações (Concais)	270	270	-	-
Movimentação de Bagagens	-	-	9.543	12.733
Receitas de serviços diversos	-	-	2.051	7.646
Estacionamento	-	-	1.168	4.496
Receitas de serviços portuários	-	-	1.098	1.770
Receitas de inertização	-	-	515	788
Receitas de FUNDAF	-	-	-	485
Serviços de gerenciamento e adm. de obras	-	-	-	66
Serviços de gerenciamento e adm. de obras - Concais	-	1.078	-	-
Serviços de gerenciamento e adm. de obras - Adonai	-	13.363	-	-
Representação Comercial	-	-	293	259
Impostos incidentes sobre receita bruta	(67)	(1.692)	(14.383)	(19.198)
	662	**13.481**	**113.304**	**138.818**

19. Custos da prestação de serviços:

	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Depreciação e amortização líquidas	(93)	(93)	(10.208)	(9.010)
Pessoal e respectivos encargos	-	-	(16.646)	(16.752)
Serviços contratados de terceiros	-	-	(9.361)	(1.921)
Arrendamento	-	-	(2.395)	(2.576)
Movimentação de passageiros	-	-	(3.814)	(9.105)
Insumos utilizados na operação	-	-	(4.735)	(2.101)
Energia elétrica	-	-	(804)	(1.076)
Manutenção e reparos	(11)	(4)	(1.091)	(1.440)
Seguros	-	-	(1.609)	(1.198)
Movimentação mínima - MMC	-	-	(1.122)	(1.062)
Água e esgoto	-	-	(115)	(109)
Gastos gerais	-	-	(769)	(1.881)
Outros custos gerais	(137)	(2.810)	(137)	-
Créditos de PIS e COFINS s/ ativo imobilizado	-	-	809	592
	(241)	**(2.907)**	**(51.997)**	**(47.639)**

20. Despesas administrativas, comerciais e gerais:

	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Serviços consultoria e assessoria	(2.529)	(7.508)	(13.015)	(17.483)
Pessoal, e respectivos encargos	(349)	(449)	(3.828)	(3.022)
Gastos gerais	(239)	(1.050)	(1.603)	(1.150)
Tributos e contribuições	(294)	(439)	(5.145)	(1.970)
Ocupações e utilidades	(316)	(252)	(1.463)	(1.698)
Propaganda e publicidade	(136)	(140)	(644)	(716)
Depreciação e amortização	(225)	(3)	(663)	(352)
Perdas no recebimento de créditos	-	-	(1.316)	-
Aluguéis e condomínios	(122)	(145)	(122)	(145)

→→→→

DocuSigned by:
Jornal Gazeta SP Ltda. - EPP
Assinado por: JORNAL GAZETA SP LTDA:04735364000170
CPF: 29513948889
Data/Hora da Assinatura: 28/04/2021 | 17:52:02 PDT
ICP Brasil
5146939EFE414F8FAB3A7733135E2CCF

PÁGINA CERTIFICADA. O JORNAL GAZETA SP LTDA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.gazetasp.com.br

DocuSign Envelope ID: 02ED7B38-9754-44BE-8E3C-2F4C30CAD5A3

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Provisão/ Reversão de provisão para demandas judiciais e administrativas	41	(114)	(569)	(4.713)
Recuperação de despesas	673	44	673	(207)
Recuperação de despesas - Concais	-	874	-	-
Recuperação de despesas - Adonai	-	329	-	-
Reversão de perdas estimadas com créditos liquidação duvidosa	-	-	3.354	(3.129)
Outras	-	-	(1.085)	-
	(3.496)	**(8.853)**	**(25.426)**	**(34.585)**

21. Outras receitas/despesas operacionais:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Receita de Locação	-	-	94	-
Indenização de Processos (1)	-	-	16.518	-
Indenização de Armazenagem	-	-	(251)	-
Desapropriação/Indenização (2)	-	22.289	-	22.289
Baixa de ativos expropriados	-	(1.616)	-	(1.616)
Ganhos (Perda) imóveis/imobilizado	(426)	-	(434)	-
Outras Receitas	17	178	24	288
	(409)	**20.851**	**15.951**	**20.961**

(1) Em 2020 a empresa registrou o ganho referente cobrança de processo judicial de nº 1020952-19.2018.8.26.0562; (2) Indenização do processo de desapropriação dos imóveis situados na Avenida Conselheiro Rodrigues Alves nº 137/139 e Avenida Senador Dantas, nº 162 à 190, cadastrados junto à Prefeitura de Santos sob os números 57.011.018.000. 57.011.015.000 e 57.011.010.000.

22. Despesas e receitas financeiras:

	Controladora		Consolidado	
Receitas financeiras	2020	2019	2020	2019
Juros Ativos sobre mútuos	593	1.206	749	1.416
Rendimentos de aplicação financeira	76	15	637	598
Juros ativos	298	25	305	35
Descontos obtidos	4	-	1.376	27
Correção monetária ativa	30	-	(1) 2.551	-
Outras	-	-	501	594
	1.001	**1.246**	**6.119**	**2.670**
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(261)	-	(7.438)	(4.389)
Juros passivos	(27)	-	(2)(1.140)	(501)
Taxa contratação Finame BNDES	-	-	-	(1.046)
Outros	(19)	(17)	(2) (4.699)	(2.378)
	(307)	**(17)**	**(13.277)**	**(8.314)**
Variações cambiais líquidas				
Variação cambial ativa	-	-	20	49
Variação cambial passiva	-	-	(280)	(34)
	-	**-**	**(260)**	**15**
Resultado financeiro	**694**	**1.229**	**(7.417)**	**(5.629)**

(1) Em 2020 a empresa registrou o ganho referente cobrança de processo judicial de nº 1020952-19.2018.8.26.0562; (2) Em 2020 a empresa registrou atualizações de débitos federais (IRPJ/CSLL/PIS/COFINS) e municipais (ISS e IPTU), objeto de parcelamento. **23. Imposto de Renda e Contribuição Social**

a) Imposto de Renda e Contribuição Social - corrente:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Resultado antes de IRPJ e CSLL	**23.416**	**63.781**	**49.597**	**78.787**
(+) Adições	19.986	15.091	13.517	22.487
(-) Exclusões	(46.145)	(74.652)	(9.387)	(75.359)
(+/-) Outros Ajustes	(1)	-	17.519	
Base de cálculo da CSLL	(2.743)	4.219	53.727	43.434
Compensações fiscais 30%	-	(1.266)	(16.118)	(5.517)
Base de cálculo da CSLL	(2.743)	2.953	37.609	37.917
(=) Contribuição social 9%	-	(266)	3.385	(3.413)
Resultado antes do IRPJ e CSLL	**23.416**	**63.781**	**49.597**	**78.787**
(+) Adições	19.986	15.091	13.517	22.487
(-) Exclusões	(46.145)	(74.652)	(9.387)	(75.359)
(+/-) Outros Ajustes	-	(1)	-	17.326
Base de cálculo do IRPJ	(2.743)	4.219	53.727	43.241
Compensações fiscais 30%	-	(1.266)	(16.118)	(5.517)
Base de cálculo do IRPJ	(2.743)	2.953	37.609	37.724
(=) IRPJ 15%	-	(443)	(5.641)	(5.659)
(+) Adicional do IRPJ 10%	-	(271)	(3.737)	(3.748)
(=) Imposto de renda corrente	-	(714)	(9.377)	(9.407)
(=) Despesa de IR e CS corrente	-	(980)	(12.762)	(12.820)

b) Imposto de Renda e Contribuição Social - diferidos: Em 31/12/20, a Empresa possuía prejuízos fiscais e base negativa de CSLL. Os prejuízos fiscais e a base de cálculo negativa de Contribuição Social a compensar não estão sujeitos à prescrição e podem ser compensados com resultados tributários futuros. Em 31/12/20, com base nas projeções da Empresa e obedecendo ao Pronunciamento CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, foi constituído ativos diferidos de IRPJ e CSLL.

		Controladora				Consolidado		
		2020		2019		2020		2019
	Alíquotas	Base de cálculo	Impostos diferidos	Base de cálculo	Impostos diferidos	Base de cálculo	Impostos diferidos	Base de cálculo	Impostos diferidos
Base Negativa de CSLL	9%	6.437	579	3.695	333	12.125	1.091	17.770	1.599
Prejuízos Fiscais	25%	6.254	1.564	3.607	878	11.847	2.961	17.682	4.379
Ativo Fiscal Diferido	34%	-	2.143	-	1.211	-	4.053	-	5.978
Variação no Resultado		**-**	**932**	**-**	**(430)**	**-**	**(1.925)**	**-**	**(1.870)**

O ativo fiscal diferido decorrente de prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social é reconhecido dado que a Empresa apresente histórico de rentabilidade, acompanhado da expectativa fundamentada dessa rentabilidade por prazo que considera o limite máximo de compensação permitido pela legislação. **24. Seguros (não auditado):** A Empresa mantém seguros com coberturas contratadas, consideradas suficientes pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades. Consideramos que temos um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com o nosso porte e operações, sendo a nossa cobertura de seguros consistentes com as outras empresas de dimensão semelhante operando no setor. As premissas de riscos adotadas e suas respectivas coberturas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. **25. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros:** Gerenciamento de riscos: A Empresa participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais que se destinam a atender às suas necessidades operacionais, bem como a reduzir a exposição a riscos financeiros, principalmente de crédito e aplicações de recursos, riscos de mercado (câmbio e juros) e risco de liquidez, ao qual a Empresa entende que está exposta, de acordo com sua natureza dos negócios e estrutura operacional. A Administração desses riscos é efetuada por meio de definição de estratégias elaboradas e aprovadas pela Administração da Empresa, atreladas ao estabelecimento de sistemas de controle e determinação de limite de posições. Não são realizadas operações envolvendo instrumentos financeiros com finalidade especulativa. Adicionalmente, a Empresa procede com a avaliação tempestiva da posição consolidada acompanhando os resultados financeiros obtidos, avaliando as projeções futuras, como forma de garantir o cumprimento do plano de negócios definido e monitoramento dos riscos aos quais está exposta. As descrições dos riscos da Empresa são descritas a seguir: Riscos de mercado: O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado são afetados por dois tipos de risco: risco de taxa de juros e risco de variação cambial. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem aplicações financeiras, contas a receber de clientes e contas a pagar. Risco de crédito: O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente o que levaria ao prejuízo financeiro. A Empresa está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber). Em 31/12/20, o valor máximo exposto pela Empresa ao risco de crédito corresponde ao valor contábil das contas a receber de clientes, demonstrado na Nota 4. Os riscos de crédito nas atividades operacionais da Empresa são administrados por normas específicas de aceitação de clientes, análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente, os quais são revisados periodicamente. O monitoramento das duplicatas vencidas é realizado prontamente para garantir seu recebimento. Risco de liquidez: O risco de liquidez consiste na eventualidade da Empresa não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em virtude dos prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. O controle da liquidez e do fluxo da Empresa é monitorado diariamente, a fim de garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Empresa. A estrutura de capital da Empresa é formada pelo endividamento líquido e pelo saldo do patrimônio líquido, incluindo o saldo de capital e todas as reservas constituídas. O índice de endividamento líquido da Empresa é composto da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Ativo circulante + não circulante	213.098	199.309	426.757	354.725
Passivo circulante + não circulante	(31.526)	(41.854)	(160.842)	(119.142)
Endividamento líquido	**181.572**	**157.455**	**265.914**	**235.583**

Luis Antônio Floriano - Diretor Presidente
Luis Gustavo Batista - Diretor Financeiro
Leandro Luiz Chiachio - Diretor Técnico Operacional

Ivan Santo R. Peppe - Contador - responsável técnico - CRC 1-SP-110836/O-7-S-RJ

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas e Administradores da **Aba Infra-Estrutura e Logística S.A.** São Paulo - SP. **Opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Aba Infra-Estrutura e Logística S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/20 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas" as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Aba Infra-Estrutura e Logística S.A. em 31/12/20, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião com ressalva demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Limitação de análise de investimentos: As demonstrações contábeis individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31/12/20 incluem informações da controlada em conjunto PP-NMM Administração de Bens Ltda. que não foram auditadas por nós e nem por outros auditores independentes, além disso, não foram realizados os procedimentos de auditoria nos papéis de trabalho do auditor da controlada em conjunto Contermas SPE S.A. conforme determinado pela NBC TA 600 - Auditoria de Demonstrações Contábeis de Grupos. Consequentemente, não temos como opinar e por isso não opinamos sobre tais saldos de investimentos registrados no ativo não circulante no montante de R$ 2.186 mil e equivalência patrimonial negativa registrada na demonstração do resultado do exercício no montante de R$ R$ 655 mil em 31/12/20. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Ênfase:** Transações com partes relacionadas: Conforme mencionado na Nota 7 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Companhia e suas controladas possuem transações com partes relacionadas e é conduzida no contexto de um grupo de empresas. Consequentemente, a análise das demonstrações contábeis deve considerar esse fato. Nossa opinião não está modificada em virtude desse assunto. **Outros assuntos:** Valores correspondentes ao exercício anterior: As demonstrações contábeis incluem também informações referentes ao exercício findo em 31/12/19, apresentadas para fins de comparação. Os exames das demonstrações contábeis em 31/12/19 foram conduzidos sob responsabilidade de outro auditor independente, que emitiu relatório em 9/3/20 com a mesma ressalva sobre a limitação de análise de investimentos. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 29 de março de 2021. **BDO RCS Auditores Independentes SS -** CRC 2 SP 013846/O-1. **Henrique Herbel de Melo Campos -** Contador CRC 1 SP 181015/O-3.

A leitura na medida certa.

ANUNCIE:
11. 3729-6600

Adonai East Terminal de Liquidos S.A. - CNPJ/MF 36.444.879/0001-08

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 *(Valores expressos em milhares reais) (As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis)*

RELATÓRIO DA DIRETORIA Senhores Acionistas, a Administração da Adonai East Terminal de Liquidos S.A., em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação dos acionistas o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações financeiras, acompanhada do parecer dos Auditores Independente, correspondentes aos exercícios findos em 31/12/2020. São Paulo, 15/3/21. **A Diretoria.**

BALANÇOS PATRIMONIAIS

A T I V O	Nota	2020
Circulante: Caixa e equivalentes de caixa	4	3.727
Tributos a recuperar		86
Despesas antecipadas		159
		3.972
Não circulante: Partes relacionadas	5	7.777
		7.777
Imobilizado	6	1.118
Intangível	7	48.148
		49.266
Total do ativo		**61.015**
P A S S I V O		
Circulante: Fornecedores	8	289
Obrigações trabalhistas	9	7
Obrigações tributárias	9	27
Compromisso com poder concedente	10	7.324
		7.647
Não circulante: Compromisso com poder concedente	10	33.280
		33.280
Patrimônio Líquido: Capital social	11.1	22.150
Prejuízos acumulados		(2.062)
		20.088
Total do passivo e do patrimônio líquido		**61.015**

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

	Nota	2020
(-) Custo de prestação de serviços	12	(1.414)
(=) Prejuízo bruto		**(1.414)**
(+/-) Receitas/(despesas) operacionais:		
Despesas administrativas e comerciais	13	(105)
		(105)
(=) Prejuízo antes do resultado financeiro		**(1.519)**
(+/-) Resultado financeiro:		
Receitas financeiras	14	583
Despesas financeiras	14	(1.126)
		(543)
(=) Prejuízo do Exercício		**(2.062)**

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

	2020
Prejuízo líquido do exercício	**(2.062)**
Outros resultados abrangentes	-
Total de resultados abrangentes do exercício	**(2.062)**

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**-**	**-**	**-**
Integralização do capital social	22.150	-	22.150
Prejuízo do exercício	-	(2.062)	(2.062)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**22.150**	**(2.062)**	**20.088**

DEMONTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

	2020
Das atividades operacionais	
Resultado líquido antes das provisões tributárias	(2.062)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:	
Depreciações e amortizações	1.611
Juros e variações monetárias líquidas s/mútuos	53
(Decréscimo)/acréscimo em ativos	
Tributos a recuperar	(86)
Despesas antecipadas	(159)
(Decréscimo)/acréscimo em passivos	
Fornecedores	(907)
Obrigações trabalhistas e tributárias	34
Compromisso com poder concedente	(10.301)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**(11.817)**
Atividades de investimento	
Aquisição de imobilizados e intangíveis	1.118
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**1.118**
Atividades de financiamentos	
Integralização de capital	22.150
Mútuos concedidos ou pagos	(13.147)
Mútuos captados ou recebidos	5.423
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	**14.426**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**3.727**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	3.727
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**3.727**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1. Contexto operacional: A Adonai East Terminal de Líquidos S.A. é uma Sociedade anônima de capital fechado e tem sua sede e foro na Cidade e Estado de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho, 1306, 8° andar, sala 82, Vila Olímpia, CEP 04547-005 e filiais na Cidade de Santos, Terminal Adonai, Ilha do Barnabé e na Rua Quinze de Novembro, 46/48 - sala 5. A Companhia tem como objeto social único e exclusivo o arrendamento da área e infraestrutura públicas localizadas no Porto de Santos, para a movimentação e armazenagem de granéis líquidos, especialmente combustíveis, na área denominada STS13A, nos termos das disposições do Contrato de Arrendamento, objeto de Leilão nº 02/2019, promovido pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ. (Poder Concedente). A Companhia detém o direito de Exploração e uso da Instalação Portuária de uso Público, com a utilização da área sob administração Santos Port Authority SPA (Antiga Codesp), conforme contrato de arrendamento nº 03/2020, firmado em 19/5/20, tendo o seu prazo de arrendamento de 25 anos contados da data de Assunção, que foi em 21/8/20, onde a sua vigência vai até 21/8/45. A Companhia tem a perspectiva de iniciar suas operações no segundo semestre de 2023, considerando o cronograma de investimentos que consta no contrato de arrendamento. **1.1.** Os Impactos relacionados à pandemia COVID-19: O ano de 2020 se notabilizou pela pandemia do novo coronavírus (COVID-19), que provocou crises sanitária e econômico-financeira de alcance mundial, cujos efeitos ainda hoje são sentidos globalmente, inclusive no Brasil. Esses impactos impuseram à Adonai East desafios de toda ordem -administrativos e financeiros, que a Companhia soube navegar a fim de manter a continuidade de seus projetos de investimentos e a sua sólida saúde financeira, sem perder o foco na preservação da integridade física e mental de seus funcionários e terceirizados. Ao longo do exercício, a Companhia manteve seus projetos em andamento, sem sofrer interrupções, paralisações ou suspensões de qualquer natureza, ao mesmo tempo, adotou medidas de preservação do caixa, Negociação com fornecedores e prestadores de serviço, fazendo a contenção de custos e despesas, bem como administrativas de simplificação e eficiência da estrutura organizacional. **2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis: 2.1.** Declaração de conformidade e aprovação das demonstrações contábeis: As demonstrações contábeis da Companhia para os exercícios findos em 31/12/20 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A Companhia iniciou suas operações no exercício de 2020, portanto, as demonstrações contábeis não apresentam informações comparativas. As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria da Sociedade em 30/3/21, considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data que tiveram efeito sobre as divulgações das referidas demonstrações. **2.2.** Base de apresentação: As demonstrações contábeis são elaboradas com o apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis são apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Os itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da perda estimada na liquidação de créditos duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para demandas judiciais e administrativas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas anualmente. **2.3.** Moeda funcional: As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. **2.4.** Conversão de moeda estrangeira: Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional (Real - R$) utilizando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e nos encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas contábeis no resultado. **3. Sumário das principais práticas contábeis: a)** Reconhecimento da receita, custos e despesas: A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. As receitas são apresentadas nos resultados dos exercícios pelo seu valor líquido, ou seja, excluem os impostos incidentes sobre elas e são reconhecidas com base nos serviços prestados, na sua efetiva prestação. O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência sendo os custos compostos por custos portuários, custos de arrendamento, pessoal, encargos sociais, serviços de terceiros, manutenções, amortizações de ativos, entre outros insumos relacionados às operações portuárias, estão demonstradas separadamente das despesas operacionais, e são registradas no exercício em que incorrerem. **b)** Caixa e equivalentes de caixa: Incluem caixa e saldos positivos em contas correntes mantidas junto às instituições financeiras. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e, estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, como por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. As aplicações realizadas em investimentos com vencimento superior a três meses são classificadas como títulos e valores mobiliários, uma vez que possuem uma liquidez diferenciada. **c)** Imobilizado: O imobilizado é registrado pelo custo histórico de aquisição e/ou formação. As depreciações são computadas pelo método linear e reconhecidas no resultado do exercício de acordo com as taxas mencionadas na Nota 6 e leva em consideração o tempo de vida útil-econômica estimada dos bens e o período de concessão diante a CODESP. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. Os gastos incorridos com manutenção e reparo somente serão capitalizados se os benefícios econômicos futuros associados a esses itens foram prováveis e os valores forem mensurados de forma confiável, enquanto os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico-futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. Somente os bens não reversíveis ao concessionário, sem interferência do poder concedente podem ser classificados como ativo imobilizado e contabilizado de acordo com CPC 27 - Ativo Imobilizado. Os bens reversíveis adquiridos pela Companhia e vinculados à concessão são classificados como Infraestrutura da concessão como ativo intangível. Os bens recebidos do poder concedente não devem ser contabilizados e classificados no imobilizado, pois são reversíveis ao final da concessão e não podem ser livremente negociados ou retidos pela Companhia. O poder concedente determina, porém, no Contrato de Concessão, que a Companhia deverá manter controle de inventário atualizado destes bens. **d)** Intangível: A Companhia atua como prestadora de serviços, construindo ou melhorando a infraestrutura usada, bem como operar e manter essa infraestrutura durante determinado prazo. As construções efetuadas durante o prazo de concessão serão entregues ao poder concedente em contrapartida de ativos intangíveis representando o direito de cobrar dos usuários pelo serviço prestado, e a receita será subsequentemente gerada pelos serviços prestados. A amortização do ativo intangível representado pelo reconhecimento do direito de exploração da infraestrutura e os dispêndios realizados para ampliar esta estrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com o prazo de concessão. Considerando as características do contrato de concessão, a Companhia considera que não há consonância entre as premissas estabelecida no ICPC 01/IFRIC 12 (Contratos de concessão) e os contratos firmados com o poder concedente, portanto, a base para o registro do direito de concessão e da infraestrutura está em conformidade com o CPC 04 - Ativo Intangível. **e)** Direito de concessão (outorga) e Infraestrutura: A concessão obtida pela Companhia junto ao poder concedente se enquadra como um contrato de exploração. Dessa forma, o direito de outorga da concessão foi registrado a valor presente, usando uma taxa de juros estimada por juros compatíveis com a natureza, o prazo e os riscos relacionados ao ônus da outorga, não tendo vinculação com a expectativa de retorno da concessão. A infraestrutura não é registrada como ativo imobilizado da Companhia porque o contrato de concessão não transfere à concessionária o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços, sendo eles revertidos ao poder concedente no encerramento do respectivo contrato, sem direito a indenização. O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. **f)** Impairment de ativos não financeiros: De acordo com as disposições do CPC 01 - Redução ao valor recuperável de ativos, ativo imobilizado e ativo intangível são submetidos a testes de perda no valor recuperável sempre que eventos ou alterações em circunstâncias indicarem que seu valor contábil poderá não ser recuperado. Os ativos que têm vida útil definida são revisados para verificação de indicadores de impairment em cada data de balanço e sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Caso exista indicador, os ativos são testados para impairment. Uma perda por impairment é reconhecida pelo montante em que o custo contábil do ativo excede seu valor recuperável. Em 31/12/20 não foram identificados indicadores de impairment sobre esses ativos. **g)** Compromissos com o poder concedente: O poder concedente, estabelece no contrato de concessão que a Companhia pague uma contribuição fixa e outra variável durante todo o período de concessão. A contribuição fixa e variável está registrada sob a denominação "Compromissos com o poder concedente" no passivo circulante e não circulante, considerando os prazos de liquidação inferiores e superiores ao prazo de 1 ano, descontados a valor presente, amortizados pelas liquidações financeiras. **g.1)** Outorga - contribuição fixa: A contribuição fixa estabelecida no contrato de concessão é no valor de R$ 158,5 mil Reais mensais, corrigidas pelo IPCA anualmente. A contrapartida da atualização desta obrigação pela recomposição do valor presente e correção monetária, está relacionada diretamente ao direito de concessão, é registrada no resultado do exercício como despesa financeira. **g.2)** Outorga - contribuição variável: A contribuição variável é calculada pela movimentação mensal por tonelada sobre a tarifa portuária de R$ 4,15 por tonelada de carga movimentada de arrendamento variável **h)** Tributação: Impostos sobre as vendas: As receitas de vendas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições pelas seguintes alíquotas básicas: • Imposto Sobre Serviços (ISS) - alíquota de 5%; • Programa de Integração Social (PIS) - alíquota 1,65%; • Contribuição para Financiamento de Seguridade Social (COFINS) - alíquota de 7,6%. Impostos sobre o lucro: Para o exercício de 2020 o regime de tributação adotado pela Companhia foi o lucro Real mensal, aplicando-se as alíquotas regulares do respectivo imposto e contribuição observando os critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente. **i)** Ativos contigentes e provisão para demandas judiciais: A Sociedade reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas, cuja probabilidade de perda foi avaliada como provável pelos seus assessores legais. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta, alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos são as seguintes: • Ativos contingentes: são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa; • Passivos: são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis de desembolso de caixa futuro e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos avaliados como sendo de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa, e os passivos avaliados como de perdas remot

DocuSign Envelope ID: 02ED7B38-9754-44BE-8E3C-2F4C30CAD5A3

AGASUS S.A.

CNPJ/ME nº 04.212.396/0001-91 - NIRE 35300415027

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 03/05/2019

1. Data, Hora e Local: aos 03/05/2019, às 10 horas, na sede da **AGASUS S.A.**, localizada em São Paulo/SP, na Avenida Guido Caloi, nº 1985, Galpão 23, Jardim São Luís, CEP 05802-140 ("**Companhia**"). **2. Convocação e Presença**: convocação dispensada em razão da presença de acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, nos termos do Artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404, de 15/12/1976 ("**Lei das S.A.**"). **3. Composição da Mesa**: Sr. Rene Vaz de Almeida - Presidente; e Sr. João Luis Pereira Lima Filho - Secretário. **4. Ordem do Dia**: apreciar e deliberar sobre **(i)** o recebimento dos pedidos de renúncia feitos pelos membros do Conselho de Administração da Companhia; **(ii)** a extinção do Conselho de Administração da Companhia; **(iii)** o recebimento dos pedidos de renúncia dos membros da Diretoria da Companhia; **(iv)** a eleição dos novos membros da Diretoria da Companhia; **(v)** a conversão da Companhia em subsidiária integral; e **(vi)** a renumeração, reformulação e consolidação do Estatuto Social da Companhia. **5. Deliberações**: após discutidas as matérias constantes da ordem do dia, os acionistas da Companhia resolveram, sem quaisquer restrições e/ou ressalvas, aprovar as matérias da ordem do dia, de acordo com os termos e condições descritos abaixo: **5.1.** Foi consignado o recebimento dos pedidos de renúncia dos Srs. **(i) Diego Peron Fernandes Rosa**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, empresário, RG nº 21.219.894-4 SSP/SP, CPF/ME nº 186.248.088-55, residente e domiciliado em São Paulo/SP, na Rua João de Souza Dias, nº 551, apartamento 201, Campo Belo, CEP 04618-003 ("**Diego**"); **(ii) Fernando Luz Filho**, brasileiro, em união estável sob o regime de separação total de bens, empresário, RG nº 27.548.136-0 SSP/SP, CPF/ME nº 153.876.038-02, residente e domiciliado em São Paulo/SP, na Rua Flórida, nº 1901, apartamento 231, Torre A, Cidade Monções, CEP 04565-001 ("**Fernando**"); **(iii) Leonardo Ferrari Muller**, brasileiro, solteiro, analista de sistemas, RG nº 30.876.779 SSP/SP, CPF/ME nº 277.286.398-03, residente e domiciliado em Itapevi/SP, na Alameda Rouxinol, nº 55, Transurb, CEP 06670-240 ("**Leonardo**"); e **(iv) Guilherme Cefali Martins Tosta**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão universal de bens, empresário, RG nº 32.622.865-2 SSP/SP, CPF/ME nº 312.272.748-07, residente e domiciliado em São Paulo/SP, na Rua Dankmar Adler, nº 177, apartamento 173, Vila Suzano, CEP 05441-110 ("**Guilherme**"), aos cargos de membros de Conselho de Administração da Companhia. **5.1.1.** A Companhia, Diego, Fernando, Leonardo e Guilherme, neste ato, outorgam-se reciprocamente a mais ampla, plena, rasa, geral, irrevogável e irretratável quitação com relação a qualquer obrigação decorrente do exercício dos cargos de membros do Conselho de Administração da Companhia por Diego, Fernando, Leonardo e Guilherme, para nada mais reclamarem, a qualquer título e a qualquer tempo, sob qualquer título ou pretexto, em juízo ou fora dele, exceto **(i)** por prejuízos causados à Companhia em virtude de (a) abuso ou desvio de poder (b) violação da lei ou do Estatuto Social da Companhia ou (c) erro, dolo, fraude ou simulação; e **(ii)** com relação às obrigações previstas no Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças celebrado em 5/02/2019 entre Diego, Fernando, Leonardo e Guilherme, como vendedores, e a 220 Capital Investimentos e Participações S.A. (denominação atual de 220 Capital Investimentos e Participações Ltda.), como compradora. **5.2.** Foi extinto o Conselho de Administração da Companhia. **5.3.** Foi consignado o recebimento dos pedidos de renúncia dos Srs. **(i) Diego Peron Fernandes Rosa**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, empresário, RG nº 21.219.894-4 SSP/SP, CPF/ME nº 186.248.088-55, residente e domiciliado em São Paulo/SP, na Rua João de Souza Dias, nº 551, apartamento 201, Campo Belo, CEP 04618-003, ao cargo de Diretor Presidente da Companhia ("**Diego**"); **(ii) Fernando Luz Filho**, brasileiro, em união estável sob o regime de separação total de bens, empresário, RG nº 27.548.136-0 SSP/SP, CPF/ME nº 153.876.038-02, residente e domiciliado em São Paulo/SP, na Rua Flórida, nº 1901, apartamento 231, Torre A, Cidade Monções, CEP 04565-001, ao cargo de Diretor Vice-Presidente da Companhia ("**Fernando**"); **(iii) Leonardo Ferrari Muller**, brasileiro, solteiro, analista de sistemas, RG nº 30.876.779 SSP/SP, CPF/ME nº 277.286.398-03, residente e domiciliado em Itapevi/SP, na Alameda Rouxinol, nº 55, Transurb, CEP 06670-240, ao cargo de Diretor sem designação específica da Companhia ("**Leonardo**"); e **(iv) Guilherme Cefali Martins Tosta**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão universal de bens, empresário, RG nº 32.622.865-2 SSP/SP, CPF/ME nº 312.272.748-07, residente e domiciliado em São Paulo/SP, na Rua Dankmar Adler, nº 177, apartamento 173, Vila Suzano, CEP 05441-110, ao cargo de Diretor sem designação específica da Companhia ("**Guilherme**"). **5.3.1.** A Companhia, Diego, Fernando, Leonardo e Guilherme, neste ato, outorgam-se reciprocamente a mais ampla, plena, rasa, geral, irrevogável e irretratável quitação com relação a toda e qualquer obrigação decorrente do exercício dos cargos de Diretores da Companhia por Diego, Fernando, Leonardo e Guilherme, para nada mais reclamarem, a qualquer título e a qualquer tempo, sob qualquer título ou pretexto, em juízo ou fora dele, exceto **(i)** por prejuízos causados à Companhia em virtude de (a) abuso ou desvio de poder (b) violação da lei ou do Estatuto Social da Companhia ou (c) erro, dolo, fraude ou simulação; e **(ii)** com relação às obrigações previstas no Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças celebrado em 5/02/2019 entre Diego, Fernando, Leonardo e Guilherme, como vendedores, e a 220 Capital Investimentos e Participações S.A. (denominação atual de 220 Capital Investimentos e Participações Ltda.), como compradora. **5.4.** Foi aprovada a eleição dos novos Diretores da Companhia, a saber, os Srs. **(i) João Luis Pereira Lima Filho**, brasileiro, casado, administrador de empresas, RG nº 34.972.500-7 (SSP/SP), CPF/ME nº 334.025.508-30, residente e domiciliado em São Paulo/SP, com endereço comercial em São Paulo/SP, na Avenida Guido Caloi, nº 1985, Galpão 23, Jardim São Luís, CEP 05802-140, para ocupar o cargo de Diretor Presidente; e **(ii) Rene Vaz de Almeida**, brasileiro, casado, administrador de empresas, RG nº 43.664.223-2 (SSP/SP), CPF/ME nº 315.120.958-00, residente e domiciliado em São Paulo/SP, com endereço comercial em São Paulo/SP, na Avenida Guido Caloi, nº 1985, Galpão 23, Jardim São Luís, CEP 05802-140, para ocupar o cargo de Diretor Vice-Presidente. **5.4.1.** Os Diretores ora eleitos permanecerão em seus cargos pelo período de 2 anos a contar da presente data, permitida a reeleição. **5.4.2.** Os Diretores ora eleitos tomam posse de seus respectivos cargos mediante assinatura dos termos de posse correspondentes lavrados no Livro de Registro de Atas de Reuniões de Diretoria, o qual será arquivado na sede da Companhia. **5.5.** As declarações prestadas pelos Diretores ora eleitos de que não estão impedidos de exercer a administração da Companhia por lei especial, em razão de condenação criminal cuja pena impeça, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou crimes contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública, ou contra a propriedade, encontram-se arquivadas na sede da Companhia. **5.6.** Foi aprovada a conversão da Companhia em subsidiária integral nesta data, de acordo com o quanto disposto no artigo 251, § 2º, da Lei das S.A. **5.7.** Por fim, foi aprovada a renumeração, reformulação e consolidação do Estatuto Social, o qual integra a presente ata como Anexo I. **6. Lavratura e Leitura da Ata**: Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, foi suspensa a Assembleia pelo tempo necessário à lavratura da presente Ata, a qual, lida e achada conforme, foi aprovada e por todos os presentes assinada. **7. Assinaturas**: Mesa: Rene Vaz de Almeida - Presidente; e João Luis Pereira Lima Filho - Secretário. Acionista: 220 Capital Investimentos e Participações S.A. (por João Luis Pereira Lima Filho e Rene Vaz de Almeida). Certifico que a presente ata é cópia fiel transcrita em livro próprio. São Paulo, 03/05/2019. Mesa: Rene Vaz de Almeida - Presidente; João Luis Pereira Lima Filho - Secretário. JUCESP nº 268.512/19-0 em 21/05/2021. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Edital de citação - prazo de 20 (vinte) dias. Processo nº 1059496-70.2019.8.26.0100 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 4ª Vara da Família e Sucessões, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Leonardo Aigner Ribeiro, na forma da Lei, etc. Faz saber ao requerido, Pedro Martins Marcelino, brasileiro, portador do CPF 331.222.536-15, filho de Eduardo Martins Marcelino e de Geralda Ribeiro da Silva, que lhe foi proposta uma ação de Divórcio Litigioso por parte de Nadia El-Masri Da Silva, alegando em síntese, que se casaram em 01/12/2001 e que se encontram separados a mais de 10 anos. Que desse matrimônio não advieram filhos nem bens a partilhar. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua citação, por edital, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15(quinze) dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. Nada mais. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 17 de março de 2021. K-29e30/04

Citação. Prazo 20 dias. Proc. 1036066-58.2020.8.26.0002. O Dr. Claudio Salvetti DAngelo, Juiz de Direito da 3ª Vara Cível do Foro Regional de Santo Amaro/SP, na forma da lei, etc. Faz Saber a Priscila Tomé da Silva CPF 386.578.248-50 que Instituto Sumaré de Educação Superior - Ises Ltda ajuizou Ação Monitória para recebimento de R$5.217,36 (jul/20) decorrente das mensalidades de agosto a dezembro/15, além da taxa referente a serviços extras solicitados em relação ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Eventos. Estando a ré em lugar ignorado, expede-se o edital, para que em 15 dias, a fluir após os 20 supra, pague o valor supra devidamente corrigido, que a tornará isenta das custas e honorários advocatícios de 5% ou embargue, sob pena de constituir título executivo judicial, ficando advertida, de que será nomeado curador especial no caso de revelia. Será o edital, afixado e publicado na forma da Lei. K-29e30/04

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0011509-84.2021.8.26.0100 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 3ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). MONICA DI STASI, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) TUFIK MISIARA CIA LTDA. EPP, CNPJ 62.228.499/0001-46, que nos autos da Ação de Cumprimento de Sentença – Locação de Imóvel que Olindina Ribeiro Dourado move em face da executada, fica intimada nos seguintes termos: INTIME-SE o devedor por edital, nos termos do art. 513, § 2º, IV, do CPC, uma vez que foi citado na forma do art. 256 da mesma lei e considerado revel na fase de conhecimento, a pagar o valor fixado no julgado da ação em epígrafe, no prazo de 15 dias, a fluir após os 20 dias supra, que atualizado até 28.02.21 perfaz R$ 139.533,69, ciente(s) de que, nos termos da decisão, findo o prazo acima fixado, haverá multa e honorários de advogado, ambos de 10% sobre o valor do débito e, a requerimento do credor, expedição de mandado de penhora e avaliação (artigo 523 e § do CPC). Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 09 de abril de 2021. K-29e30/04

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0176382-53.2011.8.26.0100 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 14ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Clarissa Rodrigues Alves, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) AGITEX MODAS LTDA, CNPJ 10.943.281/0001-70, com endereço à Rua Dom Giocondo Grotti, 567, Parque São Rafael, CEP 08311-120, São Paulo - SP, que lhe foi proposta uma ação de Execução de Título Extrajudicial por parte de Vicunha Têxtil S/A, alegando em síntese: para recebimento de R$379.579,62 (set/18 - fls. 304) decorrente do protesto de diversas duplicatas. Estando a executada em lugar ignorado, expede-se o edital para que em 03 dias pague o débito, podendo no prazo de 15 dias opor embargos ou reconhecer o crédito e comprovar o depósito de 30%, incluindo custas e honorários e requerer o parcelamento em até 06 parcelas mensais corrigidas, sob pena de penhora, prazos estes a fluir os 20 supra, ficando advertida de que no caso de revelia será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 26 de abril de 2021. K-29e30/04

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1019200-68.2017.8.26.0005 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara Cível, do Foro Regional V - São Miguel Paulista, Estado de São Paulo, Dr(a). Michel Chakur Farah, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) ELIZABETE FREIRE DA SILVA ME (PROMESSA MULTIMARCAS E AKITA MOTORS), CNPJ 06.337.504/0001-88, e ELIZABETE FREIRE DA SILVA, CPF 148.284.178-93, que lhes foi proposta uma ação de Procedimento Comum Cível por parte de Jose Carlos Ibanez de Oliveira e outro, alegando em síntese: o autor foi proprietário do veículo FIAT/UNO WAY, ANO/MODELO: 2011/2012; PLACA: FAQ-7398; COR: VERDE; CÓD. RENAVAM: 430273401, até a data do dia 18/02/2016, que estava financiado junto ao Banco Itauleasing S/A. Ocorre que, em 18/02/2016, o autor, resolveu trocar de veículo, ao que a empresa Ré, Akita Motors, ofereceu a troca do veículo do autor por um outro: PEUGEOT, placas EFC-7107, cor: prata, ano/modelo: 2008/2009, sendo o valor total da transação, incluindo despesa com transferência de propriedade: R$ 29.750,00 (vinte e nove mil, setecentos e cinquenta reais). Uma vez que a transferência de propriedade não poderia ser efetuada no momento, devido ao bem encontrar-se alienado ao Banco credor, ficou acordado entre as partes que a agência de veículos, ora Ré, trataria da quitação, da venda do veículo UNO, além de ficar responsável pela transferência de propriedade, e pelas "futuras e possíveis" infrações que sobreviessem ao veículo depositado na agência Ré. Ocorre que, nada do acordado foi cumprido e o Autor foi surpreendido por notificações de infrações de trânsito que não cometeu. Encontrando-se as rés em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 (quinze) dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 16 de abril de 2021. K-29e30/04

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0001368-09.2021.8.26.0002 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara Cível, do Foro Regional II - Santo Amaro, Estado de São Paulo, Dr(a). Carlos Eduardo Santos Pontes de Miranda, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o)Leandro da Silva Pereira 419.619.888-01 que por este Juízo, tramita de uma ação de Cumprimento de sentença, movida por Fernanda Santina da Silva, 353.832.368-21. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, §2º, IV do CPC, foi determinada a sua INTIMAÇÃO por EDITAL, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague a quantia de R$ 26.593,84, devidamente atualizada, sob pena de multa de 10% sobre o valor do débito e honorários advocatícios de 10% (artigo 523 e parágrafos, do Código de Processo Civil). Fica ciente, ainda, que nos termos do artigo 525 do Código de Processo Civil, transcorrido o período acima indicado sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias úteis para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Antes de esgotado este último prazo, não será deferida a prática de atos de constrição (bloqueio via Bacenjud, Renajud, etc.). Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 17 de março de 2021. K-29e30/04

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1052192-54.2018.8.26.0100 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 17ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Aléssio Martins Gonçalves, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a Juliana Aparecida de Souza Pires (CPF 172.326.098-33), Eduardo Carlos Pires (CPF 294.017.178-50), Jeferson Antonio da Silva Casagrande (CPF 249.920.078-21) e a Giliane Alessandra Dias (CPF 316.757.458-54), que Condomínio Edifício Residence Paulista Life ajuizou Ação de Despejo c.c. Cobrança (R$34.712,52 – 16.05.18) para cobrança dos aluguéis e acessórios de dezembro/17 a março/18 do imóvel para fins comerciais sito a Rua Barata Ribeiro, 360, Bela Vista, totalizando R$15.716,16 (abr/18 - fls. 10), até a data da constatação do abandono (fls. 113), com a consequente rescisão do contrato. Estando os réus em lugar ignorado, expede-se o edital, para que no prazo de 15 dias, a fluir o prazo de 20 dias, contestem o feito, sendo nomeado curador especial em caso de revelia (art. 257, inciso IV, do CPC), presumindo-se verdadeiras as alegações de fato formuladas pela autora (art. 344 do CPC). Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 13 de abril de 2021 K-29e30/04

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1008356-85.2019.8.26.0006 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Cível, do Foro Regional VI - Penha de França, Estado de São Paulo, Dr(a). Álvaro Luiz Valery Mirra, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) GISELE CRISTINE CORREA COSTA EPP, CNPJ 22.397.891/0001-02, que lhe foi proposta uma ação de Monitória por parte de Mar Quente Confecções Ltda, para recebimento de R$3.579,23 (ago/19) decorrente das duplicatas nºs 066284A, 066324A, 066324B, 085415B e 085420C, vencidas de 09.07.17 a 21.09.17. Estando a ré em lugar ignorado, expede-se o edital, para que em 15 dias, a fluir após os 20 supra, pague o valor supra devidamente corrigido e acrescido de honorários advocatícios de 5%, que a tornará isenta das custas processuais ou, no mesmo prazo, apresente embargos, sob pena de constituir título executivo judicial, ficando advertida de que no caso de revelia será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 13 de abril de 2021. K-29e30/04

Edital de citação - prazo de 20 dias. Processo nº 0716061-15.2012.8.26.0020 A MM. Juíza de Direito da 1ª Vara Cível, do Foro Regional XII - Nossa Senhora do O, Estado de São Paulo, Dra. Cláudia Barrichello, na forma da Lei, etc. Faz saber a Habimont Construções e Montagens Ltda CNPJ 46.28.254/0001-58, em nome de seu representante legal que Madeireira Henrique Ltda ajuizou Ação de Execução de Título Extrajudicial para receber R$ 35.010,00 (nov/12) decorrente das duplicatas nºs 4684 001, 4684 002, 4779 001, 4779 002, vencidas entre 14.08.12 a 17.09.12. Estando a ré em lugar ignorado, expede-se o edital de citação para que em 03 dias, pague o débito atualizado, podendo, no prazo de 15 dias, opor embargos, sendo que, nesse prazo, reconhecendo o crédito da exequente, poderá comprovar o depósito de 30%, incluindo custas e honorários e requerer o parcelamento em até 06 parcelas mensais, sob pena de penhora, prazos estes a fluir os 20 supra, ficando advertida de que no caso de revelia será nomeado curador especial. Será o edital, afixado e publicado na forma da lei. Nada mais. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 09 de abril de 2021 K-29e30/04

Edital de citação - prazo de 20 dias. Processo nº 1007475-05.2019.8.26.0008 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Cível, do Foro Regional VIII - Tatuapé, Estado de São Paulo, Dr(a). Paulo Guilherme Amaral Toledo, na forma da Lei, etc. Faz Saber a Marcio de Souza Lopes CPF 265.143.988-63 que Adilson Ferreira Filho ajuizou Ação Monitória para recebimento de R$43.263,52 (jun/19) decorrente da devolução do cheque nº 011358, do Banco 356, agência 0425, conta 8007443-9. Estando o réu em lugar ignorado, expede-se o edital, para que em 15 dias, a fluir após os 20 supra, pague o valor supra devidamente corrigido e acrescido de honorários advocatícios de 5%, que o tornará isento das custas processuais ou, no mesmo prazo, apresentem embargos, sob pena de constituir título executivo judicial, ficando advertido de que no caso de revelia será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. Nada mais. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 19 de abril de 2021. K-29e30/04

Edital de citação - prazo de 20 dias. Processo nº 1011696-51.2016.8.26.0100 O MM. Juiz de Direito da 6ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr. Fabio Coimbra Junqueira, na forma da Lei, etc. Faz saber a Fabiana Almeida Marcondes, CPF 388.667.028-70 que Novedad Comércio de Moveis e Representação Comercial Eireli e Marcelo Anderson de Freitas ajuizaram Ação de Procedimento Comum (R$25.000,00 - fev/16), movida também em face do Banco Bradesco, objetivando a devolução do valor (R$ 20.400,00) transferido indevidamente em 14..01.16 para a corré, através da conta corrente de nº 541178-5, agência 529 do Banco 237, tendo em vista terem sido vítimas de fraude/golpe, conforme B.O 518/2016, com a devolução para a c/c 24594-1, agência 1996 do Banco 237 de titularidade do coautor Marcelo, além da condenação em danos morais (R$5.000,00). Estando a correquerida em lugar ignorado, expede-se edital para que, no prazo de 15 dias úteis, após o prazo supra, conteste a ação, sob pena de serem aceitos verdadeiros os fatos narrados pela autora, nomeando-se curador especial em caso de revelia. Será o edital, afixado e publicado na forma da Lei. Nada mais. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 08 de abril de 2021. K-29e30/04

SOGE - Sociedade Guarulhense de Educação

CNPJ 49.073.182/0001-10

Balanços Patrimoniais Levantados em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 - Em Reais

ATIVO	Nota	2020	2019
CIRCULANTE			
Caixa e equivalente de caixa		106.010	143.164
Fundo de Aplicação financeira		273.625	208.552
Mensalidades e créditos a receber	03	16.381.375	14.580.319
Adiantamento Funcionários	03	37.160	49.053
Impostos a recuperar	04	612.653	612.653
Despesas de exercícios seguintes		17.136	8.983
Adiantamento Acordos Judiciais		14.954	14.954
Total do ativo circulante		**17.442.913**	**15.617.678**
NÃO CIRCULANTE			
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			
Créditos com terceiros		2.443.624	3.036.108
Outros valores		1.754.048	1.253.902
Imobilizado	05	246.524.970	248.681.522
Intangível	06	206.849	66.897
Total do ativo não circulante		**250.929.491**	**253.038.429**
TOTAL DO ATIVO		**268.372.404**	**268.656.107**

PASSIVO	Nota	2020	2019
CIRCULANTE			
Fornecedores		419.986	333.923
Obrigações sociais	07	4.334.137	1.240.694
Obrigações fiscais	08	1.075.737	1.311.723
Empréstimos e financiamentos	09	3.173.936	2.859.765
Provisão p/ férias e encargos		993.312	898.632
Contingências	10	1.161.292	1.193.183
Mensalidades Antecipadas		–	601.042
Outros passivos	11	5.507.033	7.378.440
Total passivo circulante		**16.665.433**	**15.817.402**
NÃO CIRCULANTE			
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO			
Empréstimos e financiamentos	09	–	138.799
Contingências	10	557.977	1.183.043
Outros passivos		15.184.028	12.921.067
Obrigações tributárias	20	24.484.972	21.780.646
Total passivo não circulante		**40.226.977**	**36.023.555**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Patrimônio Líquido		211.479.994	216.815.150
Total do patrimônio líquido		**211.479.994**	**216.815.150**
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**268.372.404**	**268.656.107**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado para os Exercícios Findos em 31 de dezembro 2020 e de 2019 - Em Reais

RECEITAS	Nota	2020	2019
Receitas de cursos			
Receitas técnicas		30.543.868	28.511.218
Receitas acessórias		22.224	26.954
Receita bruta de cursos		**30.566.092**	**28.538.172**
(–) Bolsas de estudo		(7.450.199)	(6.680.786)
(–) Outras Bolsas		(7.523.261)	(6.824.492)
(–) Devoluções		(16.694)	(23.428)
Receita líquida de cursos		**15.575.938**	**15.009.466**
(–) Descontos concedidos		(2.161.206)	(1.104.429)
Receita líquida		**13.414.732**	**13.905.037**
DESPESAS OPERACIONAIS			
Gastos gerais com cursos		(4.930.263)	(4.373.865)
Despesas administrativas		(2.770.285)	(4.123.641)
Despesas gerais		(8.258.858)	(4.606.503)
Receitas/Despesas financeiras líquidas	13	(2.836.040)	(2.450.831)
Outras receitas/despesas operacionais		45.558	148.739
Total das despesas operacionais		**(18.749.888)**	**(15.406.101)**
Superávit/(Déficit) do exercício		**(5.335.156)**	**(1.501.064)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das Mutações do Patrimônio Liquido para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019 - Em Reais

	Patrimônio Social	Ajuste Avaliação Patrimonial	Superávit (Déficit) Acumulado	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**26.718.957**	**192.009.035**	**(1.244.980)**	**217.483.012**
Déficit do exercício	–	–	(1.501.064)	(1.501.064)
Ajuste de exercícios anteriores (nota 21)	–	–	833.202	833.202
Realização da reser. de reavaliação	–	(456.507)	456.507	–
Transferência para patrimônio social	(1.456.335)		1.456.335	–
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**25.262.622**	**191.552.528**	**–**	**216.815.150**
Déficit do exercício	–	–	(5.335.156)	(5.335.156)
Realização da reser. de reavaliação	–	(456.507)	456.507	–
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**25.262.622**	**191.096.021**	**(4.878.649)**	**211.479.994**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado - Educação com Cobrança de Mensalidades Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro 2020 e de 2019 - Em Reais

	2020	2019
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	**30.566.091**	**28.538.172**
Receita Bruta de Educação	**30.566.091**	**28.538.172**
Mensalidades Alunos Pagantes	15.570.408	15.005.940
Bolsa Integral Própria Inst. (Filantropia) 100%	4.113.133	2.599.970
Bolsa Parcial Própria Inst. (Filantropia) 50%	3.337.065	4.080.818
Outras Bolsas	7.523.261	6.824.490
Receitas de Serviços	22.224	26.954
(–) Deduções da Receita Bruta de Educação	**(17.151.359)**	**(14.633.135)**
Bolsa Integral Própria Inst. (Filantropia) 100%	(4.113.133)	(2.599.970)
Bolsa Parcial Própria Inst. (Filantropia) 50%	(3.337.065)	(4.080.818)
Outras Bolsas	(7.523.261)	(6.824.490)
Descontos Concedidos	(2.161.206)	(1.104.429)
Devolução de Mensalidades/Anuidades	(16.694)	(23.428)
(+) Outras Receitas	**–**	**–**
Convênios	–	–
Subvenções	–	–
Doações		
(=) RECEITA LÍQUIDA	**13.414.732**	**13.905.037**
(–) Custo do Serviço Educacional	**(4.930.263)**	**(4.373.865)**
Despesas com Pessoal	(4.930.263)	(4.373.865)
Material Didático	–	–
Alimentação	–	–
Transporte	–	–
Uniforme	–	–
Moradia	–	–
Projetos e Atividades - Educação Básica em Tempo Integral	–	–
(=) RESULTADO OPERACIONAL BRUTO	**8.484.469**	**9.531.172**
(–) Despesas Operacionais	**(10.983.585)**	**(8.581.405)**
Despesas Administrativas	(2.770.285)	(4.123.641)
Despesas com Depreciação/Amortização	(2.201.085)	(2.157.062)
Outras Despesas	(6.012.215)	(2.300.702)
(+/–) RESULTADO FINANCEIRO	**(2.836.040)**	**(2.450.831)**
(+/–) OUTRAS RECEITAS E DESPESAS	**–**	**–**
(+/-) PROVISÕES	**–**	**–**
(+/-) ISENÇÕES USUFRUÍDAS	**–**	**–**
Renúncia Fiscal Obtida	(1.546.690)	(1.829.320)
Renúncia Fiscal	1.546.690	1.829.320
(=) SUPERÁVIT/DÉFICIT DO EXERCÍCIO	**(5.335.156)**	**(1.501.064)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do Fluxo de Caixa para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019 - Em Reais

	2020	2019
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit (déficit) do período	**(5.335.156)**	**(1.501.064)**
Depreciação e amortização	2.201.084	2.483.965
Ajuste de exercícios anteriores	–	833.202
Redução (aumento) do ativo		
Mensalidade a receber	(1.759.576)	(973.342)
Créditos a receber - líquido de provisão	(29.588)	(33.484)
Outros ativos	84.187	192.868
Aumento (redução) do passivo		
Fornecedores	86.063	(18.234)
Obrigações sociais e fiscais	2.857.457	(558.294)
Provisão de férias	94.679	(104.103)
Obrigações Tributárias	2.704.326	(1.151.438)
Contingências	(656.957)	(633.948)
Outros passivos	(209.488)	1.293.762
Geração (utilização) de caixa das atividades operacionais	**37.031**	**(170.110)**
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisições de ativo imobilizado e intangível	(184.486)	(372.882)
Investimento	–	614.599
Geração (utilização) de caixa em atividades de investimentos	**(184.486)**	**241.717**
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Recebimentos de empréstimos e financiamentos	314.171	138.799
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(138.796)	(50.916)
Geração (utilização) de caixa em atividades de financiamentos	**175.375**	**87.883**
Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes	**27.920**	**159.490**
Caixa e equivalentes no início do período	351.716	192.226
Caixa e equivalentes no fim do período	379.636	351.716
Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes	**27.920**	**159.490**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 - Em Reais

1. CONTEXTO OPERACIONAL: A SOCIEDADE GUARULHENSE DE EDUCAÇÃO - SOGE é uma entidade autônoma, sem fins lucrativos e de natureza filantrópica fundada aos 16 de agosto de 1965. Mantêm o **CENTRO UNIVERSITÁRIO METROPOLITANO DE SÃO PAULO - UNIMESP**. Dentre os objetivos da SOGE destacam-se: organizar, manter e desenvolver a educação e instrução em todos os níveis de ensino; ser mantenedora do Centro Universitário ou Universidade; organizar e realizar eventos, programa de treinamento multidisciplinar, concursos para profissionais e estudantes; editar e publicar obras científicas em revista, jornais e manuais de orientação metodológica em geral; organizar e administrar centros de educação, convivência social e pesquisa; promover o desenvolvimento e a realização de pesquisas e projetos, destinados à população brasileira carente e demais cidadãos necessitados de apoio humanitário, com vistas à inserção desse segmento populacional no exercício da plena cidadania e outros. **2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em con

DocuSign Envelope ID: 02ED7B38-9754-44BE-8E3C-2F4C30CAD5A3

Associação de Instrução Popular e Beneficência - SIPEB

CNPJ : 50.228.097/0001-62

Balanços Patrimoniais Encerrados em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 (Em Reais)

ATIVO	Nota	31/12/2020	31/12/2019	PASSIVO	Nota	31/12/2020	31/12/2019
CIRCULANTE		**26.251.085,39**	**29.097.172,49**	**CIRCULANTE**		**1.000.396,22**	**1.046.004,24**
Caixa e Equivalentes de Caixa	10	25.739.074,22	27.828.033,35	Fornecedores	9	218.236,97	42.445,16
Créditos a Receber		241.480,62	126.750,22	Obrigações Trabalhistas		541.086,37	617.943,16
Adiantamentos a Funcionários		2.443,23	3.846,40	Obrigações Previdenciarias/Sociais		227.845,43	384.831,67
Estoques		260.483,09	1.122.919,29	Obrigações Tributárias		12.791,65	-
Impostos a Recuperar		7.604,23	15.623,23	Obrigações Sindicais		435,80	784,25
NÃO CIRCULANTE		**37.539.840,17**	**39.656.502,11**	**NÃO CIRCULANTE**		**257.880,31**	**263.665,22**
Realizável a Longo Prazo		-	1.345.874,35	Contingências Fiscais e Trabalhistas	22	257.880,31	263.665,22
Imobilizado	11	36.713.680,48	37.472.576,95	**PATRIMÔNIO LÍQUIDO**	**23**	**62.532.649,03**	**67.444.005,14**
Intangível	12	826.159,69	838.050,81	Patrimônio Social		67.136.057,91	69.865.211,87
				Déficit do Exercício		(4.603.408,88)	(2.421.206,73)
TOTAL DO ATIVO		**63.790.925,56**	**68.753.674,60**	**TOTAL DO PASSIVO**		**63.790.925,56**	**68.753.674,60**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019

Eventos	Patrimônio Social	Déficit/Superávit do Exercício	Ajuste de Exercícios Anteriores	Resultado do Exercício	Total
Saldo em 31/12/2018	**70.595.096,79**	**(729.884,92)**	**-**	**-**	**69.865.211,87**
Transferência Patrimonial	(729.884,92)	729.884,92	-	-	-
Ajuste Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-
Deficit do Exercício	-	-	-	2.421.206,73	2.421.206,73
Resultado do Exercício		(2.421.206,73)		(2.421.206,73)	(4.842.413,46)
Saldo em 31/12/2019	**69.865.211,87**	**(2.421.206,73)**	**-**	**-**	**67.444.005,14**
Transferência Patrimonial	(2.421.206,73)	2.421.206,73	307.947,23	-	307.947,23
Ajuste Exercícios Anteriores	(307.947,23)	-	(307.947,23)	-	(615.894,46)
Deficit do Exercício	-	-	-	4.603.408,88)	4.603.408,88
Resultado do Exercício	-	(4.603.408,88)	-	(4.603.408,88)	(9.206.817,76)
Saldo em 31/12/2020	**67.136.057,91**	**(4.603.408,88)**	**-**	**-**	**62.532.649,03**

Demonstrações de Resultados dos Superávitis e Déficits dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019

	2020	2019
Receita Operacional Bruta	23.238.049,14	28.134.447,61
Receita Bruta de Serviços Educacionais	19.840.363,76	24.481.386,99
Receita Educação Básica	15.090.889,39	20.330.547,97
Outras Receitas Educacionais	4.749.474,37	2.617.138,27
Receita Bruta de Serviços Assistência Social	1.265.766,01	1.545.093,80
Receita Bruta de Outras Atividades	2.131.919,37	917.767,98
Receitas Serviços Não Tipificados	395.674,21	596.796,26
Receita Atividades de Captação Recursos	1.243.145,98	1.190.198,84
Deduções da Receita Bruta Educacional	(5.177.546,28)	(10.762.585,42)
Deduções da Receita Educacional	(2.721.609,51)	(6.336.400,97)
Outras deduções da Receita Educacional	(2.455.936,77)	(4.426.184,45)
Deduções da Receita Bruta Assistência Social	(57.728,16)	(4.439,79)
Deduções da Receita Assistência Social	(57.728,16)	(4.439,79)
Deduções da Receita Bruta Outras Atividades	(126.347,34)	(6.651,14)
Deduções da Receita dos Serviços Não Tipificados	(126.347,34)	(6.651,14)
(=) Receita Operacional Líquida da Educação	14.662.817,48	13.718.801,57
(=) Receita Operacional Líquida da Assistência Social - Serviço Tipificado	1.265.766,01	1.545.093,80
(=) Receita Operacional Líquida Outras Atividades	2.131.919,37	917.767,98
Custos Serviços Educacionais	(10.873.007,01)	(15.851.732,13)
Custos Serviços Assistência Social - Tipificados	(1.559.534,85)	(2.504.661,11)
Custos Outras Atividades	(2.975.124,61)	(3.529.880,63)
Despesas da Educação	(3.088.402,79)	(4.395.280,86)
Despesas da Assistência Social - Serviços Tipificados	(1.000.711,78)	(755.826,07)
Despesas de Outras Atividades	(1.766.073,46)	(775.485,13)
Despesas Tributárias	(15.835,02)	(8.709,37)
Resultado Financeiro Líquido	77.254,88	2.093.204,95
(=) Superávit/Déficit Operacional da Educação	(776.904,44)	(2.132.930,56)
(=) Superávit/Déficit Operacional da Assistência Social	(1.294.480,62)	(959.567,31)
(=) Superávit/Déficit Operacional das Outras Atividades	(2.609.278,70)	(1.421.913,81)
(=) Superávit/Déficit Operacional Consolidado	(4.603.408,88)	(2.421.206,73)

Demonstração dos Fluxos de Caixa Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	2020	2019
Déficit do Exercício	(4.603.408,88)	(2.421.206,73)
Ajustes por:		
Depreciações e Amortizações	1.290.453,88	-
Ajuste Exercícios Anteriores	(307.947,23)	-
(Aumento) Diminuição em Ativos Operacionais:		
Créditos a Receber	(114.730,40)	36.738,05
Adiantamento a Funcionários	1.403,17	(1.403,17)
Realizável da Longo Prazo	1.345.874,35	-
Estoques	862.436,20	(540.906,95)
Impostos a Recuperar	8.019,00	(13.381,52)
Aumento (Diminuição) em Passivos Operacionais:		
Fornecedores	175.791,81	20.323,80
Obrigações Trabalhistas	(76.856,79)	(19.249,57)
Obrigações Previdenciarias	(156.986,24)	103.928,43
Obrigações Tributárias	12.791,65	(6.878,14)
Contribuições Sindicais	(348,45)	4,38
Contingências Fiscais e Trabalhistas	(5.784,91)	(2.570,00)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**(1.569.292,84)**	**(2.844.601,42)**
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos		
Aquisição do Imobilizado	(519.965,29)	(1.365.273,78)
Aquisição do Intangível	299,00	(299,00)
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	**(519.666,29)**	**(1.365.572,78)**
Redução de caixa e equivalentes de caixa	**(2.088.959,13)**	**(4.210.174,20)**
Caixa e equivalentes de caixa no inicio do período	27.828.033,35	32.038.207,55
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	25.739.074,22	27.828.033,35
	(2.088.959,13)	**(4.210.174,20)**

Maria Inês Coelho Rosa
Diretora Presidente
CPF 863.566.408-63

Maria Conçuela Andrade Mota
Diretora Tesoureira
CPF 894.071.648-53

JMF Consultoria Contábil Ltda
CRC: 2SP 021283/07

Juarez Medeiros Ferreira
CRC: 1SP 173.277/0-2

Notas Explicativas as Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 (Em Reais)

I - Contexto Operacional: Nota 01- A **Associação de Instrução Popular e Beneficência - SIPEB** foi fundada em 16 de junho de 1911 na cidade e Comarca de Itu, Estado de São Paulo. Possui registro no Conselho Nacional de Assistência Social sob o nº. 42.137/54, *é reconhecida como Utilidade Pública Federal pelo Decreto nº. 46.929/59*; Utilidade Pública Estadual pelo Decreto nº. 33.378/58 e Utilidade Pública Municipal pela Lei Municipal de Itu nº. 759 de 26/11/1963. A ASSOCIAÇÃO SIPEB tem por finalidade criar, congregar, manter, dirigir, assessorar, orientar instituições que promovam ações no âmbito da assistência social, da educação, do ensino, da saúde, da geriatria, da ecologia e do meio ambiente, do esporte e lazer, desenvolvendo suas atividades em qualquer parte do território nacional. A ASSOCIAÇÃO SIPEB é uma pessoa jurídica de direito privado, uma associação sem fins lucrativo e filantrópica. Ela desenvolve suas atividades e cumpre suas finalidades estatutárias diretamente ou através de seus Estabelecimentos Mantidos e está organizada conforme a legislação vigente no Brasil. A Associação se inspira e se orienta pelos princípios humanitários e cristãos, pela filosofia e carisma de Unidade da Congregação das Irmãs de São José de Chambéry. **II - Apresentação das Demonstrações Contábeis: Nota 02-** As Demonstrações Financeiras foram elaboradas em conformidade com a Lei nº. 6.404/76 e alterações introduzidas pela Lei nº11.638.07 e 11.941/09 e Lei nº.8.212/91 Decretos nº. 2536/98 e nº. 3.504/00, do Ministério da Previdência Social; Resolução nº. 177/2000 do CNAS, parecer CJ/MPS 3069/03, Lei nº 12.101/09, Decreto 7.237/10 e Resolução nº 1.409 de 29.09.12 do Conselho Federal de Contabilidade que aprovou a ITG 2002- Entidade sem finalidade de lucros. **III- Resumo das Principais Práticas Contábeis: As principais políticas contábeis aplicadas em 2020 e 2019 estão apresentadas a seguir: Nota 03-** As **receitas e despesas** são apropriadas pelo regime de competência do exercício. **Nota 04-** O **caixa e equivalentes de caixa** compreendem dinheiro, depósitos bancários e aplicações financeiras que estão registradas pelo valor de aplicação acrescido dos rendimentos incorridos até a data do balanço. **Nota 05-** O **Imobilizado** se apresenta pelo custo de aquisição, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, acrescido de reavaliação dos imóveis efetuada no exercício/2001. As taxas de depreciação, calculadas pelo método linear, sobre valores do ativo imobilizado, para registrar os desgastes dos bens pelo uso e tempo. **Nota 06-** Os **ativos intangíveis** incluem direitos de uso de "software" e patentes. **Nota 07- Outros Ativos Circulantes e não Circulantes:** são apresentados pelo valor líquido de realização. **Nota 08- Outros Passivos Circulantes e não Circulantes:** são apresentados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço. **Nota 09- Fornecedores:** Refere-se à contratação de serviços. **Nota 10-** Caixa e Equivalentes de Caixa:

	2020	2019
Caixa e Bancos	681.507,93	694.127,29
Aplicações Financeiras	25.057.566,29	27.133.906,06
Total	**25.739.074,22**	**27.828.033,35**

Nota 11- O imobilizado da entidade é composto de bens tangíveis e o registro da depreciação é feito de acordo com as normas contábeis vigentes.

Nomenclatura	31/12/2020	31/12/2019	Taxas
Benfeitorias	1.668.154,91	1.262.534,47	-
Edifícios	25.034.295,46	25.034.295,46	4%
Terrenos	22.720.000,00	22.720.000,00	-
Móveis e Utensílios	1.653.185,34	1.609.359,95	10%
Instalações	311.469,06	373.891,92	10%
Equipamentos de Informática	2.175.528,16	2.110.414,98	20%
Aparelhos Diversos	562.321,63	541.871,89	10%
Máquinas e Equipamentos	833.871,93	771.381,66	10%
Material Didático	59.634,09	74.744,96	-
Veículos	591.997,37	591.997,37	20%
(-) Depreciação Acumulada	(18.896.777,47)	(17.617.915,71)	
Total	**36.713.680,48**	**37.472.576,95**	

Nota 12- O intangível é formado pelos bens intangíveis e o registro da amortização é feito de acordo com as normas contábeis vigentes. **Nota 13- As Doações** recebidas de pessoas físicas e jurídicas referem-se a doações em espécie (moeda nacional) bem como de itens doados como: brinquedos, produtos alimentícios, limpeza e higiene e material pedagógico entre outros que são valorizados através de pesquisa de mercado.

Quadro de Doações - 2020 (R$)	Pessoa Jurídica		Pessoa Física	
Unidades	Especie	Mercadoria	Especie	Mercadoria
Colégio Santana	-	86.385,33	-	-
Escola de Enfermagem São José	-	1.447,00	-	-
Centro Promocional São José	130,00	9.506,08	-	-
Itu Sede	150.000,00	-	7.520,00	-
Casa Repouso	436,40	-	-	-
Centro Promocional Nossa Sra. Lourdes	-	9.232,11	-	-
Centro Educaçao São José	-	-	10.119,41	-
Projeto Sócio Educativo	-	-	1.000,00	-
Centro Promocional Madre Teodora	143.513,62	-	42.810,16	-
CSC - Nossa Senhora Patrocinio	-	-	436,28	-
CSC - São Jose Do Tabor	-	-	0,09	-
CSC - Santana	-	-	0,05	-
CCS - Nossa Sra De Monte Serrat	-	-	300,47	-
CSC - Irmã São João Fontbonne	-	-	24,27	-
Lojinha Voiron	-	-	-	971,00
Total	**294.080,02**	**106.570,52**	**62.711,73**	**971,00**

Os Financiamentos de projetos: No Centro Promocional São José (JAÚ): Termo de Fomento, decorrente do Edital de Chamamento Público nº. 01 SEDS/CONDECA/2016-2017, para a execução do Projeto ¨Esporte Educacional para o Desenvolvimento Social, com emprego de recursos captados pelo Fundo Estadual dos Direitos da Criança e do adolescente no valor de R$ 44.325,45 sendo que em 16/12/2020 foi devolvido ao órgão pertinente o valor de R$ 22.717,89 devido a pandemia do Coronavírus (COVID-19) ter afetado os Projetos. A seguir quadro ilustrativo:

Financiamento de Projetos	2020	2019
Instituto Lojas Renner	-	33.641,59
Fundo Missionário das Irmãs de São José Chambery	-	31.125,00
Condeca –Conselho Estadual dos Direitos criança e adolescente	22.717,89	49.892,19
Totais	**22.717,89**	**114.658,78**

Nota 14- Gratuidade Ofertada: No atendimento ao disposto no inciso VI do artigo 3º do decreto nº. 2.536/98, a Entidade concedeu as seguintes gratuidades:

Quadro Bolsa CEBAS Lei 12101 de 2009 (alterada pela lei 12868 de 2013) Portaria MEC Nº 15 de 2017

Itens da Receita	2020	2019
Receita de Anuidade (Receita Operacional)	**15 090 889,39**	**20 330 547,97**
Receita de Anuidade Colégio Santana	3 068 370,93	4 029 314,31
Receita de Anuidade Colégio São José	10 740 281,88	10 199 754,57
Receita de Anuidade Escola de Enfermagem	623 004,58	1 240 367,51
Receita de Anuidade Escola Filantrópica Ir. Mª. Bernadette L. Monteiro	-	3 154 711,58
Receita de Anuidade Escola Filantrópica Tabor	659 232,00	1 706 400,00
(-) Deduções da Receita Educação Básica	**(6 233 322,82)**	**(14 089 996,25)**
Bolsas Integrais Educação Básica 100% Próprias (CCT)	(671 651,43)	(736 646,56)
Bolsas CEBAS integrais de Ed. Básica (100%) Lei 12.101/2009	(1 238 597,89)	(5 156 442,36)
Bolsas CEBAS parciais Ed. Básica (50%) Lei 12.101/2009	(671 192,14)	(443 312,05)
Devolução/cancelamento mensalidades/anuidades	(30 235,44)	(30 020,05)
Outros Descontos Incondicionais	(2 930 781,58)	(2 833 956,93)
Perdas no recebimento (taxas bancárias)	(31 632,34)	(28 506,72)
Receita de anuidade Escola Filantrópica Ir. Mª. Bernadette L. Monteiro	-	(3 154 711,58)
Receita de anuidade Escola Filantrópica Tabor	(659 232,00)	(1 706 400,00)
Total	**8 857 566,57**	**6 240 551,72**

Itens de Custo	2020		2019	
Composição Educação R$	**2 905 872,68**	**32,81%**	**4 195 768,93**	**67,23%**
Escola Filantrópica Ir. Maria Bernadette Leme Monteiro	35 737,55	0,40%	1 231 447,68	**19,73%**
Escola Filantrópica Tabor	952 768,12	10,76%	1 440 370,80	**23,08%**
Colégio Santana	**920 900,47**	**10,40%**	**729 839,03**	**11,70%**
Bolsa CEBAS parcial (50%)	287 955,07	3,25%	161 544,35	2,59%
Bolsa CEBAS Integral (100%)	422 739,12	4,77%	209 164,92	3,35%
Bolsa de Estudo Integrais Ed. Básica (100%) Próprias (CCT)	210 206,28	2,37%	359 129,76	5,75%
Colégio São José	**980 056,02**	**11,06%**	**747 948,27**	**11,99%**
Bolsa CEBAS parcial (50%)	366 826,55	4,14%	235 604,55	3,78%
Bolsa CEBAS Integral (100%)	170 234,77	1,92%	156 364,68	2,51%
Bolsa de Estudo Integrais Ed. Básica (100%) Próprias (CCT)	442 994,70	5,00%	355 979,04	5,70%
Escola de Enfermagem São José	**16 410,52**	**0,19%**	**23 309,33**	**0,37%**
Bolsa CEBAS parcial (50%)	16 410,52	0,19%	23 309,33	0,37%
Bolsa de Estudo Integrais Ed. Básica (100%) Próprias (CCT)	4 842,45	0,05%	-	0,00%
Escola Filantrópica Ir. Maria Bernadette Leme Monteiro	**-**	**0,00%**	**22 853,82**	**0,37%**
Bolsa parcial	-	0,00%	22 853,82	0,37%

Nota 15- Demonstrativo da proporção de Bolsas Ofertadas de Acordo com a Lei 12.101 de 2009 (alterada pela Lei 12.868 de 2013) Portaria Normativa MEC Nº 15 DE 2017. O quadro abaixo retrata dados de alunos matriculados e de bolsas de estudo concedidas em 2020.

Educação Básica	Quantidade	Valores
Número de alunos matriculados	979	R$ 15.090.889,39
Bolsas integrais da Lei nº 12.101/2009	171	R$ 1.238.597,89
Outros tipos de bolsas integrais(Convenção Coletiva)	41	R$ 671.651,43
Bolsas parciais 50% da Lei nº 12.101/2009	83	R$ 671.192,14

Nota 16- A calculadora abaixo retrata o cálculo da gratuidade ofertada em 2020.

Lei 12.101 de 2009 (alterada pela Lei 12.868 de 2013) Portaria Normativa MEC nº 15 de 2017	
	Educação Básica
Total de alunos matriculados (a)	**979**
Alunos bolsa integral(Lei 12.101/2009)	171
Alunos bolsa integral e com deficiência (Lei 12.101/2009)	0
Alunos bolsa integral e em tempo integral (Lei 12.101/2009)	0
Alunos bolsa integral (Lei 11.096/2005 - PROUNI)	0
Alunos bolsa integral (Pós-graduação strictu sensu) (Lei 12.101/2009)	0
Número total de alunos com bolsa integral (Lei 12.101/2009)	**171**
Outras bolsas integrais(b)	41
Alunos matriculados em cursos que não sejam de graduação ou sequencial de formação específica regulares ©	0
Alunos inadimplentes (d)	0
Alunos Pagantes: (a)-(b)-(c)-(d)	**938**
Alunos bolsa parcial de 50% (Lei 12.101/2009)	83
Alunos bolsa parcial de 50% (Lei 11.096/2005 - PROUNI)	0
Alunos bolsa parcial de 50% (Pós-graduação strictu sensu) (Lei 12.1011/2009)	0
Número total de alunos com bolsa parcial de 50% (lei 12.101/2009)	**83**
Número total de bolsas integrais equivalentes	**213**
Outras bolsas parciais	0
Cálculo dos benefícios complementares	
Montante dos custos realizados pela entidade com os benefícios complementares	R$ 0,00
Receita Bruta anual de Mensalidades	R$ 15.090.889,30
Total de alunos matriculados excluindo-se os inadimplentes	979
Valor de referência utilizado para conversão dos benefícios complementares	R$ 15.414,60
Bolsas integrais convertidas em benefícios complementares	0
Limite de benefícios complementares (até 25% do máximo de bolsas integrais)	71
Número de benefícios complementares utilizado no cálculo	**0**
Verificação do atendimento das proporções de bolsas de estudo	**Art. 13**
Quantidade mínima de bolsas 1/5 (Educação Superior sem Prouni 1/4)	**Atendido**
Quantidade mínima de bolsas 1/9	**Atendido**

Nota 17- Subvenção: Quadro I- As Subvenções Municipais para as Unidades de Assistência Social referentes ao ano de 2020, somaram R$ 1.141.393,29

Concedente	Proponente	Aplicação dos recursos	Responsabilidades	Nº de atendimentos
Prefeitura da Estância Turística de Itu/SP	Centro Promocional Madre Teodora	R$ 51.406,06	Ofertar o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças e adolescentes de 6 a 11 anos de idade	Número de atendidos: 271crianças
Prefeitura Municipal de Jaú/SP	Centro Promocional São José	R$ 711.820,43	Ofertar o Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças e adolescentes com idade de 6 a 15 anos de idade	Subvencionado:300 crianças e adolescentes Número de atendidos: 299crianças e adolescentes

QUADRO II- As Subvenções Municipais para parceria para custeio das Atividades Educativas no Contraturno Escolar referente ao ano de 2020, que somaram R$ 378.166,80

Subvenção Verba de Custeio

Concedente	Proponente	Aplicação dos recursos	Responsabilidades	Termo de colaboração	Nº de atendimentos
Prefeitura Municipal de Franca/ Secretaria Municipal de Educação	Associação SIPEB/ Centro Promocional Nossa Sra. de Lourdes	R$378.166,80	Utilização de verba para manutenção de atividades educativas no contraturno escolar, atendendo alunos matriculados em escolas públicas do município de Franca/SP	2º Termo de aditamento do Termo de Colaboração nº 0232/2018 Assinatura em 01/01/2020 Término em 31/12/2020	Subvencionado: 170 crianças Número de atendidos: 168 crianças

Nota 18- Atendimento com recursos próprios na área de Assistência Social, referente ao ano de 2020, somaram R$ 1.566.641,53.

Programa, Serviço e Projeto com recursos próprios	Unidades	Recursos Próprios para complementação dos atendimentos	Nº de atendimentos
Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças e adolescentes	Centro Promocional São José	R$ 564.196,79	299 atendidos 717 atendimentos
	Centro Promocional Madre Teodora	R$ 742.752,78	271 atendidos 843 atendimentos
	Centro de Educação São José	R$ 259.691,96	175 atendidos 293 atendimentos
	Totais	R$1.566.641,53	745 atendidos 1.853 atendimentos

Nota 19- Atendimento com recursos próprios em Outras Atividades Sociais não tipificadas referentes ao ano de 2020 e o termo de parceria, somaram R$ 319.450,05.

Quadro I

Serviço,projeto e atividades sociais desenvolvidos com recursos próprios	Unidade	Recursos próprios para complementação dos atendimentos	Nº de atendimentos
Atividades educativas no contraturno escolar	Centro Promocional Nossa Sra.de Lourdes	R$ 270.714,22	168 atendidos

Termo de Parceria Associação SIPEB/SPES

Quadro II

Repasse financeiro à outra entidade beneficente	Serviço Promocional e Social da Paróquia de Santa Cecília (SPES)	R$ 48.735,83	1270 atendidos
Total		**R$ 319.450,05**	**1438 atendidos**

Nota 20- Os recursos da entidade foram aplicados em suas finalidades institucionais, em conformidade do seu Estatuto Social. **Nota 21-** A isenção da quota patronal de Previdência Social usufruída pela entidade foi no valor de R$ 1.715.948,45 para o exercício de 2020 e R$ 2.062.612,25 em 2019. **Nota 22- Contingências Fiscais e Trabalhistas**: As contingências passivas no montante de R$ 257.880,31 são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quanto os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As contingências passivas classificadas como perdas possíveis não são reconhecidas contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, conforme critérios definidos na Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TG 25 (R1) do Conselho Federal de Contabilidade. **Nota 23-** O Patrimônio Líquido compreende o Patrimônio Social, acrescido dos Superávits ou diminuído dos Déficits, ajustes e doações ocorridos anualmente. **Nota 24-** A entidade mantém seguro patrimonial para cobrir sinistros dos seus bens patrimoniais em montantes julgados suficientes pela administração. **Nota 25- Impactos da Pandemia COVID-19:** Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde declarou oficialmente o surto da Covid-19 uma pandemia. Após essa declaração, vários países e estados instituíram medidas de isolamento social para combater a pandemia da Covid-19. No Brasil, após a comprovação dos primeiros casos de coronavírus, quarentenas (lockdown) foram solicitadas ou impostas por autoridades governamentais como medidas preventivas visando reduzir a aglomeração de pessoas para controlar a proliferação do novo coronavírus. Essas quarentenas impactaram diversos segmentos da economia nacional incluindo toda cadeia de serviços educacionais. Diante deste cenário adverso e de incertezas, a Entidade fez um planejamento e executou ações visando este cenário adverso. Quando analisamos o comportamento dos principais indicadores operacionais da Entidade durante o segundo trimestre, auge da pandemia e do isolamento social, identificou-se uma redução da receita das unidades educacionais. No terceiro e quarto trimestre foi possível observar uma recuperação progressiva desta demanda por atendimentos e procedimentos. **a. Medidas de assistência governamental:** Diversas medidas de auxílio econômico e financeiro foram introduzidas pelos entes federativos, com objetivo de auxiliar as empresas na mitigação dos efeitos da pandemia, com destaque para as seguintes, que foram adotadas pela Companhia: i. Medida Provisória 927/2020. Adoção da Medida Provisória 927 de março de 2020 que dispõe sobre as medidas trabalhistas para enfrentamento do COVID-19; ii. Medida Provisória 936/2020. Adoção da Medida Provisória 936 de abril de 2020 que institui o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda e dispõe sobre medidas trabalhistas complementares para enfrentamento do COVID-19. **b. Impactos financeiros:** Visando proteger a liquidez durante a crise provocada pela pandemia da Covid-19, a Companhia manteve controle e acompanhamento dos indicadores de risco financeiro, com o seguinte resultado: A administração avalia ainda que a posição de caixa, equivalentes e títulos e valores mobiliários, em 31 de dezembro de 2020, de R$ 25.739.074,22, é suficiente para atender os compromissos financeiros já contratados assim como as necessidades adicionais que possam surgir em virtude da pandemia. **c. Risco de continuidade operacional:** A extensão em que o COVID-19 afetará os negócios, a situação financeira, os resultados das operações e as perspectivas da Entidade dependerá de desenvolvimentos futuros, incertos e que não podem, por enquanto, serem razoavelmente previstos, incluindo novas informações que possam surgir sobre a evolução do COVID-19 e/ou as ações de governo e outras entidades para contê-lo no Brasil. Embora, não seja possível estimar razoavelmente a extensão de possíveis impactos nos negócios, condição financeira, resultados de operações e perspectivas, nossas projeções de receitas e fluxos de caixa operacionais apresentam plenas condições de continuidade das operações. A Entidade monitora continuamente a situação o mais próximo possível e estão avaliando ativamente os possíveis impactos em seus negócios e implementando medidas que mitiguem potenciais riscos existentes. **Nota 26 - Imunidade Tributária:** Tendo em vista que a entidade não distribui parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a título de lucro ou participação nos resultados, aplica integralmente os recursos para manutenção dos seus objetivos institucionais, mantém a escrituração regular de suas receitas e despesas, ela está imune ao imposto de renda da pessoa jurídica, a contribuição social s/ lucro líquido – CSLL ao PIS e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS e aos impostos municipais e estaduais de acordo com os dispositivos da constituição da REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL e do CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL – CTN. No tocante ao PIS a entidade recolhe 1% sobre a folha de pagamento conforme determinação legal. A ASSOCIAÇÃO SIPEB, possui certificado de ENTIDADE BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CEBAS, concedido pelo MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO – MEC, conforme Portaria 16, de 21 de janeiro de 2019, publicada no DOU aos 24 de janeiro de 2019, para o período de 01de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2018. Aguarda ainda o processo de renovação para o triênio de 2019 a 2021 de acordo com o protocolo 23000.038851/2018-68, de 29/11/2018.

Parecer do Conselho Fiscal

Aos vinte e três dias do mês de março de dois mil e vinte e um , às quatorze horas e trinta minutos, reuniu-se o Conselho Fiscal da Associação de Instrução Popular e Beneficência. Participaram da reunião as senhoras: Irene Miguel – Presidente do Conselho Fiscal, Marina de Melo Vasconcelos e Edna Carvalho. Também participaram o Sr. Juarez Medeiros Ferreira, contador da Associação SIPEB, sua assistente Sra. Alessandra Pereira da Silva, para análise e emissão do parecer do Balanço Patrimonial do exercício de 2020 Em decorrência da grande pandemia do novo Corona vírus, a reunião foi realizada via Videoconferência, sendo iniciada pelo Sr. Contador, que nos deu explicações detalhadas dos demonstrativos contábeis normalizados pela lei vigente. . O ano 2020 foi um ano atípico em decorrência da pandemia, incidindo muito na economia global e afetando diretamente as Instituições. Houve um grande impacto basicamente na rede educacional refletida na receita. Como foi pedido pela Sra. Auditora – Andrea Soares Paes e Menezes, no ano passado, neste ano foi bastante contemplado no balancete a questão do voluntariado: horas trabalhadas, função e valores. Em relação ao Imobilizado houve um ajuste quanto a depreciação dos bens patrimoniais. O déficit da Instituição continua elevado. Conforme o Sr. Contador o resultado contábil apresenta uma situação desafiante e o problema maior refletiu-se no resultado da perda em algumas aplicações financeiras. E tudo isso devido ao fator determinante ocasionado pela pandemia. Após a apresentação e apreciação das informações fornecidas pelo Contador Sr. Juarez Medeiros Ferreira e pela sra. Alessandra Pereira da Silva o Conselho Fiscal declara aprovado o Balanço Patrimonial de 2020. Nada mais havendo a tratar encerrou-se a reunião da qual foi lavrada a presente Ata que vai assinada pelos membros do Conselho Fiscal.

São Paulo, 23 de março de 2021

Irene Miguel **Marina de Melo Vasconcelos** **Edna Carvalho**

Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Financeiras

Aos diretores da **Associação de Instrução Popular e Beneficência - SIPEB** - São Paulo - SP - **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da **Associação de Instrução Popular e Beneficência - SIPEB**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Associação de Instrução Popular e Beneficência - SIPEB** em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação a **Associação de Instrução Popular e Beneficência - SIPEB**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Parágrafo de ênfase:** De acordo com a Nota Explicativa 25, a **Associação de Instrução Popular e Beneficência - SIPEB** sofreu impacto da pandemia de COVID 19, com redução de receitas das unidades educacionais. A **Associação de Instrução Popular e Beneficência - SIPEB** apresentou déficit no exercício de R$ 4.603.408,88 (quatro milhões, seiscentos e três mil, quatrocentos e oito reais e oitenta e oito centavos). A Entidade vem apresentando déficits sucessivos nos últimos exercícios, sendo necessária medidas operacionais para continuidade da viabilidade financeira da Associação. A opinião do auditor não se modifica no que diz respeito ao assunto enfatizado. **Outros assuntos: Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A Administração da Associação é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comun

DocuSign Envelope ID: 02ED7B38-9754-44BE-8E3C-2F4C30CAD5A3

A leitura na medida certa.

ANUNCIE:
11. 3729-6600

CONGREGAÇÃO DE SANTA CRUZ

CNPJ nº 60.993.193/0001-50

Relatório da Administração

Senhores Membros do Conselho de Assuntos Econômicos e Fiscais: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas. o Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/20 e as respectivas Demonstrações Contábeis, elaboradas nas formas da legislação vigente, bem como o Relatório dos Auditores Independentes. Colocamo-nos à disposição de V. Sas. para prestar-lhes os esclarecimentos eventualmente necessários.

A Administração

Balanço Patrimonial - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 - Em reais

ATIVO	Nota	2020	2019
Ativo Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	90.849.926	70.483.937
Anuidades a Receber	7	3.612.488	3.402.539
Outros Créditos	8	2.966.517	3.212.674
Ativo Circulante		**97.428.931**	**77.099.150**
Ativo não Circulante			
Anuidades a Receber	7	3.515.430	3.127.398
Depósitos Judiciais		439.581	389.787
Impostos à Recuperar		443.792	444.458
		4.398.803	**3.961.643**
Ativo Biológico		1.084.995	1.074.995
Imobilizado		784.669.696	775.614.291
(-) Depreciações acumuladas		(36.263.131)	(23.258.528)
Imobilizado Líquido	9	**748.406.564**	**752.355.763**
Intangível		2.419.831	2.419.831
(-) Amortizações acumuladas		(1.787.744)	(1.707.230)
Intangível Líquido	10	**632.087**	**712.601**
		750.123.647	**754.143.359**
Ativo não Circulante		**754.522.450**	**758.105.002**
Total do Ativo		**851.951.381**	**835.204.152**

PASSIVO	Nota	2020	2019
Passivo Circulante			
Empréstimos e Financiamentos		34.453	31.538
Fornecedores		1.689.907	4.339.012
Obrigações Fiscais e trabalhistas	11	8.503.539	8.354.464
Anuidades Antecipadas	12	16.405.354	16.506.955
Outras Contas à Pagar		1.555.787	1.483.114
Passivo Circulante		**28.189.040**	**30.715.084**
Passivo não Circulante			
Empréstimos e Financiamentos		-	18.326
Provisões para contingências	13	1.413.250	1.288.159
Receitas Antecipadas		600.500	600.500
Passivo não Circulante		**2.013.750**	**1.906.985**
Patrimônio Líquido			
Patrimônio Social		275.574.990	254.381.194
Ajustes de avaliação patrimonial	9	527.007.093	530.600.363
Superávit do Período		19.166.507	17.600.519
Total Patrimônio Líquido	**14**	**821.748.590**	**802.582.076**
Total Passivo e Patrimônio Líquido		**851.951.381**	**835.204.152**

Demonstração do Resultado do Período
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 - Em reais

	Nota	2020	2019
Receitas com Atividades Acadêmicas		**191.380.173**	**194.640.866**
Receitas com Restrição			
Subvenção Custeio Educacional	15	1.987.074	3.109.722
Receitas sem Restrição			
Contribuições de Anuidades Escolares		246.531.518	237.795.813
Outras Contribuições Educacionais	16	7.024.728	11.137.650
Devoluções de Anuidades		(283.332)	(360.929)
Descontos Contratuais		(19.529.675)	(20.360.215)
Bolsas de Estudos Integrais		(29.503.674)	(23.038.843)
Bolsas de Estudos Parciais		(2.820.192)	(2.242.604)
Bolsas Protocolo		(11.692.804)	(10.760.165)
Benefício ao Aluno Bolsista		(333.470)	(639.564)
Outras Receitas sem Restrição		**2.557.987**	**4.332.335**
Aluguéis		751.503	1.191.237
Doações	17	751.235	518.951
Outras Receitas	22	943.516	2.438.374
Voluntariado	18	111.734	183.773
Total das Receitas		**193.938.160**	**198.973.201**
Custos			
Custos dos Seviços Prestados		**(162.832.526)**	**(173.212.211)**
Custos de Serviços Prestados	19	(162.720.792)	(173.028.438)
Custo Voluntariado	18	(111.734)	(183.773)
Resultado de Atividades Assistenciais	15	**(2.219.271)**	**(2.548.721)**
Receitas com Restrição			
Subvenção Custeio Assistencial		908.355	1.222.305
Custos dos Projetos Assistenciais		(3.127.625)	(3.771.026)
Ação Emergencial COVID-19	26	**(547)**	**-**
Receita de Doações COVID-19-CSC		947.368	-
Custos COVID-19-CSC		(947.915)	-
Despesas Operacionais		**(12.374.003)**	**(10.417.565)**
Despesas Gerais	20	(8.727.527)	(8.420.324)
Despesas da Atividade Pastoral	21	(2.425.487)	(3.128.218)
Provisão para Contingências	13	(125.091)	467.601
Provisão para Créditos de Realização Duvidosa	7	(1.095.898)	663.375
Resultado Financeiro Líquido	23	**2.654.694**	**4.805.816**
Receitas Financeiras		2.985.959	5.186.072
Despesas Financeiras		(331.265)	(380.256)
Superávit do Período		**19.166.507**	**17.600.519**

Demonstração dos Fluxos de Caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 - Em reais

Fluxo de caixa das atividades operacionais	2020	2019
Superávit do Exercício	19.166.507	17.600.519
(+) Depreciação e amortização	13.355.564	12.138.985
Provisão para Créditos de Realização Duvidosa	1.095.898	(663.375)
Provisões para contingências	125.091	(467.601)
Juros incorridos	1.497	1.497
Superávit ajustado	**33.744.558**	**28.610.025**
Variações nos ativos e passivos operacionais	**(4.027.307)**	**2.587.479**
Anuidades a Receber	(1.693.880)	(2.246.864)
Outros Créditos	246.157	(657.342)
Depósitos Judiciais	(49.794)	93.387
Impostos à Recuperar	666	27.714
Fornecedores	(2.649.106)	1.580.139
Obrigações Fiscais e trabalhistas	149.075	791.459
Anuidades Antecipadas	(101.602)	2.342.043
Outras Contas à Pagar	72.673	84.606
Receitas Antecipadas	-	573.833
Juros pagos	(1.497)	(1.497)
	(4.027.307)	**2.587.479**
Caixa líquido gerado pelas atividades Operacionais	**29.717.251**	**31.197.504**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Captação de empréstimos	18.326	46.970
Liquidação de empréstimos	(1.418)	(21.320)
Caixa aplicado nas atividades de financiamentos	**16.908**	**25.650**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições Imobilizado	(9.477.135)	(21.627.248)
Ativo Biológico	(10.000)	(60.000)
Aquisições Intangível	-	(402.568)
Baixas	118.965	-
Caixa aplicado nas atividades de investimentos	**(9.368.169)**	**(22.089.816)**
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**20.365.989**	**9.133.338**
Caixa e equiv. de caixa no início do período	70.483.937	61.350.600
Caixa e equiv. de caixa no fim do período	90.849.926	70.483.937
Variação no caixa e equivalente de caixa	**20.365.989**	**9.133.338**

Demonstração do Resultado Abrangente
Em reais

	2020	2019
Superávit do Período	19.166.507	17.600.519
	19.166.507	**17.600.519**
Ajuste avaliação Patrimonial	527.007.093	530.600.363
	527.007.093	**530.600.363**
Resultado Abrangente do Periodo	546.173.600	548.200.882
	546.173.600	**548.200.882**

Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 - Em reais

	Patrimônio Líquido	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Superávits/ Déficits	Totais
Em 1º de janeiro de 2019	**237.578.029**	**534.193.640**	**13.209.896**	**784.981.564**
Realização Ajuste Avaliação Patrimonial	3.593.270	(3.593.270)	-	-
Superávit do Período	-	-	17.600.519	17.600.519
Transferência para Patrimônio Social	13.209.896	-	(13.209.896)	-
Em 31 de dezembro de 2019	**254.381.195**	**530.600.370**	**17.600.519**	**802.582.083**
Em 1º de janeiro de 2020	**254.381.195**	**530.600.370**	**17.600.519**	**802.582.083**
Realização Ajuste Avaliação Patrimonial	3.593.270	(3.593.270)	-	-
Superávit do Período	-	-	19.166.507	19.166.507
Transferência para Patrimônio Social	17.600.519	-	(17.600.519)	-
Em 31 de dezembro de 2020	**275.574.984**	**527.007.100**	**19.166.507**	**821.748.590**

Notas Explicativas da Administração - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 - Em reais

1. Contexto Operacional: A Congregação de Santa Cruz ("Congregação" ou "Entidade"), com sede e foro na cidade de Campinas, é uma associação civil que tem por finalidade: • Promoção de educação básica e ensino superior através de entidades por ela mantidas; • Promoção de assistência social através de ações diretas e indiretas para o atendimento e assessoramento da população carente em situação de vulnerabilidade pessoal e social, conforme definido na lei nº 8.742/93 (LOAS), na defesa e garantia dos seus direitos; • Promoção de atividades culturais, artísticas, esportivas e de lazer que beneficiem e complementem as ações educacionais e sociais da Entidade; • Promoção de formação religiosa e de seus membros; • Promoção de ação pastoral junto aos seus assistidos; • Captação de recursos públicos e provados que contribuam para o desenvolvimento e manutenção de suas finalidades. As atividades que constituem as finalidades da entidade serão desenvolvidas de acordo com os princípios, valores e diretrizes da Congregação, através do Distrito dos Religiosos da Congregação de Santa Cruz do Brasil. A Congregação não visa fins lucrativos, não distribui dividendos, lucros ou bonificações, e aplica no Brasil, integralmente, o superávit eventualmente verificado em seus exercícios sociais, na manutenção e desenvolvimento das suas finalidades sociais, educacionais, religiosas e congregacionais, inclusive na formação de jovens religiosos e na assistência de religiosos idosos. A Entidade também é mantenedora do: a) Colégio Santa Cruz: instituição sem fins lucrativos, localizada na Cidade de São Paulo/SP, tem como objetivo principal a prestação de Serviços de Educação Infantil, Fundamental e Médio, Educação de Jovens e Adultos (EJA) e Técnico Profissionalizante, estes dois últimos, de forma gratuita; b) Colégio Notre Dame: instituição sem fins lucrativos, localizada na Cidade de Campinas/SP, tem como objetivo principal a prestação de serviços de educação para os níveis Fundamental e Médio e possui programa de concessão de bolsas integral e parcial; c) Colégio Notre Dame Júnior: instituição sem fins lucrativos, localizada na Cidade de Campinas/SP, tem como objetivo principal a prestação de Serviços de Educação Infantil para crianças a partir de 18 meses; d) Colégio Notre Dame CECOIA: instituição sem fins lucrativos, localizada na Cidade de Campinas/SP, tem como objetivo principal a prestação de Serviços para Educação Infantil, Fundamental e Técnica, de forma gratuita; e) Colégio Dom Amando: instituição sem fins lucrativos, localizada na Cidade de Santarém/PA, que tem como objetivo principal a prestação de Serviços de Educação para os níveis Infantil, Fundamental e Médio e possui programa de concessão de bolsas integral e parcial. A Congregação é também mantenedora das Seguintes Obras Sociais: a) Centro de Educação Infantil Vila Nova Jaguaré (CEI) – Localização: São Paulo/SP; b) Centro de Educação Infantil Santa Luzia (CEI) – Localização: São Paulo/SP; c) Centro Criança e Adolescente Bom Jesus (CCA) – Localização: São Paulo/SP; d) Centro Criança e Adolescente Santa Cruz (CCA) – Localização: São Paulo/SP; e) Centro de Inclusão Educacional (CIE) – Localização: São Paulo/SP; f) Centro Cultural e Profissionalizante (CCP) – Localização: São Paulo/SP; g) Serviço de Auxílio aos Necessitados (SAN) – Localização: São Paulo/SP; h) Centro Socioeducativo Santa Cruz (CESSC) – Localização: Paudalho/PE. **Incorporação:** Conforme decisão da Diretoria, em 01 de janeiro de 2016, foi efetuada a incorporação parcial da Sociedade dos Irmãos da Congregação Santa Cruz (Campinas/SP), conforme Laudo de Avaliação do Patrimônio Líquido Contábil, na data base de 31/12/2015, gerando um acréscimo no Patrimônio Líquido de R$ 40.129.905, representados pelos saldos ativos e passivos líquidos, relativos às seguintes instituições: (1) Colégio Notre Dame; (2) Colégio Notre Dame Júnior; (3) Colégio Notre Dame CECOIA; (4) Colégio Dom Amando e (5) Mantenedora (Campinas/SP).

2. Base de Preparação e Apresentação - 2.1. **Declaração de Conformidade:** As Demonstrações Contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo as disposições da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) nº 1.409, de 21 de setembro de 2012, que aprovou a Interpretação Técnica ITG 2002 – "Entidades sem Finalidade de Lucros". Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o "custo atribuído" de determinados itens do ativo imobilizado e valor justo, por meio do resultado, dos ativos financeiros. 2.2. **Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R$), que é a moeda funcional da Empresa. 2.3. **Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Entidade no processo de aplicação das políticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, são as provisões para contingências (Nota 13), a determinação das vidas úteis do ativo imobilizado (Nota 9) e a avaliação das condições socioeconômicas para concessão de bolsas de estudos e gratuidades (Nota 15). 2.4. **Aprovação das Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas:** Essas Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas foram aprovadas pela Diretoria da Congregação **em 02 de fevereiro de 2021.**

3. Normas técnicas: Nos exercícios de 2020 e 2019 foram utilizados os Pronunciamentos Contábeis a seguir relacionados: • CPC 47 / IFRS 15 – Receita de Contrato com Cliente: Vigência a partir de 1º de janeiro de 2018; • CPC 48 / IFRS 09 – Instrumentos Financeiros: Vigência a partir de 1º de janeiro de 2018; • CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil: Vigência a partir de 1º de janeiro de 2019.

4. Resumo das Principais Práticas Contábeis: As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma. 4.1. **Caixa e Equivalentes de Caixa:** Compreendem dinheiro em caixa e depósitos bancários, demonstrados ao custo, e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, tendo como contrapartida o resultado (superávit) do período. 4.2. **Instrumentos Financeiros:** A administração classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado (superávit) e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. **Mensurados ao valor justo por meio do resultado (Superávit):** os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (superávit) são classificados como ativos circulantes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (superávit) são apresentados na demonstração do resultado na rubrica "Receitas Financeiras" no período em que ocorrem. **Empréstimos e recebíveis:** incluem-se nesta categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis da Entidade compreendem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e depósitos judiciais. **Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge:** a Entidade não opera com instrumentos financeiros derivativos (operações de hedge, swap, contratos a termo e outras). 4.3. **Contas a receber:** Referem-se a direitos a receber de alunos, pela contraprestação de serviços educacionais. A provisão para perdas e inadimplências é constituída para fazer face a possíveis valores incobráveis de mensalidades a receber. 4.4. **Imobilizado:** Como previsto na Resolução CFC nº 1.409/12, a Entidade optou por adotar o custo atribuído *(deemed cost)* para todos os seus ativos imobilizados no exercício de 2018. Os efeitos do custo atribuído aumentaram o ativo imobilizado tendo como contrapartida a rubrica "Ajuste de Avaliação Patrimonial", no Patrimônio Líquido, no montante atualizado de R$ 527.007.093,01. Reparos e manutenções são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais renovações e reformas é incluído no valor contábil do ativo no momento em que for provável que os benefícios econômicos futuros aumentem a vida útil do bem. As construções em andamento ou em reformas são demonstradas pelo custo do material acrescidos da mão de obra, com base em documentação fiscal e contábil consistente. A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada. Como a Entidade não pretende se desfazer de seus bens, não foi atribuído valores residuais e a vida útil dos ativos é revisada e ajustada, se apropriado, ao final de cada exercício. Os ganhos e as perdas em alienação são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos em outras receitas operacionais. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado. 4.5. **Intangível:** Está representado basicamente por licenças de softwares adquiridas, que são capitalizadas com base nos custos incorridos na sua aquisição e preparo dos softwares para sua utilização. Os gastos com o aperfeiçoamento ou a expansão do desempenho dos softwares para além das especificações originais são acrescentados ao custo original do software. Os gastos com o desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis estimadas. 4.6. **Provisão para Perdas por *"Impairment"* em Ativos não Financeiros:** Os ativos sujeitos à depreciação ou amortização são revisados anualmente para verificação do valor recuperável. Quando houver indício de perda do valor recuperável (impairment), o valor contábil do ativo é testado. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável; ou seja, o maior valor entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. 4.7. **Provisões:** As provisões são reconhecidas quando a Entidade tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. 4.8. **Contingências Ativas e Passivas:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os seguintes critérios: **Ganhos contingentes:** não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados nas demonstrações financeiras. **Contingências passivas:** são provisionadas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável. As contingências passivas classificadas como perdas possíveis não são provisionadas, sendo apenas divulgadas nas demonstrações financeiras, e as classificadas como perda remota não requerem provisão e nem divulgação. 4.9. **Patrimônio líquido:** Constituído pela dotação inicial de seus instituidores e por doações recebidas de terceiros, acrescido ou diminuído do superávit ou déficit apurado em cada exercício. 4.10. **Apuração do Resultado:** As receitas educacionais compreendem o valor justo de serviços de ensino, mediante contrato de prestação de serviços. A receita é apresentada líquida de descontos, abatimentos e bolsas concedidas. A receita pela prestação de serviço é reconhecida no momento em que os serviços são efetivamente prestados, quando for provável que os benefícios econômicos relativos a esses serviços venham a ser percebidos. As subvenções governamentais (convênios com a Prefeitura) recebidas para educação e assistência social foram integralmente aplicadas nessas atividades. As bolsas de estudos integrais e parciais são contabilizadas com base no valor contratual anual e/ou semestral estipulado com o aluno e/ou responsáveis, sendo reconhecido na rubrica de contribuições escolares em contrapartida de conta redutora da respectiva receita. As demais receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência. 4.11. **Benefícios a Empregados:** A Entidade mantém um plano de contribuição definida, com contribuições fixas a uma entidade separada e não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço do empregado no período corrente e anterior, ou seja, a Entidade não tem qualquer obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas. A Entidade não mantém outros planos de pensão, previdência privada ou qualquer outro plano de aposentadoria ou de benefícios definidos para os empregados e dirigentes após sua saída. Adicionalmente, também não mantém plano de benefícios a dirigentes e empregados na forma de planos de bônus ou de participações. 4.12. **Trabalho Voluntário:** De acordo com a Resolução CFC nº 1.409/2012 – ITG 2002, o trabalho voluntário é reconhecido pelo valor justo da prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro.

5. Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e Equivalente de Caixa	2020	2019
• Caixa	6.741	72.473
• Bancos Conta Movimento	1.678.868	4.557.734
• Aplicações Financeiras	89.164.316	65.853.731
Total	90.849.926	70.483.937

Os recursos aplicados em Fundos de Renda Fixa e Certificados de Depósitos Bancários em bancos de primeira linha são controlados individualmente por meio de contas bancárias específicas. Referente ao saldo de caixa de 2019 no valor de R$ 72.473,00, tivemos R$ 50.100,00 (conta 190) que se refere ao valor de um recebimento ocorrido nos últimos dias do ano de 2019, e que não houve tempo hábil para depositar até o dia 31 de dezembro de 2019, porém o depósito ocorreu em 02 de janeiro de 2020.

6. Instrumentos Financeiros	2020	2019
Ativos financeiros mensurado ao valor justo por meio do resultado		
Aplicações Financeiras	**89.164.316**	**65.853.731**
Empréstimos e Recebíveis		
Contas à Receber	7.127.918	6.529.937
Banco Contas Movimento	1.678.868	4.557.734
Depósitos Judiciais	439.581	389.787
	9.246.367	**11.477.458**
Total	**98.410.684**	**77.331.188**
Passivos Financeiros mensurados pelo custo amortizado		
Fornecedores	1.689.907	4.339.012
Títulos e Contas à Pagar	1.555.787	1.483.114
Total	**3.245.694**	**5.822.127**

7. Anuidades a Receber

Anuidades a Receber	2020	2019
Contas a Receber	14.114.781	12.420.901
Estimativa de Perdas de Créditos	(6.986.863)	(5.890.964)
Total	**7.127.918**	**6.529.937**
circulante	3.612.488	3.402.539
Não Circulante	3.515.430	3.127.398

Dado que a Receita é reconhecida no mês da efetiva Prestação dos Serviços e com prazo de vencimento dentro do mesmo mês, o saldo de anuidades a receber apresentado é composto integralmente por inadimplência. O saldo contido no Circulante refere-se a anuidades cuja administração estima que serão recuperadas ao longo do período subsequente. Segue abaixo a idade da carteira:

Idade da Carteira	2020	2019
Vencidos:		
Até 365 dias:	4.705.274	(752.427.230)
Acima de 365 dias:	9.409.507	764.848.132
Em cobrança administrativa:	7.342.217	760.886.489
Em cobrança jurídica:	2.067.290	3.961.643
	14.114.781	**12.420.901**
Estimativa de Perdas de Créditos	(6.986.863)	(5.890.964)
Total	**7.127.918**	**6.529.937**

Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	2020	2019
No início do exercício	5.890.964	6.554.339
Adições e reversões líquidas no período	1.095.898	(663.375)
Total	**6.986.863**	**5.890.964**

No quadro acima, movimentação das perdas em créditos de liquidação duvidosa.

8. Outros Créditos

Outros créditos	2020	2019
Adiantamento à Funcionários	990.706	1.250.302
Empréstimo a receber (Cécoia)	150.482	101.642
Adiantamento à Fornecedor	388.183	482.572
Seguros a Apropriar	204.044	269.235
Outras Antecipações	1.233.102	1.108.923
Total	**2.966.517**	**3.212.674**

9. Imobilizado

Descrição	Custo*	Depreciação Acumulada	Líquido 2020	Líquido 2019
Terrenos	489.707.212	-	489.707.212	489.707.212
Construções 1,22% a 8,33%	261.764.859	(29.007.683)	232.757.177	224.735.544
Obras em Andamento	11.292.918	-	11.292.918	23.093.814
Móveis e Utensílios 10%	6.469.558	(1.534.415)	4.935.143	4.911.477
Máquinas e Equipamentos 10%	3.327.074	(622.106)	2.704.968	2.390.684
Equipamentos de Informática 20%	9.805.236	(4.106.055)	5.699.181	6.053.993
Veículos 20%	1.664.656	(894.529)	770.127	914.362
Outras Imobilizações	638.181	(98.342)	539.839	548.677
Total	**784.669.696**	**(36.263.131)**	**748.406.564**	**752.355.763**

**Custo de Aquisição mais Ajuste de Avaliação Patrimonial (deemed cost).*

Bens em Penhora: O Departamento Jurídico analisou os andamentos dos processos abaixo no site do Tribunal Regional da 3ª Região, trata-se de processos finalizados, com trânsito em julgado, com remessa para o arquivo. No processo 2000.6105. 017952-5 houve o reconhecimento da imunidade tributária, por conseguinte a extinção da Certidão de Dívida Ativa que instruía a execução. O processo nº 2005.61.05.00065-01 também foi extinto, com o cancelamento da Certidão de Dívida Ativa, tendo a baixa definitiva dos autos em 12/03/2014.

Processo	Processo	Bens
2000.61.05.01795-25	Tributário	Relação de Móveis e Utensílios (conforme auto de penhora)
2005.61.05.00065-01	Tributário	Terreno de 2.860 m² desmembrado da Fazenda Bela Vista (em Sousas)

A seguir apresentamos a movimentação de aquisições, baixas e depreciação no período:

	Saldos em 31 de dezembro de 2018	Aquisições	Baixas	Transferências	Depreciações	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Saldos em 31 de dezembro de 2019
Terrenos	489.761.147	-	-	-	-	-	489.761.147
Construções	234.349.830	-	-	-	(9.750.499)	4.909.893	229.509.224
Obras andam.	6.848.092	16.918.290	-	(672.577)	-	-	23.093.805
Móveis utens.	4.081.004	1.311.501	(500)	-	(477.201)	117.418	5.032.222
Equiptos. de informática	4.894.928	2.582.808	(58.636)	-	(1.339.584)	(2.256)	6.077.260
Maq. e Equiptos.	1.511.182	1.242.826	(3.575)	-	(196.627)	18.951	2.572.757
Veículos	1.214.534	-	-	-	(300.172)	75.114	989.476
Outras Imobilizações	159.382	268.737	-	-	(39.525)	(5.117)	383.477
Eq. Infor. Leas.	50.397	-	-	-	-	-	50.397
Total	**742.870.495**	**22.324.163**	**(62.710)**	**(672.577)**	**(12.103.607)**	**-**	**752.355.764**

	Saldos em 31 de dezembro de 2019	Ajustes	Saldos em 31/12/2019 Após Ajustes	Aquisições	Baixas	Transferências	Depreciações	Saldos em 31 de dezembro de 2020
Terrenos	489.761.147	(53.935)	489.707.212	-	-	-	-	489.707.212
Construções	229.509.224	(4.773.680)	224.735.544	-	-	18.003.598	(9.981.965)	232.757.177
Obras em Andamento	23.093.805	9	23.093.814	-	-	(11.800.896)	-	11.292.918
Móveis utens.	5.032.222	(117.934)	4.914.288	695.455	(41.401)	-	(624.498)	4.943.845
Equiptos de Informática	6.077.260	(73.663)	6.003.597	1.741.558	(358.254)	-	(1.716.125)	5.670.776
Máq. e Equiptos	2.572.757	(182.073)	2.390.684	606.986	(2.454)	-	(290.248)	2.704.968
Veículos	989.476	(75.114)	914.362	163.800	-	-	(308.035)	770.127
Outras Imobilizações	383.477	162.389	545.866	47.013	-	-	(61.742)	531.137
Equiptos de inform.(Leasing)	50.397	(1)	50.396	-	-	-	(21.991)	28.405
Total	**757.469.765**	**(5.114.002)**	**752.355.763**	**3.254.812**	**(402.109)**	**6.202.702**	**(13.004.603)**	**748.406.564**

A coluna de ajuste acima, foi inserida para demonstrar que a linha de bens foi transcrita com alguns valores equivocados, entretanto não altera a soma e o saldo total que era de R$ 752.355.764,00, permanece o mesmo.

10. Intangível

Intangível	Custo	(-) Amortizações Acumuladas	Líquido 2020	Líquido 2019
Intangível	45.880	(28.374)	17.506	17.506
Direito e Uso Software	2.366.096	(1.759.370)	606.726	687.240
Marcas e Patentes	7.855	-	7.855	7.855
	2.419.831	**(1.787.744)**	**632.087**	**712.601**

A seguir apresentamos a movimentação de aquisições, baixas e amortizações no período:

Intangível	Saldos em 31 de dezembro de 2018	Aquisições	Baixas	Transferências	Depreciações	Saldos em 31 de dezembro de 2019
Marcas e Patentes	7.855	-	-	-	-	7.855
Cessão Direito Uso Software	297.851	402.568	-	-	(13.179)	687.240
Cessão Direito Uso Terreno	17.506	-	-	-	-	17.506
Total	**323.212**	**402.568**	**-**	**-**	**13.179**	**712.601**

Intangível	Saldos em 31 de dezembro de 2019	Aquisições	Baixas	Transferências	Depreciações	Saldos em 31 de dezembro de 2020
Marcas e Patentes	7.855	-	-	-	-	7.855
Cessão Direito Uso Software	687.240	-	-	-	(80.514)	606.726
Cessão Direito Uso Terreno	17.506	-	-	-	-	17.506
Total	**712.601**	**-**	**-**	**-**	**80.514**	**632.087**

11. Obrigações Fiscais e Trabalhistas

	2020	2019
Férias a Pagar	4.323.576	4.053.042
IRRF s/ Salário a Recolher	2.430.660	2.353.412
FGTS à Recolher	970.754	944.162
INSS à Recolher	488.988	498.083
Salários à Pagar	69.430	139.859
Retenções na Fonte de Pessoa Jurídica a Recolher	41.815	173.216
Pis S/Folha de Pagamento	166.664	163.106
Cont. Sindical à Recolher	11.522	11.116
Outros	131	18.467
Total	**8.503.539**	**8.354.463**

12. Anuidades Antecipadas: Os valores de anuidades recebidas antecipadamente no final do exercício, serão reconhecidas no exercício seguinte em atendimento ao regime de competência.

Anuidades antecipadas	2020	2019
Posição da conta do Passivo Circulante	16.405.354	16.506.955

13. Provisões para contingências: A entidade realizou provisões em montante considerado suficiente para todos os processos apontados pelos assessores jurídicos como risco de perda provável. A seguir apresentamos um quadro resumido dos valores contabilizados:

Provisão para Contingências	2020	2019
Tributárias	986.375	976.318
Trabahistas	426.875	311.841
Total	**1.413.250**	**1.288.159**

A seguir relacionamos os Processos classificados pelos Assessores Jurídicos como possibilidade de Perda Possível, para os quais não é exigida a constituição de Provisão em conformidade com a NBC TG 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Passivos Contingentes	Quant. Processos	2020	2019
Tributário	1	9.268.277	9.268.277
Trabahistas	11	1.743.893	1.571.172
Total		**11.012.170**	**10.839.449**

(*) vide detalhamento abaixo

Segundo a Dra. Mariele Garcia (Toledo, Martins & Moraes) especialmente na parte em que diz *"os processos com acordos adimplidos, utilizamos a análise de risco REMOTO, vez que inex

DocuSign Envelope ID: 02ED7B38-9754-44BE-8E3C-2F4C30CAD5A3

Kompass Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros - CNPJ/MF Nº 39.382.913/0001-55 - NIRE 35.236.444.734 - Companhia Fechada

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 20 de Abril de 2021

1. Data, Hora e Local: 1.1. Em 20 de abril de 2021, às 10h00 horas, na sede social, situada na Rua Boa Vista, nº 254, 13º andar, Sala 1315, Centro, CEP 01014-907, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, compareceram todos os acionistas da Kompass Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros ("Companhia") e, como representam a totalidade de seu capital social, foi dispensada a publicação da convocação, conforme o disposto no artigo 124, §4º, da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, e alterações posteriores ("Lei 6.404/76"). **2. Mesa: Presidente** - Flávia Palacios Mendonça Bailune ("Presidente"); e **Secretário -** Daniella Braga Yamada ("Secretária"). **3. Ordem do Dia:** 3.1. Composta a mesa, a Sra. Presidente declarou instalada a assembleia geral extraordinária da Companhia ("Assembleia"), passando a ler os itens da ordem do dia a serem objeto de deliberação na presente Assembleia: **(i)** a 1ª (primeira) emissão pública, pela Companhia, de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em seis séries, ("Emissão"), a serem colocadas mediante esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Oferta" e "Instrução CVM 476", respectivamente); e **(ii)** a autorização à Diretoria da Companhia para tomar as medidas necessárias à realização da Oferta. **4. Deliberações:** 4.1. Dando prosseguimento aos trabalhos, o Sr. Presidente submeteu à apreciação dos Srs. Acionistas os assuntos da ordem do dia. Após os esclarecimentos prestados acerca da necessidade de realização da Oferta, os acionistas deliberaram, por unanimidade: (i) aprovar a 1ª (primeira) emissão pública, pela Companhia, de debêntures simples, não conversíveis em ações da Companhia, da espécie com garantia real, em seis séries, para distribuição pública com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM 476 ("Debêntures"), com as seguintes características e condições: (a) **Número da Emissão:** esta será a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Companhia; **(b) Número de Séries:** a Emissão será realizada seis séries, sendo o volume de cada uma delas de R$ 10.000.000 (dez milhões de reais), observada a possibilidade de Distribuição Parcial (abaixo definida); **(c) Valor Total da Emissão:** valor total da Emissão será de R$60.000.000,00 (sessenta milhões de reais), observada a possibilidade de Distribuição Parcial; **(d) Quantidade de Debêntures:** serão emitidas 60.000 (sessenta mil) Debêntures, observada a possibilidade de Distribuição Parcial; **(e) Destinação dos Recursos:** (1) pagamento dos custos da Emissão; e (2) aquisição dos créditos financeiros oriundos da Cédula de Crédito Bancário nº 2104168466/KEL emitida pela **Kompass Energias Ltda.**, sociedade empresária de responsabilidade limitada, com sede na Rua Jardim Botânico, Jardim Botânico, nº 568 a 606, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP 22461-000, inscrita no CNPJ sob o nº 33.345.437/0001-16 ("Créditos Financeiros", "CCB" e "Kompass", respectivamente) em favor da **QI Sociedade Crédito Direto S.A.**, instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2.391, Conjunto 12, 1º andar, Jardim Paulistano, CEP 01452-000, inscrita no CNPJ sob o nº 32.402.502/0001-35 ("QI Tech"), que representam o Lastro; **(f) Colocação e Procedimento de Distribuição:** as Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de distribuição, sob o regime de melhores esforços de colocação da totalidade das Debêntures, com intermediação de instituição financeira devidamente autorizada a operar como instituição intermediária no Mercado de Capitais ("Coordenador Líder") e serão destinadas exclusivamente à subscrição por, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Profissionais, observado o estabelecido no artigo 3º da Instrução CVM 476, bem como os termos e condições de contrato a ser celebrado entre o Coordenador Líder e a Companhia. Será admitida a distribuição parcial das Debêntures, nos termos do artigo 30, parágrafo 2º, da Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), sendo que o montante mínimo a ser distribuído será de R$10.000.000,00 (dez milhões de reais) ("Distribuição Parcial" e "Montante Mínimo", respectivamente). Caso haja distribuição parcial, respeitado o Montante Mínimo, cada série deverá ter o volume mínimo de R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), sendo certo que, conforme o caso, algumas séries não serão colocadas; **(g) Lastro das Debêntures:** as Debêntures serão emitidas no âmbito de operação de securitização dos Créditos Financeiros. A formalização dos Créditos Financeiros se deu a partir da emissão da CCB, cujos Créditos Financeiros foram transferidos pela QI Tech à Companhia por meio do "*Termo de Promessa de Endosso*" ("Termo de Promessa de Endosso"), de forma que o fluxo de pagamento dos Créditos Financeiros da CCB será o lastro para o pagamento dos valores devidos pela Companhia aos Debenturistas ("Lastro"); **(h) Valor Nominal Unitário:** valor nominal unitário das Debêntures será de R$ 1.000,00 (mil reais) na Data de Emissão, conforme definida abaixo ("Valor Nominal Unitário"); **(i) Data de Emissão:** para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 26 de abril de 2021 ("Data de Emissão"); **(j) Prazo e Data de Vencimento:** vencimento das Debêntures ocorrerá ao término do prazo de 4.018 (quatro mil e dezoito) dias contados da Data de Emissão, conforme definida na Escritura de Emissão de Debêntures ("Escritura"), vencendo-se, portanto, em 26 de março de 2032 ("Data de Vencimento das Debêntures"). Na ocasião do vencimento, a Companhia se obrigará a proceder ao pagamento das Debêntures, pelo saldo de seu Valor Nominal Unitário, acrescido dos Juros Remuneratórios das Debêntures, conforme definido abaixo, devidos e calculados na forma prevista na Escritura de Emissão; **(k) Forma e Comprovação de Titularidade:** as Debêntures serão da forma nominativa e escritural, sem a emissão de cautelas ou de certificados. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito das Debêntures emitido pelo escriturador mandatário das Debêntures, a ser indicado na Escritura de Emissão. Adicionalmente, as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3 terão sua titularidade comprovada pelo extrato em nome dos titulares das Debêntures emitido pela B3; **(l) Conversibilidade e Permutabilidade:** as Debêntures serão simples, não conversíveis em ações de emissão da Companhia, nem permutáveis em ações de outras sociedades ou por outros valores mobiliários de qualquer natureza; **(m) Espécie:** As Debêntures serão da espécie com garantia real, nos termos do artigo 58 da Lei nº 6.404/76; **(n) Subscrição e Integralização:** a subscrição e integralização das Debêntures no mercado primário serão realizadas de acordo com os procedimentos adotados pela B3, à vista, em moeda corrente nacional, no ato de subscrição, admitindo-se uma ou mais subscrições e integralizações, e os recursos correspondentes serão enviados através de Transferência Eletrônica Disponível para a Conta Centralizadora. A aquisição dos Créditos Financeiros está condicionada à integralização das Debêntures; **(o) Preço de Integralização:** na data da primeira subscrição e integralização ("Data da Subscrição"), a integralização das Debêntures será realizada pelo seu Valor Nominal Unitário. As demais integralizações das Debêntures serão realizadas pelo Valor Nominal Unitário acrescido da rescpectiva Remuneração calculada *pro rata temporis* desde a Data da Subscrição até a respectiva data de subscrição e integralização. Todas as subscrições e integralizações serão realizadas dentro do período de distribuição na forma dos artigos 7º-A e 8º da Instrução CVM 476; **(p) Direito de Preferência:** não há qualquer direito de preferência na subscrição das Debêntures; **(q) Atualização do Valor Nominal Unitário e Remuneração das Debêntures:** o Valor Nominal Unitário das Debêntures será objetivo de atualização monetária, conforme descrito na Escritura de Emissão. Sobre o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme aplicável, incidirão juros remuneratórios pré-fixados correspondentes a 8,00% (oito inteiros por cento) ao ano, base 360 (trezentos e sessenta) dias corridos ("Juros Remuneratórios"), a serem calculados nos termos da Escritura de Emissão; **(r) Pagamentos Condicionados Decorrentes da Realização dos Créditos Financeiros:** observado o disposto na Escritura de Emissão e nos termos do artigo 5º da Resolução CMN 2.686/00, a obrigação da Companhia de efetuar o pagamento do Valor Nominal Unitário e dos Juros Remuneratórios estará condicionada à realização dos Créditos Financeiros endossados à Companhia e vinculados à Emissão; **(s) Repactuação:** não haverá repactuação das Debêntures; **(t) Amortização do Valor Nominal Unitário e Pagamento da Remuneração:** O Valor Nominal Unitário das Debêntures, ou seu saldo, será pago em 120 (cento e vinte) parcelas mensais e consecutivas, respeitada a carência de juros de 12 (doze) meses ("Período de Carência"), e ressalvado a hipótese de amortização extraordinária ou de resgate antecipado das Debêntures (cada uma denominada "Data de Pagamento das Debêntures"), conforme cronograma previsto na Escritura de Emissão, acrescido dos Juros Remuneratórios das Debêntures, calculados *pro rata temporis*, a partir da Data da Subscrição; **(u) Local de Pagamento:** os pagamentos a que fazem jus as Debêntures serão efetuados (1) utilizando-se os procedimentos adotados pela B3 para as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3; ou (2) na hipótese de as Debêntures não estarem custodiadas eletronicamente na B3, (i) na sede da Companhia ou (ii) conforme o caso, pelo banco liquidante a ser indicado na Escritura de Emissão; **(v) Garantia Real:** cessão fiduciária, pela Kompass, da titularidade resolúvel e posse indireta, da fração ideal dos direitos creditórios decorrentes de contratos de sociedade em conta de participação por ela celebrados e provenientes da negociação de usinas fotovoltaicas, formalizadas por meio de contratos de compra e venda, conforme descrito na Escritura ("Cessão Fiduciária"); **(w) Dação em Pagamento de Direitos Creditórios:** na hipótese de não pagamento dos Créditos Financeiros a serem adquiridos pela Companhia que constituem o Lastro das Debêntures, a Companhia deverá comunicar a ocorrência do evento ao agente fiduciário a ser contratado, qual seja, o não pagamento dos Créditos Financeiros, e prestar os esclarecimentos que se fizerem necessários. O agente fiduciário deverá adotar todas as medidas que sejam determinadas pelos titulares das Debêntures ("Debenturistas"), em sede de assembleia geral de Debenturistas, para fins de recuperação dos Créditos Financeiros em caso de inadimplemento, o que poderá incluir, entre outras medidas: (a) a cobrança judicial ou extrajudicial dos respectivos Créditos Financeiros não pagos; (b) a alienação dos respectivos Créditos Financeiros não pagos; (c) o resgate antecipado das Debêntures mediante a dação em pagamento aos Debenturistas, de pleno direito e sem direito de regresso contra a Companhia, no limite e na proporção dos seus créditos, dos respectivos Créditos Financeiros não realizados nos respectivos vencimentos; (d) o aguardo do pagamento dos Créditos Financeiros não realizados e dos demais valores devidos aos Debenturistas; e (e) o exercício de quaisquer outros direitos previstos no contrato de cessão fiduciária a ser celebrado entre a Companhia e o agente fiduciário, conforme o caso. Para fins de clareza, caso seja declarado inadimplência das Debêntures, ocorrerá automaticamente a dação em pagamento aos Debenturistas, de pleno direito e sem direito de regresso contra a Companhia, no limite e na proporção dos respectivos Créditos Financeiros não pagos nos respectivos vencimentos; **(x) Cobrança dos Créditos Financeiros na Hipótese de Declaração de Insolvência da Devedora:** caso seja declarada a insolvência da devedora dos Créditos Financeiros a serem adquiridos pela Companhia, esta deverá informar ao agente fiduciário, o qual deverá instaurar, nos termos da Escritura de Emissão, uma assembleia geral de Debenturistas que decidirá se irá habilitar-se nos processos instaurados, destinando as quantias recebidas ao pagamento dos valores devidos sob as Debêntures. Se decidido favoravelmente à habilitação nos processos eventualmente instaurados, o agente fiduciário deverá, na qualidade de representante dos Debenturistas, habilitar-se nos respectivos processos; **(y) Aquisição Facultativa:** a Companhia não poderá adquirir as Debêntures; **(z) Amortização Extraordinária:** as Debêntures deverão ser amortizadas extraordinariamente nos termos definidos na Escritura de Emissão; **(aa) demais características:** as demais características das Debêntures estarão descritas na Escritura de Emissão. **(ii)** autorizar a Diretoria da Companhia a praticar todo e qualquer ato necessário à formalização da Emissão acima deliberada, inclusive, mas não somente: **(a)** celebrar a Escritura de Emissão, de acordo com as condições determinadas nesta Assembleia e outras que os diretores entendam necessárias; **(b)** negociar todos os termos e condições que venham a ser aplicáveis à Emissão e à Oferta, inclusive contratação dos sistemas de distribuição e negociação das Debêntures nos mercados primário e secundário e, dentre outros, dos seguintes prestadores de serviços**:** (1) instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários para serem responsáveis pela estruturação, coordenação e intermediação da distribuição das Debêntures, nos termos da Instrução CVM 476; (2) assessor jurídico; (3) banco liquidante e escriturador mandatário; (4) agente fiduciário; e (5) eventuais outras instituições, fixando-lhes os respectivos honorários; **(c)** praticar todos os atos necessários para efetivar as deliberações aqui consubstanciadas, definir e aprovar o teor dos documentos da Emissão e assinar os documentos necessários à efetivação da Oferta, inclusive, dentre outros, a publicação e o registro dos documentos de natureza societária perante os órgãos competentes e a tomada das medidas necessárias perante a B3 ou quaisquer outros órgãos ou autarquias junto aos quais seja necessária a adoção de quaisquer medidas para a implementação da Emissão; e **(d)** ratificar todos os atos já praticados relacionados às deliberações acima. **5. Lavratura e Leitura da Ata**: 5.1. Nada mais havendo a ser tratado, foi oferecida a palavra para quem dela quisesse fazer uso, mas como ninguém o fez, foi suspensa a Assembleia pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, que, lida, achada conforme e aprovada foi por todos os presentes, sendo assinada no Livro Próprio, autorizada também sua lavratura em forma de sumário, de acordo com o artigo 130, §1º, da Lei nº 6.404/76. São Paulo, 20 de abril de 2021.Flávia Palacios Mendonça Bailune - ***Presidente da Mesa***, Daniella Braga Yamada - ***Secretária,*** RB Sec Companhia de Securitização ***- Acionista.***

Nova Gasometro S/A. - C.N.P.J. nº 45.356.466/0001-62

Demonstrações Financeiras em 31/12/2020

Balanço Patrimonial - ATIVO	31/12/2020	31/12/2019
Circulante	**12.773.407,42**	**11.643.950,45**
Bancos Contas Movimento	8.128,19	13.809,24
Aplicações Financeiras	3.605.615,11	2.470.477,09
Estoques Imobiliários	8.896.594,45	8.896.594,45
Impostos a Recuperar	263.069,67	263.069,67
Ativo Não Circulante	**5.217.811,66**	**4.784.602,88**
Créditos com terceiros	16.722,81	16.722,81
Depósitos Judiciais	279.164,63	279.164,63
Investimentos	4.898.039,49	4.464.830,71
Imobilizado	789.106,83	789.106,83
Intangível	23.884,73	23.884,73
(-)Depreciações Acumuladas	(789.106,83)	(789.106,83)
Total do Ativo	**17.991.219,08**	**16.428.553,33**

Demonstração do Resultado	31/12/2020	31/12/2019
Receitas Operacionais Brutas	**990.333,34**	**840.000,00**
Receitas de Aluguéis/Serviços	990.333,34	840.000,00
Deduções de Vendas	**-**	**-**
Impostos Incidentes	**(36.147,17)**	**(30.660,00)**
Pis sobre Receita Bruta	(6.437,17)	(5.460,00)
Cofins sobre Receita Bruta	(29.710,00)	(25.200,00)
Receita Líquida de Vendas	**954.186,17**	**809.340,00**
Lucro Bruto	**954.186,17**	**809.340,00**
Despesas (Receitas) Operacionais	**(3.735.205,93)**	**(3.568.972,05)**
Despesas Administrativas	(200.859,20)	(232.025,56)
Resultado Financeiro	**(396.600,79)**	**(276.252,16)**
Despesas Financeiras	(438.698,74)	(386.500,34)
Receitas Financeiras	42.097,95	110.248,18
Despesas Tributárias	(3.137.745,94)	(3.060.694,33)
Resultado Operacional	**(2.781.019,76)**	**(2.759.632,05)**
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	**(2.781.019,76)**	**(2.759.632,05)**
Provisão para Contribuição Social	(36.356,36)	(34.993,30)
Provisão para Imposto de Renda	(60.593,94)	(58.322,18)
Provisão para Adição de Imposto de Renda	(16.395,95)	(14.881,45)
Lucro Líquido do Exercício	**-**	**-**
Prejuízo do Exercício	**(2.894.366,01)**	**(2.867.828,98)**

Balanço Patrimonial - PASSIVO	31/12/2020	31/12/2019
Circulante	**1.161.674,89**	**1.880.607,48**
Fornecedores Materiais/Serviços	35.096,75	28.000,00
Salários e encargos a pagar	3.734,11	3.567,79
Tributos e Contribuições a Recolher	-	455,00
Tributos e Contribuições a pagar	1.105.448,16	1.831.682,94
Provisões Sociais	17.395,87	16.901,75
Passivo Não Circulante	**1.653.695,26**	**1.677.730,90**
Tributos e Contribuições a pagar	1.134.905,37	1.158.941,01
Créditos de Terceiros	518.789,89	518.789,89
Patrimônio Líquido	**15.175.848,93**	**12.870.214,95**
Capital próprio Integralizado	80.525.316,00	75.325.316,00
Reservas Legais	191.499,51	191.499,51
Prejuízos Acumulados	(62.646.600,57)	(59.778.771,58)
Prejuízos do Exercício	(2.894.366,01)	(2.867.828,98)
Total do Passivo	**17.991.219,08**	**16.428.553,33**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido de 31/12/2019 e 31/12/2020 - Ramo de Atividade: Aluguel de Imóveis Próprios

Discriminação	Capital Social	Reserva de Capital	Lucros/Prejuízos Acumulados	Total
Saldo em 31/12/2019	**75.325.316,00**	**191.499,51**	**(62.646.600,56)**	**12.870.214,95**
Integral				
Dinheiro/Bens	5.200.000,00	-	-	**5.200.000,00**
Resultado do Exercício	-	-	(2.894.366,01)	**(2.894.366,01)**
Reversão de Provisões	-	-	(0,01)	**(0,01)**
Saldo em 31/12/2020	**80.525.316,00**	**191.499,51**	**(65.540.966,58)**	**15.175.848,93**

Notas Explicativas: 1) As receitas do período correspondem aos aluguéis recebidos. Reconhecemos a exatidão da presente demonstração contábil encerrada em 31 de Dezembro de 2020 perfazendo um Resultado de Prejuízo Líquido de R$ 2.894.366,01, e demonstração contábil encerrada até 31 de Dezembro de 2019 perfazendo um Resultado Líquido de Prejuízo de R$ 62.646.600,57, ficando um Saldo de prejuízo Líquido de R$ 65.540.966,58, à disposição de deliberação da diretoria.

Demonstrações dos Lucros ou Prejuízos Acumulados

	2020	2019
Saldo no Início do Período	**(62.646.600,56)**	**(59.779.020,54)**
Prejuízos Acumulados	(62.646.600,56)	(59.779.020,54)
Resultados do Período	**(2.894.366,01)**	**(2.867.828,98)**
Prejuízos do exercício	(2.894.366,01)	(2.867.828,98)
Ajustes do Período	**(0,01)**	**248,96**
Prejuízos do exercício	(0,01)	248,96
Saldo no Final do Período	**(65.540.966,58)**	**(62.646.600,56)**
Prejuízos Acumulados	(65.540.966,58)	(62.646.600,56)

Demonstração de Fluxo de Caixa - Método Indireto

Atividades Operacionais	31/12/2020	31/12/2019
Lucro/Prejuízos Líquido do Exercício	(2.894.366,01)	(2.867.828,98)
Ajustes		
Fornecedores	7.096,75	27.751,04
Obrigações Sociais	660,44	1.764,78
Obrigações Tributárias	(750.725,42)	(791.146,68)
Credores Diversos	(0,01)	248,96
Caixa Líquido Gerado para Atividades Operacionais	**(3.637.334,25)**	**(3.629.210,88)**
Atividades de Financiamentos		
Ajustes		
Recebimento de Aumento de Capital	5.200.000,00	4.500.000,00
Caixa Líquido Gerado para Atividades de Financiamento	**5.200.000,00**	**4.500.000,00**
Atividades de Investimentos		
Ajustes: Aumento de Investimentos	(433.208,78)	(369.250,00)
Caixa Líquido Gerado para Atividades de Investimentos	**(433.208,78)**	**(369.250,00)**
Aumento/Redução Líquida Saldos de Disponibilidades	**1.129.456,97**	**501.539,12**
Disponibiliades no Início do Exercício	2.484.286,33	1.982.747,21
Disponibiliades no Fim do Exercício	3.613.743,30	2.484.286,33
	1.129.456,97	**501.539,12**

Cristiane Orlando Cury - Sócia - Representante Legal **Francisco das Chagas Santos Gomes -** Contador - CRC-SP nº 1SP 213.628/O-0

C.C.S. Tecnologia e Serviços S/A

CNPJ - 00.094.350/0001-78

Demonstrações Financeiras - Exercícios findos em 2020 e 2019 - (Em milhares de reais)

Balanço Patrimonial	2020	2019
Ativo/Ativo Circulante	98.617	49.579
Caixa e equivalente de caixa	14.898	5.606
Contas a Receber	22.167	9.017
Estoques	50.886	28.320
Impostos a Recuperar	7.720	3.905
Outros Créditos	2.946	2.731
Não Circulante	113.659	117.847
Realizável a longo prazo	10.540	9.153
Impostos a Recuperar	3.131	2.012
Ativo Fiscal Diferido	6.794	6.224
Outros créditos	615	917
Imobilizado	86.852	84.971
Ativo de Direito de Uso	26.807	32.876
Total do Ativo	222.816	176.579

Balanço Patrimonial	2020	2019
Passivo Circulante	148.777	99.554
Empréstimos e Financiamentos	56.488	40.871
Fornecedores e Prestadores de Serviços	47.730	17.076
Impostos e Contribuições a Recolher	1.605	1.120
Impostos e Contribuições Parcelados	7.513	6.984
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	12.775	9.410
Partes Relacionadas	20	708
Juros sobre Capital Próprio	864	13
Adiantamentos a Clientes	447	1.238
Outras Obrigações	44	47
Passivo de Arrendamento	21.291	22.087
Não circulante	51.985	60.305
Empréstimos e Financiamentos	27.569	26.086
Impostos e Contribuições Parcelados	5.087	6.423
Partes Relacionadas		2.463
Subvenção Governamental	170	170
Provisão para Riscos	887	539
Passivo de Arrendamento	18.272	24.624
Patrimônio Líquido	22.054	16.720
Capital Social	46.600	46.600
Prejuízos Acumulados	(24.546)	(29.880)
Total do Passivo	222.816	176.579

Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido

	Capital Social	Reserva de Capital	Prejuízos Acumulados	Lucros Acumulados	Total
Em 01/01/2019	46.600	–	(26.686)	–	19.914
Lucro Líquido do Exercício	–	–	–	2.879	2.879
Compensação de Prejuízos	–	–	2.736	(2.879)	–
Saldo em 31/12/ 2019	46.600	–	(23.807)		22.793
Lucro líquido do Exercício	–	–	–	3.692	3.692
Juros sobre o Capital Próprio	–	–	–	(1.000)	(1.000)
Reserva Legal	–	–	–	(248)	–
Resultados Anteriores sobre Direito de Uso	–	–	(3.431)	–	(3.431)
Compensação de Prejuízos	–	–	2.692	(2.444)	–
Saldo em 31/12/ 2020	46.600	–	(24.546)	–	22.054

Demonstração do Resultado	2020	2019
Receita Líquida	288.700	289.663
Custo dos Produtos	(251.057)	(255.759)
Lucro Bruto	37.643	33.904
Despesas Gerais	(16.839)	(16.172)
Outras Receitas/Despesas	2.358	907
Lucro Antes Resultados Financeiros	23.162	18.639
Receitas Financeiras	4.499	1.877
Despesas Financeiras	(22.703)	(13.611)
Lucro antes IRPF da CSSL	4.958	6.905
IRPJ/CSSL Corrente e Diferido	(1.266)	(4.026)
Lucros dos exercícios	3.692	2.879

Demonstração do Fluxo de Caixa	2020	2019
Fluxo de caixa de atividades operacionais		
Lucros dos Exercícios	4.958	6.905
Ajustes de reconciliação:		
Depreciação	12.948	11.588
Provisão de Liquidação de Créditos	244	212
Juros sobre empréstimos	5.215	6.736
Baixa do Ativo Imobilizado	4.079	3.934
Variação Cambial		1.138
Provisão para Riscos	361	140
	27.805	30.653
Aumento ou diminuição nos ativos/passivos		
Contas a receber	(13.150)	846
Estoques	(22.566)	3.219
Impostos a Recuperar	(5.782)	(538)
Outros créditos	(87)	(758)
Fornecedores	30.654	(5.988)
Impostos a Recolher	485	(1.370)
Obrigações Trabalhista/Previdenciárias	3.365	288
Outras Obrigações	(3)	(83)
IRPJ/CSSL Recolhidos	(1.742)	(1.104)
Pagamentos Juros sobre Empréstimos	(5.215)	(10.206)
Caixa Gerado nas Atividades Operacionais	(14.041)	(15.694)
Das Atividades de Investimentos		
Venda de Imobilizado	569	
Aquisição de Ativo Imobilizado	(18.908)	(13.895)
Caixa Gerado nas Atividades Investimentos	(18.339)	(13.895)
Das Atividades de Financiamento		
Aquisição de Empréstimos/Financiamento	74.497	26.406
Pagamento de Empréstimos/Financiamento	(62.612)	(26.331)
Partes Relacionadas	1.982	1.681
Caixa Gerado nas Atividades de Financiamento	13.867	(2.244)
Aumento (Redução) do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa	9292	(1.180)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início	5.606	6.786
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final	14.898	5.606
Aumento (Redução) do Saldo de Caixa e Equivalente de Caixa	9.292	(1.180)

Demonstrações Financeiras completas, contendo Notas Explicativas encontram-se disponíveis na sede da Companhia.

Ilson Francisco Martins - CT - 1SP 114763/O-7

A Diretoria

Greice Ciarrocchi Perez - Diretora Presidente

Contador

SUPERBID.NET - 11 4950-9400 SUPERBID

30/04/2021 A PARTIR DAS 16:30h. Sold -Kilters Restaurante. Loc.: SP. Fogão, Fritadeira, Buffet, Balcões Refrigerados, Mesas, Cadeiras, Utensílios, Etc (São Paulo/SP). **07/05/2021 A PARTIR DAS 11:00h.** Sold Bassano. Loc.: SP. Desativação de Restaurante. **07/05/2021 A PARTIR DAS 12:00h.** Sold Baymetrics. Loc.: SP. Equipamentos de TI e Telefonia Servidores, Roteadores. **07/05/2021 A PARTIR DAS 14:30h.** Sold- Planik 27 Stand SPE. Loc.: SP. Mesas, Banquetas, Cadeiras, Vasos Sanitários, Cubas, Etc. **07/05/2021 A PARTIR DAS 16:00h.** Sold -Italinea. Loc.: SP. Armários, Gabinetes, Mesas, Cadeiras, Painéis, Etc. **10/05/2021 A PARTIR DAS 12:00h.** Sold Novo Mundo. Loc.: GO. Informática, Bens de Consumo e Outros. **10/05/2021 A PARTIR DAS 14:00h.** Sold Sombra MRV Embu. Loc.: SP. Bens de Apartamentos Decorados. **11/05/2021 A PARTIR DAS 12:00h.** Sold Carrefour. Loc.: SP. Equipamentos: Refrigeradores, Expositores, Luminárias. **11/05/2021 A PARTIR DAS 14:00h.** Sold Vitacon. Loc.: SP. Frigobar, Microondas, Cadeiras, Aparador, Etc. **12/05/2021 A PARTIR DAS 11:00h.** Sold Estação das Cozinhas. Loc.: SP. Freezers, Ultracongelador, Batedeira Planetária, Coifa, Etc. **13/05/2021 A PARTIR DAS 10:00h.** 4ª Vara Cível de São José do Rio. Loc.: SP. Nua Propriedade De Um Prédio Residencial. **13/05/2021 A PARTIR DAS 10:30h.** 4ª Vara Cível de São José do Rio. Loc.: SP. Guilhotina hidráulica. **13/05/2021 A PARTIR DAS 11:00h.** 7ª Vara Cível de Santo Amaro. Loc.: SP. Direitos sobre apartamento. **13/05/2021 A PARTIR DAS 11:30h.** 1ª Vara Cível de Santa Fé do Sul/SP. Loc.: SP. Computadores e mobiliários, Computadores e mobiliários. **13/05/2021 A PARTIR DAS 14:30h.** MA IMÓVEIS - Banco Inter - 3° Leilão. Loc.: SP. Casa em São Paulo/SP - Pagto 24 a 240 x - 48% Abaixo da. **07/05/2021 A PARTIR DAS 13:30.** MA Imóveis - Godoi AF - 2ª Praça. Loc.: SP. Terreno 125m² em Condomínio Fechado, Cotia/SP. **07/05/2021 A PARTIR DAS 15:00.** MA Imóveis - Inter AF - 2ª Praça. Loc.: SP. Apto 50m² em Alphaville Barueri/SP - Alienação Fiduciária. **10/05/2021 A PARTIR DAS 13:30.** MA IMÓVEIS - EMPÍRICA - AF 2ª Praça. Loc.: SP. Sala Comercial 45m² no Centro em São Vicente/SP.

Tel.: (11) 4950-9400 E-mail: cac@superbid.net - Auditório: Av. Eng. Luís Carlos Berrini, 105, Edifício Berrini One, 4º andar, São Paulo/SP, CEP: 04571-010. Alexandre Travassos JUCESP nº 951.
Os bens serão vendidos no estado em que se encontram. A descrição detalhada dos lotes e edital do leilão constam no site www.superbid.net ou no catálogo à ser distribuído no local do leilão.

SUPERBID.NET - 11 4950-9400 SUPERBID

07/05/2021 A PARTIR DAS 12:00h. Log Business. Loc.: SP. Prateleiras, Estruturas Armazenagem, Empilhadeiras.

Tel.: (11) 4950-9400 E-mail: cac@superbid.net - Auditório: Av. Eng. Luís Carlos Berrini, 105, Edifício Berrini One, 4º andar, São Paulo/SP, CEP: 04571-010. Eduardo Sylvio Schanzer - JUCESP nº 452.
Os bens serão vendidos no estado em que se encontram. A descrição detalhada dos lotes e edital do leilão constam no site www.superbid.net ou no catálogo à ser distribuído no local do leilão.

SUPERBID.NET - 11 4950-9400 SUPERBID

07/05/2021 A PARTIR DAS 10:00h. PM Iraceminha/SC. Loc.: SC. Fiat Siena, Fiat Mobi, Ônibus Urbano e Soprador de folhas.

Tel.: (11) 4950-9400 E-mail: cac@superbid.net - Auditório: Av. Eng. Luís Carlos Berrini, 105, Edifício Berrini One, 4º andar, São Paulo/SP, CEP: 04571-010. Servidor Municipal Evandro Joao Rauber - matrícula nº 83628.
Os bens serão vendidos no estado em que se encontram. A descrição detalhada dos lotes e edital do leilão constam no site www.superbid.net ou no catálogo à ser distribuído no local do leilão.

SUPERBID.NET - 11 4950-9400 SUPERBID

12/05/2021 A PARTIR DAS 11:00h. JECC de Botucatu/SP. Loc.: SP. Ônibus 43 lugares.

Tel.: (11) 4950-9400 E-mail: cac@superbid.net - Auditório: Av. Eng. Luís Carlos Berrini, 105, Edifício Berrini One, 4º andar, São Paulo/SP, CEP: 04571-010. Luiz Tociaki Hirano - JUCESP nº 922.
Os bens serão vendidos no estado em que se encontram. A descrição detalhada dos lotes e edital do leilão constam no site www.superbid.net ou no catálogo à ser distribuído no local do leilão.

SUPERBID.NET - 11 4950-9400 SUPERBID

07/05/2021 A PARTIR DAS 11:00h. Mahle. Loc.: SP. Autoclave, Sistemas de Osmose, Sensores, Estufas, MRO. **07/05/2021 A PARTIR DAS 12:30h.** Tupy. Loc.: SC. Brochadeira, Balanceadora, Fresadora. **07/05/2021 A PARTIR DAS 13:00h.** PME Tijolarte. Loc.: SP. MRO, Peças e Componentes Industriais, Exaustores. **07/05/2021 A PARTIR DAS 13:30h.** PME Container. Loc.: MG. Ferramentas e Peças Industriais, Componentes Elétricos. **07/05/2021 A PARTIR DAS 14:00h.** Givaudan. Loc.: SP. Equipamento De Purificação E Exaustão De Ar Kba Rto. **07/05/2021 A PARTIR DAS 14:10h.** PME Saboraki. Loc.: SP. Caminhão Bau MB 1114, 1988/1988. **07/05/2021 A PARTIR DAS 15:00h.** Ache. Loc.: SP. Climatizadores, Painel Elétrico. **07/05/2021 A PARTIR DAS 15:30h.** Tivit. Loc.: BA, ES, GO, PE, SC. Fiat Palio Fire, Chevrolet S10. **07/05/2021 A PARTIR DAS 17:00h.** SLC Agrícola. Loc.: BA, GO, MA, MS, MT, PI. Kombi, Ônibus, Distribuidores, Plantadeiras, Peças para. **07/05/2021 A PARTIR DAS 17:30h.** Enel. Loc.: RJ. Caixas Acústicas, Aparelhos para Academia e Ginástica. **10/05/2021 A PARTIR DAS 11:00h.** Usina Itajobi. Loc.: SP. Veículos, Colhedoras, Tratores, Pás Carregadeiras, Cabines

DocuSign Envelope ID: 02ED7B38-9754-44BE-8E3C-2F4C30CAD5A3

220 Capital Investimentos e Participações S.A.

CNPJ/ME nº 29.966.248/0001-93

Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas - Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

Relatório da Administração: Em cumprimento das disposições legais, apresentamos as Demonstrações Financeiras, relativas aos exercícios findo em 31/12/2020 e exercício findo em 31/12/2019, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes. **A Administração.**

Balanços patrimoniais

	Nota	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	**143**	1.015	**22.189**	2.759
Contas a receber	5	**327**	661	**12.458**	6.680
Estoque		**-**	-	**8.070**	36
Adiantamentos a fornecedores		**-**	-	**1.785**	76
Impostos a recuperar		**2**	-	**343**	25
Créditos diversos	6	**2.248**	443	**2.253**	453
Despesas antecipadas		**-**	22	**484**	55
		2.720	2.141	**47.582**	10.084
Ativo não circulante					
Aplicações financeira de liquidez não imediata	4	**4.574**	3.200	**4.574**	3.200
Depósitos judiciais e cauções		**-**	-	**90**	90
Créditos diversos LP	6	**-**	-	**464**	-
Despesas antecipadas LP		**-**	-	**1.962**	62
Investimento	7	**61.105**	63.962	**-**	-
Imobilizado	8	**-**	-	**115.754**	68.335
Arrendamento mercantil - Direito de uso	9	**-**	-	**10.270**	6.339
Intangível	10	**-**	-	**45.321**	46.121
		65.679	67.162	**178.435**	124.147
Total ativo		**68.399**	69.303	**226.017**	134.231

	Nota	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Passivo circulante					
Empréstimos e financiamentos	11	**-**	-	**34.667**	23.165
Fornecedores		**12**	47	**14.118**	3.015
Obrigações tributárias		**1**	-	**7.750**	2.813
Obrigações trabalhistas		**-**	-	**3.222**	1.185
Empréstimos com antigos acionistas		**-**	-	**114**	245
Arrendamento mercantil-direito de uso	9	**-**	-	**2.427**	2.261
Outras Obrigações a pagar	12	**7.806**	6.237	**4.422**	2.862
		7.819	6.284	**66.720**	35.546
Passivo não circulante					
Empréstimos e financiamentos	11	**-**	-	**85.318**	27.076
Empréstimos com antigos acionistas		**-**	-	**-**	114
Arrendamento mercantil-direito de uso	9	**-**	-	**8.276**	4.267
Provisão para contingências	13	**-**	-	**3.543**	4.208
Outras Obrigações a pagar	12	**25.795**	31.200	**27.795**	31.200
		25.795	31.200	**124.932**	66.865
Patrimônio líquido					
Capital social	14	**37.071**	37.071	**37.071**	37.071
(-) Capital a integralizar		**(119)**	(119)	**(119)**	(119)
Ajustes de avaliação patrimonial		**(85)**	(85)	**(85)**	-
Ações em tesouraria		**(302)**	(302)	**(302)**	(302)
Reserva Legal		**148**	-	**148**	234
Lucros Acumulados		**(1.928)**	(4.746)	**(1.928)**	(5.064)
		34.785	31.819	**34.785**	31.820
Participação de acionistas não controladores		**-**	-	**(420)**	-
Total passivo e patrimônio líquido		**68.399**	69.303	**226.017**	134.231

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

	Capital Social	(-) Capital social a integralizar	(-) Ações em tesouraria	(-) Ajustes de avaliação patrimonial	Reserva legal	Lucros acumulado	Total Controladora	Participação de não controladores	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.536	(279)	-	-	-	(1.185)	72	-	72
Aumento de capital em espécie	35.535	160	-	-	-	-	35.695	-	35.695
Ações em tesouraria	-	-	(302)	-	-	-	(302)	-	(302)
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	(85)	-	-	(85)	-	(85)
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	(3.561)	(3.561)	-	(3.561)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	37.071	(119)	(302)	(85)	-	(4.746)	31.819	-	31.819
Patrimônio líquido atribuído a acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	**417**	**417**
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	**2.966**	**2.966**	**(837)**	**2.129**
Constituição de reserva legal	-	-	-	-	**148**	**(148)**	-		-
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**37.071**	**(119)**	**(302)**	**(85)**	**148**	**1.928**	**34.785**	**(420)**	**34.365**

Demonstrações dos resultados

	Nota	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Receitas líquidas	15	**-**	-	**72.926**	31.084
Custo dos produtos e serviços vendidos	16	**-**	-	**(32.499)**	(15.635)
Resultado operacional bruto		**-**	-	**40.427**	15.449
Despesas administrativas e gerais	17	**(423)**	(1.424)	**(15.780)**	(5.059)
Despesas comerciais	18	**-**		**(3.068)**	(4.401)
Despesas tributárias		**(28)**	(370)	**(330)**	(561)
Encargos de amortização de mais-valia	7	**(3.176)**	(2.117)	**(3.176)**	(2.117)
Resultado de equivalência patrimonial	7	**6.382**	352	**-**	-
Outros resultados operacionais		**25**	-	**(774)**	643
Resultado operacional		**2.780**	(3.559)	**17.299**	3.954
Receitas financeiras	19	**210**	-	**2.485**	86
Despesas financeiras	19	**(24)**	(2)	**(11.709)**	(4.064)
Lucro antes da CSLL e IRPJ		**2.966**	(3.561)	**8.075**	(24)
IRPJ e CSLL - corrente	20	**-**	-	**(1.515)**	(3.537)
IRPJ e CSLL - diferido	20	**-**	-	**(4.431)**	-
Lucro do exercício antes da participação de não controladores		**2.966**	(3.561)	**2.129**	(3.561)
Lucro / (Prejuízo) do exercício atribuível a não controladores		-	-	**(837)**	-
Lucro / (Prejuízo) do exercício atribuível a controladores		**2.966**	(3.561)	**2.966**	(3.561)

Demonstrações dos resultados abrangentes

	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Resultado líquido do exercício	**2.966**	(3.561)	**2.966**	(3.561)
Outros resultados abrangentes	**-**	-	**-**	-
Resultado abrangente do exercício	**2.966**	(3.561)	**2.966**	(3.561)

Demonstrações dos fluxos de caixa

	Nota	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Atividades operacionais					
Lucro do exercício antes do IRPJ e CSLL		2.966	(3.561)	8.075	(24)
Ajustes de receitas e despesas que não afetam caixa e equivalentes:					
Depreciação e amortização	8 e 10	-	-	19.917	8.690
Amortização de arrendamentos	9	-	-	3.524	1.710
Contingência	13	-	-	(665)	4.651
Resultado de equivalência patrimonial	7	(6.382)	(352)	-	-
Encargos de amortização de mais-valia	7	3.176	2.117	-	-
Provisão perda estimada de liquidação duvidosa		-	-	74	1.539
Juros sobre empréstimos	11	-	-	12.589	3.978
Apropriação de juros sobre arrendamentos	9	-	-	971	189
Resultado na baixa de bens	8 e 10	-	-	845	558
Resultado financeiro		-	-	2.424	
Outros Movimentações que não afetam caixa		-	-	(7)	102
		(240)	(1.796)	47.747	21.393
(Aumento) redução de ativos e aumento (redução) de passivos operacionais					
Aplicação financeira de liquidez não imediata		(1.374)	(3.200)	(1.374)	(3.200)
Contas a receber		334	(661)	(5.852)	(8.219)
Estoques		-	-	(8.034)	(36)
Adiantamentos a fornecedores		-	-	(1.709)	(76)
Impostos a recuperar		(2)	-	(318)	(25)
Créditos diversos		(1.805)	-	(2.265)	(10)
Dividendos antecipados		-	(443)	-	(443)
Despesas antecipadas		22	(21)	(2.329)	(116)
Cauções		-	-	-	(90)
Fornecedores		(35)	47	11.103	3.015
Impostos e contribuições		1	-	(921)	3.066
Obrigações trabalhista		-	-	2.037	979
Outras contas a pagar		(3.836)	37.437	(1.845)	34.062
Juros e encargos sobre empréstimos e financiamentos pagos	11	-	-	(11.221)	3.537
IRPJ e CSLL pagos		-	-	(88)	(3.790)
Caixa líquido (aplicada) gerado nas atividades operacionais		(6.935)	31.363	24.931	50.047
Atividades de investimento					
Aquisição de investimento/ participação em Sociedade	8	-	(65.812)	-	-
Aquisições de itens do ativo imobilizado	8	-	-	(65.357)	(77.583)
Aquisições de itens do ativo intangível	10	-	-	(2.024)	(47.907)
Aquisição de investimentos		-	-	(2.000)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		-	(65.812)	(69.381)	(125.490)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos					
Aquisição de empréstimos com terceiros	11	-	-	112.000	50.600
Pagamento de empréstimos com terceiros	11	-	-	(43.624)	-
Pagamento de empréstimos com antigos acionistas		-	-	(245)	-
Pagamentos de arrendamento mercantil- direito de uso	10	-	-	(4.251)	(7.862)
Dividendos distribuídos	14.2	-	-	-	-
Dividendos Recebido	7	6.063	-	-	-
Recursos provenientes de aporte de capital de acionistas	14	-	35.695	-	35.695
Ações em tesouraria		-	(302)	-	(302)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos		6.063	35.393	63.880	78.131
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa		(872)	944	19.430	2.688
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		1.015	71	2.759	71
Caixa e equivalentes de caixa no encerramento do exercício		143	1.015	22.189	2.759
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa		(872)	944	19.430	2.688

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

1. Contexto operacional: A 220 Capital Investimentos e Participações S/A ("220 Capital" ou "Companhia"), sociedade anônima de capital fechado, com início de suas atividades em 16/03/2018, registrada na Junta Comercial de São Paulo ("JUCESP") sob o número de registro ("NIRE") 35.300.533.666, e cadastrada na Secretaria da Receita Federal com o CNPJ 29.966.248/0001-93, atualmente está sediada na Rua da Consolação, nº 2.801, Apto. nº 131, no bairro de Cerqueira César, São Paulo, SP, CEP 01416-001 e têm como principais atividades: o investimento em outras sociedades, brasileiras ou não, como acionista ou quotista. Em maio de 2019, a Companhia celebrou um contrato de compra e venda por meio do qual adquiriu 100% da participação societária da empresa Agasus S/A, obtendo, assim, o controle da empresa. Em agosto de 2020 sua controlada Agasus adquiriu o controle e 80% das ações da JR1 Informática EIRELI, e 100% das ações da Clicktech Informática EIRELI. As empresas, ambas sediadas no município de Guarulhos-SP, atuam no comércio varejista especializado em equipamentos e suprimentos de informática, de eletrodomésticos, equipamentos de áudio e vídeo, equipamentos de telefonia, suporte técnico, manutenção e outros serviços de tecnologia da informação como, instalação de equipamentos, serviços de manutenção (upgrade ou downgrade dos equipamentos, instalação de software e substituição de packs). Em março de 2020, quando teve início a crise do COVID-19 (coronavírus) no Brasil, a Companhia adotou um plano de contingenciamento para suas controladas, conduzido por uma equipe multidisciplinar que trabalha pela prevenção e contenção da proliferação de forma mais assertiva da doença, bem como para manter a continuidade dos negócios da Companhia. A Companhia informa, ainda, que atendeu às determinações das autoridades competentes e implantou os seguintes processos em suas dependências: (i) Quarentena para os casos de riscos, e home office para quase a totalidade dos colaboradores; (ii) Transporte particular corporativo para os colaboradores de atividades essenciais na operação da Companhia; (iii) Higienização duas vezes ao dia, com cloro nos corredores de maiores movimentações; (iv) Limpeza de maçanetas e pontos de maiores contatos, de hora em hora; (v) Álcool em gel em todos os setores; e (vi) Testagem em massa nas dependências da Companhia para todos colaboradores de atividades essenciais. A Companhia atua na cadeia de fornecimento de tecnologia, o que inclui equipamentos de informática para usuários em home office. Apesar da incerteza econômica, a Companhia aumentou suas receitas, haja vista a grande demanda de mercado por locação de computadores para equipes em corporações que aderiram parcial ou integralmente ao home office. **2. Base de preparação: 2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando-se o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos instrumentos financeiros ativos e passivos, os quais são mensurados pelo valor justo e estão apresentadas em Real (R$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações apresentadas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo possível, exceto quando indicado de outra forma. As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria da Companhia em 31/03/2021. **2.2. Base de apresentação:** As práticas contábeis foram tratadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas. As demonstrações financeiras consolidadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 incluem controladas diretas e indiretas. Os custos de transação, que não sejam aqueles associados com a emissão de títulos de dívida ou de participação acionária, os quais a Companhia e sua controlada incorre com relação a uma combinação de negócios, são reconhecidas como despesas à medida que são ocorridas. Controladas direta e indireta: As demonstrações contábeis de controladas são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixar de existir. Em 31 de dezembro 2020 e 2019, as demonstrações contábeis consolidadas incluem a consolidação da seguinte Companhia:

Controladas		Participação 2020	Participação 2019	Atividade
Agasus S.A.	Direta	**100%**	100%	Especializada em Locação de equipamentos de informática
JR1 informática Ltda.	Indireta	**80%**	-	Especializada em venda de equipamentos eletrônicos
CLICKTECH informática EIRELI	Indireta	**100%**	-	Especializada em venda de equipamentos eletrônicos

Controladas são todas as entidades, cujas políticas financeiras e operacionais podem ser conduzidas pela Companhia e quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. A existência e o efeito de eventuais potenciais direitos de voto, que sejam exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao avaliar se a Companhia controla outra entidade. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle cessa. Transações eliminadas na consolidação: Saldos e transações entre a Companhia e a Sociedade "Grupo", e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo, são eliminadas na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com empresas investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminadas contra o investimento na proporção da participação da Companhia nas entidades investidas. Prejuízos não realizados não são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados. **2.3. Uso de estimativas e julgamentos:** As demonstrações financeiras são elaboradas a partir de diversas bases de avaliação utilizadas nas premissas e estimativas contábeis, a partir de fatores objetivos e subjetivos, por meio do julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado. Estão apresentadas em moeda corrente, real, moeda funcional adotada pela companhia. Os itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a análise de riscos para determinação de provisões, revisão da estimativa de vida útil dos bens do ativo imobilizado e intangível e análise de recuperação dos ativos de longo prazo. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas nas seguintes notas explicativas: • Nota 5 - Composições de clientes; • Nota 7 - Investimentos; • Nota 8 - Movimentação de ativo imobilizado. **3. Principais práticas contábeis adotadas:** As práticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas pela companhia de forma consistente para todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. **3.1. Caixa e equivalentes de caixa:** Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, saldos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas das transações e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. **3.2. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal de suas atividades. O saldo de contas a receber é apresentado pelo seu valor líquido deduzidos a provisão para devedores duvidosos realizadas no exercício, ao passo que o contas a receber por vencimento onde estão considerados títulos vencidos e a vencer são apresentados pelo faturamento realizado não deduzidos da provisão para perda de devedores duvidosos e não são avaliadas a valor presente no momento inicial do seu registro. A 220 Capital adota como política contábil a estimativa de possíveis perdas de seus recebíveis, registrando a provisão de Perda Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa, constituída em montante considerado o suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização dos créditos e teve como critério a análise individual dos saldos de clientes com risco de inadimplência. **3.3. Estoques:** Os estoques são apresentados pelo menor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio, incluindo os impostos não recuperáveis, custos de transporte, seguro, manuseio e demais custos necessários para trazer os estoques às suas condições atuais. Para o cálculo do ajuste a valor presente, considera-se o custo médio de captação da Companhia. Quando necessário, os estoques são deduzidos de provisão para perdas, constituída pela Administração, em caso de desvalorização, obsolescência, baixa rotatividade de produtos e perdas de inventario. **3.4. Instrumentos financeiros:** As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado e quando indicado de outra forma. Sua mensuração subsequente, quando aplicável, ocorre a cada data de encerramento dos exercícios, de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros, sendo estes denominados como básicos ou como outros instrumentos e transações financeiras mais complexos. (I) Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desconhecimento: A Companhia reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação. A Companhia desconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Agasus transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado. A Companhia desconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. (II) Ativos financeiros não derivativos - mensuração: Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando método dos juros efetivos. (III) Passivos financeiros não derivativos - mensuração: Passivos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. (IV) "Impairment" de ativos financeiros: A Companhia avalia nas datas de encerramento dos exercícios se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de "impairment" são incorridos somente se há evidência objetiva de "impairment" como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um evento de perda) e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por "impairment" são como segue: (i) Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor. (ii) Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento de juros ou principal. (iii) A Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria. (iv) Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira. (v) O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras. **3.5. Tributação:** São calculados com base nas normas e alíquotas previstas na legislação vigente atribuída a cada modalidade de tributo. Os tributos sobre o lucro, imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, são calculados tomando-se por base a presunção do lucro atribuída à companhia, conforme norma legal vigente. A controlada Agasus apura seu imposto de renda e contribuição social com base nas normas e alíquotas previstas na legislação vigente atribuída a cada modalidade de tributo do lucro Real, e, as controladas indiretas JR1 e Clicktech na modalidade lucro presumido. **3.6. Investimento:** Os investimentos em sociedades controladas são registrados e avaliados pelo método da equivalência patrimonial e são reconhecidas inicialmente pelo custo. Os ganhos ou as perdas são reconhecidos no resultado do exercício como receita ou (despesa) operacional nas demonstrações financeiras individuais. **3.7. Imobilizado:** Reconhecimento e mensuração: Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição. O custo dos ativos imobilizados inclui os gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição dos ativos. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas ou despesas operacionais no resultado. Depreciação: Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso. A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear no resultado do exercício, baseado na vida útil econômica, e leva em conta o tempo de vida útil estimado dos bens, com os respectivos valores residuais. Terrenos não são depreciados. As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Descrição	% - Taxa anual de depreciação
Edifícios	4%
Veículos	20%
Máquinas e Equipamentos	10%
Computadores e periféricos	20%
Moveis, utensílios e instalações	10%
Equipamentos de comunicação	20%
Sobressalente e ferramentas	20%
Benfeitorias imóveis de terceiros	10%

Os métodos de depreciação, o prazo de vida útil econômica e os valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativa contábeis. O valor residual é avaliado anualmente pela Administração da Companhia, e são apurados com base na estimativa de recuperabilidade/venda deste ativo no mercado atual. Todo o impacto na estimativa de recuperabilidade terão efeitos prospectivos a sua avaliação. Os bens classificados como "Computadores e Periféricos" e "Equipamentos de Comunicação", estão representados em sua maioria em equipamentos locados aos clientes, lastreados em contratos de prestação de serviços, representando um porcentual de 91,6% sobre o total líquido de depreciação desses bens. **3.8. Intangível:** Os ativos intangíveis são reconhecidos pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável ("*impairment*"), quando aplicável. A Companhia possui registrado no intangível, custos direito de uso de software.

	Anos
Licença de uso de *software*	5

3.9. Impairment de ativos não financeiros: Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de impairment. Os ativos que estão sujeitos à amortização e ou depreciação, tais como ativos imobilizados e propriedades para investimento, são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Tais como: (i) Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor. (ii) Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento de juros ou principal. (iii) A Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria. (iv) Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira. (v) O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras. A Companhia avalia nas datas de encerramento dos exercícios se há evidência impairment em seus ativos, e a perda por impairment é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. **3.10. Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos e debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Apresentam o saldo devedor na data das demonstrações financeiras e contábeis, levando-se em consideração a taxa efetiva de juros. Os encargos são reconhecidos na demonstração de resultado na rubrica despesa financeira. **3.11. Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. **3.12. Benefícios a empregados e diretores:** A Companhia e suas controladas reconhecem um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em uma política que leva em conta o atingimento de metas anuais. Com base na política de remuneração, são avaliados os percentuais de atingimento das metas e então, é calculado e contabilizado o valor do bônus que será pago. **3.13. Arrendamentos IFRS:** O direito de uso dos ativos e o passivo dos arrendamentos são reconhecidos pelo valor futuro das contraprestações assumidas no contrato, trazidos ao valor presente líquido. O direito de uso dos ativos é amortizado em bases lineares pelo prazo vigente do contrato no resultado do exercício na linha competente a sua natureza ("Custo dos produtos vendidos" / "Despesas Administrativas" "Despesas Comerciais"), assim como as despesas de juros, correspondentes à amortização do ajuste ao valor presente líquido dos contratos, são alocadas no "Resultado financeiro". A depreciação do ativo de direito de uso é calculada pelo método linear de acordo com o prazo remanescente de cada contrato. A Companhia reconhece seu Ativo de direito de uso e Passivo de arrendamentos considerando as seguintes premissas: Operações com contratos firmados por mais de 12 meses entram no escopo da norma. A Companhia avaliou os aspectos de renovação em sua metodologia e por não identificar aspectos de renovação optou por não considerar as renovações dos contratos, haja visto que os ativos envolvidos em sua operação não são indispensáveis para a condução de seus negócios, podendo ser substituídos ao término do contrato por novos ativos adquiridos ou por outras operações que não as mesmas pactuadas. Contratos que envolvam o uso de ativos subjacentes de baixo valor. Considera-se somente operações que envolvam ativos específicos definidos no contrato ou de uso exclusivo ao longo do período do contrato. Inclusão dos impostos recuperáveis na definição das contraprestações assumidas dos contratos em que seja aplicável. A metodologia utilizada na apuração do valor presente líquido dos contratos corresponde ao fluxo de caixa das contraprestações assumidas descontadas pela taxa de desconto definida para a classe do ativo. A taxa de desconto para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi baseada nas taxas de juros livres de riscos observadas no mercado brasileiro e ajustadas à realidade da Companhia, para as operações de arrendamento de ativo imobilizado foi de 11,24% a 12,71%. As taxas foram obtidas por operações financiamentos para ativos dessas classes por meio de sondagens junto aos bancos que atendem à Companhia, líquidas de inflação. A remensuração para refletir qualquer reavaliação ou modificações do arrendamento será feita no mês de aniversário de um ano de cada contrato (reset), na qual a Companhia avaliará a necessidade de reajustes nos pagamentos mensais e anuais e, caso aplicável, os reajustes serão realizados no ativo contra o passivo de arrendamentos. **3.14. Reconhecimento da receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela venda de ativos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida de impostos, devoluções, abatimentos e descontos. Geralmente, o montante de receitas brutas é equivalente ao valor das notas fiscais emitidas. O CPC 47 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e por quanto a receita é mensurada. O CPC 47 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) Receitas, CPC 17 (IAS 11) Contratos de Construção e a CPC 30 Interpretação A (IFRIC 13) Programas de Fidelidade com o Cliente. a) Venda de produtos e receitas com ressarcimento: A receita com venda e ressarcimento de produtos (Imobilizado) é reconhecida quando prováveis benefícios econômicos fluirão para entidade. A entrega não ocorre até que o comprador tenha aceitado os produtos de acordo com o contrato de venda; e as disposições de aceitação tenham sido acordadas ou a companhia e suas controladas tenham evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos. b) Prestação de serviços: A receita é apresentada líquida de impostos incidentes sobre as vendas, sendo que eventual diferimento requerido em função de diferença de base contábil e fiscal do imposto é reconhecido em contrapartida da rubrica "Impostos diferidos". A receita diferida refere-se a contrato de parceria para plantio e está sendo apropriada de acordo com o prazo estipulado em contrato entre as partes. c) Receita financeira: A receita financeira é reconhecida com base no método da taxa de juros efetiva. **3.15. IFRSs novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis:** Não há normas CPC/IFRS ou interpretações ICPC/IFRIC aplicáveis à Companhia que ainda não entraram em vigor e que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras individuais e consoldiadas da Companhia.

4. Caixa e equivalentes de caixa:

Descrição	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Caixa Geral/Contas Correntes - Bancárias	**143**	1.015	**1.729**	1.927
Aplicações Financeiras (*)	**-**	-	**20.460**	832
Aplicações financeira de liquidez não imediata (**)	**4.574**	3.200	**4.574**	3.200
Total	**4.717**	4.215	**26.763**	5.959
Total curto prazo	**143**	1.015	**22.189**	2.759
Total longo prazo	**4.574**	3.200	**4.574**	3.200

(*) As aplicações financeiras em fundos DI possuem remuneração média em torno de 91,32% do CDI, liquidez imediata e sem perda quando do resgate. Os investimentos temporários são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. (**) A Companhia e suas controladas efetuam aplicações financeiras compromissadas com remuneração de 95,5% a 100% do Certificado de Deposito Interbancário (CDI) em 2019 e 2020. Essas aplicações financeiras foram efetuadas como garantias de pagamentos pela aquisição do investimento na Agasus S/A.

5. Contas a receber:

	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Valores a receber por cessão de direitos	**327**	661	**327**	661
Clientes - Locação de Equipamentos e Serviços	**-**	-	**11.439**	7.486
Clientes - Vendas de Ativos fixos	**-**	-	**4.455**	72
Duplicatas descontadas	**-**	-	**(2.150)**	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	**-**	-	**(1.613)**	(1.539)
Total	**327**	661	**12.458**	6.680

6. Créditos diversos:

	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Adiantamentos a funcionários	**-**	-	**5**	-
Contas a receber cedido à 220 Capital Investimentos	**-**	-	**327**	-
Saldo a receber DFL Tecnologia Ltda.	**-**	-	**80**	-
Adiantamento de dividendos	**2.248**	443	**2.305**	443
	2.248	443	**2.717**	443
Total curto prazo	**2.248**	443	**2.253**	443
Total longo prazo	**-**	-	**464**	-

7. Investimento: A 220 Capital mantém controle direto e indireto das empresas Agasus, JR1 e Clicktech.

Controladas		Participação 2020	Participação 2019
Agasus S.A.	Direta	**100%**	100%
JR1 informática Ltda.	Indireta	**80%**	-
CLICK TECH informática EIRELI	Indireta	**100%**	-

	31/12/2019 Consolidado	Amortização	Resultado Equivalência	Dividendos Recebidos	31/12/2020 Consolidado
Goodwill (a)	33.586	**-**	**-**	**-**	**33.586**
Mais ou menos valia em investimento (b)	14.558	**(3.176)**	**-**	**-**	**11.382**
Investimento - Agasus S/A (c)	15.818	**-**	**6.382**	**(6.063)**	**16.137**
	63.962	**(3.176)**	**6.382**	**(

DocuSign Envelope ID: 02ED7B38-9754-44BE-8E3C-2F4C30CAD5A3

...Continuação

período de vigência da emissão, apurados trimestralmente com base na Demonstração Financeira Consolidada, revisões limitadas semestrais e/ou informações gerenciais trimestrais disponibilizadas pela Emissora ao Agente Fiduciário.

12. Outras contas a pagar:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Outros saldos a pagar	-	-	145	206
Adiantamento de clientes	-	-	37	-
Aquisição da JR1 e Clickteck pela Agasus a pagar	-	-	2.000	-
Aquisição da Agasus pela 220 Capital a pagar	30.035	33.856	30.035	33.856
Conta corrente - pessoas ligadas	3566	3.581	-	-
	33.601	37.437	32.217	34.062
Total curto prazo	7.806	6.237	4.422	2.862
Total longo prazo	25.795	31.200	27.795	31.200

13. Contingência: O valor de 3.543 demonstrado no passivo na linha de contingência se refere a mais ou menos valia registrada na conta de "Investimento" na aquisição da controlada reduzida de sua amortização, e no consolidado é reconhecido como um passivo. A amortização deste valor está ocorrendo por uma taxa efetiva anual de 14,28%, sendo seu período de amortização por 84 meses, iniciando em maio de 2019.

Saldo Inicial 31/12/2018	-
Contingência - Mais valia PPA	4.651
Amortização	(443)
Saldo em 31/12/2019	4.208
Amortização	(665)
Saldo em 31/12/2020	3.543

14. Capital social: O capital social autorizado, subscrito e integralizado em moeda corrente nacional em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é de R$37.071 e está representado por 11.584.688 ações ordinárias no valor nominal de R$3.20 cada, assim distribuídas entre os acionistas:

Sócios	Quotas	Valor - R$ mil
220 Capital LLC	420.000	1.344
Spectra III Brasil Fundo de Invest.	34.795	111
Soliph Consultoria	10.000	32
Vic Spectra III Fundo de Invest.	15.205	49
220 Fundo de Participações	11.104.688	35.535
Total	**11.584.688**	**37.071**

Em 16 de março de 2018, foi aprovado em Assembleia Geral de Constituição de Sociedades por ações a subscrição da totalidade do capital da Companhia, no valor de R$1.536 representando por 480.000 ações ordinárias, no valor de R$3,20 (três reais e vinte centavos) cada. Em 3 de setembro de 2019, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento do capital social da Companhia, que passa de R$1.536 para R$37.071, dividido em 11.584.688 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, com aumento efetivo de R$35.535, mediante a emissão de 11.104.688 novas ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, ao preço de emissão de R$3,20 por ação. **14.1. Capital social:** A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76 até o limite de 20% do capital social. Em 2020 foi constituída a reserva legal no montante de R$ 148 (cento e quarenta e oito mil). **14.2. Remuneração aos acionistas:** O Estatuto social da Companhia prevê a distribuição de dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei, aos titulares de suas ações. Os dividendos são calculados de acordo com o Estatuto Social da Companhia e em consonância com a Lei das Sociedades por Ações.

15. Receita operacional líquida:

	Consolidado	
	2020	2019
Receita com prestação de serviços	69.749	31.777
Receita com vendas	10.803	1.099
(-) Tributos incidentes sobre as vendas	(7.329)	(1.773)
(-) Devoluções de vendas	(297)	(19)
	72.926	31.084

16. Custo dos produtos e mercadorias vendidas:

	Consolidado	
	2020	2019
Custo dos bens e serviços vendidos	10.836	6.113
Despesas com folha de pagamento e benefícios	3.888	859
Depreciação e amortização	17.775	8.663
	32.499	15.635

17. Despesas administrativas e gerais:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Despesas com serviços contratados	419	1.253	6.947	2.600
Despesas com folha de pagamento e benefícios.	-	-	9.150	2.261
Depreciação e amortização.	-	-	(321)	27
Outras despesas administrativas e gerais	4	171	4	171
	423	1.424	15.780	5.059

18. Despesas comerciais:

	Consolidado	
	2020	2019
Provisão para devedores duvidosos PDD	74	1.539
Perdas com créditos incobráveis	452	110
Despesas com folha de pagamento e benefícios	1.486	1.583
Despesas com vendas marketing e publicidade	1.056	1.169
	3.068	4.401

19. Resultado financeiro:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Receitas financeiras				
Juros ativos	-	-	8	12
Descontos obtidos	1	-	1.992	61
Rendimento de aplicação financeira	209	-	485	13
Multas contratuais ativas e outras	-	-	-	-
	210	-	2.485	86
Despesas financeiras				
Tarifas bancárias	(22)	-	(532)	(393)
Juros e multas passivas	(1)	(2)	(2.424)	(280)
Imposto sobre operações financeiras	(1)	-	21	(65)
Descontos concedidos	-	-	(39)	(17)
Encargos sobre leasing e arrendamento mercantil	-	-	(1.893)	(2.420)
Encargos sobre empréstimos - capital de giro	-	-	(1.629)	(604)
Encargos sobre financiamento - BNDES	-	-	(82)	(245)
Variação cambial passiva	-	-	(5)	(40)
Juros/encargos sobre debentures	-	-	(4.579)	-
Custos incorridos debenture	-	-	(547)	-
	(24)	(2)	(11.709)	(4.064)
Resultado financeiro	186	(2)	(9.224)	(3.978)

20. Imposto de renda e contribuição social:

	31/12/2020
Lucro/(prejuízo) antes do IRPJ e CSLL	12.029
Imposto de renda à alíquota nominal - 34%	(4.090)
Ajustes para demonstração da taxa efetiva:	
Arrendamentos Operacionais (CPC 06 (R2) / IFRS 16)	436
Arrendamentos Financeiros	(9.120)
Resultado de equivalência patrimonial	3.482
Diferença depreciação Gerencial x Fiscal	(3.254)
Outras provisões	74
Base de Tributação	3.647
Imposto de renda e contribuição social correntes do exercício	(1.216)
Imposto de renda e contribuição social diferido do exercício (a)	(4.431)
Imposto de renda e contribuição social - Controladora	(5.647)
Imposto de renda e contribuição social - Controladas	(299)
Imposto de renda e contribuição social - Consolidado	(5.946)

(a) O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras e sobre o prejuízo fiscal acumulado e base negativa de contribuição social. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Os ativos de impostos diferidos são reconhecidos na medida em que seja provável avaliação dos lucros tributáveis futuros que poderão ser usados na compensação prejuízo fiscal acumulado e base negativa de contribuição social, baseado em projeções de receita futura e preparadas com premissas internas e cenários econômicos futuros que podem ser alterados. **21. Partes relacionadas:** A companhia não mantém operações com suas controladas e controladores além do recebimento e pagamento de dividendos. **22. Instrumentos financeiros:** a) Gestão do risco de capital: A Administração da Companhia administra seu capital para assegurar que possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das obrigações e do patrimônio. b) Risco de crédito e de aplicação de recursos: É o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação às contas a receber) e de aplicação de recursos, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais, aplicações financeiras e outros instrumentos financeiros contratados. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o valor máximo exposto pela Companhia ao risco de crédito corresponde ao valor contábil das contas a receber de terceiros, demonstrado na nota explicativa nº 5. Quanto ao risco de aplicação de recursos, o valor exposto pela Companhia corresponde substancialmente aos saldos de depósitos bancários à vista, com valores descritos na nota explicativa nº 4. O risco de crédito nas atividades operacionais da Companhia é administrado por normas específicas de aceitação de clientes, análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente, os quais são revisados periodicamente. c) Risco de liquidez: A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos, administrando seu capital por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente, para que haja recursos financeiros disponíveis para o devido cumprimento de suas obrigações. d) Instrumentos financeiros não derivativos: Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Companhia possui os seguintes instrumentos financeiros não derivativos: *Instrumentos financeiros básicos:* Os instrumentos financeiros incluídos nesse grupo são saldos provenientes de transações comuns, como contas a receber, fornecedores, empréstimos e financiamentos, aplicações financeiras e caixa e equivalentes de caixa mantidos pela Companhia. Todos estão registrados pelos seus valores nominais acrescidos, quando aplicável, de encargos e taxas de juros contratuais, cuja apropriação das despesas e receitas é reconhecida no resultado do exercício. O quadro a seguir demonstra o saldo dos instrumentos financeiros mantidos pela Companhia em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

	Controladora		Consolidado		
	2020	2019	2020	2019	Nota
Ativos financeiros:					
Caixa e equivalentes de caixa	4.717	4.215	26.763	5.959	4
Contas a receber - terceiros	327	661	12.458	6.680	5
Créditos diversos	-	443	469	443	6
Passivos financeiros:					
Fornecedores	12	47	14.118	3.015	-
Arrendamento mercantil - direito de uso	-	-	10.703	6.528	9
Empréstimos e financiamentos com terceiros	-	-	114	359	-
Empréstimos e financiamentos com bancos	-	-	119.985	50.241	11
Outros contas a pagar	30.035	37.437	32.217	34.062	12

Diretoria

Rene Vaz de Almeida – Diretor Presidente
João Luis Pereira Lima Filho – Diretor Vice-Presidente
Tatiane C. S. da Freiria – Contadora - CRC - 1SP302.135/O-2 - CPF 378.675.028-90

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos Administradores da **220 Capital Investimentos e Participações S.A. -** São Paulo - SP

Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da 220 Capital Investimentos e Participações S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da 220 Capital Investimentos e Participações S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de março de 2021.

ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6

Alexandre Aléo
Contador
CRC-1SP171687/O-1

Gedepar Empreendimentos, Serviços e Participações S/A

CNPJ nº 18.710.692/0001-27

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Em cumprimento aos dispostivos legais e estatutários, temos o prazer de submeter ao exame e apreciação de V. Sas, as demonstrações financeiras relativas às atividades da empresa do exercício social referente ao período de 01 de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2020 compreendendo o Balanço Patrimonial e as correspondentes Demonstrações de Resultado do Exercício, da Movimentação nas Contas do Patrimônio Liquido e da Demonstração de Fluxo de Caixa.

Barueri, 31 de dezembro de 2020.

A Diretoria

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro *(Em Reais R$)*

Ativo	2020	2019	Passivo	2020	2019
Circulante	**53.576.892**	**59.127.675**	**Circulante**	**355.462**	**56.392**
Disponível	**53.574.974**	**59.126.367**	Provisão Imposto de Renda	179.602	24.374
Caixa e Bancos	53.574.974	59.126.367	Provisão Contribuição Social	175.860	32.018
Créditos	**1.918**	**1.308**	**Não Circulante**	**153.565.574**	**172.251.109**
Impostos a Recuperar	1.918	1.308	**Exigível a Longo Prazo**	**153.565.574**	**172.251.109**
Não Circulante	**168.332.830**	**166.771.723**	Controladas e Coligadas	255.948	269.385
Realizável a Longo Prazo	**29.208.377**	**27.753.377**	Contas a Pagar	153.309.627	171.981.724
Outros Créditos	26.155.000	26.155.000	**Patrimônio Líquido**	**67.988.685**	**53.591.897**
Controladas e Coligadas	3.053.377	1.598.377	Capital Social	17.432.001	17.432.001
Investimentos	**139.124.453**	**139.018.346**	Reservas	50.556.684	36.159.896
Participações Societárias	139.124.453	139.018.346			
Total do Ativo	**221.909.721**	**225.899.398**	**Total do Passivo**	**221.909.721**	**225.899.398**

Demonstração dos Resultados dos Exercícios Findos em 31 de dezembro *(Em Reais R$)*

	2020	2019
Despesas e Receitas	**2.581.885**	**1.066.184**
Despesas Operacionais	(31.282)	(25.901)
Despesas Financeiras	(3.352)	(4.330)
Receitas Financeiras	2.616.519	1.096.414
Outras Receitas e Despesas Operacionais	**13.680.519**	**9.694.524**
Outras Receitas	13.680.519	9.694.524
Resultado antes do IRPJ e CSLL	**16.262.404**	**10.760.707**
Imposto de Renda e Contribuição Social	**(865.616)**	**(354.781)**
Imposto de Renda	(630.130)	(256.103)
Contribuição Social	(235.487)	(98.677)
Resultado Líquido do Exercício	**15.396.788**	**10.405.926**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido dos Exercícios Findos em 31 de dezembro *(Em Reais R$)*

	Capital Social	Reserva de Lucros	Reserva Legal	Lucros Acumulados	Total
Saldo em 31/12/2019	**17.432.001**	**33.120.155**	**3.039.741**		**53.591.897**
Resultado do Exercício	–	–	–	15.396.788	15.396.788
Distribuição de Dividendos	–	(1.000.000)	–	–	(1.000.000)
Constituição de Reserva	–	14.626.948	769.839	(15.396.788)	–
Saldo em 31/12/2020	**17.432.001**	**46.747.104**	**3.809.580**	–	**67.988.685**

Demonstração de Fluxo de Caixa Fluxo de Operações dos Exercícios Findos em 31 de dezembro *(Em Reais R$)*

	2020	2019
Fluxo de Caixa nas Atividades Operacionais		
Resultado do Exercício	15.396.788	10.405.926
Resultado de Equivalência Patrimonial	(106.107)	(926.548)
Impostos a Recuperar	(610)	(1.308)
Provisão Imposto de Renda	155.228	23.098
Provisão Contribuição Social	143.841	17.080
(=) Caixa Líquido Operacional	**15.589.141**	**9.518.248**
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos		
Outros Créditos	–	(26.155.000)
Controladas e Coligadas	(1.455.000)	(1.598.377)
Participações Societárias	–	17.268.082
Aquisição para o Imobilizado	–	1.125.000
(=) Caixa Líquido de Investimento	**(1.455.000)**	**(9.360.295)**
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos		
Controladas e Coligadas	(13.437)	269.385
Contas a Pagar	(18.672.097)	19.367.943
Distribuição de Dividendos	(1.000.000)	(6.032.925)
(=) Caixa Líquido de Financiamento	**(19.685.534)**	**13.604.403**
Aumento/Redução Líquida de Caixa	**(5.551.393)**	**13.762.356**
Caixa Equivalentes ao Início do Período		
Disponibilidades	**59.126.367**	**45.364.011**
Caixa Equivalentes ao Final do Período		
Disponibilidades	**53.574.974**	**59.126.367**

Notas Explicativas da Administração das Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro *(Em Reais R$)*

1. Apresentação das demonstrações contábeis – As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas práticas contábeis emanada da lei das sociedades por ações 6.404/76 e as alterações introduzidas pela lei 11.638/07 e MP nº 449/08 bem como os pronunciamentos do Comitê Contábil (CPC) quando aplicáveis.

2. Sumário das principais práticas contábeis – As demonstrações contábeis foram elaboradas com observância às práticas contábeis adotadas no Brasil . 2.1. Os ativos são demonstrados pelo valor de custo. 2.2. Ativos Imobilizados são demonstrados ao custo de aquisição subtraído das depreciações acumuladas.

3. O Capital Social é de R$ 17.432.001,00 representadas por 17.432.001 ações totalmente integralizadas.

Nesterson da Silva Gomes – Diretor

José Affonso – Contador CRC nº 1SP 045.694/O-0

Parecer dos Auditores Independentes

Aos Srs. Acionistas e Diretores da **Gedepar Empreendimentos, Serviços e Participações S/A. 1)** Examinei o Balanço Patrimonial da empresa, levantado em 31 de dezembro de 2020 e 2019, e as respectivas Demonstrações de Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido, das Demonstrações do Fluxo de Caixa correspondente ao exercício findo naquela data, elaborado sob responsabilidade de sua administração, minha responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre estas demonstrações contábeis. **2)** Meus exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria e compreenderam: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos salários, o volume de transações e o sistema Contábil de controles internos da entidade. b) a constatação com base em testes das evidências a dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgadas. c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da sociedade, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **3)** Com base em meus exames, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente em todos aspectos relevantes, posição patrimonial e financeira da **Gedepar Empreendimentos, Serviços e Participações S/A** em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e a demonstração de fluxo de caixa, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Embu Guaçu, 31 de dezembro de 2020.

Nelly Branco Sapede
Contador – Auditor – CRC 1SP 021.253/O-0.

AO JUÍZO DA 2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS – SÃO PAULO-SP

PROCESSO Nº 1080970-34.2018.8.26.0100

MILAN LEILÕES – LEILOEIROS OFICIAIS

EDITAL DE LEILÃO DOS BENS ABAIXO DESCRITOS, PARA CONHECIMENTO DE INTERESSADOS E INTIMAÇÃO DOS HABILITADOS, NOS AUTOS DA FALÊNCIA DE BAR E RESTAURANTE DANCANTE MIMAR LTDA, PROCESSO No 1080970-34.2018.8.26.0100 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2a Vara de Falências e Recuperações Judiciais, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). MARCELO BARBOSA SACRAMONE, na forma da Lei, etc. FAZ SABER, aos que o presente Edital de Leilão dos bens, virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa, que por este Juízo processam-se os autos da Falência de BAR E RESTAURANTE DANCANTE MIMAR LTDA, e que foi designada a venda dos bens descritos abaixo, de acordo com as regras expostas a seguir: DOS BENS - Os bens serão vendidos no estado em que se encontram, constituindo ônus da parte interessada verificar suas condições físicas e de funcionamento, antes das datas designadas para as alienações judiciais eletrônicas, e o arrematante ficará com o encargo de depositário dos bens. ATENÇÃO: OS BENS A SEREM LEILOADOS SÃO TODOS OS QUE ESTÃO RELACIONADOS NO AUTO DE CONSTATAÇÃO ANEXO AO EDITAL DE LEILÃO E ESTÃO SENDO OFERECIDOS EM LOTE UNICO. DA PUBLICAÇÃO DO EDITAL - O edital será publicado em jornal de grande circulação e na rede mundial de computadores, no sítio do gestor www.milanleiloes.com.br, em conformidade com o disposto no art. 887, § 2o, do Código de Processo Civil, inclusive as fotos e a descrição detalhada dos bens a serem apregoados. DA VISITAÇÃO - Os interessados em vistoriar os bens deverão enviar solicitação por escrito ao e-mail luis.piva@milanleiloes.com.br, a fim de que se verifique a disponibilidade da visita na data e horário solicitados. Independente da realização da visita, a arrematação será por conta e risco do interessado. DO LEILÃO - O Leilão será realizado por MEIO ELETRÔNICO E PRESENCIAL, através do Portal www.milanleiloes.com.br 1a Praça com início no dia 20 de maio de 2021, às 11h00min, e com término no dia 04 de junho de 2021, às 11h00min, entregando o bem móvel, a quem mais der valor igual ou superior ao da avaliação, ficando desde já designado para a 2a Praça com início no dia 04 de junho de 2021, às 11h01min, e com término no dia 18 de junho de 2021, às 11h00min, caso não haja licitantes na 1a ocasião, o bem móvel será entregue a quem mais der, não sendo aceito lance inferior, neste ato 50% (cinquenta por cento), ficando desde já designado para a 3a Praça com Início no dia 18 de junho de 2021, às 11h01min, e com término no dia 05 de julho de 2021, às 11h00min, caso não haja licitantes na 2a ocasião, o bem móvel será entregue a quem mais der, condicionado a APROVAÇÃO da Administrador Judicial e do I. Magistrado da 2a Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central de São, conforme condições de venda constante do presente edital. DO CONDUTOR DO LEILÃO - O Leilão será conduzido pelo Leiloeiro Oficial Sr. RONALDO MILAN, matriculado na Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP sob o no 266. DOS LANCES - Os lances poderão ser ofertados a partir do dia e hora de início do leilão pela rede de internet, através do Portal www.milanleiloes.com.br, ou de viva voz no último dia do encerramento de cada praça de leilão a partir das 13horas no escritório do leiloeiro, Rua Quatá 733, Vila Olímpia – São Paulo-SP, em igualdade de condições. DOS DÉBITOS - Os bens serão apregoados sem quaisquer ônus, os quais serão de responsabilidade das massas falidas, exceto se o arrematante for: I - sócio das sociedades falidas, ou sociedade controlada pelos falidos; II - parente, em linha reta ou colateral, até o 4o (quarto) grau, consanguíneo ou afim, dos falidos ou de sócios das sociedades falidas; III - identificado como agente dos falidos com o objetivo de fraudar a sucessão. Parágrafo Único: Correrão por conta do arrematante as despesas e os custos relativos à desmontagem, remoção, transporte e transferência patrimonial dos bens arrematados. DO PAGAMENTO - O arrematante deverá efetuar o pagamento do preço dos bens arrematados à vista, no prazo de até 24h (vinte e quatro horas) após o encerramento do leilão, através de guia de depósito judicial em favor do Juízo responsável, sob pena de se desfazer a arrematação. DA COMISSÃO - O arrematante deverá pagar ao leiloeiro, a título de comissão, o valor correspondente a 5% (cinco por cento) sobre o preço de arrematação dos bens. A comissão devida ao leiloeiro não está incluída no valor do lance e não será devolvida ao arrematante em nenhuma hipótese, salvo se a arrematação for desfeita por determinação judicial por razões alheias à vontade do arrematante e, deduzidas as despesas incorridas. DO PAGAMENTO DA COMISSÃO - O pagamento da comissão do leiloeiro deverá ser realizado em até 24h (vinte e quatro horas) a contar do encerramento do leilão através de guia de depósito que será enviada por e-mail. Todas as regras e condições do Leilão estão disponíveis no Portal www.milanleiloes.com.br. A publicação deste edital supre eventual insucesso nas notificações pessoais e dos respectivos patronos. As demais condições obedecerão ao que dispõe a Lei 11.101/05 e o Provimento CSM no 1625/2009, e no que couber, o CPC e o caput do artigo 335, do CP. DA POSSIBILIDADE DE LOCAÇÃO: O prédio em que se encontram os bens é de propriedade de terceiros, existindo a possibilidade de ser negociado novo contrato de locação, única e exclusiva responsabilidade das partes envolvidas: arrematante e proprietário do imóvel. O leilão não é do prédio e sim dos bens moveis, devendo ser desocupado o prédio com prazo máximo de 30 dias sem danificar as instalações, sob pena de nulidade do leilão caso não seja celebrado o presente contrato, o prazo para negociação de contrato de locação e de 10 dias após a homologação da arrematação pelo juízo. RELAÇÃO DOS BENS Lote 01 – 02 un Central de Ar Condicionado Springer; Lote 02 - 06 Ar condicionados Carrier; Lote 03 - 01 Condensadora de Ar Samsung; Lote 04 - 01 Condensadora de Ar Fujitsu; Lote 05 - Motores elétricos diversos; Lote 06 - 03 Globos de Espelho; Lote 07 - 03 Grades Diversas; Lote 08 - 01 Letreiro "Don't Kill My Vibe"; Lote 09 - 01 Canhão de Luz; Lote 10 - 01 Refletor preto; Lote 11 - 01 Notebook Samsung; Lote 12 - 01 Monitor LG; Lote 13 - 01 Aparelho de som elétrico NEO NEON; Lote 14 - 04 Placa(s) de sinalização de toalete; Lote 15 - 01 Aparelho de som Crossover; Lote 16 - 01 Computador completo; Lote 17 - 01 Letreiro luminoso "All you need is love"; Lote 18 - 08 Arandelas; Lote 19 - 01 Letreiro "Let's Dance"; Lote 20 - 07 Luzes de Emergência; Lote 21 - 01 Rack de som Studio R; Lote 22 - 01 Caixa térmica Itaipava; Lote 23 - 01 Impressora fiscal; Lote 24 - 01 Condensadora Carrier; Lote 25 - 01 Letreiro "Today I love you"; Lote 26 – 02 Banners "Love Story"; Lote 27 - 01 Letreiro luminoso para toalete; Lote 28 - 01 Letreiro "Miga sua loka!"; Lote 29 - 01 Letreiro boca; Lote 30 - 04 Cadeiras de escritório giratória; Lote 31 - Televisão SEMP TOSHIBA LCD; Lote 32 - 02 Câmera(s) de segurança; Lote 33 - 01 Pasta de couro; Lote 34 - 01 Arquivo de alumínio; Lote 35- 01 Arquivo MDF; Lote 36 - 01 Mesa de escritório, Lote 37 - 01 Microondas BRASTEMP; Lote 38 - 01 Impressora SAMSUNG; Lote 39 - 01 Guilhotina; Lote 40 - 01 Ar condicionado FUJITSU; Lote 41 - 01 Letreiro "Smirnorff"; Lote 42 - 01 Ar condicionado SAMSUNG; Lote 43 - 01 Monitor LG; Lote 44 - 01 Monitor OAC, Lote 45 - Monitor SAMSUNG; Lote 46 - Mesas retangulares de escritório; Lote 47 - 01 Arquivo baixo de alumínio; Lote 48 - 01 Sofá cinza em courvin; Lote 49 - 01 Impressora tanque, Lote 50 - 01 Frigobar; Lote 51 - 01 Gaveteiro; Lote 52 - 05 Rádios amador com carregador; Lote 52 – 06 Celulares POSITIVO; Lote 53 - 02 Armários baixo; Lote 54 - 01 Caixa de velas candela interior; Lote 55 - 20 Mesas redondas; Lote 56 - 01 Mesa retangular; Lote 57 - 22 Sofás; Lote 58 - 02 Câmeras de segurança; Lote 59 - 01 Geladeira (sem marca visível); Lote 60 - 01 Microondas LG; Lote 61 - 01 Forno elétrico VENAX; Lote 62 - 01 Mesa quadrada; Lote 63 - 01 Purificador de água LATINA; Lote 64 - 01 Case; Lote 65 - 01 Fogão industrial 4 Bocas; Lote 66 - 02 Máquinas de gelo (1 em funcionamento); Lote 67 - Grades diversas; Lote 68 - 01 Monitor HD; Lote 69 - 01 Impressora de cupom fiscal; Lote 70 - 21 balde(s) de gelo de alumínio; Lote 71 - 06 Champanheiras de acrílico; Lote 72 - 01 Balde de gelo pequeno de alumínio com 5 pegadores; Lote 73 - 01 Letreiro ABSOLUT; Lote 74 - 05 Banqueta de madeira; Lote 75 - Letreiro luminoso em formato garrafa BEERFEATER; Lote 76 – 01 narguile; Lote 77 - Placa(s) de acrílico "Love Story"; Lote 78 - 02 Letreiros luminosos "Saída"; Lote 79 - 01 Tapete LED; Lote 80 - 01 Retroprojetor preto; Lote 81 - 01 Canhão de iluminação; Lote 82 - 01 Câmera de segurança; Lote 83 - 01 Letreiro em formato de asas, tridente e rabo; Lote 84 - 12 Sofás de 4 lugares; Lote 85 - 01 Letreiro "Tudo tem começo, meio e after"; Lote 86 - 22 Mesas retangulares; Lote 87 - Mesas altas redondas; Lote 88 - Caixas de som suspensas; Lote 89 - 02 Globos de espelho suspensos pequenos; Lote 90 - 02 Globos de espelho suspensos grandes; Lote 91 - 01 Quadro de grafite 4x1,5 Figura COPAM "Love Story"; Lote 92 - 01Letreiro luminoso "Absolut"; Lote 93 - Placa luminosa de toalete; Lote 94 - Banners "I <3 Love Story"; Lote 95 - 02 Banners Caveira Mexicana; Lote 96 - 01 Luminoso de lâmpadas tubulares em formato de Sol; L